



A Herdade da Contenda. Uma Paisagem Única como Paisagem de Referência

Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Gestão Interdisciplinar da Paisagem

ORIENTADORES: *Professora Doutora Teresa Pinto Correia*
Professor Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro

ÉVORA, Maio de 2014



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO AVANÇADA

DEDICATÓRIA

à Sofia, à Carolina, à Filipa, ao Miguel, à Lília e à Natalina.

AGRADECIMENTOS

- . à Professora Doutora Teresa Pinto Correia pela Orientação. Por muitas e boas razões um trabalho como é a elaboração de uma tese tem uma Orientação que envolve um acompanhamento, um conjunto de sugestões de vária ordem, de propostas e de alterações que são decisivos para se atingir o objectivo. Foi o que aconteceu ao longo destes três anos e meio, a que se deve juntar a cedência de publicações que permitiu o acesso a outras áreas do conhecimento e por ter sido a pessoa que me ajudou a manter o rumo na tese e ser uma entusiasta pela paisagem. Sem tudo isto dificilmente se teria conseguido;
- . ao Professor Doutor Luís Paulo Ribeiro pela co-Orientação e encorajamento, pelo apoio constante e incentivo desde há vários anos para a obtenção deste grau académico mas, sobretudo, pela amizade e apoio ao longo destes dezasseis anos de colaboração no ISA;
- . à Doutora Sónia Ribeiro pela disponibilidade que demonstrou desde o início para a função de moderadora na preparação e na realização do “Focus Group”;
- . às Professoras Doutoras Ana Luísa Soares, Isabel J. Ramos e Conceição Freire pela forma como me facilitou a vida nas aulas, pela amizade e pelas trocas de impressões e pela ajuda experiente que deram;
- . ao Mestre João Rui Ribeiro, que deu a notícia da existência do Doutoramento, um obrigado pelas “dicas” informáticas e pela bibliografia;
- . ao Doutor Pedro Rocha, pela sua postura institucional e por me ter facilitado a vida;
- . à Lília Fidalgo que me ajudou a superar muitas dificuldades e pelo apoio e paciência com que me aturou;

e

- . a um vasto conjunto de pessoas que deram a sua colaboração através da indicação ou cedência de bibliografia ou facilitando o seu acesso, da cedência de fotografias ou de cartografia ou colaborando na sua execução, por terem aceite participar no grupo de discussão e/ou na sessão teste, de se prestarem a fornecer informação genérica ou específica, por autorizações dadas para visitas técnicas, pelos incentivos e que sem a sua ajuda teria sido mais difícil a tarefa de concluir o presente trabalho e que são Alexandre Cancela d’Abreu, Alexandrino dos Santos Machado, Alice Fialho, Ana Barbosa, Ana Fonseca, Ana Maria Martins, Antónia Baião, António Augusto Vaz da Silva, António Fidalgo, António Valente Cipriano, Bárbara Pinto, Bento Manuel Caeiro Coelho, Cati Diniz, Carla Gonzalez, Carlos Ramalho, Carolina Lecoq, Conceição Castro, Deolinda Ortega, Eduardo Santos, Elizete Sepanas, Fernanda Rodrigues, Fernando Moital, Francisco Faria, Francisco Lopes, Guilherme Santos, Helena Menezes, Helena Ramalho, Henrique Pires, Hugo Vieira, Isabel Loupa Ramos, Isabel Qeiros, Isabel Rodrigo, Isabel Uva Cansado de Lacerda, João Artur Moraes, Joaquim Assunção Chamorro, Joaquim Machado Mendes, Jorge Dias, José Alvarinho, José Pinto, Lia Vasconcelos, Lúcio do Rosário, Luís Filipe Barreto Gomes, Luísa Teles, Manuel Manaco Quitéria, Mara Almeida, Marcial Estrela Rodrigues, Maria Domingas Rocha, Maria Paula Vidigal Canelas, Mário de Almeida, Mário Manuel Guerra Martins, Otávio Patrício, Rafael Rodrigues, Rui Santana Correia, Rui Sequeira, Susana Soares, Tiago Ilhicas.

RESUMO

A **Convenção Europeia da Paisagem** reconhece a importância do **conceito de paisagem**, nomeadamente, em termos ambientais e sociais (paisagem como resultado da acção do ser humano sobre o ambiente) e chama a atenção para a importância da **ligação** que é estabelecida entre as **pessoas e a paisagem** e para se **perceber que paisagens são mais importantes para essa ligação**.

As **novas formas de investigação** permitem compreender que a **história** e a **identidade de cada paisagem** são fundamentais para **compreender a ligação das pessoas à paisagem**, ligação que se vai construindo ao longo de gerações, como que em camadas sucessivas de interacção entre o Homem e a Natureza, e que se reflectem naquilo que a paisagem é e na forma como a paisagem é considerada, no presente.

Entre todas as paisagens do nosso quotidiano é importante identificar as **paisagens de referência, que ilustram essa construção ao longo de gerações** e que permitem que se compreenda claramente o papel da paisagem na nossa identidade, de forma a **manter e reforçar essa ligação à paisagem**.

Com a elaboração deste trabalho pretende-se contar a **História da Herdade da Contenda**. **Desta forma, espera-se contribuir para perceber a paisagem de hoje**, tendo em conta a evolução da relação entre a comunidade humana e aquele território e, por fim, avaliar se a **paisagem da Contenda, pelas suas características actuais, que resultam em grande parte dessa história e, também, pela própria história, pode ser considerada uma paisagem de referência no Alentejo**.

Dos casos analisados, da **bibliografia** e da **Contenda**, tiraram-se ilacções sobre o que podem ser **paisagens de referência para a região do Alentejo** e que **critérios nos podem ajudar a identificá-las**.

Do acabado de referir advém a necessidade de encontrar **novos objectivos e modelos de gestão**, mais orientados para o suporte de **bens públicos** e saber que **cuidados se devem tomar para fundamentar a gestão futura desta paisagem** e a sua valorização.

Palavras chave: Espaço rural, Montado, Paisagem cultural, Paisagem de referência, Sociedade, História, Gestão.

ABSTRACT

The Contenda Estate. A Unique Scenery as a Reference Landscape.

The **Landscape European Convention** acknowledges the importance of the **landscape concept**, namely, in environmental and social fields (assuming that landscape is a result of the human presence and action in the environment) and enhances the importance of the interrelation between **people and landscape** and the value of perceive witch **landscapes are most important to that interrelations.**

The **new forms of research** that allow us to understand how **history and identity of each landscape** are the key to **understand the connection of people to the landscape**, which is being built over generations, like as successive layers of interaction between man and nature, wich reflect what the landscape actually is and how the is considered in the present. Among all the landscapes of our everyday lives is important to identify the **reference landscapes that illustrate this construction over generations** and allow a clear understanding of the role of landscape in our identity, in order to **maintain and strengthen the connection to the landscape.**

This work aims to tell the **history of the Herdade da Contenda. Thus, it is expected to contribute to realizing the landscape today**, taking into account the evolution of the relationship between the human community and that territory, and finally, to assess whether **the landscape of Contenta,with its current features, which result in large part of this story, and also by history itself**, can be considered a **reference landscape in Alentejo.**

Among the various study cases analised, the **bibliography and Contenda**, it's possible to get information about what can be considered **reference landscapes in Alentejo region** and what **criteria can help us to identify them.**

This research helps the prosecution of **new objectives and management models**, oriented to the maintenance of public goods and services and to the knowledge of management that enhance and sustain the value of landscape.

Key words: Countryside, Montado, Cultural Landscape, Reference landscape, Society, History, Gestion.

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AR – Aquilino Ribeiro
AHM – Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Mouca
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ACBM – Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos
AFN – Autoridade Florestal Nacional
APCOR – Associação Portuguesa de Cortiça
CM – Câmara Municipal
CMM – Câmara Municipal de Moura
CEPAGE – Centre de Recherche sur l’Histoire et la Culture du Paysage
CAUP – Centro de Astrofísica da Universidade do Porto
CEAI – Centro de Estudos da Avifauna Ibérica
CICGE – Centro de Investigação em Ciências Geo-Espaciais
CENTRA – Centro Multidisciplinar de Astrofísica
CEO – Chief Executive Officer
CFE – Circunscrição Florestal de Évora
CFS – Circunscrição Florestal do Sul
CVWD – Coachella Valley Water District
CAEP – Comissão de Acompanhamento da Execução dos Planos
CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses
CNCCD – Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação
CEE – Comunidade Económica Europeia
CNUCD – Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
CORINE – Coordination of Information on the Environment
COST – European Cooperation in Science and Technology
CAGRNC – Conselho de Acompanhamento da Gestão dos Recursos Naturais da Contenda
CGRNC – Conselho de Gestão dos Recursos Naturais da Contenda
CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
CEP – Convenção Europeia da Paisagem
COMOIPREL – Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada
DL – Decreto-Lei
DR – Decreto Regulamentar
DR – Diário da República
DGADR – Direcção-Geral de Agricultura e desenvolvimento Rural
DGARQ – Direcção-Geral de Arquivos
DGF – Direcção Geral das Florestas
DGOT – Direcção-Geral do Ordenamento do Território
DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGRF – Direcção-Geral dos Recursos Florestais
DGSFA – Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

DRARNA – Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo
DRFA – Direcção Regional de Florestas do Alentejo
ENSAP – École Nationale Supérieure d’Architecture et de Paysage
EMBRACE – Electronic Multi-Beam Radio Astronomy ConCept
EUA – Estados Unidos da América
E – Este
ESF – European Science Foundation
FCUL – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FSC – Forest Stewardship Council
GF – Guarda Fiscal
GNR – Guarda Nacional Republicana
GCE – Guerra Civil de Espanha
HF – Hatfield Forest
HC – Herdade da Contenda
HCEM – Herdade da Contenda Empresa Municipal
IBA – Important Bird Area
IGAP – Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas
ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas
ICN – Instituto da Conservação da Natureza
ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IF – Instituto Florestal
IGE – Instituto Geográfico do Exército
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.
IPB – Instituto Politécnico de Beja
ISA – Instituto Superior de Agronomia
IST – Instituto Superior Técnico
IT – Instituto de Telecomunicações
INTERREG – Inter regions
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
ILTER – International Long Term Ecological Research Network
ISO – International Organisation for Standardization
IFN – Inventário Florestal Nacional
IUCN – International Union for Conservation of Nature
JF – Junta de Freguesia
JFSA – Junta de Freguesia de Sto. Aleixo da Restauração
LPN – Liga para a Protecção da Natureza
LES – (Standing Committee for) Life, Earth and Environment Sciences
LTER – Long Term Ecological Research
LTSER – Long Term Socio-Ecological Research
MEA – Millennium Ecosystem Assessment
MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MAPA – Ministerio de la Agricultura, Pesca y Alimentación
MIP – Monumento de Interesse Público
MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga
NASA – National Aeronautics and Space Administration
NSF – National Science Foundation
NT – National Trust
NO – Noroeste
N – Norte
NNE – Nor-Nordeste
NE – Nordeste
O – Oeste
OMT – Organização Mundial de Turismo Organização Mundial do Turismo (OIT)
ONGA – Organização Não Governamental do Ambiente
OUV – Outstanding Universal Value
PP – Paisagem Protegida
PEFC – Pan European Forest Certification
PFC – Perímetro Florestal da Contenda
PDM – Plano Director Municipal
PGF – Plano de Gestão Florestal
POGHC – Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda
POGMNB – Plano de Ordenamento e Gestão da Mata Nacional do Buçaco
PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROFBA – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo
PSRN – Plano Sectorial da Rede Natura
PIDE – Polícia Internacional e Defesa do Estado
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
PAC – Política Agrícola Comum
PTCON – Portugal Continental
PV – Posto de Vigia
PAF – Programa de Acção Florestal
PANCD – Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação
PAMAF – Programa de Apoio à Modernidade Agrícola e Florestal
PDF – Programa de Desenvolvimento Florestal
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
RN2000 – Rede Natura 2000
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Ecológica Nacional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
RURIS – Programa de Desenvolvimento Rural
SIAM – Scenarios, Impacts and Adaptation Measures
SPB – Science Policy Briefing
SPU – Service Providing Unit

SNPRPP – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico
SNPRCN – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza
SIC – Sítio de Interesse Comunitário
SPECO – Sociedade Portuguesa de Ecologia
SER – Society for Ecological Restoration
SKA – Square Kilometre Array
SCH – Standing Committee for the Humanities
SCSS – Standing Committee for Social Sciences
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
S – Sul
SSO – Su-Sudoeste
TAERT – Turismo do Alentejo, Entidade Regional de Turismo
TGLA – Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo
UEa – União Europeia
UP – Unidades de Paisagem
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation
UA – Universidade dos Açores
UEb – Universidade de Évora
UTL – Universidade Técnica de Lisboa
VUE – Valor Universal Excepcional
ZCN – Zona de Caça Nacional
ZEC – Zona Especial de Conservação
ZIF – Zona de Intervenção Florestal
ZPE – Zona de Protecção Especial
WHC – World Heritage Committee
WWW – World Wide Web
WWF – World Wildlife Fund

LISTA DE QUADROS

Quadro 0.1 – Organização dos “Focus Group” (segundo McNamara, 1998; Galego e Gomes, 2005: 180; Suter, 2004; e Morgan, 1997).

Quadro 1.1 – Área de sobreiro por países, em povoamentos puros e mistos dominantes, no final dos anos 90 e no princípio do séc. XXI (Mendes, 2007: 77). Os dados referentes a 1936 foram retirados de Ryan (1948: 19).

Quadro 1.2 – Evolução da área florestal em milhares de hectares (de montado de sobre e azinho/espécie de árvore dominante) em Portugal continental (Radich e Baptista, 2005: 146; ICNF, 2013: 13).

Quadro 2.1 – Cronologia dos acontecimentos de maior relevância na história da Herdade da Contenda e áreas vizinhas.

Quadro 2.2 – Refugiados da Guerra Civil de Espanha: locais de origem em Espanha e de acantonamento em Portugal (Simões, 2007a).

Quadro 2.3 – Composição do “Grupo Informal”.

Quadro 2.4 – Venda de agostadouros e bolota na Contenda (e no Sítio das Cortes) (JFSA, 1929-1939).

Quadro 2.5 – Arrendamento dos lotes da Herdade da Contenda (DGSFA, 1958) (Anexo 15).

Quadro 2.6 – Análise da “Carta Complementar”, considerando uma área de 5288 ha (DGSFA, 1958: 16-19).

Quadro 2.7 – Florestação da Contenda (Rego, 2001).

Quadro 2.8 – Despesas efectuadas com a Arborização do Perímetro Florestal da Contenda no período de 1958 a 1969 (Documento interno).

Quadro 2.9 – Valor da compensação anual paga pelos Serviços Florestais à Câmara Municipal de Moura (DGSFA, 1958: 5).

Quadro 2.10 – Principais acções desenvolvidas por projectos no PFC desde 1958 (AFN, 2010a: 44-46) (Anexo 18).

Quadro 2.11 – Relação dos investimentos efectuados com fundos comunitários de 1997 a 2008 (AFN, 2010a: 47) (Anexo 18).

Quadro 2.12 – Infra-estruturas no Perímetro Florestal da Contenda (AFN, 2010a: 49) (Anexo 18).

Quadro 2.13 – Efectivo pecuário da Herdade da Contenda (Documentos internos do MAMAOT. Os efectivos de 2007 foram retirados de PGF, 2010: 100).

Quadro 2.14 – Peças abatidas no Perímetro Florestal da Contenda no período de 1963 a 1974 (Rosário *et al.*, 1981 *in* AFN, 2010a: 84).

Quadro 2.15 – Valores a pagar pela concessão de autorizações especiais de caça na ZCN do P. F. da Contenda (de acordo com a Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro, Art.º 8.º, n.º 1) (Anexo 20).

Quadro 2.16 – Valor adicional a pagar por exemplar de macho de Veado de aproximação (troféu) abatido segundo escalões (Despacho Normativo n.º 19/2010, de 9 de

Julho, de acordo com a Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro, Art.º 8.º, n.º 1).

Quadro 2.17 – Valor adicional a pagar por exemplar de macho de Javali de espera (troféu) abatido segundo escalões (Despacho Normativo n.º 19/2010, de 9 de Julho, de acordo com a Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro, Art.º 7.º, e)).

Quadro 2.18 – Exploração cinegética da Contenda (Documentos internos do MAMAOT).

Quadro 2.19 – Receitas de caça (Documentos internos do MAMAOT).

Quadro 2.20 – Resultado financeiro da montaria do “Barracão do Mel”, 11 de Dezembro de 2010 (Documentos internos do MAMAOT).

Quadro 2.21 – Registo de ocorrências de incêndios na Herdade da Contenda.

Quadro 3.1 – Respostas dos participantes à questão do que era para eles uma paisagem de referência – 1.ª fase.

Quadro 3.2 – Resultado da votação dos participantes no “Focus Group” sobre se consideravam ou não a Herdade da Contenda uma paisagem de referência.

Quadro 3.3 – Respostas dos participantes sobre a escolha dos critérios para uma paisagem de referência – 2.ª fase (nesta fase foi considerada a totalidade dos critérios: os que foram inicialmente referidos pelos participantes na 1.ª fase e os que foram posteriormente mostrados como resultado da pesquisa bibliográfica).

Quadro 3.4 – Comparação entre os critérios agrupados por temáticas entre os propostos na 1.ª fase e na 2.ª fase (resultantes da análise conjunta que incluem os que foram inferidos da bibliografia).

Quadro 3.5 – Ficha de avaliação da sessão de “Focus Group” (Anexo 28).

Quadro 3.6 – Resumo das respostas dadas no ponto 1. da ficha de avaliação da sessão de “Focus Group” pelos participantes (Anexo 28).

Quadro 4.1 – Principais diferenças nos conceitos entre restauro de ecossistema e restauro de paisagem (adaptado de Moreira *et al.*, 2006: 219).

LISTA DE FIGURAS

Nota sobre as fotografias

As fotografias foram tiradas pelo autor deste trabalho e utilizadas para ilustrar os diferentes aspectos referenciados e ajudar a justificar a razão de algumas propostas.

As **fotografias cedidas por outros autores**, a quem desde já se agradece e/ou retiradas de várias fontes, estão devidamente referenciadas.

Figura 1.1 – Destaca as interdependências mútuas entre a ocupação do solo, o uso do solo e a biodiversidade (adaptado de Haines-Young, 2009: 179).

Figura 1.2 – Modelo que proporciona a compreensão das ligações entre biodiversidade, serviços dos ecossistemas e bem-estar humano e ajuda a identificar os tipos de “trade-off” que podem ser considerados entre serviços sob diferente gestão da terra ou estratégias de uso do solo (de acordo com Vandewalle *et al.*, 2008 *in* Haines-Young, 2009: 180) (Anexo 1).

Figura 1.3 – Ligações entre Serviços do Ecossistema e Bem-estar Humano (adaptado de Millennium Ecosystem Assessment, 2005: VI). (Disponível em: <http://www.unep.org/maweb/en/synthesis.aspx>, acesso em 8-06-2013).

Figura 1.4 – Localização de Coachella Valley. (Disponível em: http://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g32523-Indian_Wells_California.htm, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.5 – Desert Cahuilla Woman by Edward S. Curtis, 1926. (Disponível em: <http://www.aguacaliente.org/content/History%20&%20Culture/>, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.6 – Artefactos de cerâmica dos Índios Cahuilla. (Disponível em: <http://www.accmuseum.org/About-the-Tribe>, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.7 – Quedas de água de Tahquitz. (Disponível em <http://www.accmuseum.org/About-the-Tribe>, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.8 – Localização de Palm Springs. (Disponível em: www.cahuillarepatriation.org/serranomap.htm, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.9 – Palm Canyon. (Disponível em: <http://www.facebook.com/AguaCalienteIndians/photos>, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.10 – Murray Canyon, Indian Wells/Coachella Valley. (California Desert). (Disponível em <http://indian-canyons.com/Palm.html>, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.11 – Indian Wells. (Disponível em: http://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g32523-Indian_Wells_California.html, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.12 – Rancho Las Palmas Resort & Spa. (Disponível em: <http://www.tripadvisor.com.br/AlsoViewedLB?checkRatesType=checkRates&avlbType=popup&d=77224>, acesso em 29-07-2012).

Figura 1.13 – Thomas Cole. From Auction House Records, *Catskill Mountain House*, 1845-7. (Disponível em: http://www.explorethomascole.org/landscape/hudson_valley/49, acesso em 23-02-2013).

- Figura 1.14 – Jasper Cropsey. *Catskill Mountain House*. Oil on canvas, c. 1855, 29 x 44 in. The Minneapolis Institute of Arts. Bequest of Mrs. Lillian Lawhead Rinderer in memory of her brother, William A. Lawhead, and the William Hood Dunwoody Fund. View full screen. Hudson River School, Art Trail. (Disponível em http://www.hudsonriverschool.org/trails/1/sites/8/views?placement_id=76, acesso em 23-02-2013).
- Figura 1.15 – Thomas Cole. *View of the Catskill Mountain House*. Pen and black ink over pencil on paper, c. 1835, 9 3/8 x 15 1/2 in. The Art Museum, Princeton University, Frank Jewett Mather, Jr. Collection. (Disponível em: http://www.hudsonriverschool.org/trails/1/sites/8/views?placement_id=76, acesso em 23-02-2013).
- Figura 1.16 – William Henry Bartlett, “Vista a partir de *The Mountain House*”, 1836. (Disponível em <http://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/huelvahistoria/article/view/757>, acesso em 23-02-2013).
- Figura 1.17 – Desenho de Thomas Nast. “A Varanda” (*Piazza*) (Blackmar e Cromley, 1982 in Flad, 2009: 362) (Fonte Harper’s, 1866: 456).
- Figura 1.18 – Hatfield Forest em finais do século XIII (Rackham, 1989: 62).
- Figura 1.19 – Hatfield Forest (Fonte: Google Earth).
- Figura 1.20 – Vista parcial do Montado na Contenda Norte.
- Figura 1.21 – Multifuncionalidade do *montado* de sobro com identificação dos principais sistemas de exploração e respectivos produtos (Fonte: *Árvores e Florestas de Portugal*, 2007: 30, Vol. 3. Adaptado de Pinto Correia e Vos, 2004).
- Figura 1.22 – Carta da Distribuição do Sobreiro e da Azinheira em Portugal Continental. (Fonte: *Mapa de Povoamentos Florestais do Inventário Florestal Nacional de 1995*).
- Figura 1.23 – Notícia no “Diário do Sul” sobre a transformação de desperdícios de cortiça em carvão activado, no Centro de Química da Universidade de Évora (Anexo 4).
- Figura 1.24 – Notícia no Diário do Sul sobre a Necessidade de a Gestão Equilibrada do Montado Dever Ser “Premiada” com Apoio Financeiro (Diário do Sul, 2013) (Anexo 5).
- Figura 1.25 – “Restos de Coleção: CUF”. (Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/cuf-companhia-uniao-fabril.html>, acesso em 1-5-2012) (Anexo 6).
- Figura 1.26 – Cartaz da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (F. N. P. T.) no 20.º Aniversário da Campanha do Trigo. (Disponível em: <http://campanhatrigo.blogspot.pt/> <http://turma9a-ap.blogs.sapo.pt/8443.html>, acesso em 21 Junho 2012) (Anexo 6).
- Figura 1.27 – Publicação da CUF sobre a cultura do Trigo – 1933. (Disponível em: <http://industriacuf.blogspot.pt/2010/03/exemplos-de-publicidade-de-marcas.html>, acesso em 21 de Junho de 2012) (Anexo 6).
- Figura 1.28 – Notícia no “Diário do Sul” (31 de Agosto de 2013) sobre a integração do Município de Vendas Novas na lista de parceiros do protocolo de “Dinamização do Montado Alentejano como Bem Cultural Universal” (Anexo 7).

Figura 1.29 – Notícia no “Diário do Sul” (26 de Novembro de 2010) sobre a Feira do Montado e a importância da candidatura do Montado a Património da Humanidade, segundo o Presidente da C. M. de Portel (Anexo 7).

Figura 1.30 – Notícia no “Alentejo Popular” (22 de Dezembro de 2010) sobre o andamento do processo da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (TA ERT) de Promover a Dinamização do “Montado Alentejano como Bem Cultural Universal” (Anexo 7).

Figura 1.31 – Notícia no “Diário do Sul” (24 de Dezembro de 2010) sobre a candidatura do “Montado Alentejano como Bem Cultural Universal” pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo (TA ERT) (Anexo 7).

Figura 1.32 – Notícia no “Diário do Sul” (04 de Abril de 2011) sobre a classificação do sobreiro como “Árvore Nacional de Portugal” (Anexo 8).

Figura 2.1 – Mapa 1, Enquadramento Geográfico (Anexo 9).

Figura 2.2 – Mapa 2, A Reconquista durante e depois de D. Afonso Henriques (adaptado de Ribeiro, 1987: 44 e 46) (Anexo 9).

Figura 2.3 – Mapa 3, Evolução dos limites da “Grande Contenda” desde o século XIII a 1543 (adaptado de Ruiz, 1998: 257) (Esc. 1/170 000) (Anexo 9).

Figura 2.4 – Primeiro mapa com a representação do reino de Portugal (1570), de forma individualizada, da autoria de Fernando Álvares Seco (CNCDP, 1997: 47).

Figura 2.5 – Mapa 4, A Contenda em 1803. (Esc. 1/80 000) (adaptado do Plano Topográfico, “Archivo do Servicio Geografico del Ejercito” de Espanha) (Anexo 9).

Figura 2.6 – Mapa 5, Planta do terreno e limites da Contenda de Moura (1803), Ten. Cor. Niemeyer. (Esc. 1/100 000) (adaptado de IGE, 2007: 45) (Anexo 9).

Figura 2.7 – Mapa 6, Carta de Henrique Niemeyer (alterada pelo IGE – Limite do terreno da Contenda de Moura, 1803). (Esc. 1/100 000) (adaptado de Dias e IGE, 2009: 62) (Anexo 9).

Figura 2.8 – Mapa 7, Carta da Defesa da Contenda de Moura, assinada pelo Brigadeiro Francisco Fersen em Badajoz a 26 de Junho de 1804, elaborada pelo português Eng.º Francisco de Arbués Moreira e desenhada por D. Juan Lopez, Geógrafo de S.M.C. (Esc. 1/80 000; escala original 1/10 000, depois reduzida para as escalas 1/20 000 e 1/50 000) (adaptado de Dias e IGE, 2009: 63) (Anexo 9).

Figura 2.9 – Mapa 8, Levantamento topográfico com 3 propostas para a divisão da Contenda (1887). (Esc. original 1/20 000) (adaptado de Menezes, 1889: 28; Dias e IGE, 2009: 31) (Anexo 9).

Figura 2.10 – Cerimónia de assinatura das actas de demarcação assinada no Tojal Alto, 18-22 de Julho de 1894, na presença de tropas do Regimento de Vila Viçosa, da Guardia Civil e dos Carabineros. (Fotografia cedida pelo Prof. Mário de Almeida).

Figura 2.11 – Mapa 9, Origem e Percurso Provável dos Refugiados Espanhóis para a Herdade da Coitadinha, com passagem pela Herdade da Contenda na Guerra Civil Espanhola (1936-1938). (Esc. 1/450 000 e 1/25 000) (Carta Militar de Portugal – Serviço Cartográfico do Exército n.º 503-504) (Informação cedida sobre a H. da Coitadinha, em extrato da carta militar, pela Dr.ª Bárbara Pinto, EDIA) (Anexo 9).

- Figura 2.12 – Fotografia do Tenente Seixas, gentilmente cedida pelo neto, Sr. Eliseu Seixas Aguiar à publicação “MOURA”.
- Figuras 2.13, 2.14, 2.15 e 2.16 – Fotos da homenagem do município de Oliva de la Frontera ao Tenente António Augusto Seixas e ao povo de Barrancos, em 23 de Abril de 2010 (cerimónia da inauguração; escultura "dar a mão a alguém" de Marina Aguiar; lápide que registou a cerimónia; Dr. António Tereno, Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, no discurso de agradecimento). (Disponível em: <http://comunidade.sol.pt/blogs/jdms/default.aspx?p=2>, acesso em 26-4-2010).
- Figura 2.17 – A “Casa do açúcar”.
- Figura 2.18 – O Convento da Tomina.
- Figura 2.19 – Unidade de Paisagem n.º 113, “Barrancos” (adaptado de DGOTDU, 2004: 106-107).
- Figura 2.20 – Mapa 24, Toponímia (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de Serviço Cartográfico do Exército – Cartas Militares de Portugal n.º 514, 515, 525 e 525-A) (Anexo 9).
- Figura 2.21 – Habitantes de Sto. Aleixo da Restauração (Moura), que constituíram o “Grupo Informal”.
- Figura 2.22 – Seareiros em plena faina na Contenda. (Fotografia cedida pelo Sr. Mário Manuel Guerra Martins da J. F. de Santo Aleixo da Restauração).
- Figura 2.23 – Monte/Malhada do Franco, Chadas, Contenda Sul (da esquerda para a direita: Domingos “Gorilho”, João Franco e António dos Reis, ao fundo a mulher de João Franco. Ao fundo as encostas do Baldio de Paula e Coutada dos Frades, adivinhando-se o Baldio de Rabo de Coelho para lá do Marco Largo. Foto de fins dos anos 40, princípios dos anos 50). (Fotografia cedida pelo Prof. Mário de Almeida).
- Figura 2.24 – Seareiros na Contenda. (Fotografia cedida pelo Sr. Mário Manuel Guerra Martins da J. F. de Santo Aleixo da Restauração).
- Figura 2.25 – Mapa 15, Lotes de Arrendamento/Parcelas a Arborizar. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958) (Anexo 9).
- Figura 2.26 – Mapa 10, “Folha Agrícola” de G. Pery, “*Levantada e construída na Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola em 1887 e 1890*” (Esc. 1/55 000; escala original 1/50 000; adaptado de Direcção Geral de Agricultura, Folha Agrícola n.º 185, Folha Chorographica n.º 33. Lithographia da Imprensa Nacional, Publicada em 1891, registo 504 de 86) (Feio, 1998: 12; Feio e Roxo, 1991: 214) (Anexo 9).
- Figura 2.27 – Mapa 11, “Folha agrícola-mineral” de G. Pery, “*Levantada e construída na Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola, de 1884 a 1889*”. (Esc. 1/55 000; escala original 1/50 000; adaptado de Direcção Geral de Agricultura, Folha agrícola-mineral n.º 185, Folha chorographica n.º 33. Lithographia da Imprensa Nacional, publicada em 1892) (Anexo 9).
- Figura 2.28 – Mapa 12, Carta Agrícola e Florestal de Portugal (1960). (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, n.º 3. Papelaria Fernandes, Lisboa, 1972) (Anexo 9).

- Figura 2.29 – Mapa 13, Carta da Distribuição da Azinheira em Portugal (1965). (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia – Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário. Bertrand Irmãos, Lda.) (Anexo 9).
- Figura 2.30 – Mapa 14, Carta Agrícola e Florestal de Portugal – Grandes Grupos de Utilização do Solo (1972). (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, n.º 3. Bertrand Irmãos, Lda.) (Anexo 9).
- Figura 2.31 – Mapa 20, Carta de Arborização. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958) (Anexo 9).
- Figura 2.32 – Mapa 21, Carta da Superfície já Arborizada – arborização feita entre 1958-1963. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1963) (Anexo 9).
- Figura 2.33 – Mapa 22, Carta de Actualização do Projecto de Arborização – arborização feita entre 1964-1978. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1963) (Anexo 9).
- Figura 2.34 – Mapa 23, Carta das Parcelas a Arborizar (Mapa de junção de cartas, com as 6 Parcelas a arborizar nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos). (Esc. 1/40 000; escala original das parcelas 1/5000) (adaptado de DGSFA, 1963) (Anexo 9).
- Figura 2.35 – Operação de limpeza de ervas e matos nas entrelinhas dos sobreiros com tractor de rastos (da esquerda para a direita: Sr. António Peralta Alvarinho, operador da máquina; Guarda florestal Francisco António Pires Barriga; e Eng.º Téc. Agr.º José Victor Arriaga Gomes, gestor da Contenda, ± em 1967). (Fotografia cedida pelo Sr. José Alvarinho, filho do Sr. António P. Alvarinho – n. 16.8.1924 e f. 23.4.1987).
- Figura 2.36 – Pinheiros plantados na Contenda Sul (Janeiro de 1965). (Fotografia do arquivo da DRFA).
- Figura 2.37 – Vista parcial de uma zona da Contenda Sul após vários anos de arrendamento (Janeiro de 1965). (Fotografia do arquivo da DRFA).
- Figura 2.38 – Vista parcial da mesma zona da Contenda Sul cerca de quarenta anos depois de arborizada (2003). (Fotografia do arquivo da DRFA).
- Figura 2.39 – Tractor de lagartas em trabalhos de beneficiação da rede viária, na Contenda Sul (*in* Fernandes, 1967).
- Figuras 2.40, 2.41, 2.42 e 2.43 – Raças tradicionais da pecuária alentejana em área de montado na Herdade da Contenda (bovinos da raça “Mertolenga”, caprinos da raça “Serpentina”, ovinos da raça “Merino Regional Preto” e alguns equinos).
- Figura 2.44 – Grupo de rapazes contratados como batedores de perdizes, nas caçadas do então Presidente da República, Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz (imagem tirada em 1961 ou 1962, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Joaquim Assunção Chamorro, Manuel Cavaca, António Félix, António Gonçalves o “Pirirau” e Manuel Mestre Neves o “Manuel Caleiro”). (Fotografia cedida pelo Sr. Joaquim Assunção Chamorro).
- Figura 2.45 – Um veado e quatro cervas.
- Figura 2.46 – Javalis na Contenda.

Figura 2.47 – Dois exemplares machos de muflão a alimentarem-se após a distribuição de feno no final do Verão.

Figura 2.48 – Capturadouro para veados na Contenda.

Figura 2.49 – Localização dos comedouros e bebedouros para fomento da população de perdizes na área da Contenda Norte (AFN, 2010a: 53).

Figura 2.50 – Esquemas de mancha a montear com a localização dos postos na Herdade da Contenda (Fonte: “Google Earth”).

Figura 2.51 – Colmeias na Contenda.

Figura 2.52 – Complexo de edifícios “Casa do mel”.

Figura 2.53 – Mapa de perigosidade de incêndio (Fonte: CMDFCI, 2007).

Figura 2.54 – Mapa de risco de incêndio (Fonte: CMDFCI, 2007).

Figura 3.1 – Vista parcial da sala onde decorreu a sessão de “Focus Group”. (Fotografia da Lília Fidalgo).

Figura 3.2 – Programa da sessão de “Focus Group” (Anexo 28).

Figura 3.3 – “Slide” com a definição de paisagem de referência.

Figura 3.4 – “Slide” com os critérios retirados da bibliografia para identificar uma paisagem de referência.

Figura 4.1 – Modelo de paisagem “mixer board” (adaptado de Hobbs & Norton, 1996 *in* Moreira *et al.*, 2006: 221).

Figura 4.2 – Vista parcial da Contenda Norte, a partir da torre de vigia.

Figuras 4.3, 4.4 e 4.5 – Grifos (*Gyps fulvus*) no “alimentador de abutres”.

Figuras 4.6, 4.7 e 4.8 – “Monte do Maíto” (antigo rendeiro), edifícios da ex-Guarda Fiscal na Ferrenha e Casa do Guarda no Monte do Barroca (Serviços Florestais).

Figura 4.9 – Vista do montado com os sobreiros não descortiçados (zona do “Chaparrito”).

ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT	ii
ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS.....	iii
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE FIGURAS	ix
INTRODUÇÃO	3
A IDENTIDADE DA PAISAGEM	3
A HERDADE DA CONTENDA.....	6
QUESTÕES E OBJECTIVOS DA TESE	8
METODOLOGIA.....	9
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	14
1. PAISAGENS	16
1.1. A PAISAGEM	16
1.1.1. Paisagem: Multifuncionalidade e Sustentabilidade.....	16
1.1.2. A Paisagem e a Perspectiva Antropológica	27
1.2. CLASSIFICAÇÃO E GESTÃO DA PAISAGEM.....	32
1.2.1. Abordagem Americana	32
1.2.1.1. Indian Wells/Coachella Valley (California Desert)	34
1.2.1.2. West and South California	45
1.2.1.3. Catskill Mountain House (Hudson River Valley)	46
1.2.2. Abordagem Australiana.....	50
1.2.3. Abordagem das Nações Unidas	50
1.2.4. Abordagem Europeia	54
1.2.4.1. Hatfield Forest	54
1.2.4.2. Abordagem portuguesa	57
1.2.4.2.1. Paisagem Rural das Terras do Demo	58
1.3. O MONTADO: PAISAGEM RURAL DO SUL DE PORTUGAL.....	64
1.3.1. Génese dos Ecossistemas Florestais Mediterrânicos.....	65
1.3.2. O Montado	66
1.3.3. Dados Históricos Acerca da Protecção dos Montados	78
1.3.4. Sobre a (Trans-) Formação dos Montados.....	84
1.3.5. Candidatura do Montado Alentejano a Património Mundial da UNESCO .	92
1.3.6. O Sobreiro, a “Árvore Nacional de Portugal”	95
Síntese	97
2. A CONTENDA. HISTÓRIA DE UMA PAISAGEM	99
2.1. A HISTÓRIA DA CONTENDA	99
2.1.1. Apontamentos Históricos sobre a Contenda	100
2.1.1.1. Delimitação Fronteiriça: do Princípio e Origem da Contenda	103
2.1.1.2. A Guerra Civil de Espanha e os Refugiados na Contenda	129
2.1.1.3. O Contrabando.....	136
2.1.1.4. As “Cantinas” da Contenda.....	137

2.1.1.5. A “Casa do Açúcar”	138
2.1.1.6. Área Arqueológica a Pesquisar	138
2.1.1.7. O Convento da Tomina	138
2.1.2. Caracterização da Contenda	140
2.1.2.1. Caracterização Biofísica	140
2.1.2.2. Unidades de Paisagem da Contenda	141
2.1.2.3. Toponímia Local	144
2.1.3. “La Contienda”, “La Comunal” e o “Ayuntamiento de Aroche”	147
2.2. EXPLORAÇÃO E GESTÃO RECENTE	157
2.2.1. Grupo Informal	157
2.2.2. A Política do Estado Novo	158
2.2.3. A Desertificação	166
2.2.4. Sítio da Rede LTER em Portugal	167
2.2.5. Indicadores Socio-Demográficos.....	168
2.2.6. A Florestação	169
2.2.6.1. Regime Florestal Parcial Facultativo	174
2.2.6.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo.....	187
2.2.6.3. Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda	189
2.2.6.4. Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal da Contenda	191
2.2.6.5. A Certificação Florestal	192
2.2.7. Outras Actividades	193
2.2.7.1. Exploração Silvopastoril.....	193
2.2.7.2. Exploração Cinegética.....	196
2.2.7.3. Exploração Apícola.....	203
2.2.7.4. Acções de Protecção e Conservação da Natureza.....	203
2.2.7.4.1. CEAI	203
2.2.7.4.2. Candidatura LIFE–Natureza	203
2.2.7.5. Exploração de minério	206
2.2.7.6. Defesa da Floresta Contra Incêndios	206
2.2.7.7. Diversos.....	209
2.2.7.7.1. Projecto “SKA”	209
2.2.7.7.2. Candidatura da H. da Contenda ao Prémio Nacional da Paisagem	211
2.2.7.7.3. Postos da Guarda Fiscal	211
2.2.7.7.4. Outras acções desenvolvidas.....	212
2.2.8. Gestores da Contenda.....	212
2.3. PERSPECTIVAS	213
2.3.1. Perspectivas Actuais da Administração Florestal e Autárquica	214
2.3.2. Perspectivas Futuras	215
Síntese	215
3. A CONTENDA TAL COMO É VISTA HOJE.....	221
3.1. A CONTENDA VISTA PELOS ESPECIALISTAS E TÉCNICOS.....	221
3.1.1. Sessão de “Focus Group”	221
3.1.2. Análise e Interpretação dos Resultados.....	228
3.2. A CONTENDA, UMA PAISAGEM DE REFERÊNCIA?	230
3.3. “PLACE BRANDING”.....	233
Síntese	237
4. CONTRIBUTOS PARA A GESTÃO DA PAISAGEM DA CONTENDA	239

4.1. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.....	243
4.2. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DA CONTENDA	245
4.2.1. Alterações Recentes da Responsabilidade da Gestão	245
4.2.2. Contributos para a Gestão da Contenda.....	246
4.2.2.1. Proposta de Classificação da Paisagem da Contenda	246
4.2.2.1.1. Criação de uma Área com o Estatuto de Paisagem Protegida.....	246
4.2.2.1.2. Criação de uma Paisagem Transfronteiriça	247
4.2.2.2. Propostas de Medidas de Gestão para a Herdade da Contenda.....	247
Síntese	254
CONCLUSÕES.....	255
BIBLIOGRAFIA	260
LEGISLAÇÃO	280
ANEXOS.....	286
ANEXO 1 – SPU – Conceito de “Service Providing Unit” (Unidade Fornecedora de Serviços).	287
ANEXO 2 – Património Mundial.	288
ANEXO 3 – Transformação de Desperdícios de Cortiça em Carvão Activado.....	290
ANEXO 4 – Notícia no Diário do Sul sobre a Necessidade de a Gestão Equilibrada do Montado Dever Ser “Premiada” com Apoio Financeiro.	291
ANEXO 5 – Quadro histórico dos apoios à arborização. Quadros Comunitários de Apoio (1986-1992, 1993-1999, 2000-2006 e 2007-2013).....	292
ANEXO 6 – Campanha do Trigo.	297
ANEXO 7 – Notícias nos “Media” sobre a Intenção da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (TA ERT) de Promover a Dinamização do “Montado Alentejano como Bem Cultural Universal”.	299
ANEXO 8 – O Sobreiro, “Árvore Nacional de Portugal”.	302
ANEXO 9 – Mapas Digitalizados do Presente Trabalho.	307
ANEXO 10 – Localização e Limites da Herdade da Contenda.	309
ANEXO 11 – Referências sobre o Convento da Tomina.	310
ANEXO 12 – Caracterização Biofísica da Herdade da Contenda.....	314
ANEXO 13 – “Condições para se darem para serviços, as sortes das cortes, deliberando a dita Comissão dar nas seguintes”.	330
ANEXO 14 – “Bases para o Arrendamento da Defesa da Contenda para os Anos de 1951 a 1957 e de 1957 a 1963”.	331
ANEXO 15 – Arrendamento dos Lotes da Herdade da Contenda.....	333
ANEXO 16 – Proposta de Arrendamento dos Lotes 1 a 12 da Contenda pela “Agro-Industrial de Moura” e Mapa da Contenda.....	339
ANEXO 17 – Regime Florestal.	341
ANEXO 18 – Principais Acções Desenvolvidas por Projectos no Perímetro Florestal da Contenda desde 1958.	342
ANEXO 19 – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROF BA).	346
ANEXO 20 – Valores a Pagar e Receitas da Exploração da Caça.....	349

ANEXO 21 – Mapa da Montaria do “Barracão do Mel” e um Esquema de Percurso das Matilhas de Caça numa Mancha Pequena – Hipótese “ao choque”, em que Regressam ao Ponto de Origem.....	353
ANEXO 22 – Notícia da Candidatura do Projecto LIFE “ <i>Habitat</i> Lince Abutre” . .	355
ANEXO 23 – Minas Denunciadas na Contenda e Cópia do Manuscrito Original.	356
ANEXO 24 – Notícia do Projecto “SKA” e Logotipo.	358
ANEXO 25 – Prémio Nacional da Paisagem.	359
ANEXO 26 – Documento do Ministério das Finanças sobre a Cedência de Terreno para Construção de um Posto da Guarda Fiscal na HC.	362
ANEXO 27 – Ficha de Funcionário dos Serviços Florestais do Eng.º Sousa Lara.	364
ANEXO 28 – Texto do Audiovisual de Apresentação da Herdade da Contenda ao “Focus Group”. Sessão Teste de “Focus Group”. Sessão de “Focus Group”. Ficha de Avaliação do “Focus Group” e Gráfico de Avaliação das Respostas dos Participantes.....	365
ANEXO 29 – Servidões e Restrições de Utilidade Pública.	374
ANEXO 30 – Lista do Património Edificado Existente na H. da Contenda.	381

PREÂMBULO

O facto de os meus antepassados mais próximos serem oriundos de uma zona onde predomina(va) o minifúndio rural, de a minha formação inicial ser em agronomia e, posteriormente, em arquitectura paisagista, constituiu um conjunto de circunstâncias que me possibilitou a redescoberta da paisagem em espaço rural.

Se àqueles factos se juntar o trabalho desenvolvido no ex-Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, actualmente ICNF, e na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo (DRARNA), o âmbito do mestrado sobre as Unidades de Paisagem da Zona de Castro Verde/Mértola e a elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão da Mata Nacional do Buçaco (POGMNB), constituíram uma vivência e uma experiência que permitiram estabelecer uma relação mais estreita com o mundo rural, especialmente na região Alentejo, bem como a vontade de dar um pequeno contributo para a sua gestão.

Por fim, o ter tido conhecimento em finais de 2009 da existência de um curso de doutoramento em **“Paisagem, Biodiversidade e Sociedade”** (entretanto, extinto e criado outro para o substituir, designado **“Gestão Interdisciplinar da Paisagem”**, Despacho n.º 1339/2011, de 14 de Janeiro) e da possibilidade de executar um trabalho baseado naquelas três áreas do conhecimento, foi determinante na adesão a uma candidatura à obtenção de um grau académico na Universidade de Évora (UEb), em associação com o Instituto Superior de Agronomia (ISA) e a Universidade dos Açores (UA).

Uma dissertação de doutoramento deve ser o resultado na forma escrita de uma pesquisa sobre uma questão que foi eleita como objecto de estudo num âmbito universitário, e que deve acabar por constituir um processo de clarificação dessa mesma questão, com a obtenção de resultados que se deseja que possam constituir uma contribuição para a investigação, por mais insignificante que possa vir a ser considerada: a) os avanços na investigação, b) o conhecimento, c) o progresso no conhecimento.

Naturalmente que quem a elabora pode desejar muitas vezes que o trabalho que desenvolveu venha a ser reconhecido “publicamente”, de modo a vir a constituir um instrumento que, através da sua aplicação, possa ser útil por uma qualquer forma à sociedade, incluindo a possibilidade de vir a constituir uma “ferramenta” que contribua para a decisão.

Embora usualmente quem elabora esse tipo de trabalho não tenha o poder para concretizar esse desejo, restará sempre um documento como contributo para quem um dia o pretenda consultar.

Estes três anos e meio constituíram uma etapa que, para além da possibilidade de obtenção de um grau académico, porventura importante para a carreira pessoal, contribuíram sobretudo para o aumento de conhecimentos que irão reflectir-se num melhor desempenho pessoal nas actividades profissionais.

Sem dúvida que esta tarefa constituiu para todos os colegas do curso um grande desafio, pela novidade, pela exigência, pelo empenho dos “nossos” professores e pelos pergaminhos da instituição que nos “albergou” durante o período em que ela decorreu.

Com a inscrição feita no curso de doutoramento referido nestas linhas iniciais, colocou-se logo a seguir a questão da escolha de um tema. A Herdade da Contenda (HC) surgiu com alguma “força”, face aos antecedentes imediatos ligados com o Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda (POGHC): desde que em 02 de Novembro de 2005 ocorreu a possibilidade de trabalhar na Circunscrição Florestal do Sul (ex-Direcção Regional de Florestas do Alentejo, da ex-Autoridade Florestal Nacional, actual ICNF), uma das tarefas atribuídas foi a concretização daquele plano, o que permitiu, finalmente, ficar a conhecer a herdade e as suas potencialidades, que constituem, também, objecto deste trabalho.

De referir que para a elaboração daquele instrumento de planeamento acabado de citar foi solicitada rapidez, traduzida numa execução que teria de ser reduzida a escassos meses. Entre outras, uma das lacunas do documento então elaborado foi a história da Contenda e, outra, a de um reconhecimento com mais pormenor da propriedade.

Ao longo da pesquisa a que se procedeu sobre aquela herdade, tomou-se consciência da quantidade e da variedade de documentação espalhada respeitante a diversos autores e instituições, bem como a uma dispersão grande: são vários os serviços oficiais que, por um lado, têm diferentes departamentos noutros tantos locais e, por outro, face à actual política de fecho de delegações, de realocização e de extinção de serviços, tornará futuras pesquisas particularmente difíceis, se não inviáveis para a obtenção de dados. Uma parte significativa dessa informação está espalhada na forma de documentação interna (informações e documentos técnicos vários) e/ou externa (ofícios) que, por falta de arquivamento adequado e face à remodelação de serviços e ao reagrupamento de outros, poderá acabar por constituir uma futura “fonte” de matéria para reciclagem de papel...

A hipótese forte de desaparecimento de alguma documentação por falta de reconhecimento da sua importância e o facto de se tratar de um sítio emblemático que “carrega” uma história rica de acontecimentos, constituíram razões fortes que contribuíram para a selecção da **Herdade da Contenda** para a presente dissertação.

INTRODUÇÃO

A IDENTIDADE DA PAISAGEM

Com a presente introdução pretende-se salientar a importância do tema, a **paisagem**, pelo que desde logo se recorreu à **Convenção Europeia da Paisagem (CEP)** (Conselho da Europa, 2000), a alguma bibliografia temática e à importância da **história** para as relações que se estabelecem com a paisagem e a sua evolução ao longo do **tempo**.

A CEP chama a atenção para a necessidade de ser alcançado um desenvolvimento sustentável e entende que a paisagem, pelas funções que desempenha, pela contribuição para a formação das culturas locais, pela importância que tem no bem-estar e na qualidade de vida das populações, tem um papel importante neste processo.

Esta vontade e alerta resultam da constatação que se verifica no aceleração da transformação das paisagens, pese embora o facto de a qualidade da paisagem ser reconhecida como um factor de atractividade e bem-estar pelo público/pela população, que ela própria tem uma intervenção directa na sua transformação.

Para tal há que estabelecer um **reconhecimento jurídico** e um **comprometimento** em se estabelecerem e aplicarem políticas para a paisagem em termos de protecção, gestão e ordenamento com a participação das populações e das governanças, bem como em integrar a paisagem nas políticas de ordenamento do território, culturais, ambientais, agrícolas, sociais e económicas (CEP, Preâmbulo).

O relatório “**Landscape in a Changing World**” (“Paisagem num Mundo em Mudança” em “Science Policy Briefing 41” (SPB) da ESF – COST 2010, European Science Foundation – European Cooperation in Science and Technology) promove uma análise, um diagnóstico e aponta para um rumo relativamente à **investigação sobre a paisagem à escala europeia**, sintetiza os vários problemas, ao fazer referência a alguns trabalhos de investigação desenvolvidos em diferentes países europeus e, simultaneamente, aponta um rumo, na forma de um agrupamento de quatro temas, concluindo com recomendações estruturais através de uma sequência lógica de acções, pelo que faz todo o sentido **ser utilizado como ponto de partida**.

Naquele relatório são reflectidos os desafios mais importantes que a nossa sociedade enfrenta actualmente e que estão intimamente ligados à paisagem (como as alterações climáticas, as necessidades de energia, saúde e segurança, garantia alimentar, urbanização e emigração) e de como é que a investigação sobre a paisagem reage àqueles desafios do século XXI.

Aqueles **desafios** incluem a transformação urbana e rural, a revitalização pós-industrial, o incremento da mobilidade, as mudanças demográficas de estilo de vida, as contribuições da humanidade e as reacções às mudanças climáticas, incluindo o objectivo do sequestro de carbono e as novas paisagens de baixa energia que estão a emergir. Eles apelam ao desenvolvimento de novas formas de governança e estão relacionados com preocupações de garantia alimentar, do património e da fragmentação do *habitat* ou da biodiversidade. As perspectivas de análise da paisagem podem contribuir para uma chamada de atenção para todos eles.

A **investigação sobre a paisagem** como um campo de investigação integrada em termos interdisciplinares e do seu potencial com vista a estabelecer benefícios significativos de carácter social, económico e ambiental é uma oportunidade que deve ser encarada e para a qual o “Science Policy Briefing” chama a atenção da comunidade científica e da sociedade em geral.

O SPB partilha com a CEP da visão de que a paisagem não é só ambiente, mas é também o mundo como é visto pelas pessoas, o elemento humano do ambiente.

Esta constatação permite que o conceito de paisagem seja usado para estabelecer conexões entre as pessoas, entre as pessoas e os lugares e entre as sociedades e o ambiente e compreender como as pessoas se relacionam com a paisagem e que, com uma governança capaz, pode ajudar nos desafios a enfrentar.

Os últimos anos trouxeram **desenvolvimentos significativos em todos os campos da investigação da paisagem**, nas humanidades, nas ciências sociais, nas económicas ou nas ciências físicas, envolvendo um cenário de disciplinas interligado e simbiótico que transcende as separações entre as diferentes áreas académicas tradicionais.

Daí a importância que uma investigação sobre a paisagem e a relação que com ela a sociedade estabeleceu ao longo do tempo, aprofundada e rigorosa, ajuda a formular actualmente **políticas de governança social e ambientalmente resilientes**.

A Convenção Europeia da Paisagem expressa, entre outros, o **reconhecimento da importância da paisagem pela sociedade**, a importância de valorizar a paisagem e a identidade de cada paisagem, a importância de perceber como as pessoas se relacionam com a paisagem e como isso depende da identidade da paisagem – a força que tem uma paisagem no imaginário das pessoas; e a **importância da História para a identidade e carácter da paisagem**.

Para além da paisagem do quotidiano, tem interesse saber o que podem ser consideradas paisagens de referência e a importância da história na valorização de uma paisagem e a sua possível transformação numa **paisagem de referência**.

A Herdade da Contenda, que foi escolhida para ser estudada, representa um caso particular pelo valor histórico, pela gestão pública, pela importância de identificar que valor deve ser hoje considerado para a sua paisagem, tendo em conta a sua história.

Para **fundamentar o que se pretende atingir**, foram feitas pesquisas em referências de base, em clássicos, que ajudam no **reforço deste posicionamento**.

John Wylie, em “Landscape”, o livro de síntese sobre o conceito de paisagem editado em 2007 (coleção “Key ideas in Geography”, da editora Routledge), descreve como a paisagem se encontra numa tensão entre proximidade e distância, natureza e cultura, espírito e corpo, envolvimento e observação exterior. O conceito de paisagem contém todas estas tensões. Em todas elas, a interacção dos indivíduos com a sua envolvente é determinante e é da forma como esta interacção se estabelece que advêm estas tensões. Deve salientar-se a forma como a memória destas interacções se regista na paisagem, tanto na sua materialidade física como na sua forma de construção social.

Simon Schama, no seu livro “Landscape and Memory” (2004), que rapidamente se tornou um clássico, mostra-nos como a paisagem é composta por diversas camadas que se sobrepõem ao longo do tempo, e que se vão interligando, de forma a que a paisagem actual é um resultado de um complexo conjunto de memórias da história passada e da forma como a sociedade foi absorvendo essas memórias. Para a paisagem europeia, este peso da história é uma das características mais frequentemente apresentadas como diferenciadora.

Urban Emanuelsson (2009), no seu livro “The European Cultural Landscape”, demonstra como a paisagem reflecte uma interacção de pormenor ao longo de séculos, entre o Homem e a Natureza, sendo que a particularidade da paisagem europeia de hoje está muito ligada a esta história, com múltiplos perfis que dependem das características biofísicas mas, também, em larga escala da ocupação e acção humanas.

Neste contexto, o livro “Landscape Interfaces – Cultural Heritage in Changing Landscapes”, editado por H. Palang e G. Fry (2003) é uma referência também importante. Os vários capítulos, de diferentes autores europeus, debruçam-se sobre o peso da história numa paisagem no valor cultural que lhe é atribuído hoje em dia. E, sobretudo, sobre a forma como esse valor cultural pode ser utilizado na actualidade para identificar objectivos e abordagens de gestão à escala da paisagem.

Assim, tendo em conta esta dimensão histórica e temporal, torna-se claro que a mudança faz parte inerente da paisagem. Mas esta mudança é feita de forma progressiva, ficando na paisagem as marcas do estado anterior que, ao mesmo tempo, condicionam a transformação que é possível em cada momento (Palang *et al.*, 2004). Algumas características da paisagem persistem à mudança, mantêm-se para além da mudança – são estas as que mais contribuem para a sua estrutura fundamental, o seu carácter. A análise da paisagem ao longo do tempo, da forma como foi gerida, se foi modificando, se foi reflectindo nos diferentes requisitos da sociedade, permite identificar o que essa paisagem tem de estrutural, o que se manteve para além da mudança e pode ser considerado o seu carácter. E que importa identificar em cada paisagem, de forma a conseguir delinear formas de gestão adequadas à sua integridade.

Paul Selman (2012), no livro “Sustainable Landscape Planning: the reconnection agenda”, demonstra claramente como a ligação das pessoas à paisagem se tem vindo a perder, e como seria importante reforçar de novo essa ligação, tendo em conta que a paisagem não é só um cenário, mas é um sistema complexo de relações entre a Natureza e o Homem. Para este autor, uma das formas para essa ligação deve ser a compreensão de toda a informação que está registada na paisagem, que faz parte da sua história e, assim, também parte da história da sociedade que a construiu e nela viveu. Para uma gestão sustentável das paisagens no futuro, a consideração da forma como a paisagem foi construída ao longo do tempo, torna-se assim um passo fundamental.

Vários autores têm-se debruçado sobre a história da paisagem. Nalguns casos sobre a História da paisagem em geral (Pitte, 1989; Ailer *et al.*, 1997), noutros casos sobre paisagens específicas e paradigmáticas (Grove e Rackham, 2001). O livro de Oliver Rackham (1993) é talvez um dos mais conhecidos estudos sobre a história da paisagem, focando-se numa paisagem específica.

Para **compreender a importância da história numa paisagem actual** e, sobretudo, para perceber de que forma essa história pode justificar a preservação de determinadas características da paisagem, algumas paisagens paradigmáticas são reveladoras.

Oliver Rackham (1989) estudou a Floresta de Hatfield em Inglaterra, tendo associado o conceito de paisagem de referência à relação que lá/dela vivia e da importância da cartografia no acompanhamento da evolução da floresta devido à intervenção permanente da população e aos elementos daquela floresta medieval que sobreviveram até aos dias de hoje.

A HERDADE DA CONTENDA

O **ponto de partida deste trabalho é a Contenda**, uma herdade com a área de cerca de 5268 ha, que é propriedade da Câmara Municipal de Moura, distrito de Beja, na região do Baixo Alentejo e na margem esquerda do Guadiana.

Trata-se de uma grande propriedade que, pela sua extensão, pode ser considerada um **território** (*“área extensa, quase sempre relacionada com uma determinada característica, como seja posse, jurisdição ou uma funcionalidade específica”*, Cancela d’Abreu, 2007: 73), com características muito específicas, nomeadamente na **componente histórica**.

Para melhor se analisar a sua evolução, ter-se-á que recuar na história ao início da segunda metade do século XIII, quando havia um vasto território com **mais de 12 000 ha, explorado comunitariamente** do lado castelhano pelos habitantes de Aroche e de Encinasola e, do lado português, pelos de Moura.

A partir daquela altura e ao longo dos anos, foi objecto de alguns **acordos na sua exploração** (cultura de cereais, pastoreio de animais, produção de bolota e de cortiça e da interdição de construção de edifícios em todo aquele vasto território) dado que começou a ser objecto de disputas frequentes entre dois povos (portugueses e castelhanos).

Com efeito, as relações entre as populações da raia daquelas zonas, a estremenha de Encinasola e a andaluza de Aroche com a alentejana de Moura, eram as de um relacionamento fronteiriço pautado por muitas rivalidades, **conflitos e atritos fronteiriços entre as gentes daqueles povoados**, mas que envolveu também o exército de Portugal e o do Reino de Castela num período que durou **mais de seiscentos** anos entre os séculos XIII e XIX.

O contencioso só terminou em 1893, com a assinatura da **Convenção de Madrid**, que dividiu a “Grande Contenda” na “Contenda” (de Moura) e na “La Contienda” (de Aroche), estabeleceu os limites de uma e de outra e, também, a parte da fronteira que faltava delimitar.

Originalmente era um amplo espaço territorial que, mais tarde e apesar de tudo, se manteve como propriedade indivisa, pertença do Estado (autárquico), quer em Portugal quer em Espanha, paralelismo curioso na sua evolução histórica.

A Herdade da Contenda, no início da primeira metade do século XX, apenas para efeitos de arrendamento, foi **dividida em 22 lotes** (12 a N + 10 a S) que foram entregues a rendeiros mediante hastas públicas.

A **Campanha do Trigo**, decisão política no tempo da Ditadura do Estado Novo que visou tornar Portugal num país autónomo em termos de produção cerealífera, levou a uma sobrexploração agrícola nas décadas de 30, 40 e 50 e um dos resultados acabou por ser o abandono agrícola (e a migração dos rendeiros) motivado, sobretudo, pela exaustão dos terrenos, pela erosão do solo e pelas correspondentes produções baixas.

Como consequência, e por solicitação da Câmara Municipal de Moura em 1958, a herdade foi intervencionada pelos Serviços Florestais e submetida ao **Regime Florestal Parcial Facultativo**, desde 08 de Maio de 1959.

Mais tarde, dados os valores naturais existentes e, também, como resultado das **ações de recuperação** da vegetação, da flora e da fauna, a Contenda foi :

- declarada como **Zona de Caça Nacional** do Perímetro Florestal da Contenda (Decreto-Lei n.º 377/89, de 26 de Outubro);
- classificada como **Sítio da Rede Natura** Moura/Barrancos PTCON 0053 (RCM 115-A: 4536-(189-195), de 21 de Julho);
- classificada como **Zona de Protecção Especial** Mourão/Moura/Barrancos PTZPE 0045 (RCM 115-A: 4536-(401-406), de 21 de Julho);
- e considerada como **Floresta modelo** no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo, PROF BA (Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de Outubro).

A escolha da **Herdade da Contenda** resulta de uma grande curiosidade de investigar o **passado histórico da sua paisagem**, perceber que **relação as pessoas foram estabelecendo com esta paisagem e como ela foi modelada por essa relação** mas, sobretudo, por se tratar de **uma propriedade pública** (pertença do sector autárquico do Estado) e para a qual se pode esperar uma **gestão mais dirigida para o bem público do que para interesses privados**.

Àquela motivação juntou-se um conjunto de razões:

- por ter uma **história rica** de disputas durante mais de seis séculos com pelejas entre os dois povos e ataques entre os dois exércitos de um lado e de outro de uma “fronteira”, que teimou em não existir neste longo período;
- por constituir uma **paisagem de fronteira** e ser a área onde se estabeleceu o **último troço da fronteira** entre Portugal e Espanha, no caso em 1893, com políticas e regras próprias, uma paisagem que também “conta” uma parte da história entre dois países;
- por ter um coberto arbóreo constituído essencialmente por **azinheiras** (só a parte mais a Norte da Contenda tem tido um coberto arbóreo constituído por esta espécie, questão confirmada pela pesquisa cartográfica feita, mas também por existir uma área, embora menor, de sobreiros numa área tradicionalmente menos apta à espécie), uma paisagem resultado de um tipo de sistema biofísico explorado tradicionalmente como **montado** com gestão agro-silvo-pastoril que durou vários séculos;
- o período de ocupação e uso do solo nos cerca de 65 anos (1893-1958) que se seguiu após a divisão da “Grande Contenda” e que levou à **exaustão dos solos**, ter sido o resultado da política incentivadora de cultivo de cereais de um Governo de Ditadura;
- por ser um espaço rural de uma região do Sul de Portugal, o **Alentejo**, cuja paisagem sofreu diversas alterações significativas em termos de ocupação e uso do solo, ao longo de pouco mais de meio século correspondente ao período entre 1961 e 2011, em que foi posta em prática a recuperação dos solos através de um **processo de florestação**, por ter sido uma **paisagem de construção/reconstrução** com partida para a gestão;

- por ser uma área frequentemente tomada como “exemplo” de **reabilitação dos solos**, contrariando o processo de desertificação que estava em curso;
- por possuir marcas, vestígios e uma história, que constituem um **património cultural/tradicional** particularmente rico e único e de grande **peso simbólico**;
- por ter sido, dir-se-ia, uma **área mítica** à escala da região ou, eventualmente, mesmo nacional, que durante muitos anos teve um acesso particularmente condicionado, embora houvesse a vontade de vários elementos e sectores da sociedade de a querer visitar e conhecer por, entre outras razões, ter constituído local de caça restringido ao então Presidente da República;
- por ser uma parcela do espaço rural que está em transformação sob a acção de vários factores por vezes conflituosos, mas onde se poderá conseguir a multifuncionalidade da paisagem se os conflitos forem geridos com sensibilidade;
- por ter uma **história contextualizada** no espaço e no tempo com dimensão política e técnica;
- porque se pretende determinar se a paisagem da Contenda poderá vir a ser considerada uma **paisagem de referência**.

QUESTÕES E OBJECTIVOS DA TESE

Na presente tese é contada a história da “Grande Contenda” enquanto área gerida de forma comunitária por dois povos, embora o **enfoque seja a Herdade da Contenda**, tendo permitido constatar vários **acontecimentos** que serão referidos ao longo do trabalho.

Com efeito, a Grande Contenda constituía um território vasto explorado comunitariamente, com acordos de exploração dos dois lados da fronteira, mas que não evitou atritos entre as populações nem conflitos que envolveram os exércitos e que só se resolveram com a definição da fronteira através da Convenção de Madrid.

O **objectivo central da tese é o de contar e compreender a História da paisagem da Herdade da Contenda**, através da **história complexa de acontecimentos que influenciaram o seu uso e a sua gestão**, juntando e cruzando informação dispersa de forma a construir um percurso ao longo de mais de seis séculos.

Pretende-se também destacar a sua **importância na região do Alentejo** e verificar se a **Herdade da Contenda pode ser considerada uma paisagem de referência** dada a sua história particular e referencial.

A tese é centrada em **compreender esta paisagem**, em **pesquisar a forma como foi gerida e mudou ao longo da História, de que forma se tornou um elemento simbólico de referência** e ainda o **que é que se deve valorizar pela intervenção pública através da gestão actual**.

Pretende-se, assim, avaliar em que medida a história é determinante na paisagem actual – tanto na sua materialidade como na forma como ela é vista pelos que a conhecem e pela comunidade em geral. E, tendo em conta o peso da história, assim como a representação que é feita da Contenda hoje em dia, avaliar se esta paisagem pode ser considerada uma paisagem de referência, no contexto da região do Alentejo.

O **estudo da Contenda** permite colocar, em concreto, a questão, do interesse da **paisagem de Montado no Sul de Portugal em termos históricos (e de referência)**, mas claramente em condições periféricas e de extremas condicionantes à gestão.

Por outro lado **propõe-se um conjunto de orientações de gestão para esta paisagem**, que salvaguardem a sua identidade e o seu potencial como paisagem de referência, **tendo em conta as orientações recentes para a gestão da paisagem**, que emanam da Convenção Europeia da Paisagem e da transposição nacional dessa Convenção.

METODOLOGIA

Dada a abrangência do tema e a sua articulação com as **ciências sociais**, adoptaram-se também as metodologias utilizadas nesta área.

O objectivo de uma **investigação na área das ciências sociais** é compreender e interpretar mais acertadamente os fenómenos da vida colectiva.

A fonte bibliográfica consultada (Quivy e Campenhoudt, 2003), que se começou e que se continuará a citar, serve neste trabalho de suporte de formação metodológica para melhor formular o projecto de investigação (sobre a Contenda), o trabalho exploratório, a construção de um plano de pesquisa, os critérios para a escolha das técnicas de recolha, o tratamento e a análise dos dados, de modo a ser atingida uma **coerência global na presente pesquisa**.

Na investigação social é necessário pôr em prática um método de trabalho que funcione como um **percurso global**. A ideia é compreender melhor os significados de um acontecimento, reflectir sobre as implicações de uma decisão política. Pretende-se, assim, estudar os fenómenos sociais com uma preocupação de autenticidade, de compreensão e de rigor metodológico.

Um **procedimento científico** é uma forma de progredir em direcção a um objectivo, descrevendo os princípios fundamentais a pôr em prática. Neste sentido, este trabalho seguiu diversas etapas: desde a questão de partida, a sua exploração (através de operações de leitura em que foi indispensável tomar conhecimento com alguns trabalhos de referência e diversificados sobre o mesmo tema, entrevistas exploratórias, no caso com o “Grupo Informal”) que ajudam a assegurar a qualidade da problematização, enquanto os métodos de exploração complementares e as entrevistas ajudam a ter um contacto com a realidade vivida pelos actores sociais. Não foram negligenciados artigos de revistas e entrevistas publicadas na imprensa, porque tinham elementos de reflexão e de informação com particular interesse, que permitiram reunir ideias para o trabalho. Seguiu-se ainda a fase de construção do modelo e as conclusões.

Embora uma investigação seja iniciada usualmente com uma pergunta, que deve ser bem formulada e, portanto, deve ser precisa de modo a ajudar a perceber com clareza o objectivo a atingir, no caso a **pergunta é transformada numa afirmação que se pretende provar (“A Herdade da Contenda. Uma Paisagem única como Paisagem de Referência”)**, contando e compreendendo a história complexa de acontecimentos que influenciaram a gestão daquela herdade, compreender a sua paisagem, pesquisar como foi gerida e como se tornou um elemento simbólico de referência.

A presente tese é sobre a **História da Herdade da Contenda e da sua paisagem**, tendo-se também utilizado na **metodologia** (considerada como “*um conjunto de regras estruturadas, articuladas e sequenciais, passos metodológicos, que orientam, conduzem, uma determinada intervenção ou actividade*”, Ramos, 2002: 115), a pesquisa e a recolha, análise e cruzamento da bibliografia relativa àquele território (capítulo 2) e uma posterior utilização de “Focus Group”.

A **escala espacial** a que o trabalho se desenvolveu foi a **escala local**, relacionada com a Herdade da Contenda e a sua localização.

Para analisar a evolução da ocupação espacial, bem como as respectivas transformações ocorridas, foi feita uma pesquisa que possibilitou o acesso a alguns documentos que foram interpretados e permitiram tirar algumas conclusões.

Em **termos metodológicos** poderão considerar-se no desenvolvimento do presente trabalho várias **fases** que se abordam a seguir.

Numa primeira fase, a tarefa mais significativa foi a **recolha de informação**, ao nível de documentos escritos, desenhados, cartográficos, aerofotogramétricos e fotográficos de que se foi tomando conhecimento, tendo sido consultadas diversas fontes e entidades públicas, sobretudo aquelas que, à partida pela sua localização geográfica e pela natureza das suas funções, apresentassem uma maior probabilidade de possuírem informação útil para o desenvolvimento deste trabalho.

Entre eles destacam-se os arquivos dos “**ex-Serviços Florestais**”, em Lisboa e das delegações regionais de Évora e de Moura, do **Arquivo Histórico Municipal de Moura – João Francisco da Mouca**, da **Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração**, da **Biblioteca Pública de Beja** e de alguns “**sites**” da **WWW**, que são devidamente referenciados na Bibliografia.

A recolha de informação junto de **Técnicos de várias áreas profissionais** e com ligação ao espaço rural revelou-se de particular utilidade, mormente para a gestão, como as questões ligadas às várias formas de caça, à actividade florestal e agrícola, mas também à exploração apícola e à florestal.

Outra fonte não menos importante foi a recolha de **informação oral** através de **entrevistas pessoais e informais** a antigos trabalhadores da Contenda e a alguns moradores na freguesia, formalizado no convite para a constituição do designado “**Grupo Informal**”, concretizado através de uma reunião, como é descrito em sub-capítulo próprio. Neste caso procurou-se perceber o modo de vida das pessoas que arrendaram lotes da Contenda e a forma como se relacionavam quer com a CMM, quer com a Guarda Fiscal e as populações dos aglomerados habitacionais mais próximos, as memórias que teriam de situações ocorridas com refugiados no tempo da Guerra Civil de Espanha e de quando o contrabando constituía uma actividade importante para a sobrevivência de muitas famílias.

Recorreu-se, ainda, à recolha de informação na **imprensa escrita** regional e de outros, sempre que se entendeu ter interesse. Estas fontes são referenciadas quer ao longo do texto, quer nos Anexos quando se faz referência a essa informação, e ainda na Bibliografia.

Numa segunda fase, mas que de alguma forma foi concomitante com a primeira, procedeu-se ao **cruzamento da informação** escrita e cartográfica recolhidas para se obter uma visão organizada da história da Herdade da Contenda e colmatar eventuais falhas que se tivessem detectado e que devia ser confirmada e/ou complementada, como a ocupação do solo e o respectivo uso ao longo do tempo; a consulta a investigadores espanhóis que procederam a pesquisas sobre a “Grande Contenda” em termos da evolução da área gerida de forma comunitária; e sobre a **toponímia menor**, entre outras.

Numa terceira fase, **definiu-se um conjunto de critérios para a identificação de paisagens de referência no Alentejo.**

Neste sentido, para justificar que a paisagem da Contenda pode ser considerada uma paisagem de referência, definiu-se um conjunto de critérios para a identificação de paisagens de referência na região do Alentejo, considerando a paisagem como objecto simbólico e como um referencial patrimonial.

No contexto actual de debate sobre a consideração nas políticas públicas, nomeadamente na agrícola de bens públicos, entre estes a paisagem, segundo modelos que são sobretudo importados ou definidos pela Europa do Norte, interessa avaliar, para o contexto português, se realmente a paisagem rural é valorizada pelo público, e de que forma, ou seja, em que componentes e para que fins, o que se traduz por alguma eventual **inovação** do presente trabalho.

Para se chegar a tal definição, foram **analisados vários casos descritos na bibliografia** que permitiram eleger um conjunto de critérios. Estes, juntamente com os critérios propostos no âmbito de uma sessão em que se utilizou a metodologia de “**Focus Group**” (Quadro 0.1), foram agregados em grupos, após apreciação e validação pelos participantes (capítulo 3).

Powell *et al.* (1996: 499 *in* Gibbs, 1997) definiram o “Focus Group” como um grupo de indivíduos seleccionados por investigadores para discutir e comentar o tema que é objecto de investigação, dada a experiência de cada um.

O “Focus Groups” é considerado uma técnica de pesquisa que colhe dados através da interacção de grupos a partir de um tema pré-estabelecido pelo investigador, sendo do seu interesse propor o tema, enquanto que a informação propriamente dita resulta da interacção do grupo (Morgan, 1997: 6).

Segundo Morgan (1997 *in* Galego e Gomes, 2005: 177), o “Focus Group”:

- é uma técnica de pesquisa qualitativa utilizada para a recolha primária de dados, com um acesso a um maior volume de informações;
- visa o controle da discussão de um grupo de pessoas;
- pode servir a vários propósitos diferentes, podendo ser utilizado isoladamente ou conjugado com outras técnicas. Essa flexibilidade permite que o “Focus Group” seja utilizado como téc-

- nica de recolha primária de dados, ou em contexto em que se torna necessária maior profundidade (Morgan, 1997 *in* Galego e Gomes, 2005);
- inspira-se em entrevistas não directivas em que a finalidade é a obtenção de respostas de grupos a uma determinada questão – privilegia a observação e o registo de experiências e reacções dos indivíduos participantes do grupo, que não seriam possíveis de captar por outros métodos como, por exemplo, a observação participante, as entrevistas individuais ou questionários (Galego e Gomes, 2005);
 - tem por finalidade procurar o sentido e a compreensão dos complexos fenómenos sociais, onde o investigador utiliza uma estratégia indutiva de investigação, sendo o resultado amplamente descritivo. Contudo, os propósitos que o caracterizam contribuem para a sua especificidade funcionando como directrizes para a sua escolha em determinados tipos de estudo (Galego e Gomes, 2005:177).

Na revisão de literatura feita por Galego e Gomes (2005) verificaram que:

- havia autores (Morgan, 1997; Suter, 2004) que consideravam o “Focus Group” como um método, actualmente muito utilizado em trabalhos de investigação e que é descrito neste sub-capítulo (“*métodos*” quer dizer caminho, via, rota, considerando-se “*método*” como um “*processo racional através do qual se atinge um fim previamente determinado, o que pressupõe um conhecimento prévio dos objectivos que se pretendem atingir, das situações a enfrentar, recursos e tempo disponível*”, Galego e Gomes, 2005: 176). Referem-se ainda os aspectos que devem ser acautelados na utilização desta metodologia com vista a categorizar e explorar qualitativa e quantitativamente os resultados das discussões que tiveram lugar;
- outros autores como Saumure (2001) consideravam o “Focus Group” como uma técnica (etimologicamente é um termo de origem grega, que procede de “*tékhne*” que significa arte e “*técnica*”, “*define-se pela minuciosidade de cada um desses procedimentos que permitem operacionalizar o método segundo normas padronizadas*”, Galego e Gomes, 2005: 176). As técnicas foram definidas por outra autora como “*acções específicas que concretizam os passos metodológicos definidos*”, Ramos, 2002: 115-116): “*...se método é o caminho para se chegar a um resultado, a técnica é a arte de caminhar até esse resultado*”. Independentemente de se considerar o “Focus Group” um método ou uma técnica, o que é fundamental aqui é ter clareza dos limites e alcances da técnica e/ou do método (Galego e Gomes, 2005: 177).

Este método também pode ser utilizado como um instrumento de pesquisa quantitativa e para clarificar resultados. Pode ser um instrumento fundamental na criação de questionários, pois através dos investigadores pode-se recolher informação das pessoas sobre a área a investigar (Galego e Gomes, 2005: 178).

O “Focus Group” pode ser usado para discutir com mais profundidade informações quantitativas, assim como clarificar esses mesmos resultados. Pode ainda contribuir para gerar hipóteses para pesquisas futuras. Permite também detectar problemas em programas, produtos e serviços, além de ajudar a fornecer impressões gerais desses programas, produtos e serviços. Por último, o “Focus Group” pode ser fundamental na criação de questionários, na

medida em que, através dos investigadores, se pode ouvir o que as pessoas têm a dizer acerca da área a investigar.

O uso do “Focus Group” como técnica e/ou método de investigação científica tem alargado cada vez mais os seus propósitos, estando esses propósitos, de certa forma, a cargo da criatividade metodológica do investigador. Este é, pois, o grande desafio que se coloca ao investigador, mas também uma garantia de inovação e criatividade num esforço de responder às múltiplas problemáticas que este tem de enfrentar (Galego e Gomes, 2005: 178).

Quadro 0.1 – Organização dos “Focus Group” (segundo McNamara, 1998; Galego e Gomes, 2005: 180; Suter, 2004; e Morgan, 1997).

N.º de ordem	Descrição das acções
1	Identificação do objectivo principal da sessão (em que o problema a investigar estava bem claro)
2	Programação das questões a colocar (num número máximo de 5 ou 6)
3	Organização pelo investigador sobre qual o problema ou a necessidade da informação reunida durante a sessão
4	Planeamento da duração da sessão para cerca de uma hora (no máximo 1.5 horas), teve lugar de manhã numa sala com boas condições de arejamento, iluminação e interacção, contou com a presença de 10 elementos (no máximo seriam 12), em que 5 eram homens e 5 mulheres, todos identificados por cartão com nome, a idade dos participantes ia dos 30 aos 50 anos, desempenhavam funções técnicas no Estado, em autarquias e em empresas privadas
5	Convite aos participantes feito pessoalmente, por telefone e por correio electrónico com uma semana de antecedência e lembrados da sessão na véspera, tendo tido conhecimento prévio do tempo que se previa que iria durar a sessão e da proposta de agenda
6	A moderadora fez a auto-apresentação e informou qual o objectivo a atingir com a informação que viesse a ser obtida; formulou com cuidado cada questão antes de a dirigir a todo o grupo; assegurou a participação de todos; evitou que qualquer dos elementos dominasse o grupo; recorreu a uma abordagem de mesa redonda dando a volta por todos os elementos; por fim agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão
7	Após o encerramento da sessão verificou-se o gravador, as notas retiradas e o registo das observações feitas durante a sessão.

Silva e Pinto (1986: 11) referem que *“a estratégia da investigação científica não pode ser definida à maneira da filosofia clássica, invocando normas lógicas tidas por imutáveis e procurando fixar para sempre condições de possibilidade e de coerência da ciência”*, pois mais do que repetir saberes, a investigação científica, deve dar lugar à construção de saberes, em que a ligação objectiva entre causa e efeito, como refere Tuckman (2000), não pode ser meramente uma ligação «construída» pelo sujeito epistémico.

Numa sociedade cada vez mais mutável, onde o excesso de informação se afigura de difícil gestão para a actuação dos actores sociais nos diversos níveis da acção pessoal, social e profissional, o “Focus Group” permite não só que se crie um espaço de debate em torno de um assunto comum a todos os intervenientes, como também permite que através desse mesmo espaço os participantes construam e reconstruam os seus posicionamentos em termos de representação e de actuação futura.

A moderadora/investigadora:

- teve conhecimento das características dos membros do grupo;
- liderou sem interferir na dinâmica de grupo, em relação ao seu nível de intervenção;
- teve um papel de agente facilitador do grupo e apresentou aos elementos do grupo explicações claras e objectivas sobre o trabalho a ser desenvolvido;
- tinha experiência na condução dos trabalhos com grupos e promoveu o debate, fazendo perguntas abertas e lançando desafios aos participantes.

As vantagens deste método são os baixos custos, a rapidez na recolha de dados, a flexibilidade do formato e a possibilidade de conciliação com outras modalidades de investigação. As limitações apontam para a interferência do moderador/investigador e para as dispersões próprias de grupos heterogéneos (Galego e Gomes, 2005: 183).

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente **dissertação** tem por objectivo **contar e compreender a História da Herdade da Contenda e a da sua Paisagem** e discutir se aquela paisagem **pode ser considerada uma paisagem de referência na região do Alentejo, pelos critérios definidos e pela aplicação dos mesmos**, utilizando como metodologia a **discussão nos “Focus Group” e está estruturada em 4 capítulos**.

Assim, na **Introdução** com a Identidade da Paisagem e salientada a importância do tema, a paisagem. A CEP chama a atenção para a necessidade de ser alcançado o desenvolvimento sustentável e o contributo que a mesma paisagem pode dar em termos de bem-estar e de qualidade de vida das populações; a Fundamentação ao tema em apreço, é suportada em pesquisas feitas em referências de base que contribuíram para reforçar as posições que foram tomadas; os Objectivos a atingir, são os de contar e compreender a história da Herdade da Contenda e da sua paisagem, pesquisar a forma como foi gerida e o que se deve valorizar pela intervenção pública através da gestão; a Metodologia utilizada era a única que me permitia analisar e compreender o contexto histórico da Contenda e da sua paisagem. Por isso se descreve que se utilizou numa primeira fase a pesquisa e análise de diversos tipos de documentos, de diferentes entidades, incluindo as da imprensa escrita, mas também a recolha de informação, quer junto de técnicos de diferentes áreas do conhecimento, quer através de entrevistas pessoais e informais a antigos e actuais trabalhadores da HC, bem como no designado “Grupo Informal”; seguiu-se o cruzamento da informação escrita e cartográfica para análise da dinâmica de ocupação e uso dos solos e uma terceira fase onde se analisaram vários casos descritos na bibliografia americana e europeia, incluindo um caso português, com vista a eger um conjunto de critérios para a identificação de paisagens de referência.

No **primeiro capítulo**, dado que o objectivo deste trabalho é contar a história da HC, justifica-se uma análise a alguns conceitos, a algumas dimensões e ao simbolismo da paisagem, bem como a diferentes formas de classificação e gestão da paisagem e a paisagens culturais em Portugal e na Europa.

O montado é especialmente referido por corresponder à paisagem que, pela sua dimensão e história, está mais representada no Sul de Portugal e no Alentejo sendo, ainda, o sistema de uso do solo que ocupa maior extensão na H. da Contenda.

A análise feita neste capítulo pode constituir um enquadramento para a avaliação de que paisagens podem e devem ser consideradas como de referência e se a HC também o pode ser.

No **segundo capítulo** faz-se a apresentação do caso de estudo, a H. da Contenda (incluindo “La Contienda” pela sua ligação), sendo contada a sua história e a da sua paisagem e feita a sua caracterização biofísica. A pesquisa às referências históricas sobre a alternância da posse do território da “Grande Contenda” faz todo o sentido, para se perceber que tipo de relações havia entre as populações daquela raia e a importância que as governanças atribuíam àquele território. A análise à sua exploração mais recente e a abordagem às perspectivas actuais e futuras justificam-se tendo em vista uma gestão que garanta a sua conservação e valorização.

No **terceiro capítulo** refere-se a aplicação da Metodologia de “Focus Group” por ser muito utilizada e a adequada em trabalhos de investigação e, face à natureza deste, os participantes convidados foram técnicos com vários tipos de ligação ao espaço rural que, além de terem contribuído para a definição de um conjunto de critérios para a identificação de paisagens de referência no contexto da região do Alentejo, concluíram que a paisagem da Contenda podia ser considerada uma Paisagem de Referência.

No **quarto capítulo** são apontados contributos para a Gestão da Contenda: de como a paisagem pode ser considerada como suporte orientador da gestão, para o que se elaboraram propostas de normas e orientações para a sua gestão futura, de áreas temáticas, de medidas e de acções a realizar que constituam suporte de bens públicos e, simultaneamente um catalizador do desenvolvimento económico regional.

São ainda formuladas as **Conclusões** e apresentada a **Bibliografia**.

Da presente dissertação constam, também, **Anexos**.

1. PAISAGENS

“Da opulenta e grandiosa floresta pós-glaciária, imensa selva que revestiu o globo há muitos milénios atrás, bem se pode dizer que apenas hoje subsiste mesquinho e transfigurado espólio. Em nenhum outro património natural se exerceu, com tão grande amplitude, o poder destrutivo do homem; e ao contemplarmos hoje os mesquinhos e arruinados vestígios da esplendorosa floresta primitiva, quase acreditamos que os passos da humanidade, no envolver dos milénios, foram alumiados pelos trágicos clarões da floresta incendiada, e os cânticos de triunfo, as preces, as maldições, os clamores da derrota nessa marcha do tempo, abafados pelo ecoar lúgubre dos golpes de machado e pelo ruir pungente dos esbeltos gigantes vegetais, vítimas de fúria insana de devastação e de pilhagem”. (J. Vieira Natividade, “A Nova Floresta”, in Santa-Ritta, 1982: 31-32).

O **objectivo deste trabalho como já foi referido é o de contar a história da Herdade da Contenda e a da sua paisagem** e compreender o seu papel como **paisagem de referência no contexto do Alentejo**, contribuindo com propostas para a **gestão tendo em conta esse valor como paisagem de referência**.

Por outro lado, atendendo a que o caso de estudo é a Herdade da Contenda, uma paisagem onde predomina a exploração do **montado de azinho** e, em área reduzida, o montado de **sobro**, faz sentido analisar o montado em termos de referências históricas acerca da sua protecção, da sua transformação e gestão.

Nessa perspectiva convém referir que têm sido diversos os autores a abordar a temática do montado enquanto **paisagem de referência no Alentejo** (Surová, 2011).

1.1. A PAISAGEM

1.1.1. Paisagem: Multifuncionalidade e Sustentabilidade

A **investigação sobre a paisagem** debruça-se não só sobre a componente cultural, mas também sobre a componente física e aborda uma série de questões como as alterações climáticas, as necessidades energéticas, a coesão social, a garantia alimentar, a pluralidade e a diferença, a governança equitativa e a qualidade de vida.

A integração da perspectiva humana esteve sempre subjacente na elaboração das temáticas da pesquisa da paisagem. Hoje o objectivo da pesquisa sobre a paisagem centra-se na **interdisciplinaridade**, em termos sociais e políticos, com a presença da arqueologia, antropologia, geografia cultural e humana, ecologia mas envolve, também, os estudos ambientais, históricos, de arquitectura paisagista, planeamento, psicologia e sociologia, entre outros.

A paisagem envolve uma multiplicidade de áreas temáticas, como a história, a ecologia, a mentalidade e a acção, bem como o ambiente físico. A paisagem constitui um recurso vivo e mutável para ser usado de uma forma sustentável, e não só para ser preservado. A construção e o “consumo” da paisagem são um processo social, mas, também, o resultado de um processo natural e humano que se vem prolongando do passado ao longo dos tempos.

Para um **futuro programa de investigação europeu sobre a paisagem** foram identificadas quatro áreas a serem desenvolvidas: *“Bens universais: defender a paisagem como um bem comum”*; *“Raízes e rumos: mobilidade e estilos de vida”*; *“Reacções e resiliência: transformações da paisagem a longo prazo”*; *“Orientações: bases e contexto para uma mudança futura”* (Science Policy Briefing 41, 2010).

Sobre as **recomendações**, elas apontam para o reconhecimento de que os maiores benefícios resultam da combinação das perspectivas humanistas, das culturais e das sociais com as perspectivas científicas naturais e físicas, que trará benefícios para os dois lados. A investigação sobre a paisagem tem de envolver as ciências da terra, da vida e da área social, bem como as humanidades e os estudos históricos como a filosofia, a história de arte e as linguísticas.

Outra recomendação diz respeito à criação de um “Forum Europeu da Paisagem” com uma base interdisciplinar e trans-sectorial, envolvendo os políticos e os profissionais de todos os sectores da paisagem.

Por fim, entende-se ser necessário criar um “**Programa Europeu**” para o desenvolvimento da investigação sobre a paisagem, como fonte de inovação científica e de inspiração que venha a permitir a obtenção de respostas aos desafios que nos irão ser postos durante este século, no âmbito social e de uma forma sustentável.

Em relação ao **espaço rural** são vários os autores que constatarem que o mesmo está a mudar, a desligar-se progressivamente da agricultura e a ganhar uma certa autonomia e nova identidade, influenciado por vários factores. A produção (agrícola) continua a ser importante, mas actualmente as expectativas centram-se noutros tipos de bens que terão de ser valorizados de modo a compensar quem os tem, quem os mantém e quem os produz (Marsden e van der Ploeg, 2009; Robinson, 2007).

O **espaço rural** assegura hoje em dia **várias funções** que, além da produção agrícola e da produção florestal, englobam ainda a protecção da natureza e a conservação ambiental, as actividades territoriais (caça, desporto, recreio) e a herança rural (saberes, festas, costumes) (Baptista, 2010), entre outros.

Noções como “funções do solo” (Verburg *et al.*, 2009 *in* Haines-Young, 2009: 180), “funções do uso do solo” (Perez-Soba *et al.*, 2007 *in* Haines-Young, 2009: 180) e “funções da paisagem” (Haines-Young, 2000; De Groot, 2006; Kienast *et al.*, *in press in* Haines-Young, 2009: 180) emergiram como um meio de planear as ligações entre a terra e os sistemas ecológicos e os serviços dos ecossistemas que os suportam (o termo “**função**” é usado para identificar a capacidade do solo ou de um ecossistema para gerar um serviço que produz um benefício para as pessoas).

Há pois um conjunto de actividades (como a caça e o recreio), desenvolvidas no espaço rural, que ganha cada vez mais importância para as populações, tornando-o um **espaço de consumo**, mais do que um **espaço de produção** (Holmes, 2006).

Para Radich e Baptista (2005: 152-154), nas últimas décadas emergiram as **funções ambientais** e as de **lazer e recreio** – turismo rural, todo-o-terreno, cicloturismo, percurso pedonal, caça, pesca, passeio. Como estes autores realçam, reapareceu recentemente uma terminologia que tem subjacente uma oposição de “**floresta de produção versus floresta de protecção**”, mas que escamoteia o problema central, que não é a indicação da composição da floresta a instalar mas sim “**a necessidade de avaliar os serviços ambientais que a floresta presta**”, procedimento que deveria ser seguido sempre que se considerassem pagamentos de subsídios a propósito do ambiente.

Estes **serviços ambientais** implicam o prestador, o utilizador ou beneficiário e o bem sobre o qual o prestador intervém para produzir o resultado que o utilizador procura. Porém, devem ser verificadas as condições que permitam o seu pagamento como as condições de prestação do serviço e o cumprimento de critérios justificativos do seu pagamento ao Estado.

Radich e Baptista (2005: 144) fizeram uma análise da política florestal no período de 1875 a 2005 que envolveu os proprietários privados e comunitários e o Estado, a área florestada e as funções que se esperavam das arborizações. Aqueles 130 anos foram divididos em três períodos (1875-1938, 1938-1974 e 1974-2005), tendo sido caracterizado o primeiro por um grande aumento da área florestada e os segundo e terceiro pela continuação do aumento, embora mais moderado, da área florestada e sendo marcados pela acção estatal (que no período intermédio se caracterizou por uma função de conservação e de protecção do território enquanto os privados se viraram mais para a produção). No último período, a partir da Revolução do 25 de Abril a função ambiental/conservação passou a ser exigida pela sociedade e pelos acordos resultantes da entrada de Portugal na CEE, depois UE.

Para aqueles autores o percurso da floresta é sobretudo o resultado da actividade, dos interesses e das **lógicas de gestão dos diferentes tipos de proprietários**, assegurando à **sociedade e à economia várias funções**, nas quais se enquadram a **produtiva**, a de **lazer e recreio**, a **ambiental e de conservação** e a **simbólica** que em cada época podem esperar da floresta.

Radich e Baptista (2005: 151) entendem que **qualquer solução tem de conciliar o saber técnico e as tecnologias disponíveis com a lógica de gestão dos proprietários**.

Algumas das **funções**, como a **ambiental**, não têm mercado mas, como é necessário que sejam asseguradas, deviam ser pagas (pelos dinheiros públicos). A existência deste conjunto de bens e serviços não tem valor comercial (ainda), mas o seu conhecimento é decisivo para fundamentar as decisões para a gestão dos ecossistemas. Por outro lado, a agricultura atingiu os limites de produção, havendo uma cada vez maior consciência para as **amenidades**. Estas contribuem para a sustentabilidade e a protecção/preservação dos recursos, a par da **função de produção agrícola**.

Aquela transição, de uma fase para outra baseada num modelo de produção de bens, com outros meios e funções nas áreas rurais (a conservação da natureza, o recreio, a qualidade da água, a manutenção da identidade cultural, a qualidade de vida), traduz-se num quadro de **multifuncionalidade** dos espaços, envolvendo a produção, a conservação e o consumo, o **pós-productivismo** (Holmes, 2006; Pinto Correia and Kristensen, 2013).

Neste quadro, são vários os **bens públicos de amenidades** que são normalmente considerados e que implicam novos paradigmas de gestão. A **paisagem**, como suporte de actividades de recreio e lazer, ou enquadramento de qualidade de vida, ou como componente fundamental na identidade local, é um dos bens públicos que mais relevância tem nestes processos e nas questões que hoje em dia se põem às políticas e intervenção pública (Pinto-Correia and Kristensen, 2013).

No espaço rural, sobretudo em questões relacionadas com a gestão, há um conjunto de **conceitos** que, pela sua natureza e importância, se entendeu deverem ser também abordados. Entre eles, incluem-se os de “land cover” e de “land use” que, por vezes, têm um uso incorrecto devendo cada conceito ser clarificado, pois não têm o mesmo significado (Jansen e Di Gregorio, 2002; Comber, 2008 *in* Haines-Young, 2009: 179).

“**Land cover**” (ocupação do solo) é o conjunto das características físicas do solo – como a vegetação presente e a existência de estruturas construídas – que resultam das suas componentes bióticas e abióticas.

O conceito de “**land use**” (uso do solo) – refere-se às funções sociais e económicas da terra – é definido pelas propostas de gestão activas e passivas e pelos benefícios materiais e não materiais derivados da terra.

Embora se trate de conceitos que podem ter ligações entre si, eles são complexos e diferentes (Haines-Young, 2009: 179).

Este autor dá como exemplo de “land cover” um prado (“grassland”) que pode vir a ter vários usos como a produção de carne (pastagem para herbívoros), o recreio e a produção de turfa. Por outro lado um uso único como utilização mista (“mixed farming”), pode traduzir-se por diferentes tipos de cobertura incluindo prado (“meadow”), produção de cereais (“crop”) e terra em pousio (“fallow”).

Contudo e embora a distinção entre cobertura/ocupação (“cover”) e uso (“use”) do solo seja aceite, elas podem ser confundidas (Jansen e Di Gregorio, 2002 *in* Haines-Young, 2009: 179).

Perceber as ligações entre “**land use**” e **biodiversidade** é fundamental na ajuda para um melhor entendimento das relações entre as pessoas e o ambiente. Por um lado, as transformações e a alteração do uso do solo na forma como é gerido são factores chave (“key drivers”) promotores das alterações na biodiversidade às escalas global, regional e local. Por outro lado, pelo facto de ser necessário sustentar os ecossistemas e os benefícios proporcionados aos seres humanos, a biodiversidade de um lugar ou de uma terra pode muitas vezes condicionar as opções sobre a forma como devem ser usados (Haines-Young, 2009: 178).

Este tema é tão importante que, para Turner *et al.* (2007 *in* Haines-Young, 2009: 178), a ciência da “alteração do uso do solo” constitui actualmente a componente central da pesquisa sobre ambiente e sustentabilidade.

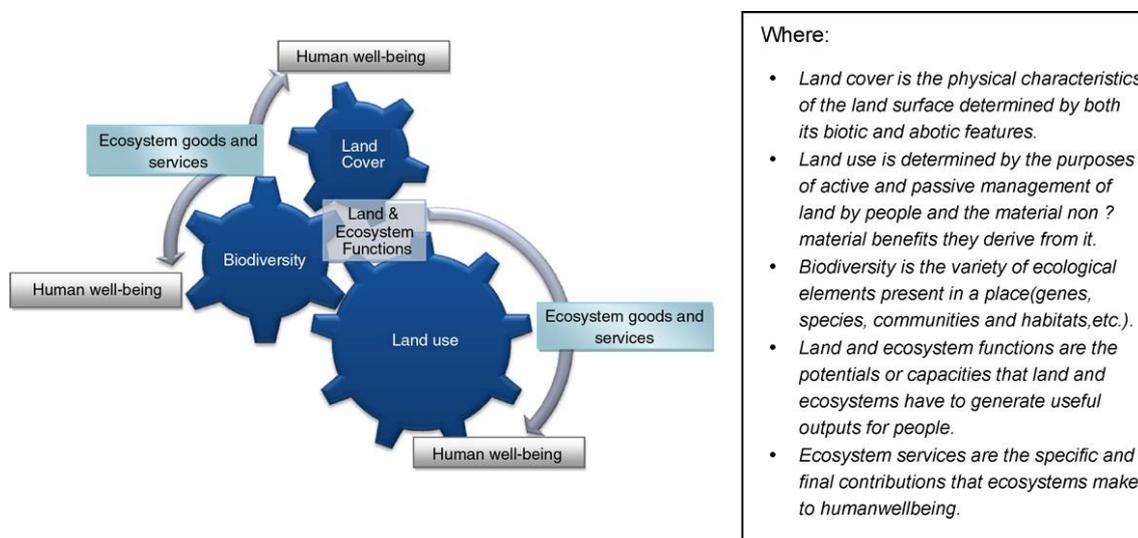
A **biodiversidade** é a variedade dos elementos biológicos presentes numa área, mas envolve também a diversidade de genótipos, o funcionamento de grupos, comunidades e ecossistemas que possam ser identificados (de Bello *et al.*, 2008 *in* Haines-Young, 2009: 179).

Por volta de 2100 o impacte da mudança do uso do solo na biodiversidade será mais significativa do que as alterações climáticas, a fixação do azoto, as introduções de espécies e do que as mudanças das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono à escala global (Chapin *et al.*, 2000; Sala *et al.*, 2000 *in* Haines-Young, 2009: 179).

Sobre a **mudança de uso do solo**, ter-se-á de determinar se ela se refere a grandes alterações em que ocorre uma substituição total de um tipo de ocupação ou uso do solo por outra, ou se inclui alterações qualitativas nas características do solo (designadas “modificações na ocupação do solo” por Lambin, 1999 *in* Haines-Young, 2009: 179).

Turner *et al.* (2007 *in* Haines-Young, 2009: 179) entendem que, no âmbito da “ciência de alteração do solo”, há a necessidade de desenvolver métodos que o caracterizem. Nos anos mais recentes os estudos sobre as alterações de “land use” e “land cover” foram incrementados de forma interdisciplinar (Rindfuss *et al.*, 2008).

O conceito de **multifuncionalidade** é actualmente muito empregue para descrever os múltiplos benefícios que o solo e os sistemas ecológicos podem gerar ao ser humano (Figura 1.1).



(Figura 1.1 – Destaca as interdependências mútuas entre a ocupação do solo, o uso do solo e a biodiversidade. (Adaptado de Haines-Young, 2009: 179).

Os vários componentes da biodiversidade (ao nível do indivíduo, da população e da comunidade) e as funções ecológicas que eles suportam ocupam um lugar central nos novos conhecimentos de como estão ligados os seres humanos e os ecossistemas, muitas vezes sob o prisma de uso do solo e da ocupação do solo.

O aspecto físico da ocupação do solo depende, e é influenciado, pelos usos a que a terra é submetida e pelas características da biodiversidade.

De forma semelhante, a série de usos potenciais que uma determinada terra pode suportar é condicionada e determina os resultados da ocupação do solo e do seu estado ecológico (Haines-Young, 2009: 180).

Outro conceito, útil na compreensão e análise da paisagem, o de “**SPU – Service Providing Unit**” (Unidade Fornecedora de Serviços), proposto por Luck *et al.* (2003 *in* Haines-Young, 2009: 180) com o argumento de que enquanto uma população (ou organismos) pode ser definida por características geográficas, demográficas ou genéticas também pode ser

delimitada pelo serviço ou benefício que assegura a uma determinada escala (Figura 1.2, Anexo 1).

A **Convenção Europeia da Paisagem** foi elaborada em Florença em 20 de Outubro de 2000 e assinada por Portugal naquela data e, posteriormente, aprovada e publicada pelo direito português através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro.

A CEP definiu, assim, **paisagem** – “*designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo **carácter** resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos*” (Conselho da Europa, 2000: 1025).

A CEP tem por objectivo promover a protecção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio (Art.º 3.º).

Cada país compromete-se a (ponto 1. do Art.º 6.º):

“i) Identificar as paisagens no conjunto do seu território;

ii) Analisar as suas características...

iii) Acompanhar as suas transformações”.

A CEP reconheceu o **conceito de paisagem** como a força mais importante para uma mudança, ou continuidade, ambiental e social e que a definição de paisagem, na percepção das pessoas, estimula a acção em termos de participação e enfoque social.

A CEP reconhece que a paisagem é um elemento importante da **qualidade de vida das populações** o que implica não só as questões de sobrevivência e segurança, de crescimento e bem-estar material, mas também outras como as de natureza estética, poética ou religiosa. Tratam-se de dimensões da paisagem que usualmente lhe conferem **identidade**, característica cada vez mais valorizada (Cancela d’Abreu, 2007: 75).

Para Relph (1976 *in* Taylor, s/d: 5) a **identidade de um lugar integra três componentes**: as características físicas, as actividades e funções visíveis e o significado ou símbolos.

Em termos conceptuais, alguns trabalhos elaborados sobre a temática da paisagem, expressam a paisagem como “...um sistema complexo, permanentemente dinâmico, em que os diferentes factores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global” (Forman e Godron, 1986, Naveh e Liberman, 1994, Zonneveld, 1990 *in* DGOTDU, 2004a: 10 – “O significado de paisagem e de unidades de paisagem”).

A paisagem é considerada “*como o resultado visível dos processos resultantes da interacção entre os factores abióticos, bióticos e humanos, que variam segundo o lugar e o tempo, e que contribuem para o «genius loci» – Antrop, 2000; Makhzoumi e Pungetti, 1999 – ou, por outras palavras, uma configuração particular de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, a que corresponde uma certa coerência nos processos e actividades naturais, históricos e culturais*” (Green, 2000 *in* DGOTDU 2004: 28).

Para Norberg-Schulz (1985:13) o “**sense of place**” e o “**genius loci**” são termos/conceitos usualmente traduzidos por “espírito do lugar” que exprimem a individualidade e o facto de cada lugar ser único.

Para Jackson (1994: 157-158 *in* Jivén & Larkham, 2003: 68) a expressão “sense of place” é muito utilizada por arquitetos, planeadores e promotores de condomínios e tem sido traduzida de uma forma ambígua e estranha do latim “genius loci”. Segundo o mesmo investigador, nos tempos antigos este último termo significava não tanto o lugar ele próprio mas também a divindade guardiã do lugar. Mais tarde, no século XVIII, o mesmo termo já era traduzido por “o génio de um lugar” mas hoje em dia é usado para “*descrever a atmosfera de um lugar, a qualidade do seu ambiente*”. Jivén & Larkham (2003: 68) entendem que quando Jackson se refere a “atmosfera” é uma indicação de que o “genius loci” se aliou ao conceito de “carácter de um lugar”.

Para Norberg-Schulz (1980 *in* Jivén & Larkham, 2003: 70) o “**genius loci** representa a percepção que as pessoas têm de um lugar entendida como o somatório de todos os valores físicos e simbólicos da natureza e do ambiente humano”.

Cancela d’Abreu (2007: 73) entende a **paisagem** “*como um conjunto de componentes naturais e culturais interdependentes que constituem um todo complexo com expressão estética, com algum tipo de coerência, organização determinável, continuidade temporal e funcionamento que identificam o sistema*”. Entende ainda que em termos de conteúdo do termo “paisagem... para além de uma dimensão espacial e estética, está associada uma **identidade e carácter**, bem como uma **apreciação emotiva** por parte de quem a observa ou com ela convive”.

A propósito de identidade: “*La **identidad** de un país o de una región se construye básicamente sobre el reconocimiento, a través de formas visibles en el paisaje, de prácticas agrícolas, de una estructura paisajística particular donde la localización y forma de los árboles, de los campos de cultivo, hacen sentirse como en casa*” (*in* Areces, 2009: 18).

De uma forma simples, o **carácter** de uma paisagem é o que faz dela uma área única e “*reflecte a sua capacidade narrativa, o seu peso em termos históricos e culturais*” (Cancela d’Abreu e Pinto Correia, 1999: 7).

Sobre a questão do carácter de uma paisagem no trabalho desenvolvido por Cancela d’Abreu *et al.*, para a DGOTDU (2004: 31):

- citaram estudos ingleses e escoceses (Countryside Commission, 1998 e Usher, 1999) em que se considerava que o **carácter** de uma paisagem resultava “*de múltiplos factores ou variáveis e que é da forma como estes se combinam que resulta um carácter coerente de uma paisagem, distinto da envolvente, reconhecido pelas populações, que faz parte da identidade local e também nacional*”;
- e, a propósito da definição de unidade de paisagem, consideraram que devia existir “*um carácter próprio, identificável do interior e do exterior e, eventualmente, associado às representações da paisagem mais fortes na identidade local e/ou regional*”.

É definido como “*um padrão de elementos distinto, reconhecível e consistente, seja natural (solo, morfologia do solo) e/ou humano (por exemplo povoado e desenvolvimento) na paisagem que torna uma paisagem diferente de outra, independentemente de ser melhor ou pior*”.

Berque (1984 *in* Moreira *et al.*, 2006: 218) entende que *“as paisagens são a marca biofísica das actividades de gerações passadas bem como a matriz das gerações actuais e, claro, das gerações vindouras”*. Do ponto de vista da ecologia humana, a interacção com as paisagens locais permanece uma característica constante na influência do desenvolvimento das sociedades através dos tempos.

Segundo Daniels e Cosgrove (2002: 1) a paisagem é uma imagem cultural, um meio pictórico de representar, estruturar ou simbolizar o que nos rodeia. É um modo importante de significação humana, informado por questões sociais, culturais e políticas e dando informação a estas questões.

Von Humboldt (*in* Farina, 2007: 5) define paisagem como *“o carácter total de uma região”*. Para Green *et al.* (1996 *in* Farina, 2007: 5) a paisagem é *“uma configuração particular de topografia, cobertura vegetal, uso do solo e de padrão de povoamento que delimita alguma coerência de processos e actividades naturais e culturais”*.

Já Farina (2007: 10 e 15) entende que a paisagem pode ser descrita com uma **abordagem ecológica** – *“representa o contexto biótico e abiótico no qual vivem os organismos”* – ou **cognitiva** – *“na descrição de padrões e processos aos quais os seres humanos são sensíveis”*. White e Walker (1997 *in* Moreira *et al.*, 2006: 221) definiram **paisagem como património**, como algo que deve ser mantido numa condição meta-estável e resiliente para as gerações futuras.

Para Hurtado (2001: 293) a paisagem hoje em dia já não é considerada apenas como um cenário com um sentido estético maior ou menor mas antes como um valor que caracteriza uma zona não só por simples contemplação mas também como um recurso, um património próprio de um lugar que deve passar para as gerações futuras.

Outro conceito, o de **paisagem global**, tem sido defendido por Telles (1994 *in* Magalhães, 2001: 319) na perspectiva da intervenção na paisagem quando afirma *“o espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana”*.

Em termos de ordenamento a paisagem, permitindo uma visão holística do território, é considerada desde há vários anos como a base para a integração de várias preocupações e políticas sectoriais (McHarg, 1969, Barreto *et al.*, 1970, Hills, 1974, Caldeira Cabral *et al.*, 1978, Barreto, 1982, Lyle, 1985, Cancela d’Abreu, 1989, Caldeira Cabral, 1993, Cancela d’Abreu, 1994, Naveh e Lieberman, 1994, Marsh, 1997 *in* DGOTDU, 2004a: 22).

Para Saraiva (1999: 185) o **conceito (holístico) de paisagem** é representado por um sistema complexo de **três âmbitos de componentes** que se inter-relacionam mutuamente: as componentes biofísica e ecológica; as componentes social, cultural e económica; e as componentes perceptual, estética e emocional.

Smith (1985 *in* Hirsch, 1995: 11) propôs um novo conceito, o de **paisagens típicas**, representações que deveriam evocar a interpretação por parte das pessoas dos lugares característicos da área – resultado da tensão entre a convenção da pintura romântica e uma maior informação etnológica científica.

No trabalho da identificação e caracterização das paisagens (DGOTDU, 2004a: 10 e 32), foi feita uma abordagem holística para a compreensão global da paisagem, integrando as suas **4 dimensões**:

- a **ecológica**, que inclui as componentes físicas e biológicas dos sistemas;
- a **cultural**, em que são considerados tanto os factores históricos como as questões de identidade e capacidade narrativa da paisagem;
- a **socio-económica**, referente aos factores sociais e às actividades humanas que permanentemente constroem e alteram a paisagem (também os regulamentos e instrumentos que condicionam tais actividades);
- e, finalmente, a dimensão **sensorial**, ligada ao modo como as paisagens são apreciadas por diferentes pessoas ou grupos de pessoas.

Esta última é, naturalmente, a dimensão mais subjectiva da paisagem, mas não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e as transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e as apreciam”.

A paisagem é considerada pelas pessoas com cada vez mais importância hoje em dia (CEP, 2004) e constitui um assunto abordado quer numa perspectiva de amenidades e de economia ligada ao lazer quer, de uma forma crescente, como uma base para enquadrar e gerir de uma forma ampla os sistemas sócio-ambientais (Selman, 2008: 23).

Para o autor acabado de citar, esta tendência reflecte **duas grandes “escolas”** em termos de **sustentabilidade da paisagem** – uma focada na protecção e “design” de propriedades cénicas e outra enfatizando ligações multifuncionais dinâmicas entre serviços do ecossistema e bem-estar humano.

Segundo Selman (2008: 23-26) não existirá uma definição linear e clara de **paisagem sustentável** por ter diferentes enquadramentos:

- o do “novο mundo” em que as grandes paisagens a uma escala vasta, constituindo paisagens naturais pouco alteradas mas que por vezes necessitam de gestão pontual antrópica dos ecossistemas que as constituem;
- e o do “velho mundo” como uma obra de arte antiga que requer restauro e manutenção através de práticas de gestão tradicionais para sustentar as subtis distinções de carácter.

Continuando a citar o mesmo autor que refere que também há diferenças no grau em como a **sustentabilidade da paisagem** é definida: do ponto de vista antropocêntrico como um recurso que sustenta o bem-estar humano ou enquanto definida do ponto de vista ecocêntrico como um sistema dinâmico auto-regenerativo.

Para chegar às dimensões das paisagens sustentáveis Selman (2008: 23-24) recorre ao conceito de **desenvolvimento sustentável**, considerado como a intersecção do ambiente, economia e sociedade termos que, de alguma maneira, estão reflectidos nas frases que definem os serviços dos ecossistemas, limites, prosperidade durável, saúde e justiça social a que alguns autores juntam uma quarta dimensão, a sustentabilidade política (mecanismos de governança).

Quando se trata da paisagem o autor considera que se deve ter em conta aquilo que designa por sustentabilidade estética.

À semelhança de DGOTDU (2004a: 32), Selman (2008: 24-26) considera várias **dimensões das paisagens sustentáveis** como a ambiental, a económica, a social, a política/governança e a estética:

- a sustentabilidade ambiental de uma paisagem tem sido fortemente influenciada pela ecologia da paisagem que aborda os padrões espaciais e os processos (Farina, 2006).

Uma **paisagem sustentável na perspectiva ecológica** é descrita como a paisagem na qual a rede de biodiversidade de manchas de *habitats* e corredores tem a dimensão, qualidade e conectividade suficientes para permitir os ciclos de vida das espécies, mantendo saudáveis e viáveis as populações.

Este conceito desenvolveu-se principalmente em resposta à fragmentação do *habitat* provocada pela intensificação do uso do solo. Em alguns lugares este conceito reflecte uma resposta à destruição do solo pela actividade industrial e mineira onde grandes áreas semi-naturais podem actuar como “estabilizadoras” (Hawkins & Selman, 2002 *in* Selman, 2008: 24). Está ainda relacionado com outros factores ambientais naturais como a conservação do solo, a humidade e os nutrientes, a qualidade e a quantidade de água e a influência da vegetação no microclima e nos níveis de carbono atmosférico.

A sustentabilidade das paisagens é muitas vezes relacionada com a multifuncionalidade, serviços e/ou resiliência, podendo proporcionar funções de regulação, de suporte, de produção e de informação e daí a referência que se passa a fazer à **Millennium Ecosystem Assessment** (MEA) ou “Avaliação Ecosistémica do Milénio”, que foi solicitada em 2000 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

A MEA foi concretizada entre 2001 e 2005, e baseou-se em informações de quatro convenções internacionais (Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção de Ramsar sobre Zonas Húmidas e Convenção sobre Espécies Migratórias).

A **MEA** pretendia “*avaliar as consequências das mudanças nos ecossistemas sobre o bem-estar humano e estabelecer uma base científica que fundamentasse as acções necessárias para assegurar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas bem como as suas contribuições para o bem-estar humano*” (considerando-se **ecossistema** como um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais, microrganismos e seu respectivo meio, que interagem como uma unidade funcional) (MEA, 2005: 10).

Aquela avaliação focou-se, assim, nas ligações **ecossistemas/bem-estar humano** (entendido este como sendo constituído de vários elementos como os materiais básicos para uma vida salutar, saúde, boas relações sociais, segurança e liberdade de escolha e de acção) mas,

sobretudo, nos **serviços dos ecossistemas** tendo-se, assim, popularizado este conceito sustentando o **bem-estar humano**: providenciam serviços de produção (alimentos, água, madeira e fibra, combustível), de regulação (que afectam o clima, inundações, doenças, resíduos e a qualidade da água), culturais (que fornecem benefícios recreativos, estéticos e espirituais) e de suporte (formação de solo, fotossíntese, ciclo de nutrientes) (MEA, 2005: VI; Selman, 2008: 24) (Figura 1.3).

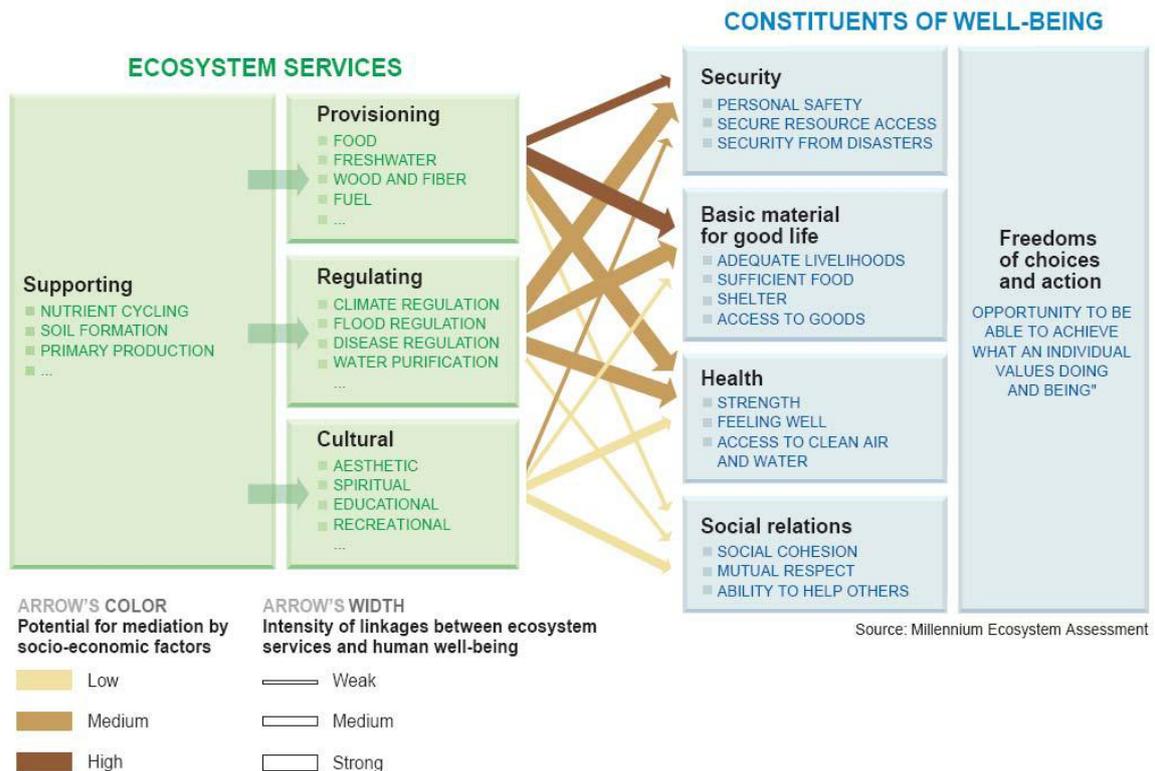


Figura 1.3 – Ligações entre Serviços do Ecossistema e Bem-estar Humano (adaptado de Millennium Ecosystem Assessment, 2005: VI). (Disponível em: <http://www.unep.org/maweb/en/synthesis.aspx>, acesso em 8-06-2013).

“Esta figura descreve a força das ligações entre categorias de serviços dos ecossistemas e os componentes do bem-estar humano normalmente encontrados, e inclui indicações do grau até onde fatores socioeconómicos podem mediar essa ligação (por exemplo, se for possível obter um substituto para um serviço deteriorado dos ecossistemas, então há um alto potencial de mediação). A força das ligações e o potencial de mediação diferem em diferentes ecossistemas e regiões. Além da influência dos serviços dos ecossistemas sobre o bem-estar humano aqui descrita, outros fatores—incluindo outros fatores ambientais, além de fatores económicos, sociais, tecnológicos e culturais—influenciam o bem-estar humano, e os ecossistemas, por sua vez, são afetados pelas alterações no bem-estar humano” (MEA, 2005: VI).

A sustentabilidade da paisagem está ligada a estes factores e associada à acumulação do capital natural (Haines-Young *et al.*, 2006 in Selman, 2008: 24):

- a **sustentabilidade económica da paisagem** é expressa como a capacidade de atrair e suportar actividades como o turismo e o recreio;
- a **sustentabilidade social nas paisagens** refere-se à participação e ao contributo nas tomadas de decisão e de acesso (Moore-Colyer & Scott, 2005 in Selman, 2008: 26);
- a **sustentabilidade política da paisagem** requer estruturas de governança efectivas, incluindo os “commons”, quer para os privados quer para a administração pública;
- a **sustentabilidade estética só é importante para a paisagem**, não só visualmente tem sido um suporte duradouro da política mas, também, porque é assumida como indicador do funcionamento saudável dos sistemas figurados. Há uma tradição de avaliar as paisagens pela sua “beleza natural” (Brady, 2003 in Selman, 2008: 26), mas equiparar beleza natural com paisagem sustentável torna-se demasiado limitativo.

Podemos assim **afirmar/concluir** que, para considerar a sustentabilidade da paisagem hoje, não só a produção deve ser considerada mas, também, os bens e serviços dos ecossistemas que remetem para os vários usos e funções duma paisagem.

1.1.2. A Paisagem e a Perspectiva Antropológica

A **percepção** da paisagem, sendo um acto humano, é susceptível de ser valorada qualitativamente utilizando conceitos como (Hurtado, 2001: 297):

- a qualidade visual (um parâmetro complexo composto de uma série de variáveis dependentes da percepção que expressa a qualidade estética muitas vezes traduzida por termos de uma escala que vai de excelente, muito boa, boa, regular a má) em que intervêm aspectos como a composição, contornos e diversos gradientes como a luminosidade, a cor, a textura, a dimensão;
- e a singularidade (a raridade ou a pouca frequência) expressa habitualmente numa escala de valores que vai de muito elevada, elevada, normal, escassa a muito escassa.

Outros conceitos como a **fragilidade** e a **capacidade de uso** que afectam a potencialidade de uso da paisagem:

- a **fragilidade** pode ser interpretada como a susceptibilidade de uma paisagem à mudança quando se desenvolve nela um uso (Villota *et al.*, 1996b in Hurtado, 2001: 298) ou a vulnerabilidade à deterioração pela incidência de actuações. Pode ser classificada como muito alta, alta, média, baixa e muito baixa;
- uma **capacidade de uso alta** representa o potencial de uma paisagem para absorver as actividades humanas.

Na paisagem deve ainda considerar-se a **multi-utilidade** e a **multifuncionalidade** como os usos e funções úteis às comunidades humanas (De Groot, 2006 in Cancela d’Abreu, 2007: 76).

A análise da paisagem pode ainda revestir a forma descritiva que envolve as características intrínsecas da paisagem ou a forma de potencialidade pela aptidão de acolher certas funções e de destacar as suas qualidades (Hurtado, 2001: 298).

Segundo Hirsch (1995: 1) a paisagem tem sido considerada, em termos **antropológicos**, por um lado com uma concepção estruturante que focaliza a forma como o antropólogo a percebe

nos seus estudos e, por outro, para referir o significado atribuído pelas populações locais ao ambiente físico e cultural à sua envolvente – a análise de como as populações locais percebem a paisagem.

A noção convencional de paisagem no Ocidente pode ser usada como ponto de partida para explorar outras formas de abordagem do conceito de paisagem e a antropologia pode fazê-lo com sucesso ao ser uma disciplina comparativa resgatando conceitos analíticos e ideias culturais (Hirsch, 1995: 2).

Para Hirsch (1995: 2) a palavra paisagem foi introduzida na língua inglesa pelos pintores no século XVI como termo técnico – tem a sua proveniência na palavra holandesa “*landschap*” – e era conhecida em inglês por “*landskip*”.

A **origem pictórica** do conceito de paisagem é significativa: o que se considerava como paisagem era reconhecido como tal porque lembrava ao observador uma paisagem pintada, usualmente de origem europeia, aspecto pesquisado por Keith Thomas na história da Inglaterra no período entre o século XVI e o século XIX.

“O apelo inicial do cenário rural era o de que ele lembrava o espectador dos quadros de paisagens. Com efeito a cena só era chamada uma «paisagem» porque lembrava uma pintura «landskip»; era pitoresca porque parecia um quadro” (Thomas, 1984: 265 in Hirsch, 1995: 2).

Este mundo ideal ou imaginário está representado em vários géneros de pintura de paisagem (Poussin, Claude, Salvator Rosa) e estava ligado à percepção do cenário do campo e da sua ulterior melhoria, em que o objectivo era obter uma correspondência entre o ideal pictórico e a própria realidade do campo. O desenvolvimento do jardim na cidade no século XIX é talvez exemplar aqui: Thomas (1984: 253 in Hirsch, 1995: 2) observou que Ebenezer Howard proclamou nos anos 90 do séc. XIX que “*a cidade e o campo deviam estar casados*”. A ideia era juntar num único espaço/lugar a classe média suburbana do séc. XIX com a classe operária do séc. XX (Cosgrove, 1984: 267-26 in Hirsch, 1995: 2): a existência de oportunidades económicas e sociais na cidade (“*foreground*”, primeiro plano que representa a existência actual e a vivência diária) e o campo com a oferta de uma existência edílica (“*background*”, segundo plano que representa a existência idealizada), em que a paisagem vincula uma relação entre aqueles dois planos da vida social.

A representação da convenção Ocidental de paisagem é uma expressão particular de uma relação “*foreground / background*” que é cruzada culturalmente (Hirsch, 1995: 2-3).

Se bem que a paisagem tenha aqui sido posta em evidência como uma ideia cultural e um conceito analítico diferentes, é difícil isolá-la de um **conjunto de outros conceitos** em que cada um corresponde a um dos dois pólos do conceito de paisagem a seguir explicitados (Hirsch, 1995: 4):

“vivência diária e existência idealizada”
 (“*foreground actuality*” ↔ “*background potentiality*”);
 “lugar e espaço”
 (“*place*” ↔ “*space*”);
 “interior e exterior”

("inside ↔ outside")
"imagem e representação"
("image ↔ representation").

O conceito de paisagem assim proposto é diferente do de outras disciplinas como a geografia, como o demonstra a pesquisa dos geógrafos Daniels e Cosgrove (1988: 1 *in* Hirsch, 1995: 5) que definiram paisagem como "*uma imagem cultural, uma forma pictórica de representar ou simbolizar a envolvente*".

Porém, Ingold (1994: 738 *in* Hirsch, 1995: 5) chama a atenção para o facto de que esta definição de paisagem é essencialmente estática, o que é a negação do processo.

Apesar de o termo paisagem ter tido uma origem pictórica, adquiriu uma conotação territorial através da geografia e da arquitectura paisagista, desde o século XX (Andresen, 1992).

Hirsch (1995: 5), no trabalho que tem vindo a ser referido, entende que a paisagem é um processo cultural e pretende, por um lado, desenvolver a perspectiva antropológica nos debates sobre a paisagem (um tema mais focado em disciplinas como a geografia e a história de arte) e, por outro lado, estabelecer uma estrutura, para um estudo comparativo da paisagem que efectue um cruzamento cultural que tem faltado na antropologia e nas outras disciplinas relacionadas.

Para Sauer (1963 *in* Hirsch, 1995: 9) o conceito de paisagem deriva das tendências europeias da geografia e argumenta que a cultura modelou a paisagem natural para produzir uma "paisagem cultural". Segundo o mesmo autor, "*a paisagem cultural é moldada na paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado*".

Para Head (2000) "**paisagem cultural**" é uma paisagem transformada fisicamente pela acção humana.

Na aceção que tem para os europeus é difícil conceber a Amazónia como paisagem, dado que a partir de um ponto de observação não se consegue ver o horizonte, pois a vegetação densa oculta completamente a vista. A nossa visão está completamente cercada e só consegue penetrar uns quantos metros face à densidade de árvores que é muito elevada. Até a noção de escala é difícil de ser aplicada mesmo quando se anda pela floresta ou de barco ao longo dos grandes rios. Só quando a paisagem da Amazónia for radicalmente transformada pela abertura de estradas e desflorestada é que nos será revelada visualmente a sua extensão (Gow, 1995: 43 *in* Hirsch, 1995: 9).

Heulmé (2005 : 6-7) distingue três grandes modelos de percepção e acção que, no decurso do século XX, classificaram a **paisagem como património**:

- o «paradigma do *pittoresque*» – a paisagem impõe-se como objecto patrimonial na medida em que se aproxima de uma pintura (Leis 1906 e 1930 em França sobre os sítios e monumentos naturais);
- o «paradigma do ambiente» a partir dos anos 50 do século passado – registo e classificação, nos anos 60 e 70, de grandes paisagens naturais (ex. Landes e Gironde) e o aparecimento de uma nova política que se dedica, além da protecção, a uma verdadeira gestão dos sítios;

- o «paradigma da paisagem cultural» depois dos anos 80 – atenção dada à paisagem enquanto forma sensível de uma interacção dinâmica do natural e do social.

O conceito de **lugar** (“site”).

Para Heaulmé (s/d: 1) a política dos lugares (“sites”) na legislação francesa tem a preocupação de proteger as paisagens (Lei de 1906 sobre a protecção dos lugares e monumentos naturais de carácter artístico, completada e substituída pela Lei de 1930, hoje integrada no Código do Ambiente).

Como esta autora faz notar, a definição jurídica de “lugar” é bastante ambígua em França onde o termo é utilizado:

- vulgarmente como sinónimo de “lugar/sítio” (“lieu”), de “espaço/terreno” (“emplacement”) e de “situação/posição” (“situation”);
- como “paisagem, considerada do ponto de vista estético, do *pittoresque*” (Littré);
- como “configuração do lugar, do terreno onde se ergue uma cidade” (Littré).

O conceito de “**sítio**” fornecido pelos dicionários antigos, nomeadamente, pelo Dicionário da Academia Francesa, foi evoluindo:

- como termo de pintura que significa situação – “*é o que permite situar a cena representada pelo pintor*” (1762, 4.ª Edição). ;
- como sinónimo de paisagem – “*uma parte da paisagem considerada relativamente à que se avista*” (1798, 5.ª Edição);
- “*parte da paisagem representativa do que é observado*” e dá como exemplo o “site pittoresque” (1835, 6.ª Edição);
- “*a parte «pittoresque» duma paisagem, a parte da paisagem que é digna de ser representada por um pintor*” (1832-35, 8.ª Edição).

De uma primeira análise pode-se para já dizer que em França se estabeleceu uma equivalência entre “lugar”, “paisagem” e “pittoresque”.

Por outro lado a mesma autora refere que a Lei de 1930 alargou os critérios de protecção dos lugares ao valor histórico (nas duas acepções de carácter histórico ou lendário do lugar) e o valor científico, sendo o carácter artístico ou “pittoresque” que justificou durante muito tempo a protecção dos lugares, o lugar relevante no domínio da estética.

Porém, hoje em dia o termo “lugar” é conotado com o de uma paisagem considerada apenas “do ponto de vista da estética e do *pittoresque*” (Heaulmé, s/d: 1).

Heaulmé (s/d: 2), abordou a questão da **heterogeneidade dos lugares protegidos**, tomando como exemplo a lista dos lugares classificados na região de Gironde (França), em que se podem encontrar estruturas edificadas, espaços e paisagens muito diversificadas quer pelas características físicas ou pelas suas dimensões, como um moinho, castelos, a praça de uma vila, zonas húmidas do litoral, a duna do Pilat, a floresta de La Teste ou um plátano.

Acerca dos lugares e da evolução da **noção de protecção**, decorre uma primeira fase desde meados do século XIX aos anos 60-70 do século passado. Se for feita uma análise histórica à questão da evolução do conceito de protecção, verifica-se que numa primeira fase, e um pouco por todo o mundo, a legislação referente às áreas protegidas tratava de evitar que elas

sofressem grandes pressões antrópicas (como a caça, a construção de vias, de novas urbanizações), atitude que também foi aplicada à protecção dos lugares em França. Esta posição podia levar a um isolamento do espaço protegido no território em que estava inserido, o que podia resultar numa descontinuidade espacial forte e que se fundamentava sobretudo em critérios estéticos (Heaulmé, s/d: 1).

A partir de 1970 desenvolveu-se outro tipo de aproximação baseado no binómio protecção e desenvolvimento que, para se tornar possível, era necessário ultrapassar a velha oposição natureza-cultura. A paisagem e o meio natural passam a ser definidos como o resultado de uma interacção dinâmica entre sociedade e natureza. A paisagem pode sair da intemporalidade da obra de arte para ser considerada como uma construção material dinâmica entre a sociedade e a natureza, graças ao reconhecimento do papel desempenhado pelos actores locais (Heaulmé, s/d: 2-3).

Para que a protecção possa ser posta em prática é preciso que a **patrimonialização de um espaço** seja pensada como uma construção dinâmica e colectiva, reflectida mais em termos de território do que dos perímetros de protecção, constatando-se que o ordenamento do território ainda está muito ligado ao conceito de zonamento.

A **participação e a mediação** não estão ainda suficientemente incorporadas como verdadeiros instrumentos de acção na medida em que o reconhecimento e a apropriação do espaço protegido são essenciais. A protecção muitas vezes posta em prática como reacção e não como um projecto, deverá hoje em dia ser pensada antes como projecto territorial e partilhado (Heaulmé, s/d: 4).

Conceito de **“interior e exterior”** (“*inside* ↔ *outside*”).

Este conceito atrás indicado, foi desenvolvido por Williams (1973 *in* Hirsch, 1995: 13) que considerou como “outsiders” os que recorreram ao conceito de paisagem, mas que actualmente não vivem na área em questão – proprietários de terrenos, empresários, artistas. Sugeriu ainda (1973 *in* “The country and the city”) que o uso convencional da ideia de paisagem tornou evidente a ambiguidade entre “inside(r)” e “outside(r)”, e que incitou os geógrafos a banir a palavra paisagem do vocabulário da geografia no período após a 2.ª Guerra Mundial (Livingstone, 1992: 308 *in* Hirsch, 1995: 13).

Segundo Williams (1973 *in* Hirsch, 1995: 13 e 22) a distinção entre “insiders” (os que vivem a sua paisagem e que têm “raízes” na natureza, os que se relacionam directamente com a terra) e “outsiders” (os que encaram a paisagem como um conceito que é preciso tornar num objectivo, os que têm um entendimento baseado exclusivamente em valores comerciais e ou de posse, os que se relacionam com ela em termos de troca de valores) tem um sabor romântico. Da mesma forma que conceitos de “place” e “space”, os de “inside” e “outside” não se excluem um ao outro e dependem sempre do contexto histórico e cultural.

Selwyn (*in* Hirsch, 1995: 13), sobre um caso de estudo a propósito da paisagem israelita, afirma que os conceitos de “inside” e “outside” podem mudar radicalmente num contexto mais alargado de eventos nacionais e geopolíticos: estabeleceu um paralelismo entre os interesses dos Sionistas do século XIX e a perspectiva de Williams (1973) sobre os “insider” da terra, retratados como próximos da natureza e ocupados com formas de trabalho mais “autênticas”.

Para aquele autor o Sionismo era menos um movimento religioso e mais um processo socialista redentor com raízes na vida física e no trabalho da terra. Os Sionistas tinham a esperança de transformar a forma de estar dos Judeus Europeus baseada no comércio (como “outsider”) para um novo e “normal” conjunto de relações entre homens, mulheres, natureza e trabalho da terra, na Palestina (como “insider”).

Neste sub-capítulo a perspectiva antropológica mostra-nos, assim, que actualmente para a **gestão da paisagem é fundamental compreender como se estabelecem as relações dos vários utilizadores e construtores da paisagem com a realidade e como daí advêm os valores que são atribuídos pela sociedade.**

1.2. CLASSIFICAÇÃO E GESTÃO DA PAISAGEM

“A compreensão da paisagem implica o conhecimento da combinação destes factores (flora, fauna, geologia, relevo, clima, tipo de solos), da estrutura ecológica e da história da ocupação humana”.
(Cancela d’Abreu e Pinto Correia, *“Caracterização e Identificação das Paisagens em Portugal Continental – Relatório de Progresso da 1.ª Fase do Estudo”*, 1999).

Hoje em dia existe uma **procura por paisagens que tenham um carácter especial**, um valor especial, pelo que ter-se-á de **saber quais são, a forma de as encontrar e como as classificar**. Com o conteúdo do presente sub-capítulo deseja-se dar mais um contributo nesse sentido, dando-se **relevância ao conceito e à abordagem às paisagens de referência**. Este último conceito será desenvolvido mais à frente em local próprio, considerada uma paisagem cultural em termos europeus.

A sociedade, por intermédio de quem tem estudado a paisagem, tem-a designado de diferentes formas em termos de classificação e/ou valorização e, utilizando a **legislação**, a mesma sociedade tem agido de forma a protegê-la.

Na bibliografia pode-se encontrar algumas referências, entre algumas das **paisagens culturais**, às **“paisagens simbólicas”**, às **“paisagens icónicas”**, às **“paisagem protegidas”**, às **“paisagens singulares”**, às **“paisagens típicas”**.

Têm sido os geógrafos os profissionais que mais tempo têm dedicado à investigação sobre as paisagens e, concretamente, os que mais têm investigado o conceito de **símbolo** e de **paisagens simbólicas**, como Donald William Meinig (1979, com *“Symbolic Landscapes”*), Harvey K. Flad (2009, com *“The Parlor in The Wilderness: Domesticating an Iconic American Landscape”*) e Denis Cosgrove (1998, com *“Social Formation and Symbolic Landscape”*) mas, também, filósofos como Gary Backhaus e John Murungi (2009, com *“Symbolic Landscapes”*).

O facto destes investigadores serem quase todos de nacionalidade americana e no seu país de origem terem desenvolvido trabalho na área do simbolismo da paisagem, incentivou a presente pesquisa com a designação de abordagem americana que a seguir se apresenta.

1.2.1. Abordagem Americana

Na pesquisa a que se procedeu sobre o tema das **“symbolic landscapes”** recorreu-se a Backhaus (2009: 3) que, acerca desta temática, começa por definir os diferentes conceitos que

as envolvem mas, em simultâneo, questiona se se consegue estabelecer a diferença entre paisagens simbólicas e paisagens não simbólicas, colocando uma série de questões de ordem filosófica e a afirmação de que o tema resulta problemático, desde logo devido à falta de concordância sobre o termo símbolo.

Para lá chegar, aquele autor cita Peirce (1985 *in* Backhaus e Murungi, 2009: 5), que avança com as seguintes definições:

- **símbolo** é uma marca (“sign”) que perderia o carácter de entidade se não tivesse quem o interprete;
- **índex** é uma marca (“sign”) que perderia o carácter que a torna entidade a partir do momento em que o seu objecto fosse eliminado;
- **ícone** é uma marca (“sign”) que possuiria o carácter que a torna significativa mesmo que o seu objecto não existisse.

A palavra “**símbolo**” (do grego «*sýmbolon*», Porto Editora, 2003-2012), pode ter o seguinte significado:

- “*figura, marca, qualquer objecto físico que tem uma significação convencional*”, como “*o cão é o símbolo da fidelidade*” (Dicionário Prático Ilustrado, 1968);
- “*ser ou objecto a que se convencionou atribuir um dado significado*” (Porto Editora, 2003-2012);
- “*recurso expressivo em que se associa um objecto, um ser animado, etc., a uma ideia ou a um sentimento*” (Porto Editora, 2003-2012).

O adjectivo “**simbólico**” pode ainda ter o seguinte significado:

- “*relativo a símbolo; que tem o carácter de símbolo*” (Dicionário Prático Ilustrado, 1968: 1101).

Para Backhaus (2009: 5 e 8):

- o símbolo só é um símbolo na medida em que quem o interpreta o toma como tal, de outra forma não existe relação;
- a imagem torna-se um símbolo; as imagens só por elas não são simbólicas; imagens como paisagem terrestre, paisagem marítima, jardim, cidade, montanha, vale, deserto, caverna, ilha, são simbólicas num contexto...;
- o topo de uma montanha (“*mountain peak*”, o ícone de Peirce) só se torna um símbolo se carregar o significado que transcende a definição;
- as roupas são objectos mundanos, mas que carregam consigo um conjunto de significados, simbolizando atitude e estilo de vida.

Para Drexler (2005 *in* Backhaus, 2009: 9), “*a paisagem não é só um sistema complexo com os vários elementos ambientais como o ar, água, solo, etc., mas é também uma organização mental, um símbolo*”.

Para Meinig (1979 *in* Backhaus, 2009: 11) a paisagem é uma parcela da superfície da terra, relacionada com região, com área e que considera todas as paisagens como simbólicas, como expressão dos valores culturais, do comportamento social e de acções individuais durante um

determinado período de tempo; *“nós vemos todas as paisagens como simbólicas, como expressão de valores culturais, de comportamento social e de acções individuais desenvolvidas localmente durante um determinado período de tempo”*.

Sobre o simbolismo da paisagem são apresentados neste trabalho resumos de vários **casos de estudo** como os de:

- Zukas (2009) sobre: **“Indian Wells/Coachella Valley”** no Deserto da Califórnia;
- Meinig (1979) sobre: a **vila de New England** entre os séculos XVII-XIX; as ruas principais das **vilas e cidades do nordeste e do oeste** no século XIX; e os **subúrbios da Califórnia do Sul** como a paisagem da América do século XX;
- Flad (2009) sobre **“Catskill Mountain House”** no Hudson River Valley.

Podemos considerar como **razões** para a apresentação das **paisagens seleccionadas** e acabadas de referir:

- as muitas citações acerca daquelas paisagens simbólicas em diversas fontes bibliográficas sobre aqueles mesmos autores;
- as informações múltiplas que poderiam contribuir para a apresentação de um conjunto de critérios para a identificação de paisagens de referência;
- as situações diferentes que foram atingidas nas citadas paisagens.

1.2.1.1. Indian Wells/Coachella Valley (California Desert)

Schama (1995 *in* Zukas, 2009: 34), ao analisar a paisagem produzida pelo ser humano na Europa e na América do Norte nos últimos cinco séculos, afirma que é difícil de conceber o sistema natural como não tendo sido modificado substancialmente pela cultura humana.

A abordagem de Zukas (2009: 41) às **paisagens simbólicas** encaixa com a de Olwig (1996) que era crítico dos teóricos que olhavam as paisagens como meras representações simbólicas e insistiam que a paisagem envolvia a experiência humana e articulava uma ordem simbólica e social colectiva num contexto geográfico, ambiental e histórico (*“não é suficiente estudar a paisagem como um texto cénico. É necessário um conhecimento da paisagem mais substancial...que reconheça a importância histórica e contemporânea da comunidade, da cultura, da lei e dos costumes que contribuíram para a existência humana geográfica, em termos práticos e ideia”* (Olwig, 1996 *in* Zukas, 2009: 41).

Zukas (2009) desenvolveu um estudo fenomenológico ligado à geografia histórica e com explicações teóricas sobre o **simbolismo da paisagem** relativo à cidade de **Indian Wells em Coachella Valley no Deserto da Califórnia** (Figura 1.4).

Indian Wells deve o nome a um poço aberto pelos Índios Cahuilla que era a maior fonte de água para as tribos das proximidades e que terá sido construído por volta de 1850. Em 1863 com a descoberta de ouro no rio Colorado, a água do poço foi usada pelos prospectores, que continuou mesmo depois de 1873.

Um território desértico “envolve” Coachella Valley, um vale com cerca de 72 km de comprimento, encaixado entre as montanhas de San Bernardino e as montanhas de San Jacinto/Santa Rosa, que se desenvolve de NO para SE a partir de Palm Springs. Foi ocupado pelos Índios Cahuilla desde cerca de 500 a.C. e, sobretudo, na segunda metade do século XX, foi urbanizado tendo sido construído um complexo turístico de grandes dimensões com campos de golfe e “resorts” de luxo sem ter em consideração as condições naturais e os valores existentes.

A preocupação de Zukas (2009: 36) foi a de chamar a atenção da espacialização da paisagem simbólica que ele percecionou em Coachella Valley e de que forma é que se alteraram as dimensões simbólicas da paisagem por via das transformações na habitação, nos modos de produção e na vida cultural dos últimos 200 anos.

Para melhor se perceber a estupefacção de Zukas (2009: 41) sobre as transformações ocorridas, elabora-se a seguir um **resumo histórico sobre o povo Cahuilla** (Figuras 1.5 e 1.6) que habitou o deserto da Califórnia e das principais transformações ocorridas a partir de meados do século passado.

Pesquisas arqueológicas confirmaram a presença índia em Tahquitz Canyon (Figura 1.7) há mais de 2000 anos, segundo a Agua Caliente Band of Cahuilla Indians (2012), uma das 9 tribos de Índios Cahuilla (“Kah-we-ah”) que vivem no Sul da Califórnia e que constituíram uma tribo índia reconhecida federalmente (que foi registada oficialmente com o nome tribal de “Agua Caliente Band of Cahuilla Indians of the Agua Caliente Indian Reservation”). Viviam na zona de Palm Spring, que era designada de “*Se-Khi*” (“água quente”, “hot spring”), ao tempo em que a Agua Caliente Indian Reservation foi constituída no século XIX.

Esta área, e a dos arredores, era território do clã Kausik, enquanto que o clã Panik se estabeleceu em Andreas e Murray Canyons e o clã Wanikik em Snow Creek e em Whitewater Canyons. Em tempos mais antigos a parte meridional de Palm Canyon foi ocupada pelo clã Ahchechem. Essa área terá sido eventualmente oferecida ao clã Kausik, tendo-se o povo Ahchechem mudado para a área de Indian Wells (Agua Caliente Band of Cahuilla Indians, 2012).



Figura 1.4 – Localização de Coachella Valley. (Disponível em: http://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g32523-Indian_Wells_California.html, acesso em 29-07-2012).

Os Índios Cahuilla como outras tribos da área pertencem à divisão Shoshone da família linguística dos Uto (Colorado) – Aztecas (México), dividindo-se a sociedade dos Cahuilla em dois grupos, os “Wildcat” e os “Coyote”.

Quando os Índios Cahuilla se estabeleceram na área de Palm Springs (Figura 1.8), constituíram comunidades em Palm, Andreas, Murray, Tahquitz, Snow Creek e Chino Canyons que são actualmente “Tribal Reserves” (“Tribal Parks”) exploradas pela Agua Caliente Band of Cahuilla Indians.

Poucos vivem hoje como os seus antepassados e já nenhum vive nos locais acabados de referir (2005 *in* Zukas, 2009: 56; Agua Caliente Band of Cahuilla Indians, 2012).

O primeiro anglo-americano a passar nesta área, Jedediah Smith, escreveu em 1825 que se tratava de uma região desértica e que devia ser evitada para povoamento humano.

Em 1860 já seriam cerca de 10 000 as pessoas da Agua Caliente Band, quando uma epidemia de varíola provocou uma enorme mortalidade, tendo ficado reduzidos a cerca de 2500 habitantes.

Em 1876 o seu território foi dividido em parcelas de uma milha quadrada (1609.34 m x 1609.34 m, cerca de 2.6 km²).

O Governo dos Estados Unidos da América atribuiu a Agua Caliente os lotes com número par, enquanto que a empresa Southern Pacific Railroad ficou com as parcelas de número ímpar, ao longo de 10 milhas de ambos os lados do caminho-de-ferro, uma forma de financiar a sua construção (Zukas, 2009: 56).



Figura 1.5 – Desert Cahuilla Woman by Edward S. Curtis, 1926. (Disponível em <http://www.aguacaliente.org/content/History%20&%20Culture/>, acesso em 29-07-2012).



Figura 1.6 – Artefactos de cerâmica dos Índios Cahuilla. (Disponível em: <http://www.accmuseum.org/About-the-Tribe>, acesso em 29-07-2012).

Em 1877, o Governo estabeleceu limites às reservas que deixaram a “Agua Caliente Band” apenas 2/3 do território que possuíam.

Em 1880, Indian Wells não passava de uma paragem das diligências, com cabanas em madeira: na altura simbolizava a vida no deserto, dura e nada atractiva, um local com pouca água (Zukas, 2009: 41).

Palm Springs e os arredores em 1890 eram descritos como um oásis de recreio e Tahquitz Canyon e outros três “canyons” a Sul ficaram a fazer parte do “National Register of Historic Places”.

No fim de 1910, Indian Wells começou a ser conhecida como área residencial.

Na década de 1930, a partir de Junho no Verão, os residentes de Palm Springs eram, sobretudo, os índios, os homens de negócios locais e as respectivas famílias, situação que se manteve em termos de pouca população pela década seguinte (Zukas, 2009: 41).

Nos anos de 1950, Indian Wells foi transformada por investidores com a construção de hotéis e campos de golfe, baseados em modelos importados de áreas de climas mais secos da Europa Ocidental, para uma região árida do deserto americano (Zukas, 2009: 42)

Em meados da mesma década de 50, foi introduzido o ar condicionado nos hotéis de Palm Spring que, até aí, tinham uma ocupação sazonal de Inverno por pessoas ricas e famosas de Hollywood (Zukas, 2009: 41).

A partir dos anos sessenta, aquele aglomerado urbano tornou-se o local de residência permanente para americanos ricos, passando o **turismo** a ser a base do crescimento económico (Zukas, 2009:).



Figura 1.7 – Quedas de água de Tahquitz. (Disponível em: <http://www.accmuseum.org/About-the-Tribe>, acesso em 29-07-2012).

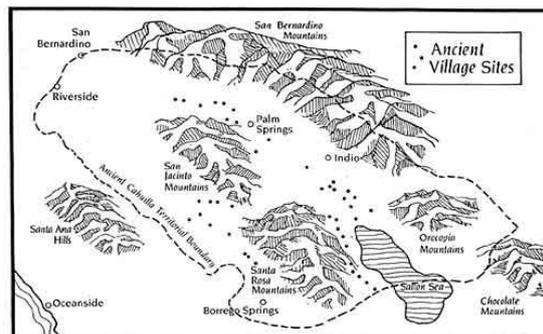


Figura 1.8 – Localização de Palm Springs. (Disponível em: www.cahuillarepatriation.org/serranomap.htm, acesso em 29-07-2012).

Para manterem a propriedade dos seus “canyons” (desfiladeiros) sagrados, os Cahuilla trabalharam para os colonos brancos como vaqueiros, trabalhadores e empregados domésticos (Agua Caliente Cultural Museum, 2005 in Zukas, 2009: 56).

A situação só mudou a partir de 1960 com o reconhecimento da soberania dos Nativos Americanos (Agua Caliente Band of Cahuilla Indians, 2005 in Zukas, 2009: 56) e a legalização do jogo nas reservas índias da Califórnia.

A “Agua Caliente Band of Cahuilla Indians” tornou-se uma nação soberana indígena que visa promover e suportar, agora e no futuro, a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento dos membros da sua tribo (Agua Caliente Band of Cahuilla Indians, 2012). Dos 52 000 acres (cerca de 21 044.4 ha; sendo 1 acre = 4047 m²) da “Agua Caliente Reservation”, 6700 acres (cerca de 2711.5 ha) ficaram englobados nos limites da cidade de Palm Springs (Zukas, 2009: 56).

A vegetação típica do deserto, abaixo dos 300 m de altitude, é composta por “chaparral”, cactos, “creosote bush” (*Larrea tridentata*), “manzanita” (*Arctostaphylos* sp.), “sagebrush” (*Artemisia tridentata*) e algumas plantas típicas dos oásis, nomeadamente em Canyon Palm considerado o maior oásis do mundo, com uma espécie de palmeira conhecida localmente como “California fan palm” (Zukas, 2009: 38; Agua Caliente Band of Cahuilla Indians, 2012), a “palmeira de leque da Califórnia”, de nome científico *Washingtonia filifera*. Esta espécie era usada pelos índios na construção das habitações e de abrigos, no fabrico de ferramentas e utensílios e as fibras utilizadas na confecção de vestuário, sandálias e cestaria. Havia exemplares de palmeiras que produziam cada um várias centenas de quilogramas de frutos (Bean, 1973 in Zukas, 2009: 52). Quando era necessário queimavam algumas palmeiras nos oásis, para matar insectos e pragas e para estimular a produção de tâmaras (Figuras 1.9 e 1.10).

Para eles as plantas constituíam um das numerosas formas de vida como as rochas, as forças elementares, os animais, as aves e os espíritos que podiam comunicar com aqueles que sabiam escutar (Bean e Saubel, 1972 in Zukas, 2009: 51).

O povo Cahuilla era inventivo e tenaz, migrava sazonalmente através do seu território, dedicava-se a caçar animais (veados, carneiros selvagens, coelhos, patos, etc.) e colectava diferentes géneros alimentícios ao longo das estações do ano (flores de cactos na primavera, bolotas e pinhões no Verão). Usavam algumas centenas de plantas, umas como alimento, outras como matéria-prima e outras como plantas medicinais. Tinham mós (“morteros” ou “grinding stones”), as maiores para triturar bolotas, alfarrobas e os frutos da palmeira (tipo drupa), enquanto que as mós mais pequenas moíam as ervas medicinais (Zukas, 2009: 51). Produziam também peças de cerâmica.

Tiravam partido do relevo do terreno de uma forma inteligente subindo para cotas mais elevadas e mais frescas no Verão e, no Inverno, desciam para as zonas menos elevadas e utilizavam lenhas nas fogueiras para se aquecerem.

Segundo Zukas (2009: 47), a visita por ele promovida a esta região tinha também por objectivo investigar a maneira como o povo Cahuilla tinha sabido lidar com a paisagem desértica e o **significado** que lhe era atribuído.

Um dos locais que Zukas visitou foi Tahquitz Canyon, um local que se mantém sagrado para os Cahuilla. O nome Tahquitz atribuído àquele “canyon” foi o do primeiro curandeiro (“shaman”) daquela tribo de índios, a quem teriam sido dados grandes poderes por Mukat, “o Criador de todas as coisas”. Porém, ele acabou por ser banido da tribo por ter maltratado o povo que ainda hoje acredita que ele vive naquele “canyon”. Tahquitz depois de banido construiu casa nas montanhas de San Jacinto, numa caverna secreta numa zona rochosa conhecida hoje como Tahquitz Peak. Há uma lenda que diz que o seu espírito ainda vive naquele “canyon” e que ele pode ser visto na forma de uma grande bola de fogo de cor verde que passa rápida como um raio à noite no céu. Os estrondos estranhos que se ouvem nas montanhas de San Jacinto, o chão a tremer e os blocos de rocha a despenharem-se, são atribuídos a Tahquitz como se ele andasse pelo “canyon”.

Tahquitz foi um dos seres primitivos que representou as forças da criação e constituiu um guardião espírita para os curandeiros e a sua figura é associada pelos Cahuilla ao “*genius loci*” daquela paisagem (Zukas, 2009: 47-48).

Naquele “canyon” existe um pictograma de um curandeiro numa rocha, símbolo vulgar nos “canyons”, em grutas e fontes, que significa que esse sítio é sagrado para esse curandeiro. Este tipo de arte impressa na rocha é associado a rituais e os Cahuilla consideram esses locais com “petróglifos” como sendo locais religiosos e de poder sagrado. No seu dia-a-dia e nas cerimónias religiosas aqueles índios mostravam uma grande reverência pela natureza e pelos ciclos naturais.

Os Cahuilla viviam nesta paisagem simbólica, reconheciam e celebravam-a. Os símbolos eram nativos da paisagem, expressavam os pontos de vista dos Cahuilla e eram representações materiais das forças da natureza que moldavam a sua vida. Em muitos aspectos toda a paisagem era um talismã, mas não só, era também um lugar para a produção e reprodução de vida em que os elementos naturais e simbólicos da vida estavam interligados e moldavam-se



Figura 1.9 – Palm Canyon. (Disponível em: <http://www.facebook.com/AguaCalienteIndians/photos>, acesso em 29-07-2012).



Figura 1.10 – Murray Canyon. (Disponível em: <http://indian-canyons.com/Palm.html>, acesso em 29-07-2012).

uns aos outros. A paisagem era como um “hieróglifo natural” que eles podiam ler, mesmo que não compreendessem todos os seus poderes naturais, muitos deles temidos, como os terremotos, as inundações, as secas e os fogos e apelavam aos curandeiros solicitando auxílio e orientação (Zukas, 2009: 49-50).

Embora nem todos os sítios rochosos fossem sagrados ou tivessem significados sobrenaturais, podiam ter significados culturais e envolver simbolismo particular e histórico (Zukas, 2009: 52). Cosgrove (1984 *in* Zukas, 2009: 53-54), apoiando Schama, afirma que o significado da paisagem para o ser humano inspira-se no mito, na memória e na esperança e esta compreensão é válida não só para os antigos Cahuilla como para as paisagens desérticas pós-modernas de Coachella Valley. Aquelas paisagens expressam os mitos, as memórias e as esperanças do povo que as criou.

A tribo Índia dos Cahuilla, que viveu tantos anos na área de Indian Wells, assumia a níveis materiais e simbólicos, que o ser humano era uma parte integrante de um sistema interligado e coerente com o relacionamento daquele povo nativo com o ambiente (Bean, 1973: 180 *in* Zukas, 2009: 35). No início, além de reverenciar a paisagem, usavam-na como fonte de alimentos, de medicamentos e de utensílios e ainda hoje consideram os “*canyons*” sagrados (Zukas, 2009: 56).

O local onde foi construído o “Mineral Springs Spa Resort” e o “Casino”, é o mesmo onde durante centenas de anos funcionou a **assembleia dos Cahuilla**. Esta tribo acreditava que as nascentes que existiam no local tinham poderes “mágicos” para curar algumas doenças e que eram considerados santuários (físicos e simbólicos). Pode ler-se num folheto de hotel que aquelas fontes, agora embelezadas luxuosamente, rivalizam com os banhos romanos da antiguidade e com os “spa” mais notáveis de todo o mundo (Zukas, 2009: 56).

Hoje, restam da sociedade Cahuilla, enquanto “arte de rocha”, casas escavadas na rocha, fundações, canais de rega, represas, reservatórios, trilhos e locais de “pic-nic” nos “canyons” (Água caliente Band of Cahuilla Indians, 2012).

Em 1995, a Agua Caliente Band of Cahuilla Indians abriu o primeiro casino numa tenda ao lado do “Spa Resort Hotel” em Palm Springs. Hoje a tribo é proprietária de dois hotéis, dois casinos, um “golf resort” e a primeira sala de concertos na Califórnia do Sul, “The Show”.

Com estes negócios a Tribo ficou com a possibilidade de desenvolver os recursos que permitem manter o Governo Tribal e a Comunidade Tribal. Em compensação a Tribo tem colaborado com o governo vizinho e com as organizações cívicas para ajudar a construir uma comunidade vibrante (“Água caliente Band of Cahuilla Indians”, 2012).

Quem se dispuser a fazer a viagem de Palm Springs a Indian Wells pela California Route 111, um percurso com cerca de 8-10 milhas, se pensa que vai observar uma vegetação esparsa e típica do deserto, engana-se. Vai encontrar, isso sim, uma avenida monumental, qual estrada imperial para a Babilónia, ladeada de **palmeiras importadas** (não a espécie nativa dos sopés dos “canyons”, mas sim outra, a “royal palm”, de nome científico *Roystonea regia*) e que são vendidas pelos viveiristas que se implantaram na zona (Zukas, 2009: 39).

A palmeira de leque da Califórnia também não foi usada como “árvore de alinhamento” nas ruas e avenidas das cidades de Coachella Valley, embora Palm Springs tenha ido buscar o seu

nome àquelas palmeiras nativas. A palmeira de leque da Califórnia não tem a mesma aparência imponente da palmeira real, que foi escolhida por ter um aspecto mais apelativo. A “*California fan palm*” à medida que vai crescendo as folhas vão morrendo e, em vez de caírem, ficam pendentes e a cobrirem o espique. Assim, esta palmeira mais “proletária” é deixada no seu oásis onde os Cahuilla construíram as aldeias, enquanto que as cidades de Coachella Valley se comprometeram com outro gesto/acto simbólico pós-moderno (Bean e Saubel, 1972 *in* Zukas, 2009: 52).

Para Backhaus e Murungi (2009, *in* Zukas, 2009: 34-35) uma paisagem exhibe a sua própria identidade (“**genius loci**”) através das suas qualidades espaciais mas, por outro lado, as actividades humanas modificam as paisagens.

Para Zukas (2009:37) o ser humano modificou o “genius loci” da paisagem de Coachella Valley, quer em termos materiais quer em termos simbólicos (símbolo envolve a sedimentação socio-histórica do significado, Backhaus e Murungi, 2002, *in* Zukas, 2009: 35).

O **deserto**, entre San Jacinto e Little San Bernardinos, ficou verde porque os modernos americanos, os europeus que colonizaram aquela parte do continente americano, quiseram transformar de raiz o deserto para satisfazer uma parte das suas necessidades.

Em contraste com o que se passava antes, na actualidade tudo depende da **manipulação da água**, pela construção de barragens e a sua adução por canais ao longo de centenas de quilómetros: 30 biliões de galões de água para abastecer anualmente 62 000 casas, 30 000 piscinas, 233 hotéis, incluindo 48 “resorts” e 72 dos 115 campos de golfe, retirados do aquífero do deserto para fazer face a um consumo tão elevado, obrigando a água do rio Colorado a ser usada para recarregar o aquífero... (Zukas, 2009: 30-40).

Na região de Coachella Valley existem 115 campos de golfe (só em Palm Springs foram construídos 57): estima-se que o consumo de água na rega de cada campo de golfe seja de um milhão de galões de água por dia, o que quer dizer que só para regar os campos de golfe são gastos diariamente 115 milhões de galões de água, em cada um dos 365 dias de cada ano (Soilmoisture Equipment Corporation, The Greening of America *in* Zukas, 2009: 59-60).

O aquífero (subterrâneo) de Coachella Valley tem armazenados cerca de 30 milhões de “acre feet” de água (um “acre foot” equivale a 325 851 galões de água; 1 galão americano = 3.79 litros; 1 “acre foot” equivale a cerca de 1234.98 m³).

Desde 1936 o aquífero diminuiu cerca de 5 milhões de “acre feet”, sendo sobrexplorado em 150 000 “acre feet” por ano (cerca de 185 250 000 m³), água suficiente para abastecer 300 000 agregados familiares, considerando-se um consumo de 1.692 m³/dia e por agregado, um valor já por si elevadíssimo.

O Coachella Valley Water District (CVWD) considera que por meio de novas recargas do aquífero se poderão assegurar fornecimentos até 2037. Para já, estão a encorajar os utilizadores da água a utilizar as espécies nativas de plantas e outros tipos de vegetação que não exijam dotações de água para rega tão elevadas e a desencorajar a utilização de turfa e de vegetação com elevados consumos de água (Spillman, 2004 *in* Zukas, 2009: 59) (os cálculos das equivalências são do autor deste trabalho).

Indian Wells/Coachella Valley, de paisagem simbólica do deserto da Califórnia nos EUA passou a ser, a partir da década de 1950, um **símbolo de imoderação e de desperdício ecológico, um desperdício de água, com um gasto energético brutal, uma paisagem ambientalmente não sustentável** (Reisner, 1993 *in* Zukas, 2009: 44).

Indian Wells passou a ser o produto da especulação fundiária e do desenvolvimento por empresários ricos, muitos com ligações a Hollywood (City of Indian Wells, California, 2005 *in* Zukas, 2009: 46) e não constituiu surpresa que se tenha tornado no centro financeiro de Coachella Valley com o encerramento dos edifícios de escritórios de Wall Street West, na década de 1990 (City of Indian Wells, 2005 *in* Zukas, 2009: 46).

Para Reisner (1993 *in* Zukas, 2009: 35) no deserto da Califórnia tudo depende actualmente da manipulação da água, que começa pela sua captação por barragens onde é armazenada e, posteriormente, enviada através de canais ao longo de centenas de milhas.

Aquilo a que Zukas (2009: 44) assistiu, com a visita a que procedeu, foi:

- a um gasto energético imenso nos “resort” para manter com água os lagos artificialmente construídos, num território que no Verão tem uma taxa de evaporação de cerca de 30%;
- as temperaturas frescas no interior dos edifícios dos “resort” só era conseguida à custa de ar condicionado e do conseqüente gasto energético (Figura 1.11 e 1.12).

Sobre Indian Wells (City of Indian Wells, 2005: 45):

- os planeadores da cidade e os arquitectos que projectaram os “resort”, fizeram-no de uma forma que simbolicamente encarna o poder, o controle e a riqueza de uma sociedade capitalista;
- em 1998 aparecia numa lista como a cidade com o maior rendimento individual dos EUA;
- em 2000 tinha 3816 pessoas recenseadas e a percentagem mais alta de milionários per capita de entre todas as cidades dos EUA, com uma população em que 96.33% eram brancos e apenas 0.21% eram nativos americanos.

Schama (2004 *in* Zukas, 2009: 34), ao analisar a “produção” de paisagem pelo ser humano na Europa e na América do Norte nos últimos cinco séculos, afirma que é difícil pensar um sistema natural que, para o bem e para o mal, não tenha sido substancialmente modificado pela cultura humana.

Para Mitchell (2002 *in* Zukas, 2009: 34) a paisagem deve ser pensada como um processo pelo qual são formadas as identidades subjectivas e sociais e interpretada não só como é ou o que significa, mas também o que faz e como funciona como prática cultural.

Para Cosgrove (1998 *in* Zukas, 2009: 45), a paisagem resulta do discurso que se estabelece entre determinados grupos sociais e as suas interacções com o território e outros grupos humanos, num determinado enquadramento histórico. Neste sentido, o que era reflectido simbolicamente nas fontes, lagos e planos de água represados de Indian Wells era o poder, as sensibilidades e a imaginação dos empresários capitalistas pós-modernos e a forma como

moldaram o ambiente num paraíso de lazer onde a paisagem foi tratada como o cenário de um teatro.

Para Zukas (2009: 53) a paisagem envolveu interações físicas e simbólicas com o ambiente, isto é, a modelação da terra pelo trabalho e pela subjectividade humanas. Ela ocorreu ao longo do tempo em determinadas circunstâncias geográficas, sociais e culturais (Cosgrove *in* Zukas, 2009: 53) que se foram alterando à medida que as circunstâncias mudaram pelas acções humanas.

A paisagem é, segundo Jackson (*in* Zukas, 2009: 56), um lugar para viver e trabalhar e que pode ter um significado simbólico para os que são residentes; considera a paisagem como uma construção política e cultural que se altera ao longo da história.

Zukas (2009: 55-56) tem o mesmo entendimento sobre a paisagem que Jackson: a paisagem (de Indian Wells) estava intimamente ligada à actividade social e económica num quadro geográfico específico e representava um dos caminhos que a moldaram e que lhe deram significado. A paisagem estava ancorada na vida humana e as pessoas faziam parte da componente social da paisagem.

Da leitura do trabalho elaborado por Zukas, entende-se que o autor pretendeu:

- “compreender o significado desta paisagem através de um compromisso com os períodos da história simbólica”;
- analisar o contraste da modernidade da cidade de Coachella Valley e a austeridade da envolvente, natureza simbólica;
- ter presente que para os Índios o ser humano era uma parte integrante do sistema;
- a arquitectura e a paisagem da cidade de Indian Wells são estranhas e com pouca relação com o “genius loci” da área, mas que são muito apreciadas pelos novos habitantes. Zukas não aplaude as transformações feitas na paisagem, ao contrário de Schama, porque é crítico em relação às práticas e identidades que as novas paisagens incorporam e representam na sua “sedimentação socio-histórica do significado”.



Figura 1.11 – Indian Wells. (Disponível em: http://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g32523-Indian_Wells_California.html, acesso em 29-07-2012).



Figura 1.12 – Rancho Las Palmas Resort & Spa. (Disponível em: <http://www.tripadvisor.com.br/AlsoViewedLB?checkRatesType=checkRates&avlbType=popup&d=77224>, acesso em 29-07-2012).

A paisagem de Indian Wells/Coachella Valley no California Desert é considerada uma **paisagem simbólica** pela história rica que envolveu a sua ocupação humana de mais de dois mil anos, comprovada arqueologicamente, pela forma sustentada como todo o território foi “explorado” pelo povo índio que, com sabedoria, soube tirar partido dos recursos naturais existentes, pelos aspectos simbólicos e míticos que atribuíram à paisagem, pelo respeito com que a trataram.

A partir de 1950, Indian Wells/Coachella Valley passou a ser um **símbolo do que não deve ser uma paisagem simbólica** – a introdução de espécies alóctones, os gastos astronómicos de água para a sua manutenção e para os lagos, o desperdício de água, o brutal gasto energético para bombear aquela mesma água e para a melhoria do conforto bio-climático no interior dos edifícios construídos, um símbolo de imoderação e de desperdício ecológico, a perda da mística e do cenário único e grandioso proporcionado pelo deserto:

- para o povo Índio era uma paisagem simbólica;
- para os milionários americanos a nova paisagem é a que eles consideram como simbólica;
- do ponto de vista de quem faz uma análise àquela paisagem, ela passou a ser, a partir de meados do século passado, uma paisagem de ostentação, insustentável, destruidora e desrespeitadora dos valores presentes e dos que já lá ocorreram.

O que contribuiu para aquela **paisagem ser considerada como simbólica** foi:

- a reverência dos índios pela natureza e pelos ciclos naturais nas suas actividades quotidianas e em que o ser humano fazia parte de um sistema em equilíbrio com o ambiente;
- a paisagem ser considerada como um talismã;
- a existência de sítios com significados sobrenaturais envolvendo simbolismos históricos.

Sobre este caso, o de **Indian Wells/Coachella Valley** em California Desert, constata-se que:

- embora a identidade de uma paisagem esteja patente através das suas qualidades espaciais é o ser humano que através das suas actividades vai alterando as paisagens;
- nem as condições naturais nem os valores existentes foram tomados em conta pelos investidores em Coachella Valley, nomeadamente os factos de se tratar de uma região desértica e dos aspectos simbólicos da sua história com mais de 2500 anos; pelo contrário, foram cometidos excessos com a construção de complexos turísticos de grandes dimensões em contraste com a austeridade do deserto;
- perdeu-se o respeito pela história de um povo que conseguiu sobreviver de uma forma coerente num território particularmente adverso;
- o que aconteceu foi um processo de mera especulação fundiária activada por agentes económicos pouco escrupulosos;
- obviamente que a paisagem não foi tratada com a consideração que merecia nem as suas características tomadas como fundamento para a estratégia de gestão daquele território;
- o que acabou de ser referido conduz-nos a uma apreciação desastrosa da gestão daquele território pelo tipo de ocupação, pelo gasto energético e por se ter tornado numa paisagem ambientalmente insustentável.

1.2.1.2. West and South California

Outros casos são estudados por Meinig (1979 *in* Flad, 2009: 356) que, a propósito das paisagens simbólicas, argumenta que algumas paisagens são parte da **iconografia da independência**, parte da **partilha de ideias, memórias e sentimentos** que promovem a união de um povo. Este autor identificou, historicamente, três paisagens simbólicas:

- a vila de New England entre os séculos XVII-XIX, com uma zona verde central, a igreja protestante e a “meeting house”, uma paisagem humanizada que, de acordo com o autor, **identifica os valores americanos de democracia e de comunidade**, bem como o **papel da religião moldando a fundação da nação**;
- as ruas principais são uma representação do **crescimento dos interesses comerciais na economia, com o crescimento das vilas e cidades do NO e do O no século XIX**. Elas perduraram na história e na memória como a nostalgia da vida comunitária das pequenas cidades e da sua arquitectura de fachadas de mármore e de granito e de lojas de tijolo à vista que deram forma ao conceito de progresso económico;
- os subúrbios da Califórnia do Sul como a paisagem da América do século XX – a vivenda unifamiliar num lote pequeno, com a garagem para o carro, num rearranjo espacial anti-urbano onde a **raça e a classe estavam em contradição com os valores americanos de independência e comunidade**.

Segundo Flad (2009: 357) tratam-se de **3 paisagens simbólicas**, consideradas paisagens culturais, construídas pela sociedade americana e que constituem **imagens das forças sociais, económicas e políticas**.

Meinig (1992: 16 *in* Flad, 2009: 357) noutra obra (“A Life of Learning”) descreveu o seu interesse pelas paisagens simbólicas por constituírem uma espécie de **arquivo cheio de pistas acerca das mudanças de carácter cultural e histórico**, referindo ainda que é nesta área que a geografia estabelece a ligação com escritores, poetas e pintores e todos os que tentam captar de algum modo a personalidade ou o mistério de um lugar nos sentimentos humanos.

Para Flad (2009: 357) as definições de Meinig permitem ao leitor evocar uma imagem identificável e reconhecer o seu valor simbólico, pelo que estas imagens de paisagens continuam a influenciar a compreensão da própria América e dos valores conflituantes que moldam as questões sociais e políticas.

Porém, as percepções das paisagens naturais também contribuíram para a formação da cultura americana e moldaram as questões sociais, políticas, económicas e ambientais (Cosgrove e Daniels, 1988; Nash, 2001; Olwig, 2002 *in* Flad, 2009: 358).

Estes autores consideram ainda que, pouco depois da independência dos EUA, a arte e a literatura transformariam a imagem da **“wilderness”**, considerada a área natural pouco modificada pela actividade humana, num símbolo icónico da independência americana da Europa, o que constituiria o projecto subjacente de um nacionalismo emergente.

Segundo Meinig (1993 *in* Flad, 2009: 358) a nação americana entrou na era moderna através das forças económicas do capitalismo e da industrialização, com a urbanização criando uma paisagem que ia colapsando sob as mudanças tecnológicas, nomeadamente nos transportes e comunicações rápidas. Talvez, mas também por isso, Thoreau ([1862] 1989: 206 *in* Flad, 2009:

358) tenha declarado na altura que a preservação do mundo assentava na manutenção da vida selvagem (“wildness”).

As paisagens naturais transformaram-se em paisagens culturais como *habitat* e sistema trabalhado pelo homem (Meinig, 1979, 35-37 in Flad, 2009: 358). Uma terra que outrora tinha sido considerada como não tendo limites, começou a sugerir fronteiras e a ter paisagens “domesticadas” (Marx, 1964 in Flad, 2009: 358).

Para Zelinsky (1973: 36-37 in Flad, 2009: 358), numa sua narrativa filosófica acerca do relacionamento do ser humano com o mundo natural, entende-o como tendo acabado por ser um foco para o orgulho nacional e realização artística.

Aquele compromisso emergente, social e político, com a natureza, foi reflectido no turismo americano no século XIX. Artistas, ensaístas, poetas, jardineiros e arquitectos desenvolveram a retórica para o crescimento da classe média, ávida de ser educada nas artes do refinamento (Bushman, 1992 e Meyers, 1993 in Flad, 2009: 359). As actividades de lazer cresceram, sendo um exemplo disso, os estabelecimentos hoteleiros (“resort”) de montanha que desempenharam um papel importante no desenvolvimento do turismo e na divulgação da natureza naquele século (Flad, 2009: 359).

Este “voltar a olhar” para as áreas naturais próximas envolveu aspectos do foro da saúde física e mental das pessoas, com as termas a terem muita procura para o tratamento de doenças através das águas medicinais e as zonas montanhosas com o ar puro, para tratamento da tuberculose. As áreas naturais também foram procuradas para as actividades de recreio, tendo sido construídos hotéis enormes que eram verdadeiras salas de visita nas áreas naturais. Estas actividades de lazer contribuíam para a ascensão na hierarquia social, pelo que constituíam razão mais do que suficiente para uma deslocação àqueles “resorts”.

1.2.1.3. Catskill Mountain House (Hudson River Valley)

Outro dos casos de estudo de Flad (2009) foi o de “**Catskill Mountain House**” (“The Parlor in the Wilderness: Domesticating an Iconic American Landscape”).

Segundo Thomas Cole, que viveu entre 1801 e 1848, havia um conjunto de artistas, a que chamaram de “Hudson River School of Art” (1836 in Flad, 2009: 359), que se deslocava para as montanhas a fim de pintar a paisagem e que acabou por ser conhecido como o primeiro grupo “nacional de artistas da América” (Howat, 1972; Novak, 1980 in Flad, 2009: 360) (Figura 1.13).

Se Cole argumentou (1836 in Flad, 2009: 360) que “*a característica mais marcante, e talvez mais impressionante da paisagem (“scenery”) Americana, é a vida selvagem*”, em todo o século XIX as paisagens naturais da América do Norte foram representadas em termos nacionalísticos (Miller, 1993 in Flad, 2009: 360), tendo artistas e ensaístas criado uma “*cultura nativa singular ... baseada em lugares americanos específicos*” (Lucic, 2000 in Flad, 2009: 360).

No fim do século XX a paisagem regional do Hudson River Valley e as Catskill Mountains, onde Cole e os colegas artistas tinham pintado, seria declarada uma “**National Heritage Area**” e “**The Landscape That Defines America**” (Flad, 2001: 14 in Flad, 2009: 360).

A associação do conceito histórico com o conceito ideológico levou a que a região, onde aqueles eventos tiveram lugar, passasse a ser considerada como o local onde a América construiu a sua identidade nacional (Meinig, 1979: 42-46 in Flad, 2009: 360).

“Catskill Mountain House” localiza(va)-se 100 milhas a Norte da cidade de Nova Iorque, na margem Oeste do Hudson River, nas Catskill Mountains e era o mais conhecido de todos os “resort” (Van Zandt, 1966 in Flad, 2009: 360).

O hotel “Catskill Mountain House” foi construído em 1823 em “Pine Orchard” e aberto ao público no ano seguinte, numa posição elevada com 675 m de altitude e sobranceira ao Hudson Valley, da qual se disfrutava uma vista panorâmica para o rio do mesmo nome e para florestas, lagos, ribeiros e cascatas, como as Kaaterskill Falls, as segundas depois das famosas Niagara Falls. As vistas eram consideradas as mais inspiradoras a Este das Rocky Mountains (Heilprin, 1907: 194 in Flad, 2009: 362 e 373) (Figuras 1.14 e 1.15).

Por volta de 1880, faziam aquela viagem todos os verões cerca de 70 000 visitantes para os vários “resorts” de luxo das Catskill Mountains, incluindo o “Catskill Mountain House”. O acesso era feito por barco a vapor a partir de Nova Iorque e depois seguia-se a subida à montanha, a partir de Catskill Landing.

Os visitantes faziam o percurso por trilhos, calçadas e estradas em terra batida numa paisagem natural “com marcas culturais”, mas mantinham como que uma âncora estrutural e visual com o hotel.

O espaço à volta de “Catskill Mountain House” era constantemente alterado de acordo com os interesses do hoteleiro e das apreciações dos hóspedes (Flad, 2009: 362).

Por sua vez, a varanda enquadrava as **vistas panorâmicas** e as **perspectivas cénicas** e constituía a característica que identificava os hotéis vitorianos (Blackmar e Cromley, 1982 in



Figura 1.13 – Thomas Cole. From Auction House Records, *Catskill Mountain House*, 1845-7. (Disponível em: http://www.explorethomascole.org/landscape/hudson_valley/49, acesso em 23-02-2013).



Figura 1.14 – Jasper Cropsey. *Catskill Mountain House*. Oil on canvas, c. 1855, 29 x 44 in. The Minneapolis Institute of Arts. Bequest of Mrs. Lillian Lawhead Rinderer in memory of her brother, William A. Lawhead, and the William Hood Dunwoody Fund. View full screen. Hudson River School, Art Trail. (Disponível em: http://www.hudsonriverschool.org/trails/1/sites/8/views?placement_id=76, acesso em 23-02-2013).

Flad, 2009: 362) e em “Catskill Mountain House”, um dos lugares mais frequentados era o **alpendre** (a varanda na fachada frontal, também designado por “veranda” ou “piazza” – Figuras 1.16 e 1.17), que servia não só para identificar o hotel, mas também porque constituía, porventura, a parte mais emblemática do “resort”: um verdadeiro palco que como que entrava pela paisagem natural que dali se avistava. A varanda constituía uma área social a meio caminho entre o espaço ao ar livre e o interior do edifício, estabelecendo a ligação do cenário natural que dela se avistava com a actividade social do hotel (Figura 1.17).

O “dar o nome” aos pontos de referência na paisagem era também uma forma de estabelecer uma ligação romântica ou histórica à paisagem (Meinig, 1979: 43-45 *in* Flad, 2009: 363). Ainda hoje permanecem as referências das **paisagens de ficção e mitológicas** de Irving e de Cooper (artistas plásticos), o que ajuda a identificar a região no ideário nacional e continua a ser um “**branding**” para motéis, negócios e campos de golfe (Flad, 2009: 363).

Durante vários anos a elite de Nova Iorque frequentou o hotel, mas as alterações dramáticas na indústria do turismo regional decorrentes da 2.ª Guerra Mundial levaram ao seu encerramento, cujas portas foram abertas pela última vez em 1941. Depois de ter estado vários anos encerrado, o Estado de Nova Iorque adquiriu-o em 1962, com o fim de aumentar a área do parque de campismo de North e South Lake, situado nas suas proximidades. No ano seguinte o mesmo Estado decidiu destruir o hotel, incendiando-o em 25 de Janeiro de 1963 (Flad, 2009: 372).

Muitas questões da **história ambiental e social** tiveram início nas discussões nas salas de visita e nos alpendres dos hotéis de montanha. A evolução de uma área natural (pouco modificada) para uma paisagem “domesticada”, é um processo que possibilita pontos de vista diversos. O debate aponta para a força das áreas naturais como **paisagens icónicas da América**, sendo na região do Hudson River Valley que as áreas naturais constituem a referência central da **cultura americana** (Flad, 2009: 373).

A paisagem natural enquanto ícone nacional não foi domesticada, constituiu um item para ser consumido como riqueza material (Meinig, 1979: 41-42 *in* Flad, 2009: 363).

A história do hotel “Catskill Mountain House” permite-nos analisar a cultura e o modo como os **proprietários e os hóspedes percepcionavam a sua relação com a natureza**.

Esta relação (filosófica, artística e até religiosa noutros casos), tornou-se uma **referência para os esforços americanos, que posteriormente foram desenvolvidos, na conservação do ambiente e na preservação histórica** (Muir, 1901; Runte, 1987; Nash, 2001 *in* Flad, 2009: 373).

Resumindo:

- as paisagens naturais tinham uma importância particular para o povo americano;
- a construção da identidade nacional foi obtida a partir do relacionamento feito entre a associação do conceito histórico com o ideológico;

- as relações com a natureza estabelecidas pelos americanos foi reflectida no desenvolvimento do turismo para, entre outras, as actividades de recreio e de lazer mas, também, constituiu

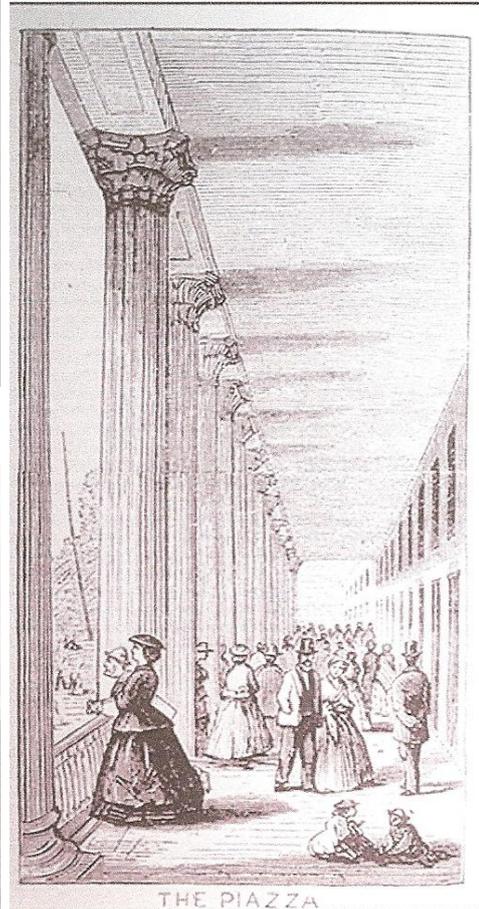


FIG. 2—The piazza, drawn by Thomas Nast. Source: Harper's 1866, 456.

Figura 1.15 – Thomas Cole. *View of the Catskill Mountain House*. Pen and black ink over pencil on paper, c. 1835, 9 3/8 x 15 1/2 in. The Art Museum, Princeton University, Frank Jewett Mather, Jr. Collection. (Disponível em: http://www.hudsonriverschool.org/trails/1/sites/8/views?placement_id=76, acesso em 23-02-2013).

Figura 1.17 – Desenho de Thomas Nast. “A Varanda” (*Piazza*), Blackmar e Cromley, 1982 in Flad, 2009: 362. (Fonte Harper's, 1866: 456).

Figura 1.16 – William Henry Bartlett, “Vista a partir de *The Mountain House*”, 1836). (Disponível em <http://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/huelvahlis/toria/article/view/757>, acesso em 23-02-2013).

uma referência para os esforços empreendidos na conservação da natureza e na preservação da história.

1.2.2. Abordagem Australiana

Um conjunto de investigadores representando as ciências e as artes na Austrália desenvolveram um estudo em conjunto numa disciplina transversal, as “**paisagens icónicas**” (“*iconic landscapes*”), financiado pelo “University’s Institute for Sustainable Solutions”, entre Setembro de 2009 e Agosto de 2010.

Entende-se “**icónico**” (do grego “*eikonikós*”, pintado do natural, pelo latim “*iconicu-*”, idem):

- o “*que reproduz os traços, que representa*” (Machado, 1977: 255);
- a “*pessoa ou coisa emblemática do seu tempo, do seu grupo, de um modo de agir ou pensar, etc.*” (Houaiss, 2003: 2026);
- “*que representa o modelo com fidelidade*” (Porto Editora, 2003-2012).

Aquele estudo foi conduzido pelo “The Centre for Research on Ecological Impacts of Coastal Cities” e procurava ir além das discussões académicas tradicionais sobre dados científicos e reunir as conclusões com a pesquisa investigando como as comunidades locais, em diferentes paisagens da Austrália (“*Seawalls*”, de Sydney Harbour; “*Rangelands*”, de Fowlers Gap; e as “*Arid dry-zones*”, de Simpson Desert), compreendiam e avaliavam o ambiente.

Além da colheita de dados científicos, o estudo procurava também **reunir histórias e obter dados de outros tempos passados, as percepções e as visualizações envolvidas na compreensão e o relacionamento entre os factos biológicos e os valores sociais relativos a lugares particulares**, tendo como objectivos (Coleman *et al.*, 2011):

- compreender como é que as comunidades valorizam o ambiente natural vizinho;
- compreender como é que as comunidades percebem os desafios ambientais locais e as opções para os ultrapassar;
- compreender como é que os investigadores, naqueles três casos de estudo, encaram os desafios ecológicos e como é que pensam que a investigação poderá ir ao encontro das necessidades da comunidade;
- examinar as barreiras para a adesão pública aos resultados da sustentabilidade da investigação;
- identificar opções e soluções válidas
 - . ajudar as comunidades locais a compreender como é que a ciência os pode ajudar
 - . facilitar a recepção abrangente da política baseada no conhecimento científico (“*science-driven*”).

Até à data da impressão deste trabalho não se conseguiu ter acesso às conclusões dos investigadores relativas às pesquisas a que se propuseram.

1.2.3. Abordagem das Nações Unidas

Quando da reunião que teve lugar em Paris, de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, da Conferência Geral da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), já naquela altura se constatavam ameaças de destruição do **património natural e cultural** não só a partir das causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agravava (UNESCO, 1972). Daí se ter aprovado a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Esta **Convenção** foi adoptada desde então pela Conferência Geral da UNESCO e tem sido o instrumento mais universal e bem sucedido para a salvaguarda, cooperação e democratização do património a uma escala mundial.

Dentro dos objectivos a atingir será de destacar o de um papel mais activo nos processos de desenvolvimento a nível mundial (Amendoeira, 2004: 1) (Anexo 2).

Segundo a UNESCO (2005a: 15) considera-se **património misto cultural e natural**, os bens que respondem a uma parte ou ao conjunto das definições do património cultural e natural que figuram nos artigos 1.º e 2.º da Convenção.

Os “**sítios**” (e os monumentos e os grupos de edifícios) são considerados como tendo **valor universal excepcional**, em termos da Convenção, quando o Comité entender que eles apresentem um ou mais dos seguintes critérios (além do teste de autenticidade) :

- . ser uma obra-prima do génio criativo humano
- . ser um importante intercâmbio...
- . ter um único, ou pelo menos excepcional, testemunho...
- . ser um exemplo excepcional de...
- . ser associado com ideias, ou com opiniões, com trabalhos artísticos ou literários de significado universal excepcional...(extraído dos critérios).

Os **monumentos**, os **grupos de edifícios** e os **lugares** são, por conseguinte, considerados como de **valor universal excepcional** se forem considerados umas “obras-primas” ou “importantes”, “únicos”, “excepcionais” ou “proeminentes” do ponto de vista da história, arte, ciência, estética, etnologia ou antropologia (WHC, 2005: 22).

A UNESCO (1999 *in* Moreira *et al.*, 2006) e autores como Farina (1998) e Fadigas (2007: 161) defendem que a **paisagem cultural** resultou da interacção entre os seres humanos e a natureza, posição semelhante à de Head (2000), “*uma paisagem transformada fisicamente pela acção humana*”.

Uma paisagem cultural reflecte as interacções entre o ser humano e o seu ambiente natural e é um fenómeno complexo com uma identidade **tangível e intangível** (Plachter & Rossler, 1995 *in* Farina, 2007: 270).

Estas paisagens proporcionam múltiplos valores e funções, incluindo recursos naturais, *habitats*, benefícios económicos na forma de bens e serviços, recreio (Merlo e Croitoru, 2005 *in* Moreira *et al.*, 2006: 218) e herança cultural (EEA, 1995 *in* Moreira *et al.*, 2006: 218).

Schama (2004 *in* Zukas, 2009: 34) analisa a produção humana de paisagem na Europa e na América do Norte nos últimos quinhentos anos e observa que é difícil pensar num único sistema natural que não tenha, para o melhor ou para o pior, sido substancialmente alterado pela civilização humana.

A UNESCO (2005a: 90-91) subdividiu as **paisagens culturais** nas seguintes categorias:

1) **Paisagem claramente definida** – paisagem intencionalmente concebida e criada pelo homem, na qual se englobam os jardins e parques, urbanos e rurais, privados e públicos, criados por razões estéticas, importantes pelo seu valor artístico e cultural. Nesta categoria

englobam-se muitas vezes (mas não sempre) paisagens associadas a construções ou conjuntos religiosos;

2) **Paisagem essencialmente evolutiva** – paisagem resultante de um processo com origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e que atingiu a sua forma actual por associação e em resposta ao seu meio natural. Estas paisagens reflectem, na sua forma e composição, o processo evolutivo que lhes deu origem.

Esta categoria subdivide-se em outras duas:

. **paisagem relíquia** (ou fóssil) – paisagem que sofreu um processo evolutivo interrompido num dado momento do passado mas cujas características essenciais se mantêm materialmente visíveis;

. **paisagem viva** – paisagem que conserva um papel social activo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua, mostrando provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo;

3) **Paisagem cultural associativa** – a inscrição destas paisagens na Lista do Património Mundial é justificada por força da associação a fenómenos religiosos, artísticos ou culturais, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

A Convenção do Património Mundial constitui uma plataforma para debate de conceitos e de políticas relativos à conservação do património e estabeleceu as seguintes categorias (ICOMOS, 2008: 7; UNESCO, 2005a: 14-15):

- **património cultural:**

. “monumentos”,

. “conjuntos de edifícios”

. e “**sítios**”, estes definidos como “*obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, e os lugares, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*”;

- **património natural:**

. “*os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos daquelas formações que têm um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico*”;

. “*as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação*”;

. “*os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência da conservação ou da beleza natural*”.

Um pouco mais tarde a UNESCO passou a considerar na classificação como **património mundial, as paisagens culturais de Valor Universal Excepcional**.

As **paisagens**, além de serem um **recurso**, passaram a ser também consideradas como **património**. Espenica (1997: 92), a propósito da conservação de certas paisagens humanizadas em que, entre outras, citava os **montados**, referia que além do seu valor cultural, representam um importante património empírico sobre os sistemas ecológicos e uma boa forma de explorar as condições locais.

As “**paisagens culturais** são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» mencionados no artigo 1.º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e o seu estabelecimento no decorrer dos tempos, sob a influência dos constrangimentos físicos e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das forças sociais, económicas e culturais sucessivas, internas e externas” (UNESCO, 2005a: 15).

A UNESCO estabeleceu um conjunto de regras para a classificação como património mundial e promoveu a elaboração de uma **Lista do Património Mundial**, apoiada nas listas indicativas apresentadas pelos Estados (Amendoeira, 2004: 1; UNESCO, 2005a: 15-16).

Para tal foram estabelecidos critérios para avaliação das candidaturas (UNESCO, 2005a: 21-22). Assim, para que os lugares se possam qualificar para aquela lista, têm de satisfazer pelo menos um de dez critérios, além de cumprir as condições de autenticidade e de integridade para serem considerados “**Valor Universal Excepcional – VUE**” (ou “Outstanding Universal Value” – OUV), de acordo com a “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention”, considerando como:

- . “**autenticidade**”, a capacidade de compreender o valor atribuído ao património depende do grau de credibilidade ou de veracidade que se pode atribuir às fontes de informação relativas a este valor (UNESCO, 2005a: 23);
- . “**integridade**”, referida na identificação das condições funcionais e históricas de um lugar (ICOMOS, 2008: 13) e é uma apreciação do conjunto e do carácter intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos (UNESCO, 2005a: 24).

Para assegurar estes critérios está previsto um conjunto de exigências como o seu “bom estado”, o controle do impacto dos processos de deterioração, os processos biofísicos e as características terrestres devem estar relativamente intactas, deve estar assegurada a protecção e a gestão dos bens do património mundial, além de medidas legislativas de carácter regulamentar e contratual para a protecção (UNESCO, 2005a: 24-26).

Portanto, o património considerado como de “**Valor Universal Excepcional**”, pode definir-se como o património cultural e/ou natural com um valor de uma importância de tal forma excepcional que transcende as fronteiras nacionais e que apresenta um carácter inestimável para as gerações actuais e futuras da humanidade (UNESCO, 2005a: 15; UNESCO, 2005b: 30-56).

O **Prémio Internacional Melina Mercouri**, UNESCO – Grécia (“Melina Mercouri International Prize for the Safeguarding and Management of Cultural Landscapes – UNESCO, Greece”), tem por fim recompensar exemplos excepcionais de acções destinadas a salvaguardar e a realçar as maiores paisagens culturais do mundo. Instituído para perpetuar o nome de Melina Mercouri, uma perscrutora da conservação integrada e do desenvolvimento sustentável, uma actriz memorável e que também foi Ministra da Cultura na Grécia, responde a uma necessidade identificada claramente pelo “World Heritage Committee” que, na sua 16.ª Sessão que teve lugar em Santa Fé, em Dezembro de 1992, reconheceu que a protecção das paisagens culturais, um conceito mais rico do que o conceito convencional de “monumentos” ou “sítios”, é uma das principais prioridades da actualidade.

O prémio foi atribuído pela primeira vez em 1997. Os critérios a que as paisagens propostas devem, de acordo com a nomeação, integrar pelo menos uma das três categorias de paisagens culturais decididas pelo Comité e já referidas (UNESCO, s/d(a)).

A propósito das paisagens culturais, e no âmbito da directiva proposta pelo ICOMOS para 2010, o IGESPAR IP lançou o tema “**Património Rural/Paisagens Culturais**” para comemorar o Dia Internacional de Monumentos e Sítios em 18 de Abril. As entidades públicas e privadas poderiam associar-se à comemoração através de iniciativas que dariam a conhecer um património que devesse ser preservado (IGESPAR, 2010).

As paisagens culturais têm cada vez mais **ameaças**, e algumas, tal como as espécies, enfrentam a extinção e o seu eventual desaparecimento constituirá uma dupla perda, em termos naturais e culturais.

“**O Livro Vermelho das Paisagens Ameaçadas**” (Green & Voos, 2001; Naveh, 1993 *in* Moreira *et al.*, 2006: 223) ao apelar para a sua conservação constitui um ponto de partida válido para identificar os factores que influenciam a mudança (“driving forces”) e os níveis de ameaça a um nível regional ou global.

Os **critérios** para avaliar as ameaças poderiam basear-se no seguinte: (a) identificação da paisagem de referência e (b) avaliação do nível de degradação de cada componente operacional da paisagem.

Ainda de acordo com Moreira *et al.* (2006: 223), deveriam ser definidas a seguir as prioridades para protecção e as oportunidades para restauro. As limitações do **restauro da paisagem** (questão tratada no capítulo 4) sugerem que há uma necessidade urgente de preservar as paisagens ameaçadas antes que estejam demasiado degradadas.

1.2.4. Abordagem Europeia

“Anteriormente a UNESCO e a IUCN tinham realçado a necessidade de proteger paisagens naturais e culturais de especial interesse mas, a partir dos anos noventa, tal preocupação alarga-se a todo o tipo de paisagens”. (DGOTDU, 2004a: 8 – Introdução, Vol. I).

Referem-se a seguir alguns casos exemplificativos da **abordagem europeia**.

1.2.4.1. Hatfield Forest

Para Oliver Rackham (1989) o conceito de **paisagem de referência** está subjacente à relação que a população de uma região inglesa tem tido com a “**Hatfield Forest**” (Floresta de Hatfield) (Figuras 1.18 e 1.19), da qual se conhece a história desde o ano de 1100, altura em que o veado lá terá sido introduzido e, por lei, considerado propriedade do Rei, tal como a maioria das florestas na altura.

A Figura 1.18 mostra os limites da “Hatfield Broad-Oak” na Idade Média (28 de Janeiro de 1298), num documento traduzido do latim por Rackham (1989: 63) a partir de uma cópia do século XVII e que, mais tarde, seria designada por Hatfield Forest.

Segundo Rackham (1989: ix) as florestas são um dos campos mais prolíficos em pseudo-história (conceito entendido como “*história falsa, em que se apresentam factos que não são*”

rigorosamente históricos”, Aulete, s/d; “conjunto consistente e lógico de depoimentos aceites, copiados de escritor para escritor ao longo de séculos”, Rackham, 1989: ix) e a Inglaterra medieval tinha muita floresta sendo a **caça**, que era propriedade do Rei, protegida por leis selvagens e com punições severas.

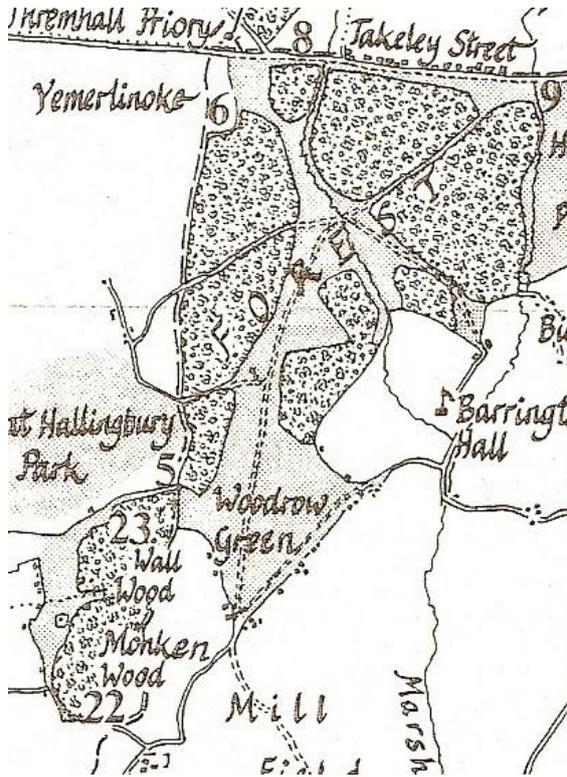


Figura 1.18 – Hatfield Forest em finais do século XIII (Rackham, 1989: 63).



Figura 1.19 – Hatfield Forest (Fonte: Google Earth).

Rackham considera ainda que as florestas inglesas eram, talvez, o exemplo mais complexo na Europa de uma “**paisagem cultural**”: as interações ao longo dos anos das instituições humanas e da gestão da terra com a natureza e o comportamento dos veados, do gado doméstico e as plantas e animais silvestres.

O mesmo autor remete o leitor para a leitura da evolução daquela pequena área florestada com cerca de 1.5 milhas quadradas (384 ha) com um **acervo rico em cartografia que permite acompanhar a sua evolução**, a intervenção permanente da população que habitava na orla, bem como a **gestão que nem sempre teve a aprovação de todos os interessados**.

O mesmo autor entende que a Floresta de Hatfield é do maior interesse porque, para além da componente humana na sua intervenção, todos os **elementos de uma floresta medieval sobreviveram**, desde os veados, às pequenas matas com árvores exploradas em talhadia para varas, às árvores podadas (“pollards”) para produção de madeira, passando pelos arbustos, pastos e fenos e pela criação de coelhos (Rackham, 1989: 1).

Na sua apreciação, entende que os registos escritos existentes são particularmente completos, mesmo os que envolvem a **história** contada sobre os diferentes actores: a do rei, a dos camponeses ou a dos proprietários, embora esta última com mais dificuldade, estão documentadas ao longo de cerca de nove séculos.

Os penúltimos donos, da família Houblon, geriram a propriedade desde 1857 e se por um lado o fizeram de uma forma correcta segundo as tradições da altura (mantiveram o gado a pastar e as cercas; os veados; geriram a floresta e os pilriteiros) por outro lado alteraram a sucessão natural ao procederem a plantações de árvores e à introdução de espécies animais exóticas, contrariando o espírito do lugar.

Quando em 1923 faliram e a propriedade foi a leilão, acabou por ser adquirida em Outubro daquele ano por um membro da família Buxton que legou a H. Forest em testamento ao National Trust (Rackham, 1989: x e 145).

Rackham (1989: xi) afirma:

- que aquela floresta foi sempre **local de disputa**, e que continua a sê-lo – mesmo depois de ter sido deixada em testamento ao National Trust (NT), um dos últimos episódios é relatado por Anthony Buxton, filho do doador, ao denunciar numa carta publicada no “The Times” em 20 de Julho de 1955, que o NT tinha decidido arrendar parte da HF à Forestry Commission para a reflorestar com coníferas, o que provocou uma grande controvérsia a nível nacional (Rackham, 1989: xi, 144 e 149);
- que a conservação no futuro depende mais da **aprendizagem com os erros**, do que com os sucessos do passado. Segundo o mesmo autor, Hatfield Forest dá-nos o aviso que na conservação, como nas actividades humanas, as mudanças são facilmente confundidas com os genuínos avanços do conhecimento.

Alguma similitude de factos e de acontecimentos permite estabelecer um paralelo entre a história da Floresta de Hatfield em Inglaterra e a da Herdade da Contenda em Portugal, o caso de estudo da presente dissertação. Daí a abordagem semelhante à que foi utilizada por Rackham (1989) pela criação de um **panorama histórico** para chegar ao conceito de **paisagem de referência** e, assim, justificar porque é que a paisagem da Contenda poderá ter também um carácter único no contexto português.

Um pouco à imagem dos “Elementos Singulares” que podem ser considerados numa “Unidade de Paisagem” “...pela sua qualidade intrínseca ... ou, pelo contrário, por constituir uma *dissonância desqualificadora*...” (DGOTDU, 2004a: 44), pode-se entender que determinadas paisagens possam ser **designadas de referência**, pelo seu valor funcional, simbólico ou patrimonial mas, também, que haja paisagens consideradas negativamente, pelas suas características intrínsecas ou pela sua degradação/perturbação (Pinto Correia *et al.*, 2008). Podemos considerar nesta última “categoria” o caso de Indian Wells/Coachella Valley que passou a ser um símbolo do que não deve ser uma paisagem simbólica.

1.2.4.2. Abordagem portuguesa

“A expressão da paisagem não é, assim, apenas um motivo de beleza, mas também um tema de conhecimento científico. Através dela, recorrendo a textos significativos da literatura e da ciência, procurou-se fazer obra útil de divulgação.”

(Santa-Ritta, 1982: 8. *“Portugal – a expressão da paisagem. Prefácio”*).

Uma **abordagem Portuguesa**, permite fazer algumas referências legislativas sobre esta matéria, começando pela **Lei de Bases do Ambiente**, em que a paisagem é definida como *“a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e cultural, quando a acção do homem é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica”* (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, art.º 5.º, n.º 2, alínea c)).

Acerca das **paisagens naturais e culturais de especial interesse**, foram criadas em Portugal as figuras legais de **parque natural e nacional, reserva natural e outras categorias** de âmbito nacional ou regional que constituem instrumentos de protecção e salvaguarda de espaços naturais e semi-naturais excepcionais (Bennett, 1996; Green, 2000 *in* DGOTDU, 2004: 23).

A IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) criou o estatuto de **Paisagem Protegida (PP)** (Lucas, 1992 *in* DGOTDU, 2004a: 23). A este propósito diga-se que este estatuto foi introduzido em Portugal pelo Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho, que criou, entre outras, a figura de *“Paisagem protegida – corresponde ao que por vezes se tem designado por reserva da paisagem; com efeito, propõe-se salvaguardar áreas rurais ou urbanas onde subsistem aspectos característicos da cultura e hábitos dos povos, bem como nas construções e na concepção dos espaços, promovendo-se a continuação de determinadas actividades (agricultura, pastoreio, artesanato, etc.), apoiadas num recreio controlado e orientado para a promoção social, cultural e económica das populações residentes e em que estas participam activa e conscientemente”* (n.º 4 do Art.º 2.º).

As primeiras paisagens protegidas a serem criadas pelo então SNPRPP (Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, depois SNPRCN – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza que, posteriormente, veio a ser designado por ICN – Instituto da Conservação da Natureza, por ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) foram: a Reserva Paisagística de Almada (Decreto n.º 388/76, de 24 de Maio); a Área de Paisagem Protegida de Sintra/Cascais (Decreto-Lei n.º 292/81, de 15 de Outubro); a Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (Decreto-Lei n.º 67/82, de 03 de Março); e a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (Decreto-Lei n.º 168/84, de 22 de Maio).

Mais tarde, com a publicação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, as Paisagens protegidas passaram a designar áreas protegidas de interesse regional ou local (Artigo 2.º).

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, revogou o DL 19/93 e estabeleceu o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade: as áreas protegidas mantiveram as mesmas cinco tipologias que já tinham anteriormente: Parque nacional, Parque natural, Reserva natural, Paisagem protegida e Monumento natural (n.º 2 do Artigo 11.º).

De acordo com esta última legislação, foi alterada a definição de **paisagem protegida** para “...uma área que contenha paisagens resultantes da interacção harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural” (n.º 1 do Artigo 19.º).

A tipologia de paisagem protegida passou a ser de âmbito nacional, regional ou local e para estes dois últimos devem ser acompanhadas da designação “regional” ou “local” consoante o caso (n.º 4 do Artigo 11.º).

“A classificação de uma paisagem protegida visa a protecção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local, e a adopção de medidas compatíveis com os objectivos da sua classificação, designadamente (n.º 2 do Artigo 9.º):

- a) A conservação dos elementos da biodiversidade num contexto da valorização da paisagem;
- b) A manutenção ou recuperação dos padrões da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de construção e as manifestações sociais e culturais;
- c) O fomento das iniciativas que beneficiem a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos ou da prestação de serviços.”

“...as paisagens protegidas de âmbito nacional dispõem de plano de ordenamento quando o respectivo decreto regulamentar de classificação defina tal necessidade” (n.º 2 do Artigo 23.º).

“As áreas protegidas de âmbito regional ou local e os monumentos naturais de âmbito nacional não dispõem de plano de ordenamento, sendo-lhes aplicável o regime constante dos respectivos actos de criação e dos planos municipais de ordenamento do território” (n.º 3 do Artigo 23.º).

Da sua classificação resulta que um significativo conjunto de actos ou actividades fica também sujeito à prévia autorização do responsável pela PP.

Dando seguimento aos compromentimentos da CEP, desde há alguns anos que diversos países, como a Irlanda, Eslovénia, Espanha, Portugal, entre outros, têm promovido a **inventariação das respectivas paisagens** dado que tal trabalho pode constituir mais um contributo, entre outros, como “instrumento para delinear políticas” e como mais um “instrumento como estratégia de sensibilização” a ser usado por técnicos, gestores, políticos e público em geral (Lecoq, 2002: 15).

Em território nacional, a tarefa pioneira de identificação e caracterização das paisagens em Portugal continental foi coordenada por uma equipa da Universidade de Évora que a desenvolveu e concluiu. Os seus resultados tiveram como corolário a identificação em Portugal continental de 128 Unidades de Paisagem (UP), que foram reunidas em 22 Grupos (DGOTDU, 2004a: 51).

Posteriormente foi desenvolvido e concretizado um trabalho semelhante àquele para a Região Autónoma dos Açores, enquanto que a Região Autónoma da Madeira não aderiu a este projecto.

Ao nível Europeu, a Agência Europeia do Ambiente está a promover um processo semelhante (Washer & Jongman, 2000 *in* Moreira *et al.*, 2006: 223).

1.2.4.2.1. Paisagem Rural das Terras do Demo

Um dos casos consultados no âmbito da abordagem portuguesa relativa à classificação e gestão da paisagem foi o trabalho feito pela investigadora Queiroz (2007) que analisou de forma integrada a evolução da **paisagem de Terras do Demo**, ao longo do século XX e a sua valorização através da literatura, designando-a como “**um território literário**”.

Queiroz avaliou o potencial da paisagem e da literatura na vastíssima obra do escritor Aquilino Ribeiro (1885-1963), como fonte de informação para o conhecimento da evolução da paisagem, tendo a autora explorado os elementos que definiram o território que deu o nome ao trabalho desenvolvido (“A Paisagem de Terras do Demo”) e que abrangeu 3 concelhos da Beira Alta (Sernancelhe, Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva).

O trabalho foi ainda complementado com fontes cartográficas, estatísticas e com a consulta de monografias e outras, relativas à época, a primeira metade do século XX, tendo sido sugeridas acções de valorização e recuperação da paisagem com vista a serem integradas numa estratégia de desenvolvimento regional.

Queiroz (2007: 16-17) entende que as **paisagens literárias** são o produto da expressão dos escritores que as conceberam e podem constituir oportunidades para conhecer a história do lugar e que a **literatura pode ser uma fonte de informação** sobre as paisagens e um elemento a ter em conta na gestão do território.

A **história** enquanto narração crítica e pormenorizada de factos sociais, políticos, económicos, culturais e/ou religiosos que fazem parte do passado dos países ou dos povos, pode e deve ser um **elemento a ter em conta na gestão do território**.

Aquela investigadora analisou os textos aquilínianos para **aprofundar a ligação entre a paisagem e a sua representação literária** e avaliar os conteúdos que testemunham a ocupação do território, a diversidade biológica e a relação do ser humano com a natureza. Para ela “*os textos aquilínianos amplificam a literacia da paisagem*” e esta é, também, uma forma de evidenciar a faceta ambientalista de Aquilino Ribeiro (AR) a quem designa de “Paisagista Aquilino Ribeiro” (Queiroz, 2007: 151, 157-158).

Para Queiroz (2006 *in* Moreira *et al.*, 2006: 221 e 168) as descrições detalhadas da **paisagem rural das Terras do Demo** (Beira Alta, Nordeste de Portugal) feitas por Aquilino Ribeiro, criaram uma **paisagem de referência**, conceito que é aplicável a uma paisagem em que foram definidas medidas de gestão para esse território, alicerçadas em informação histórica combinada de elementos naturais e culturais.

Uma **paisagem de referência** pode até ser uma **representação pictórica de uma paisagem** ou uma **paisagem literária**, que permita que alguns elementos do carácter da paisagem sejam apreciados e, por meio de um processo de identificação social, vir a ser a característica chave da identidade da paisagem (Moreira *et al.*, 2006: 220).

À imagem do conceito que alguns autores (Aronson, *et al.* 1993; White e Walker, 1997; SER, 2004 *in* Queiroz, 2007: 169) sugeriram para o “*ecossistema de referência*” (“*usado como modelo e objectivo de projectos de intervenção que visam melhorar as actuais condições de alteração (ou degradação), enquadrados numa perspectiva de restauração ecológica*”), também a “**paisagem de referência**” pode ser definida através do estudo da sua evolução

nessa mesma área, considerando o mesmo lugar mas em diferente período, reconstituindo os componentes da paisagem que lhe imprimem carácter próprio e contribuem para a identidade local e para a época histórica em que se originaram ou modelaram (Queiroz, 2007: 169).

Sobre a questão da avaliação das transformações ocorridas na paisagem e da identificação de objectivos de recuperação da sua condição de referência, Moreira *et al.* (2006: 219-220) e Queiroz (2007: 169) resumiram as principais **mudanças** (transformações) ocorridas em cada uma de 4 componentes operacionais da paisagem nos últimos 50 anos:

- a **composição e configuração da paisagem**, refere-se aos padrões espaciais da paisagem – elementos como marcas da paisagem, tipos de uso do solo, ecossistemas, espécies da flora e da fauna bem como a forma como estão organizados influenciam a fisionomia, a percepção, as funções e os valores da paisagem – ainda caracterizada por um uso do solo assente num mosaico de explorações agrícolas de pequena dimensão que estão a diminuir; matos, pastagem e floresta em crescimento devido à florestação, ao abandono da terra e aos incêndios;
- as **técnicas tradicionais de gestão do solo**, referem-se à utilização de técnicas e competências que permitiram a modelação das paisagens ao longo de centenas de anos, como a tracção animal, o pastoreio, a selecção e uso de raças locais, equipamentos e ferramentas, práticas agrícolas e formas de organização do trabalho – foram substituídas pela mecanização e pela fertilização com adubos químicos;
- os **elementos lineares e pontuais**, embora resultem das duas componentes anteriores, podem ser consideradas separadamente em projectos de restauração da paisagem, incluem muros de pedra, terraços agrícolas, caminhos, sebes, pequenas manchas florestais, charcas, etc. – como os muros de pedra que eram uma característica da paisagem de referência, embora com o abandono das terras uns vão entrando em ruína e outros desmontados e vendidos como elementos para decoração de exteriores de casas fora da região;
- outras **características patrimoniais**, que incluem aspectos etnográficos associados ao conhecimento de técnicas e ferramentas tradicionais, a arquitectura local, os dialectos, a música, a tradição oral, a toponímia – como o vocabulário rico usado para descrever a paisagem literária mencionada que produz em parte a linguagem local relativa ao território e paisagem. Inclui nomes de lugares (topónimos), tipos de uso do solo, padrões de uso do solo, técnicas, utensílios e actividades ligadas à gestão da terra. Embora lembrados na literatura, o uso comum daqueles termos perdeu-se, como desapareceram os agricultores mais velhos e os pastores. Mas, ao mesmo tempo, o valor cultural atribuído a Aquilino Ribeiro como um ícone da região, inspirou novas designações para lugares, associações, instituições culturais e produtos, como por exemplo, para o título do jornal local.

Concluindo, são vários os **conceitos de paisagem** sintetizados na definição da CEP (Conselho da Europa, 2000) como sendo uma parte do território, que é apreendida pelas populações, em que o seu carácter resulta de factores naturais e humanos agindo e interagindo entre si.

A **paisagem da Herdade da Contenda**, que constitui o estudo de caso deste trabalho, é uma **paisagem cultural**, tal como o são as paisagens simbólicas, as paisagens icónicas, as paisagens protegidas, as paisagens singulares e as paisagens típicas, entre outras.

Alguns **casos de estudo**, de outros tantos autores, sobre o **simbolismo das paisagens** permitiram estabelecer alguns **critérios**, nomeadamente:

- Zukas (2009) salientou a importância da **história** dessas paisagens, através da análise da ocupação de Coachella Valley no **Deserto da Califórnia por Índios Cahuilla**, de uma forma **sustentada e coerente**. Viviam dos recursos naturais como por exemplo da caça e dos vários produtos obtidos de uma palmeira autóctone dos oásis dos vales, tinham locais sagrados dos quais ainda guardam as **lendas**, eram reverentes com a natureza e os ciclos naturais, celebravam a paisagem que consideravam como talismã, tinham sítios rochosos sagrados e com **significados sobrenaturais (sacralização e mitologia)**. Numa época mais recente e num período temporal curto de cerca de duzentos anos, operou-se uma mudança rápida na cidade de Coachella Valley que, sobretudo a partir de meados do século XX, passou a ser um **símbolo do que não deve ser uma paisagem simbólica**, materializado no desperdício de água, nos gastos energéticos brutais, na introdução de espécies exóticas, enfim uma paisagem ambientalmente não sustentável conseguida por planeadores que valorizaram a supremacia do poder económico (Reisner, 1993 *in* Zukas, 2009: 44);
- Meinig (1979) estudou três paisagens simbólicas que fazem parte da **iconografia da independência**, de uma partilha de ideias, memórias e sentimentos que promovem a união de um povo, no caso o americano e que constituem imagens das forças sociais, económicas e políticas
 - . a **vila de New England** entre os séc. XVII e XIX em que são identificados os valores de democracia e comunidade e o papel da **religião** moldando a fundação da nação
 - . a representação do crescimento das **vilas e cidades do NO e O dos EUA** no séc. XIX e do crescimento dos interesses comerciais da economia, expressos nas ruas principais com edifícios de fachadas em mármore e granito e lojas de tijolo à vista
 - . os **subúrbios da Califórnia do Sul**, como a **paisagem da América no séc. XX**, com a vivenda unifamiliar num lote pequeno e a garagem para o carro, num rearranjo espacial anti-urbano onde a raça e a classe estavam em contradição com os valores americanos de independência e comunidade;
- Flad (2009) sobre "**Catskill Mountain House**" no Hudson River Valley
 - . o local onde este "resort" foi construído no início do séc. XIX era parte de um território com uma **paisagem natural** que servia de cenário a artistas tendo, por isso, adquirido uma enorme valorização que a levou a ser considerada uma paisagem de referência e área de património nacional por ser uma paisagem que "define a América", uma associação do conceito histórico com o conceito ideológico nacionalístico. A paisagem de ficção e mitológica dos pintores e das suas histórias permanece e ajuda a identificar a região no ideário nacional e constitui um "**branding**" para os investidores turísticos da região. É na região do Hudson River Valley que as **áreas naturais** constituem a referência central da **cultura americana** e, por isso, consideradas como **paisagens icónicas da América**;

- Coleman *et al.* (2011), representando um grupo de investigadores australianos, conceberam um estudo sobre as **paisagens icónicas**, investigando como é que as comunidades locais, em diferentes **paisagens da Austrália** (“Seawalls”, de Sydney Harbour; “Rangelands”, de Fowlers Gap; e as “Arid dry-zones”, de Simpson Desert), compreendiam e avaliavam o ambiente. Procuraram também reunir **histórias** e obter dados de outros tempos passados, as percepções e as visualizações envolvidas na compreensão e o **relacionamento entre os factos biológicos e os valores sociais relativos a lugares particulares**.

Queiroz (2007) elaborou um trabalho de investigação sobre a gestão e a classificação da paisagem e a sua evolução, baseado na obra do escritor Aquilino Ribeiro, num território da Beira Alta, “**As Terras do Demo**”. A pesquisa que desenvolveu permitiu-lhe concluir que os conteúdos daquela obra do escritor, sobre os elementos naturais e culturais, continham informação caracterizadora daquela área envolvendo três concelhos, que permitem estudar a evolução da sua paisagem. Além destes elementos, a investigadora recorreu a outras fontes como as **cartográficas, as estatísticas e outras**.

A partir de um conjunto de elementos como os acabados de referir, em que a Carta de Uso do Solo de 1950 foi uma peça importante pelas informações que continha, foi possível completar e corroborar em termos quantitativos as descrições literárias de AR.

Este caso de estudo permitiu concluir que os textos literários são passíveis de conter memórias que permitem conhecer elementos naturais e culturais, bem como a sua evolução.

Aquela paisagem sofreu alterações significativas nos últimos 50 anos, porém, ainda mantém muitas das características naturais e culturais que existiram antes daquele período.

O conteúdo das obras de Aquilino Ribeiro constituiu um contributo para a caracterização e estudo da evolução da paisagem das Terras do Demo que passou a ser designada por “**paisagem aquiliniana**”.

A **Hatfield Forest**, do acervo de Oliver Rackham (1989), foi outro dos casos de estudo utilizados no presente trabalho. Este autor considera que as **florestas inglesas são paisagens culturais** pelas interações do ser humano com a natureza, dando como exemplo o caso de HF, uma floresta com registos históricos que remontam a 9-10 séculos atrás, suportados, entre outros, em **cartografia** que permite analisar a sua evolução ao longo dos tempos.

Por outro lado o citado autor referiu que aquela floresta sempre foi caracterizada por disputas várias e que a história da sua gestão lhe permite afirmar que na sua manutenção e gestão futura **se devem analisar antes os erros do que os sucessos do passado**.

A existência de algumas semelhanças dos casos históricos entre a HF e a HC pode contribuir para se chegar ao conceito de paisagem de referência.

Com o recurso ao conceito de paisagem cultural, foram criadas em Portugal as **paisagens protegidas**, para salvaguarda de áreas onde subsistiam aspectos característicos da cultura e hábitos dos povos que evoluíram harmoniosamente com as características ecológicas.

A UNESCO subdividiu as paisagens culturais e, em relação ao património, estabeleceu as categorias de **património cultural** (monumentos, conjuntos de edifícios e sítios) e **património**

natural (monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas e os sítios naturais) de **valor universal excepcional** e o **património misto cultural e natural**. Passou a considerar como património mundial as **Paisagens Culturais de Valor Universal Excepcional**, tendo sido elaborada uma proposta para que a **paisagem cultural do montado alentejano** venha a ser considerada património mundial da UNESCO, como **Bem Cultural Universal**.

Neste sub-capítulo pretendeu-se tecer algumas considerações que vão além da consideração de a **paisagem** não dizer só respeito à **componente ambiental**, mas também a **aspectos sócio-económicos** e analisar a **forma como alguns investigadores vêem o mundo à sua volta** e a influência que uma **governança** pode ter na paisagem.

Por outro lado, nas últimas dezenas de anos verificou-se uma significativa evolução em termos de conceitos, de formas de abordagem, do reconhecimento da importância da **paisagem pela sociedade** e em termos da sua **gestão**, processo que culminou na publicação da CEP.

Além destes aspectos procurou-se também perceber que **paisagens é que podem ser consideradas de referência**, através da pesquisa feita na bibliografia, nomeadamente sobre as **paisagens simbólicas**, concluindo-se que se encontrou um conjunto de **razões** para que possam ser consideradas como tal:

- a **história rica** que envolveu a ocupação índia durante mais de 2000 anos comprovada arqueologicamente, pela **coerência de exploração** traduzida na forma sustentada de exploração dos recursos naturais em todo o território numa área desértica na Califórnia, a existência de alguns sítios rochosos considerados como sagrados ou como tendo significados sobrenaturais, aspectos culturais que envolviam simbolismo particular e histórico. Hoje poder-se-á considerar que Indian Wells/Coachella Valley no California Desert passou de paisagem simbólica do deserto da Califórnia nos EUA a **símbolo de imoderação e de desperdício ecológico**;
- a identificação de alguns **valores americanos de democracia, de comunidade, de religião** em paisagens humanizadas de algumas áreas urbanas do O e S da Califórnia;
- a importância das **áreas naturais para o povo americano serem consideradas como paisagens icónicas da América** e a particularidade de áreas naturais da região do Hudson River Valley serem consideradas como a referência da cultura americana;
- o facto de as florestas inglesas terem sido consideradas como **paisagens culturais** e um dos casos descritos, a Hatfield Forest, ter uma **história** que envolve os diferentes actores, o Rei, proprietários, camponeses, uma **gestão conflituosa** e a existência de **cartografia** que permitiu acompanhar a sua evolução;
- a análise da evolução de uma paisagem e a **valorização pela literatura** de um caso, as Terras do Demo, que leva ao conceito de **“território literário”** e que a literatura, além de poder ser uma **fonte de informação sobre as paisagens**, pode ser um elemento a ter em conta na **gestão do território** pois permite aprofundar a ligação entre a paisagem e a sua representação.

Da sua classificação pode **concluir-se o reconhecimento dessas paisagens pela sociedade** em termos **históricos, cénicos, de sustentabilidade** e da atribuição de **valor patrimonial**.

1.3. O MONTADO: PAISAGEM RURAL DO SUL DE PORTUGAL

“A percorrer o Alentejo, nem me fatigo, nem caceio de sono, nem me torno hipocondríaco. Cruzo a região de lés-a-lés, num deslumbramento de revelação. Tenho sempre onde consolar os sentidos, mesmo sem recorrer aos lugares selectos dos guias...Nada me emociona tanto como um oceano de terra estreme, austero e viril. A palmilhar aqueles montados desmedidos, sinto-me mais perto de Portugal que no Castelo de Guimarães. Tenho a sensação de conquistar a pátria de novo, e de a merecer. O chão das outras províncias já se não vê, ou porque vive coberto pela verdura doméstica de oito séculos, ou porque a erosão levou toda a carne do corpo e deixou apenas os ossos.

Mas a terra alentejana pode contemplar-se ainda no estado original, virgem, exposta e aberta. E é nela que encho a alma e afundo os pés, num encontro da raiz com o húmus da origem. Abraço numa ternura primária as léguas e léguas duma argila que permanece disponível mesmo quando tudo parece semeado. O corpo, ali pode ainda tocar o barro de que Deus o criou.”

(Miguel Torga, “Mundo Alentejano” in Santa-Ritta, 1982: 62-63.).

Em Portugal, e em particular para o Sul do País, o **montado** corresponde à paisagem que, pela sua extensão e particularidade e pela forma como está ligada à História da região, se poderia considerar de referência.



Figura 1.20 – Vista parcial do Montado na Contenda Norte.

O montado corresponde, ou é semelhante, ao que em Espanha e também no Sul do País se designa por “**dehesa**”, mas que tem características particulares.

Ao estudar a paisagem no Alentejo, a compreensão do sistema montado (Pinto Correia *et al.*, 2011) torna-se imprescindível. Na Contenda o montado é, também, o sistema de uso do solo que ocupa maior extensão (Figura 1.20).

Sobre o montado, já existem muitos trabalhos resultantes da investigação e gestão concretizadas, nomeadamente ao longo dos últimos anos, sendo considerada a “**paisagem de preferência tipo**” no Sul de Portugal (Surová, 2011; Surová *et al.*, 2013; Ribeiro *et al.*, 2013).

1.3.1. Génese dos Ecossistemas Florestais Mediterrânicos

Em termos da génese dos **ecossistemas florestais do Sudoeste da Península Ibérica**, a respectiva vegetação florestal e pré-florestal climática tem origem nas floras tropicais do Terciário (Capelo, 1996: 72).

No início do Eocénico uma grande parte do hemisfério Norte esteve coberto por florestas tropicais em que dominavam as espécies latifoliadas lauróides e perenifólias como, entre outras, *Laurus* sp., *Myrica* sp., *Quercus faginea*. Posteriormente, vai ocorrendo um conjunto de alterações climáticas que provocam uma resposta através da alteração da composição das florestas como um arrefecimento do clima e uma diminuição das chuvas na época estival no Terciário. Mais tarde no Pliocénico o clima tornou-se mais seco, passando a predominar as florestas esclerófilas tropicais xerofíticas de *Quercus rotundifolia*, *Q. coccifera* e *Q. suber* e de outros géneros como os *Olea*, *Rhamnus*, *Phyllirea*, *Ceratonia*, entre outros, tendo-se mantido elementos tropicais como os *Laurus*, *Smilax*, *Hedera*, *Clematis*. No final deste período e na transição para o Quaternário (Pliocénico-Plistocénico) ocorre outra alteração climática significativa, com um deslocamento do máximo de chuvas do Verão para o Inverno, ou seja, o surgimento do clima mediterrânico (Capelo, 1996: 72).

Durante o período Quaternário aquela vegetação regrediu e ocorreu a penetração (pela via migratória Cantábrica, Sistema Central, cordilheira Bética e vias litorais) de espécies de *Quercus* (de folha caduca), *Fagus*, *Acer*, *Sorbus* e *Rhododendron*. Foi ainda neste período que ocorreu a expansão de géneros característicos da flora mediterrânica como os *Cistus*, *Rosmarinus*, *Lavandula*, *Thymus*, *Halimium*, etc. (Capelo, 1996: 73).

Ainda segundo o mesmo autor, a paisagem actual no Sul de Portugal é marcada pelos carvalhos marcescentes e perenifólios, *Quercus ilex*, ocorrendo ainda outras árvores de géneros como as *Olea*, *Ceratonia*, *Celtis*, outros *Quercus*, etc., que se desenvolvem em solos profundos e climas secos (350-400 mm/ano). O sub-bosque é rico em arbustos perenifólios como os *Viburnum*, *Myrtus*, *Phillyrea*; lianas como os géneros *Smilax*, *Clematis*, *Hedera*, *Vinca* e *Rosa*; e ervas vivazes como os géneros *Carex*, *Luzula*, *Deschampsia* e *Rubia*. Na orla de protecção do bosque ocorrem os matagais altos de *Quercus coccifera*, *Pistacia*, *Rhamnus* e *Juniperus* e, nas estações com maior pluviosidade e solos ácidos, *Arbutus unedo* e *Erica scoparia*. Em ambiente de azinheira, as estações edafoxerófilas podem ter vegetação arbustiva de elevado valor de protecção como as espécies *Quercus coccifera*, *Pistacia lentiscus*, *Juniperus turbinata*, etc.

Os principais elementos florísticos destas florestas xéricas mediterrânicas estão adaptados à secura: as espécies da flora que ocorrem nestes ecossistemas desenvolveram um conjunto de estratégias que ajudam a sobreviver às condições de secura prolongada, de grande insolação, e de temperaturas muito elevadas, que as incluem na vegetação xerofítica. Delas fazem parte árvores, arbustos perenifólios, arbustos polimórficos (caducifólios por seca) e herbáceas, anuais e perenes, algumas das quais bolbosas.

As adaptações que apresentam, nomeadamente, nas espécies lenhosas, são folhas de tamanho reduzido, com cutículas espessas, orientação vertical, estomas pequenos,

abundantes em poros ou depressões e raízes finas por baixo da copa, mas grossas em profundidade e de expansão lateral. As estratégias das plantas mediterrânicas passam pelo fecho dos estomas no período mais quente do dia, pelo crescimento rápido após fogo e pela redução de perdas de nutrientes por lixiviação (Paiva, 1999). Plantas como a Esteva (*Cistus ladanifer*), emitem secreções viscosas nas folhas que constituem um obstáculo para as perdas de água e, por outro lado, reflectem as radiações solares evitando, assim, que as grandes temperaturas conduzam a maior transpiração (Franco, 1999).

Sobre as Séries de Vegetação Florestais do Baixo Alentejo, Capelo (1996: 73-74) refere que a Fitossociologia Integrada (ou de Paisagem) sistematiza e interpreta os processos da dinâmica actual. Em relação ao “*modelo que sumariza os processos da dinâmica vegetal à escala de um território ecologicamente uniforme, recorre ao conceito de série de vegetação, uma unidade paisagística elementar que é constituída pelas comunidades que compõem uma determinada sucessão ecológica ocorrendo num mesmo biótopo possuidor de um mesmo clímax*”.

De acordo com o mesmo autor, a série é ecologicamente regressiva devido à acção humana nos bosques naturais e segue o modelo genérico seguinte: bosque (corte e arroteia) → matagal alto (corte, queimada) → prado vivaz → mato baixo (corte, agricultura, pastoreio, queimada) → prado anual → deserto e, como exemplo, refere que “*...no caso dos montados de azinho pouco agricultados é frequente coexistirem restos do bosque clímax de azinheiras, restos de carrascal, esteval e prados anuais*”.

Esta diferenciação biogeográfica das seis séries florestais da paisagem do Baixo Alentejo, foi determinada por três ordens de factores: a intensidade da continentalidade do clima (que aumenta do litoral para o interior), a intensidade da precipitação média anual (que discrimina os territórios do sobreiro e da azinheira) e a natureza do substrato geológico, a que se deve acrescentar as condições de retenção de água no solo, a história de utilização do solo e factores paleoecológicos e biogeográficos.

Sobre estas últimas questões, Capelo (1996: 74) ressalta que foi a intensa ocupação humana a responsável pela transformação da estrutura florestal inicial (o sobreiral ou azinhal) num sistema de carácter particular, o **montado**.

Este autor refere ainda que a actividade agrícola-pastoril regular impede a médio prazo a regeneração natural de sobreiros ou azinheiras e os processos de sucessão progressivos.

Equaciona ainda que, se a intensidade da degradação não permitir a instalação directa de *Quercus*, se devem utilizar espécies pioneiras. Para as estações edafohigrófilas advoga a utilização de espécies da série mais húmida como *Fraxinus angustifolia*, *Populus* spp., *Quercus faginea* ssp. *broteroi*, *Quercus suber*, *Quercus rotundifolia*, *Olea europaea* var. *sylvestris* ou *Juniperus* spp. (da mais húmida à mais seca).

1.3.2. O Montado

“*Só ao sul do Tejo e no sueste da Beira a dominância dos montados de sobreiro e azinho marca no revestimento arbóreo um tom mediterrâneo puro*”.

(Orlando Ribeiro, 1967: 53. “*Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*”).

Qualquer que seja a definição adoptada, o **conceito de montado** enquanto sistema agrário em que se associam azinheiras, sobreiros, carvalhos ou castanheiros que produzem fruto para

alimento de gado em regime extensivo, só aparece em meados do século XIX (Belo *et al.*, 2009: 253).

Para Blondel *et al.* (2010: 231) o termo português montado deriva do nome de uma taxa medieval que era paga ao rei por cada cabeça de gado e pelo uso de algumas áreas de pasto, em diferentes regiões da Península Ibérica.

O termo **montado** deriva de “montar”, que na Idade Média se referia a um modo de exploração tradicional baseado nas utilizações agrícola, silvícola (madeiras, lenhas), pastoril (pastos) e caça (Coelho, 2007; Fonseca, 2004: 37 *in* Belo *et al.*, 2009: 253) e que mais tarde passou a englobar a produção de cereais e de cortiça.

O montado como sistema com várias utilizações, desenvolve-se na bacia do Mediterrâneo (Espanha, Sul de França, Oeste de Itália, Marrocos, Argélia, Tunísia, Córsega e Sardenha) e tem uma presença muito significativa no Sul de Portugal (Natividade, 1990: 37 a 73) (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 – Área de sobreiro por países, em povoamentos puros e mistos dominantes, no final dos anos 90 e no princípio do séc. XXI (Mendes, 2007: 77). Os dados referentes a 1936 foram retirados de Ryan (1948: 19).

Países	Ano	Área (ha)	% da área mundial
Portugal	1995	712 813	37.4
	1936		33.8
Marrocos	2002	376 600	19.8
	1936		14.6
Espanha	1996	373 000	19.6
	1936		12.2
Argélia	2000	229 000	12.0
	1936		21.6
Itália	1998	99 502	5.2
	1936		4.9
Tunísia	2003	70 203	3.7
	1936		4.6
França	1999	44 000	2.3
	1936		6.9
TOTAL		1 905 118	100.00

“Os montados são sistemas de uso múltiplo, em que as várias produções estão em equilíbrio dinâmico no espaço e no tempo”. São considerados como “floresta aberta de baixo grau de coberto com actividade pecuária e/ou agrícola associadas” (Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 181-182).

Para Potes (2011: 29) os montados são sistemas de “produção agro-pecuária e florestal ou agrosilvopastoril, multifuncionais porque se constituem por diversos subsistemas e sistemas de produção integrados e interdependentes”. Este autor subdivide-os em diversos sistemas de acordo com o trinómio “solo – planta (estrato arbóreo, estrato arbustivo e estrato herbáceo) – animal” (como o sistema de produção de cortiça e seus derivados; o de carne e seus derivados; o de queijo; o de lã; etc.).

De acordo com vários autores o **montado** é caracterizado como um sistema tradicional de exploração agro-silvo-pastoril baseado num estrato arbóreo de cerca de 60 árvores por hectare, com uma cobertura variável (com valores usuais de 20 a 40%), composto por azinheiras e/ou sobreiros, por vezes zambujeiros, com um aproveitamento no sob-coberto realizado através de rotações descontínuas com pousios e pastagens em rotações longas, constituindo ecossistemas caracterizados pela sua **multifuncionalidade**, com elevado valor do ponto de vista da biodiversidade, gerador de serviços de produção (frutos, criação de ovinos, caprinos, porcos e bovinos, obtenção de lenhas, retirada de cortiça e cultivo extensivo de cereais, mais com carácter subsidiário) e de bens de uso indirecto representados pelos serviços de regulação, de suporte e culturais, constituindo unidades de paisagem em transformação (Cary, 1997: 56; Belo *et al.*, 2009: 251 e 253-254; Ribeiro, 1986: 67; Carvalho, 1994 *in* Fonseca, 2004: 45; Ferreira, 2001: 180; Costa e Pereira, 2007: 18-19) (Figura 1.21).

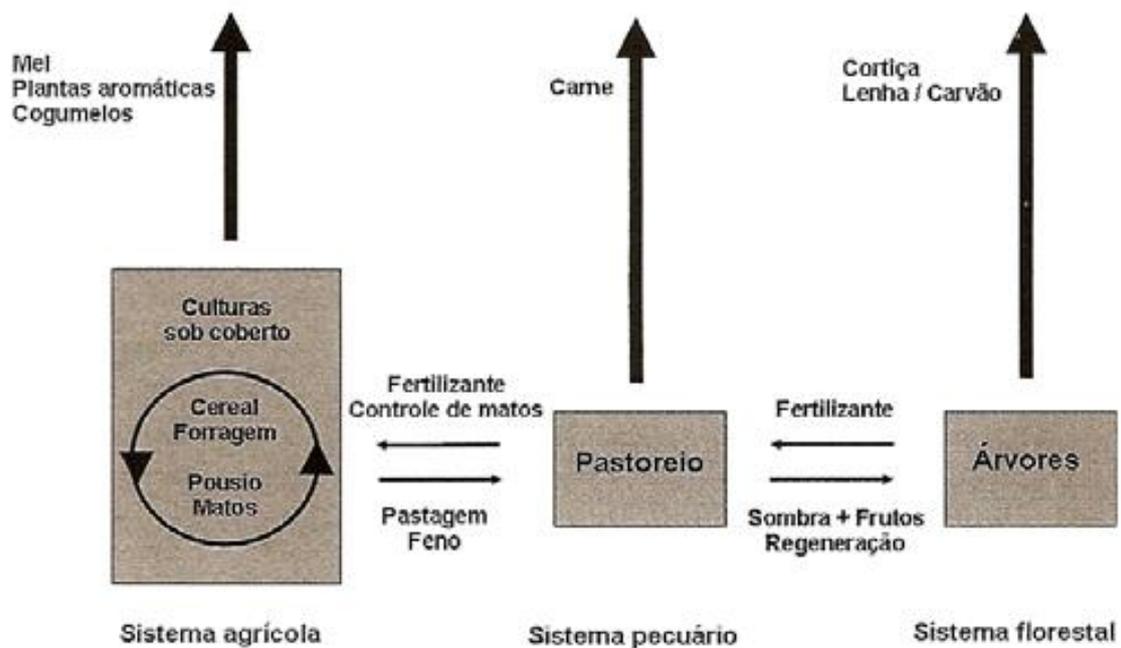


Figura 1.21 – Multifuncionalidade do *montado* de sobreiro com identificação dos principais sistemas de exploração e respectivos produtos (Fonte: *Árvores e Florestas de Portugal*, 2007: 30, Vol. 3. Adaptado de Pinto Correia e Vos, 2004).

Do **ponto de vista jurídico**, não existe uma definição de montado, embora no “Preâmbulo “ do DL 169/2001 se refira que “... os povoamentos destas duas espécies, nomeadamente os sistemas com aproveitamento agro-silvo-pastoril são conhecidos por «montados»”. No mesmo diploma legislativo, na alínea q) do Art.º 1.º, é definido “povoamento de sobreiro, de azinheira ou misto”, baseando-se na densidade de árvores existente em função da altura e do diâmetro (esta definição, por sua vez, baseou-se na definição de “Povoamento Florestal” da FRA2010-FAO: 209, densidade de coberto $\geq 10\%$, abrange muitos “Montados” que têm essa densidade, mas não os restantes que são contabilizados no IFN6 como “outras áreas florestadas”).

É sugerida a seguinte definição de montado: “*designação corrente de um conjunto heterogéneo de sistemas de produção florestal não lenhosa, assentes na exploração de quercíneas – usualmente o sobreiro (*Quercus suber*) ou a azinheira (*Quercus rotundifolia*) – de modo conjugado com uma utilização não intensiva do solo sob o coberto com propósito agrícola, pecuário ou cinegético*”.

Os dados apurados no último Inventário Florestal Nacional (IFN6) indicam um leve aumento das áreas de povoamento de sobreiro e uma pequena diminuição para o de azinho (ICNF, 2013: 13) (Quadro 1.2; Figura 1.22).

Quadro 1.2 – Evolução da área florestal em milhares de hectares (de montado de sobreiro e azinho/espécie de árvore dominante) em Portugal continental (Radich e Baptista, 2005: 146; ICNF, 2013: 13).

ÁREAS		1875 (Pery, 1875)	1910 (Folque, 1910) *	1939 (Gomes <i>et al.</i> , 1945)	1972 (DGSFA, 1973)	1984 (DGF, 1985)	1995 (ICNF, 2013: 13)	2005 (ICNF, 2013: 13)	2010 (ICNF, 2013: 13)
Montado	sobreiro	370	366	690	---	---	---	---	---
	azinheiro		417	360	---	---	---	---	---
	Total da área	370	783	1050	---	---	---	---	---
Povoamento	sobreiro	---	---	---	641	680	746.8	731	736.8
	azinheiro	---	---	---	526	534	366.7	335	331.2
	Total da área	---	---	---	1167	1214	1113.5	1066	1068.0

* Segundo a Carta Agrícola e Florestal de 1910 in Radich e Baptista, 2000: 77.

Os dados sobre a **evolução da área florestal** referidos no quadro acabado de indicar foram agregados em dois grandes grupos: os dados apurados até 1939, que diziam respeito a “montado”, na altura assim designado por via do uso, foram obtidos utilizando uma metodologia em que os critérios de análise não são os mesmos que foram utilizados mais tarde pelo Inventário Florestal Nacional (IFN), em que se usou o termo “povoamento florestal”, tal como definido no glossário do IFN5 (AFN, 2010b: 203).

Para ser efectuada uma correcta comparação e análise da evolução das áreas florestais referentes aos anos de 1995, 2005 e 2010, optou-se por utilizar em vez da informação oficial publicada para cada um destes anos, os resultados preliminares apresentados no IFN6. Estes resultam da aplicação de uma nova metodologia, numa abordagem multi-temporal para os anos de 1995, 2005 e 2010: apesar das coberturas aerofotográficas serem as mesmas, a metodologia de amostragem e classificação utilizada foi distinta e, entre outras variáveis, a superfície total de referência de Portugal continental (com base na Cartografia Administrativa Oficial de Portugal) é também diferente, pelo que foi efectuada a correcção desta informação de modo a garantir a comparabilidade da informação (ICNF, 2013: 5).

Portugal tem uma área de cerca de 737 000 ha de montado de **sobreiro**, dos quais cerca de 527 000 ha estão na região do Alentejo (Belo *et al.*, 2009: 265), mas com o Vale do Tejo a apresentar uma área significativa. No País há 70 concelhos com uma área de ocupação

superior a 10 000 ha, correspondentes a mais de 95% da superfície total e a maior concentração regista-se apenas em 10 concelhos com mais de 50% dessa área total (Monteiro Alves, 1997: 74).

Em relação à **azinheira**, ela ocupa cerca de 500 000 ha, sobretudo no interior da zona Sul, onde 9 concelhos apresentam mais de 20 000 ha (Monteiro Alves, 1997: 74).

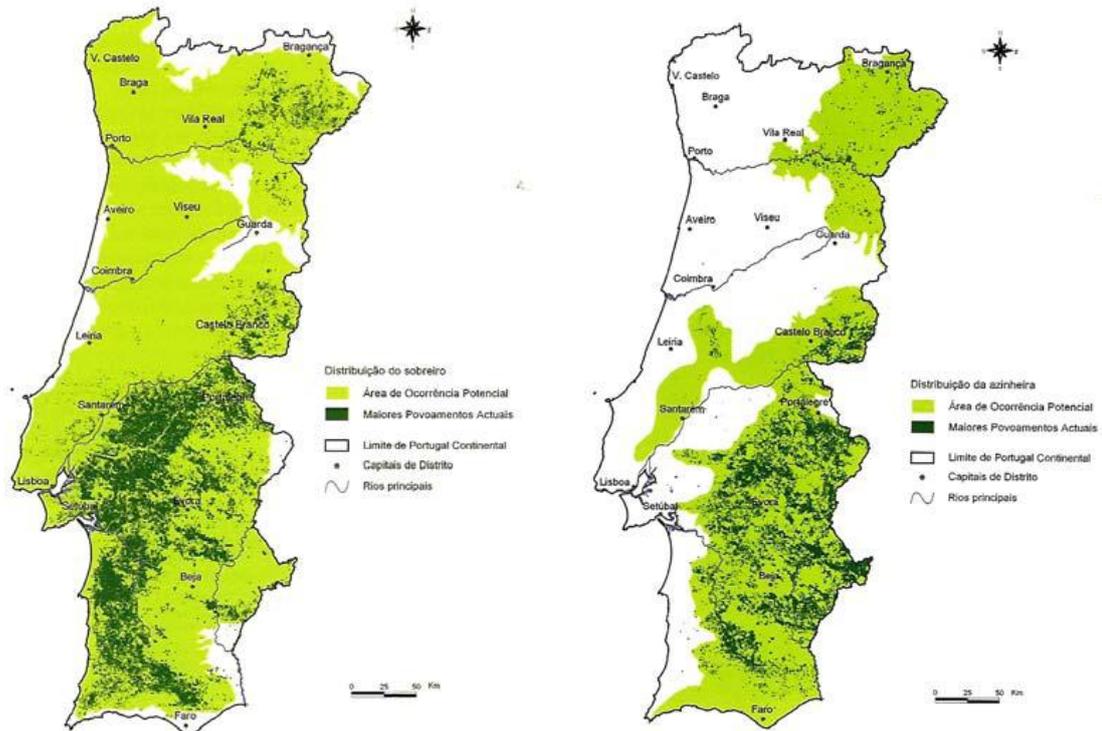


Figura 1.22 – Carta da Distribuição do Sobreiro e da Azinheira em Portugal Continental. (Fonte: Capelo e Catry, 2007: 112 e 128).

O que determina, ou que determinava, a função principal do montado era o **estrato arbóreo** que pode ser constituído por várias espécies, nomeadamente o Sobreiro (*Quercus suber*) e a Azinheira (*Quercus rotundifolia*) e, menos representado em área ocupada, o Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) mais presente no Norte Alentejano e o Carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) (Fonseca, 2004: 46) .

Como já foi referido a **pastorícia** desempenhou sempre um papel determinante no montado a vários níveis, o que é traduzido pelo facto de só encontrarmos os azinhais mais antigos, com algumas centenas de anos, no Alentejo interior. Tal deve-se a ter sido nas regiões fronteiriças que a criação de gado em sob-coberto se fez com mais intensidade ao longo dos séculos, com destaque para os concelhos de Mourão, Moura, Barrancos e Serpa. Ainda de acordo com Ferreira (2001 *in* Fonseca, 2004: 49) no início dominavam os ovinos mas, como sobreveio a

desvalorização do mercado da lã, a aposta passou a ser no gado porcino que aproveitava bem a bolota, mas que acabou por ser abandonada devido ao aparecimento da peste suína africana no Alentejo (Ferreira, 2001: 181; Fonseca, 2004: 50).

Uma das questões mais debatidas tem a ver com o **estrato arbustivo** que, num montado, deve ser controlado por várias razões e essa gestão poder ser feita por formas diferentes.

Com efeito o desenvolvimento dos matos dificulta o acesso do gado ao pasto, reduz a área cultivável, dificulta o acesso das pessoas às várias actividades de manutenção das árvores, como as limpezas e podas, diminui a qualidade da cortiça e facilita a propagação de fogos e doenças. Aquele controle pode ser conseguido através da utilização de algumas alfaias agrícolas e florestais (como os corta-matos de correntes, de facas e martelos, estes mais conhecidos por destroçadores, além das grades de discos, eventualmente as mais usadas) ou pelo próprio gado (Fonseca, 2004: 47; Ribeiro *et al.*, 2008).

O **controle de matos** deve ser obtido pelo seguimento de *“um conjunto de técnicas integradas que incluam ciclos alternados de controlo mecânico, destroçamento, gradagem, fertilização para favorecer as espécies herbáceas, implementação de zonas de regeneração protegidas dos meios mecânicos e vedadas ao gado e que entrem em rotação com a restante área da exploração”* (Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 188).

O uso da **“grade de discos”** nas situações que exijam o eventual controle de matos, como no montado de sobreiro (Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 187-188):

- . acentua os fenómenos de erosão nos solos, sobretudo a partir de inclinações iguais ou superiores a 2%, diminuindo a espessura de solo em relação à camada impermeável e, portanto, o volume de solo para o suporte das raízes dos sobreiros que preferem solos profundos e bem drenados (Natividade, 1990)
- . expõe o solo à acção dos raios solares e, concomitantemente, aumenta a sua temperatura promovendo alterações de natureza biológica nos solos. Em ensaios que foram realizados (Gonçalves, 1999 *in* Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 188) os registos de temperatura do solo indicaram *“que o solo sem coberto, em relação ao solo com coberto herbáceo, apresentava mais 5 °C nas temperaturas máximas diárias e menos 3 °C nas mínimas”*, tanto em situação de povoamento recém instalado como em povoamento adulto (a presença de vegetação herbácea não teve influência *“na evolução do teor de água no solo à profundidade de 0.30 m”*)
- . favorece os fenómenos de mineralização da matéria orgânica pelo aumento da temperatura do solo
- . torna mais débil e/ou pode provocar mesmo a morte da raiz mestra dos sobreiros, ficando o suporte daquelas árvores apenas assegurado pelas raízes superficiais, nas zonas de drenagem natural onde possa ocorrer colúviação e excesso de água
- . agudiza a situação de carência hídrica no período seco com o corte das raízes superficiais dos sobreiros pela operação de gradagem, de que podem resultar fenómenos de cavitação nos vasos de transporte da seiva e a morte das zonas da copa abastecidas por esses vasos.

A utilização de **destroçadores** no controle do sob-coberto promove a dominância das **espécies arbustivas** e o desenvolvimento de toijas com caules (por ex. de *Cistus ladanifer*) que podem causar danos nos animais e no parque de máquinas (ex. furos nos pneus de tractores “borracheiros”).

Porém, este estrato desempenha um conjunto importante de **funções**. De acordo com Fonseca (2004: 47) as **espécies arbustivas** que constituem os matos promovem um abaixamento das temperaturas que, na época estival, são particularmente elevadas ao nível do solo, melhorando as condições das plantas jovens e contribuindo para a regeneração das plantas que constituem o estrato arbóreo.

É também relevante o papel que os matos desempenham na redução dos processos erosivos, uma função ecológica importante.

Proporcionam ainda outras actividades como a apicultura, a exploração de plantas aromáticas e medicinais e a colheita de cogumelos silvestres, bem como a criação de caça (Belo *et al.*, 2009: 268).

Face aos benefícios que o estrato arbustivo proporciona e às desvantagens conhecidas, poder-se-á alegar estar-se em presença de uma matéria que gera contradições. Sem se pretender invocar que “no meio está a virtude”, a gestão deste assunto passará pela definição dos objectivos que se pretendam atingir com a exploração do montado.

Fonseca (2004: 112) refere, acerca da **caça**, que “*os montados e as áreas de charneca envolventes eram verdadeiros viveiros de caça e animais selvagens*”. Muitas regiões do País estavam coutadas para a utilização do Rei – nomeadamente a caça grossa ou para a totalidade das espécies cinegéticas – que, por vezes, cedia os seus direitos a determinadas populações em áreas estabelecidas, pois a caça constituía uma forma de complementar a alimentação das populações rurais.

Alguns trabalhos feitos na área da cinegética sobre o rendimento económico da actividade da caça em terrenos ordenados e em dois tipos de exploração agrária trouxeram ao conhecimento que nas áreas de montado de sobro em que a cortiça é a principal fonte de receitas, a caça pode significar “*7% do rendimento económico das explorações em áreas de montado de sobro onde a cortiça continua a ser fonte significativa de receitas*”, mas em terras marginais exploradas com ovinos a caça pode chegar aos 65% do rendimento das explorações, ou seja 10.62 € por hectare (Vacas, 1995 e Lança, 1997 in Belo *et al.*, 2009: 268).

A **riqueza biológica** dos ecossistemas do montado é enaltecida por Costa e Pereira (2007: 22) pelo abrigo a uma **fauna** de quase 400 espécies de vertebrados (das quais muitas protegidas e várias espécies cinegéticas) e uma **flora** muito rica com cerca de 140 espécies aromáticas, medicinais e melíferas.

Estima-se que se reproduzam no montado de sobro e de azinho mais de 130 espécies de vertebrados, sendo cerca de 75 aves, 28 mamíferos, 10-15 répteis e 5-7 anfíbios. Tal deve-se ao facto de a paisagem de montado se caracterizar pela sobreposição de estruturas vegetais distintas com composições de densidade variável, o que permite uma grande riqueza faunística (Belo *et al.*, 2009: 252 e 272).

Pelo que foi referido, infere-se ainda da importância do montado em termos de **diversidade biológica**.

Os **terrenos** que servem de suporte ao montado, são geralmente ondulados, com solos de baixa fertilidade, de reacção ácida ou neutra, pobres em nutrientes, com pouca matéria orgânica e origem em várias rochas como os granitos, xistos, gneisses, quartzitos e arenitos (Fonseca, 2004: 28).

“O montado distribui-se por áreas de clima sub-húmido seco e semi-árido” (Belo et al., 2009: 251).

Em Espanha o conceito de montado é semelhante ao nosso, conquanto a designação será diferente e designada por **“dehesa”**, uma palavra derivada do latim “defensa”, que significa “defesa, delimitação”, protecção de um espaço rural dos animais selvagens, uma área reservada para gado doméstico (Fonseca, 2004: 42; Balbuena e Doncel, 2004: 32).

A definição estabelecida para a “dehesa ibérica mediterránea” pelo Ministerio de la Agricultura, Pesca y Alimentación, é a seguinte: *“Sistema antrópico de uso y gestión de la tierra basado principalmente en la explotación ganadera extensiva de una superficie de pastizal y arbolado mediterráneo, en la que más del 20% está ocupada por especies frondosas con una fracción de cabida cubierta arbolada comprendida entre el 5 y el 60%, que da lugar a un ecosistema en el que la conjunción del manejo agrosilvopastoral propicia importantes valores ambientales, el uso sostenible del territorio, un paisaje equilibrado y una adecuada diversidad a distintos niveles de integración”* (MAPA e Tragsatec, 2008 : 7).

Na **Península Ibérica** a área ocupada por montado é de mais de 2.5 milhões de hectares, sendo 80% em Espanha (Salamanca, Extremadura e Andaluzia Ocidental) (Cabo Alonso, 1998 in Ferreira, 2001: 180) e 20% em Portugal (Alentejo e Beira Baixa) (Ferreira, 2001: 180).

Em Portugal a estrutura mais parecida com aquela “dehesa” era a “coutada” ou “pequena coutada” criada em 1362 por D. Pedro para conciliar os interesses que opunham agricultores e ganadeiros, em que os primeiros podiam coutar uma parte dos seus terrenos para os bovinos (Fonseca, 2004: 42). *“Os concelhos é que decidiam, mas era normal coutar-se um arado de terra por cada quatro vacas, ou seja, cerca de 80-100 ha, num máximo de 16 cabeças”* (Beirante, 1995 in Fonseca, 2004: 42). Se fizermos o cálculo obtém-se um *ratio* de cerca de 1 cabeça / 5-6 ha, valor muito abaixo dos encabeçamentos que actualmente ocorrem em muitas áreas de montado.

Para Balbuena e Doncel (2004: 35) a densidade de animais por hectare nos montados deveria ser de 0.25 bovinos/ha, 1-3 ovinos/ha e de 0.51 suínos/ha.

No tocante à **cortiça**, a Universidade de Évora está a desenvolver mais uma entre as múltiplas aplicações daquele produto obtido do sobreiro como a *“transformação de desperdícios de cortiça em carvão activado, um material de carbono com inúmeras aplicações, capaz de reter substâncias de um fluído na sua superfície sólida e volume poroso acessível, como moléculas diversas, poluentes ou outros compostos e tem aplicações cada vez mais variadas”*. As aplicações mais vulgares *“são nos tratamentos das águas residuais ou potáveis, gases, zonas poluídas e também em células de combustível das pilhas de armazenamento de energia dos*

carros de nova geração". Outras aplicações mais básicas são para evitar odores (palmilhas dos sapatos) e em vários tipos de filtros de frigoríficos, dos exaustores e dos ares condicionados (Floresta e Ambiente, 2011: 5). A UE pretende criar um carvão activado com um desempenho diferente do clássico em relação a determinados poluentes ou moléculas (Diário do Sul, 2011a) (Figura 1.23, Anexo 3).

Tendo em conta que as emissões totais em Portugal são cerca de 85 milhões de toneladas de CO₂ e a área de montado existente no País de cerca de 736 700 ha, tal traduz-se num **sequestro de carbono** (sumidouro) de cerca de 4.8 milhões de toneladas de carbono (CO₂) (ISA, *in* Floresta e Ambiente, 2010a: 14), uma das conclusões de um estudo elaborado no Instituto Superior de Agronomia e citado no relatório de sustentabilidade da "Corticeira Amorim".

Segundo Domingos e Teixeira (Floresta e Ambiente, 2010b: 15), Portugal comprometeu-se a restringir as emissões de carbono para o período de 2008-2012: estas não poderiam aumentar mais do que 27% em relação a 1990. Porém, aquele valor foi ultrapassado, o que motivou que o nosso País tivesse de recorrer a medidas adicionais.

Uma das formas de contribuir para a diminuição do valor de CO₂ na atmosfera é promovendo a instalação de **pastagens permanentes** ricas em leguminosas:

- a parte radicular das plantas que constituem uma pastagem, é constituída por matéria orgânica, formada a partir do dióxido de carbono durante a fotossíntese, pelo que quanto maior for a massa de raízes, maior será o sequestro de carbono no solo e menor a concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera. Os próprios animais ao alimentarem-se da parte aérea das plantas, controlam o crescimento das pastagens (incluindo o dos matos que aumentam o risco de incêndio), evitando o seu controlo de forma mecânica e a queima de combustíveis;
- as leguminosas que entram na constituição das pastagens, ao promoverem a fixação do azoto atmosférico, levam à redução do consumo de adubos azotados.

Resumindo, o **montado** fornece uma série de **serviços dos ecossistemas**, isto é um conjunto de benefícios que a sociedade retira dos ecossistemas, incluindo serviços (Santos, 2010) – os **serviços de produção** (produtos e bens transaccionáveis): os bens produzidos pelo montado para os quais há um mercado definido são a cortiça no montado de sobro (principalmente utilizada no fabrico de rolhas, de aglomerados e ultimamente no fabrico de bens de consumo, os mais diversos em termos de gama de acessórios), a agro-pecuária (culturas agrícolas, forrageiras e o pastoreio do gado ao alimentar-se da pastagem e, também, de bolota), a madeira, a lenha, o carvão, a casca (que já serviu e pode servir para curtir couros por conter taninos como o ácido quercitânico, o ácido gálico e o ácido elágico, além de catecol e pirogalol, em Paiva, 2007: 217), a caça, o mel, os cogumelos, os espargos, as plantas aromáticas e medicinais e o turismo de natureza.

O Turismo em Espaço Rural (TER) pode constituir uma actividade interessante como complemento do sistema montado.

Existe ainda um conjunto de bens sem preço de mercado, as **externalidades positivas** ou **valores de uso indirecto** como:

- os **serviços de regulação**, por exemplo do clima, das cheias (a intercepção da água da chuva pelo coberto arbóreo que reduz o escoamento superficial, promove a sua infiltração e o armazenamento de água no solo em quantidade e qualidade, conservando e protegendo o solo da erosão); das doenças; da qualidade do ar; do sequestro (ou sumidouro) de carbono;
- os **serviços de suporte**, como os ciclos biogeoquímicos, a formação do solo, a produção primária dos ecossistemas, a biodiversidade e o habitat para várias espécies, muitas delas endémicas, os quais asseguram a estrutura necessária à prestação dos restantes serviços;
- os **serviços culturais** (imateriais), relacionados com experiências estéticas, espirituais ou recreativas como o turismo, o valor cultural da paisagem a que o recreio e o lazer estão ligados (Belo *et al.*, 2009: 252, 269, 712 e 724; Santos, 2010; Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 181).

Os registos do **inventário florestal** indicam uma diminuição das áreas de montado entre 1995 e 2010. Um dos aspectos que se devem ter como relevantes tem a ver com o declínio do sobreiro e da azinheira, considerando-se **declínio** das espécies florestais *“o progressivo enfraquecimento das árvores, em resultado da interacção de factores bióticos e abióticos com o hospedeiro”* (Manion e Lachance, 1993 *in* Belo *et al.*, 2009: 264).

Assim, considera-se que ocorre um número de **problemas e impactes** que, em conjunto, são os principais responsáveis pelo **declínio dos montados** (perda da sua resiliência devido à idade, estrutura, variabilidade da precipitação anual, condições do solo e manejo):

- a mudança climática global – as projecções do Projecto SIAM feitas para um horizonte temporal correspondente ao presente século, 2000-2100, *“apontam para a possibilidade de um aumento generalizado da temperatura”*, a previsão de *“uma diminuição da precipitação anual da ordem de 100 mm”*, um aumento da *“frequência de fenómenos climáticos extremos”*, um *“aumento do risco meteorológico de incêndio”* em que *“algumas espécies florestais podem sofrer mortalidade severa”* e em que *“taxas de crescimento das populações de insectos existentes podem ser estimuladas pelo aumento da temperatura”* além de que *“algumas populações animais... poderão não conseguir adaptar-se a alterações rápidas no clima, existindo risco de extinção”* (Santos *et al.*, 2001: 9-10 e 20-22);
- o envelhecimento dos montados (Belo *et al.*, 2009: 252; Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 184);
- a não regeneração dos montados devida a razões várias incluindo a deficiência hídrica, as secas e a erosão dos solos (Belo *et al.*, 2009: 252 e 258-259);
- a estes aspectos juntam-se outros que contribuem para a diminuição da densidade das azinheiras e que têm a ver sobretudo com causas naturais. Entre elas, além do envelhecimento das próprias azinheiras, o aparecimento de doenças (como a *“Podridão das raízes”*, *Phytophthora cinnamomi*; a *“Ferrugem do entrecasco”*, *Endothiella gyrosa*; e o *“Carvão do entrecasco”*, *Hypoxylon mediterraneum*) e pragas (como a *“Limantria”*, *Lymantria dispar*; a *“Portésia”*, *Euproctris chrysonhoea*; a *“Cobrilha dos ramos”*, *Coroebus fasciatus*; a

“Cobrilha da cortiça”, *Coroebus undatus*; o “Burgo”, *Totri viridana*; e o “Plátipo”, *Platypus cilindrus*) (Belo *et al.*, 2009: 253; e Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 184);

- a susceptibilidade à desertificação, nomeadamente das azinheiras (Belo *et al.*, 2009: 258);
- as práticas agro-silvícolas inadequadas
 - . o arroteamento de terras e a destruição do coberto arbóreo para a cultura de cereais contribuíram para a perda de 15 a 50 cm de solo em zonas de maior declive (Sequeira *in* Belo *et al.*, 2009: 260) e perdas de solo que variam entre as 0.72 e as 1.25 toneladas por hectare e por ano (Shakesby *et al.*, 2002 *in* Belo *et al.*, 2009: 260)
 - . o uso de grades de disco para o controle do sob coberto, acentua os fenómenos de erosão, diminui a espessura dos solos, expõe o solo à acção dos raios solares (o solo sem coberto em relação ao solo com coberto herbáceo apresenta mais 5 °C nas temperaturas máximas diárias e menos 3 °C nas mínimas), o que no caso do aumento da temperatura favorece a mineralização da matéria orgânica.
O uso de destroçadores no controle do sob coberto acaba por favorecer a dominância das espécies arbustivas e o desenvolvimento de toijas que ficam com caules que fazem danos no gado e nas máquinas.
O controlo dos matos deverá passar por um conjunto de técnicas integradas de ciclos alternados de controlo mecânico, destroçamento, gradagem, fertilização para favorecimento das espécies herbáceas e pelo pastoreio (Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 188)
 - . as podas feitas de forma incorrecta e sem gastos para o proprietário, a troco da lenha cedida a quem as executa, concretizadas de uma forma excessiva, facilitando o aparecimento de doenças e de pragas, promovendo a copa aberta com o conseqüente aparecimento de ramos “ladrões” debilitando o arvoredo e favorecendo as condições para a entrada de pragas e doenças. De acordo com Mendes (2001 *in* Belo *et al.*, 2009: 268) as podas devem realizar-se de seis em seis anos e dão origem a 0.5 toneladas de material verde por hectare e por ano, que representam 0.17 toneladas de lenha por hectare e por ano (e 0.056 toneladas de cortiça, designada «falca», por hectare e por ano)
 - . a não desinfeccção dos machados de árvore para árvore na época da retirada da cortiça (no caso dos sobreiros)
 - . os encabeçamentos excessivos (Balbuena e Doncel, 2004: 35). Recentemente Pinto Correia (2013a: 16; Figura 1.24, Anexo 4), no âmbito de uma Conferência Internacional sobre “Montados and Dehesas as High Nature Value Farming Systems”, organizada pelo ICAAM que decorreu no Campus da Mitra, Valverde, Évora, de 6 a 8 de Fevereiro, declarou numa entrevista que “os proprietários agrícolas que fazem uma gestão equilibrada do montado, optando por menor densidade de pastoreio para melhor conservar o sistema a longo prazo, deviam receber apoios financeiros nacionais e comunitários específicos” e que “...deveria haver algum tipo de compensação” para estes casos. “Se o proprietário tem menor densidade de pastoreio para preservar a regeneração natural e a qualidade das pastagens, devia ser compensado, face a outros que têm mais animais e recebem mais apoio por cabeça para produção animal, mas não garantem a sustentabilidade do sistema a longo prazo”.

Sustentou ainda que a PAC devia classificar o montado e a “dehesa” como “*de elevado valor natural*” a nível europeu devendo haver uma ajuda nacional e comunitária para fomentar a sua preservação. Relembrou ainda que “*actualmente os proprietários têm apoio para a produção animal, podem ter apoio para a desmatção e, em alguns casos, têm medidas agroambientais que podem ajudar a manter a pastagem, mas não têm apoio para o sistema no seu conjunto*”. Continuou referindo que a manutenção e a gestão do sistema agro-silvo-pastoril dependem do equilíbrio das suas componentes e por isso o apoio deveria ser dado aos agricultores através de políticas ou de instrumentos específicos para o montado com vista à preservação do sistema produtivo, do valor de conservação e paisagístico.

No Anexo 5 é apresentado um resumo histórico dos apoios à arborização e dos Quadros Comunitários de Apoio (1986-1992, 1993-1999, 2000-2006 e 2007-2013);

- os fogos florestais, que aumentam quando se verifica que diminuem quer a actividade agrícola, quer o controle de matos (Belo *et al.*, 2009: 277; Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 187);
- a falta de valorização do montado e a pressão das necessidades económicas dos proprietários (Pinto Correia, 2013b).

Para Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.* (2007: 188) e como **conclusões** sobre as **causas do declínio dos montados**, apontam a “*perda da sua resiliência nomeadamente devido à idade, estrutura, variabilidade da precipitação anual, condições de solo e manejo não adaptado*” passando “*a manutenção do sistema pelo favorecimento das manchas de regeneração natural, ordenamento do pastoreio e do controle dos matos e da exploração florestal*”.

Face às expectativas dos proprietários rurais e à importância que as externalidades positivas representam para a sociedade, é previsível que as **medidas comunitárias** de apoio venham a suportar a **multifuncionalidade do ecossistema** “*promovendo sistemas de agricultura que conciliem a produção com a paisagem e a conservação da fauna selvagem, do solo e da água*”, bem como no âmbito de medidas importantes como o ambiente, a segurança alimentar e o bem-estar animal, colocando-se a questão de se saber se a comunidade está disposta a pagar para a preservação deste tipo de bens (Belo *et al.*, 2009: 253, 275 e 286) .

Ferreira (2001: 186) estabeleceu relações entre a “**resiliência da paisagem de montado com a mudança ambiental**” (considerando a resiliência como a capacidade que tem a paisagem de montado para recuperar um novo equilíbrio dinâmico, mesmo precário, depois de ter sofrido transformações profundas durante o último século) salientando o clima mediterrânico e as suas influências nas duas principais espécies arbóreas do montado e no solo.

O montado constitui a paisagem paradigmática do Alentejo, que “carrega” uma história imensa e que levou muitos anos a “construir”, como se irá descrever nos dois sub-capítulos seguintes dedicados à protecção e à (trans-)formação dos montados.

Esta questão da **resiliência do montado** é duplamente aplicável na Contenda não só por ter o montado com a maior área em termos de uso mas, também, para a questão de ser considerada uma **paisagem de referência**.

O montado dá origem a várias **unidades de paisagem** com diversidade elevada que é função da densidade das árvores e das marcas da ocupação do solo, causadas pelos usos do passado e do presente (Ferreira, 2001: 180).

1.3.3. Dados Históricos Acerca da Protecção dos Montados

“O Sul é o domínio de charnecas, persistentes vazios onde se fizeram há poucas dezenas de anos as últimas arroteias, da grande propriedade e da diferenciação social que ela provoca, da cultura do trigo em alternância com longos pousios, do montado (o paradoxo da mata residual, esparsa no campo e sem jamais formar floresta) e da criação pastoril de ovelhas e porcos”.

(Orlando Ribeiro, 1987: 22-23. “A Formação de Portugal”).

Segundo Belo *et al.* (2009: 254) as florestas portuguesas desde tempos pré-históricos terão passado por grandes vicissitudes, tendo sido devastadas gradualmente pelo machado, arado ou pela charrua mas, sobretudo, pelo fogo, referenciado já no século XII (Paiva, 1987 *in* Belo *et al.*, 2009: 254).

Um dos elementos mais antigos à tomada de medidas com vista a contrariar a desarborização e a proteger as florestas foi a promulgação do **Código Visigótico** no século VII, que já incluía medidas de protecção de sobreiros e pinheiros (Mendes de Almeida, 1935 *in* Rego, 2001: 8).

Porém, desde o início da **Monarquia** a preocupação e o interesse pelas matas, sobreirais e azinhais foram explicitados de diferentes formas. Com efeito, foram vários os monarcas que tomaram medidas tentando evitar quer a degradação, quer o desaparecimento das duas espécies mais relevantes no presente trabalho, o sobreiro e a azinheira.

Porém, tal não evitou nem os descontentamentos nem os abusos de vária ordem que levaram à **tomada de algumas medidas**:

- . do séc. XII ao séc. XV – Castro (1965 *in* Fonseca, 2004: 74) defende que neste período a **bolota** era mais importante do que a cortiça, por causa da alimentação dos suínos;
- . nos reinados de D. Afonso Henriques (n. em 15.8.1109 e f. em 6.12.1185; reinou entre 1143 e 1185), D. Sancho I (n. em 1154 e f. em 29 ou 30.3.1211; reinou entre 9.12.1185 e 1211), D. Afonso II (n. em 23.4.1186 e f. em 25.3.1223; reinou entre 03.12.1211 e 1223) e D. Sancho II (n. em 1209/1210 e f. em 30.1.1248; reinou entre 1223 e 1248), embora estes 4 monarcas tivessem feito avultadas doações às ordens militares, aos mosteiros e igrejas e à nobreza, nem a extensão considerável das coutadas, nem a instituição dos morgados, nem as determinações reais conseguiram evitar o empobrecimento do património suberícola e a redução da área ocupada pelo sobreiro (Natividade, 1990: 41);
- . séc. XIII – segundo Rebelo da Silva (1868: 107 *in* Natividade, 1990: 39), a organização da propriedade e da cultura no Alentejo era já no século XIII, e eventualmente antes dele, a mesma que hoje ocorre com poucas modificações notáveis. A floresta era utilizada para **montarias**, a **madeira** e o fruto eram os produtos mais valorizados do sobreiro – segundo os Costumes e Foros de Castelo Rodrigo, 1209, foram tomadas medidas para protecção dos montados e da colheita do fruto através da aplicação da multa de um morabitino a quem sacudir (varejar) “*arcina ou alcornoque*” e eram previstas penas severas a quem talasse ou arrancasse os arvoredos (Natividade, 1990: 39).

“Na qualidade de Senhorio Territorial – senhorio directo – ou jurisdicional, os senhores cobravam diversos tributos: quer em reconhecimento do domínio sobre um lugar, quer no

exercício do direito à partilha de todos os frutos e rendimentos. O foro era uma prestação fixa em géneros ou em dinheiro que era pago em reconhecimento do senhorio, jurisdicional ou territorial. Podia recair sobre as terras organizadas em leiras ou casais ou sobre os cultivadores (foro de lavrador ou seareiro). O foro pago por fogo era pago pelos habitantes de um lugar submetido a uma entidade senhorial, mesmo que exercessem actividade não ligadas à exploração da terra (Neto, 1993: 172-173).

Estas leis tinham por objectivo proteger a produção do fruto em favor dos proprietários e evitar que a mesma fosse pilhada por populares (Castro, 1965 *in* Fonseca, 2004: 74-75);

- . 1292 – D. Dinis (n. em 1261 e f. em 1325; reinou entre 1279 e 1325), em carta de 11 de Janeiro, determinou que *“nenhuú nam seja ousado ho talhe, nem dapneo seu soveral do Reguengo de Alcáçovas”*;
- . séc. XII-XVIII – entre estes séculos, mas sobretudo nos reinados de D. João II (n. em 1455 e f. em 1495; reinou entre 1481 e 1495) e D. Manuel I (n. em 1469 e f. em 1521; reinou entre 1495 e 1521), verificou-se uma grande regressão dos sobreirais, azinhais e outros bosques no Sul do país, por variadas razões: aumento da população; necessidade de incrementar a agricultura; declínio das montarias e abolição de coutadas; corte de lenha e madeira; apanha de fruto, cortiça e entrecasco; e necessidade da construção naval (Natividade, 1950; Serrão Nogueira, 1978 *in* Belo, 2009: 254); a área florestal estaria reduzida a metade da que existiria no séc. XIII (Rebelo da Silva citado por Natividade, 1950 *in* Belo *et al.*, 2009: 254);
- . séc. XIII-XVI – existem numerosas referências ao sobreiro e à cortiça nas Cartas, nas Provisões, nos Privilégios e nos capítulos das diversas Cortes Gerais e onde se constata os perigos que ameaçavam a floresta de sobreiro bem como os esforços desenvolvidos ao longo de quatro séculos para conciliar o domínio florestal da coroa e dos particulares com as ambições, os interesses e os direitos do povo (Natividade, 1990: 40);
- . séc XIV – neste século a recolha de **lenha para o fabrico de carvão** era uma actividade importante (Fonseca, 2004: 139);
- . 1310 – D. Dinis mandou pôr fim às devastações nas Matas de Campo de Ourique. Para tal determinou que homens jurados guardassem a terra para que *“se nom faça dano nos soveraes”*. Elevou a multa a aplicar por cada sobreiro ou outra árvore cortada, de 500 soldos para nove libras (Natividade, 1990: 40);
- . 1320 – D. Dinis, perante as reclamações do Mestre da Ordem de Santiago e dos concelhos de Campo de Ourique e de Santiago de Cacém, insiste novamente para que *“nom estraguem esses meus soveraes e azinhaes maliciosamente”*; nesta mesma carta de 03 de Setembro, foi encontrada a primeira referência à extracção de cortiça (...*outro ssi dizem que se alguns tiram cortiças das sovereiras E depois vem o ffogo e queima as sovereiras...*). Naquela época a protecção aos sobreirais e azinhais visava favorecer a montaria dado o valor dos frutos na alimentação de algumas espécies cinegéticas. Naquele tempo a **cortiça** já era cobiçada embora de aplicações limitadas e o **entrecasco** era utilizado na curtimenta de couros (Natividade, 1990: 40);
- . 1348 – Ao tempo ocorreu uma série de acontecimentos como secas e intempéries que provocaram maus anos agrícolas. Registou-se ainda uma série de flagelos como um período de fome, de guerras, doenças como a **peste negra** (também chamada de a “Grande Peste de 1348”) que vitimou cerca de um terço da população portuguesa. Todos estes acontecimentos

provocaram uma acentuada falta de mão-de-obra rural, que levou a uma significativa falta de alimentos.

- . 1364 – D. Pedro I (n. em 1320 e f. em 1367; reinou entre 1357 e 1367), à imagem de D. Dinis, de D. Afonso IV (n. em 1291 e f. em 1357; reinou entre 1325 e 1357) e de D. Fernando (n. em 1345 e f. em 1383; reinou entre 1367 e 1383), todos amantes da caça, numa carta de 11 de Fevereiro, esforçou-se por satisfazer reclamações dos concelhos, descoutando alguns terrenos ou permitindo o corte de arvoredo para determinados usos ou autorizando a extracção da cortiça nas charnecas e matos de alguns concelhos. Porém, aqueles monarcas tentaram salvar os arvoredos de uma pilhagem imediata pela instituição de novas coutadas ou pela ampliação de disposições de protecção (Natividade, 1990: 42);
- . 1375 – a 28 de Maio deste ano, já reinava D. Fernando (Costa Gomes, 2005: 120 e 189), foi promulgado um diploma régio nas Cortes de Santarém, a **Lei das Sesmarias**, destinada a incrementar a produção agrícola (a sesmaria era um *“terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se compromettesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, para cá transplantou-se o regime jurídico das sesmarias. O rei, ou os primeiros donatários de capitánias, faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. Só em 1812 as sesmarias foram oficialmente extintas”*, DOP, 2013).
Pretendia-se fundamentalmente fixar as populações à terra para de lá tirar o sustento. Naquela época registou-se um aumento da população e a conseqüente necessidade de madeira para construir casas e de lenhas, bem como de terras arroteadas para produção de alimentos. Assim, esta lei obrigava, entre outros aspectos, ao cultivo das terras pelos seus proprietários. Uma das medidas tomadas nesta legislação, foi a que autorizava o abate gratuito de árvores em matas reais aos **construtores navais** que utilizassem a sua madeira para construir naus com mais de 100 tonéis de deslocamento (cerca de 100 toneladas), no início dos Descobrimentos (Cunha, 2009-2010; Azevedo, 1997 *in* Rego, 2001: 24);
- . 1435 – D. Duarte (n. em 30 de Outubro de 1391 e f. em 9 de Setembro de 1438; reinou entre 1433 e 1438) promulgou o Regimento do Monteiro-mor que regulamentou o serviço da guarda e da polícia das matas, o que explica o rigor das ordenações afonsinas no que diz respeito à protecção do domínio florestal. Esta promulgação deveu-se a vários factos como o incremento das construções navais (no reinado de D. Fernando) e a paixão pela montaria (Natividade, 1990: 42);
- . 1438 – de uma carta do Duque de Borgonha do mês de Novembro, depreende-se que a exportação de cortiça portuguesa era muito remota para o Norte da Europa, face à ratificação da regalia que os mercadores de Portugal usufruíam desde há muito tempo e que era a de venderem a cortiça a bordo dos seus navios à chegada ao porto de Eclusa (Natividade, 1990: 41);
- . 1456 – D. Afonso V (n. em 15.1.1432 e f. em 28.8.1481; reinou entre 1438 e 1481) concedeu neste ano o monopólio da exportação de cortiça (Sousa Viterbo, 1904, Gama Barros, 1922, Gonçalves Pereira, 1941 *in* Natividade, 1990: 41), um privilégio que se manteve no reinado

de D. João II (contudo, este monarca declarou livre o comércio da cortiça em todos os lugares não coutados, dando assim satisfação às reclamações do povo). Em 1471 mandou publicar uma Carta Régia em que proibia as exportações de carvão e madeira do Algarve para Castela (Magalhães, 1970 *in* Reboredo e Pais, 2012: 36);

. 1477-1495 – durante este período, quase todo o reinado de D. João II, ocorreu o declínio da montaria (os fidalgos e cavaleiros ocupavam-se com as guerras de África) e o ritmo de destruição das matas foi acelerado (Natividade, 1990: 43);

. 1481-1482 – nas Cortes de Évora o povo queixou-se amargamente ao Rei D. João II das restrições ao descortiçamento (*...vosos povos gemem de veerem nacer a cortiça nos montes maninhos e desertos...e nom ousam colhelha nem se aproveitar dela por casso dos tratos e graves penas que por ela sam postas...*) (Natividade, 1990: 41);

. 1495-1521 – foi no reinado de D. Manuel I (Oliveira e Costa, 2005) que, pela primeira vez no País, a desarborização foi considerada como um problema a nível nacional. O património florestal foi particularmente afectado com:

. a extinção de numerosas coutadas

. a supressão do lugar de Monteiro-mor

. a declaração em que se passou a considerar livre a extracção e o comércio da cortiça (por volta do ano de 1498, este monarca extinguiu o privilégio do monopólio da cortiça) (Ramalho, 1905 *in* Natividade, 1990: 41)

. a problemática das queimadas que delapidavam a riqueza suberícola. Para se tentar minimizar todo este problema, na reforma dos forais levada a cabo pelo Rei, ordenou-se que nalguns concelhos não se rompessem mais maninhos (terras incultas: em 1512, D. Manuel ordenou a divisão dos maninhos pelos moradores mediante a supervisão de um sesmeiro), pela falta que os matos faziam para a agricultura. D. Manuel I determinou ainda que os pastores e o gado só pudessem entrar no terreno das queimadas até à Páscoa e que os carvoeiros só ali pudessem trabalhar decorridos dois anos (Natividade, 1990: 43). Será de referir que em termos da exploração de gado no Alentejo, os principais proprietários dos rebanhos eram a Igreja, a Nobreza e a Coroa. No Norte criavam-se sobretudo porcos e cabras e no Sul ovelhas (Madureira, 2002 *in* Fonseca, 2004: 102). Já no século XV, pelo menos, se praticava a transumância, com a venda das pastagens dos montados, indo o gado de Castela para a margem do Guadiana, mas também de Portugal para Espanha e, neste caso, aproveitava-se para fazer contrabando de gado. Alguns autores consideram que esta prática de maneio dos gados terá sido a responsável pela criação dos montados (Fonseca, 2004: 111).

“O aproveitamento da cortiça, da casca e da madeira de sobreiro era de grande importância, nomeadamente para a construção naval e para a exportação. As medidas de defesa das árvores aumentam ao longo do período” (Livro de horas de D. Manuel, fl. 20 v, MNAA, Lisboa *in* Magalhães, 1993: 279).

Porém, foi este monarca que permitiu o uso de carvão de *Quercus suber* para a produção de sabão em Santarém, Abrantes e Torres Novas (Baeta Neves, 1990 *in* Reboredo e Pais, 2012: 36);

. séc. XVI – D. João III (n. em 6.6.1502 e f. em 11.6.1557; reinou entre 1521 e 1557) estabeleceu uma política de bonificação para a **construção naval** *“todos aquelles que naos de novo*

fizerem” receberão 100 cruzados por cada navio de 130 toneladas de arqueação bruta e meio cruzado por cada tonelada acima de 130 e até a um máximo de 300. Acima deste último valor receberiam um cruzado por tonelada, para além das bonificações anteriores (Boxer, 1981 *in* Reboredo e Pais, 2012: 37).

Uma contribuição significativa para a desarborização das regiões do país de mais fácil acesso, foi dada pela **construção naval** que consumiu muito material lenhoso, nomeadamente a madeira de sobreiro “*por que o sovaro he muto ryjo, & não apodrece na aogua, mas antes refresca & enverdece: porq he elle de seu natural seco, & conservasse na humidade*”, segundo o Padre Fernando de Oliveira no seu tratado sobre a Fábrica das Naus (H. L. de Mendonça 1898: 155 *in* Natividade, 1990: 43). Na mesma publicação aquele padre revela a sua preferência pela madeira de sobreiro para as peças estruturais que requerem mais resistência (Rego, 2001: 25).

No princípio do século XVI já se tornava necessário promover a rearborização das regiões devastadas e a criação de matas nos terrenos baldios e a produção de leis mais severas. Neste século, e no seguinte, por Cartas, Provisões e Alvarás, além das frequentes referências aos sobreirais, foi dada ênfase à importância do problema que representava a desarborização (Natividade, 1990: 44);

- . 1546 – D. João III tomou medidas contra a diminuição da área do sobreiro (Figueiredo, 1790 *in* Mendes, 2007: 81);
- . 1565 – no reinado de D. Sebastião (n. em 20.1.1554 e f. em 04.8.1578; reinou entre 1557 e 1578) foi publicada a “Lei das Árvores”, elaborada sob a regência do Cardeal D. Henrique (n. 1512 e f. 1580; reinou entre 1578 e 1580) dada a menoridade do Rei, que tentou obrigar os municípios a organizar e fiscalizar a florestação do País, questão que se tornou uma preocupação da monarquia até ao século XIX (Fonseca, 2004: 69 e 141; Ribeiro e Lautensach, 1991: 1079; Reboredo e Pais, 2012: 37);
- . 1569 – a desflorestação que na altura se fazia, tinha por finalidade aumentar a área cultivada para produção de mais alimentos para fazer face ao aumento populacional. Porém, constatou-se que tal facto aumentava a erosão. Para a contrariar foi imposta por via legislativa a plantação “*de pinhaes nos montes baldios dos termos dos ditos lugares, que para isso forem convenientes, & os fação defender e guardar [...]. E que nos lugares que não forem para pinhaes, fação prantar castanheiros, carvalhos, & outras quaesquer árvores que nas ditas terras se puderem criar*”. No caso de não haver baldios, os proprietários das terras, quintas e propriedades eram obrigados a fazê-lo nas suas próprias terras (*Leis extravagantes*, 1569, parte iv, tít. xv, Lei xxii, fl. v. 168 *in* Magalhães, 1993: 246). Foi também determinada a proibição de arranque de sobreiros no Vale do Tejo, desde Abrantes a Lisboa, numa distância de 10 léguas em cada margem para se evitar o abate de sobreiros para o fabrico de carvão e a sua posterior venda em Lisboa (*Leis extravagantes*, 1569, parte iv, tít. xvii, Lei xi, fl. 163 r-v *in* Magalhães, 1993: 246; Reboredo e Pais, 2012: 36). Situação idêntica ocorreu a Sul do rio Tejo, em 1564, com a mesma proibição a aplicar-se entre Alcácer do Sal até Setúbal (Devy-Vareta, 1986 *in* Reboredo e Pais, 2012: 36).

Os sobreiros eram muito utilizados para se tirar o entrecasco que contem tanino, um fixador que é muito usado na preparação dos curtumes (Magalhães, 1970: 178-179 *in* Magalhães, 1993: 246);

- . 1605 – a publicação do Regimento do Monteiro-Mor também previa um conjunto de medidas contra a diminuição da área do sobreiro (Mendes, 2007: 81);
- . 1633 – Filipe III (n. em 1578 e f. em 1621; reinou entre 1598 e 1621) através de uma postura, reforçou a necessidade de florestar o País com várias espécies (sobreiros, azinheiras ou carvalhos), nomeadamente para a construção (Fonseca, 2004: 69 e 142);
- . 1783 – medidas tomadas contra o abate indiscriminado de árvores e o fogo posto (Mendes, 2007: 81);
- . séc. XVIII – neste século Portugal atingiu o grau mais elevado de desflorestação, o que é corroborado por um Relatório de Ribeiro e Delgado (1868), questão que já tinha sido denunciada antes por Andrada e Silva em 1818 (Reboredo e Pais, 2012: 37);
- . 1824 – criação da Administração Geral das Matas sob a supervisão do Ministério da Marinha;
- . 1886 – fundação dos Serviços Florestais;
- . 1901, 1903 e 1905 – datas dos Decretos que instituíram o Regime Florestal, como resposta às necessidades, entre outras, de arborização de grandes extensões de incultos;
- . 1938 – criação do Plano de Povoamento Florestal destinado à florestação das dunas, dos terrenos baldios, à instalação de pastagens, além de variadas infra-estruturas;
- . 1999 – o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, transpôs para o direito interno as Directivas Aves e *Habitats* (cujo objectivo é o estabelecimento de medidas para a protecção dos *habitats* naturais e da flora e da fauna selvagens) e estabeleceu os mecanismos necessários à gestão dos Sítios e das ZPE, o que permitiu criar a Rede Natura 2000.
Desta rede fazem parte os “Montados de *Quercus* spp. de folha perene” (6310), as “Florestas de *Quercus suber*” (9330) e as “Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*” (9340) que foram considerados de conservação obrigatória pelos Estados Membros;
- . 2001 a 2004 – nestes dois anos foram publicadas as últimas medidas legislativas que estabeleceram medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira (o DL 169/2001 define povoamento, conversão e estabelece as condições de corte ou arranque; e o DL 155/2004, altera o anterior redefinindo povoamento e englobando a “protecção de pequenos núcleos”). Estes dois diplomas têm como objectivo garantir a defesa e valorização das espécies e dos sistemas bem como o de promover o seu aproveitamento racional;
- . 2008 e 2010 – foi criada a Estrutura de Missão para a Valorização dos Montados com sede em Portel, com várias competências, na dependência da Direcção Regional de Florestas do Alentejo (Despacho (extracto) n.º 31745/2008, de 12 de Dezembro e Despacho n.º 9750/2010, de 09 de Junho de 2010).

Da análise dos vários elementos pesquisados constata-se que o interesse pelas áreas florestadas vem desde o início da Monarquia, em que se incluem as áreas com sobreiros e azinheiras, tendo sido declarado através da tomada de várias medidas e decisões com vista a sustentar, não só a degradação de sobreirais e azinhais, mas também a diminuição da área ocupada por aquelas duas espécies.

Ao tempo da Fundação de Portugal, as florestas eram utilizadas não só para montarias (reais) mas, sobretudo, como fonte de lenhas (para aquecimento e confecção de alimentos – constituíram a primeira e a maior fonte de energia térmica para o ser humano), incluindo o

fabrico de carvão, de madeira e do fruto para a engorda do gado porcino, podendo afirmar-se que este sistema já era tratado como património desde o início da Fundação de Portugal.

O aumento populacional, nos séculos XII e XIII e depois a partir do século XVI, levou à necessidade de obtenção de alimentos através da agricultura com a roça dos matos, que contribuiu para a destruição das raízes dos sobreiros: o efeito em cadeia traduziu-se por árvores que morriam, por menos pastagem, menos gado e, portanto, menos estrume.

A obtenção de madeira com determinadas características destinada às partes mais resistentes das naus e caravelas portuguesas e a extracção de entrecasco (a casca tenra que fica aderente ao sobreiro depois de ser retirada a cortiça, constituída por tecidos do liber, entre a cortiça e o lenho e que é rica em tanino) utilizado na curtimenta de couros, foram as duas razões responsáveis pelo declínio daquelas duas espécies em alguns períodos da nossa história.

De realçar a utilização da cortiça na construção do Convento Cenobítico de Santa Cruz do Buçaco pela ordem religiosa dos Carmelitas Descalços (Cronista Carmelita Frei João do Sacramento, *in* Gomes, 2005; Figueiredo, 1918 *in* AFN, 2009: 19).

A cortiça também foi usada na construção de casas, sendo as mais conhecidas as *“Cortiçadas do Lavre...construções utilizando grandes blocos de cortiça ligados com terra crua, e cobertura de palha de centeio, destinava-se principalmente a instalações de apoio às actividades agrícolas (palheiros, arrumos de alfaias, cocheiras, etc.), no entanto em épocas mais recuadas é possível terem servido para fins habitacionais”* (Alves, 2012).

Um maior interesse pelo sobreiro só adveio um pouco mais tarde, a partir do século XVIII, com a valorização da cortiça na utilização em garrafas, passando a haver uma gestão do montado como sistema agro-silvo-pastoril, com os matos roçados para obtenção de melhor cortiça, pastoreio com o porco alentejano e terras cultivadas, tal como ainda hoje é feito.

Pode-se concluir que, desde o tempo da Fundação de Portugal até hoje, a paisagem de montado foi-se consolidando nas populações e nos governantes, que se foram identificando com este sistema biofísico.

1.3.4. Sobre a (Trans-) Formação dos Montados

“Até ao fim do séc. XIX, a região era uma charneca entrecortada de tractos de seara com pousios de muitos anos. Entretanto, arrotearam-se terras boas e más. Limpam-se e espaçaram-se as árvores do montado, que viviam afogadas no matagal de estevas e medronheiros; plantaram-se olivais; parcelaram-se as herdades em foros; multiplicaram-se as courelas, e conjuntamente, a policultura e a dispersão. A despeito destas transformações, a lavoura extensiva predomina.”

(Orlando Ribeiro, 1967: 152. *“Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico”*).

O **conceito de montado** corresponde à imagem de marca da paisagem rural do Alentejo, constituindo um tipo de paisagem inteiramente construído, em que todos os traços se devem à sua história e ao trabalho humano que transformaram a brenha mediterrânica, ou seja a mata densa – o ecossistema mediterrânico foi sendo simplificado em termos de estrutura e de biodiversidade e transformado num sistema de uso agro-silvo-pastoril extensivo, associado à grande exploração fundiária (Ferreira, 2001: 179).

A origem do montado não é unânime, mas de acordo com alguns autores (Silbert, 1996 e Cabo Alonso, 1998 *in* Ferreira, 2001: 180-181), poderá estar relacionada com a forma como se fez a

Reconquista e a forma como ficou condicionado o tipo de propriedade e a sua exploração, bem como a importância que teve a transumância do gado nos dois países da Península Ibérica.

Naquele período da Idade Média e nos territórios mais a Sul, recentemente ocupados e muito pouco povoados, constituiu-se um tipo de povoamento baseado em aldeias com as suas hortas nas proximidades e de montes mais afastados, tendo a sua administração sido entregue às ordens militares em grandes latifúndios que podiam atingir os 500 ha (Fonseca, 2004: 43). Ribeiro e Lautensach (1991: 1624) também corroboram que a Reconquista desencadeou o movimento de gente do Noroeste para o Sul.

Por sua vez, as ordens militares entregaram aos camponeses aqueles territórios para cultivo e pastagem do gado. Segundo Ceresuela (1998 *in* Fonseca, 2004: 43) foi assim que se manteve a estrutura fundiária dos territórios conquistados aos Mouros, mesmo após a Reconquista.

Como atrás já foi referido, do séc. XII ao séc. XV, a população do País triplicou, arrotearam-se mais terras, aumentou o consumo de lenhas e de madeiras (Natividade, 1990: 43). O arroteio das brenhas e charnecas, serviu também para fomentar as pastagens que eram depois vendidas. Foi utilizado o fogo para o controlo dos matos, mas como os sobreiros e as azinheiras eram mais resistentes ao fogo e porque produziam bolota, eram poupados. Estes dois argumentos importantes contribuíram, assim, para justificar o aumento da área dos montados (Fonseca, 2004: 138).

Já no século XIV a recolha de lenhas para carvão constituía uma actividade com muito significado (Fonseca, 2004: 139).

A partir do século XVI a população portuguesa duplicara em relação à do séc. XII, e era de um milhão de pessoas (Rebello da Silva, 1868 *in* Monteiro Alves, 1997: 71).

Os oficiais do concelho de Braga foram alertados, em 1568, para os danos que sofriam os montados do termo daquela cidade ao roçar-se o mato com enxadas (destruíam as raízes das árvores), em 3-4 anos nada nascia e, portanto, não se poderia apascentar o gado, não havia estrumes nem cereais para fazer pão (Magalhães, 1993: 248).

Segundo Mattoso (1993b *in* Fonseca, 2004: 92-93) em 1576 houve um peregrino valenciano que visitou a região de Évora e terá louvado o pão por ser do Alentejo, “...*pelas suas abundantes colheitas de trigo*”. Este aspecto produtivo era devido ao facto de os montados serem regularmente lavrados para controlo dos matos e de maior produção de bolota, uma vez que se aproveitava a lavoura da terra para semear o trigo. Além deste cereal, semeava-se também a cevada para o gado e o centeio nas zonas de maior altitude pois é uma planta menos exigente e mais resistente ao frio, onde o trigo não resistia.

Os **Descobrimentos** tiveram grande impacto na devastação das formações florestais de Portugal, uma vez que na construção das naus e de outras embarcações eram utilizadas as madeiras nobres da floresta, nomeadamente o sobreiro, o carvalho e o pinheiro, em grandes quantidades. Para tal eram escolhidos os exemplares de grande porte daquelas espécies:

- sendo necessárias só para a construção de uma nau, entre 2000 e 4000 árvores (Paiva, 1997: 6; Vieira, 1991 *in* Mendes, 2007: 81; Carvalho e Devy-Vareta, 2007: 144);
- sendo necessárias para as ligações com a Índia, pelo que foram construídas 700 naus;
- para a rota do Brasil foram construídas cerca de 500 (Paiva, 2007: 223);

- para a expedição a Ceuta no tempo de D. João I (n. 1357 e f. 1433; reinou entre 1385 e 1433) foi necessário construir 15 galés e 15 fustas (Coelho, 2005: 174) e entre 100 e 270 barcos (segundo Coelho, 2005: 183) e 200-300 naus (segundo Paiva, 2007: 223);
- o que representa cerca de 5 milhões de carvalhos durante aquela época da Expansão (Paiva, 2007: 223).

Para a construção de uma nau era utilizada a madeira de pinheiro manso, depois substituída pela de pinheiro bravo que tinha alguma aplicação, nomeadamente, nas “obras mortas” como as vergas e os mastros. As “obras vivas” e a estrutura do navio, quilha e cavernas, exigiam madeiras de pinheiro manso para o tabuado do casco e de sobreiro para a estrutura e outras partes dos navios (Mattoso, 1993: 306).

Em 1588 o Marquês de Santa Cruz apresentou a Filipe II (n. em 1527 e f. em 1598; reinou entre 1581 e 1598) um projecto, com base num levantamento das unidades navais existentes, no âmbito dos preparativos para a armada, que apontava para a existência de 20 naus e galeões no reino de Portugal, totalizando 14 000 toneladas. O nosso País dispunha ainda de 100 navios de pequeno porte, caravelas e outros veleiros latinos, que perfaziam um total de 8000 toneladas, sem contar com as unidades pesqueiras. Neste século, algumas caravelas foram modificadas chegando a atingir uma tonelagem da ordem das 150 t, mas sempre inferior à das naus (Mattoso, 1993: 295-296).

De acordo com Rebelo da Silva (1868 *in* Natividade, 1990: 44), a superfície ocupada pelo domínio florestal no princípio do séc. XVII, numa época em que já tinha sofrido delapidações muito graves, seria quase o dobro da que ocupava no início do séc. XIX.

Em 1624, Severim de Faria (Sérgio, 1924 *in* Natividade, 1990: 44; Capelo e Catry, 2007: 110) deplorava o despovoamento do Alentejo e referia-se também aos ermos e charnecas que se estendiam por “*espaços mui dilatados*”.

A propósito do elevado consumo de madeira na época dos Descobrimentos é, também, de referir que com a construção de **2974 km de via de caminho de ferro** no período de 35 anos, de 1877 a 1912, envolveu entre um mínimo de 261 712 m³ e um máximo de 469 892 m³ de volume de madeira (terão sido gastos 158 m³ de madeira/km de linha na via ou bitola larga de 1688 mm com solipas de 2.80x0.26x0.13 m e 88 m³/km de linha em via estreita com bitola métrica de 1000 mm com solipas de 1.85x0.24x0.12,). Segundo o Relatório “Reflexão sobre a sustentabilidade da política florestal nacional”, do “Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS, 2001: 6) a propósito da reflorestação é referido que “*com a expansão do caminho de ferro e o início da industrialização, nos fins do século XIX e início do século XX, dá-se nova destruição do que restava de carvalhais, a que se seguiram novas medidas minimizadoras dessa degradação*”, o que indicia que a matéria prima para as ferrovias proveio dos carvalhais (Reboredo e Pais, 2012: 35-36).

Segundo Ferreira (2001: 181), a **transumância** também desempenhou um papel importante na expansão do montado, quer em Portugal, nomeadamente entre a Cordilheira Central

(“agostadeira”) a Norte e o Alentejo (“invernadeira”), quer em Espanha, onde era controlada pelo “Consejo da Mesta” desde a Idade Média até 1836.

No período que mediou do séc. XVI a meados do séc. XIX as matas naturais ter-se-iam reduzido a metade (Rebello da Silva, 1868 *in* Monteiro Alves, 1997: 71).

Só na segunda metade do século XVII é que a **cortiça** adquiriu a importância que hoje tem, com a manufactura de rolhas para as garrafas de champanhe D. Pérignon. Com efeito, em 1680 o monge beneditino Don Pierre Pérignon de Reims, descobre que as rolhas de cortiça natural usadas como vedantes nas garrafas de champanhe não saltavam, o que era comum acontecer com os materiais usados até essa altura nas mesmas circunstâncias – cavilhas de madeira e cânhamo embebido em azeite. Hoje em dia o processo de fabricação de rolhas de champanhe usa um método em que a parte superior do corpo cilíndrico da rolha é feita de aglomerado de cortiça, ao qual se colam na parte inferior dois discos de cortiça, com o mesmo diâmetro.

Aquela descoberta no fim do século XVII, iniciou a relação importante que ainda se mantém entre este tipo de rolhas (de cortiça) e a produção vinícola. A partir de meados do século XVIII, Portugal passou a exportar cortiça não transformada para França e para a região da Catalunha face ao desenvolvimento da produção de rolhas que lá se verificava, passando a surgir regularmente na balança comercial (Mendes, 2007: 82; Fonseca, 2004: 77).

Ainda segundo esta última autora, no século XVII a utilização de cortiça ainda era muito limitada: apenas para os cortiços de abelhas e casas de habitação, as cortiçadas, como já referido. As primeiras referências à exportação de cortiça, reportam-se ao ano de 1307 no reinado de D. Dinis e destinaram-se ao Reino Unido (Castro, 1965 *in* Fonseca, 2004: 77).

Vieira Natividade (1990: 39) considera que *“só a partir do começo do século XVIII a valorização da cortiça revelou que imprevista riqueza constituíam os montados de sobro, e só então a subericultura portuguesa, verdadeiramente, nasceu”*.

No séc. XVIII a destruição provocada pelos carvoeiros nos montados alentejanos, já era considerada como significativa (Fonseca, 2004: 143) e no seu início até princípio do séc XIX, cerca de 2/3 a metade do Alentejo estaria a mato constituído por moitas de sobreiros e azinheiras, com as charnecas cobertas por estevas e urzes (Radich e Alves, 2000 *in* Belo *et al.*, 2009: 254).

Segundo Frago de Sequeira (1790 *in* Natividade, 1990: 45), em meados do séc. XVIII começou a generalizar-se na comarca de Portalegre a prática das **“alimpações nos grandes matos cheios de moitas desde a guerra da Restauração (1640-1668), ressaltando-se as melhores árvores e deixando a terra capaz de cultivo”**. Esta forma de condução das árvores é o início da técnica suberícola usada no Alentejo e traduzida em desbastes selectivos, baixa densidade do arvoredo para aproveitamento agrícola do solo e a utilização dos frutos pelo gado, nos montados de sobro e de azinho (Natividade, 1990: 45).

Outra contribuição para a **falta de mão-de-obra** nas zonas rurais foi a abolição da escravatura em 1761 (porém, só com a lei de 25 de Fevereiro de 1869 é que se proclamou a abolição da escravatura em todo o Império Português, até ao termo definitivo de 1878), além da guerra que recrutava muitos homens do campo. Estas razões contribuíram para que Pina Manique

tivesse levado para o Alentejo vários milhares de açorianos em 1787 para resolver este problema (Fonseca, 2004: 144).

A partir de meados do século XVIII registou-se uma **alteração da paisagem** devido ao fenómeno da valorização da cortiça em detrimento da cerealicultura – condições climatéricas desfavoráveis, guerra com Espanha, concorrência do trigo importado, sobrevalorização da actividade pecuária (Fonseca, 2004: 143-144 e Mendes, 2007: 83-84) – nomeadamente pelo fabrico de rolhas que entraram no comércio internacional (Monteiro Alves, 1997: 71). Com efeito para se obter cortiça, passaram a limpar-se os matos, mantendo-se as melhores árvores e passou-se a pastorear o porco alentejano, o que permitiu que a terra passasse a ser cultivada, ou seja a exploração agro-silvo-pastoril do montado, como ainda hoje é promovida (Monteiro Alves, 1997: 71).

Em 1805 na viagem que o botânico Link (1805 *in* Belo *et al.*, 2009: 255) fez por Portugal só refere a existência de sobreiros e azinheiras em Palma, junto ao rio Sado, em Serpa e Portalegre e no caminho de Évora para Montemor.

Andrada e Silva na sua publicação *“Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal”* (1815 *in* Natividade, 1990: 44), também focava aquele problema afirmando que *“...apesar dos desvelos fraternais dos nossos reis, das muitas ordenações e regimentos que mandam fazer novas sementeiras e plantações e dão providências sobre a sua guarda e conservação e devido aproveitamento, os nossos bosques têm ido desaparecendo com uma rapidez espantosa há pouco mais de um século, porque desde então não têm cessado as causas da sua ruína”*.

Foi o fomento da cultura do trigo que conduziu ao desencadear das arroteias (Sequeira, 1790 *in* Belo *et al.*, 2009: 251). Posteriormente e durante cerca de um século e meio, as arroteias das charnecas foram incrementadas nomeadamente por políticas proteccionistas e de fomento da cultura do trigo, como as Leis dos Cereais de 1889 e de 1899, de Elvino Brito, que fixou o preço para o trigo nacional (Pais *et al.*, s/d; Reis, 1979: 747).

No período que coincidiu com o início do Regime Liberal, por volta dos anos 30 no princípio do século XIX, foram reunidas condições que permitiriam a criação e o desenvolvimento dos montados, altura em que se inverteu o declínio dos sobreiros e azinheiras – instituição da propriedade privada plena; o predomínio da propriedade de grande dimensão; a disponibilidade de mão-de-obra assalariada abundante e barata; o aumento de bens específicos do montado como o porco de raça alentejana e a cortiça; e as condições para o despoletar das arroteias (Belo *et al.*, 2009: 251 e 282).

Em 1888, outro autor, Sousa Pimentel (1888 *in* Natividade, 1990: 45) deplorava o desprezo a que tinham sido votados os montados alentejanos e o regime devastador a que tinham sido submetidos pelos incêndios, pelo abate das árvores para aproveitamento da casca ou para a sua transformação em carvão. Porém, o mesmo autor referia que há 30 ou 40 anos tinha tido início uma grande transformação nos montados pela abertura de estradas e pelo desenvolvimento da produção de vinho, o que tinha obrigado a um grande consumo de cortiça.

A mudança radical da paisagem rural do Alentejo terá ocorrido nos fins do séc. XIX, caracterizada pela diminuição da área dos maninhos e da área da charneca que praticamente

desapareceu em cerca de cinquenta anos, pelos arroteamentos que duplicaram a superfície lavrada, pela superfície de montado quase reduzida a metade (Feio, 1998 *in* Ferreira, 2001: 184), pelas novas técnicas culturais, pelo progresso do caminho de ferro, pela densificação da rede de estradas, pelas mudanças demográficas e pelas leis proteccionistas para os cereais que promoveram uma cerealicultura intensiva ou mesmo a substituição integral do montado (Ferreira, 2001: 181). Ribeiro e Lautensach (1991: 1079) também referem que as brenhas no Alentejo deram lugar ao montado de azinho e de sobreiro.

No séc. XIX a técnica aplicada aos sobreiros generalizou-se à grande maioria dos sobreirais alentejanos, passando a ser praticada uma *“exploração mista suberícola, cerealífera e pecuária”* (Natividade, 1990: 46). Sobre esta questão Ribeiro e Lautensach (1991: 1053) têm uma opinião semelhante ao afirmarem que as arroteias do fim do século XIX e começo do XX que destruíram os matos é que tornaram possível o sistema de exploração agro-silvo-pastoril, que é o montado de sobreiro e de azinho.

Pery (1875 *in* Castro Caldas, 1997: 26) obteve dados quantitativos sobre as paisagens da época, em que a superfície florestal não ocupava mais do que 7% do País, incluindo os montados do Sul.

Castro Caldas (1997) refere ainda o crescimento dos montados do Sul com o pastoreio dos porcos, antes do surto da peste suína, as tiradas de cortiça e as podas para fazer carvão.

No período de transição do séc. XIX para o XX, registou-se uma evolução da área de montado no Alentejo, que em 1867 era de 370 000 ha de sobreiro e de azinho, mas que em 1902 passaram para 868 850 ha, ou seja, no espaço de 35 anos aumentou 498 850 ha, mais do dobro da área que então existia (Vieira, 1991 *in* Ferreira, 2001: 181).

Já no séc. XX a procura de cortiça aumentou muito e fizeram-se por todo o País repovoamentos de sobreiro pelo que, a partir de 1921, o volume de cortiça extraída aumentou vertiginosamente (Natividade, 1990: 46).

“Até à primeira metade do século XX, os montados de sobreiro e azinho suportavam sistemas agrícolas baseados em rotações que incluíam pousios de diferente duração em que, nos solos de maior fertilidade, o trigo era seguido pela cevada ou pela aveia e, nos solos menos produtivos, os pousios eram mais longos, podendo os alqueives ser revestidos com grão de bico, milho ou feijão frade” (Belo *et al.*, 2009: 259);

Cary (1997: 57-58) refere que a delapidação dos montados, sobretudo dos de azinho, começou no início da campanha cerealífera, dando como exemplo o que aconteceu no Crato em que na década de 20 do século XX havia *“...povoamentos densos de azinho, que foram sacrificados à ganância do cereal e da lenha, conduzindo à situação actual de terra nua, com magras e degradadas pastagens, ou a esparsos povoamentos de eucalipto, em qualquer caso com alterações profundas à paisagem das regiões. No caso das melhores terras o montado foi desbastado ou arrancado para permitir a mecanização das operações culturais”*. Porém, a crescente procura de cortiça e de carne levou ao aumento da área de montado de sobreiro e azinho, tendo a área florestal triplicado em meados do séc. XX (Belo *et al.*, 2009: 712).

Para Ribeiro e Lautensach (1991: 1070) os actuais montados encontram-se em crise desde meados do século passado por se adaptarem mal à cultura mecanizada, por haver falta de mão-de-de-obra e por o porco ibérico ter sido dizimado pela peste suína.

Denise de Brum Ferreira (2001: 187-188) estabeleceu uma relação entre algumas vagas **erosivas** graves e as fases de **transformação do montado**, no século XX:

- a desmatagem da charneca entre 1899 e 1918 feito sobretudo à custa de braços (para a instalação de mais áreas de montados e para terras de cultivo e de pasto, aplicação da **Lei dos Cereais**, ou Lei da Fome, de Elvino de Brito de 14 de Julho de 1899);
- a **Campanha do Trigo** do Estado Novo (1929-1938) (Figuras 1.25, 1.26 e 1.27 , Anexo 6), com o prolongamento do seu efeito até ao fim da 2.ª Guerra Mundial (1939-1945), conseguida com o recurso à mecanização pesada profunda e o recurso ao derrube maciço de árvores do montado;
- e a **Reforma Agrária** (1975-1979) "*contribuiu de novo para reforçar o aproveitamento cerealífero do montado*";
- as resultantes da intensificação do uso do montado que o degradou, sendo a paisagem actual o resultado da **antropização** que conduziu à eliminação parcial ou total das árvores.

Se a **causa mais antiga** para o corte e abate de árvores foi o seu uso para lenha, para a obtenção de madeira e para a transformação em carvão, as **causas mais recentes** para o desaparecimento das espécies arbóreas do montado, foram:

- na primeira metade do século XX, a marginalização da função das azinheiras em consequência da peste suína, bem como o aumento da área lavrada com máquinas para a produção de cereais (Ferreira, 2001: 182);
- a diminuição da pressão antrópica, traduzida no abandono das actividades agrícolas e no despovoamento das regiões rurais, especialmente sentida na década de 60 do século passado. Por outro lado, após a adesão portuguesa à então CEE, a tendência para o crescimento da área de montado abandonado foi acelerada com o êxodo rural e a política do "set-aside" das PAC que se sucederam. O resultado foi o aumento das reservas de caça, a diminuição dos pastores, o encarecimento da mão-de-obra e a necessidade de controlo do encabeçamento animal nas pastagens face à carência de água e de solo (Ferreira, 2001: 184);
- a meta dos 20 000 ha de plantação de azinheira não foram atingidos;
- e as substituições do sistema tradicional do montado (Ferreira, 2001: 185-186)
 - . a cultura de cereais sacrificou largas manchas de montado (Campanha do Trigo)
 - . a concorrência de outras culturas economicamente mais rentáveis como os olivais e a vinha expandiram-se onde foi possível (a PAC foi muito favorável à substituição dos montados e dos sequeiros por estas duas culturas)
 - . utilizaram-se espécies de crescimento rápido como os eucaliptais quer no litoral quer no interior (Serra de Ossa e Nisa)
 - . o pinheiro manso foi plantado no interior (como em Mértola e em Serpa)
 - . introduziram-se perímetros de culturas irrigadas e constituíram-se zonas importantes de recreio e lazer em áreas ocupadas por montado, nomeadamente na zona de influência de Alqueva que, espera-se, não venham a por em causa os montados existentes.

Além dos **problemas** apontados para o montado (encabeçamento excessivo de gado, sobretudo vacas, que destroem as pastagens, as doenças e pragas, uso indevido de máquinas

agrícolas, conversão de terrenos para olival ou vinha, incêndios de grandes dimensões como os da serra algarvia em 2003-2005 com a perda de 38 000 ha, o abandono rural), Pinto Correia (2013b) refere ainda a construção da barragem de Alqueva e a desmatção da área da albufeira que destruiu cerca de 8600 ha de montado e que no período de 1990-2006 se perderam em média 3000 ha de montado por ano (dados dos investigadores do ICAAM Teresa Pinto Correia e Sérgio Godinho).

Assiste-se actualmente a um abandono dos montados, a um aumento dos incultos e ao alastramento dos matos onde a actividade cinegética, enquanto exploração regrada de um recurso natural, pode ser uma resposta e contribuir para a própria conservação dos montados.

Outro tipo de análise é feito por Ferreira (2001: 186-188) ao estabelecer relações entre transformações do montado e problemas ambientais, nomeadamente a erosão.

Uma primeira questão foi a respeitante ao desmatamento da charneca para instalação de novos montados e, também, a que ocorreu com o aumento das terras de cultura e de pastagem sob coberto, entre 1899 e 1918, devido à Lei dos Cereais atrás citada.

Outra questão, também já referida, a da Campanha do Trigo teve continuação até ao final da 2.ª Guerra Mundial, constituiu uma fase particularmente gravosa na degradação dos solos e dos montados, pela utilização de maquinaria pesada e uma lavoura profunda. Permitiu a utilização agrícola de terras marginais e obrigou ao derrube maciço de árvores, além de ter passado a permitir o aceleramento das rotações culturais e, assim, a não possibilidade de reconstituição do potencial orgânico dos solos (que era repostado pelo estrato arbóreo, pelos pousios e pelo gado, então abandonado para o trabalho da terra).

A terceira questão referenciada pela autora, foi a da aplicação da Reforma Agrária (1975-1979), em que se verificou um reforço da produção cerealífera do montado com derrube de árvores, uso de maquinaria pesada e utilização de adubos químicos. Lembra, ainda, que parte do montado tinha sido deixado para mato ou a pousios longos, devido à emigração da década de 60 e à Guerra Colonial que obrigou muitos milhares de militares a seguir para as colónias de África.

O **balanço** que Ferreira (2001: 181 e 188) faz sobre o século XX aponta:

- para uma transformação profunda do uso (sistemas agrícolas) e da estrutura do montado;
- para uma intensificação dos sistemas culturais que destruiu o estrato arbóreo;
- ou para a substituição do montado por sistemas agrários economicamente mais compensadores após o abandono da criação de porcos de montanha;
- a degradação do solo (pobre e pouco profundo em grandes áreas do Alentejo) por práticas culturais gravosas no montado cultivado em que a erosão do solo torna inviável a sobrevivência das árvores ou mesmo a sua reintrodução, pelo sobrepastoreio e pela variabilidade do clima (com variações anuais pelas características mediterrânicas e pelos condicionalismos que provoca na pedogénese).

As alterações sentidas traduzem-se, assim, na diminuição da produtividade das pastagens e na densidade e na biodiversidade dos matos e, sobretudo, na mortalidade das azinheiras (Ferreira, 2001: 190).

Denise de Brum Ferreira (2001: 186) faz ainda outro tipo de abordagem ao estabelecer relações entre a “*resiliência da paisagem de montado com a mudança ambiental*”, considerando a resiliência como a capacidade que tem a paisagem de montado para recuperar e estabelecer um novo equilíbrio dinâmico, mesmo precário, depois de ter sofrido transformações profundas durante o último século.

Entre os factores limitantes para uma recuperação Ferreira (2001: 186) salienta o clima mediterrânico, com as suas influências nas duas principais espécies arbóreas do montado e no solo.

A **degradação ambiental e paisagística do sistema do montado** centra-se na **intensificação dos sistemas culturais**, na **mecanização das operações agrícolas**, no **ambiente biofísico frágil** e no **abandono destes sistemas culturais**.

Devido a um conjunto de factores históricos que já foram identificados, o sistema agrícola e a paisagem de montado que lhe estava associada foram muito alterados no séc. XX (Ferreira (2001: 191).

Segundo a mesma autora ocorre um conjunto de factores que apontam para uma difícil recuperação do montado, como uma maior sensibilidade às secas, uma maior aridez edáfica, menor protecção vegetal contra a erosão hídrica do solo e um aumento da frequência das cheias rápidas. Estes, como consequência da intensificação dos sistemas culturais e da mecanização das operações agrícolas. Ou seja, os condicionalismos ambientais criados pela degradação do solo prevalecem sobre as questões de natureza socioeconómica na dinâmica da paisagem.

Em **termos previsionais** Ribeiro e Lautensach (1991: 1070) pensam ser provável que o **montado de azinho acabe por se transformar em mato subespontâneo**, sobretudo nas vertentes mais inclinadas com solos fracos, tornando-se importante em termos de protecção contra a erosão e como refúgio para a caça, constituindo local de protecção, alimentação e reprodução.

Em relação à cortiça e, portanto, ao sobreiro, tem-se verificado ultimamente uma tendência para a **estabilização dos preços** a pagar ao produtor. Por outro lado, se os **custos de produção forem subindo**, o produtor, provavelmente, terá de **umentar a densidade das árvores** e/ou melhorar a qualidade da cortiça para manter os níveis de rendimento, o que poderá ser mais difícil dado não poder controlar alguns factores de ordem natural.

1.3.5. Candidatura do Montado Alentejano a Património Mundial da UNESCO

*“Ao meio do dia o calor é sufocante. No monte dorme-se a sesta, as paredes caídas reverberam a luz e ferem a vista. Os gados ficam imóveis. O zangarreiio da cigarra é o único ruído do ser vivo: tudo o mais se queda amodorrado. Os olhos procuram em vão o repouso de um quadrado de verdura. As folhas das árvores estão coriáceas, amareladas, e os ramos, muito aparados, quase não abrigam da ardência do sol. Por isso, Alentejo não tem sombra
Senão a que vem do céu...”*

O Alentejo é isto: seara, montado e uma solidão solene.”

(Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, 1991: 1260. “*Geografia de Portugal. A Vida Económica e Social*”. Volume 4).

Ana Paula Amendoeira (2004), que foi Membro do Comité Executivo Internacional do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites que “*é o principal consultor da UNESCO em matéria de conservação e protecção do património*”, ICOMOS, s/d), a propósito da **Lista do Património Mundial**, entende-a “*...como um possível instrumento de planeamento que possa ajudar na correcção de desequilíbrios*”. Ainda segundo a mesma autora, “*O Património Mundial, e todo o trabalho que neste âmbito foi até aqui desenvolvido, representam hoje um recurso importante para o desenvolvimento, para o planeamento e gestão de outros valores e terá que aspirar cada vez mais a uma dimensão transversal nas políticas de desenvolvimento, a par das questões económicas e sociais*”.

Acerca da representatividade da Lista do Património Mundial, foram levantadas várias questões dado que haveria categorias deficientemente representadas como a de **Paisagem Cultural** e a de **Itinerários Culturais**.

Segundo Amendoeira (2004), “*a categoria de Paisagem Cultural dá-nos a possibilidade de articular questões como o património construído, o património intangível, o ordenamento do território, a gestão dos recursos, a participação das comunidades, o património ambiental, em suma, o conceito de paisagem cultural encerra em si mesmo o pressuposto de um desenvolvimento durável*” (o **património imaterial**, ou **intangível**, engloba “*todo esse conjunto difuso de crenças, lendas, tradições escritas ou orais e comportamentos*”, Areces, 2009: 16; Cancela d’Abreu, 2007: 76, refere valores imateriais como “*carácter/identidade, simbolismos, sensações, memórias*”).

O Comité atrás referido, e de que faz parte a autora que tem estado a ser citada, elaborou a **Decisão de Cairns** que assinala, no tocante às listas indicativas, que elas devem usar-se como instrumentos de planeamento com vista à redução dos desequilíbrios na Lista do Património Mundial, como já referido, e que se deveria fazer uma análise minuciosa dos sítios constantes nas Listas Indicativas (Francisco Lopez Morales *in* Amendoeira, 2004).

A **Lista Indicativa Portuguesa para a Lista do Património Mundial**, propõe a inclusão de categorias de que possuímos património representativo e excepcional de importância mundial, nalguns casos associado a sectores estratégicos da economia portuguesa como “*...a paisagem cultural do montado associada à liderança na produção mundial de cortiça*” (Amendoeira, 2004: 4). Segundo esta autora, essa lista considerada homogénea, seria importante para o País, permitiria a correcção de desequilíbrios e de assimetrias mas, sobretudo, contribuiria para um modelo de desenvolvimento durável.

O Comité do Património Mundial, em 2006, apelou para o desenvolvimento de compêndios de materiais relevantes e de decisões, a compilar na forma de manuais guia sobre o conceito de VUE (IUCN, 2008: 1).

A este propósito é de referir a diligência feita pela “**Entidade Regional de Turismo do Alentejo**”, abreviadamente designada por “**TA ERT**”, e algumas Autarquias, no sentido de promover a “**Dinamização do Montado Alentejano como Bem Cultural Universal**” (Figuras 1.28, 1.29, 1.30 e 1.31, Anexo 7).

Trata-se da promoção de uma **Candidatura do Montado Alentejano a Património Mundial da UNESCO** (UNESCO World Heritage) **como Bem Cultural Universal**. Para esse efeito estabeleceu parcerias, nomeadamente com a Estrutura de Missão para a Valorização dos Montados – Centro Nacional de Valorização dos Montados (Serviço da DRFA / AFN), com vista à obtenção de financiamento pelo Eixo 5 do Programa Operacional Regional (Despacho (Extracto) n.º 31 745/2008, de 12 de Dezembro e Despacho n.º 9750/2010, de 9 de Junho).

Ferreira (2001: 186) estabelece uma comparação com o facto de recentemente a paisagem do Alto Douro ter sido declarada Património da Humanidade e dever também existir igual vontade política de manter uma paisagem cultural típica do Sul de Portugal, que constitui uma memória de uma história agrária igualmente rica.

Face ao atrás exposto, será perceptível a importância da proposta de classificação como Património Mundial da Paisagem Cultural do Montado Alentejano, pelo que terá todo o interesse o apoio e suporte a esta iniciativa particularmente bem-vinda.

Com a aprovação desta candidatura espera-se que venha a ajudar a **economia nacional**, nomeadamente através de um maior número de turistas e os próprios **produtores** na medida em que, sendo a cortiça um produto obtido numa área património mundial, tal venha a constituir um factor que pese na escolha, em termos de consumo, de uma multiplicidade de produtos e aplicações.

A recente Lista Indicativa do Património Mundial, Cultural e Natural designada pela Comissão Nacional da UNESCO incluiu: a Arrábida; a Baixa Pombalina de Lisboa; a Cerca dos Carmelitas Descalços, no Buçaco; a Costa Sudoeste; as Fortificações de Elvas; o Palácio, Convento e Tapada de Mafra; e a Universidade de Coimbra (AFN, 2009: 85-86). Esta lista de bens tem a validade de dez anos junto da UNESCO.

Os bens seleccionados teriam de corresponder aos “...critérios de excepcionalidade e autenticidade estabelecidos pela UNESCO, que tivessem capacidade de beneficiar de um plano de gestão que assegurasse a conservação e a fruição do bem, e cuja tutela tivesse a capacidade de garantir essa gestão”.

“O grupo de trabalho recomenda também que as entidades responsáveis por bens já inscritos na Lista do Património Mundial se empenhem activamente na conservação e divulgação desses bens, protegendo-os das agressões de que possam ser alvo, tanto directamente, como por alteração das condições do meio em que se integram. O grupo insistiu em que este mesmo cuidado deve ser tido com a generalidade dos bens do património nacional” (UNESCO, s/d(b)).

Face ao exposto entende-se que, de acordo com os critérios já estabelecidos pela UNESCO (2005a: 21-22), poder-se-iam aplicar ao montado os seguintes, justificando desta maneira a sua candidatura à inclusão na Lista Indicativa Portuguesa para a Lista do Património Mundial:

- . (i) obra de arte do género criativo humano
- . (ii) testemunho de uma troca de influências na criação da paisagem
- . (iii) testemunho excepcional de uma tradição cultural
- . (iv) exemplo de um tipo de paisagem que ilustra um período significativo da história humana
- . (v) exemplo de uma utilização tradicional do território representativa da interacção humana com o ambiente
- . (vii) representação de áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional

- . (ix) exemplo representativo de um processo ecológico e biológico na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais
- . (x) contém *habitats* naturais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente para a sobrevivência de espécies ameaçadas com um valor excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação.

A título de exemplo, a “Proposta de inscrição na Lista indicativa do Património Mundial” da “Cerca dos Carmelitas Descalços, Buçaco”, envolveu os seguintes dados (AFN, 2009):

- a justificação do “valor universal excepcional”, em que os critérios de apreciação foram:

- . C (i) representar uma obra-prima do génio criador humano
- . C (ii) testemunhar uma troca considerável de influências durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitectura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens
- . N (iii) reportar fenómenos naturais ou áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional

- as garantias de autenticidade e integridade (“de valor estético excepcional e inclui áreas que são essenciais para a manutenção da beleza do sítio”);

- a comparação com outros bens similares (no caso com a paisagem cultural dos Montes Sagrados – *Sacri-Monti* – do Piemonte e da Lombardia, na Itália). Esta paisagem “foi consagrada como Património Mundial pela UNESCO em 2003, 27 COM 8C35”.

Ultimamente têm-se multiplicado as diligências chamando as atenções públicas para as paisagens culturais.

1.3.6. O Sobreiro, a “Árvore Nacional de Portugal”

Um movimento designado por “Sobreiro: Árvore Nacional de Portugal”, conduzido por duas associações portuguesas, a “Árvores de Portugal” e a “Transumância e Natureza” e que teve início com uma petição pública lançada em Outubro de 2010, para que o Sobreiro passasse a ser considerado como a “**Árvore Nacional de Portugal**”, teve o seu epílogo com a publicação da Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012, de 10 de Fevereiro de 2012 (Figura 1.32, Anexo 8).

A Assembleia da República associou-se desta forma ao Ano Internacional das Florestas, com este diploma sobre o sobreiro, uma espécie florestal particularmente importante:

- é responsável por 10% das exportações nacionais, sendo a cortiça um dos mais importantes produtos da economia portuguesa;
- é estimado pela Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR) que, actualmente, existam em Portugal aproximadamente 400 a 500 empresas dedicadas à fileira da cortiça. Cerca de 90 por cento da cortiça produzida tem como destino a exportação.

Constituindo o sobreiro a Árvore Nacional de Portugal, faria todo o sentido a atribuição de um **prémio**, com uma periodicidade a determinar, ao proprietário que se destacasse pela **gestão do montado de sobreiro**.

Como **conclusão deste sub-capítulo** deve ser referido que:

- . a floresta portuguesa desde o início da **Monarquia** era sobretudo constituída por espécies do género *Quercus*
 - . as terras pertenciam ao Rei que, ao longo dos séculos, as foi **doando à Nobreza e à Igreja**
 - . as decisões que foram tomadas envolveram várias medidas para evitar a diminuição e o desaparecimento de diversas espécies, nomeadamente o **sobreiro e a azinheira** mas, por outro lado, era incentivado o abate dos exemplares de árvores de maior porte para obtenção de madeiras nobres (sobretudo azinho, sobro, carvalho, pinheiro manso), para a construção naval **de naus e caravelas** e para o comércio marítimo no período dos **Descobrimentos**
 - . outras razões prenderam-se com a necessidade de **construção de barcos para a pesca do bacalhau e do atum**, que além da madeira para a construção das embarcações era também necessária madeira pelos tanoeiros no **fabrico de barris** onde se fazia a salga do peixe
 - . o consumo de madeira pelas **indústrias, os maus anos agrícolas**
 - . o **aumento da população nacional**, em determinados períodos da história (por exemplo, no início do séc. XIX havia 3 milhões de habitantes e no início do séc. XX a população já era de 5 milhões), catalisou decisões com vista ao arroteio de terras para a produção de cereais para pão, à constituição de pastagens, à obtenção de lenhas e madeiras e ao fabrico de carvão. O fogo era usado para facilitar o desbravamento das terras, mas as árvores como os sobreiros e as azinheiras, mais resistentes, eram poupadas dada a produção de bolota, importante na alimentação dos suínos, uma vez que à época a cortiça não tinha ainda adquirido a importância económica que veio a ter posteriormente,
- todos estes factores contribuíram para promover a **desflorestação de Portugal**.

Mais recentemente, com o início da Ditadura que durou 48 anos, outras **decisões políticas** então tomadas puseram em causa os montados de sobro e de azinho, como a insensata pretensão de tornar o País autónomo em cereais, principalmente em trigo.

Do mencionado infere-se que embora sempre se tenha atribuído muita importância às áreas florestadas, ocorreram períodos em que por motivos vários levaram a diferentes tomadas de posição, pelo aumento populacional e pela necessidade de produzir mais alimentos e combustível (lenhas) para a sobrevivência das pessoas.

Os diagnósticos que vêm sendo apresentados há vários anos identificaram os problemas de **degradação ambiental e paisagística do montado**: a intensificação dos sistemas culturais e a mecanização das operações agrícolas, a degradação do solo e um clima progressivamente mais agressivo, em que os factores socio-económicos foram suplantados pelos condicionalismos ambientais (Ferreira, 2001: 191).

No decurso da elaboração do presente trabalho observaram-se dois acontecimentos, um em prol do **montado**, outro mais específico que favoreceu o **sobreiro**:

- a elaboração da **candidatura do Montado Alentejano a Património Mundial da UNESCO** inserida na Lista Indicativa Portuguesa para a Lista do Património Mundial e que está a ser promovida pela “Entidade Regional de Turismo do Alentejo” e por algumas Autarquias, com a

“Dinamização do Montado Alentejano como Bem Cultural Universal”. Esta candidatura pode contribuir para um modelo de desenvolvimento durável por ser

- . uma obra de arte do género criativo humano
 - . testemunho de uma troca de influências na criação da paisagem
 - . testemunho excepcional de uma tradição cultural
 - . exemplo de um tipo de paisagem que ilustra um período significativo da história humana
 - . exemplo de uma utilização tradicional do território representativa da interacção humana com o ambiente
 - . representação de áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional
 - . exemplo representativo de um processo ecológico e biológico na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais
 - . um sistema de exploração de uso múltiplo que contém *habitats* naturais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente para a sobrevivência de espécies ameaçadas com um valor excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação;
- o lançamento de uma petição pública por duas associações de cidadãos para que o Sobreiro passasse a ser considerado como a “**Árvore Nacional de Portugal**”, o que foi conseguido através de uma Resolução da Assembleia da República.

Resta ainda poder avaliar, de futuro, o impacto real que estas medidas virão a ter.

O **montado**, sistema tradicional de exploração agro-silvo-pastoril, com um estrato arbóreo usualmente constituído por sobreiro e/ou azinheira em diversas densidades, que produz um conjunto de benefícios para o ser humano, traduzidos pelos chamados serviços dos ecossistemas, ao constituir a componente biofísica dominante da paisagem da Contenda tem, em consequência, **um enfoque particular neste trabalho**.

A dinâmica da **evolução histórica** da paisagem de montado no Alentejo teve a ver com factores históricos e factores físicos regionais condicionantes, essencialmente o clima e os tipos de solos (Ferreira, 2001:180).

Actualmente o montado confronta-se com vários **problemas** de que se destaca o envelhecimento dos povoamentos e o não seguimento do Código de Boas Práticas Silvícolas.

O **montado** pode, assim, ser considerado como a paisagem **simbólica do Sul de Portugal**, sendo que é, ao mesmo tempo, uma paisagem produtiva e multifuncional. Tendo em conta as suas características únicas esta é sem dúvida uma **paisagem de referência em termos europeus**.

Síntese

Sendo o **objectivo deste trabalho contar a história da Contenda e da sua paisagem**, justifica-se ter sido feita:

- uma **análise aos conceitos, às dimensões e ao simbolismo da paisagem**, para o que se recorreu a alguns casos de estudo com vista a perceber como é que os respectivos autores percepcionavam as paisagens que investigaram e quais os critérios que, na sua perspectiva, estavam subjacentes às paisagens estudadas;

- uma **pesquisa em termos de referências históricas sobre as decisões tomadas no tempo da Monarquia** e relativas quer à **alternância da posse do território** pelas coroas portuguesa e castelhana na região do Baixo Alentejo, nomeadamente a vila de Moura, quer ao **montado**, paisagem predominante na Herdade da Contenda, como será referido mais à frente – em termos de **governança** quais as decisões que teriam sido então tomadas e que condicionaram a protecção das espécies emblemáticas do montado, o sobreiro e a azinheira, bem como das decisões tomadas na sua transformação e gestão.

Assim, analisaram-se as formas não só como alguns **investigadores vêem a paisagem**, nos **aspectos ambientais e nos aspectos socio-económicos** mas, também, a influência que a **governança** teve relativamente ao **montado** e às duas espécies dominantes, o **sobreiro e a azinheira**.

Procurou-se, também, **perceber que paisagens é que podiam ser consideradas de referência** através de pesquisa na **bibliografia**, o que permitiu identificar um **conjunto de critérios** nas várias fontes então consultadas (literárias, cartográficas, estatísticas e outras) e, assim, **estabelecer um paralelo** entre alguns factos e acontecimentos da história daquelas paisagens com a da Contenda.

Nessa pesquisa sobre diferentes **paisagens simbólicas** encontrou-se um **conjunto de razões** como: a **história rica** que envolveu a **ocupação índia** e a **coerência da exploração** (sustentável) em Indian Wells/Coachella Valley; a identificação de **valores americanos de democracia, de comunidade e de religião** nas **áreas urbanas do O e do S da Califórnia**; a importância das **áreas naturais** para o povo americano serem consideradas **paisagens icónicas da América**, dando como exemplo as **áreas naturais da região do Hudson River Valley** encaradas como a referência da cultura americana; a Hatfield Forest e as florestas inglesas, serem consideradas como **paisagens culturais** e, no caso acabado de citar, ter uma **história** com uma **gestão conflituosa** envolvendo os diferentes actores com uma evolução só possível de acompanhar com pormenor através da existência de **cartografia**; as Terras do Demo cuja análise permite o estudo da evolução de uma paisagem e a sua **valorização pela literatura**, terem sido consideradas “território literário” e uma **fonte de informação** sobre a paisagem e um elemento importante na **gestão** do território.

Assim, podemos concluir que a **história de uma paisagem** faz parte integrante da forma como a paisagem se apresenta dum ponto de vista natural mas também, e sobretudo, da forma como a paisagem é vista e valorizada por aqueles que com ela se relacionam. Daí ser **fundamental conhecer a história para compreender a relação que uma sociedade estabelece e pode estabelecer com uma paisagem**.

De tudo o que se analisou neste capítulo, pode **constituir-se um enquadramento para a avaliação do que pode e deve ser considerado uma paisagem de referência** em cada contexto. Estão assim reunidos os elementos para poder avaliar se a Herdade da Contenda pode ser considerada uma paisagem de referência. **A compreensão da sua história e das características que tem hoje em dia vai permitir fazer essa avaliação**.

2. A CONTENDA. HISTÓRIA DE UMA PAISAGEM

“O conhecimento do meio geográfico em que um povo se fixou, em que sobreviveu através dos séculos, em que criou uma cultura, no sentido antropológico do termo, e amanhou sua leira com carinhoso e esforçado cultivo, constitui um rico e fecundo património desse povo.

De geração em geração, ele transmite, através da escrita e da tradição oral, a expressão de todo o saber acumulado sobre as terras em que aprendeu a semear e a colher, os rios e os mares em que navegou, os caminhos por onde percorreu o terrunho, as cidades que construiu, as indústrias que soube criar, as forças naturais que o seu engenho aproveitou”.

(Santa-Ritta, 1982: 7. “Portugal – a expressão da paisagem – Prefácio”).

Na elaboração do presente trabalho estabeleceram-se várias **fases**, como já referido no início:

- a recolha exaustiva de informação sobre a história da Contenda e do seu papel no contexto do Baixo Alentejo/Portugal;
- a recolha bibliográfica sobre como chegar ao conceito de paisagem de referência;
- a avaliação do entendimento público sobre a Contenda de hoje;
- a utilização do método dos “Focus Group” para ajudar a definir critérios para a identificação de paisagens de referência.

Descreve-se a seguir a história da Contenda e da sua paisagem.

2.1. A HISTÓRIA DA CONTENDA

Qualquer paisagem tem uma dinâmica que é condicionada pelo tempo, pelo espaço e pela sua complexidade, sendo vários os investigadores para quem a **história da paisagem** resulta do estudo dos diferentes elementos que a constituem relatando os processos durante um período de tempo longo com o recurso a levantamentos do terreno e a fontes históricas (Aalen, 2001 *in* Queiroz, 2007: 164).

Com a presente dissertação sobre a **Herdade da Contenda**, pretende-se perceber a **dinâmica desta paisagem** traduzida pelas alterações políticas, económicas e sociais que estiveram na génese do que a Contenda é hoje.

Conta-se a história, o valor simbólico, os pormenores de uso e a gestão da Contenda bem como os condicionalismos das classificações ao uso e gestão pelos responsáveis e pelo Estado, não se pretendendo fazer a enumeração e o somatório de casos mas, antes, a sua interpretação.

A Herdade da Contenda é uma propriedade pública que pertence a uma edilidade (Moura), apresenta um conjunto de características específicas e históricas e de que existe informação oficial através de registos dispersos e pouco ou nada divulgados (Figura 2.1 e Mapa 1 do Anexo 9).

Uma das primeiras questões que se colocou foi a de determinar a razão de ser do **nome** pelo qual era conhecida, o de “Contenda”. Procurou-se fazer uma pesquisa que permitisse esclarecer aquele aspecto, embora a bibliografia antecipasse que a designação já vinha de vários séculos atrás, desde a época da Reconquista.

As questões do foro da **gestão** foram também objecto de pesquisa através das actividades praticadas ao longo dos tempos e das “marcas” que ficaram “escritas” na paisagem deste

território, nomeadamente, no último século. Tentou-se igualmente relembrar a história de acontecimentos sociais como a Guerra Civil de Espanha e a do Contrabando, bem como a de outros de que fosse possível obter mais informação (a construção de edifícios de vários tipos e para diversas finalidades, as alterações no coberto vegetal, a abertura de charcas, a construção de barragens, etc.).

Procedeu-se à consulta de várias **fontes bibliográficas** e à recolha de **documentos cartográficos e fotográficos**, referenciados ao longo do trabalho, bem como à obtenção de informações através de um “**Grupo Informal**” e de um “**Focus Group**”.

Da análise da **história mais recente**, constatou-se a existência de contactos entre os dois povos vizinhos, nomeadamente numa homenagem ao povo de Barrancos, concelho contíguo ao de Moura.

Os documentos consultados e a recolha de informação, permitiu concluir que a Contenda reúne um conjunto de características que não é muito vulgar ocorrer em propriedades privadas.

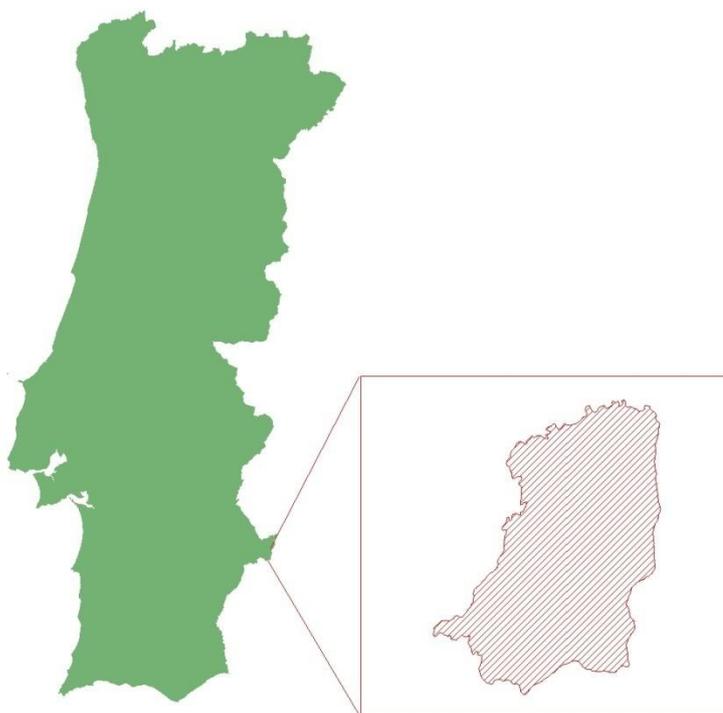


Figura 2.1 – Mapa 1, Enquadramento Geográfico (Anexo 9).

2.1.1. Apontamentos Históricos sobre a Contenda

“Entre os povos de Moura e Sevilha começou a travar-se no reinado de D. Sancho II grave disputa por virtude da demarcação das fronteiras. Os mouros reivindicavam para si a posse de 122,88 quilómetros quadrados da terra compreendida entre as duas povoações. As rixas eram constantes e sangrentas, pois os mourenses não concordavam”.

(Marques, 1936. *Retalhos da História. Factos de Moura: as “Terras da Contenda”*).

No início deste trabalho, mais concretamente na Introdução foi feito um resumo sobre a evolução histórica da Contenda.

O **grande espaço territorial conhecido pela “Grande Contenda”, era constituído pela “Contenda”** (ou “Contenda de Moura”, ou “Terras de Contenda”) e por “**La Contienda**” (“Dehesa de la Contienda” ou “Tierra de la Contienda”, Ruiz, 1998: 240) e tinha inicialmente uma **superfície** de cerca de 12 288.9407 ha (Menezes, 1889: 3).

No período histórico estudado e por não ter sido ainda dividida (a fronteira só foi delimitada e portanto a Contenda separada em 1893 e ficado com 5267.9454 ha) considera-se estar localizada entre a província do Alentejo do lado de Portugal e a então grande divisão do reino de Sevilha do lado de Espanha, sendo usufruída por Moura e por Sevilha.

Porém, os dados recolhidos nos diferentes documentos consultados não são coincidentes no que respeita à superfície da propriedade pois registaram-se valores diferentes:

- o valor de 5317.00 ha (inscrito na carta levantada em 1887 em escala dupla pelos oficiais portugueses e espanhóis da Comissão Internacional de Limites, foi reduzida e desenhada pelo Major José Manuel de Elvas Carneira) serviu de base à divisão da Contenda na Convenção de Madrid celebrada em 27 de Março de 1893, *in* Menezes, 1889; Dias e IGE, 2009: 63;
- ainda outro de 5295.571 ha (DGSFA, 1958: 6);
- uma área de 5268.00 ha (Rosário, 2011);
- outro de 5270.50 ha de “área efectiva” (AFN, 2010a: 4);
- um terceiro valor de 5267.9454 ha de “área de registo” (Decreto de 08 de Maio de 1959; AFN, 2010a: 8; Germano, 2000: 79-80; DGSFA, 1958: Introdução);
- um último valor de 5267 ha (no Decreto-Lei 377/89, de 26 de Outubro).

A Herdade da Contenda:

- é **propriedade da Câmara Municipal de Moura** (com o registo de inscrição na matriz cadastral, prédio n.º 1, secções U, U1, U2, U3, U4 e U5), distrito de Beja, na região do Baixo Alentejo e na margem esquerda do Guadiana;
- é limitada a Norte pelo concelho de Barrancos, a Este e a Sul por Espanha (faz fronteira com este país ao longo de cerca de 19 km) e a Oeste pela Herdade do Monte Azul do Baldio da Paula, a Herdade da Cabeça de Porco, a Herdade das Ferrarias (esta impropriamente designada como herdade, sendo antes uma pequena propriedade com cerca de 5 ha) e a Herdade da Coutada dos Frades (Tomina) (Anexo 10);
- está dentro dos limites da **freguesia de Santo Aleixo da Restauração**, entre os paralelos 38^o 06' 30" e 38^o 00' 30" de latitude Norte e os meridianos 02^o 09' 30" e 02^o 02' 20" de longitude Oeste, referidos ao meridiano de Lisboa (Hayford–Gauss, Datum Lisboa);
- é frequente considerar três áreas com características diferentes, a Contenda Norte (entre a ribeira do Arroio e a ribeira do Murtigão); a Zona Intermédia ou Zona Centro (entre a ribeira do Murtigão e a ribeira de Paes Joanes); e a Contenda Sul (entre a ribeira de Paes Joanes e a ribeira do Safarejo) (AFN, 2010a: 4 e 75);
- é identificável nas Cartas Militares de Portugal n.º 514, 515, 525 e 525-A (DGRF, 2006a: 10).

O **acesso** por estrada à Contenda é usualmente feito:

- pelo Norte, por exemplo a partir de Évora, seguindo em direcção a Reguengos de Monsaraz, depois Mourão, Amareleja e, já perto de Barrancos, mas sem se dirigir a esta vila, virando à direita no entroncamento da estrada (na direcção de Santo Aleixo da Restauração, para Sul) onde, após 3-4 km, se encontra uma placa de sinalização indicando o Perímetro Florestal da Contenda (PFC). Segue-se depois por uma estrada em terra batida, com entrada pelo Monte do 25 (comummente considerado como “sede administrativa” da propriedade);
- pelo Sul deve-se, dirigindo-se a Serpa, Moura, Safara e em Santo Aleixo da Restauração, encontrar um acesso que, também por estrada de terra batida, permite uma possível entrada na Contenda, por Vale Malhão, mas que por norma está encerrada. Neste caso deve-se passar ao lado da povoação de Sto. Aleixo, na direcção para Barrancos, até encontrar a placa acima referida para o PFC (Perímetro Florestal da Contenda)
 - . de Sto. Aleixo ao Monte do 25 (Contenda Norte) pela estrada asfaltada são cerca de 20 km;
 - . de Sto. Aleixo a Vale Malhão (Contenda Sul) são menos de 10 km, por estrada de macadame;
 - . de Sto. Aleixo a Moura são cerca de 29 km.

Desde há vários anos a esta parte que quando qualquer cidadão ouvia falar da Contenda, o nome daquela propriedade era muitas vezes associado a “**couto de caça**”. Com efeito, eram noticiadas as caçadas que o último Presidente da República do tempo da Ditadura do Estado Novo, Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, lá fazia, mas, sobretudo, pairava a sensação de algum **misticismo** sobre aquela parte do nosso território, bem como sobre as actividades lá desenvolvidas. A este facto juntava-se uma série de dificuldades que eram levantadas a quem queria visitar aquela parcela do território nacional no concelho de Moura, mas que tinha e tem uma maior proximidade física com a vila de Barrancos.

Coincidente com a primeira metade do século passado ocorreu, naquele território, um período de degradação da paisagem, causada pela erosão dos solos devido a práticas agrícolas inapropriadas levadas a cabo pela gestão dos **rendeiros**, que levou ao abandono da propriedade e, portanto, à cessação quase completa das actividades agrícolas no início da segunda metade do séc. XX. Com efeito, a produção principal, que era de cereais, levou à exaustão dos solos e à perda de solo arável que, com as correspondentes baixas produções decorrentes do empobrecimento dos solos, levaram a uma alteração demográfica e à necessidade de uma intervenção para a recuperação dos solos através da florestação.

Aquelas actividades dos rendeiros foram, mais tarde, substituídas por um conjunto de **acções de âmbito agro-silvo-pastoril** como a produção de fenos, a sementeira de pastagens, a sementeira e plantação de algumas espécies arbóreas, a instalação de apiários para a produção de mel, a gestão de várias espécies animais de caça maior como o veado, o javali e o muflão e a manutenção de núcleos puros de raças tradicionais portuguesas (caprinos de raça “Serpentina”, ovinos de raça “Merino preto” e bovinos de raça “Mertolenga”).

Um dos pressupostos para a manutenção destes animais semi-estabulados na Contenda foi o controlo dos matos no montado, ou seja, o emprego de rebanhos e da manada de bovinos na gestão do estrato arbustivo. Embora a componente caça maior dê um contributo importante para controlar aquele estrato da vegetação natural, tem também uma grande

“responsabilidade” pela não regeneração do montado ao incorporar na respectiva dieta as glandes e as plantas jovens.

2.1.1.1. Delimitação Fronteira: do Princípio e Origem da Contenda

“Por uma estrada que margina a fronteira, vim olhando Portugal de coração apertado. Agora, dum miradouro hospitaleiro, quase a tocá-lo com a mão, acalmo o patriotismo mais pensadamente. Lá está, pobre na condição territorial, nos projectos e nos empreendimentos, sem dar a nenhum filho qualquer garantia de futuro temporal ou intemporal. Mete aflição! Deste lado, a fartura, o vestuário condigno, a arte sumptuosa, o convívio, a alegria. Do outro, a miséria, o andrajo, a rusticidade santeira, a insociabilidade, a tristeza. Mas é precisamente por ter renunciado a todas as tentações de comungar no lauto banquete peninsular, numa teimosia instintiva de independência e liberdade, que tanto lhe quero. É bonito ver um pequeno povo riscar voluntariosamente no mapa do mundo uma linha de solidão absurda e assumir a responsabilidade histórica de a defender como se tivesse sido traçada pela régua da fatalidade”.

(Miguel Torga, 1982. “Diário”. Cidadella, Espanha, 9 de Setembro de 1981).

“A fronteira portuguesa, fixada nas linhas gerais quando terminou a Reconquista, é o mais antigo limite político da Europa, perdurando há sete séculos com essa função. Regular no traçado, grosseiramente paralela à linha de costa, desenha com esta um rectângulo alongado no sentido do meridiano, que constitui uma das figuras de Estado mais harmoniosa e mais simples”.

(Orlando Ribeiro, “Portugal”, 1955 in Belo, 2012: 262).

Com este sub-capítulo pretende-se relatar de uma forma sintética, mas o mais completa possível, a parte da **história do território da Contenda** que se conseguiu investigar, bem como algumas das relações entre as populações da raia alentejana de Barrancos (Noudar) e de Moura e, do outro lado da fronteira, a estremenha de Encinasola e a andaluza de Aroche.

Para ajudar na sua leitura, organizou-se a informação, com uma síntese das fases e dos momentos mais importantes que são citados ao longo do texto, sob a forma do Quadro 2.1.

Sem se pretender recuar demasiado no tempo, a obtenção de informação histórica remete para o período imediatamente após as invasões de Vândalos, Alanos e Suevos (409 d.C.), depois os **Visigodos** que invadiram a Península Ibérica vindos da Europa do Leste no séc. VI-VII (Ribeiro e Lautensach, 1989: 681), a partida destes últimos e a conquista rápida pelos **Árabes** no início do séc. VIII (ano de 711 d.C.), que “...*chamaram o País Andalus ou a Península do Andalus, porque alargaram a toda a Espanha o nome da parte onde desembarcaram ao chegarem da África*”), a partir do que mais tarde seria a Espanha.

A Contenda naquela época fazia parte de uma região chamada Ach-Charf que englobava Sevilha, Lebla (Niebla) no rio Tinto, Uelba (Huelva), Djebel-Oiun (Gibraleon), Aracena, Aroche e, possivelmente, Serpa e Moura (Al-Idrisi in Ficalho, 1979: 21-22 e 26-27). Toda esta área vasta que incluía o Algarve, Serpa e Moura e toda a região de Sevilha esteve na posse dos Mouros desde o século VIII ao XIII, situação que só terminou com a conquista de Faro em 1249 (Ribeiro e Lautensach, 1989: 687).

Deve-se ao **primeiro Rei de Portugal** o início da conquista do território que um dia viria a ser um país, Portugal, com uma fronteira devidamente delimitada a Norte e a Nascente. O conceito de delimitação fronteira, pela sua relevância no contexto do presente trabalho, é abordado de seguida.

Quando nos referimos a uma **fronteira** e a uma **raia**, a imagem que se tem em mente é a de uma linha rígida, traçada com precisão e regularidade, como aparece nos mapas de geografia.

Quadro 2.1 – Cronologia dos acontecimentos de maior relevância na história da Herdade da Contenda e áreas vizinhas.

Períodos	Ano	Acontecimentos mais relevantes
Até 1893 (Exploração comunitária da “Grande Contenda” com acordos de ambos os lados)	1185–1249	A Contenda fez parte dos territórios conquistados aos Mouros após D. Afonso Henriques.
	séc. XIII (2.ª metade)	Conquistas episódicas (de ambos os lados, quer de Portugal quer de Castela).
	1267	Tratado de Badajoz – D. Afonso III entregou Aroche, Aracena, Serpa, Moura e Mourão a Afonso X de Castela e ficou na posse do Algarve.
	1542	Sentença ou Concordata de Moura : o território indiviso da Contenda seria propriedade de Aroche e de Moura, mas com usufruto também de Encinasola (só era permitido o aproveitamento pastoril e, apenas, aos habitantes das 3 vilas).
	1863	Regulamentação para o aproveitamento das terras da Contenda para o serviço de alqueive e roças e de datas para a apanha de bolota e extracção da casca e da cortiça.
	1878	Regulamento da Contenda implementado pela Câmara Municipal de Moura que impunha uma licença para apascentamento de gado.
De 1893 – 1958 (Exploração por lavradores e seareiros, mediante arrematação em hasta pública, após divisão da Contenda em 22 lotes)	1893	Assinatura da Convenção de Madrid que fixou os limites da fronteira oficialmente reconhecidos pelos 2 Estados e, simultaneamente, a linha divisória da soberania nas terras da Contenda (5267.9454 ha + 7020.9953 ha = 12 288.9407 ha).
	1926	Arrendamento do lote 13 da Contenda pela Junta de Freguesia de Santo Aleixo, para ser explorada pelo povo da freguesia.
	1941	Arrendamento da Contenda passou a ser feito pela Câmara Municipal de Moura.
De 1958 – 2011 (Intervenção dos Serviços Florestais a pedido da CM Moura)	1958	Integração da Contenda no Regime Florestal Parcial Facultativo , por solicitação da Câmara Municipal de Moura e elaboração do “ Projecto de Arborização da Contenda – ao Sul da Ribeira de Murtigão ”.
	2006	Aprovação do Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda .
	2010	Aprovação do Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal da Contenda .
A partir de 2012 (A gestão da Contenda passou a ser feita pela HC EM)	2012	Entrega da Contenda à Câmara Municipal de Moura .

Contudo, é uma zona fluída, de transição entre duas individualidades políticas (Magalhães, 1932 *in* Sánchez-Élez, 1995: 86), um conjunto com uma determinada largura, composto por órgãos de defesa e protecção, mas também de comunicação e de fiscalização (Santa Ritta, 1938 *in* Sánchez-Élez, 1995: 86), que não se molda a medidas topográficas porque é o resultado da história e não da geografia, com linhas que estão longe de constituir um limite natural (Sánchez-Élez, 1995: 86).

As fronteiras, em vez de constituírem linhas de separação, pelo contrário, estabelecem relações entre povos vizinhos com cruzamentos de interesses materiais, de ideias e de sentimentos (Vasconcelos, 1936: 239 *in* Sánchez-Élez, 1995: 88).

As fronteiras permitem um numeroso conjunto de relações históricas, económicas (comércio recíproco, contrabando), etnográficas (romarias) e familiares (Sánchez-Élez, 1995: 89).

A **fronteira entre Espanha e Portugal**, uma das mais antigas da Europa, deve relacionar-se principalmente com os sistemas administrativos romano e muçulmano por um lado e, por outro, com o quadro eclesiástico cristão (Marques, 1985 *in* Sánchez-Élez, 1995: 89).

Enquanto o Norte da Península Ibérica, por ter mais população, tinha limites fáceis de estabelecer, a Sul, conquistado passo a passo, houve que recorrer a elementos físicos como os rios, fronteiras hídricas que se foram estabelecendo ao longo das conquistas (Sánchez-Élez, 1995: 89).

Na Idade Média a “fronteira” não estava delimitada por uma série de pontos físicos, mas sim pela atracção demográfica, económica ou militar que as cidades exerciam sobre um território, ou pelo enclave dos castelos mais avançados (Garcia, 1986 *in* Sánchez-Élez, 1995: 87).

Só no século XIV é que se desenvolverá o conceito de “fronteira” que, no século XV, é traduzido por um conjunto de medidas (Sánchez-Élez, 1995: 87).

Com o Renascimento e o conhecimento sobre a cartografia, consolida-se a noção de fronteira enquanto espaço geográfico com limites precisos, o que irá permitir que os diferentes países passassem a poder discutir entre si tratados com base em elementos exactos.

Mais tarde, já em pleno século XVII, é que a ideia de fronteira irá aparecer, pela mão de tratadistas (Sánchez-Élez, 1995: 87-88) e, como referia Daveau (1974 *in* Sánchez-Élez, 1995: 88), as fronteiras foram, num primeiro momento, criações humanas a que rapidamente se lhes acrescentou um significado geográfico.

No vasto território constituído pela “Grande Contenda” o relacionamento fronteiriço foi pautado por muitas rivalidades e conflitos num período de cerca de seiscentos anos (entre os séculos XIII e XIX). As disputas, com avanços e recuos interfronteiriços, tinham como principal objectivo o controle de áreas que assegurassem a subsistência das populações, como as melhores terras agrícolas, as pastagens e a água, dado que as actividades desenvolvidas eram semelhantes dos dois lados (Barros, 1998: 330). Aquele controle por terras feito ao longo de vários séculos aconteceu precisamente porque naquela parte do território a fronteira não estava definida.

Até se ter concretizado a delimitação total da fronteira, houve que percorrer um longo caminho, que só terminou na definição do último troço em falta, precisamente o que coincide com o território da Contenda.

Volte-se novamente ao **primeiro reinado português**, que se considera aquele em que teve início a delimitação fronteiriça e, também, a **Reconquista portuguesa**, que durou um pouco mais de meio século entre as primeiras acções militares de D. Afonso Henriques e a ocupação das últimas povoações no Algarve (Ribeiro, 1987: 42).

A campanha de D. Afonso Henriques terá descido pelo Alto Alentejo, por terras entre Tejo e Guadiana, tendo sido tomadas Truxilo, Cáceres e Montanches (depois abandonadas), Moura e Serpa, no período 1165-1166.

O general mouro Ibn Uanudin terá tornado a tomar Juromenha, Moura e Serpa, 14 anos mais tarde, em 1180 (Ficalho, 1979: 16-20).

Durante este período, se D. Fernando II, Rei de Leão e genro do primeiro Rei de Portugal, o ajudou a ver-se livre do cerco que os Mouros haviam feito em Santarém, as terras de além Guadiana e o Algarve são motivo de batalhas entre os dois estados. A parte do território que é a Contenda, foi conquistada entre 1185 e 1249 (Ribeiro, 1987: 46; Figura 2.2 e Mapa 2 do Anexo 9).

O que então se pretendia, no período do início da Fundação do Reino de Portugal e durante a Idade Média, era o controlo da maior área possível de território, o combate aos Mouros a partir de núcleos fortificados e o estabelecimento de pontos de domínio para um processo de expansão para o Sul.

Fig. 4—A RECONQUISTA NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES

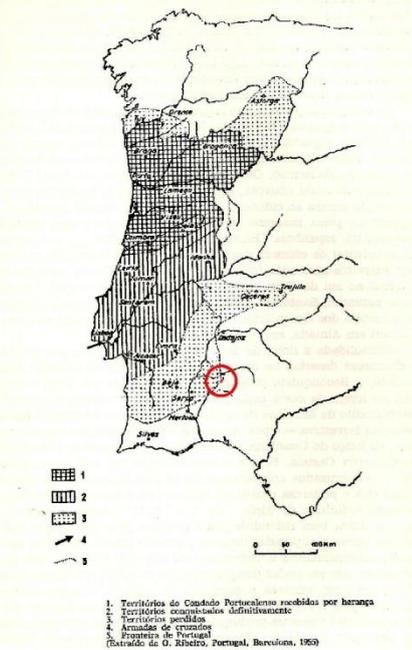


Fig. 5—A RECONQUISTA APOS D. AFONSO HENRIQUES

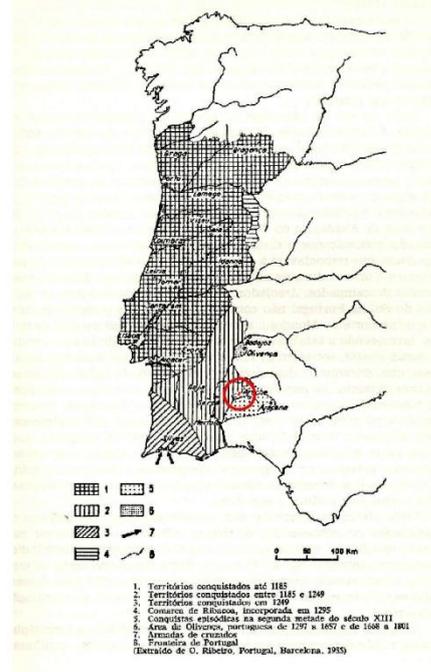


Figura 2.2 – Mapa 2, A Reconquista durante e depois de D. Afonso Henriques (adaptado de Ribeiro, 1987: 44 e 46) (Anexo 9).

É neste início da “portugalidade” que é detectado o conceito de “**fronteira**” (por Leontina Ventura (*in* Martín, 1996: 278-279). Em relação à fronteira luso-castelhana na Idade Média, a autora identificou uma terminologia diferente para a fronteira com os muçulmanos/fronteira da cristandade, que era naquele tempo designada por “extremo” ou “extremadura”, enquanto a fronteira com os cristãos, a fronteira do reino, era designada por “fronteira”.

Porém, segundo este autor, contrapondo à historiadora portuguesa, o termo “fronteira” em Castela referia-se aos limites entre reinos, quer fossem cristãos ou muçulmanos. Seja como for, só quando os Senhores locais aumentaram o seu poder e impuseram obrigações aos seus vassallos ou quando se incrementaram os efectivos de ganadeiros e agricultores, é que se passou a dar mais precisão aos limites das suas terras.

Ainda segundo Martín (1996: 286) e Barros (1998: 325), a **identificação da fronteira** com os “extremos” era feita por pessoas que conheciam bem o terreno como os pastores, vaqueiros, caçadores, apicultores, contrabandistas. Essas paisagens tinham um aspecto “...*quase natural...*”, predominando espécies como sobreiros, azinheiras, freixos, estevas, zambujeiros e outros elementos referenciadores como ninhos de cegonha, fontes, ribeiras, charcos e detalhes de elementos geográficos como penedos, outeiros, cumes, colinas ou gargantas. Em termos de toponímia menor, havia também referências a espécies selvagens como o “Barranco do Lobo”, o “Puerto de la Cierva” ou as “Cabezas de Puerkas”. A intervenção humana centrava-se, sobretudo, no corte de madeiras, de lenhas, na construção de choças e malhadas que eram estruturas temporárias.

Para Domínguez (2011: 300), a fronteira que separava os povos converteu-se em **raia** (*o espaço geográfico, de um e de outro lado da fronteira política, em que as populações partilham elementos históricos, linguísticos, culturais e económicos; Definição para os territórios junto à fronteira. Terras míticas de lendas, das antigas rotas dos contrabandos, das memórias das fugas a salto para Espanha. Terras de resistência. Mas estes lugares são, sempre foram, também o pouso ideal para o termo “periferia”,* Jornal do Fundão, 2008), que se transpunha facilmente pelas comunidades de um e de outro lado, por precisarem de complementar os seus sistemas produtivos e sociais no espaço contíguo. Assim, se a fronteira foi causa para despovoamentos, confronto entre estados, desarticulação territorial, foi também uma oportunidade para que as comunidades locais tivessem construído, ao longo dos séculos, uma forma de vida peculiar, articulada em relações permitidas e proibidas, em vigilância durante o dia, mas na passagem da raia durante a noite. Pode-se considerar este, **um primeiro confronto entre o poder local e o estatal.**

A **história de um país é feita, também, de símbolos e de datas** e a de Portugal “não foge a esta regra”. Após a constituição do Reino de Portugal, seguiu-se um período longo caracterizado por conflitos entre os dois reinos vizinhos.

Com efeito, as disputas pela conquista de territórios da raia foram quase que uma constante, foram descendo em latitude tendo tido uma expressão significativa no Alentejo. A delimitação da fronteira do reino de Portugal com os reinos de Castela e Leão (e, concretamente, entre as vilas de Moura e de Aroche, o caso que interessa no presente trabalho) levou mais de seis séculos a ser efectivada – a Contenda, ao ser um território vasto na raia luso-castelhana, foi objecto de disputas desde o século XII, pertencendo alternadamente aos dois reinos, até se estabilizar em termos de uso, através de acordos e, por fim, com a assinatura de uma Convenção em 1893. Sobre esta questão, há um esclarecedor ditado espanhol que diz que “*Las Cuentas de la Contienda, el Diablo las Entienda*”.

O estudo da “Contenda portuguesa/Contienda espanhola”, pode vir a constituir uma investigação particularmente interessante porque envolve a delimitação de fronteira entre dois países soberanos, o que representa na prática uma questão de direito internacional.

A designação atribuída de Contenda remonta à época da **conquista cristã do Alentejo aos Mouros, no século XIII**. Como os limites da nação portuguesa não estavam ainda estabelecidos, havia partes do território em que a gestão da área fronteiriça originou muitas disputas (contendas), tendo um desses casos abrangido as zonas atrás indicadas e daí a razão daquele nome atribuído à propriedade (DFA, 1996).

A propriedade manteve-se indivisa durante algumas centenas de anos, pertencendo simultaneamente a dois concelhos, Moura e Aroche, cada um do seu reino (na altura, reino de Portugal e reino de Castela) e que hoje são dois países soberanos, Portugal e Espanha.

Com efeito, ao longo dos anos mantiveram-se as discórdias, discussões, roubos, tomadas e apreensões de gado, e muitas mortes de homens e ferimentos, de ambos os lados, tendo por génese a partição e divisão dos terrenos e o seu uso e aproveitamento, ou seja, a falta de uma demarcação clara dos limites (Menezes, 1889: 41, 57 e 59). Tratava-se de um aproveitamento comunitário, sobretudo dos pastos, que provinha certamente do período islâmico, mas em que a intenção de estabelecer limites nos terrenos entre as vilas de Moura, Aroche e Encinasola, constituíram a razão principal das disputas (Dias e Instituto Geográfico do Exército, 2009: 60).

Um dos primeiros documentos sobre os desentendimentos entre os dois povos na Contenda, e considerada uma questão internacional (Menezes, 1889: 26), é a “*Composição por mandado dos Reis de Portugal e Castella sobre a Contenda, que era entre o concelho de Moura de uma parte, e o concelho de Aroche de outra. Resolveram os arbitros, que os concelhos de Moura e Aroche pascem, cortem e usem irmãmente e não se agridão nas terras da Contenda*” (N.º 2 – 1343) (ANTT, s/d. a, Gaveta III, Maço 5.º, n.º 13 in Menezes, 1889: 21).

Durante aqueles seis séculos ocorreu um conjunto de transformações que se foram produzindo quer na natureza quer no modo de vida dos habitantes da fronteira, através de uma sucessão de três épocas, nomeadamente, a das **conquistas**, a dos **tratados** e a das **contendas** (Martín, 1996: 278).

Aquele primeiro período, durou desde o séc XII à primeira metade do séc. XIII, foi inicialmente caracterizado pela **conquista dos territórios** aos muçulmanos pelas tropas cristãs dos dois reinos. Até àquelas conquistas o modo de vida em vigor, desde a organização política e administrativa à existência de fortalezas e a modos de vida muito enraizados das populações que pertenciam a uma mesma “**cora**” (designação das demarcações territoriais nas quais ficava dividido o al-Ândalus, a antiga Península Ibérica Islâmica, durante o emirado e o califado de Córdoba), como a comunidade de pastos para os gados, prevaleceu alguns séculos durante o domínio muçulmano (Martín, 1996: 278).

Esta unidade de interesses económicos, principalmente pastoris, explica a razão porque durante o século XIII se produziam aproveitamentos de pastos interconcelhios. Uma resolução do concelho de Sevilha de 1290, que embora tardia foi contra aquela situação, obrigava Aroche a revogar o contrato de “vizinar” com os de Moura e Noudar. A origem daqueles

acordos vinha seguramente da época islâmica em que as vilas de Moura e Noudar e as de Aroche e Encinasola pertenciam à “cora” de Beja, antes referenciada (Ruiz, 1998: 242).

Começou, assim, o fortalecimento lento de Portugal como reino com várias ocupações e conquistas (Ribeiro, 1987: 44 e 46; Figura 2.2 e Mapa 2 do Anexo 9), entre as quais se contam as que foram efectuadas por Geraldo “sem pavor”, Évora e Serpa entre outras (Martín, 1996: 278).

Durante o reinado de D. Sancho I (Branco, 2006), Serpa e toda a margem esquerda do Guadiana terão ficado na posse dos Mouros durante todo o reinado de D. Afonso II, tal como tinha acontecido no reinado de D. Sancho I (Ficalho, 1979: 77).

Esta parte da história portuguesa remonta, nomeadamente, aos tempos em que D. Sancho II conquistou Moura aos Mouros em 1232, tendo dado particular atenção à Reconquista Ibérica (Herculano *in* Fernandes, 2006: 248). Para Ficalho (1979: 85), Moura, Serpa, Mértola e Aiamonte terão sido conquistadas aos Mouros em 1240.

D. Afonso Peres Farinha, da Ordem do Hospital, ganhou Aroche e Aracena aos Mouros em 1251 (Jiménez, 2009: 193), facto que está registado numa inscrição do Mosteiro de Marmelar, com o apoio dos Freires de Santiago (Ventura, 2006: 21), tendo cedido ou doado aqueles povoados a D. Afonso III (Nova História da Militar Ordem de Malta, Tom. 3.º ou Parte 3.ª, pág. 223 *in* Matta, 1855b: 191; Ventura, 2006: 94). D. Afonso III (n. em 1212 e f. em 1279; reinou entre 1248 e 1279) reuniu os concelhos de Aroche e de Encinasola ao de Moura (Ventura, 2006: 89; Martín, 1996-2003: 278).

Segundo Martín (1996: 279) a **época dos tratados** tem início na segunda metade do séc. XIII: tendo terminado a época da conquista do território, começa a tomada de consciência em relação à importância da utilidade dos limites entre os reinos.

Em Dezembro de 1253, Afonso X de Castela, ao confirmar a Sevilha o seu foral, incorporou as vilas e os castelos de Moura e de Serpa ao território de jurisdição daquela cidade, embora ainda estivessem na posse dos Portugueses (Ventura, 2006: 141) e manteve o Algarve (Jiménez, 2009: 193).

Em 1267, pelo **Tratado de Badajoz**, Portugal entrega a Afonso X de Castela as praças de Aroche, Aracena, Serpa, Moura e Mourão “...quanto he entre Guadiana e Guadalquivir...” (Jiménez, 2010: 194) e Afonso III fica na posse do Algarve (Martín, 1996: 280).

Afonso X, a 4 de Março de 1283, doou Moura, Serpa, Noudar e Mourão à sua filha bastarda, D. Beatriz (Ventura, 2006: 204; Jiménez, 2010: 194) ou D. Brites, mulher de D. Afonso III de Portugal (Ficalho, 1979: 93) que, por sua vez e a 08 de Janeiro de 1284, agraciou o seu vassalo Vasco Martins Serrão, filho de Martim Rodrigues que era mestre de Calatrava, com o Castelo de Moura, já depois de viúva (Ventura, 2006: 205; Ficalho, 1979: 93). Assim, voltava Moura a Portugal (Matta, 1855b: 192).

Segundo alguns autores (Martín, 1996: 280; Barros, 1998: 325; Ruiz, 1998: 243) num documento de 1290 já se fazia referência à existência de conflitos (o que revela as origens bem precoces do conflito que irá durar toda a Idade Média e que será conhecido por “Contenda”) e ao estabelecimento de uma área de pastos comum entre Moura (e Noudar) e Aroche.

O referido documento de 1290, indicava os limites da “Tierra de la Contienda” (Ruiz, 1998: 257; Figura 2.3 e Mapa 3 do Anexo 9) e, de uma forma aproximada, a sua superfície: “partiendo la zona occidental de la sierra de Aroche desde la Hoz del Álamo, por las cumbres de dichas sierras, las zonas vertientes al río Chanza para Aroche, y aguas vertientes al Murtigón para Moura y de allí a Torre Quemada” (ANTT, s/d. e, Vol. VIII, doc. 4363. Gaveta XVIII, 3-22, p 299 in Ruiz, 1998: 246).

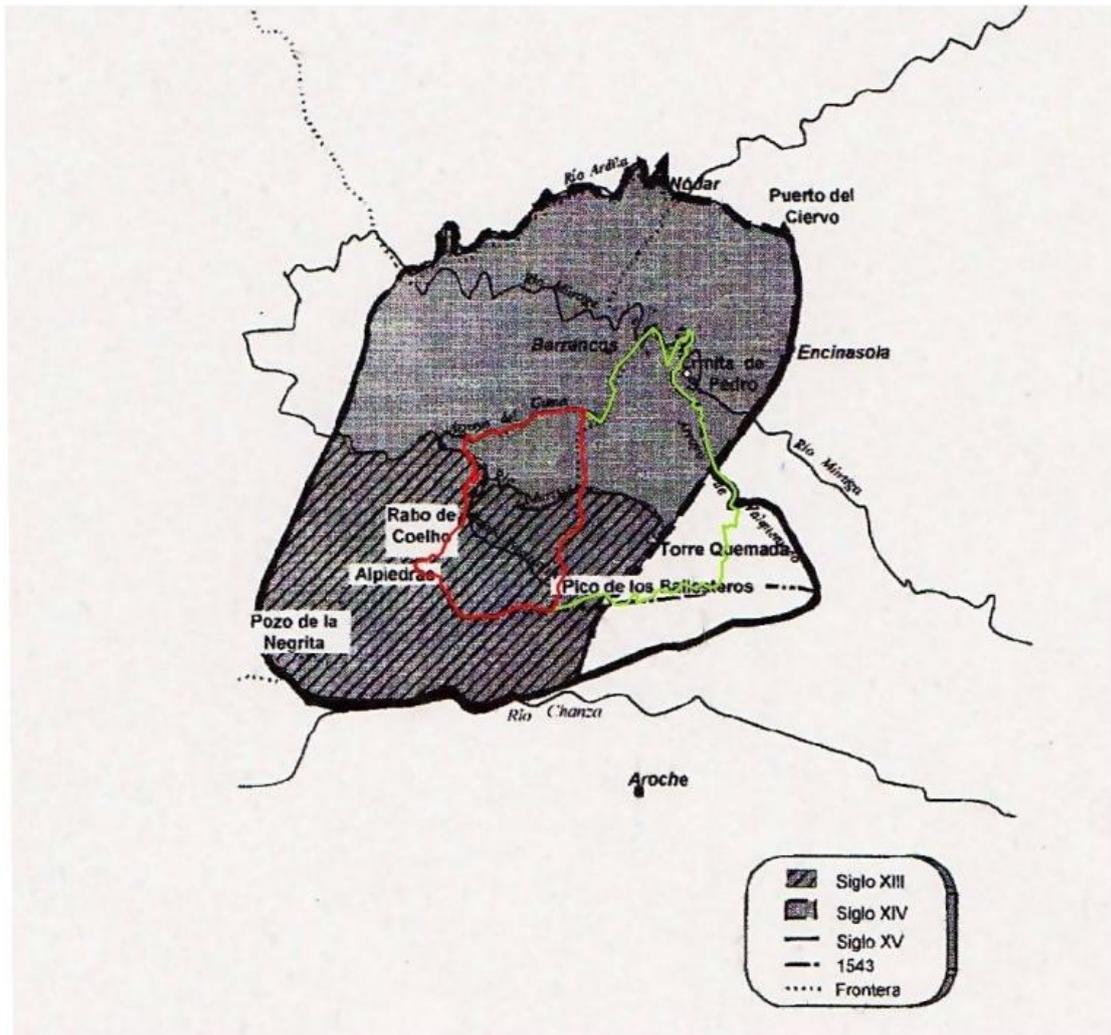


Figura 2.3 – Mapa 3, Evolução dos limites da “Grande Contenda” desde o século XIII a 1543 (adaptado de Ruiz, 1998: 257) (Esc. 1/170 000) (Anexo 9).

D. Dinis, em meados de Outubro de 1295, encontrou-se com Fernando IV de Castela em Ciudad Rodrigo, onde fez uma revisão dos vários acordos feitos anteriormente. Ficou estabelecido que:

- os castelhanos entregar-nos-iam os castelos e as vilas de Moura e Serpa, com o argumento de que aqueles povoados eram da “conquista portuguesa” e de que “son e deuen ser de derecho del señorío de Portugal” (ANTT, s/d. b, Gaveta XIV, 4-17 e 4-26 in Jiménez, 2009: 194);;

- face à reclamação de D. Dinis das praças de Aroche e Aracena, embora D. Fernando IV reconhecesse que pertenceriam a Portugal, só se comprometeu a entregá-las num prazo de 6 meses ou a dar em sua troca outros lugares também perto da fronteira (ANTT, s/d. d., Gaveta XIV, 8-24 *in* Jiménez, 2010: 194-195).

Em 20 de Outubro de 1295, o Rei de Castela ordenou a entrega de Moura e de Serpa aos Portugueses. De imediato, D. Dinis dirigiu-se para o Alentejo a fim de receber aquelas duas vilas, tendo-lhes concedido foral a 09 de Dezembro (Pizarro, 2005: 109).

Fernando IV reconhece que os lugares de Aroche e de Aracena deveriam pertencer a Portugal e que já desde o tempo de Afonso X lhe deviam ter sido entregues, mas em sua troca foram entregues Olivença e Campo Maior (Pizarro, 2005: 112; Jiménez, 2009: 195).

Em 12 de Setembro de 1297, em pleno reinado de D. Dinis é assinado o **Tratado de Alcanizes**. Este tratado, na perspectiva de Castela, era considerado um tratado de paz (numa altura mais caótica e débil, após a morte de Sancho IV) em relação ao reino de Portugal. A nossa perspectiva era a de que ele foi essencialmente um tratado de fronteiras, o primeiro a desenhar os limites entre os reinos de Portugal e de Castela-Leão (Jiménez, 1998: 20 *in* Pizarro, 2005: 112).

A seguir ao Tratado de Alcanizes, que estabeleceu uma raia com mais precisão, é considerado um novo período designado por **época das contendadas** (séc. XIV). Estabeleceram-se alfândegas em Serpa, Moura e Mourão, bem como em várias localidades do outro lado da fronteira que, além dos pagamentos que tinham de ser feitos, estabeleciam uma espécie de “filtro” para alguns produtos que não eram mais nem menos do que uma política económica e militar incipiente, controlando a importação e exportação de elementos estratégicos para o abastecimento das populações e dos que eram destinados à guerra. É um período em que se fazem grandes esforços para delimitar o território e é dada menor importância às discussões sobre a repartição de povoados e de castelos entre os dois reinos, mas em que ganham importância os direitos de propriedade e do uso dos espaços pelos ganadeiros e agricultores, com um protagonismo maior por parte das populações fronteiriças (Martín, 1996: 281).

Em 1304 reuniram-se o Bispo de Silves (representante de D. Dinis) e o Alcaide de Sevilha (Ruy Pérez de Alcalá) com o objectivo de assinalar os limites de Moura e Aroche, tendo apenas alcançado uma solução provisória, a de prorrogar por 3 anos a utilização comunitária das terras em disputa (de Moura e Aroche) (Martín, 1996: 282; Ruiz, 1998: 245).

Assim, no princípio do séc. XIV já começa a ser questionada uma significativa área que se estende desde o rio Chança até ao Norte de Encinasola (Ruiz, 1998: 246).

Em 1311 ocorre um novo conflito na zona Norte de Campo de Gamos – os de Aroche queixavam-se de que os de Noudar e os de Moura tinham ocupado Campo de Gamos e de que o Alcaide de Moura, Gonçalo Vasques, tinha lá construído uma casa (ANTT, s/d. f, Vol. IX, documento n.º 4485. Gav. XVIII. 7-12. pp 54-58 *in* Ruiz, 1998: 246; Ruiz, 1998: 257).

“Aroche foi cedida por Portugal a Castella (por El-Rei D. Dinis) em 16 de Fevereiro de 1305. Anteriormente tinha sido prestada por um anno” (Torre do Tombo, gav. 18, maço 3.º, n.º 24 in Menezes, 1889: 10, 21 e 25).

Um pouco mais tarde, em Outubro de 1315, D. Dinis aproveitou ainda para proceder a demarcações de fronteira na zona de Moura e Noudar (Pizarro, 2005: 171) e pôs em prática uma política de construção de fortalezas na fronteira para defender o país, tendo sido edificadas cerca de 30. Os territórios que se mantinham em disputa pelas populações nas primeiras décadas do séc. XIV eram as de Ribeira de Vale Queimado, Murtigão e Ardila, lugares da “Contenda” (Barroca in Martín, 1996: 282-283).

Em 1332, no reinado de D. Afonso IV colocou-se novamente o assunto de tentar a fixação da fronteira (delimitação de termos na região da Contenda) que opõe várias localidades alentejanas como Moura e andaluzas como Noudar a Aroche (Barros, 1998: 325).

No ano de 1336 D. Afonso IV dirigiu-se para Badajoz, cercou a cidade e rumou a Sul, tendo devastado Aroche, Aracena e Cortegana (Sousa, 2005: 197-198).

Em 1353 tornaram-se a repetir os conflitos entre portugueses e castelhanos na “Contenda”, junto ao caminho que unia Moura e Aroche (Martín, 1996: 283).

Em Outubro de 1385, Antão Vasques toma Aroche e arrasa Cortegana (Coelho, 2005: 92 e 303), reinava ao tempo D. João I (n. em 1357 e f. em 1433; reinou entre 1385 e 1433).

Em meados do séc. XV é detectada uma prática que era corrente, o arranque dos marcos fronteiros (malhões ou “mojones”) das terras e a sua colocação de modo a aumentar as áreas respectivas. Para evitar conflitos, os camponeses do lado português gravavam os símbolos do reino no lado dos marcos orientado para Portugal, com o objectivo de dificultar a substituição dos marcos por outros falsos. Ao mesmo tempo era recomendado que anualmente, ou cada dois anos, se percorressem as áreas em conflito para se detectarem possíveis usurpações. Por vezes, obrigava-se toda a população das zonas fronteiriças a deslocar-se à raia para ter conhecimento do seu traçado e se identificar com a sua defesa (Martín, 1996: 284).

Ruiz (1998: 248) relata que Encinasola toma parte e provoca a maior parte dos pleitos que se produziram no séc. XV, devido ao aumento de população na zona, o que explica as suas pretensões de aumentar o seu território na Contenda para exploração agro-pastoril.

Uma carta de 08 de Fevereiro de 1455, reinava então D. Afonso V, determinava as demarcações com Espanha, por Mourão, Serpa e Moura, mas o facto de estar a Contenda por dividir, prova que não se referia a esta parte do território (Matta, 1855 in Vasconcelos, 1928).

Em 1493 é documentada a destruição e queima de searas, bem como o roubo de gados por vizinhos de Aroche e Encinasola em terras das povoações de Moura e Noudar (Martín, 1996: 283-284; Barros, 1998: 325; Jiménez, 2009:195).

Num documento do ANTT (s/d. c, Gav. XIV, 5-2 in Jiménez, 2009: 195), no ano de 1493 ocorreu um conflito fronteiriço pela posse de Barrancos, em que o problema, uma vez mais, era a falta de delimitação precisa entre ambos os reinos.

Naquele ano a população era maioritariamente constituída por castelhanos, devia rondar uma centena de pessoas, que migraram para Barrancos, território reivindicado por Portugal:

- devido a um problema económico que tinha a ver com o aproveitamento de pastos e de boas terras para cultivo em condições de uma maior segurança jurídica, que eles comparavam com as roças e o pastoreio semi-clandestino que até então era praticado pelos castelhanos da zona;
- pelo crescimento demográfico nas terras de origem e à captação consciente de potenciais repovoadores levada a cabo pelos comendadores de Noudar.

Aquela atracção de povoadores castelhanos foi feita devido à garantia de concessões fiscais por um certo tempo e à entrega de terras a preços baixos. Os juristas e diplomatas que no século XIX traçaram a fronteira definitiva entre Portugal e Espanha, designaram-os por “povo promíscuo”.

Acontece que neste caso de Barrancos, a presença castelhana foi considerada um autêntico revés pelos vizinhos da Serra de Aroche, uma vez que pretendiam alterar em benefício próprio uma fronteira particularmente imprecisa. Os de Encinasola acusavam aqueles castelhanos de fazerem o jogo dos interesses portugueses, uma vez que “...se os vizinhos dáldea de Barrancos nella no estiveram nem moraram, que ja tiveram tomada a Portugal a dicta aldeia e mais terra adiante...”. Em conclusão, Barrancos, ao consolidar-se como aldeia com a imigração dos castelhanos, fechava aos de Encinasola e de Aroche a possibilidade de se aproveitarem das “terras de ninguém”, dado o aumento populacional que se verificava naqueles territórios de Castela, a expansão do gado local e a necessidade de pastos abundantes.

Isso explica a tensão existente na fronteira: os de Barrancos, por um lado eram castelhanos, naturais daqueles povoados em litígio e que tinham lá familiares e amigos. Por outro lado, tinham a maior parte das propriedades e interesses em Barrancos. Um caso de dupla fidelidade difícil de manter em momentos de conflitos como o de 1493 (Jiménez, 2009: 197).

Face ao conflito foi efectuado um interrogatório entre os vizinhos de Barrancos pelo Juiz português Vasco Fernandes pelo lado de Portugal e do Licenciado Rodrigo da Coella (aportuguesamento de Rodrigo de Coalla) por Castela (Barros, 1998: 334). O nosso Juiz recebeu o testemunho de 28 pessoas em que 22 eram castelhanas.

Um dos que testemunhou foi Fernán Martínez, natural de Cumbres Mayores que afirmou ao Juiz V. Fernandes que no ano anterior, quando os de Encinasola redelimitaram os marcos com Portugal, estavam a dar “grandes arrulhos e grita” contra os de Barrancos nos seguintes termos: “Putos, maos tredores, enalheadores da terra, que se vos ja hii nessa aldeia non viveres nem tiveres povorada, ja ella com outra muita terra fora de Castella, e ja os marcos e malloes de Castella foram mais adiante por dentro da terra de Portugall. Mas ho Diabo vos pos alii por malhoeira e demarçam, e aqui vos avemos de viinr queimar as casas e a aldeia se vos daqui nom hiis” (Jiménez, 2009: 199).

Segundo relatos, o Licenciado Rodrigo de Coalla criou um clima de grande tensão e de animosidade contra os moradores de Barrancos, em que os insultos mais comuns eram os de lhes chamarem “traidores”, “malos castellanos”, “enalheadores da terra”, enquanto outros

lhes faziam ameaças como irem “*queimar e dar fogo*” às suas casas ou cozê-los “*en hua caldeira*” (Jiménez, 2009: 198).

Para se ter uma ideia sobre o número de habitantes dos dois povoados que naquele tempo (séc. XV) estavam em conflito com Barrancos e Moura, o seu valor era:

- em Encinasola passou de lugar não habitado para 34 vizinhos, no início do século, mais precisamente em 1407 e para 190 em 1486 (Arquivo Municipal de Sevilha *in* Ruiz, s/d: 248-249; Martín, 1996: 284);
- em Aroche, no período de 1488-1489, teria um máximo populacional de 483 vizinhos (Jiménez, 2009: 196).

Em 1485 tiveram início os problemas na Contenda entre Aroche e Encinasola (perante o Juiz Sebastián de Lobatón), dado que a primeira reclamava o direito de usufruto desse espaço desde sempre face à fruição dos pastos e da água pelo gado e corte da sua lenha. Com efeito Encinasola estava-se a apropriar de alguns espaços da Contenda reclamados por Noudar. A decisão daquele Juiz foi favorável a Encinasola permitindo-lhe apenas o uso pastoril mas com a proibição de “*ronper los dichos campos e términos de la dicha Contienda para senbrar e labrar*” e multando Aroche com uma pena de 1500 dobras que não foi bem recebida naquela vila, tendo apelado para a Coroa, que remeteu o caso para a Chancelaria para resolver o assunto (Archivo General de Simancas *in* Ruiz, 1998: 249).

Em 1503 os de Aroche queixaram-se que os de Moura tinham derrubado os marcos que delimitavam os dois concelhos no sítio de “Rabo de Coelho” e que tinham destruído as malhadas de colmeias, vinhas e linhares. Em 24 de Junho daquele ano os marcos foram recolocados mas, a 6 de Julho, voltaram a ser derrubados (A. G. S. Cámara Pueblos *in* Ruiz, 1998: 253).

Em 1510, Encinasola, que outrora era pertença de Aroche, mas que então formava concelho à parte, intentou uma acção contra Aroche, exigindo a parte da Contenda que lhe pertencia, por ter sido termo de Aroche. “*A solução do pleito foi favorável a Moura e Aroche, pois, segundo D. Álvaro, justiça maior de Castela, só elas podiam usufruir em comum as terras da Contenda*”.

Em 1537 são relatadas novas actuações violentas dos de Moura contra os de Aroche e Encinasola, tendo-se retomado as intenções de solução do conflito pelos Reis Carlos V de Castela e D. João III de Portugal que, apesar de ambos terem nomeado Juizes para alcançar um acordo, não chegaram a nenhum entendimento (Ruiz, 1998: 254).

Em 1540 o concelho de Aroche consentiu que os povos de Encinasola usufruíssem de certos terrenos da Contenda. Os povos de Moura, que não foram ouvidos nesta decisão, não levaram a bem tal consentimento, o que originou desentendimentos sérios entre Portugueses e Castelhanos, com mortes, roubos e “*tomadias*” de gado de ambas as partes (Menezes, 1889: 41, 43, 50, 52 e 59 e Barros, 1998: 328).

Os soberanos de Portugal e Espanha nomearam juízes que não chegaram a acordo pois Diogo Rodrigues, em nome de Portugal, não podia reconhecer direitos que não assistiam a Encinasola.

D. João III e Carlos V ratificaram um acordão, que ficou conhecido como a **Sentença de 14 de Outubro de 1542**, também designada por **Concordata** (por vezes, de Concordata de Moura – Orcajo, 1891: 13, afirma ser estranho o privilégio de Moura de ver acrescentado o seu nome à Concordata, que terá sido feito pelo General Calheiros numa sua resenha histórica) e em Castela por «*Real Privilegio o Escritura de Concordia (Concordata) relativa a la jurisdicción, límites y aprovechamientos de la dehesa llamada de La Contienda*». Para isso, nomearam plenipotenciários seus, os Juízes D. Pedro de Mascarenhas, fidalgo português, e D. Alonso Fajardo, Comendador de la Villa de Moratalla e Barão de Pelope e Benidormi (Ruiz, 1998: 254; Orcajo, 1891: 29).

“Em 14 de Outubro, deste anno 1542, se proferia a sentença dos Juízes de Comissão na cauza entre os Conselhos de Moura, Aroche, a respeito dos lemites das terras da Contenda, marcando o dia para a vesita e o mais, que se entendeu ser preciso prover (208)” (Matta, 1855a: 122).

Segundo Ruiz (1998: 253-256; Soria, 1995: 55) a sentença estabeleceu globalmente que o território indiviso da Contenda seria propriedade de Aroche e de Moura, mas com usufruto de, além daqueles dois municípios, também do de Encinasola e que, entre outros, particularizou os seguintes pontos (Figuras 2.3 e Mapa 3 do Anexo 9):

- as terras de Rabo de Coelho ficaram pertença de Moura;
- a vila de Barrancos depois deste acordo continuou a ser território português;
- Rodal e Alpedras pertenceriam a Aroche;
- as terras de Pai Joanes, Vale Queimado, Terras de Santa Maria e Campo de Gamos (freguesia de Sto. Aleixo) continuavam “pro indiviso”, com jurisdição mista entre a vila de Aroche e a vila de Moura (Menezes, 1889: 3 e 62);
- a colocação de marcos em todo este território da Contenda e em que só teriam jurisdição nele os concelhos de Aroche e de Moura. Neste sentido, foram derrubados todos os marcos, mantendo-se apenas os que foram mandados colocar pelos Juízes e que eram fiscalizados anualmente pelos presidentes das câmaras de Aroche e Moura;
- a vila de Encinasola era excluída deste acordo (embora fosse autorizada a explorá-la, podendo também passar multas por possíveis abusos, como as duas outras vilas, repartindo-se os benefícios das penas pelos três concelhos);
- o **aproveitamento pastoril** era o único que estava permitido e apenas aos habitantes das 3 vilas, sendo proibida a entrada de gado de outros lados;
- qualquer outro uso estava proibido, incluindo a realização de lavouras de pão, de malhadas de colmeias, a realização de choças estáveis, malhadas para ovelhas e de pocilgas para porcos (embora fosse permitido construir abrigos com ramos e currais para guardar o gado), cortar árvores das espécies sobreiros e azinheiras para qualquer fim, incluindo o fabrico de carvão, tirar a sua casca, varejar, apanhar ou ripar aquelas duas espécies para colheita da bolota até ao dia de S. Miguel de cada ano, altura em que já estão maduras, a construção de casas para morada de pessoas e de edifícios para qualquer fim;

- a colocação de guardas que deveriam cumprir regras muito rígidas, em número de dois por cada uma das vilas, (Soria, 1995: 64).

Aquela decisão foi muito lesiva para a vila de Encinasola que protestou junto da “Superioridad” e, em 1549, ganhou o pleito a Aroche sobre a jurisdição de “La Contienda”, na “Real Audiencia de Frados de Sevilla” (Soria, 1995: 56).

Como o único aproveitamento permitido era o pastoril, tratavam-se bem as azinheiras e os sobreiros para haver uma boa produção de bolota para os animais, proibindo-se o seu abate, embora fosse autorizado o corte de ramos para os abrigos do gado, e interditos os fogos naquele território.

No fundo, embora o enfoque do acordo fosse a divisão da Contenda, tratou-se de uma das primeiras demarcações fronteiriças envolvendo os três concelhos que, à época, disputavam os terrenos da Contenda.

Um dos poucos **mapas** onde foi possível verificar a evolução dos limites da “**Grande Contenda**”, desde o **século XIII ao ano de 1543**, foi elaborado por Ruiz (1998: 257) (Figura 2.3 e Mapa 3 do Anexo 9), com base numa série de documentos escritos consultados por esta investigadora. Da análise do citado documento ressalta que na sua origem está a intenção de estabelecer os limites entre as vilas de Aroche e de Moura por questões económicas, nomeadamente, por aquelas que têm a ver com as pecuárias. Em 1290 o concelho de Beja obrigava o de Aroche a revogar o contrato de “vizinar” com os de Moura e os de Noudar. A origem dos acordos estará certamente na época islâmica em que as vilas de Aroche, Encinasola, Moura e Noudar pertenciam à “cora” de Beja, com o costume muçulmano de que, entre vilas vizinhas, existia um regime comunal de pastos. Porém, a ruptura da unidade administrativa por questões políticas, não extinguiu a unidade económica que existia. A causa principal dos conflitos estava na intenção de estabelecer limites entre as diferentes vilas e cada uma queria ficar com a maior área possível.

No século XIII o limite Sul passava pelo “Poço da Negrita” e dirigia-se ao longo do rio Chança, depois seguia para NE pelo “Pico de los Ballesteros”, “Torre Quemada”, onde inflectia para O ao longo da ribeira do Murtigão, de onde se dirigia para S até ao primeiro ponto referido.

No séc. XIV a área aumentou para mais do dobro: uma “linha” partindo de “Torre Quemada” a E, dirigindo-se para Encinasola, Puerto del Ciervo, Noudar, depois ao longo do rio Ardila e depois para S até encontrar a ribeira do Murtigão. Este limite era basicamente aquele que limitava a N a “Grande Contenda” em 1543.

A partir daquela sentença de 1542, a situação fronteiriça, em termos do relacionamento e do uso das terras na área da Contenda, manteve-se mais ou menos estável nos cerca de três séculos que se seguiram até à convenção de 1893 (Ruiz, 1998: 256).

A este facto talvez não tivesse sido estranho que, após a morte de D. Henrique, se seguiu um período, entre 1580 e 1640, que contou com as regências de três reis espanhóis:

- iniciado com D. Filipe I (n. em 21.5.1527 e f. em 13.9.1598; Rei de Espanha e de Portugal entre 1580 e 1598);
- seguido de D. Filipe II (n. em 1578 e f. em 1621; reinou entre 1598 e 1621);

- e de D. Filipe III (n. em 1605 e f. em 1665; reinou entre 1621 e 1640), que só terminou após uma conspiração que levou à morte de Miguel de Vasconcelos e à proclamação de D. João IV (n. em 1604 e f. em 1656; reinou entre 1640 e 1656).

O primeiro mapa com a representação do reino de Portugal, de forma individualizada, é da autoria de Fernando Álvares Seco, de quem nada se sabe, e foi gravado pela primeira vez em Roma em 1561 (CNCDP, 1997: 47) (Figura 2.4). Este mapa foi integrado nas folhas das várias edições do atlas de Abraão Ortelio, *Theatrum Orbis Terrarum*, desde a sua primeira edição de 1570 (existe um exemplar dessa folha na Biblioteca Nacional de Lisboa, CC 803 V). Da análise deste mapa infere-se que a área da Grande Contenda está toda do lado do reino de Portugal, o que é confirmável pelo facto de todos os rios, incluindo os que nascem em Espanha, estarem desenhados para ocidente de uma linha a ponteados que parece ser a linha de fronteira, o que à altura não tinha sido ainda acordado.

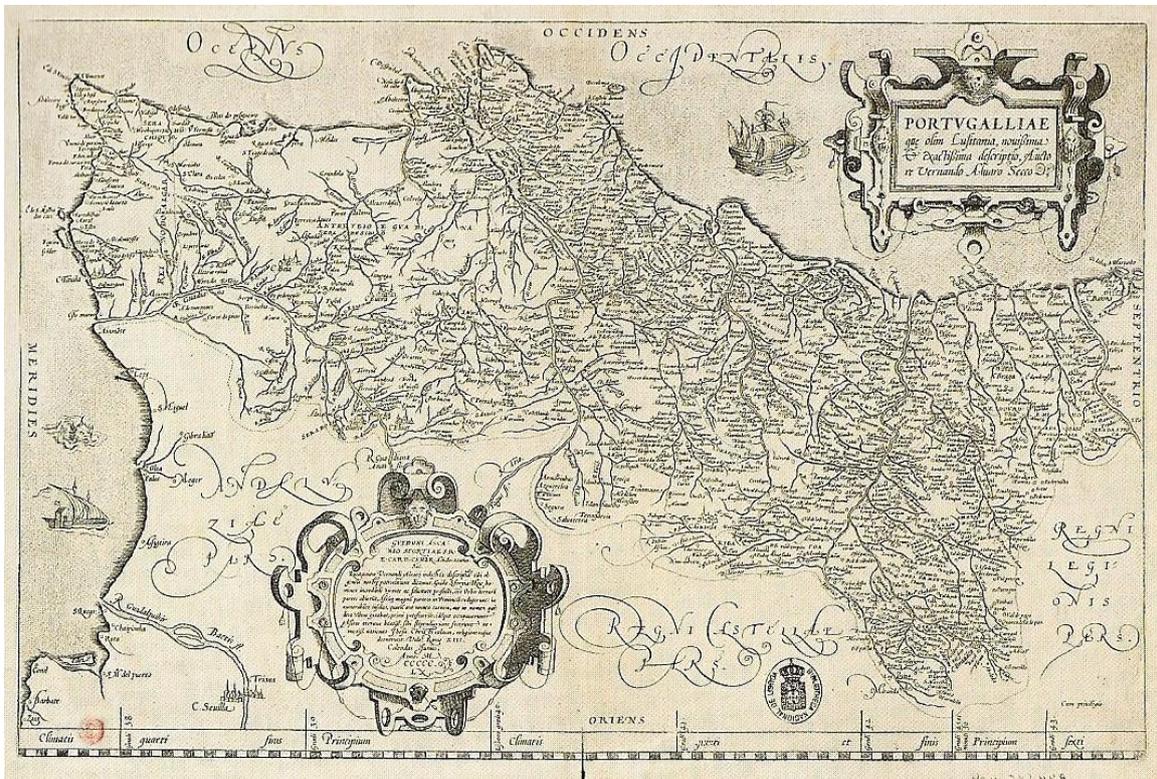


Figura 2.4 – Primeiro mapa com a representação do reino de Portugal (1570), de forma individualizada, da autoria de Fernando Álvares Seco (CNCDP, 1997: 47).

No período da **Guerra da Restauração** portuguesa, entre 1640 e 1668, deram-se alguns acontecimentos entre as tropas dos dois lados da fronteira e que envolveram do lado português Moura, Santo Aleixo e Safara e do lado castelhano La Nava, Aroche, Cortegana, Galorosa, Encinasola, Fregenal e Vilanueva del Fresno (Soria, 2001: 313-358).

Em 6 de Outubro de 1641, Sto. Aleixo sofre o ataque de 1500 homens que, após um cerco de algumas horas, acaba por ser repellido por uma força de cerca de 100 portugueses.

Em 1643, a guerra é reactivada na fronteira, tendo os portugueses tentado invadir Encinasola e Fregenal, o que não conseguiram, tendo sido mais felizes em Villanueva del Fresno. A 12 de Agosto de 1644 é a vez de os espanhóis invadirem Santo Aleixo que resistiu a uma força espanhola muito superior. No dia seguinte saquearam Safara. Para homenagear a coragem dos de Santo Aleixo foi erguido um pequeno monumento evocativo daqueles factos (Soria, 2001: 332):

*“Santo Aleixo es nossa terra
terra de grande pobreza
es uma terra de lagroes
que da torre da igreja
com as suas munições
combateram os espanhoes...”*

*Da guerra da Restauração
temos um obelisco na praça
e dois canhoes la do adro
que tudo tanto admira
eros com tanto orgulho
recordamos o passado...”*

Num obelisco erigido em Sto. Aleixo está inscrito o seguinte:

*À memória dos Defensores
de
Santo Aleixo
Em
1641 1644 1704
Homenagem prestada nas
Comemorações dos Centenários de
1939 e 1940
Construtor J. F. Galvão
Pero Pinheiro*

Em 1937 a Câmara Municipal de Moura enviou um ofício à Junta de Freguesia de Sto. Aleixo propondo que fosse alterado o nome da povoação pelo facto de haver outras terras do país com o mesmo nome, o que poderia gerar confusões e problemas. Para resolver a questão, a JF em reunião de 16 de Maio daquele ano decidiu aprovar por unanimidade acrescentar “da Restauração” ao nome da freguesia ficando, desde aquela altura, com o nome de **Santo Aleixo da Restauração** (JFSA, 1929-1939: 93), facto só concretizado oficialmente em 1957 (após publicação no Diário do Governo n.º 102, I Série, de 3 de Maio).

Segundo Soria (1995: 56), apesar deste vasto território ser gerido de forma comunitária (“*in solidum*”), o desejo dos governos dos dois países era proceder à sua divisão. Foi assim que, um pouco mais tarde, em 1803, e após mais de dois séculos e meio de usufruição comum, os governos dos dois países nomearam comissários para procederem à divisão da propriedade, em consequência das discórdias entre os respectivos povos. Com base na sentença de 1542, Portugal entendia que tinha direito a metade da área da Contenda, enquanto Espanha

defendia que Encinasola estava no mesmo plano de igualdade que Moura e Aroche e, por isso, arrogava-se no direito de ficar com 2/3 da área (Dias e IGE, 2009: 60).

Para proceder à divisão da Contenda, foram nomeados como Comissários e Plenipotenciários as seguintes personalidades:

- do lado de Portugal, o Tenente General Gonçalo Pereira Caldas (então Governador das Armas do Minho), mais tarde substituído pelo Brigadeiro de Artilharia José António da Roza coadjuvado pelo engenheiro Conrado Henrique Niemeyer;
- do lado de Espanha, foi nomeado o Brigadeiro D. Francisco Fersen (do Corpo de Engenheiros espanhol) e, mais tarde, o Sargento-Mor de Engenheiros D. José Gabriel, por falecimento do primeiro (Menezes, 1889: 5 e 26; Dias e IGE, 2009: 60).

Entre 1803 e 1805 houve conferências e troca de correspondência entre os Comissários e, também, directamente entre os governos que conduziram à elaboração, pelos nomeados, de dois projectos de divisão (Menezes, 1889: 5).

Para se proceder à divisão da “Grande Contenda” qualquer dos países mandou elaborar levantamentos especificamente para o efeito.

No “Plano Topográfico” da Contenda, “Archivo do Servicio Geografico del Ejercito” de Espanha (Figura 2.5 e Mapa 4 do Anexo 9), é verificável um relevo mais suave e com representação de azinheiras no “Campo de Gamos” (a Norte, no território que futuramente seria a Contenda portuguesa).

Uma dessas cartas foi elaborada pelo **Ten. Cor. Niemeyer** (Figura 2.6 e Mapa 5 do Anexo 9): a *“Planta do terreno e limites da Contenda de Moura: a qual se trata de dividir entre Portugal e Hespanha sendo empregados neste trabalho o Brigadeiro José António da Roza e o Ten. Cor. C. R. de Niemeyer por quem foi levantada e desenhada em 1803”*. Aqueles oficiais procederam naquele ano de 1803 ao levantamento e ao desenho da planta da “Grande Contenda.

“A partir de 1802, Niemeyer, que viera para Portugal em 1778 e que aqui morreria, esteve envolvido, com vários outros engenheiros nacionais e estrangeiros, no levantamento da fronteira do Alentejo, no quadro da Inspeção-Geral das Fronteiras e Costas Marítimas dirigida pelo marquês de Rozière. Pertencia este oficial alemão à 1.ª Divisão do Estado-Maior dessa Inspeção, comandada pelo brigadeiro conde de Chambors, tendo sido por este incumbido do reconhecimento do terreno e praças entre Juromenha e a foz do rio Guadiana.

Em 1803 era chamado para o levantamento da Contenda de Moura, em conjunto com dois oficiais espanhóis. Nesta dispendiosa comissão, entretanto suspensa, concluiu em dois meses mais trabalho que os oficiais espanhóis haviam feito num ano, segundo ele próprio afirmava. Pelo lado do país vizinho, J. Fuentes e J. Prieto levantaram também um outro mapa da mesma área (1805).

Em notas marginais, dá-se conta, por um lado, do interesse da Contenda de Moura “boleta para montados de porcos, e pastos para toda a qualidade de gados...” e, por outro, dos seus limites e da posição dos marcos. O ano mencionado para o acordo entre Portugal e Espanha (1642, em vez de 1542) é certamente um lapso” (IGE, 2007).

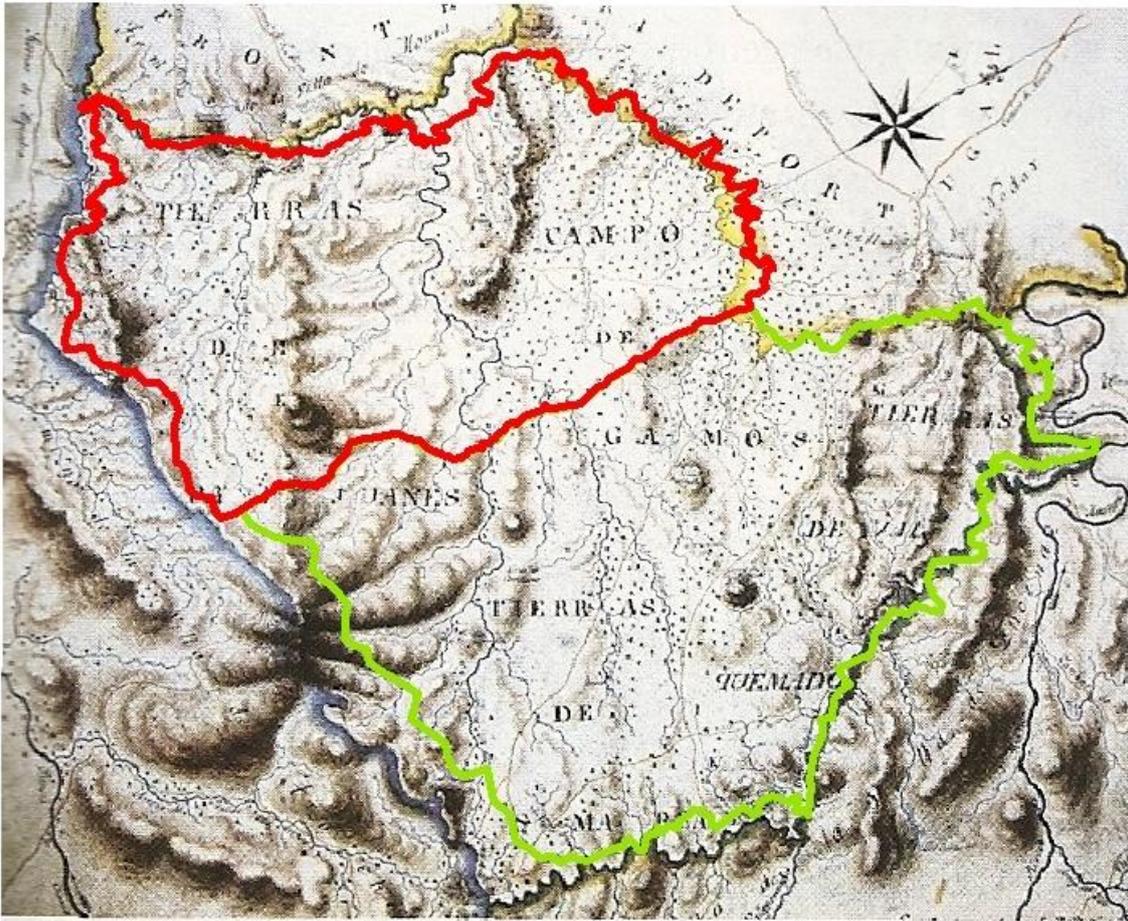


Figura 2.5 – Mapa 4, A Contenda em 1803. (Esc. 1/80 000) (adaptado do Plano Topográfico, “Archivo do Servicio Geografico del Ejercito” de Espanha) (Anexo 9).

Mais tarde foi elaborada uma **outra carta** (Figura 2.7 e Mapa 6 do Anexo 9), onde numa imagem de fundo mais moderna, que tinha uma quadrícula implantada, a linha de fronteira, as vias principais e secundárias, os nomes de vilas e aldeias, as ribeiras e as curvas de nível, foi justaposto o levantamento daquele grande território que tinha sido concretizado em 1803 por **Niemeyer**.

Outra carta mandada ainda elaborar, foi a “*Cópia feita pelo engenheiro português Francisco de Arbués Moreira da planta da Contenda, assinada por **Francisco Fersen** em 1804, onde se mostram as diferentes propostas de divisão entre espanhóis (linha A a F) e portugueses (G a N), o que segundo a explicação anexa corresponde a uma área maior oferecida por Portugal a Espanha, pelo que se sobrepôs uma quadrícula demonstrativa da diferença*” (Figura 2.8 e Mapa 7 do Anexo 9).

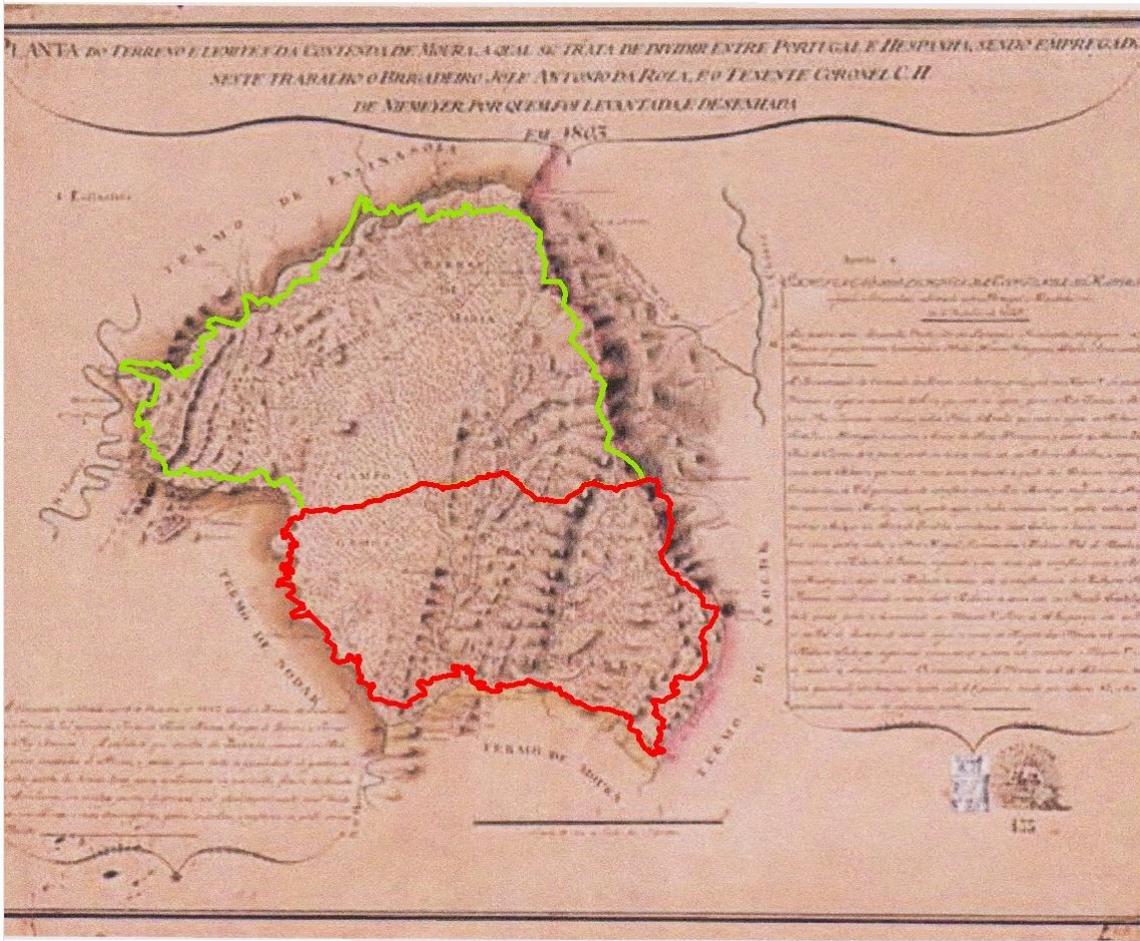


Figura 2.6 – Mapa 5, Planta do terreno e limites da Contenda de Moura (1803), Ten. Cor. Niemeyer (Esc. 1/100 000) (adaptado de IGE, 2007: 45) (Anexo 9).

Embora a carta não contenha muitos pormenores, a introdução de uma quadrícula permite avaliar melhor, mesmo para um leigo que naquela altura não tivesse conhecimentos cartográficos, da eventual disparidade na divisão de áreas, que era o que estava em causa.

Em 19 de Setembro de 1805, pelo facto de não ter havido nenhuma resolução, terminaram as conferências – o comissário português só estava autorizado a aceitar a divisão da propriedade em partes iguais, enquanto Espanha propunha a divisão em 16 partes, sendo 6 para Moura, 6 para Aroche e 4 para Ensinasola como indemnização de um ónus ou censo.

Segundo os espanhóis, Moura era quem beneficiava mais com a não divisão da propriedade pois tinha uma população maior e mais cabeças de gado, além das facilidades que o nosso país dava ao contrabando (Menezes, 1889: 5; Dias e IGE, 2009: 60). Porém, e de acordo com o que foi decidido, a vila de Encinasola não ficou com nenhum domínio, nem jurisdição, nem malhadas, nem criadouros (Menezes, 1889: 64; Dias e IGE, 2009: 60).

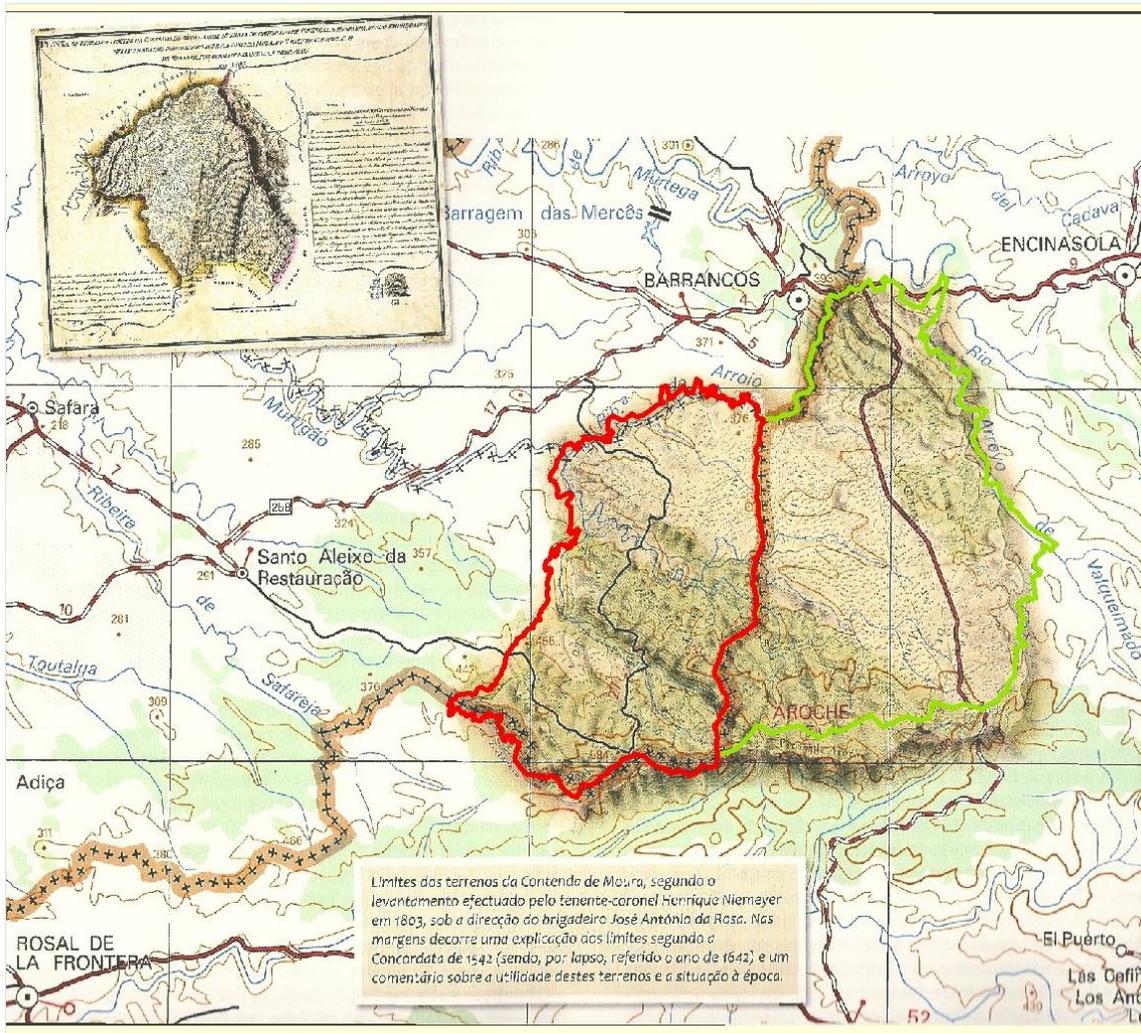


Figura 2.7 – Mapa 6, Carta de Henrique Niemeyer (alterada pelo IGE – Limite do terreno da Contenda de Moura, 1803) (Esc. 1/100 000) (adaptado de Dias e IGE, 2009: 62) (Anexo 9).

Uma das interpretações possíveis sobre a interrupção das conferências pode ser devida a Godoy, Príncipe da Paz, 1.º Ministro de Carlos IV (de 1800 a 1808). Este declarou por decreto que o terreno da Contenda pertencia aos “bienes mostrencos” – os bens que os povos gozam e possuem intensamente, sem título legítimo ou passe, e que são administrados pelos próprios concelhos como pertença destes (Matta, 1855b: 193; Vasconcelos, 1928). Com efeito, este ministro tinha mandado avaliar as terras da Contenda, a que atribuíram um valor de muitos milhões de “reales”, com o fim de lhe serem doados ou vendidos, servindo-se da circunstância de ser favorito e do seu poderio (Vasconcelos, 1928).

A questão da divisão da Contenda voltou a ser colocada nas Cortes de 1822 tendo sido decidido que se providenciasse no sentido da partilha e que aquela decisão fosse alargada aos outros pontos da fronteira onde havia litígios (Menezes, 1889: 5; Dias e IGE, 2009: 61).

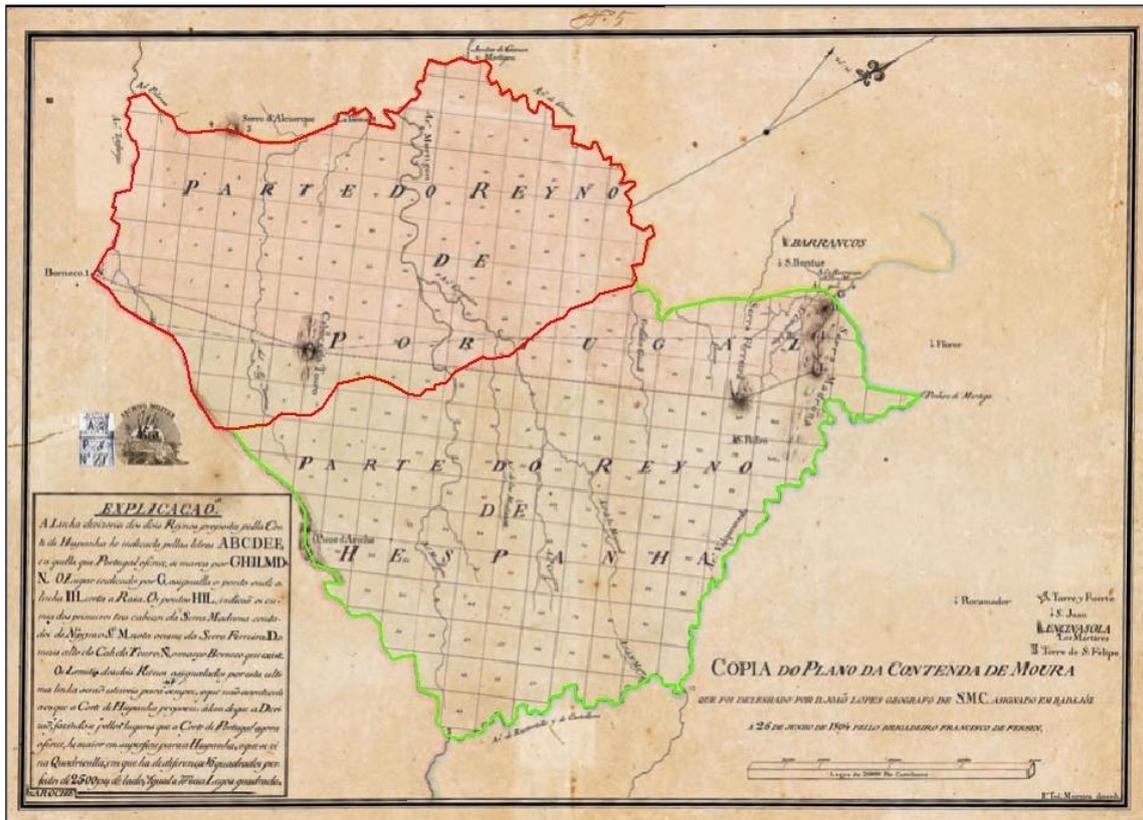


Figura 2.8 – Mapa 7, Carta da Defesa da Contenda de Moura, assinada pelo Brigadeiro Francisco Fersen em Badajoz a 26 de Junho de 1804, elaborada pelo português Eng.º Francisco de Arbués Moreira e desenhada por D. Juan Lopez, Geógrafo de S.M.C. (Esc. 1/80 000; escala original 1/10 000, depois reduzida para as escalas 1/20 000 e 1/50 000) (adaptado de Dias e IGE, 2009: 63) (Anexo 9).

“A 23 de Maio de 1828 tomou a Camara posse das terras da Contenda em nome de D. Miguel, como Rei de Portugal (254, Livro das Sessões da Câmara de 1828: 26)” (Matta, 1855a: 148).

Em 01 de Abril de 1837 (pág. 223, do Livro das Sessões da Câmara Municipal de Moura, in Vasconcelos, 1928), Joaquim António Vidal da Gama, Presidente da Câmara Municipal, apresentou uma proposta de solicitação ao Governo para ser efectuada a divisão da “Contenda”, de acordo com o desejo da população e da vereação. Da Mesa da Câmara dos Deputados, baixou à Comissão de Agricultura, onde obteve parecer favorável e se propôs que fosse enviada uma mensagem a El-Rei para que, através das vias diplomáticas, se solicitasse a Sua Majestade Católica a divisão da Contenda. A Câmara de Moura só recebeu resposta a 05 de Janeiro, através de um ofício enviado pelo Governador Civil (Câmara Municipal de Moura, 1842: 11).

Em 1841 Encinasola aparece a reivindicar direitos sobre a “Contienda”, tendo o Ayuntamiento de Aroche oficiado e participado a 27 de Novembro de 1841, que tinha acordado com o de Encinasola, a divisão da propriedade.

Embora cada uma das vilas defendesse os seus direitos contra a outra, por vezes as questões provinham do governo espanhol. Como exemplo é citado o que aconteceu em 1854, quando as vilas de Aroche e de Moura se opuseram à construção de postos dos Carabineiros na “Contienda” por essa acção ir contra o teor da Concordata. Os argumentos avançados na

altura eram os de que se tratava de um território que estava fora dos limites dos dois países, e devia ser considerado um estado independente, privativo das duas vilas e regido pela Concordata (Soria, 1995: 56).

Em 1863 (28 de Agosto) foi elaborado um **Regulamento** para o aproveitamento das terras da Contenda: para o serviço de alqueive (“barbecho”) e roças, a Contenda foi dividida em três partes iguais e estabelecidas as datas para a apanha de bolota e extracção da casca e da cortiça (Ramos Orcajos *in* Ruiz, 1998: 256; Soria, 1995: 62; Soria, 2004: 62).

Pelo **Tratado de 1864** (ou Tratado de Lisboa, assinado a 29 de Setembro) através de uma comissão luso-espanhola, foram estabelecidos limites entre Portugal e Espanha desde o Minho até ao ponto onde o Caia desagua no Guadiana. Porém, dada a particularidade da demarcação da fronteira na zona da Contenda, ela foi objecto de tratamento e de acordos específicos só mais tarde, em 1893 (Dias e IGE, 2009: 60).

Ao tempo uma das questões que levantava mais problemas era a actividade de apascentar o gado (suíno, ovino, caprino e, por vezes, bovino), sendo relativamente comum a vinda de pastores com os rebanhos de outros concelhos, que não apenas os três envolvidos na disputa da Contenda, designadamente, Aroche, Encinasola e Moura.

Foi, por isso, implementado um **“Regulamento da Contenda”** pela Câmara Municipal de Moura, em 21 de Outubro de 1878 que previa multas, ou a prisão para quem não as pudesse pagar, para todos os que fossem encontrados a apascentar gado, sem estarem munidos da respectiva licença.

A fiscalização era assegurada por seis **“Guardas da Contenda”** a quem eram distribuídos diplomas de zeladores, dois de cada um dos três concelhos, a quem as respectivas autarquias atribuíam malhadas ou choças, situadas nas áreas respectivas e que as percorriam aos pares *“...para um poder servir de testemunha ao outro, nas coisas que hajam de dar”* (Câmara Municipal de Moura, 1878).

Em 1884, Espanha solicitou que se voltassem a abrir negociações, tendo o governo espanhol encarregado D. Maximo Ramos y Orcajo, Coronel Graduado Comissário de Limites, de proceder a um projecto de divisão da Contenda, de acordo com a pessoa que fosse nomeada pelo governo português. No caso português foi nomeado plenipotenciário, com poderes de negociar e ajustar o acordo, o General Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes (1816-1899), que foi Governador Geral da Província de Cabo Verde (1857-1860) e Governador Geral de Angola (1866-1867) e autor do trabalho que tem estado a ser referenciado (Menezes, 1889: 4; Dias e IGE, 2009: 60).

Os três documentos em que os dois governos se basearam para a discussão sobre a divisão da Contenda foram:

- a Concordata de 14 de Outubro de 1542;
- a nota do Governo de Sua Majestade Católica de 19 de Setembro de 1805, baseada na Concordata;
- e uma proposta de divisão traçada na planta espanhola apresentada oficialmente ao Governo português (Menezes, 1889: 4).

Em **1887** foi terminada uma **nova planta** (Figura 2.9 e Mapa 8 do Anexo 9), mais detalhada através de um levantamento topográfico à escala 1/10 000, executada pelos oficiais em serviço na Comissão de Limites, e reduzido depois a escalas menores, à de 1/20 000 e à de 1/50 000, pelo Major Elvas Cardeira (em 1803, tinha sido elaborada outra planta oficial da Contenda, obtida por um levantamento feito por oficiais espanhóis e que se destinaria a fazer a delimitação da Contenda).

Com base naquela planta de 1887, à escala 1/50 000, foram feitas três propostas, na forma de linhas para a divisão da Contenda:

- Sua Majestade Católica, através do seu Comissário e Plenipotenciário, apresentou uma proposta, linha encarnada, que passava pelos seguintes pontos A B C D E F G H: A – Confluência do Ribeiro de Pilonos com a Ribeira do Safarejo; B – Ribeira do Safarejo; CD – Cume da Berraza, cota 570; E – Pico de Touro, cota 529; F – Confluência do Ribeiro Almohas com o das Medianas ou Canguera; G – confluência dos Ribeiros de Caça Lobos e Vale da Crica; H – Confluência de Caça Lobos com o Barranco de Pedro Miguel (proposta que oferecia 42.8% do território da Contenda a Portugal e deixava 57.2% para a Espanha) (Menezes, 1889: 28-29);
- outro projecto foi apresentado pelo Comissário espanhol (que propunha uma divisão de 48.1% para Portugal e 51.9% para Espanha) mas que não chegou a ser discutido, dado que, por um lado, tinha falecido o Brigadeiro Fersen, substituído pelo Sargento Mor de Engenheiros, D. José Gabriel e, por outro lado, “... o *Brigadeiro Rosa só estava autorizado à divisão em partes iguais e julgou ser seu dever não entrar em discussão*”, tal como atrás já referido. Esta proposta foi na altura representada por uma linha azul, que passava pelos pontos A B 1 D M L I H e era o projecto sobre o qual recaíam as consultas a que o governo português procedeu em 1885: A – Confluência do Pilonos e Safarejo; B – Safarejo; 1 – Malhão de Vorneco; D – Pico do Touro; M – Ponto Médio do Cabeço Noroeste das ruínas de S. Pedro; L – Alto Norte do Vale da Crica, cota 408; I – Ponto mais elevado da cumeada que se dirige ao Barranco de Pedro Miguel.

Porém, considerou-se que a mesma era insuficiente para o que se pretendia (Menezes, 1889: 4; Dias e IGE, 2009: 61). Desta carta constava também o seguinte: “*Título da carta anexa ao convénio da divisão da Contenda de Moura, celebrado em Madrid em 27 de Março de 1893. Essa carta, na escala de 1:20 000, reduzida e desenhada pelo major José Manuel de Elvas Cardeira, fora levantada em escala dupla em 1887 pelos oficiais portugueses e espanhóis da Comissão Internacional de Limites*” (Dias e IGE, 2009: 63);

- finalmente, uma terceira proposta representada por uma linha verde, que dividia sensivelmente por metade a Contenda, era pouco diferente da proposta anterior, tinha a vantagem de passar por pontos de demarcação melhores, A B 1 J E K L M N O P R, mas representava uma raia conveniente e de razoável e equitativa divisão e uma divisão sensata e uma partilha conforme com a equidade e justiça: A – Confluência do Pilonos e Safarejo; B – Safarejo; 1 – Malhão de Vorneco; J – Pico das Escovas; E – Pico do Touro, cota 529; K – Ponto mais elevado do Cabeço do Almohas, cota 462; L – Cabeço das Atalayuelas, cota 431; M – Serra Ferreira, cota 455; N – Alto Norte do Vale da Crica, cota 420; O – Alto Norte do Vale da

Crica, cota 408; P – Ponto mais elevado da cumeada que vai ao Barranco de Pedro Miguel, cota 394; R – Barranco de Pedro Miguel (Menezes, 1889: 29).

A partir de 1889, as negociações passaram a ser conduzidas pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países.

Após vários anos de negociação, em 22 de Março de 1893, Hintze Ribeiro remeteu ao Ministro de Portugal em Madrid o projecto de convenção para ser assinado, enquanto o Major Carneira, oficial do Estado Maior, era enviado a Madrid com a carta da Contenda elaborada em 1887 e com os limites (Dias e IGE, 2009: 61).

A **Convenção de Madrid** foi assinada em 27 de Março de 1893 por D. Sebastião Guedes Brandão de Mello, Conde de S. Miguel, Ministro Plenipotenciário português junto de sua Majestade Católica e por D. Antonio Aguilar y Correa, Marquês de la Vega de Armijo y de Mos, Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, em nome dos monarcas dos dois países (em Portugal era Rei D. Carlos I – n. em 1863 e f. em 1908; reinou entre 1889 e 1908), fixou os limites da fronteira oficialmente reconhecidos pelos dois países (Publicado no Diário do Governo de 29 de Setembro de 1893).

Na **cerimónia de assinatura das actas de demarcação** ocorrida no Tojal Alto, em 18-22 de Julho de 1894, realizada junto ao marco número 16 (997), foram assistentes (Figura 2.10):

- . Ignacio Salinas y Angulo, Coronel de Estado Mayor del Ejército
 - . José Manuel Elvas Carneira, Comissário Coronel do Corpo do Estado Maior
 - . João Gomes Segão, Delegado da Câmara Municipal de Barrancos
 - . Francisco Piteira Fernandes, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Moura
 - . Francisco Delgado Gomez, Delegado del Ayuntamiento de Encinasola
 - . Pedro Vázquez González, Delegado del Ayuntamiento de Aroche
 - . João Antunes de Paiva Junior, Alferes Chefe de secção da Guarda Fiscal
 - . Enrique Serrano, Teniente 1º de Carabineros
 - . Sr. Navajas, Teniente de la Guardia Civil
- e tropas do Regimento de Vila Viçosa, da Guardia Civil e dos Carabineros.

Em 1895 a “Hacienda Pública” tentou confiscar “La Contienda”, mas as duas vilas espanholas lutaram pelos seus direitos, tal como em 1903 quando, por “Real Orden”, aquele território foi declarado alienável, ambos os municípios solicitaram a excepção à sua venda (Soria, 1995: 56-57).

Em 1899 as duas vilas espanholas entram em total desacordo relativamente à linha que dividiria as duas “Contiendas”. O pleito só foi resolvido por “Orden del Ministerio de Gobernación” de 16 de Dezembro de 1931 com a delimitação feita pelo “Instituto Geográfico e Estadístico” a 3 de Junho de 1932.

Em 29 de Junho de 1926, foi assinado em Lisboa, entre Espanha e Portugal, o **Convénio de Limites**, com o n.º 1863, no âmbito da “Recolha de Tratados” da Sociedade das Nações (Société des Nations, 1928: 98).

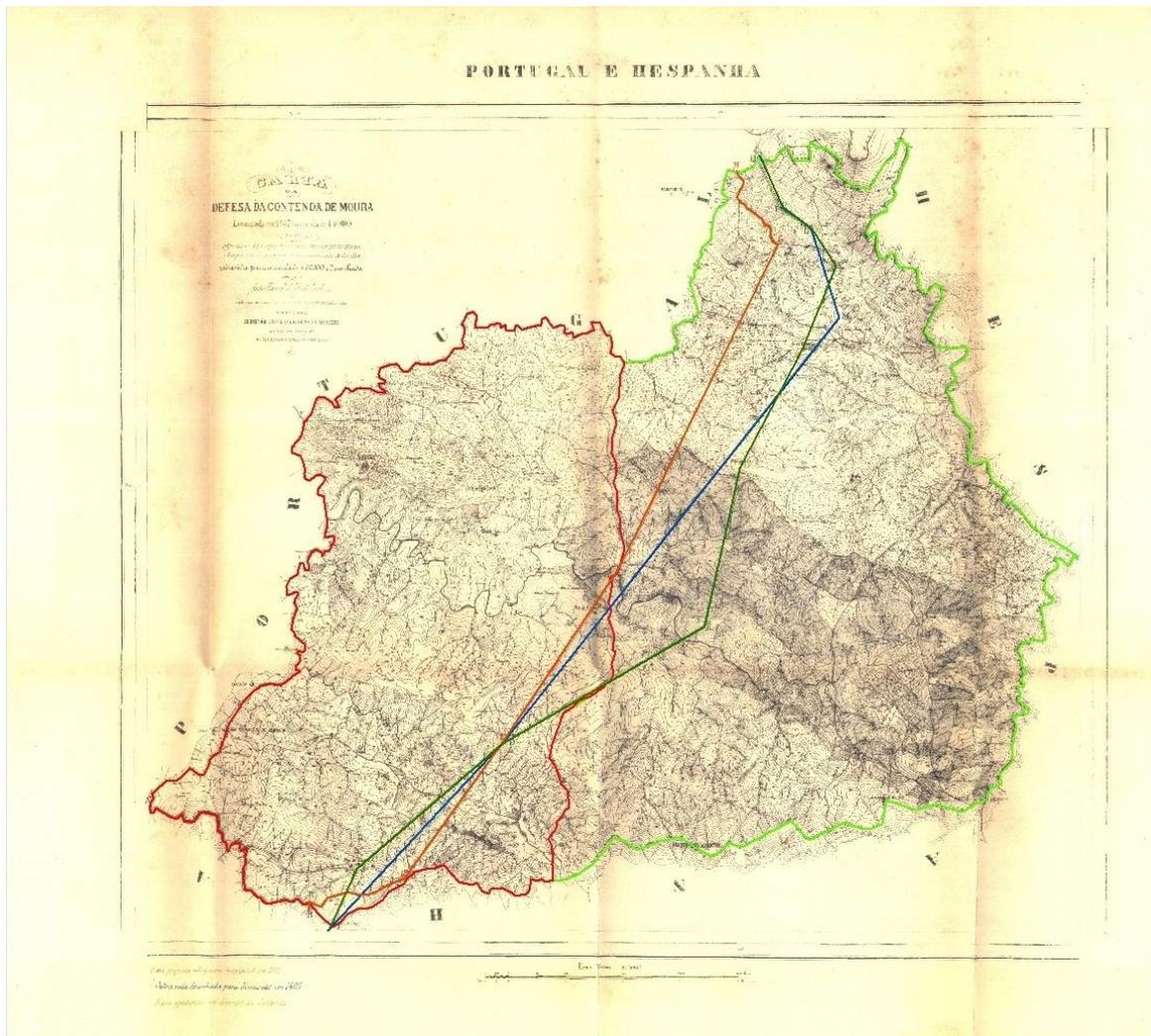


Figura 2.9 – Mapa 8, Levantamento topográfico com 3 propostas para a divisão da Contenda (1887) (Esc. original 1/20 000) (adaptado de Menezes, 1889: 28; Dias e IGE, 2009: 31) (Anexo 9).

Tratou-se de um convénio especial que definiu de forma “...clara e positivamente tanto a linha da fronteira na parte ainda não demarcada da, entre a mencionada confluência do Rio Cuncos e a foz do Guadiana, como os direitos dos povos confinantes”. Integrou os limites estabelecidos na Herdade da Contenda nos Artigos 6.º, 7.º e 8.º (Dias e IGE, 2009: 61; Soria, 1995: 56; Société des Nations, 1928: 98 e 100). Este Convénio foi ratificado quase um ano mais tarde, em 17 de Junho de 1927, tendo Portugal recebido 42.7% e a Espanha 57.3% da área da “Grande Contenda” (**12 288.9407 ha**) (Soria, 1995: 56-57; I. N., 1893: 68).

Esta Convenção, que também é conhecida por Convénio de Madrid (Société des Nations, 1928: 98), fixou, simultaneamente, a linha divisória da soberania e domínio nas terras denominadas da Contenda, ou seja, ao estabelecer a divisão da grande propriedade que era inicialmente a Contenda, que ocupava parte dos concelhos de Ensinasola e Aroche (Espanha) e Moura (Portugal), fixou também a linha de fronteira naquela zona da raia (Diário do Governo n.º 220, de 29 de Setembro de 1893, pág. 495-499).



Figura 2.10 – Cerimónia de assinatura das actas de demarcação assinada no Tojal Alto, 18-22 de Julho de 1894, na presença de tropas do Regimento de Vila Viçosa, da Guardia Civil e dos Carabineros (Foto cedida pelo Prof. Mário Almeida).

Após a divisão da propriedade, a parte portuguesa da **Herdade da Contenda** (ou “Defeza da Contenda de Moura” como também era designada), ficou com a área de cerca de **5267.9454 ha** e passou para a posse privada da Câmara Municipal de Moura (DGSFA, 1958: 2).

“**La Contienda**” ficou, feitas as contas, com uma área de **7020.9953 ha** que não coincide com os valores que se indicam a seguir.

O “Distrito Forestal” da província de Huelva, em 1953, delimita o “Monte La Contienda”, que é aprovado por “Orden” do Ministério da Agricultura, de 20 de Janeiro de 1955. A terminologia que foi utilizada pelos dois “Ayuntamientos” para qualificar o espaço não foi a mesma ao longo dos anos. Aroche chamou-lhe “Tierra de Contienda” na altura da Concordata, depois “Monte La Contienda”, “Bien de Propios La Contienda” e, finalmente, como “La Contienda, propiedad de este Ayuntamiento”. Encinasola denominou-a sempre por “Dehesa de La Contienda” (Soria, 1995: 58-59).

Foi assim que em 1955 é feita a divisão de “La Contienda” ficando **Aroche com 3712 ha** (62.4%) e **Encinasola com 2234 ha** (37.6%), num total de **5946 ha**. Desta divisão constata-se que a última vila ficou não só com a exploração de uma parte de “La Contienda”, mas também

com uma parte significativa da sua área, que lhe tinha sido negado pela Concordata de 1542 (Soria, 1995: 59).

Porém, e acerca da divisão de “La Contienda” entre as duas vilas, as áreas não são coincidentes com as de outro autor, Félix Talego (1995: 165), que refere que a área da “Contienda” espanhola será de **7151 ha**, cabendo a Aroche **3797 ha** e a Encinasola **3354 ha**.

Um pouco mais à frente neste trabalho (sub-capítulo 2.1.3.) a propósito de uma gestão mais recente, 1978, é referida a área de **3812 ha** (2389 + 1423 ha) que terá a parte de “La Contienda” gerida por Aroche (Soria, 2004: 66-67; Diecinueve Líneas, 2011).

Porém, num mesmo artigo da referida citação bibliográfica (Diecinueve Líneas, 2011) é avançado outro valor para aquela área, de **3712 ha**.

Resta referir que ambos os “Ayuntamientos” de Aroche e de Encinasola utilizaram um subterfúgio da Lei Hipotecária de 8 de Fevereiro de 1946 e terão cometido uma irregularidade ao declararem “La Contienda” como propriedade dos referidos “Ayuntamientos”, algo que pertencia ao povo de Aroche e Encinasola há mais de seiscentos anos, e que lhes tinha sido outorgado pela Concordata (Soria, 1995: 59).

A parte da história acabada de relatar tratou, sobretudo, da luta havida entre dois povos fronteiriços durante alguns séculos, que viviam daquilo que a terra dava, num território vasto, escasso em recursos e com um uso semelhante quer por portugueses, quer por castelhanos, cada qual disputando a conquista de maior área. Mas tratou-se, também, das lutas entre dois exércitos de duas nações que vinham em socorro das populações, num espaço geográfico mais alargado.

Outros aspectos históricos porventura mais tristes e aterradores, numa luta que durou cerca de três anos, envolveu o povo espanhol numa guerra fratricida, que teve alguns contornos por terras portuguesas da raia, que a seguir se relata.

2.1.1.2. A Guerra Civil de Espanha e os Refugiados na Contenda

“Este acontecimiento histórico tuvo múltiples consecuencias a través de la acción de los individuos, provocando simultáneamente una ruptura en la inteligibilidad social y marcando un antes y un después en la memoria de los barranqueños”.

(Maria Dulce Simões, 2007b: 1121. “Os Refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos. A acção e o tempo do acontecimento”).

Mais difícil ainda de aceitar do que uma disputa entre países vizinhos, se é que alguma guerra é aceitável, são os conflitos que ocorrem entre cidadãos de um mesmo país. Na publicação da antropóloga acabada de citar, o historiador espanhol Francisco Espinosa Maestre descreve um pequeno mas importante episódio que, embora ocorrido na Contenda, tem a ver, sobretudo, com um dos períodos negros da história de Espanha, a **Guerra Civil** (GCE) de 1936-1939, que também deixou marcas nas gentes desta zona da raia luso-espanhola.

Aquela guerra fratricida foi desencadeada após a Esquerda Republicana ter ganho as eleições de meados de Fevereiro de 1936, com 4.5 milhões de votos contra os 4 milhões de votos dos partidos de direita. A parte mais tradicionalista e religiosa do país não aceitou a derrota, pelo que a 18 de Julho o General Franco apelou à sublevação que o levou ao Norte de África onde

iniciou o “Alzamiento” (levantamento militar) que o perpetuou no poder durante 30 anos (Naturlink, 2006).

Para melhor caracterizar esta questão, socorremo-nos da obra de Maria Dulce Antunes Simões (2007a): *“Nas memórias dos Barranquinhos permanecem vivas as imagens da violência, do medo e da fome, durante e após a guerra, marcadores temporais de um acontecimento ... A violência e o medo são rememorados em narrativas sobre fuzilamentos, e nas torturas às mulheres republicanas”* (Simões, 2007b: 1148).

Na “WWW”(World Wide Web) também foram criados diversos “sites” com relatos sobre as sevícias que eram feitas às mulheres republicanas e que nos dão uma ideia das humilhações, infligidas pelo exército fascista franquista: *“Paulo Barriga, no seu extraordinário trabalho “Campos de Concentração – O envolvimento português na Guerra Civil de Espanha”, editado pela Câmara Municipal de Barrancos em 1999, dá conta de alguns relatos recolhidos na zona de Barrancos e que demonstram a violência que esteve imanente à evolução conquistadora das tropas de Franco. Francisco P., na altura com 75 anos, afirmou que as tropas falangistas às mulheres cortavam o cabelo e os seios, davam-lhes purgantes e passeavam-nas pelas ruas. Aos homens levavam-nos para os cemitérios e fuzilavam-nos”. Maria B. afirma que o purgante era feito “com pepino picado misturado com óleo de rícino. Ataram-lhes as saias à cintura, raparam-lhes a cabeça, deixando apenas uma mecha de cabelo (monha) onde prendiam uma fita encarnada. Depois passearam-nas pelas ruas a cantarem o hino da Falange”* (Naturlink, 2006).

Além de uma vasta bibliografia, e de outras fontes sob a forma escrita e oral, aquela autora centrou o trabalho numa entrevista feita no ano de 2004 a uma testemunha ocular e seu colaborador na citada publicação, Gentil de Valadares, filho do **Tenente António Augusto de Seixas**. Este herói português evitou a morte de muitos refugiados espanhóis pois, não fora a sua intervenção, com muita probabilidade todos eles teriam sido sumariamente abatidos.

Aquele oficial da Guarda Fiscal (GF) era o responsável pelas forças de vigilância da Guarda Fiscal na fronteira de Barrancos, pela Secção de Safara e pelos Postos das Russianas, da Tomina, de Santo Aleixo da Restauração, de Sobral da Adiça e das Choças (Simões, 2007a: 49). Uma das primeiras deslocações de espanhóis que pretenderam fugir para Portugal, na sequência de uma sublevação militar espanhola em 18 de Julho de 1936, envolveu cerca de 400 pessoas, maioritariamente mulheres e crianças oriundos de Encinasola. Com efeito, pela madrugada de 12 de Agosto daquele ano, aquelas pessoas refugiaram-se em Barrancos em casas de muitas famílias locais, tendo sido todas identificadas pelo Tenente Seixas (Simões, 2007b: 1126).

Muitos outros, ao pretenderem fugir, face ao avanço das tropas direitistas, foram perseguidos sobretudo por estas mas, também, por carlistas e por falangistas. Começaram por se concentrar a 21 de Setembro na fronteira de Barrancos, junto à ribeira do Ardila e, no dia seguinte, à medida que as forças nacionalistas iam ocupando povoações fronteiriças, como Oliva de la Frontera, o número de refugiados espanhóis junto àquela ribeira e ao Castelo de Noudar aumentou muito (Simões, 2007b: 1132).

Segundo Simões (2007a: 74), apossados pelas tropas do ditador Franco, refugiaram-se em Portugal e foram acantonados em dois campos de refugiados na Herdade da Coitadinha (à altura propriedade da família Fialho), Barrancos. Naquela propriedade “...*instalaram-se a céu aberto e para lá do Poço da Ferradura: na **Malhada das Queimadas**, os homens; e na **Volta da Mofadinha** (junto à **Choça do Sardinheiro**), as mulheres e as crianças*” (Simões, 2007a: 75).

Quadro 2.2 – Refugiados da Guerra Civil de Espanha: locais de origem em Espanha e de acantonamento em Portugal (Simões, 2007a).

Data	Local de origem	Local de acantonamento	Notas
12 Agosto 1936	Encinasola	Vila de Barrancos (400 pessoas).	Todos os refugiados foram identificados pelo Ten. Seixas.
21 Setembro 1936	Almendro Aroche Cala Encinasola Fregenal de la Sierra Fuente de Cantos Higuera la Real Oliva de la Frontera Rosal de la Frontera Segura de Léon Valencia del Mombuey Zafra Zahinos	Fronteira de Barrancos, junto à ribeira do Ardila, no Castelo de Noudar e na Herdade da Coitadinha (na Malhada das Eiras Queimadas, os homens; e na Volta da Mofadinha, junto à Choça do Sardinheiro na Herdade das Russianas, as mulheres) (n.º pessoas?).	
22 Setembro 1936	Alconchel Colaraço Higuera la Real Jerez de los Caballeros Oliva de la Frontera Santos Valencia del Mombuey Villanueva del Fresno	Herdade da Coitadinha (junto às Umbrias do Resvaloso) (773 pessoas).	
23 Setembro 1936		Ribeira do Ardila (junto às Umbrias do Resvaloso e perto do Castelo de Noudar) (638 pessoas).	
Fins de Setembro 1936	Jerez de los Caballeros (340), Oliva de la Frontera (294) e Villanueva del Fresno (68)	Herdade da Coitadinha e Herdade das Russianas (602 pessoas).	O Tenente Seixas assumiu a responsabilidade pela ordem de avanço dos refugiados para mais 300 metros em território português evitando o massacre de 602 pessoas.
07 Outubro 1936		Herdade da Coitadinha (616 pessoas).	Chegou uma ordem de embarque.
08 Outubro 1936		1025 ou 1500 pessoas.	
18 Outubro 1936		Tentaram entrar na Herdade da Contenda pelo marco 999, mas foram impedidos.	

Eram civis e militares espanhóis oriundos de povoados junto à fronteira como Higuera la Real, Fregenal de la Sierra, Segura de León, Encinasola, Oliva de la Frontera (Simões, 2007a: 72), Aroche, Valência del Mombuey, Cala, Zafra, Zahinos, Almendro, Fuente de Cantos (Naturlink, 2006) e de Rosal de la Frontera (Quadro 2.2) (Figura 2.11 e Mapa 9 do Anexo 9).

De acordo com o relatório do Tenente Seixas, a 22 de Setembro de 1936 terão entrado oficialmente em território português e ficado na Herdade da Coitadinha, junto às Umbrias do Resvaloso, “773 foragidos de nacionalidade espanhola”, sendo cerca de onze vezes mais homens do que mulheres, que tinham sido perseguidos “por tropas que sobre eles faziam fogo” e que tinham como local de origem Jerez de los Caballeros, Oliva de la Frontera, Villanueva del Fresno, Higuera la Real, Colaraço, Valencia del Mombuey, Santos e Alconchel (Simões, 2007b: 1136).

Em “...el 23 de septiembre se informó desde Barrancos que junto a Ribeira Ardila, en Umbrias do Resvaloso y cerca de Castelo Noudar, había 566 civiles, 20 carabineros, 40 mujeres y 12 niños” (Francisco Espinosa Maestre, 2006 in Simões, 2007a: 122).

Continuando a citar este colaborador, ele refere que “...a fines de septiembre, el primer grupo, establecido en las heredades de Coitadinha y Russianas, estuvo formado principalmente por personas de Jerez de los Caballeros (340), Oliva (294) y Villanueva del Fresno (68)” (Francisco Espinosa Maestre, 2006 in Simões, 2007a:128).

Na manhã de 23 de Setembro, o Tenente Seixas da GF (Figura 2.12), depois de avisado de que colunas de nacionalistas espanhóis estavam a fazer fogo sobre a zona onde estavam concentrados os refugiados, dirigiu-se ao local com as tropas que tinha disponíveis.

O que aconteceu foi que tinha sido dada ordem aos refugiados pelo Tenente Serrão da Veiga, de que eles só poderiam ocupar uma faixa de 25 metros de profundidade em território português que, na prática, os punha ao alcance do fogo das tropas nacionalistas. Para evitar o seu massacre mais do que provável, o Tenente Seixas assumiu a responsabilidade pela ordem de avanço dos refugiados para mais 300 metros em território português ficando a salvo do fogo das forças direitistas (Simões, 2007b: 1142).

Este mesmo autor refere que a 07 de Outubro estavam 616 espanhóis na Herdade da Coitadinha, data em que chegou uma ordem de embarque.

Nesta altura o Governo português determinou o seguinte procedimento para todos os refugiados espanhóis: “Fica expressamente proibido aos postos em cujas povoações fronteiriças estejam ocupadas por comunistas o abastecimento seja de que for. Nem água.” (Arquivo Histórico e Militar, 1.ª Divisão, 38.ª Secção, Cx. 63-2. Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha, Inquérito Militar – relatório do Tenente António Augusto de Seixas, de 16 de Outubro de 1936 – p. 163 in Simões, 2007b: 1132).

Na publicação de Maria Dulce Simões (2007a), a única vez em que a **Herdade da Contenda** é expressamente referenciada, acontece pela mão de Francisco Maestre (2006 *in* Simões, 2007a: 130):

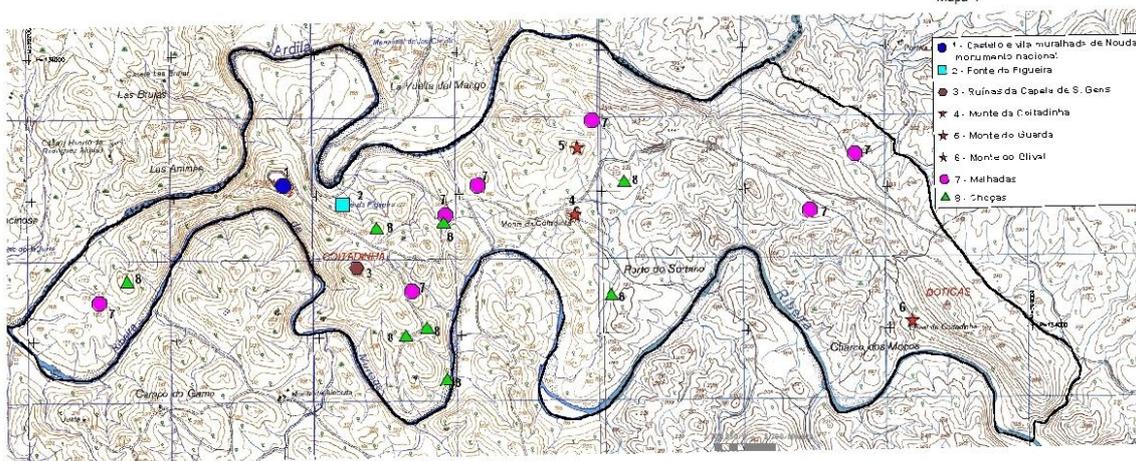


Figura 2.11 – Mapa 9, Origem e Percurso Provável dos Refugiados Espanhóis para a Herdade da Coitadinha, com passagem pela Herdade da Contenda na Guerra Civil Espanhola (1936-1938) (Esc. 1/450 000 e 1/25 000) (adaptado de Serviço Cartográfico do Exército – Cartas Militares de Portugal n.º 503-504) (Informação cedida sobre a H. da Coitadinha, em extrato da carta militar, pela Dr.ª Bárbara Pinto, EDIA) (Anexo 9).

*“Todavía en octubre del 36 se pueden leer telegramas como éste: <<Ontem dez horas marco 999 tentaram entrar Portugal forajidos Espanha, sendo necessário abrir-lhe fogo retrocedendo sem consequências. Comandante secção – Seixas – tenente. Quartel no Terreiro do Trigo 19 de Outubro de 1936>>. A mediados de ese mismo mes, por ejemplo, se celebraron varias batidas en la **Contienda**, gran finca cercana a Encinasola y Barrancos que se extendía sobre territorio de ambos países. En ellas intervinieron falangistas y carabineros de Encinasola y Aroche, a los que acompañaron fuerzas portuguesas al mando, entre otros, del propio Seixas. Los*

portugueses se quejaban de la escasez y falta de preparación y medios de los españoles, que se conformaban con quemar las chozas de los huidos o con capturar a algunos de ellos. Les parecía que no abordaban seriamente el problema. También sabemos por los testimonios recogidos por Rodriguez Ferreira que en ocasiones los fusilamientos se producían en tierra portuguesa, debiendo ser los propios vecinos los que les dieron enterramiento”.

Sobre o Tenente Seixas afirma-se que a sua intervenção se pautou por permitir “...a concentração de mais refugiados na Choça do Sardinheiro, à revelia do poder central, embora tenha procedido a diligências para juntar todos os refugiados” – os do Sardinheiro com os da Coitadinha (Arquivo Histórico Militar, 1.ª Divisão, 38.ª Secção, Cx. 63-2, Inquérito Militar, p. 140 in Simões, 2007a: 225). Ainda segundo a mesma autora, tratou-se de uma prática de resistência que contrariou as ordens militares e o poder hegemónico, pois com a sua acção legitimou a presença dos refugiados em Portugal, protegendo mais 299 pessoas sem conhecimento oficial do Ministério da Guerra – a PVDE, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, que se continuou pela execrável PIDE, Polícia Internacional e Defesa do Estado, só tinha conhecimento de 613 refugiados quando o número a evacuar passou a ser de 1020... (nota do Sub-Secretário de Estado da Guerra de 09 de Outubro de 1936, mandando indagar a razão da disparidade numérica, Simões, 2007b: 1145).

O problema, assim considerado pelas autoridades portuguesas, foi como é que tinha sido declarado este número de refugiados, no caso 613, quando iriam embarcar 1020? (Francisco Espinosa Maestre, 2006 in Simões, 2007a: 129).

Da análise feita aos valores numéricos apresentados em diferentes páginas dos dois textos desta autora, verificou-se que havia algumas discrepâncias, mas que se trata de valores muito próximos, o que se compreenderá facilmente pelas limitações de toda a ordem que à época havia (há cerca de 75 anos), como as dificuldades de comunicação, as distâncias e o quase permanente afluxo de refugiados durante um período ainda significativo e, ainda por cima, num país subjugado por uma ditadura fascista.

Basicamente por causa daquela “omissão”, o Tenente Seixas acabou por ser alvo de um auto de averiguações e de um processo que lhe foi instaurado enquanto militar, “...para apuramento de responsabilidades sobre o elevado número de refugiados espanhóis



Figura 2.12 – Fotografia do Tenente Seixas, gentilmente cedida pelo neto, Sr. Eliseu Seixas Aguiar, à publicação “MOURA”.

concentrados na raia portuguesa...” (Simões, 2007a: 165) “...protegendo mais 299 refugiados sem conhecimento oficial do Ministério da Guerra” (Simões, 2007a: 227).

Ainda de acordo com a autora, o Tenente Seixas foi penalizado, por ordem de Salazar, à altura Ministro das Finanças, por a sua acção incorrer num conjunto de infracções do Regulamento Disciplinar da Guarda Fiscal.

“A estratégia de resistência do Tenente Seixas, claramente denunciada nos vários depoimentos do inquérito militar, comprova a existência de uma complexa rede de relações sociais entretecendo militares no terreno e a população local. Porém, o poder central não descuroou a sua autoridade e o poder de coacção, quando confrontado com a disparidade no número de refugiados de Barrancos” (Simões, 2007b: 1145).

Mais tarde, o Governo português encarregou-se do repatriamento à sua própria custa de cerca de 1500 refugiados (segundo Maestre, 2006: 122) ou 1025 (segundo Naturlink, 2006), que foram transportados a 08 de Outubro em camionetas para Moura, depois em comboio para Beja e Lisboa, onde embarcaram no navio português Niassa para o porto de Tarragona que estava nas mãos dos republicanos (Francisco Espinosa Maestre, 2006 *in* Simões, 2007a: 122) conseguindo, assim, fugir às forças do ditador Franco (Naturlink, 2006). O facto de Salazar ter sido forçado a negociar um acordo diplomático para este repatriamento, terá resultado de um conjunto de circunstâncias políticas e diplomáticas, nomeadamente, a acção dos militares da fronteira de Barrancos (Simões, 2007b: 1140).

Se o Tenente Seixas permitiu a estada de tantos espanhóis protegendo-os, outros houve que tiveram idêntico procedimento de auxílio aos refugiados, como o **Tenente Oliveira Soares**, que enfrentou o avanço militar dos nacionalistas na H. da Coitadinha. Já noutra local da raia, em Campo Maior, o Sargento Sanches da GNR auxiliou a saída de vários refugiados para o exílio, além de os ter avisado previamente de rusgas que tiveram lugar naquela vila (Simões, 2007a: 226).

Ao longo da história foram várias as grandes personalidades que se notabilizaram por um movimento internacional contra os fascismos, como Luís Buñuel, André Malraux, George Orwell, Ernest Hemingway, Robert Capa e Pablo Neruda (Jorge Crespo, Prefácio *in* Simões, 2007a: 15).

Pelo sofrimento causado a tantos milhares de pessoas, *“Temos o dever de passar o testemunho, de não esquecer a memória do que passou e transmiti-la às novas gerações para quem a guerra civil de Espanha se perde na bruma dos tempos; a Câmara Municipal de Barrancos, guardiã dos valores desta terra desta gente, está sempre atenta e apoia estes contributos decisivos para o apuramento da verdade histórica e o fortalecimento da nossa identidade cultural” (António Pica Tereno, Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, Apresentação, in Simões, 2007a: 12).*

Foram muitas as pessoas entrevistadas sobre a GCE e como refere Simões (2007a: 250-251), *“...a memória dos indivíduos permanece para além do tempo e dos mecanismos de repressão social que impõem o esquecimento”*. Para alguns dos entrevistados *“...a memória constitui um*

património individual que, ao ser partilhado colectivamente, entrosa numa multiplicidade de significados e de elementos determinantes para a construção identitária dos sujeitos, contribuindo simultaneamente para a memória colectiva da sociedade”.

“A figura do Tenente Seixas e o «processo» de Safara prevalecem como património das memórias familiares, entrelaçando sentimentos múltiplos de austeridade e integridade” (Simões, 2007a: 247).

Em Setembro de 2009 o povo de Barrancos foi homenageado com a Medalha da Extremadura, galardão máximo daquela região espanhola, atribuída pela primeira vez a estrangeiros, *“...como reconhecimento pela ajuda prestada a refugiados extremenhos durante a guerra civil espanhola” (Diário do Sul, 26-4-2010: 20).*

Passados pouco mais de 74 anos, em 23 de Abril de 2010, o município de Oliva de la Frontera homenageou o Tenente António Augusto Seixas e o povo de Barrancos, com a inauguração de um monumento (*“...uma mão estendida sobre um monte de pedras...”*), o responsável por, no final daquela guerra, se terem salvo mais de mil espanhóis que então se refugiaram na raia dos concelhos de Moura e Barrancos (Figuras 2.13, 2.14, 2.15 e 2.16).

Esta justíssima cerimónia tem a ver com a ajuda humanitária prestada pelo povo de Barrancos, ao *“...terem acolhido, protegido e ajudado mais de mil refugiados, a maioria oriundos daquela localidade espanhola, que fugiam da repressão das tropas do general Franco”* e que teve a presidir o Presidente do Governo Regional da Junta da Extremadura, Guillermo Vara, acompanhado pelo Presidente do Município de Oliva de la Frontera, Victor Morera Mainar, pelo Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, Dr. António Tereno, da subdelegada do Governo de Espanha na região da Extremadura e por Eliseu Seixas, neto do Tenente Seixas (Diário do Sul, 2010).

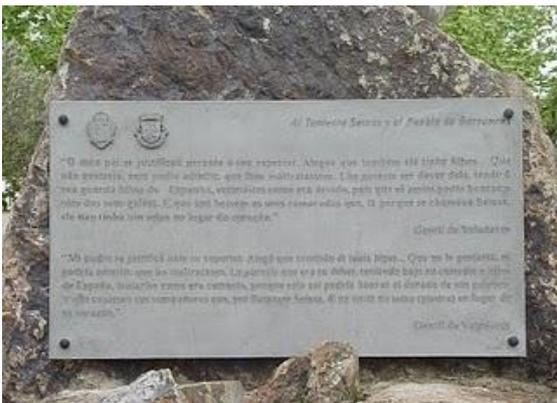
2.1.1.3. O Contrabando

“Em Barrancos o contrabando pode ser compreendido como uma prática de resistência, por parte dos trabalhadores rurais, sobretudo quando praticado como alternativa de sobrevivência económica dos grupos familiares, o designado «contrabando de comer».” (Simões, 2007a: 189).

Outro aspecto histórico, que teve alguma relevância durante vários anos e que, pela sua natureza, era mais vigiado nas zonas raianas, foi o **contrabando**.

Durante a 2.ª Grande Guerra, o Governo da Ditadura Salazarista decretou o racionamento, ocorrendo uma escassez de produtos de primeira necessidade. Isso foi aproveitado pelas populações, sobretudo as da raia, para acções de contrabando. A zona de Moura/Barrancos foi uma delas, em que as populações tiraram partido desta actividade, constituindo, naqueles tempos, uma forma de sobrevivência, como refere Simões (2007: 198): *“O contrabando intensifica-se neste contexto, como alternativa económica de sobrevivência, com a conivência das próprias autoridades locais, cientes da sua importância como medida de prevenção de conflitos sociais”.*

Este facto é, também, corroborado pelos próprios técnicos da administração pública que elaboraram o documento referente ao “Projecto de Arborização da Herdade da Contenda” ao afirmarem que *“à face da técnica e se admitirmos que os rendeiros não vão usufruir proventos pelo facto de se aproveitarem de negócios de contrabando, como se admite, na região, que fazem, o arrendamento é-lhes ruinoso”* (DGSFA, 1958: 7).



Figuras 2.13, 2.14, 2.15 2 e 2.16 – Fotos da homenagem do município de Oliva de la Frontera ao Tenente António Augusto Seixas e ao povo de Barrancos, em 23 de Abril de 2010 (cerimónia da inauguração; escultura "dar a mão a alguém" de Marina Aguiar; lápide que registou a cerimónia; Dr. António Tereno, Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, no discurso de agradecimento) (Disponível em: <http://comunidade.sol.pt/blogs/jdms/default.aspx?p=2>, acesso em 26-4-2010).

Assim, o contrabando teve, também, relevância nesta zona raiana e **constituiu uma prática de resistência** por parte dos trabalhadores rurais e, simultaneamente, foi uma **alternativa económica de sobrevivência**, com expressão significativa na Contenda.

2.1.1.4. As “Cantinas” da Contenda

Na Contenda Sul, e no período da Guerra, foram construídas várias **“Cantinas”** que constituíam um pequeno comércio provisório, destinado a fornecer bens de consumo aos espanhóis. Estavam localizadas sempre junto à fronteira, e eram uma construção precária com infra-estruturas de madeira, paredes de chapa ondulada e cobertura de colmo ou de chapa (Biblioteca Museu República e Resistência, s/d).

Estes pequenos locais de venda, por vezes também construídos em taipa e cobertura com mato, estavam legalizados pelas autoridades (a Guarda Fiscal não se intrometia...) e eram dirigidos ao pequeno comércio com os espanhóis, que atravessavam a fronteira a pé, ou seja, tratava-se, em boa verdade, de contrabando devidamente “legalizado”.

Os cantineiros pagavam naquele tempo uma guia de 2\$50 (dois escudos e cinquenta centavos que, na moeda de hoje, representaria cerca de 0,0125 €) e levavam o “avio” – ou seja as compras como o pão, o café, o açúcar, a farinha, a fruta, o leite em pó, alguns tecidos, etc. – de Santo Aleixo para a Contenda onde posteriormente aqueles bens eram comercializados (recolha de informação junto do “Grupo Informal”, 2010).

As designadas “Cantinas do Chaparrito”, que se distribuía entre o marco 1008 (“Pedras tanchadas”) e o 1011, pelo “Safarejo” abaixo, tinham por donos o “Francisquinho”, o Tomé “Chouriço”, o “Manuel dos Ovos”, o “Zé” Miguel, o António Firmino e o João Romano (“Grupo Informal”). Os “apelidos”, como se lê, podiam estar associados à actividade.

Não muito longe, na Mofadinha, Herdade das Russianas, havia também uma “cantina” (Biblioteca Museu República e Resistência, s/d).

2.1.1.5. A “Casa do Açúcar”

Segundo se tentou apurar, a estrutura construída e designada por “**Casa do Açúcar**” (ou “Casa do Despacho”), terá funcionado mas durante poucos anos, de 1947 a 1956. Tratava-se de um barracão de paredes em taipa e cobertura de chapa de zinco usado para comercializar açúcar e que ainda hoje pode ser vista na HC (Figura 2.17). Segundo se conseguiu apurar, este “estabelecimento comercial”, constituía mais uma oportunidade para comercializar um produto que na época era escasso, o açúcar.



Figura 2.17 – A “Casa do açúcar”.

Actualmente a CMM está a recuperar o edifício, através da colocação de uma nova cobertura em telha.

2.1.1.6. Área Arqueológica a Pesquisar

Na Herdade da Contenda não se tem conhecimento da existência de nenhum tipo de património arqueológico, a não ser o que poderão ser uns potes de cerâmica de dimensões apreciáveis que estão enterrados e que terão servido para conservar alimentos. Localizam-se na zona do Marco do Asparão.

2.1.1.7. O Convento da Tomina

“...num quente fim de Agosto aí por 1930, passada já a festa da Tomina...”
(Caldeira, 1993: 60. “Alentejo em Foco – das abas da medicina”).

Em Moura existia a Casa de Nossa Senhora das Necessidades da Tomina, pertencente à “Congregação dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos de Portugal e dos Algarves” (DGARQ, 2008). Inicialmente era designada por Congregação de Tomina ou por Congregação de Nossa Senhora das Necessidades de Tomina, uma congregação masculina fundada pelo Padre Manuel de Jesus Maria, nome religioso de Manuel Beça Leal, que recebeu ordens sacras de D. Fr. Bernardino de Santo António, bispo titular de Targa, em 1683, que se retira da vila em 1677 e foi isolar-se para a Tomina (DGARQ, 2008) (Anexo 11).

Numa zona fronteira à Contenda, fora da herdade, mas a escassas dezenas de metros do seu limite, num local ermo, conhecido por Sítio da Tomina, junto à Ribeira de Pais Joanes, na freguesia de Sto. Aleixo da Restauração, foi edificado o **Convento** com o mesmo nome, estrutura datada do século XVII, mais concretamente de 1686 (www.cm-moura.pt) (Figura 2.18). Apesar de se situar fora dos seus limites, a sua importância religiosa, histórica e a sua localização próxima justificam uma referência neste trabalho.



Figura 2.18 – O Convento da Tomina.

D. Pedro II concede-lhe, por alvará de 04 de Março (desconhece-se o ano), licença para fundar o convento. Por outro alvará de 11 de Maio de 1702, foi concedida uma porção de terra para a cerca dos Congregados. A Congregação foi aprovada por bula do Papa Clemente XI em 23 de Dezembro de 1709, e tinha por missão prestar assistência aos moribundos.

Imagine-se o papel desempenhado pelos monges, caminhando por cerros e vales, de dia ou de noite, sem quaisquer meios de transporte, quando lhes era pedido que fossem acompanhar os últimos momentos dos moribundos.

Em 1749 e por alvará de D. João V, de 28 de Março, foi concedida licença aos Congregados para passarem para a ordem fundada por São Camilo de Lélis, desde então designada por Congregação dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos de Portugal e dos Algarves ou Ordem dos Clérigos Agonizantes, tendo sido concedida autorização para a ordem ser fundada nas casas dos Congregados, pelo mesmo alvará. Por alvará de D. Pedro III, de 17 de Abril, foi confirmada a doação da coutada de Moura e declarada a sua demarcação (DGARQ, 2008).

Em 26 de Maio de 1834 deu-se o triunfo do Liberalismo e, em 30 do mesmo mês, foram extintas as ordens religiosas masculinas e nacionalizados os seus bens, que foram incorporados nos “Próprios da Fazenda Nacional”, por Decreto de 30 de Maio de 1834 – Chronica Constitucional de Lisboa n.º 127, promulgada em 30 de Maio de 1834, de Joaquim António de Aguiar e assinado por D. Pedro IV, Duque de Bragança (AFN, 2009).

O convento foi abandonado em 06 de Fevereiro de 1840, após aquela ordem de extinção, apresentando-se hoje como uma estrutura edificada num estado de degradação muito avançado.

2.1.2. Caracterização da Contenda

Com a caracterização da Contenda, embora de forma resumida, pretende-se contribuir para a análise das mudanças que se verificaram e de alguns dos parâmetros que sofreram alterações.

2.1.2.1. Caracterização Biofísica

“O solo depende estreitamente da rocha-mãe. O clima mediterrânico não é favorável à formação de solos profundos, estabelecidos sobre grandes espessuras de rocha alterada. Falta a humidade constante durante o ano e o período de maior calor, sendo também o de maior secura, não favorece a alteração química. Pelo contrário, a desagregação mecânica é especialmente activa. As chuvas concentradas, as enxurradas tão frequentes na mudança de estação, descarnam as encostas mal protegidas por uma cobertura vegetal descontínua. Nas áreas montanhosas, as roças e o pastoreio, impedindo a regeneração das árvores e arbustos, abrem caminho à erosão favorecida pelos grandes declives. A terra arável vai-se assim irremediavelmente concentrando nos lugares baixos, talvez de valeiros ou sopé de relevos, empobrecendo cada vez mais os cimos e as encostas. Durante os meses que dura a seca, o vento revolve as finas partículas formadas pela alteração das rochas que a humidade não aglutinou”.

(Orlando Ribeiro, “Portugal”, 1955 in Belo, 2012: 220).

No Anexo 12, são apresentadas descrições breves e valores relativos a: Hipsometria, Declives, Orientação das encostas, Hidrografia, Clima, Geologia, Solos, Ocupação do solo e Património natural.

O território vasto que envolve os três concelhos de Mourão, Moura e Barrancos, constitui uma área muito importante para numerosas aves dependentes dos agrossistemas ibéricos de feição estepária e também para diversas aves de rapina.

Em função da importância do património natural existente nesta parte do território nacional, nomeadamente no concelho de Moura, a Herdade da Contenda, integra:

- o **Sítio Moura/Barrancos PTCON0053** (RCM 115-A: 4536-(189-195), de 21 de Julho), em que apenas 16.4% da área da Herdade da Contenda a Norte não é abrangida pelos limites;
- a **Zona de Protecção Especial de Mourão/Moura/Barrancos PTZPE0045** (RCM 115-A: 4536-(401-406), de 21 de Julho), abrange 100% da área da HC.

Ambos, o Sítio e a ZPE acabados de indicar, estão integrados na **Rede Natura 2000**, uma rede ecológica para o espaço comunitário resultante da aplicação das Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva *Habitats*), que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável.

A Rede Natura 2000 é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados *habitats* e espécies, nas quais as actividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

Em 2006 foi efectuado um levantamento da **flora vascular** e dos **habitats** da Contenda, cujos resultados permitiram constatar a existência de:

- . 447 espécies de Plantas, pertencentes a 71 Famílias e 264 Géneros. Deve ser destacado o facto de neste número de espécies estarem incluídas 4 espécies endémicas lusitânicas, 24 endémicas ibéricas e 8 endémicas europeias, e algumas espécies raras na Europa (AFN, 2010a: 20-21);

- . as unidades fitossociológicas identificadas foram agrupadas em 16 Classes, 18 Ordens, 22 Alianças, 25 Associações e 3 Comunidades, em resultado da elaboração de 141 inventários realizados em comunidades vegetais diferentes) (Rivas-Martinez *et al.*, 2002 e Pereira e Costa, 2004 *in* AFN, 2010a: 22-24);
- . 10 habitats naturais de interesse comunitário (AFN, 2010a: 22).

Em termos de **fauna** estão inventariadas 133 espécies de aves, 18 espécies de mamíferos, 13 espécies de répteis, 10 espécies de anfíbios e 3 de peixes (Silva e Matta, 1955 *in* Borges *et al.*, 1996: 12).

Em relação às aves (RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho):

- na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos e a do Vale do Guadiana (além de outras) destacam-se, como de elevada relevância para a preservação, espécies como o Falcão peregrino (*Falco peregrinus*), o Grifo (*Gyps fulvus*), o Britango (*Neophron percnopterus*), a Águia-real (*Aquila chrysaetos*), o Bufo-real (*Bubo bubo*) e a Cegonha-preta (*Ciconia nigra*);
- existem outras espécies de aves que deverão ser objecto de especial atenção na sua conservação e dos seus *habitats* como a Águia-imperial (*Aquila adalberti*), o Abutre-preto (*Aegypius monachus*), o Sisão (*Tetrax tetrax*);
- outras espécies com categoria de ameaça e que deverão ser objecto de atenção particular na sua conservação e dos seus *habitats* como a Águia-real (*Aquila chrysaetos*), Alcaravão (*Burhinus oedipnemus*), Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), Perdiz-do-mar (*Glareola pratincola*), Grou (*Grus grus*), Águia de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), Milhafre-real (*Milvus milvus*), Chasco-preto (*Oenanthe leucura*), Cortiçol-de-barriga-preta (*Pterocles orientalis*);
- finalmente, existe um conjunto de Espécies Alvo de Orientações de Gestão – Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I, como a Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*), Milhafre-real (*Milvus milvus*), Abutre-preto (*Aegypius monachus*), Águia-cobreira (*Circus gallicus*), Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), Águia-real (*Aquila chrysaetos*), Águia-imperial (*Aquila adalberti*), (*Hieraaetus pennatus*), Águia-calçada (*Hieraaetus fasciatus*), Peneireiro-cinzento (*Elanus caeruleus*), Grou-comum (*Grus grus*) em que a ZPE representa uma das zonas mais importantes de invernada desta espécie, Sisão (*Tetrax tetrax*), Abetarda-comum (*Otis tarda*), Alcaravão (*Burhinus oedipnemus*), Perdiz-do-mar (*Glareola pratincola*), Bufo-real (*Bubo bubo*), Calhandra-real (*Melanocorypha calandra*), Chasco-preto (*Oenanthe leucura*), Cortiçol-de-barriga-preta (*Pterocles orientalis*), Passeriformes migradores de matos e bosques.

2.1.2.2. Unidades de Paisagem da Contenda

“O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica...e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano em que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho, ou negro. E também vermelho, em lugares, que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivou, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chega o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos”.

(Saramago, 1980: 11, “Levantado do chão”).

A Herdade da Contenda está englobada na **Unidade de Paisagem “Barrancos”**, identificada com o número 113, e no grupo “Baixo Alentejo” (DGOTDU, 2004b: 106-107) (Figura 2.19): *“Esta unidade de paisagem é marcada pela presença dominante do montado de azinho em extensas áreas contínuas, com uma baixa densidade do seu coberto arbóreo e, frequentemente, também do estrato arbustivo. Apesar da presença dos montados densos coincidir com as áreas quase despovoadas, a paisagem não deixa de transparecer uma humanização, baseada sobretudo num processo equilibrado de utilização dos recursos.*

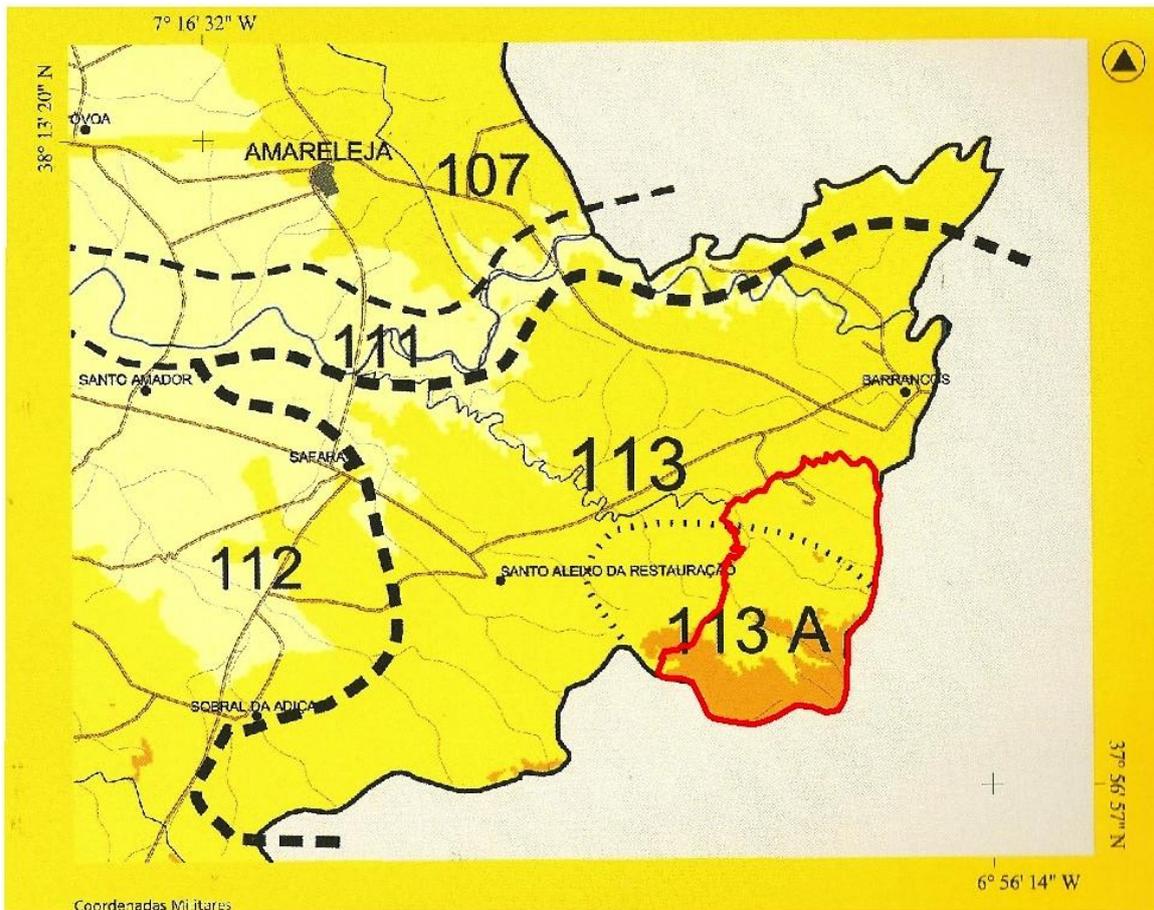


Figura 2.19 – Unidade de Paisagem n.º 113, “Barrancos” (adaptado de DGOTDU, 2004b: 106-107).

É clara uma sensação de tranquilidade e sossego, podendo nalguns casos dar lugar a uma relativa monotonia provocada pelas extensões contínuas dos elementos que definem o padrão da paisagem.

Os montados e outros usos extensivos têm assegurado uma relativa protecção do solo já muito degradado por intensos processos erosivos (dominam os solos esqueléticos de xisto). Apesar do montado constituir um sistema adaptado aos recursos e limitações naturais, apresenta sintomas de envelhecimento, pequenas manchas de azinhal, com matos bem desenvolvidos, favorecendo uma fauna bastante diversificada que neles se refugia”.

Foi também considerada uma **subunidade de paisagem, designada por 113 A** “...com um relevo mais pronunciado subindo a altitudes superiores a 400 m...”, cujo limite poente dista cerca de 4 km da povoação de Santo Aleixo da Restauração e se prolonga até à fronteira. O limite desta subunidade foi estabelecido na altura com base numa cartografia a uma escala (1/300 000) muito diferente da do presente trabalho (1/35 000), razão pela qual não o apresentamos face à falta de rigor que a transposição do mesmo poderia induzir.

Analisadas as suas características, entende-se que nesta área poderão ser consideradas **três subunidades**: a Contenda Norte, a Contenda Intermédia ou Central e a Contenda Sul.

No primeiro caso, a Contenda Norte, tem um relevo mais aplanado e um uso do montado de azinho mantendo-se ainda hoje com uma exploração agro-silvo-pastoril, aqui aproveitada pelos veados na sua alimentação.

Na Contenda Sul, o relevo é mais pronunciado, com altitudes superiores a 400 m, densamente arborizado com várias espécies.

A paisagem é marcada em geral por uma grande secura, o que se prende com as baixas precipitações anuais, aliada à sua concentração no Outono/Inverno e com a extrema dureza do Verão. Apesar desta secura, e porque as chuvadas são por vezes intensas e o xisto relativamente impermeável e erosionável, as linhas de água rasgaram profundamente o relevo, pelo que têm uma forte expressão na paisagem.

Quando da elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda (DGRF, 2006a: 36), entendeu-se propor os **elementos singulares** (“*elementos com reduzida dimensão em termos de superfície ocupada, mas que se destacam no conjunto da Unidade de Paisagem pela sua diferença, pela qualidade intrínseca – ou pelo contrário, por constituir uma dissonância desqualificadora – e/ou pelo impacto – sensitivo, cultural ou ecológico – que têm sobre a unidade*”, DGOTDU, 2004a: 44) que a seguir se referem:

- as **Cristas quartzíticas**, nomeadamente as que se situam
 - . na zona do marco “1008” – afloramentos rochosos de dimensão apreciável e significativa, bem preservados, junto ao marco divisional de fronteira com o n.º 1008 que, por sua vez, se situa perto de um marco geodésico;
 - . nos “Castelejos”;
 - . na “Pedra dos Chefes”;
- o **Convento da Tomina**.

Esta última estrutura, edificada no século XVIII e de que se fez referência em sub-capítulo próprio, não está erigida na HC como foi evidenciado, mas nas suas imediações próximas, sendo propriedade privada.

Uma pequena parte dos terrenos que faziam parte do convento quando foi erguido, e que tinham uso agrícola, passaram depois a pertencer à Contenda, embora o convento tenha ficado fora dos limites. Porém, face à sua proximidade, à sua localização e à importância em termos de testemunho histórico e cultural, é considerado também neste trabalho um elemento singular.

2.1.2.3. Toponímia Local

Carrasco (1995) foi um dos autores que contribuíram com um artigo sobre “La Contienda” quando decorreram as Primeiras Jornadas Transfronteiriças sobre a Contenda Hispano-Portuguesa, entre 2 e 4 de Junho de 1995. Concretamente, a temática daquele documento versou a toponímia local, também designada por toponímia menor, de “La Contienda”, a parte espanhola.

Carrasco (1995: 78, 80-83) investigou a razão de ser dos topónimos locais e propôs um conjunto de justificações para os mesmos, baseadas nos seguintes aspectos: nas escaramuças bélicas; na Concordata de 1542; no nome de pessoas que terão trabalhado em alguns dos lotes; nos nomes sobre ocupações e actividades mais ou menos industriais como a cultura do linho, o fabrico de carvão, a prática do contrabando, etc.; portuguesismos decorrentes das peculiaridades da exploração do território, do carácter fronteiriço; de factos históricos lá ocorridos; nos nomes de animais devido à sua presença; nos nomes de plantas locais; nos devidos à orografia; nos devidos a construções rurais; noutros, devido à localização.

Esta questão da toponímia local nunca terá sido abordada pelos investigadores que prosseguiram algum tipo de pesquisa sobre a “Contenda portuguesa”.

Assim, esta parte do presente trabalho, é uma contribuição para a constituição de uma base de dados, a ser eventualmente considerada por quem se possa vir a interessar por esta temática, de génese linguística, mas também para melhor se conhecer a história e outras circunstâncias deste território.

Na Contenda, como em muitos outros lugares, a explicação para os topónimos, teve a ver com: o nome das pessoas que trabalharam nos lotes e ou que lá viveram; outros relacionados com o desenvolvimento de algumas actividades e com o nome de plantas e animais (Figura 2.20 e Mapa 24 do Anexo 9).

Os documentos que serviram de suporte à constituição da lista de **topónimos da “Contenda”**, foram:

- a Carta Militar de Portugal (n.º 514, 515, 525 e 525 A, do Serviço Cartográfico do Exército / Instituto Geográfico do Exército, escala 1/25 000) e outras origens oportunamente indicadas;
- a recolha de informação junto do “Grupo Informal”;
- a “Concordata de 1542”;
- o documento sobre o “Projecto de Arborização da Herdade da Contenda” DGSFA (1958: 11), todos com o objectivo de complementar o mais possível a informação existente.

Por uma questão de facilitar a pesquisa e a correspondente apresentação, os nomes são apresentados por ordem alfabética e, a seguir a cada nome, é indicada a respectiva fonte de informação, quando foi possível detectá-la:

- . *Achadas* (Transmissão oral)
- . *Aldeia da Roupa Branca* (Transmissão oral)
- . *Alquerque* (Carta Militar de Portugal; DGSFA, 1958: 10)
- . *Alto do Porto Largo*
- . *Barracão do Mel*

- . Barragem da Rocha. Barragem do Viveiro
- . Barranco das Aldefitas
- . Barranco das Escovas (JFSA, 1929-1939)
- . Barranco das Pedrarias (JFSA, 1929-1939)
- . Barranco do Pessegueiro

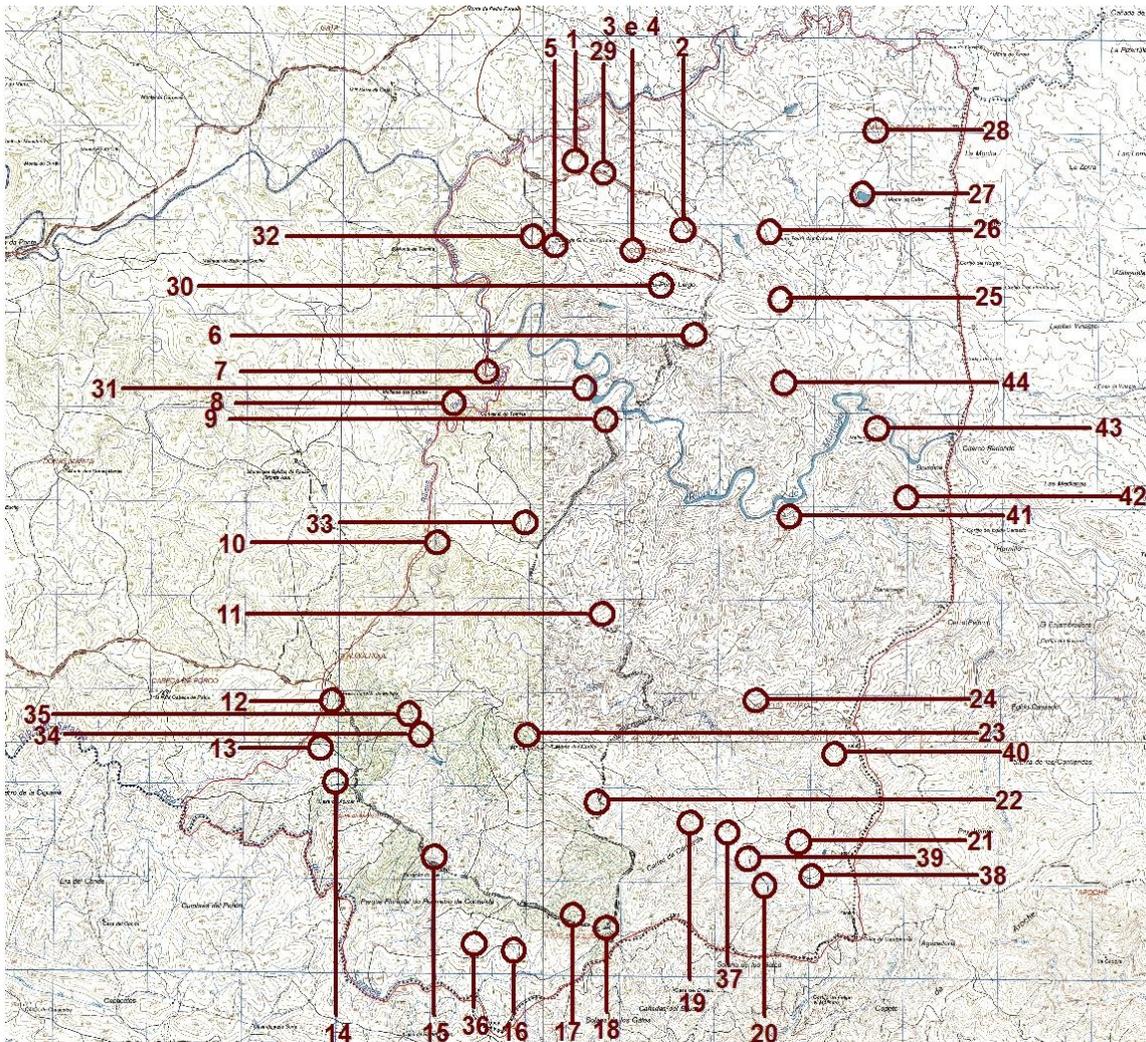


Figura 2.20 – Mapa 24, Toponímia (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de Serviço Cartográfico do Exército – Cartas Militares de Portugal n.º 514, 515, 525 e 525-A) (Anexo 9).

- . Campo de Gamos (Concordata de 1542)
- . Canada das Éguas (DGSFA, 1958: 10)
- . Capturadouro (Transmissão oral)
- . Casa do Açúcar (Transmissão oral)
- . Casa da Caça
- . Castelejo (Pedra dos Chefes)
- Cerro da Abelheira (Borges et al., 1996: 7-8)

- . *Cerro dos Carabineiros* (Transmissão oral)
- . *Chadas* (JFSA, 1929-1939)
- . *Chaparrito* (Transmissão oral)
- . *Choça de F. Braga* (JFSA, 1929-1939)
- . *Choça do Garrônes* (JFSA, 1929-1939)
- . *Convento da Tomina*
- . *Cortes da Contenda*
- . *Cume da Barrosa*
- . *Eira do Cara Alegre* (JFSA, 1929-1939)
- . *Ferranha* (Posto da Guarda Fiscal da Ferranha)
- . *Ficalheira* (Transmissão oral)
- . *Fonte do Llano Pardo*
- . *Fonte dos Melhiços*
- . *Fonte da Palmeira*
- . *Fonte do 25 de Abril*
- . *Jogo da Cunca* (Transmissão oral)
- . *Malhada do Pita* ou *Malhada de Cima*
- . *Malhada do Sales* (Transmissão oral)
- . *Marco 1008* (Carta Militar)
- . *Marco Geodésico do Asparão*
- . *Marco Geodésico Canada das Éguas*
- . *Marco Geodésico Cume da Barrosa*
- . *Marco Geodésico Pico da Águia* (ou *Pico do Touro*)
- . *Marco Geodésico do Pico das Escovas*
- . *Monte Afonso*
- . *Monte do Barrocas*
- . *Monte da Cabeça de Porco* (DGSFA, 1958: 11)
- . *Monte dos Calotes*
- . *Monte das Cortes* (ou *Monte do Guarda*)
- . *Monte do Cuba*
- . *Monte da Ficalheira*
- . *Monte do Maíto*
- . *Monte do Murrongo* (ou *Monte do Alvarinho*)
- . *Monte do Pássaro*
- . *Monte do Tio Caleiro*
- . *Monte do Touril das Cruzes*
- . *Monte do Vinte e Cinco*
- . *Ombria* (JFSA, 1929-1939)
- . *Palheirinho dos Frades* (Transmissão oral)
- . *Palmeira* (Transmissão oral) (JFSA, 1929-1939)
- . *Pego dos Carvoeiros* (Transmissão oral)
- . *Pico do Touro* (DGSFA, 1958: 13)
- . *Pico das Escovas*

- . *Poço das Aldefitas*
- . *Portela do Raio* (Transmissão oral)
- . *Porto das Lanchas* (Transmissão oral)
- . *Ribeiro do Arroio* (Concordata 1542)
- . *Ribeiro do Murtigão* (Concordata 1542)
- . *Ribeiro de Pae Joanes* (Concordata de 1542)
- . *Ribeiro do Safarejo* (Concordata de 1542)
- . *Rocha Fria* (Transmissão oral)
- . *Rodeio do Touro*
- . *Santo Amador* (JFSA, 1929-1939)
- . *Saramago*
- . *Sítio das Arrancadas* (JFSA, 1929-1939)
- . *Vale Malhão*
- . *Viveiro*.

2.1.3. “La Contienda”, “La Comunal” e o “Ayuntamiento de Aroche”

Alguns dos topónimos acabados de referir terão sido atribuídos pelos castelhanos que labutaram na “Grande Contenda”. Uma parte da sua história já foi contada, e entendeu-se que num trabalho como o presente, faria sentido **pesquisar em paralelo a evolução que também teve a parte da “La Contienda”**, após o acordo de 1893 que permitiu a sua divisão, porque:

- o diferendo levou a que o grande território que primitivamente constituiu a Contenda nunca tivesse sido privatizado até àquela data mas, antes, ter sido entregue às duas autarquias, Moura e Aroche, que desde sempre a reivindicaram;
- aquele território apresentar características ecológicas e uma ocupação do solo semelhantes;
- as populações de um lado e do outro procederem a uma utilização muito idêntica do uso do solo e dos seus recursos;
- o facto de em ambos da fronteira comum existirem áreas classificadas (“La Contienda” pertencer ao Parque Natural da Sierra de Aracena y Picos de Aroche e sobre a Contenda recaírem dois estatutos de protecção, Sítio da Rede Natura e Zona de Protecção Especial).

Após a fixação da linha de fronteira no fim do século XIX (1893), acordada na Convenção de Madrid, a “Grande Contenda” foi dividida em duas partes, uma para Portugal, a Contenda, e outra, “La Contienda”, para Espanha.

Nas duas primeiras décadas do século XX no Noroeste da Andaluzia e, concretamente, em Aroche, a estrutura agrária era latifundiária com uma mão-de-obra que subsistia dos trabalhos agrícolas e dos relacionados com a exploração do gado, existindo também um grupo numeroso, que eram chamados de **“pegujaleros”, “piojaleros”** ou **“cangueros”** – trabalhadores agrícolas sem terras, ou proprietários de pequenos minifúndios que trabalhavam por conta própria graças à posse valiosa de um animal de carga, usualmente burro ou mula, e de alfaias agrícolas para trabalhar a terra.

A palavra “piojalero” significa o que trabalha no “piojal”, ambas as palavras derivadas de “pegujal” (nome por que se conhecia o lote de terra, geralmente com área pequena, que era

entregue pelo proprietário para ser semeado durante um ou dois anos e com condições a quem recebia o nome de “pegujalero”) e “canguero” que deriva de canga ou junta. O “pegujalero” trabalhava o “piojal” com as mulas e, dados os exíguos salários, o proprietário cedia-lhes uma parte da produção e outros direitos como: o de semearem uma pequena horta, “el melonar”, no Verão para auto-consumo; o direito a terem um número determinado de cabeças de gado nos rebanhos que depois podiam vender no mercado. Estes “costumes” eram também designados “direitos não salariais dos trabalhadores” (Talego, 1995: 160-161).

Os “piojaleros” tinham uma relação contratual definida com os proprietários das terras onde semeavam os “piojales”, e que era procurada pelo proprietário para otimizar os rendimentos do montado de azinho e que deles necessitava para subsistir. O “piojal” ou “pegujal” era uma parcela de terreno de pequenas dimensões, com cerca de 2, 8 ou 10 ha, que era entregue pelo proprietário ao “piojalero” para ele lá semear o cereal ou as leguminosas, grão-de-bico ou tremoços durante 1-2 anos. O “piojalero” comprometia-se, pelo seu lado, a limpar a terra das ervas daninhas para poder ser cultivada e a entregar uma parte da colheita ao proprietário, e que podia ser de uma sexta a uma décima parte, designada “terrargo”. Se o “piojal” tinha uma produtividade baixa, era entregue ao “**piojalero**” com a condição única de a limpar das ervas, pois a seguir entrava o gado que podia alimentar-se dos restolhos. Os “piojaleros” tiveram um papel muito importante na manutenção do montado e no sistema social de Aroche e de Encinasola (Talego, 1995: 162-163).

A primeira divisão de lotes de “La Contienda” pelos “piojaleros” teve lugar na primeira metade dos anos 20 do séc. XX. Só este facto representou uma mudança significativa na gestão de “La Contienda”, que estava na sua maior parte arrendada a alguns agricultores que ficavam com grandes áreas, e que na sua maioria eram naturais da aldeia de “Las Cefiñas”. Os lotes entregues aos “piojaleros” foram destacados das terras que eram anteriormente arrendadas por aldeões, nos terrenos mais aptos à cultura de cereais.

Os lotes eram sorteados de 2 em 2 anos entre todos os “piojaleros” que o pretendessem, com a condição de pagarem por ele um valor módico, mas que estava ao alcance de todas as bolsas.

Este facto contribuiu de forma significativa para a melhoria da situação económica que, a partir de então, passaram a ter mais alguns hectares para semear, além de outras terras cedidas pelos proprietários nas condições habituais (Talego, 1995: 174).

Nome dos lotes destinados aos “piojaleros”: “Granja Primera”, “Naranjero”, “Fogarín”, “Lírios”, “Torre Quemada”, “Sarna”, “Piletas”, “Lejfo Cansado”, “Vinagre”, “Canguero”, “Medianas”, “Orillano”, “Chaparrito”, “Otero de Arcos”, “Tortillo”, “Granja Segunda”, “Olla Lobosa”, “Lomo de la Lancha”, “Rodeo Pelao”, “Tres Hermanas”, “Hornito”, “Ladita” e “Paijuanes”. Cada um destes lotes era dividido num determinado número de parcelas, com a extensão de aproximadamente 4 “fanegas” (2 hectares e 30 áreas) (Talego, 1995: 174).

Há uma **lenda local** que chegou ao conhecimento de Talego (1995: 173-174) nas entrevistas que fez aos “piojaleros” arochenos de que terá havido uns Marqueses, que terão sido os proprietários daquelas vastas terras de Portugal e de Espanha que constituíram a Contenda e que, por não terem tido herdeiros, ofereceram as terras aos seus habitantes (de Moura,

Aroche e Ensinasola). A lenda de certo modo justifica as práticas de uso comunitário que foram seguidas nas duas Contendas.

Até aos anos 20, qualquer arocheno tinha o direito de colher a bolota e a lenha seca (de azinho e de sobro) na “Contienda” em todas as árvores em que começasse a fazê-lo, ficando-lhe essa área reservada por esse ano. Era um costume aceite por todos (Talego, 1995: 167).

A população de Aroche era de 5560 habitantes em 1920, 6054 em 1930, 6771 em 1940 e 6763 em 1950 (Talego, 1995: 169 e 178).

Segundo Talego (1995), nos séculos anteriores e até aos anos sessenta do século passado, havia uma série de direitos e de usufruto do montado pelos trabalhadores e moradores, que se consideravam como riquezas naturais de uso comum e que estavam livres das restrições da propriedade privada. Entre eles contavam-se alguns produtos vegetais como os cogumelos e os espargos, a totalidade dos animais da fauna selvagem, hoje todos ou quase todos submetidos a um qualquer tipo de regime venatório.

Face à manifesta falta de terras, já em 1902 havia solicitações para a adjudicação de terras de montado de azinho (“dehesa”) que, conjugadas com o crescimento da população, tornava os sistemas produtivos incapazes de dar resposta àquela procura social de terras (designada então de “hambre de tierras”), ou seja, ao desejo de dispor de um recurso que garantisse a sobrevivência de muitos dos que trabalhavam a terra (Talego, 1995 *in* González, 1999: 215).

Naquela altura em Aroche já se verificava uma divisão desigual da propriedade da terra. Segundo o censo eleitoral de 1923, a propriedade estava concentrada em 4% dos habitantes, havendo 5% considerados lavradores com meios de produção (animais de tiro) e constituindo os jornaleiros a maioria da população activa com 74%, que não possuía terras e constituíam a fonte de trabalho braçal nas diversas tarefas do campo, muitas vezes de forma sazonal. O sector artesanal com cerca de 6%, o industrial (contando com os moleiros) com 3% e os comerciantes 1%. O quadro social era de uma taxa alta de desemprego com um mercado de trabalho fortemente dependente dos grandes e médios proprietários de terras (Soria, 2004: 61).

Deve dizer-se que *“Aroche tinha o resto do seu território (“término”) sujeito ao poder de determinados Senhores feudais, do Rei e da Igreja por concessão real, á parte as terras de “La Contienda”, que eram terrenos não privados”* (González, 1999: 218).

Aquela situação de desigualdade na divisão da propriedade da terra provocou o aparecimento de um movimento operário, tendo a imprensa da época chamado àqueles anos de tensão social na Andaluzia (de 1919 a 1921) de “triénio bolchevique” (Vásquez, 1995 *in* González, 1999: 216; Talego, 1995: 169).

Estas circunstâncias deram origem, no movimento operário rural, a grupos reivindicativos como a “Sociedad de Obreros El Alba” (Arquivo Municipal de Aroche, 1902 *in* González, 1999: 215-216; Talego, 1995: 169), onde o Sindicato Operário de Aroche estava constituído (Lunar, 1991 *in* Talego, 1995: 169), que foi a impulsionadora da **“La Comunal”** (Soria, 2004: 61). Surge deste modo aquela Sociedad que pretende criar um negócio, o da criação de indústrias com

base nos fundos comunais provenientes da exploração de “La Contienda” e que pelo facto de ser gerido por representantes do povo, o viesse a beneficiar com os seus produtos e as mais valias geradas (González, 1999: 216).

Os **problemas em torno da administração da propriedade “La Contienda”** e dos dinheiros gerados foram sempre uma constante. Por isso, e ainda no início do século XX, a classe operária arochena apresentou uma proposta à Câmara Municipal para melhorar a gestão daquele território, baseada num sistema misto de administração – a terra era dividida em três parcelas sendo uma para sementeiras, outra para leilão da bolota e outra para aproveitamento de pastagens e de restolhos pelo gado. O “ayuntamiento”, depois de nomear uma comissão constituída por industriais, patrões e operários, pronunciou-se desfavoravelmente à proposta, pelo que se continuaram a leiloar os **23 lotes** pelo método “*pujas a la llana*” (Soria, 2004: 63) uma forma de leilão.

Ao longo da bibliografia consultada, esta foi a única fonte onde foi possível recolher a informação de que “**La Contienda**”, a parte espanhola, foi dividida em **23 lotes** no início dos anos 20, à imagem do que aconteceu com a Contenda, a parte portuguesa, também dividida, mas em **22 lotes**.

Ao tempo a farinha para abastecimento da população era proveniente do exterior, o que encarecia o preço, facto que foi registado na segunda década do séc. XX, sendo o fornecimento de energia eléctrica feito há poucos anos. Por outro lado, a gestão de “La Contienda” e dos respectivos fundos originou que se intensificassem as críticas à “Corporación” por parte das populações.

O conjunto destas circunstâncias levou a que tivesse sido apresentado àquela entidade um projecto de criação de actividades para dinamização do desenvolvimento económico e social da zona: a criação de uma **Fábrica de Farinhas** (mais tarde baptizada de “La Comunal”) e de uma **Central Geradora de Electricidade** (“Santa Teresa de Electricidad”) (González, 1999: 212). A “Corporación” considerou-as como boas iniciativas uma vez que, por um lado, reduzir-se-iam os custos das farinhas (a cargo de uma “Junta de Subsistencia”, uma das que foram criadas em 1919 por Decreto Real, para intervir nos preços dos produtos básicos) e, por outro, poderia comprometer outros sectores da população na gestão dos fundos, criando os primórdios de um negócio que produzia emprego e benefícios económicos que diminuiriam o descontentamento social existente (González, 1999: 216).

O nascimento do projecto foi formalizado através do acordo dado pela Corporação Municipal (“Acta de Pleno” de 10 de Junho de 1921) à utilização dos fundos da exploração de “La Contienda”, para fins de utilidade pública para toda a população residente. “**La Comunal**” era, portanto, uma entidade independente do poder municipal, o “Ayuntamiento”, de propriedade colectiva e considerava-se como a depositária legítima da representação dos naturais de Aroche para gerir e decidir sobre todas as questões relacionadas com a exploração de “La Contienda de Aroche” e explorada de forma comunitária pelos arochenos (Talego, 1995: 172). “La Comunal” tomou a decisão de guardar o dinheiro proveniente da exploração de “La Contienda”, em vez de o distribuir equitativamente entre os habitantes, para o investir na

construção de uma fábrica de produção de energia (gerada por motores a gasogénio) e na construção de uma moagem para a produção de farinha (Talego, 1995: 172).

Entretanto, ficou acordado que as acções concretas a realizar seriam a construção da fábrica de farinha e a aquisição de motores para produção de energia eléctrica, o que representou que tivesse sido necessário adquirir a “Huerta del caño de la cera” em 8 de Junho de 1921 (González, 1999: 219; Soria, 2004: 64).

Finalmente, a 26 de Agosto de 1923 foi dado o nome de “La Comunal” à fábrica, tendo sido inaugurada no mês seguinte, Setembro, e iniciada a actividade de fabrico da farinha a 1 de Outubro de 1923 (Soria, 2004: 72-73).

É de alguma forma surpreendente que uma “Corporación” tenha adoptado e assumido aquele acordo e tenha permitido a uma entidade com fins sociais a gestão de fundos públicos.

O próprio nome “La Comunal” dava uma ideia do seu carácter:

- um projecto que beneficiava o cidadão comum, cujos edifícios são propriedade das populações residentes na vila, nos núcleos rurais e nos montes isolados (Soria, 2004: 66);
- uma fábrica de farinha que melhorava as condições de acesso das populações urbanas e rurais ao produto básico que é a farinha;
- e ter sido o embrião de outros projectos económicos concretos como a produção de energia eléctrica e uma panificadora (González, 1999: 212).

O projecto era destinado a toda a população porque (Soria, 2004: 65-66):

- os seus benefícios alcançavam todos;
- satisfazia a “Sociedad de Obreros El Alba”;
- terminava com o monopólio e o controle dos moinhos hidráulicos e fábricas de farinhas forâneas;
- evitava que a moagem estivesse dependente da água de rios e ribeiros e do clima;
- favorecia o agricultor porque conseguia transformar a farinha para o seu consumo, o morador porque adquiria o pão mais barato e o gadeiro porque a fábrica aproveitava derivados do trigo (e da farinha) que serviam de alimento para o gado.

O projecto assentava no carácter agrícola da localidade de Aroche e da serra em geral que, em conjunção com a origem dos fundos, conformavam a ideia para o projecto inicial, cuja gestão e negócio viria a ser feito através da “Junta de Contienda” com a participação de representantes da “Sociedad Patronal de Agricultores y Ganaderos” e da “Sociedad Obreros El Alba” e apresentação à Câmara Municipal (Ayuntamiento) de Aroche (González, 1999: 216).

Tratou-se de um projecto socio-económico (“La Comunal”) de iniciativa local (económica, pública e social) que teve início em 1921, “*que engloba um conjunto de negócios ou indústrias, cujos benefícios reverterão na criação de novas indústrias, ou na de outros fins de interesse local do povo de Aroche*”. Os outros fins de interesse social, de acordo com o Regulamento do Sindicato Agrícola, envolviam o regime de auxílio ou pensões a operários, a construção de casas de renda económica, ou a constituição de um fundo de reserva e de previsão para períodos em que ocorressem catástrofes naturais ou sociais (González, 1999: 211).

O titular dos bens (fundos) usados no início para o financiamento de “La Comunal”, pertenciam ao “*común del vicindario de Aroche*” (a “*Asociación de Vecinos de Aroche*”) (é o mesmo que “vecindario”), como consequência da exploração da “Dehesa de la Contienda”,

“que como bien Comunal está sujeto al disfrute directo y colectivo de los vecinos” (González, 1999: 212). Os bens que foram objecto desta iniciativa, constituem hoje o que se denominou como Património Industrial. Trata-se de uma figura que compreende *“los bienes muebles e inmuebles generados, en el transcurso histórico por las actividades extractivas y productivas del hombre”*. Os bens referidos inserem-se numa paisagem que também há-de ser objecto de protecção, dado que a indústria é uma consequência directa do uso que a sociedade faz do meio natural (Sobrinho Simal, 1997 in González, 1999: 212-213).

Aqueles fundos foram geridos ao longo dos anos:

- pela “Junta de Contiendas” (em 1915) formada por pessoas nomeadas pelo “Ayuntamiento” (em Aroche eram doze);
- depois pela “Junta de La Contienda” (1921) que passou a ser constituída apenas por nove elementos, sendo três vogais da “Sociedad Patronal de Ganaderos y Agricultores”, três do “Ayuntamiento” e três vogais membros da “Sociedad de Obreros El Alba”. Aos aspectos já referidos juntaram-se os assuntos referentes à administração da fábrica de farinha (Soria, 1995: 60);
- a seguir pela “Junta Administrativa de La Fábrica de Harinas La Comunal”, em 1923 (esta nova entidade foi nomeada face à constatação da incapacidade administrativa da Junta perante a envergadura do projecto da fábrica);
- e por fim pelo “Sindicato Agrícola de Aroche”.

A criação de “La Comunal” merece destaque pelas seguintes razões (González, 1999: 223):

- por ser uma iniciativa séria de industrialização de uma economia praticamente de subsistência baseada na agricultura e na criação de gado com a finalidade de se introduzir uma exploração que optimizasse aqueles recursos, através da sua gestão integral, abrangendo a produção agrícola, a transformação dos produtos até à sua comercialização. A fábrica de farinha constituía a primeira iniciativa para se chegar à panificadora. Outros projectos previstos eram as cooperativas de consumo e produção, as fábricas de conservas de produtos vegetais, campos agrícolas de experimentação e demonstração e criação de um regime de auxílio por invalidez e velhice;
- por ter um carácter social na sua origem e a participação de representantes sociais.

“La Comunal” arochena foi, portanto, fruto de um movimento operário original que converteu todos os habitantes em proprietários, tornando-se num modelo que dinamizou e ampliou um tecido industrial serrano que era pobre: promoveu, por um lado, o vínculo directo à componente social do povo e, por outro lado, ao poder público local.

Quem foi gerir os benefícios que resultaram da implementação das acções previstas foi uma Junta Administrativa, a “Junta de Contienda”, que representava o povo de Aroche e os seus vizinhos, e era integrada (González, 1999: 220-221 e 224):

- pelo “Sindicato Agrícola”, de carácter operário;
- pelos da “Hermandad de Labradores y Ganaderos”;
- pelos representantes da “Corporación” (representantes de uma classe);
- pelo “Alcalde” (Presidente da Câmara) que preside.

Todos os representantes que acabaram de ser citados, constituem uma entidade à parte e separada da Corporação, pesem embora as intenções de controlo hierárquico pela sua municipalização.

No dia 15 de Setembro de 1923 entra em execução o Decreto Real de 30 de Setembro: o General Primo de Rivera é nomeado Presidente do Directório Militar pelo Rei Afonso XIII. Aquele ditador dá ordens para serem perseguidas todas as organizações operárias revolucionárias como as comunistas. O partido socialista e a UGT colaboram com o regime. Dissolve todos os “ayuntamientos” de Espanha, em Aroche aconteceu no dia 3 de Outubro, toma posse uma Corporação nova por mandato da autoridade militar. A gestão passa a ser feita por uma Junta Municipal (Soria, 2004: 76).

A Junta administrativa ficaria sujeita às vicissitudes da vida política local: com a vitória eleitoral da direita em 1934 um Decreto destituiu a Junta, que foi reposta em Fevereiro de 1936 com a vitória da frente popular, mediante novo decreto. A Guerra Civil provocará alterações à situação de que a decadência agrária dos anos 50 representará o princípio do fim daquela entidade (González, 1999: 219-220 e 222).

Outros acontecimentos relativos à Fábrica de Farinhas (Soria, 2004: 75 e 80-88):

- a moagem tornou-se complicada pela falta de abastecimento em trigo, uma vez que nos campos as colheitas não eram suficientes para fornecimento do cereal que permitisse a laboração das máquinas em pleno o que levava a ter que se importar trigo de outros locais como da Extremadura – naquela altura moíam-se cerca de 3.5 toneladas diariamente;
- mais tarde, com o crescimento do negócio, a fábrica teve de ser ampliada pelo que foi comprada outra horta (em 1926 esta fábrica era a mais importante em Aroche; as outras indústrias que existiam eram uma fábrica de gasosas e 6 lagares de azeite);
- em Setembro de 1926 “estala” um novo conflito entre a Junta Administrativa da fábrica de farinhas “La Comunal” e o Ayuntamiento de Aroche – no fundo trata-se da luta do movimento operário pelo controlo da fábrica e a sua saída do consistório. Com efeito na sociedade arochena existia um largo sector da opinião pública que entendia que era chegada a hora de “La Comunal” sair da tutela do Ayuntamiento e transformar-se num plano ambicioso de projectos. No fundo era o germinar da ideia do futuro Sindicato Agrícola de Aroche que acabará por ficar com a propriedade e o controle da fábrica;
- em 22 de Junho de 1927 é apresentado o regulamento de constituição do Sindicato Agrícola, aprovado em 4 de Fevereiro do ano seguinte pela Junta Administrativa;
- em 1928 aumenta a conflitualidade social como consequência das muitas greves – alcançam o nível de 12% na Andaluzia;
- em 30 de Março de 1928 é aprovado o Regulamento do Sindicato Agrícola de Aroche por Real Decreto;
- ainda em 1928 é proposta a construção de uma **panificadora mecânica**, que se tornará realidade em 1932;
- entre 1928 e 1929 são solicitados (ao “Ayuntamiento”, a bancos e a particulares) dois novos empréstimos de fundos, por conta dos lucros futuros de “La Contienda”;
- em Março de 1929 é retomado um projecto antigo para estudar as disponibilidades tanto da fábrica como de “La Contienda”, para a implantação da **empresa produtora de electricidade**;

- em 26 de Maio de 1929 é legalizado o Sindicato Agrícola de Aroche;
- em 3 de Julho o Ayuntamiento cedeu a fábrica de farinhas e os respectivos terrenos ao Sindicato Agrícola de Aroche;
- em 25 de Agosto de 1929 foram eleitos democraticamente os sócios da Junta Administrativa, presidida pelo Alcalde (Presidente do Ayuntamiento);
- em 8 de Setembro os sócios reuniram-se pela primeira vez e decidiram a extinção da “Junta Administrativa da Fábrica de Farinhas La Comunal” e a criação da “Junta Administrativa del Sindicato Agrícola de Aroche”.

Na altura, o Sindicato tinha um “Plan Gradual” ambicioso com uma série de projectos como a criação de um centro industrial que tornasse a população autosuficiente através de iniciativas como uma cooperativa de consumo e produção; uma serração de madeiras; uma fábrica de conservas de produtos vegetais; um lagar de azeite; animais, ferramentas e máquinas agrícolas; uma fábrica de sabões; campos de experimentação; e cooperativas de comercialização, entre outros (Soria, 2004: 88).

Na área social pretendia-se estabelecer pensões de auxílio e invalidez, criação de uma caixa de crédito agrícola, serviço de abastecimento de água, arrendamentos colectivos e construção de casas de renda económica.

Porém, aqueles projectos não foram levados a cabo devido à escassez de fundos, que provinham de fontes pobres, entre os quais o dinheiro proveniente da administração de “La Contienda”, além de donativos e das quotas dos sócios do sindicato. Todavia, fica-se com uma ideia da mentalidade empresarial particularmente desenvolvida que, naquela época, tinha o operariado rural de Aroche .

Devido ao facto de “El Monte La Contienda de Aroche y Encinasola” ter sido incluído no catálogo de “Utilidad Pública” da província de Huelva (1925), o Distrito Florestal de Sevilha, Huelva e Córdoba elaborou um plano anual de aproveitamento, onde foram incluídos os pastos, sementeiras, limpeza de azinheiras, apicultura, etc.

Após a Guerra Civil de Espanha (1936-39) e do triunfo do ditador General Franco, aconteceu que nos anos 40 as parcelas de terreno deixaram de ser sorteadas pelos “piojaleros”, tendo sido arrendados de novo os lotes que eram dos trabalhadores. Este facto terá sido uma represália do novo governo aos “piojaleros” devido a estes terem tido uma participação activa na vida social e por terem pressionado a que se tivesse concretizado a repartição de terras das grandes propiedades. A exploração de “La Contienda” arochena regressou assim à situação que havia nos anos 20, quando era explorada por arrendamento de grandes parcelas que eram inacessíveis às economias miseráveis dos trabalhadores. Deixaram de haver os usos comunitários por renúncia do povo a favor dos “piojaleros” e da construção da central geradora de electricidade e da fábrica de moagem para produção de farinha. Tão pouco se repartiram pelos arochenos os benefícios do arrendamento, dado que o dinheiro conseguido passou a ir para os cofres do “Ayuntamiento” (Talego, 1995: 176-177).

Do lado espanhol, e após a demarcação fronteiriça, só cerca de trinta anos depois é que se procedeu à divisão da “Contienda” entre os dois “ayuntamientos”, o de Aroche e o de

Encinasola: “Siendo en los años 1931 y 1955, respectivamente, cuando se llega a un acuerdo de división de la Contienda acabando con los conflictos entre Aroche y Encinasola. Es en 1958 cuando el proceso se culmina con el Registro de estas tierras como propiedad municipal” (Hispanismo.Org; Soria, 1995: 59). O registo de “La Contienda” em 1958 como propriedade municipal também é referido por Talego (1995: 165).

Um pouco mais tarde, e por ordem da Presidência do Governo de 23 de Março de 1945 e do Ministério da Agricultura de 3 de Dezembro desse mesmo ano, é imposto que o regulamento dos pastos passa a depender das “Hermandades Sindicales de Labradores y Ganaderos”. Dadas as características tão peculiares de tal, Aroche e Encinasola solicitaram a exclusão do “Monte La Contienda” daquele regulamento (Soria, 1995: 65).

No início dos anos 50 foi restabelecida pelo “Ayuntamiento de Aroche” a divisão por parcelas, “las suertes”, de “La Contienda” aos mais de 300 “pegujaleros” pobres em “La Contienda” (Talego, 1995: 179), que foram integrados na “Hermandad de Labradores y Ganaderos” que arrendava terras ao “Ayuntamiento” e, por sua vez, a “La Comunal” proporcionava empréstimos similares aos da cooperativa agrícola para iniciar a exploração, o que também comprova o cunho social da “Dehesa de La Contienda”. Com aquela acção é introduzido um sistema de administração novo que passou a permitir um maior acesso da classe de agricultores locais, o que até àquela altura estava reservado a um número muito limitado de famílias que eram os rendeiros dos **23 lotes** (Soria, 1995: 65).

Em 1956 o “Ayuntamiento” decidiu que a partir dali as parcelas seriam entregues apenas por um ano, em vez dos dois (Talego, 1995: 179).

Em 1958 “La Contienda de Aroche” foi inscrita como propriedade municipal no registo de Aracena.

Nos anos 60 fizeram-se sorteios das parcelas de “La Contienda” mas, ano após ano, foi diminuindo a procura, ficando cada vez mais parcelas por arrendar, o que seria impensável de acontecer alguns anos atrás (Talego, 1995: 1185).

Com efeito, os trabalhadores preferiram ser contratados pelas empresas madeireiras e pelo “Instituto para la Conservación de la Naturaleza”, ex “Dirección General de Montes”, para a plantação de eucaliptos e de pinheiros, espécies de crescimento rápido, destinados à fábrica de celulose de San Juan del Puerto. Aquelas empresas ofereciam melhores salários do que os que eram pagos pelos proprietários agrícolas, e ofereciam um horário regular e outros direitos laborais.

Na opinião de Soria (1995: 66), o “Ayuntamiento de Aroche” cometeu um erro grave quando, em 1960, constituiu um consórcio com o Património Florestal do Estado para a reflorestação de mais de 1000 ha do “Monte de La Contienda”. Como consequência directa tenta trespassar o referido consórcio “Instituto para la Conservación de la Naturaleza” à empresa Celulosa S.A., mediante uma renda anual por hectare. As razões de tal facto deveram-se à má administração levada a cabo que, não só não conseguiu mitigar o desemprego que havia na altura, como não promoveu a entrada de receitas para o erário do “Ayuntamiento”. Esta “manobra” foi feita

com a aquisição de Cabezas Rubias, Almonaster La Real, Rosal de La Frontera y Santa Ana La Real (Soria, 1995: 66).

Na década de 60 procedeu-se ao arrendamento da caça maior e da caça menor de “La Contienda”. Inclusivamente, a Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas de Portugal propôs expandir o Parque Internacional de Caça da Contenda, à parte espanhola.

Nos anos 70 “La Contienda” foi arrendada a ganadeiros (Talego, 1995).

Recentemente, no ano 2000, todos os edifícios que constituíam a fábrica passaram a fazer parte dos bens do “Ayuntamiento” com carácter de domínio público comunal (Soria, 2004: 64). Entre 1978 e 2007 a “dehesa” tradicional da herdade foi preservada e mantida a exploração agropecuária e florestal, com vista à criação de riqueza e de emprego na zona. Desta maneira evitou-se a plantação de eucaliptos prevista em finais dos anos 70 para a exploração de madeira.

Nos anos 80 obtiveram-se bons lucros através da concessão de montarias às sociedades de caçadores locais (Soria, 1995: 66).

O Ayuntamiento de **Aroche** em 2007 fez um contrato de arrendamento com a “Caja de Ahorros de Huelva” (“Cajasol”) sobre **2389 ha** de “La Contienda de Aroche”, para exploração agro-pecuária através de uma concessão por 20 anos (2008 a 2027) e ao pagamento àquele “Ayuntamiento” e ao “Instituto para la Conservación de la Naturaleza”. Posteriormente, a concessão passou para o “El Monte Caja de Huelva y Sevilla”, que sucedeu àquela entidade bancária, sendo a sua revisão feita de 5 em 5 anos. Nos outros **1423 ha** é feita uma exploração florestal (Soria, 2004: 66-67; Diecinueve Líneas, 2011).

Segundo a “Diecinueve Líneas”, a principal actividade económica desenvolvida actualmente é a produção do porco ibérico, tendo-se optado “...por transformar um sistema de exploração baseado em métodos estritamente tradicionais, de baixa produtividade, por um projecto inovador, referência de desenvolvimento sustentável”.

A “Cajasol” está a trabalhar em conjunto com a Consejería de Medio Ambiente, para a reintrodução de espécies em perigo de extinção como a Águia-imperial e o Abutre-preto. Foram também plantadas 35 000 azinheiras e 2500 sobreiros tendo por objectivo atingir a Norma ISO 9001 em termos de requisitos para um sistema de gestão de qualidade.

Por seu turno, a vila de **Encinasola** que detém **2334 ha**, arrendou mais de **500 ha** a uma cooperativa e promoveu leilões da bolota dos seus **13 lotes**, entre os seus residentes (Soria, 2004: 67).

Do que acabou de ser referido, pode-se inferir da existência de um conjunto de factores comuns a ambos os lados da fronteira, no território vasto das duas “Contendas” (Sánchez-Élez, 1995: 91-96):

- as razões históricas de povoamento comum (o povoamento por pessoas do outro lado da fronteira, como em 1808, em que algumas famílias espanholas foram viver para Barrancos e vice-versa);
- as características físicas de ambos os territórios;
- a não divisão das propriedades, de grandes dimensões;
- a paisagem, com predomínio do montado, resultado dos constrangimentos biogeográficos presentes como os solos pobres, invernos duros, verões quentes e secos e escassez de recursos hídricos;
- o facto de serem consideradas zonas deprimidas, despovoadas, com população envelhecida, de fraca instrução, sem investimento e de fraco intercâmbio comercial e o factor interioridade;
- o contrabando, fenómeno social comum às zonas de fronteira, mais notado a partir do início da 2.ª guerra mundial;
- o arrendamento da divisão em lotes das duas Contendas;
- os intercâmbios lúdicos e comerciais;
- actualmente, o território de “La Contienda” é abrangido pelos limites do Parque Natural da Serra de Aracena e dos Picos de Aroche, enquanto que a “Contenda” foi classificada como SIC e ZPE.

2.2. EXPLORAÇÃO E GESTÃO RECENTE

“Desde eras remotas, uma parte das gentes de Santo Aleixo vinha agricultando terras da Contenda, dedicando-se outros a pequenas parcelas suas e às glebas comunitárias da freguesia”.

(Caldeira, 1993: 58. “Alentejo em Foco (das abas da medicina)”).

Como já referido, desde o século XIII foram permanentes as disputas entre os povos português e castelhano, o que motivou que só mais tarde, em 1893, fosse definitivamente estabelecida a fronteira entre os dois países, naquela região raiana onde a exploração agro-silvo-pastoril era semelhante.

Será perfeitamente compreensível que a Câmara Municipal de Moura, naquele ano de 1893, não estivesse preparada nem tivesse os meios, para iniciar a gestão de mais de meia dezena de milhar de hectares de um território, a Herdade da Contenda, que finalmente lhe tinha sido entregue como resultado de um pleito, resolvido no âmbito de uma Convenção Internacional. Por isso, terá sido, no mínimo, aceitável que a autarquia naquela altura tenha decidido arrendar a propriedade.

2.2.1. Grupo Informal

Dada a falta de informação que se constatou haver sobre a Contenda, sobretudo no período entre 1893 e até ao início da década de 40 do século XX, tomou-se a iniciativa de tentar colmatar aquela falta através da auscultação de um grupo de pessoas que, por várias razões, a poderiam suprir.

Assim, convidaram-se alguns habitantes da freguesia de Sto. Aleixo da Restauração, que designámos por “Grupo Informal”, que viveram e/ou trabalharam na Contenda com o fim de superar aquele desconhecimento. A reunião envolveu seis residentes, documentada por fotos que os participantes autorizaram, teve lugar em 08 de Agosto de 2010, pelas 11:00, no Café “O

Tijolo”, em Santo Aleixo (Quadro 2.3 e Figura 2.21) e destinou-se fundamentalmente à obtenção de informações sobre os rendeiros e as culturas por eles desenvolvidas nos lotes da Contenda.

N.º	Nome	Data de nascimento	Relação com a HC
1	Alexandrino dos Santos Machado	25 Março 1952	Encarregado do pessoal (reformou-se em 2010).
2	António Valente Cipriano	15 Dezembro 1932	
3	Joaquim Assunção Chamorro	17 Fevereiro 1947	(Proprietário do café “O Tijolo”).
4	Joaquim Machado Mendes	12 Agosto 1954	
5	José Marranilha Alvarinho	10 Agosto 1958	
6	Manuel Manaco Quitéria	29 Novembro 1935	

Foi possível recolher a seguinte informação (Quadro 2.5; Anexo 15) sobre:

- os nomes de rendeiros (e o de algumas das pessoas que terão arrendado e/ou trabalhado nos lotes n.º 13 ao 22) no período de 1951 a 1957 e no de 1957 a 1963;
- a composição e os nomes de parcelas de alguns dos lotes;
- outros pormenores referidos ao longo do presente trabalho.



Figura 2.21 – Habitantes de Sto. Aleixo da Restauração (Moura), que constituíram o “Grupo Informal”.

2.2.2. A Política do Estado Novo

“Quando em 1897 escrevíamos em “O Século”, e neste jornal publicámos (n.º 4384-5398 do 17.º ano) uma monografia de Moura, aconselhávamos a divisão destes terrenos em courelas, para serem afolhadas ou vendidas

aos pequenos proprietários do concelho, ou a todos os munícipes que as quisessem adquirir, esse mesmo parecer ainda hoje mantemos”.

(Vilanova de Vasconcelos, Vidigueira, em 12 de Maio de 1928).

Neste sub-capítulo é contada outra parte da história da Contenda, a mais recente e da qual existe informação mais pormenorizada. Constitui o período em que mais alterações se promoveram num curto espaço de tempo e, também, aquele em que se tomaram mais decisões com vista àquela parte do território nacional: foi o período da divisão em lotes e do arrendamento da propriedade a seareiros (Figuras 2.22, 2.23 e 2.24), a implementação da política do Estado Novo com vista ao aumento da produção de cereais e a que levou à intervenção dos Serviços Florestais materializada num processo de florestação.

Para melhor se perceber a razão que levou a CM Moura a solicitar a intervenção dos Serviços Florestais, há que fazer uma resenha histórica do período que se sucedeu imediatamente a seguir à Convenção de Madrid, em 1893.

Haveria naquela época *“cerca de seiscentos vizinhos, todos seareiros por conta própria, viraram para a Contenda as baterias do seu labor, trocaram no tiro dos arados e das charruas a lentidão dos bois tradicionais pela fogacidade de possantes muares e lançaram-se à luta da produção do trigo, roçando e queimando mato naquele terreno velho, fertilizado durante gerações pelo esterco dos coelhos, e mais tarde pela então novidade milagrosa dos adubos químicos”* (Caldeira, 1993: 58-59).

Se da leitura deste documento acabado de citar, se pode inferir que num período inicial de pouco mais de 30 anos, entre 1893 e 1926, a população (de Sto. Aleixo) terá tomado *“por conta própria”* a Contenda, por outro lado não é muito credível pelo facto de se tratar da utilização de *“adubos”* por parte de uma população pobre, sem condições para os comprar e sem experiência na sua utilização. A menos que o autor se esteja a referir a um período posterior àquele que é citado e a generalizar uma vontade que o povo da freguesia teria.

Porém, na pesquisa feita sobre a parte inicial da história mais recente da Contenda, ou seja no período que se seguiu à divisão da propriedade, houve a oportunidade de consultar alguns dos volumes do **Livro de Actas das Sessões da Junta de Freguesia de Santo Aleixo**, nomeadamente a partir do de 1929-1939, bem como da pesquisa que a Prof.^a Antónia Baião está a promover sobre esta questão e da comunicação que fez em 11 de Abril de 2013 nas Jornadas da Contenda. Da sua leitura constata-se que, em **14 de Agosto de 1926, a JFSA arrendou o lote 13 da Herdade da Contenda** para ser explorado, pelo menos inicialmente, pelo povo da freguesia. Uma das questões que sobressaiu da análise do referido Livro de Actas das Sessões foi o facto de que, afinal, o lote arrendado pela JF acabou por ter sido sempre sub-arrendado a naturais de Barrancos, dos quais a Junta recebia em dinheiro ou em cereais, enquanto que os de Sto. Aleixo *“ficavam”* com as designadas **“Cortes”** que eram os restantes lotes da Contenda Sul. Este período terá de ser objecto de uma investigação, nomeadamente nos Livros das Sessões da Câmara Municipal de Moura.

Embora da consulta dos registos da Junta de Freguesia de Sto. Aleixo não se tenha obtido muitos dados, foi possível retirar a informação de que em reunião da sua Comissão Administrativa, de 08 de Abril de 1931, foi deliberado dar plenos poderes ao seu Presidente, Francisco Pedro Acabado, para em 09 de Abril poder concorrer e **arrematar** na Secretaria da Câmara Municipal de Moura, **qualquer dos lotes da Contenda** que iam à praça por três anos, e com poderes para poder outorgar na escritura de arrendamento em nome da JF (JFSA, 1929-1939: 21).



Figura 2.22 – Seareiros em plena faina na Contenda. ([Fotografia cedida pelo Sr. Mário Manuel Guerra Martins](#) da J. F. de Santo Aleixo da Restauração).

Em reunião de 03 de Novembro de 1935 (JFSA, 1929-1939: 75) é feita uma nova referência a uma delegação no Presidente da JF para tornar a arrendar o lote 13 da Contenda. Em 17 de Novembro está registada uma declaração do Vice-Presidente relativamente ao não arrendamento por qualquer licitante daquele lote, justificado por o Presidente ter achado a base de licitação demasiado alta. Na 2.ª praça o preço base para arrematação do lote 13 ainda foi muito elevado, na opinião do Vice-Presidente, pois não houve licitantes. Na 3.ª praça nos Paços do concelho, para arrematação do lote 13, este foi finalmente adjudicado, pelo valor de 50 000\$00/5 anos, com início em 15 de Agosto de 1936.

Em 05 de Janeiro de 1936, foram dados plenos poderes ao Presidente da JF para outorgar a escritura do arrendamento do lote 13 em nome da JF, dando como garantia de arrendamento a propriedade Rabo de Coelho (JFSA, 1929-1939: 78).

Na reunião de 30 de Janeiro de 1938 foi autorizado o pagamento da 1.^a prestação do ano de 1938 do arrendamento da Contenda (JFSA, 1929-1939: 112) (Anexos 13 e 14).

Em 11 de Fevereiro de 1941, venda de glebas para amortização dos devedores da cultura da Contenda (4223\$00) e aprovação do valor de 25 000\$50 para pagamento do arrendamento do lote 13 da Contenda (JFSA, 1931-1941: 24).

Da leitura das transcrições que foram feitas infere-se que, a partir de Agosto de 1941, a Junta de Freguesia de Santo Aleixo deixou de arrendar o lote 13, pelo que em Janeiro de 1942 foi efectuado na CMM o **levantamento da hipoteca sobre a Herdade de Rabo de Coelho**, que servia como caução ao arrendamento do lote 13 da Contenda.

Entre 04 de Junho de 1933 e 19 de Junho de 1938, são várias as referências à venda de **agostadouros** (o restolho ou pasto que fica depois de ceifados os campos) e de **bolota** (Quadro 2.4).

Quadro 2.4 – Venda de agostadouros e bolota na Contenda (e no Sítio das Cortes) (JFSA, 1929-1939).					
Data (e n.º da folha do Livro das Sessões)	Número do lote	Período	Nome do comprador	Preço	Tipo
04 Jun 1933 (folha 33)	2	15 Jul a 15 Out	António Garcia (Barrancos)	3300\$00	agostadouros
	4 e 5	15 Jul a 30 Set			
	3	15 Jul a 15 Out	António Alves Carvalho	800\$00	
18 Jun 1933 (folha 34)	1 (Sítio das Arrancadas)	15 Jul a 15 Out	Francisco José Ortega Peres	800\$00	agostadouros
08 Out 1933 (folha 42)	1		Francisco José Ortega Peres	600\$00	agostadouros
	2 e 3 (Sítio das Cortes)		Marco Garcia Thomé	1000\$00/ cada lote	
22 Out 1933 (folha 43)	13		António Serra Cassobraia	800\$00	bolota
14 Jul 1935 (folha 71)	1		Francisco José Ortega Peres	1000\$00	agostadouros
	2 (Sítio das Cortes)		Cristino Mira Lima	1850\$00	
	3 (Sítio das Cortes)		Cristino Mira Lima	1700\$00	
17 Out 1937 (folha 102)	Aprovada a exploração das bolotas de um lote da Contenda pelo gado suíno dos vizinhos da freguesia.			10\$00 / cabeça	
19 Jun 1938 (folha 122)	13 (pastagens divididas em 5 lotes, excluindo as Chadas e Palmeira)	01 Ago a fim de Outubro. Para o gado suíno terminava em 30 Set.			agostadouros
14 Nov 1939 (folha 24)	13 (Contenda)	Abrir praça para arrematação da venda da bolota	António Fustiga	78\$00	bolota

Em 21 de Fevereiro de 1937 decorreu uma reunião “...para se venderem em hasta pública as sortes entregues e as que sobejaram da dádiva das sortes das cortes” (JFSA, 1929-1939: 93).

As “**sortes**” era o processo de sortear lotes do Baldio da Coutada e de Rabo de Coelho pelos habitantes de Sto. Aleixo. A “**sorte**” era o processo mas, também, aquilo que se ganhou em

sorte, um lote de terra ou vários, pagos em cereais, em dinheiro e em “peões”, dias de trabalho gratuitos que os “donos das sortes” tinham que dar à Junta, como o arranjo de caminhos, valetas, ruas, etc. (Baião, 2013).

Como se depreende das datas atrás referidas, a Câmara Municipal de Moura, a partir de meados dos anos vinte do século XX, passou a explorar a HC através do arrendamento em hasta pública dos lotes (ou “cortes”) em que dividiu a propriedade, mas não havendo lugar à sua demarcação cartográfica (DGSFA, 1958: 5).

O arrendamento era feito de 15 de Agosto de um ano a 14 de Agosto do ano seguinte, nomeadamente para efeitos de pagamento, tendo sido elaborado um documento com as bases para o arrendamento (Anexos 14 e 15).



Figura 2.23 – Monte/Malhada do Franco, Chadas, Contenda Sul (da esquerda para a direita: Domingos “Gorilho”, João Franco e António dos Reis, ao fundo a mulher de João Franco. Ao fundo as encostas do Baldio de Paula e Coutada dos Frades, adivinhando-se o Baldio de Rabo de Coelho para lá do Marco Largo. Foto de fins dos anos 40, princípios dos anos 50). (Fotografia cedida pelo Prof. Mário de Almeida).

“Admitia-se a sua área (superfície de cada lote) como comportando entre 8 e 25 moios de trigo predominando os de 15 moios – o “moio”, do latim “modius” ou “modium”, era um termo metrológico de capacidade e uma unidade de medida antiga, equivalente a 8.64 litros e a 60 alqueires (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003: 2521).

“Até 1946 foram os lotes em número de 13 mas sendo muito grande a área de um deles foi dividido em 10. Assim, desde Agosto de 1946 até igual mês de 1951, foram os 22 lotes arrendados a lavradores e seareiros, não só do concelho de Moura mas também de Barrancos, o que deu ao município uma receita anual de 469.955\$00.

Os mesmos lotes em novo arrendamento por 6 anos (1952 a 1957) atingiram a importância anual de 501.510\$00, oscilando o arrendamento dos lotes entre 12.165\$00 e 34.500\$00” (DGSFA, 1958: 5).

No início do ano de 1957 os lotes 1 a 12 da Contenda Norte estavam arrendados a 9 lavradores de Barrancos e a 1 comerciante e a 2 seareiros de Santo Aleixo.

“Efetuou a Câmara neste ano de 1957, o arrendamento conjunto dos lotes 1 a 12, situados ao norte da Ribeira do Murtigão pela importância anual de 380.000\$00. Os restantes lotes da parte a que se refere este projecto foram arrendados da seguinte forma:

- lote 13..... 5 anos – 27.000\$00 anuais*
- lotes 14 e 15..... 4 anos – 34.700\$00 anuais*
- lote 16..... 1 ano – 10.000\$00 anuais*
- lotes 17 e 18..... 2 anos – 22.000\$00 anuais*
- lotes 19 e 20..... 3 anos – 21.500\$00 anuais*

Os lotes 20 e 21 ficaram livres para os trabalhos de arborização” (DGSFA, 1958: 5) (Figura 2.25 e Mapa 15 do Anexo 9; Quadro 2.5, Anexo 15).

As áreas dos **lotes 1-12** a Norte da Ribeira do Murtigão, na parte que usualmente se designa por “Contenda Norte”, tinham áreas com menores declives do que a Sul, estavam essencialmente ocupados com azinheiras e exploradas em sistema de montado e havia áreas menores com “incultos”.

Sobre o caso do último arrendamento destes doze lotes que foi celebrado para o período de 1957 a 1963, foi o mesmo interrompido devido ao não cumprimento das cláusulas do contrato por parte do rendeiro (a firma “Agro-Industrial de Moura, Limitada”) em 1960 (Anexo 16).

Em relação a estes lotes, a Norte da ribeira do Murtigão, a Câmara Municipal de Moura pôs uma acção de despejo em Tribunal contra a firma acima citada, a “Agro-Industrial de Moura, Limitada”, nas pessoas de Joaquim António Fernandes Costa e sua mulher, Maria Margarida Veiga Arsénio Costa.

Aquela empresa tinha conseguido convencer a CMM a fazer com ela o arrendamento da parte Norte da Contenda, envolvendo os 12 lotes em conjunto, tendo para isso apresentado uma proposta de acordo com o Edital n.º 3, de 18 de Janeiro de 1957. O fiador da firma “Agro-Industrial de Moura, Lda.”, era Joaquim António Fernandes Costa.

A acção interposta deveu-se ao incumprimento das cláusulas da escritura, no caso uma questão envolvendo as azinheiras: em 1958 foram arrancadas mais de 900 árvores daquela espécie e em 1959 cerca de 1050, o que fez 1950 azinheiras arrancadas sem ter sido feito o respectivo pedido de corte ou arranque, nem se ter respeitado a interdição que estava estabelecida no contrato (Base III do documento atrás citado sobre as condições de arrendamento da Contenda).

O pedido de indemnização feito pela Autarquia ao Tribunal foi de 487 500\$00 (1950 árvores x 250\$00 por cada azinheira). Este valor foi estimado no ano de 1960 da seguinte maneira: dado que se fizeram 107 fornos para fabrico de carvão e como cada um teria levado (“enfornado”)

cerca de 11 árvores, devida e previamente cortadas para o efeito, estabeleceu-se aproximadamente a quantidade de árvores que teriam sido abatidas.

No Arquivo Histórico Municipal de Moura “João Francisco da Mouca”, pode ser consultado um documento elaborado pela Câmara Municipal de Moura com duas propostas de “Bases para o Arrendamento da Defesa da Contenda”, dizendo respeito aos lotes 1 a 12, por períodos de 6 anos de 1957 a 1963 e de 1963 a 1969. Pelas razões que serão indicadas a seguir, aquele período de arrendamento de 1963 a 1969, acabou por não se concretizar por, entretanto, ter havido a solicitação do colectivo da Câmara Municipal de Moura de se proceder à florestação da Contenda.

Os **restantes 10 lotes** (do 13 ao 22, situados na parte que é designada por Contenda Sul), ficaram livres de arrendamento no período iniciado em 1957 e que se prolongou pelos anos seguintes até 1962 e, portanto, susceptíveis de se poder iniciar um processo de arborização.

Sobretudo esta parte da propriedade a Sul do Murtigão com uma morfologia mais acidentada e na altura sem coberto arbóreo, foi explorada com a cultura de cereais para produção de grão, que empobreceram e degradaram os magros solos existentes. Os matos que passaram a dominar a paisagem, contribuía para uma pastorícia limitada.

Para estes lotes foi estimada uma área inculta (matos) de cerca de 30-40 % e a restante (60-70 %) explorada por uma rotação trigo-aveia-alqueive (DGSFA, 1958: 7).

Como acaba de ser referido, a exploração da Contenda ao longo dos anos envolveu várias actividades, entre elas a **produção de cereais**, concretizada durante várias décadas, como se



Figura 2.24 – Seareiros na Contenda. (Fotografia cedida pelo Sr. Mário Manuel Guerra Martins da J. F. de Santo Aleixo da Restauração).

pode constatar a partir da história do arrendamento da propriedade por parte da Câmara Municipal quer a privados, quer à Junta de Freguesia de Sto. Aleixo.

Os rendeiros cultivavam o trigo e a cevada (1.º ano), aveia e “relva” (2.º ano) e centeio, contratavam pessoal na época da ceifa, faziam a debulha e o cereal era transportado em carros para Sto. Aleixo (inicialmente com bovinos e depois com mulas). Promoviam ainda a exploração de cabras, ovelhas e porcos. Segundo Picão (1983: 22) a designação de “relva” no Alto Alentejo era dada à “terra de rastolhice, que por ter sido estrumada no alqueive se lhe queima o restolho no ano seguinte para de novo se semear no próximo Outono, produzindo assim dois anos consecutivos. As relvas em sementeira só devem abranger uma torna contígua à folha do alqueive”. A exploração de gado caprino e ovino, juntamente com o tralho familiar não remunerado é que permitia estabelecer algum equilíbrio entre a exploração e o pagamento das rendas dos lotes (DGSFA, 1958: 7).

Na segunda metade do século passado já os técnicos sabiam o **estado de depauperamento** que os solos tinham atingido e, portanto, em termos de previsão os rendimentos expectáveis pelos rendeiros eram tão baixos que o arrendamento era considerado ruinoso (DGSFA, 1958: 7-8).

Sobre esta questão que se considera determinante para a intervenção de então dos Serviços Florestais, transcreve-se parte do texto elaborado pela DGSFA (1958: 7-8): “Excluídos os lotes ao norte da Ribeira do Murtigão em que o coberto de arvoredo, as menores áreas incultas e os menores declives melhor aspecto tomam e melhor aproveitamento relativo permitem, não se vislumbra para os restantes que o aspecto económico tenha soluções viáveis através da agricultura.

Estes lotes, cada um com uma área inculta de cerca de 30 a 40% que apenas dá magra pastagem quase exclusivamente aproveitada pelas cabras, têm a restante parte explorada por um tipo de rotação de culturas (Trigo-Aveia-Alqueive) que cada vez mais deteriora o já degradado solo.

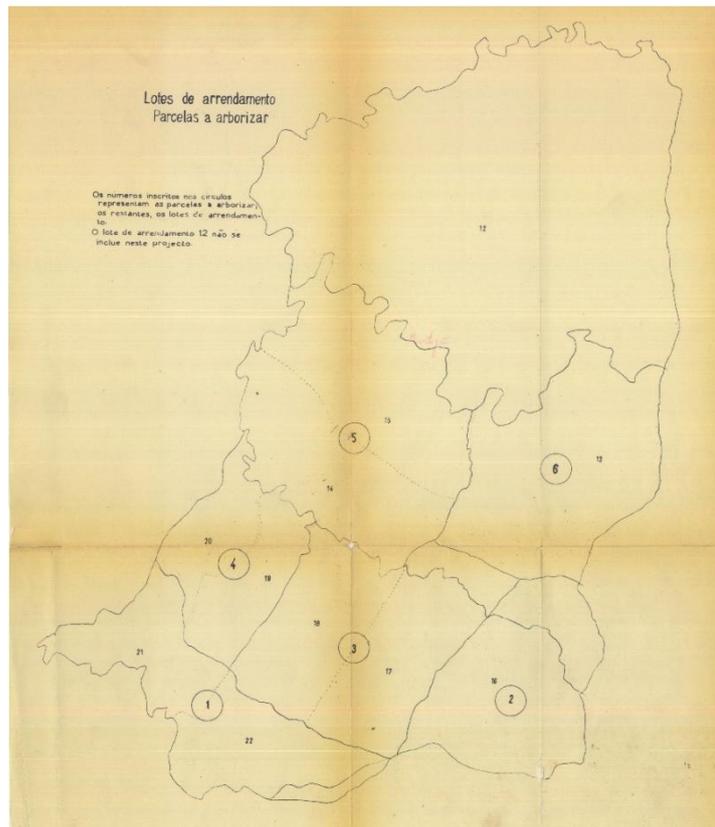


Figura 2.25 – Mapa 15, Lotes de Arrendamento/Parcelas a Arborizar (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958) (Anexo 9).

Qualquer análise conclui que o equilíbrio necessário entre a exploração e o pagamento das rendas é conseguido à custa do trabalho familiar não remunerado e o da exploração de gado caprino e ovino (existente na proporção de 10:1 – o que coloca as cabras como base de exploração). Na verdade apenas a cabra, como índice de degradação da massa vegetativa e das explorações agrícolas, consegue tirar partido dos matorrais que preenchem a grande totalidade da Herdade da Contenda.

Segundo os valores constantes na Secção de Finanças (art.º 1.º, Secção U) as parcelas de cultura arvense estreme estão distribuídas, principalmente, por terrenos de 4.ª e 3.ª classes e alguns pequenos tractos de 2.ª classe. Os rendimentos por hectare atribuídos em valores de trigo por estas classes, pelos serviços de cadastro, foram, respectivamente: 34\$18, 87\$91 e 176\$00. O montado de azinho das parcelas assinaladas foi considerado em 3.ª classe com um rendimento por hectare de 58\$00. Os terrenos de mato que constituem uma grande parte da propriedade foram englobados em pastagem, em classe única, cujo rendimento por hectare é de 5\$00”.

Porém, o **contrabando**, que se tornou próspero a seguir à Guerra Civil juntamente com a pecuária, é que permitiu o “rendimento” necessário para que as rendas fossem pagas por alguns dos seareiros dado que a maioria deles, pese embora o facto de as unidades agrícolas terem por base o trabalho familiar não remunerado, terem ficado irremediavelmente endividados (DFA, 1996: 3).

Independentemente da intenção da CMM, o que naquele tempo se verificou foi o começo do abandono pelos rendeiros, por verificarem que os proventos que retiravam da terra mal chegava para pagar a respectiva renda.

O “Monte do Cuba” teve como últimos ocupantes o tio Domingos Alemão e a tia Beatriz, rendeiros barranquenhos.

O “Monte do Pássaro”, inicialmente era conhecido pelo “Monte do Sena” (“Grupo Informal”).

O “Monte do Vinte e Cinco” era inicialmente designado por “Monte da Lapinha”, depois por “Monte do Chico Lopes” e só depois com a primeira designação que mantém na actualidade (“Grupo Informal”).

Em Santo Aleixo da Restauração, sede de freguesia, houve uma **fábrica de moagem de trigo** para produção de farinha, “Fábrica Alonso Frade”, entretanto encerrada. Posteriormente reabriu para **moagem da bolota** para produção de farinha destinada à alimentação dos animais (os Lusitanos faziam pão com a lande e, no Alentejo, a bolota doce da azinheira podia ter vários usos alimentares – nos anos maus do séc. XVIII era ainda de consumo geral entre as pessoas mais pobres, Ribeiro, 1967: 67).

2.2.3. A Desertificação

A saída dos rendeiros da Contenda e o pedido aos Serviços Florestais para a recuperação da Contenda é devido, sobretudo, a um processo de gestão agrícola totalmente inadequado às condições edafo-climáticas existentes, que deu o principal contributo para um problema grave

de desertificação numa das zonas mais sensíveis do território nacional, a “margem esquerda do Guadiana”, no Baixo Alentejo.

Sobre um processo com estas características deve ser referida a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD) aprovada em Paris a 17 de Junho de 1994 (aprovada para ratificação no nosso país através do Decreto n.º 41/95, Anexo I, de 14 de Dezembro, foi ratificada por Portugal em 01 de Abril de 1996).

Segundo o art.º 1.º da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, entende-se por **desertificação** “a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas” (IPAmb, 1995).

De acordo com a Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação (CNCCD, 2013: 77) “Em conformidade com as prioridades estratégicas e aos princípios orientadores estabelecidos para as intervenções em Portugal dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comunitário 2014 – 2020 e sua concretização, pode-se perspetivar, entre outros, um possível futuro desejável do País, tendo como principal alicerce a sustentabilidade e aliando num horizonte dilatado as componentes do sistema: qualidade, equidade e equilíbrio rural / urbano, ambiental e social. Pelo que, na perspetiva do combate à desertificação tal Visão aponta fundamentalmente para quatro grandes objetivos estratégicos, complementares e articuláveis entre si, estabelecidos na Estratégia Decenal 2008/2018 da CNUCD:

- melhoria das condições de vida das populações das áreas susceptíveis à desertificação;
- gestão sustentável dos ecossistemas das áreas susceptíveis e a recuperação das áreas afectadas;
- gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas susceptíveis;
- mobilização de recursos para a implementação do PANCD e da CNUCD no geral (Governança e recursos)”.

A CNCCD (2011: 17) publicou uma “Carta da Susceptibilidade à Desertificação 2003” com base no clima, nos solos, na vegetação e no uso do solo, na qual se pode constatar que **todo o território da Contenda é classificado como “Subhúmido seco com solos de muita elevada susceptibilidade” (à desertificação).**

Do que é relatado nos sub-capítulos anteriores já era então urgente proceder à recuperação dos solos. As diferentes acções postas em prática ao longo dos últimos 50 anos permitiram contrariar o processo erosivo, ter tempo para pensar mas, sobretudo, preparar o futuro não esquecendo a história recente do uso do solo e relativo aos primeiros 50 anos do século passado, que levou a que as pessoas que lá labutaram tivessem perdido as condições mínimas para poderem lá continuar.

2.2.4. Sítio da Rede LTER em Portugal

A **Long Term Ecological Research** (LTER) é a maior e mais antiga rede ecológica nos Estados Unidos que surgiu em 1980 e fornece os conhecimentos científicos, as plataformas de pesquisa

e bases de dados de longo prazo necessárias para documentar e analisar as mudanças ambientais.

Em 1993 é criado o programa **ILTER**, International Long Term Ecological Research Network, a partir dos esforços desenvolvidos pela rede LTER Estados Unidos ao promover ligações com outros países interessados. Actualmente esta rede conta com a participação de cerca de 30 países, através dos respectivos LTER nacionais.

A Rede LTER, “*onde se pratica investigação ecológica de longo prazo, tendo como principais objectivos armazenar dados relevantes em ecologia*” (SPECO, 2010), recebe o maior financiamento da NSF (National Science Foundation), mas outras agências federais (como a USDA Forest Service and Agricultural Research Services e US Environmental Protection Agency, a National Aeronautics and Space Administration – NASA), o US Geological Survey, e o US Department of the Interior’s National Park Service and Fish and Wildlife Service) também apoiam vários projectos a nível local e de rede.

Ao receber financiamento do NSF, a LTER concorda em realizar pesquisa comparativa sobre os processos ecológicos, tornar os dados acessíveis para a comunidade científica em geral usando protocolos comuns de gestão de dados, participar de “cross-site” e pesquisa inter-agências e participar ao nível de rede em actividades de síntese de ciência.

“*Actualmente discute-se a possibilidade da investigação de longo prazo em ecologia, passar a incluir a análise da componente socio-económica e os impactos das alterações ambientais na sociedade, assumindo o LTER uma nova dimensão, a LTSE, investigação socio-ecológica de longo prazo*” (SPECO, 2010).

A **Sociedade Portuguesa de Ecologia** (SPECO, 2010) é uma sociedade científica que está a desenvolver o Projecto LTER em Portugal.

O principal objectivo do programa LTER Portugal consiste em seleccionar uma rede de sítios LTER ao nível nacional, a serem classificados como sítios LTER da Península Ibérica, em estreita colaboração com Espanha, e integrados numa rede mais ampla e de expressão Europeia, a rede LTER-Europe.

A Herdade da Contenda foi considerada em 2010 como um dos sítios da Rede LTER em Portugal.

2.2.5. Indicadores Socio-Demográficos

“*Entretanto, cá na aldeia as economias definhavam, e restou o recurso à emigração, primeiro no país, depois para o estrangeiro. Foi uma solução de emergência, um mal necessário*”.
(Caldeira, 1993: 63. “*Alentejo em Foco (das abas da medicina)*”).

O abandono da Contenda por parte dos rendeiros ocorreu no início da segunda metade do século XX:

- em 1957 haveria mais de 300 pessoas a trabalhar e a viver na Contenda (“Grupo Informal”);
- a seguir ao 25 de Abril, ainda haveria mais de 100 pessoas a trabalhar (em 1983, seriam ainda cerca de 110 trabalhadores, “Grupo Informal”);
- no ano de 2000, já só um casal e os dois filhos lá vivia (o tratador do gado e a família).

Semelhante quadro de abandono agrícola também ocorreu por toda a região do Alentejo, como se refere num resumo a seguir.

Segundo Carmo (2008: 99) na segunda metade do século XX registou-se, também, uma diminuição acentuada da população no Alentejo. Esta região, considerada como rural e agrícola, registou uma migração para as grandes áreas urbanas, sobretudo a da Área Metropolitana de Lisboa (Barros, 1986; Cutileiro, 1977 *in* Carmo, 2008).

Se até 1950 se registou um aumento da população alentejana em todos os 46 municípios, na segunda metade do século registou-se uma inversão. Para caracterizar esta segunda situação, Carmo (2008: 100) utilizou a tipologia definida pelo Instituto Nacional de Estatística que usa três áreas diferentes: “Áreas Predominantemente Urbanas”, “Áreas Medianamente Urbanas” e “Áreas Predominantemente Rurais”.

O mesmo autor utilizou alguns indicadores socio-demográficos como a população residente e activa, idade e fluxos migratórios, que são frequentemente usados em abordagens semelhantes.

Algumas das análises elaboradas:

- a redução da população no período de depressão considerado (1950-2001) foi na maior parte dos municípios superior a 40% (45.8% no município de Moura, considerada uma evolução da população negativa, mas com recuperação nos centros urbanos (Carmo, 2008: 101-106, Quadro 1);
- em 1950 a estrutura etária do Baixo Alentejo era muito jovem (29% eram menores de 15 anos e apenas 6.6% tinham mais de 64 anos, Carmo, 2008: 101-106, Quadro 2);
- na década de 1950-1960, a população do Alentejo começa a envelhecer (menos 13.5% da população jovem, dos 0-14, e um acréscimo percentual dos mais idosos >64 de +17.7%), na década de 1960-1981 aqueles valores mais do que duplicaram (respectivamente -38.5% e +55.4% (Carmo, 2008: 101-106, Quadro 3);
- no período de 1960-1981 os concelhos que no Alentejo perderam mais população jovem (0-14 anos) foram os do Baixo Alentejo (-45.2%) e são também estes que tiveram uma maior redução de pessoas (-35.7%) com idade intermédia (15-64 anos) (Carmo, 2008: 101-106, Quadro 3);
- em 1991 no Alentejo a % de população idosa (>64 anos) ultrapassa o número de indivíduos com 0-14 anos (19.3 e 17.5%, respectivamente (Carmo, 2008: 101-106, Quadro 4);
- esta diferença no Alentejo acentua-se mais com o fim da década (2001) em que se registaram 13.6% de jovens (0-14) contra 23.4% de pessoas idosas (> 64 anos).

2.2.6. A Florestação

Sintetizando o que foi referido desde o início do presente capítulo, houve um conjunto de **decisões tomadas pela autarquia** de Moura que “deixaram marca” neste território:

- o arrendamento da propriedade, no início do século passado, a seareiros e à Junta de Freguesia de Santo Aleixo;
- o arrendamento de 22 lotes feito posteriormente através de hasta pública (Carmo, 2008: 101-106) (Anexo 15, Quadro 2.5);
- a libertação de arrendamento de todos os lotes, no fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta do século passado;
- e, finalmente, a submissão da Herdade da Contenda ao Regime Florestal (Anexo 17), que permitiu que o Estado (Administração Central) iniciasse um processo de florestação ao longo

dos últimos 50 anos, que introduziu alterações significativas na propriedade, em termos de ocupação do solo (“**land cover**”) e da exploração da propriedade (“**land use**”).

Para melhor se entender a evolução ocorrida na ocupação e no uso do solo da Contenda, fez-se uma pesquisa sobre a **cartografia menos recente** (considerando-se a **cartografia** como “*a Ciência e arte de expressar graficamente, por mapas ou cartas, o nosso conhecimento da superfície da Terra e dos seus vários aspectos*”, Alves e Cruz, 1984), porque deste tipo de documentos se pode retirar a informação e a obtenção de outros elementos com interesse para a **história da paisagem da Contenda**, a confirmação da ocupação e do uso dos solos, o traçado da linha de fronteira, a toponímia local, entre outra informação útil.

Neste sentido, as cartas a que se faz referência a seguir, ou foram obtidas por “download” da “net” ou foram “rasterizadas” a partir de cartas impressas em papel:

1) a “**Carta Agrícola**” de 1890 (Figura 2.26 e Mapa 10 do Anexo 9), que foi elaborada sob a coordenação de Gerardo Pery, com trabalhos de campo em 1887 e 1890 (Feio, 1998: 12; Feio e Roxo, 1991: 214) é uma das cartas mais antigas com informação detalhada sobre a ocupação do solo na Contenda:

- . verifica-se na carta de Pery que, basicamente, a parte N da Contenda tinha como uso o “Montado de azinho”. Esta constatação é confirmada pela existência de árvores (certamente azinheiras) no mapa de 1803 (Figura 2.5; Mapa 4, Anexo 9) representadas numa área a N designada por “Campo de Gamos”, nome atribuído desde 1252 àquela parte do território da “Grande Contenda” que, mais tarde, acabaria por ser incorporada na freguesia de Santo Aleixo da Restauração (povoação que resistiu a várias investidas do exército espanhol na 2.ª metade do séc. XVII e início do séc. XVIII, Câmara Municipal de Moura, 2012). Na área do mapa correspondente ao Sul da Contenda também havia a representação de árvores (azinheiras?), embora com uma área e uma densidade menores
- . a maior parte da restante área, a zona intermédia e a parte Sul da Contenda, era ocupada por “charneca e matos”, sendo muito limitadas as áreas arroteadas para a produção de cereais. Segundo Feio (1997: 149), “*No Baixo Alentejo Norte Interior a charneca situava-se sobretudo nos solos derivados de xistos da parte Sul dos concelhos de Serpa e de Beja (três quartos do total); como caso extremo, na parte Sul do concelho de Serpa, situada nas folhas 199 e 200, a charneca ocupava 91% da área e as arvenses e pousio o restante (levantamento de 1897). Em 1851-60 estes solos, apesar da péssima qualidade da maioria, estavam cultivados e a única mancha importante de charneca desta região situava-se na «Contenda» de Moura, região com contencioso fronteiro secular, que ficou sempre no regime de baldio, embora em parte arrendado e nos meados do século XX entregue aos Serviços Florestais, Solos muito maus*”;

2) a “**Carta Agrícola-Mineral**” de G. Pery (Figura 2.27 e Mapa 11 do Anexo 9) é, também, apresentada para confirmar que na altura em que foi elaborada, entre 1884 e 1889, a “Grande Contenda” ainda não tinha sido subdividida, nem tinha sido estabelecida a fronteira naquele troço do território. Com efeito, quer esta carta quer a anterior, do mesmo autor, apresentam a convenção gráfica usual e representativa de fronteira entre dois países como linha limite de toda a área deste território da “Grande Contenda”, envolvendo-a e sem a dividir;

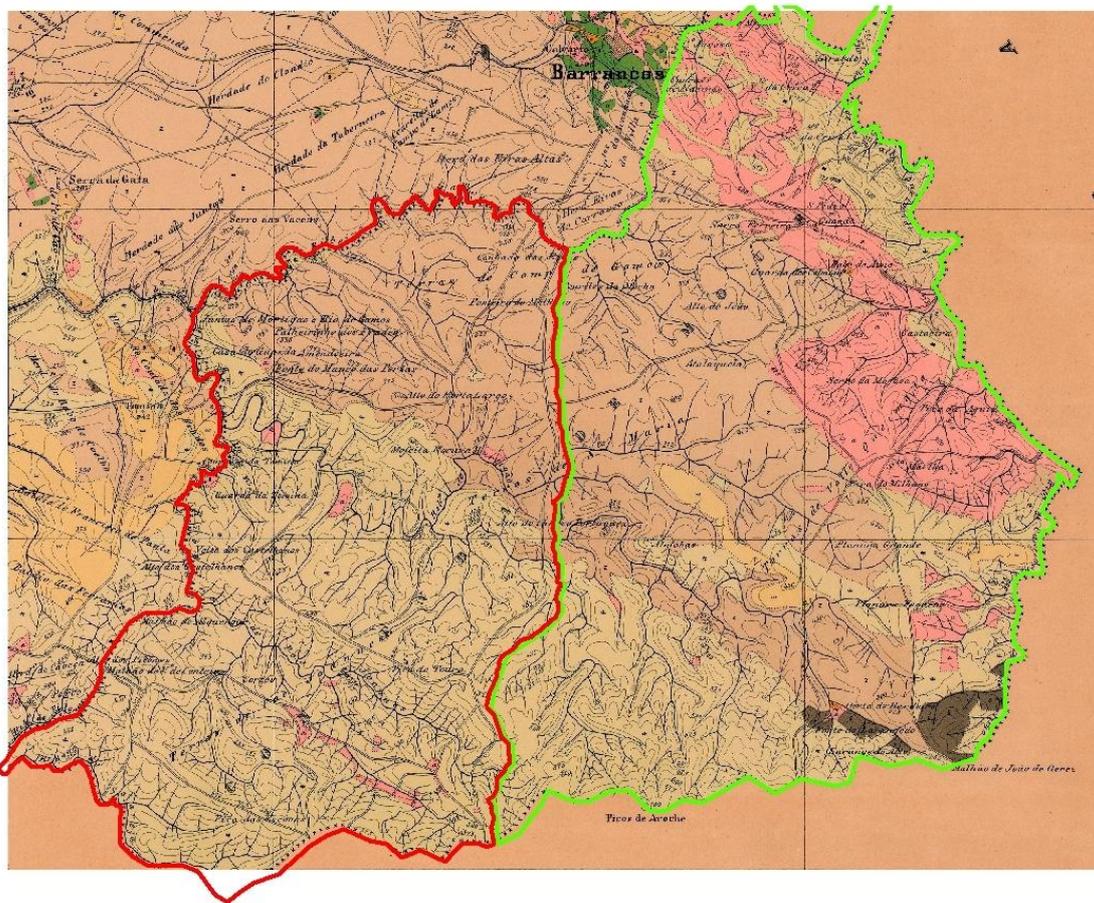


Figura 2.26 – Mapa 10, “Folha Agrícola” de G. Pery, “Levantada e construída na Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola em 1887 e 1890” (Esc. 1/55 000; escala original 1/50 000; adaptado de Direcção Geral de Agricultura, Folha Agrícola n.º 185, Folha Chorographica n.º 33. Lithographia da Imprensa Nacional, Publicada em 1891, registo 504 de 86) (Feio, 1998: 12; Feio e Roxo, 1991: 214) (Anexo 9).

3) a “**Carta Agrícola e Florestal de Portugal**” de 1960 (1: 250 000) onde pode ser verificado que (Figura 2.28 e Mapa 12 do Anexo 9) foi outra das cartas analisada:

- . a parte N da Contenda, em cerca de um quarto da sua área, tinha naquela altura uma “*utilização agro-florestal*” (ou seja, montado)
- . a restante área era classificada como “*incultos*”, com excepção da parte a S da ribeira de Pais Joanes, onde ocorria uma mancha de “*utilização agrícola em sequeiro*”;

4) a análise da “**Carta da Distribuição da Azinheira em Portugal**” de 1965 (1: 250 000) (Figura 2.29 e Mapa 13 do Anexo 9) apenas o terço superior da área da Contenda apresenta uma ocupação florestal, classificada como “*Classe IV – mais de 80 azinheiras/ha*”;

5) sobre a “**Carta Agrícola e Florestal de Portugal**” de 1972 (1: 250 000) (Figura 2.30 e Mapa 14 do Anexo 9) a parte N da Contenda é classificada como “*montado de azinho com cultura arvense*”, seguindo-se por ordem decrescente de área o “*inculto*”, o “*pinhal bravo/pinhal manso*” e o “*montado de sobro*”;

6) a “**Carta Complementar**” (Mapa 16 do Anexo 9) foi uma das peças desenhadas que integrou o “*Projecto de Arborização da Contenda – ao Sul da Ribeira de Murtigão*”, elaborado em Outubro de 1958 e que antecedeu e serviu de guia para a arborização da Contenda e era particularmente completo para a época. Da sua análise conclui-se que (Quadro 2.6):

Quadro 2.6 – Análise da “Carta Complementar”, considerando uma área de 5288 ha (DGSFA, 1958: 16-19).

Tipologias	A Norte (da ribeira do Murtigão)		Restante área da Contenda	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Azinhais (áreas com azinhais e/ou culturas arvenses, e/ou matos)	1414 ha	26.7 %	—	—
Inculto (matos)	—	—	2687.35 ha	50.8 %
Culturas arvenses	—	—	1186.65 ha	22.5 %
Áreas parciais	1414 ha	26.7 %	3874 ha	73.3 %
Area total	5288 ha			

- . a ocupação principal da terra era de matos (inculto), em pouco mais de metade da superfície da propriedade (2687 ha)
- . a segunda maior ocupação era com azinheira, a N, e que era também a única mancha florestal mais significativa (1414 ha, um pouco mais do que a quarta parte do território da Contenda)
- . as culturas arvenses de sequeiro representavam a terceira mancha mais importante (1187 ha)
- . a diferença encontrada na área total referente ao número oficial do cadastro deve-se às escalas usadas na altura (1/25 000 da Carta Agrícola e 1/5000 da Carta Cadastral);

7) a “**Carta de Solos**” que apresenta apenas 7 manchas (Mapa 17 do Anexo 9)

- . 4 de litosolos (Ex – 2250 ha)
- . 2 de complexo de litosolos com afloramentos rochosos (Ex+Arx – 3020 ha)
- . 1 de solos litólicos (Dx – 13 ha).

Da análise da tipologia de solos desta carta, conclui-se que os solos estavam “...no último estado de erosão o que é confirmado pela quantidade imensa de solos do Grupo dos Litosolos e também dos complexos destes com os Afloramentos Rochosos” (DGSFA, 1958: 66).

8) Além da Carta de Solos, e no âmbito daquele projecto foi ainda elaborada uma “**Carta de Declives**” (Mapa 18 do Anexo 9) que, juntas, permitiram elaborar a “**Carta de Capacidade de Uso**” (DGSFA, 1958: 20) e esta com a das “**Estações Ecológicas**” (Mapa 19 do Anexo 9) permitiu elaborar a “**Carta de Ordenamento**” (DGSFA, 1958: 68).

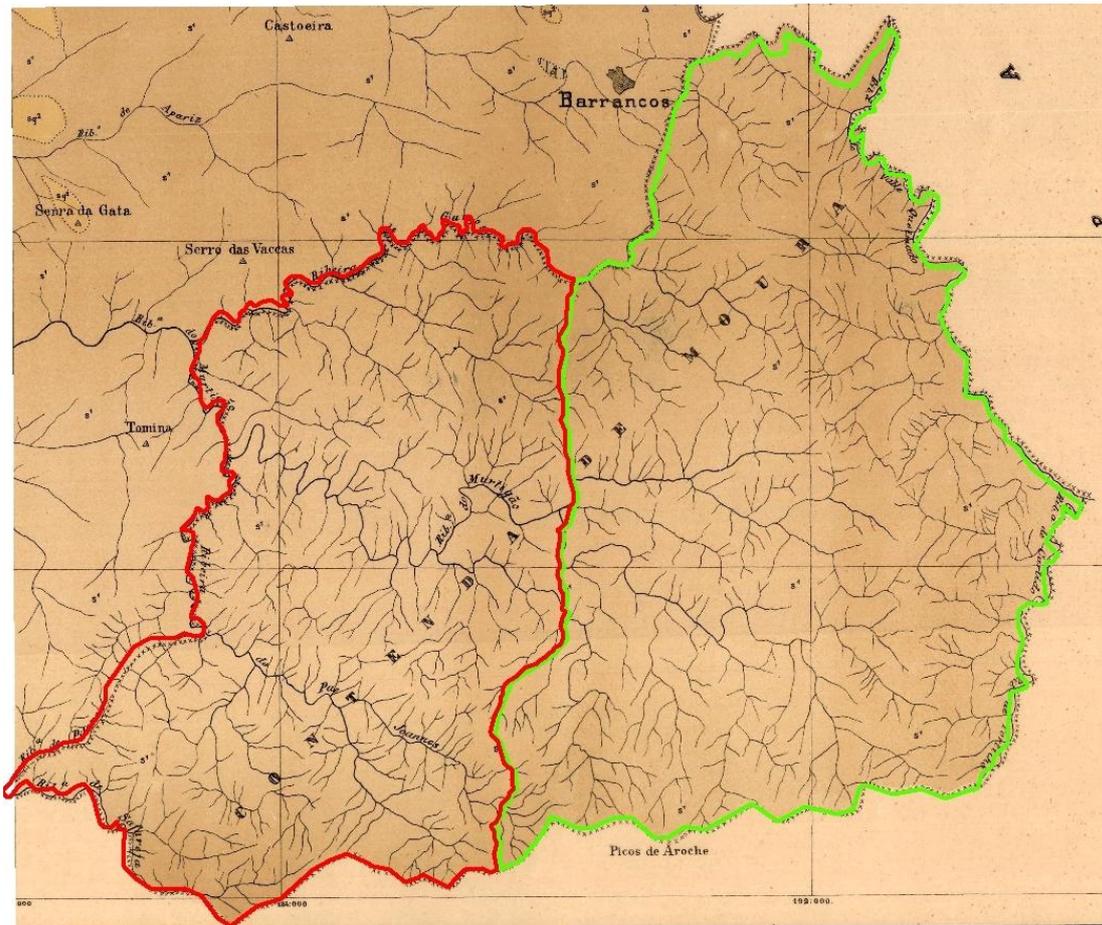


Figura 2.27 – Mapa 11, “Folha agrícola-mineral” de G. Pery, “*Levantada e construída na Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola, de 1884 a 1889*” (Esc. 1/55 000; escala original 1/50 000) (adaptado de Direcção Geral de Agricultura, Folha agrícola-mineral n.º 185, Folha chorographica n.º 33. Lithographia da Imprensa Nacional, publicada em 1892) (Anexo 9).

Sobre a cartografia que serviu de base ao **Projecto de Arborização de 1958** (“**Carta de Arborização**”, Figura 2.31 e Mapa 20 do Anexo 9) deve referir-se que duas das cartas acabadas de citar, a Carta de Capacidade de Uso e a Carta de Ordenamento, não foram encontradas e, por isso, não foi possível consultá-las.

2.2.6.1. Regime Florestal Parcial Facultativo

A Lei n.º 2069, de 24 de Abril de 1954, promulgou medidas sobre a beneficiação de terrenos cuja arborização fosse indispensável para garantir a fixação e a conservação do solo (Germano, 2000: 29).

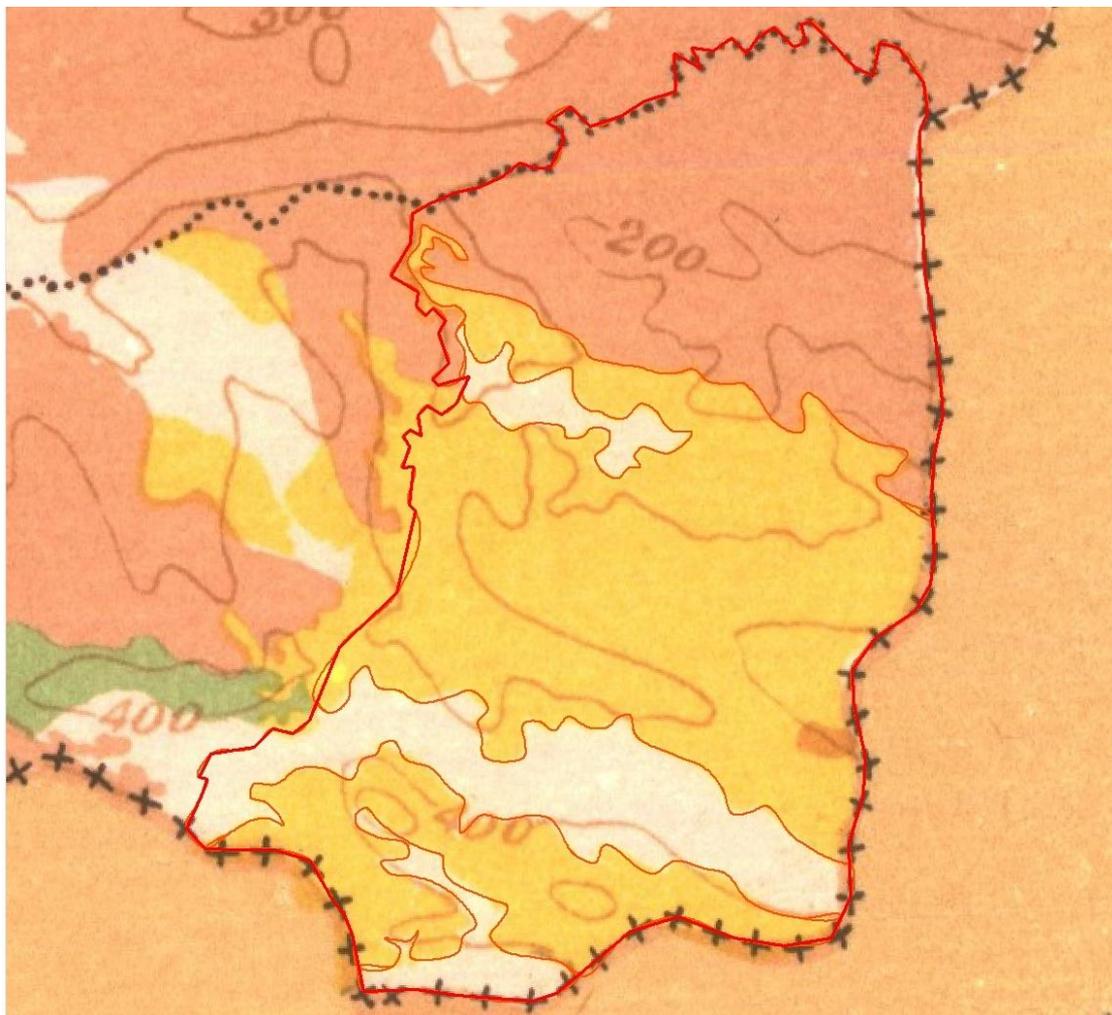


Figura 2.28 – Mapa 12, Carta Agrícola e Florestal de Portugal (1960) (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, n.º 3. Papelaria Fernandes, Lisboa, 1972) (Anexo 9).

Segundo a DGSFA (1958: 1), “Antecipando-se à execução da Lei n.º 2069, pediu a Câmara Municipal de Moura a arborização da parte da Herdade da Contenda a Sul da Ribeira do Murtiço e, ainda, que aquela fosse efectuada parcelarmente, segundo os lotes que era uso serem arrendados a fim de usufruir por mais alguns anos os rendimentos daqueles que não fossem anualmente cobertos pelos trabalhos.

Aceitou esta Direcção-Geral o pedido e daí a razão de ser do presente projecto de arborização que não dispensará contudo futuros trabalhos referentes à parte situada a Norte daquela

ribeira visto toda a propriedade estar incluída numa zona de aptidão florestal que a boa execução da Lei n.º 2069 exigirá convenientemente protegida.

Não deixou esta Direcção-Geral de ter em conta os aspectos económico-sociais que às Câmaras se põem, e há que atender e, por outro lado, esta mesma Direcção-Geral propôs-se considerar o primeiro parcelamento como um escalão de experimentação, em zonas para onde existe pouca soma de experiência. Este foi o motivo de aceitação antecipada, em relação à execução da lei, mas sendo este projecto, contudo, elaborado de acordo com as normas estabelecidas pelo Plano de Fomento Agrário e pelo Serviço de Estudos de Melhoramentos Florestais”.

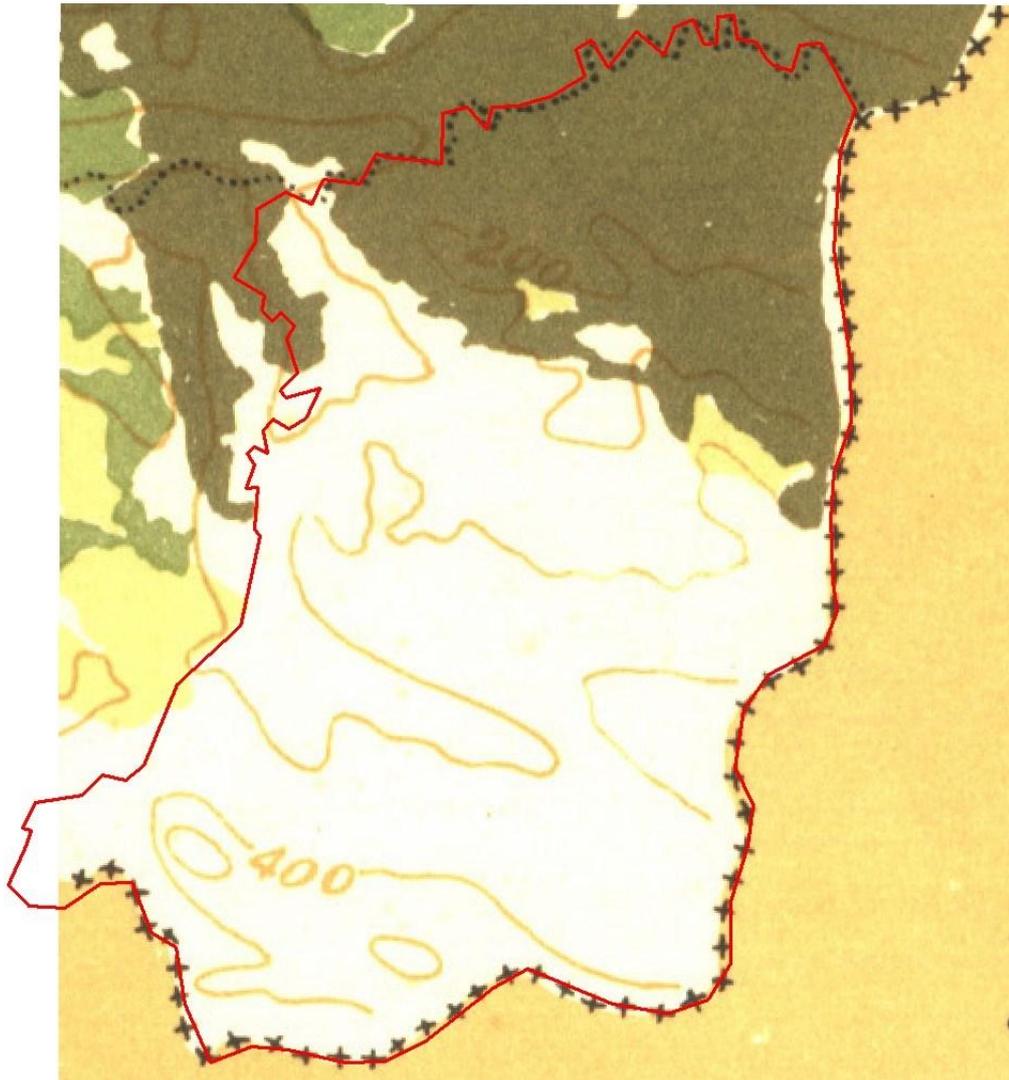


Figura 2.29 – Mapa 13, Carta da Distribuição da Azinheira em Portugal (1965) (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia – Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário. Bertrand Irmãos, Lda.) (Anexo 9).

Tal como se acaba de transcrever, por solicitação da Câmara Municipal de Moura, proprietária da Herdade da Contenda, esta passou a ser submetida ao **Regime Florestal Parcial Facultativo**, cujo significado se explica a seguir (Anexo 17).

Assim os Serviços Florestais passaram a intervir naquela propriedade no seguimento do pedido da Autarquia para que a arborização fosse feita parcelarmente e de acordo com os lotes que usualmente eram arrendados, de tal maneira que pudesse “...usufruir por mais alguns anos os rendimentos daqueles que não fossem anualmente cobertos pelos trabalhos” (DGSFA, 1958: 1). De acordo com as normas estabelecidas pelo Plano de Fomento Agrário e pelo Serviço de Estudos de Melhoramentos Florestais, da então Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, no âmbito da Lei n.º 2069, de 24 de Abril de 1954 (DGSFA, 1958: 1), foi aprovado por Despacho Ministerial de 13 de Novembro de 1958 o documento “*Projecto de Arborização da Contenda – ao Sul da Ribeira de Murtigão*”, elaborado em Outubro de 1958 (DGSFA, 1963: 1).

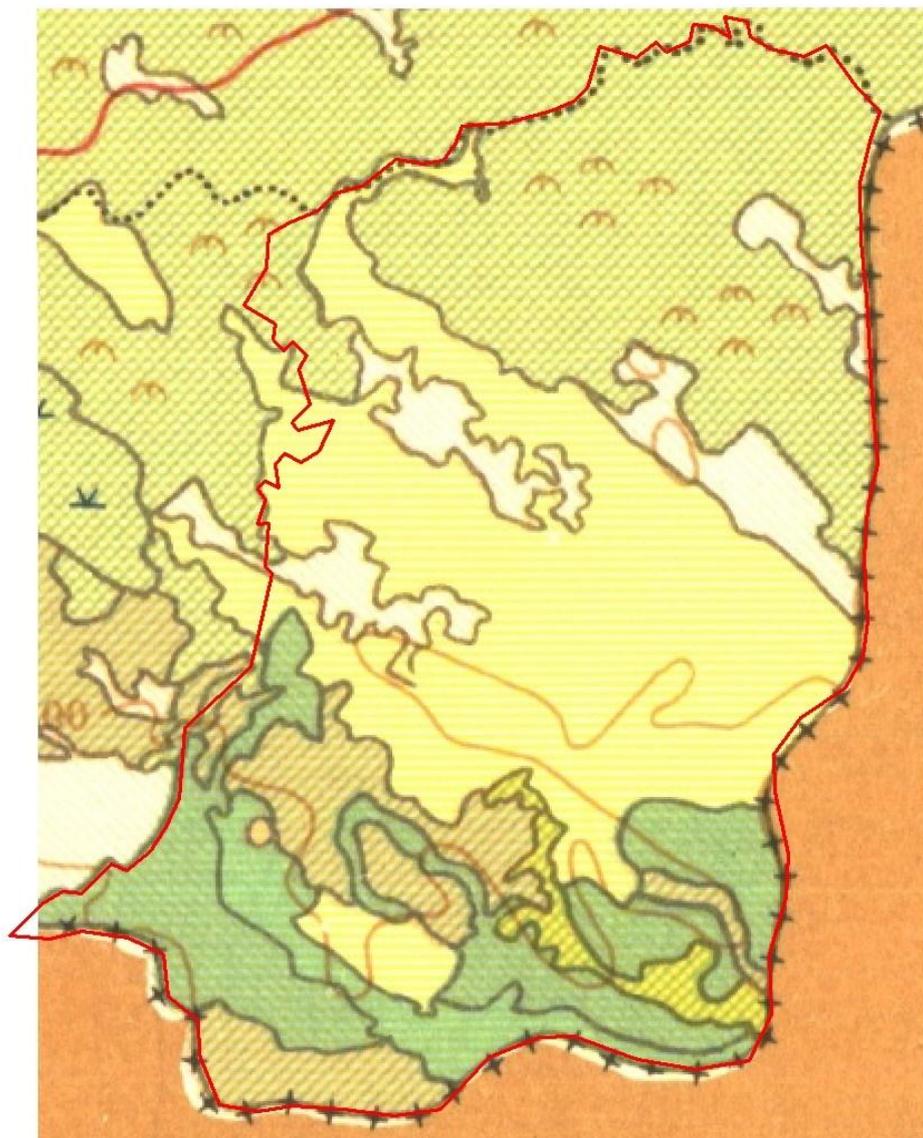


Figura 2.30 – Mapa 14, Carta Agrícola e Florestal de Portugal – Grandes Grupos de Utilização do Solo (1972) (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, n.º 3. Bertrand Irmãos, Lda.) (Anexo 9).

A arborização e a exploração do prédio passaram a ser feitas segundo aquele projecto e por conta do Estado, em conformidade com o disposto no Decreto de 24 de Dezembro de 1903 (n.º 1 do art. 219.º e nas condições prescritas nos artigos 225.º e 227.º, de acordo com o plano que integrava o dito Decreto de 1959) e mediante o pagamento da quantia de 125.000\$00 à Autarquia (DGSFA, 1963: 6).

Porém, a parte da Contenda situada a Norte da Ribeira do Murtigão não foi considerada naquele projecto pelo facto de a Autarquia não considerar, na altura, oportuna a submissão ao regime florestal de toda a área (DGSFA, 1963: 1), tendo sido apenas ocupada pelos serviços florestais uma área de 3364 ha (designada por Contenda Sul).

Posteriormente a Câmara Municipal de Moura reviu a sua deliberação e solicitou a afectação de todo o prédio rústico ao referido regime florestal, incluindo a área de cerca de 1903.95 ha a Norte do Murtigão, designada por Contenda Norte.

Este facto motivou a produção do Decreto de 13 de Abril de 1963 (e a anulação do Decreto de 08 de Maio de 1959) que determinou que toda a área da Herdade da Contenda (5267.9454 ha) passasse a estar submetida ao Regime Florestal Parcial Facultativo, bem como se actualizasse o pagamento anual à edilidade, pela ocupação total da propriedade (DGSFA, 1963: 6 e 7).

O **Regime Florestal** compreende o conjunto de disposições destinadas a assegurar a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, e o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para a defesa das várzeas e bacias hidrográficas, fixação e conservação do solo, nas montanhas e das areias no litoral marítimo (Decreto de 24 de Dezembro de 1901, Artigo 25.º).

O Regime Florestal divide-se em **total** (os terrenos são pertença do Estado) e **parcial**, em que os terrenos são submetidos ao Regime Florestal por razões de utilidade pública e pertencem às autarquias, a particulares e ao sector comunitário (baldios – terrenos usados e fruídos pelas comunidades locais), resultando da sua delimitação os Perímetros Florestais (Decreto de 24 de Dezembro de 1901, Artigo 26.º e 27.º; DGF, 1992: 60; Germano, 2000: 23). Portanto, o **Regime Florestal Parcial** é o regime aplicado aos Perímetros Florestais.

Constitui um importante instrumento jurídico que permite a intervenção do Estado em larga escala e à luz do interesse público, no fomento florestal do País e na gestão florestal de áreas do próprio Estado, em baldios e em terrenos particulares cujos proprietários solicitassem expressamente a submissão ao mesmo (AFN, 2010a: 161).

Perímetro de Regime Florestal (ou **Perímetro Florestal**) é a designação dada aos terrenos e matas sujeitos ao Regime Florestal Parcial, sendo a respectiva submissão publicada por decreto em Diário do Governo, como era até 1974, mas desde então em Diário da República (DGF, 1992: 60; Germano, 2000: 23; Decreto de 24 de Dezembro de 1901, Artigo 32.º).

Pela submissão àquele Regime Florestal Parcial, a Herdade da Contenda passou a ser designada como “Perímetro Florestal da Contenda” (Germano, 2000: 79-80).

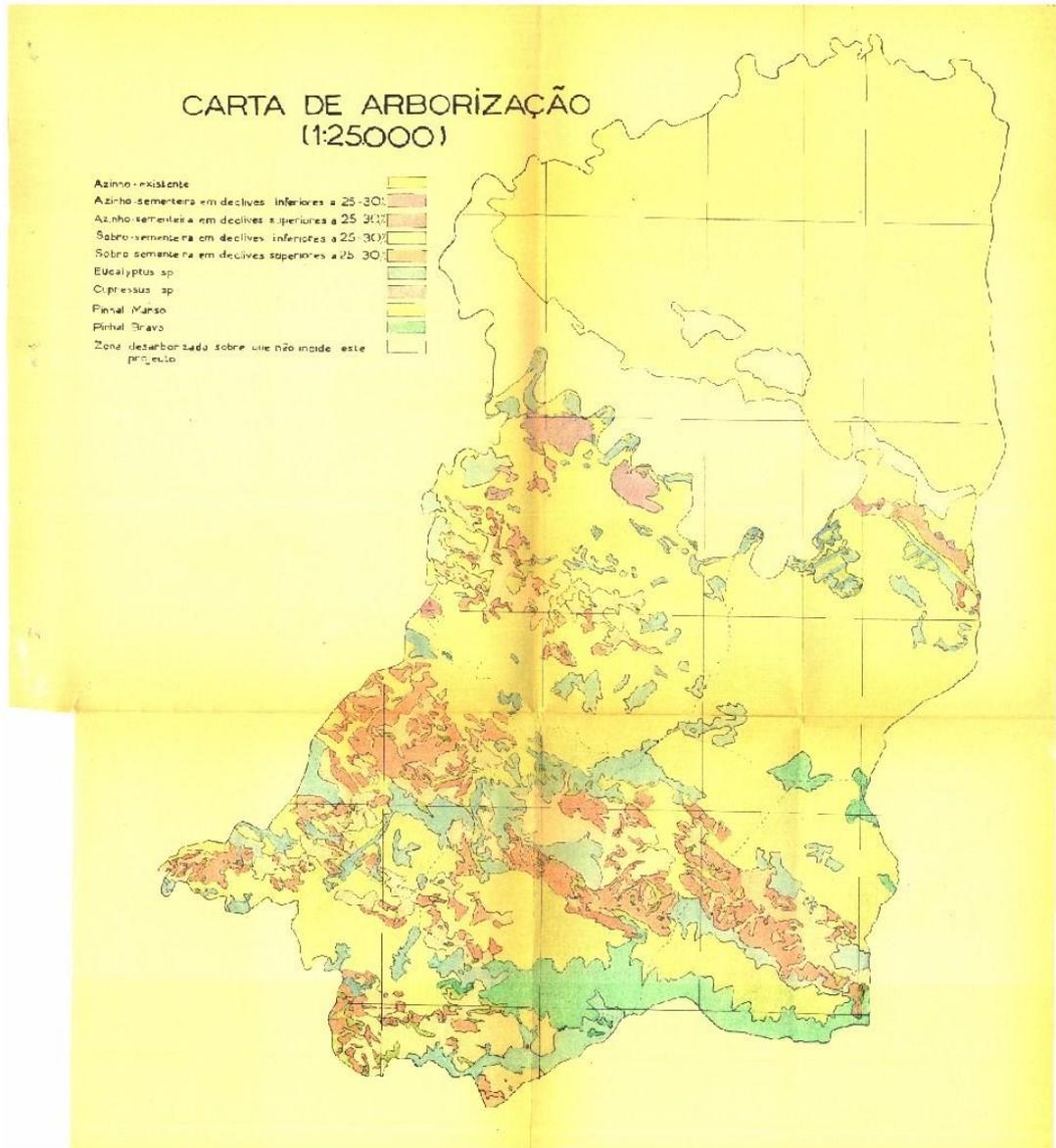


Figura 2.31 – Mapa 20, Carta de Arborização (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958) (Anexo 9).

Por aquela razão foi necessário elaborar o “*Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Contenda – actualização do projecto de arborização (incluindo o novo núcleo situado a Norte do Rio Murtigão)*” (DGSFA, 1963: 1).

No âmbito deste projecto, a DGSFA (1963) elaborou a “**Carta da Superfície já Arborizada**” (Figura 2.32 e Mapa 21 do Anexo 9), a “**Carta de Actualização do Projecto de Arborização**” (Figura 2.33 e Mapa 22 do Anexo 9) com a arborização executada entre 1964 e 1978, e a “**Carta das Parcelas a Arborizar** (Mapa de junção de cartas) (Esc. 1/40 000; escala original das parcelas 1/5000)” (Figura 2.34 e Mapa 23 do Anexo 9).

Este Perímetro Florestal foi submetido ao Regime Florestal Parcial Facultativo, por solicitação da Câmara de Moura (Diário do Governo, 2.ª série, n.º 109, de 8 de Maio de 1959, posteriormente actualizado por Decreto publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 88, de 13 de Abril de 1963, pelo Decreto n.º 42/83, de 21 de Junho e pelo Decreto n.º 21/89, de 11 de Maio, ambos publicados na 1.ª série do Diário da República) (Germano, 2004 *in* AFN, 2010a: 4). No projecto elaborado para a Contenda Norte estavam claramente definidos os objectivos do projecto: conservação do solo e protecção das redes hidrográficas apoiando-se na utilização de espécies de crescimento rápido (pinheiros e eucaliptos). Reconhecia-se que “...*não pertencendo estas espécies à flora indígena, não são as mais aconselháveis ao arranjo ideal que se imporia existir, pois logicamente a fauna existente harmoniza-se muito melhor com uma vegetação mais integrada no ambiente natural. Nesta emergência o emprego de sobreiros e azinheiras em larga escala afigura-se uma solução compatível com o aproveitamento que se julga vantajoso dar à propriedade. Identicamente a demarcação de clareiras destinadas a culturas arvenses pretende completar esta orientação.*

Outrossim, antolha-se que, a substituição indicada de modo algum prejudica a viabilidade económica do repovoamento silvícola, pois pode prever-se que conduzirá a um rendimento global equivalente, embora com estrutura mais diversificada” (DGSFA, 1963: 3).

Em 1958 foi elaborado o 1.º Projecto de Arborização da Herdade da Contenda (ao Sul da Ribeira de Murtigão), pela ex-Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (DGSFA, 1958) (Quadro 2.7).

Dado que na altura a denominada Contenda Norte ainda não tinha sido submetida ao Regime Florestal, aquele projecto apenas incidiu em 3364 ha da área total, coincidindo com a área dos lotes 13 a 22, preconizando a instalação de povoamentos puros de: Pinheiro manso (1874 ha), Sobreiro (750 ha), Eucaliptos (402 ha), Pinheiro bravo (164 ha), Azinheira (91 ha) e Ciprestes (0,1 ha). Preconizava ainda a instalação de um povoamento misto de Eucalipto e Pinheiro manso com uma área de aproximadamente 20 hectares (AFN, 2010a: 63).

Assim, e a partir de 1958, os Serviços Florestais tomaram de arrendamento a Contenda e iniciaram “...*os trabalhos de florestação com o recurso a espécies climáticas, indígenas ou adaptadas – pinheiro manso, sobreiro e azinheira – e a introdução a título experimental de exóticas, destacando-se os Eucalyptus spp., Cupressus spp., Platanus, etc. e o pinheiro bravo que poderemos considerar neste grupo para aquela estação”* (DFA, 1996: 3) (Figuras 2.35 e 2.36).

Um pouco mais tarde, em 1963, foi elaborada a “**Actualização do Projecto de Arborização**” do “**Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Contenda**” (DGSFA, 1963), em que as actividades desenvolvidas têm visado a protecção e o incremento das espécies florestais autóctones, a reflorestação, desmatações adequadas e sementeiras de pastagens no montado de azinho como alimento para a fauna, nomeadamente a perdiz e a criação de duas “Reservas Integrais”.

O Quadro 2.8 permite avaliar o montante da despesa com a arborização e trabalhos complementares do Perímetro Florestal da Contenda, no período de 1958 a 1969.

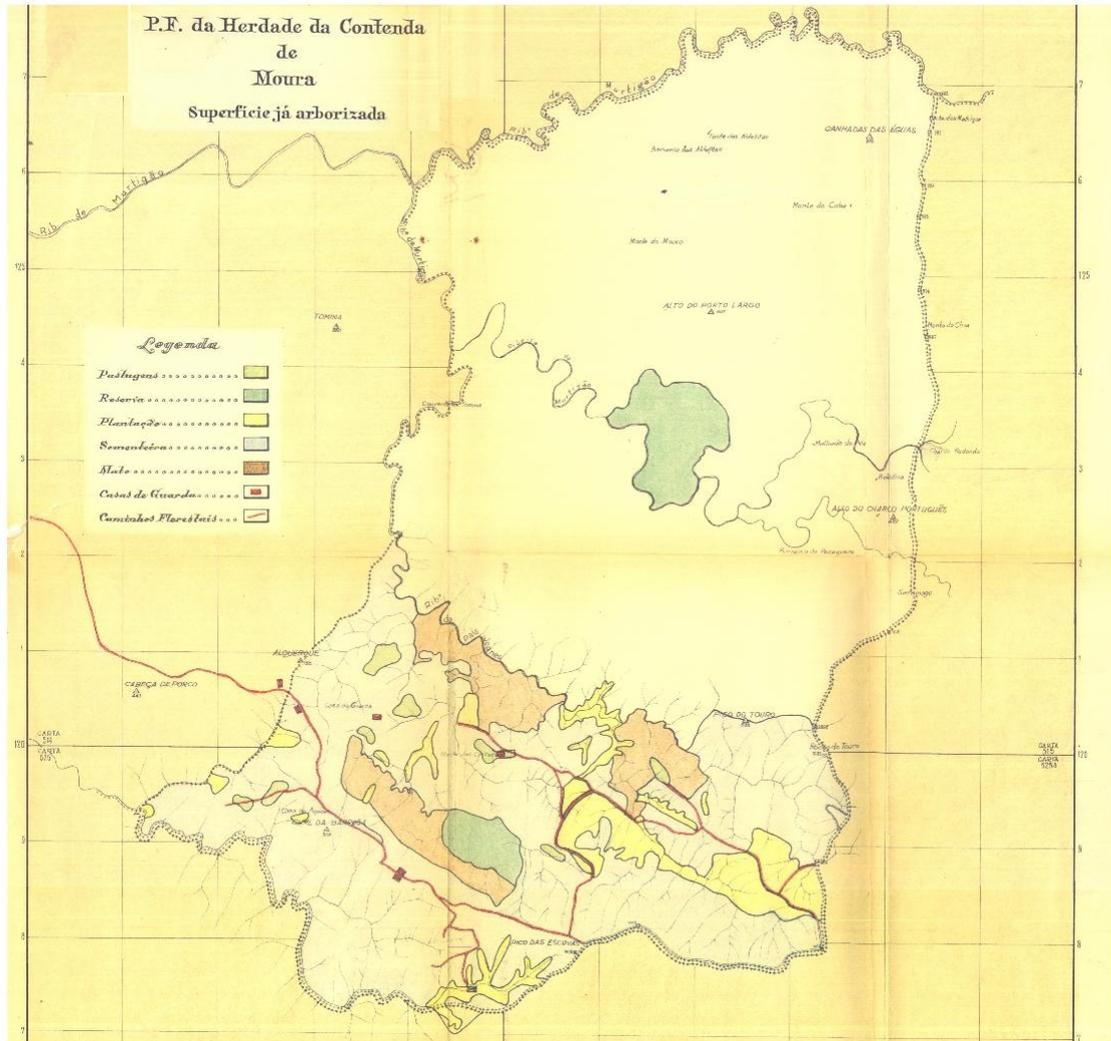


Figura 2.32 – Mapa 21, Carta da Superfície já Arborizada – arborização feita entre 1958-1963 (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1963) (Anexo 9).

Independentemente do montante gasto pelo Estado no projecto de arborização, foi acordado fazer um pagamento anual à Câmara Municipal de Moura como forma de compensação, que teve início em 1959 (Quadro 2.9).

Do Quadro 2.10 (Anexo 18) constam as principais acções desenvolvidas por projectos no PFC desde 1958 (AFN, 2010a: 44-46).

O Estado passou a atribuir valores de compensação anual a pagar à CMM (Decreto de 8 de Maio de 1959, posteriormente actualizado pelo Decreto de 13 de Abril de 1963 foi fixado em

405 000\$00 o valor da renda anual pago à Autarquia, por estar submetida ao regime florestal e pelo Decreto n.º 42/83, de 21 de Junho, que actualizou o valor estipulado anteriormente).

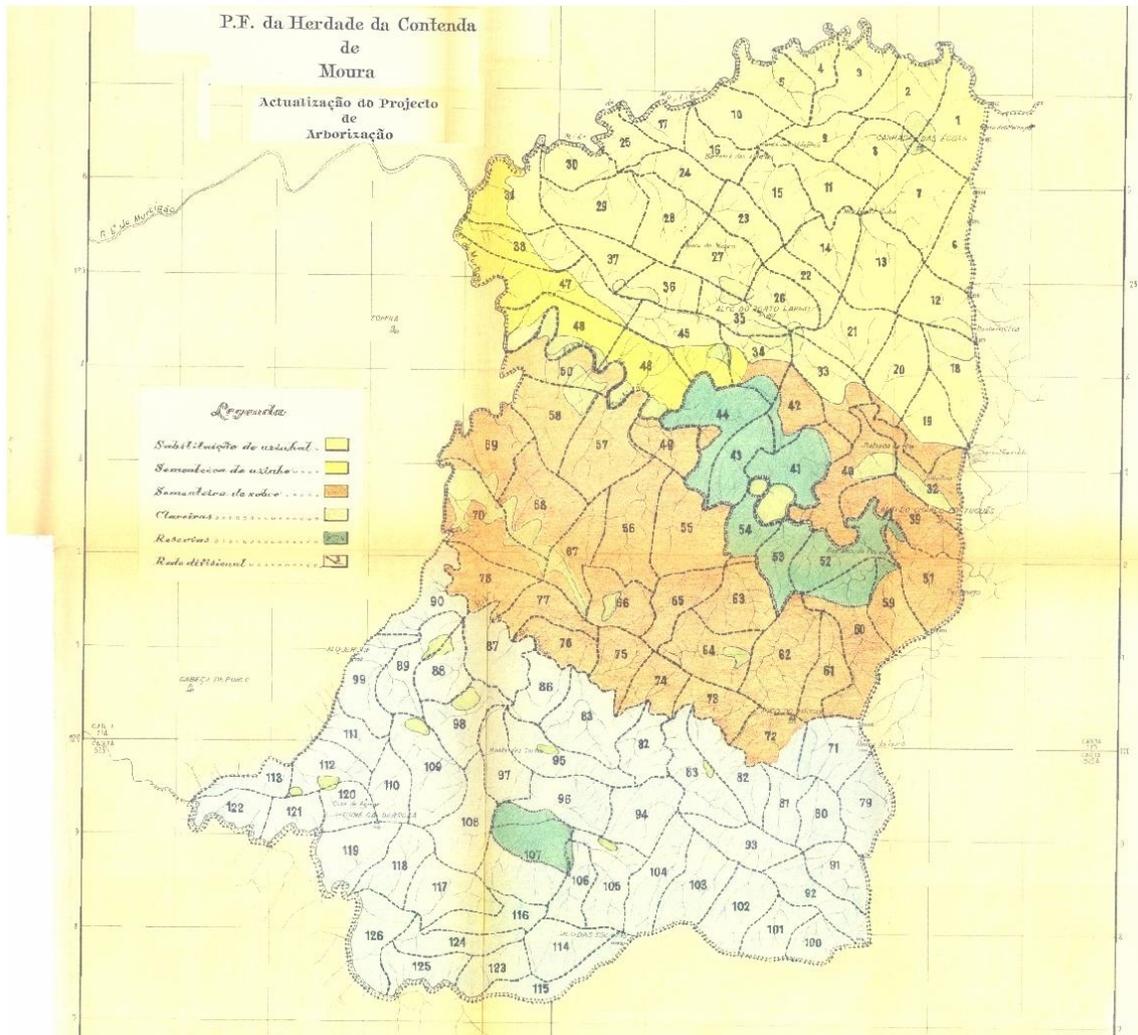


Figura 2.33 – Mapa 22, Carta de Actualização do Projecto de Arborização – arborização feita entre 1964-1978. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1963) (Anexo 9).

O Estado passou a atribuir valores de compensação anual a pagar à CMM (Decreto de 8 de Maio de 1959, posteriormente actualizado pelo Decreto de 13 de Abril de 1963 foi fixado em 405 000\$00 o valor da renda anual pago à Autarquia, por estar submetida ao regime florestal e pelo Decreto n.º 42/83, de 21 de Junho, que actualizou o valor estipulado anteriormente).

Em 27 de Fevereiro de 1989 foi assinado um Protocolo entre a Câmara Municipal de Moura e a Direcção Geral das Florestas, estabelecendo o valor actualizado e anual de 4 000 000\$00 como forma de compensação (Decreto n.º 21/89, de 11 de Maio).

Passados alguns anos o valor anual acima referido haveria de ser redefinido, por força de outro acto administrativo, o Decreto n.º 34/96, de 22 de Novembro, que fixou o dito montante em 6

500 000\$00, com início de vigência reportado a 01 de Janeiro de 1995, actualizável anualmente pela aplicação do índice oficial de preços no consumidor, excluída a habitação.

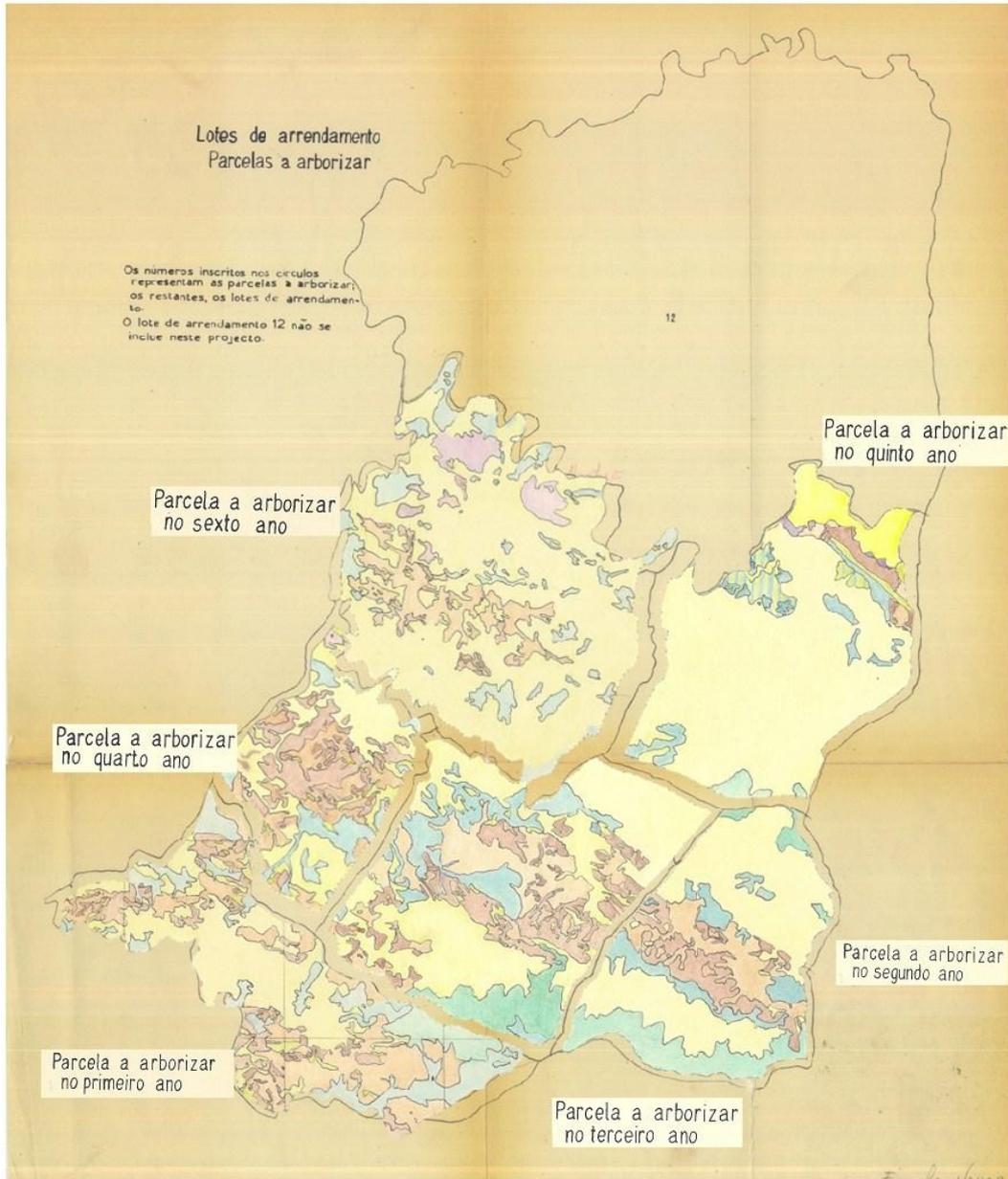


Figura 2.34 – Mapa 23, Carta das Parcelas a Arborizar (Mapa de junção de cartas, com as 6 Parcelas a arborizar nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos). (Esc. 1/40 000; escala original das parcelas 1/5000) (adaptado de DGSFA, 1963) (Anexo 9).

Nos Quadros 2.11 e 2.12 (Anexo 18) constam os investimentos efectuados com fundos comunitários (verbas gastas no âmbito dos projectos de florestação) e com as infra-estruturas no “Perímetro Florestal da Contenda”.

Após a implementação do projecto de arborização, a **área florestada** da Contenda ficou com seguinte composição (AFN, 2010a: 76) (Figura 2.37 e Figura 2.38):



Figura 2.35 – Operação de limpeza de ervas e matos nas entrelinhas dos sobreiros com tractor de rastos (da esquerda para a direita: Sr. António Peralta Alvarinho, operador da máquina; Guarda florestal Francisco António Pires Barriga; e Eng.º Téc. Agr.º José Victor Arriaga Gomes, gestor da Contenda, ± em 1967). (Fotografia cedida pelo Sr. José Alvarinho, filho do Sr. António P. Alvarinho – n. 16.8.1924 e f. 23.4.1987).

- **azinheira** (povoamentos puros ou mistos dominantes) 1940.75 ha, dos quais 1936.97 ha são de povoamentos puros e 3.78 ha de povoamento misto dominante (45.6 % da superfície florestal arborizada total), concentrados na Contenda Norte;
- **sobreiro** no total de 464.18 ha (10.9 % relativamente à superfície florestal arborizada total), podendo considerar-se três grandes manchas, por ordem decrescente de idade (“Chaparrito”, “Ficalheira” e “Manuel dos Ovos”), havendo uma diferença de 5 a 6 anos entre a primeira e a última.

Sobre o **descortiçamento** dos sobreiros na Contenda (Paulo, 2013)

- . em 1997, mediante autorização dada pela então Direcção Regional de Agricultura (que por um período de cerca de 8 anos tutelou os Serviços Regionais dos Serviços Florestais) ao Instituto Superior de Agronomia, foram instaladas 12 parcelas permanentes, cada uma delas com cerca de 2025 m²
- . em 2001, o trabalho foi continuado em 9 parcelas e definiu-se o delineamento do ensaio de descortiçamento

- . em 2003, instalou-se um ensaio de 8 das 9 parcelas antes referidas, ou seja, só houve descortiçamento em 8 das 12 parcelas iniciais
- . em 2012, fez-se extracção da cortiça nas árvores dessas 8 parcelas (cortiça secundeira) para estudo da sua qualidade.

De realçar que foram descortiçados sobreiros, mas apenas num conjunto de áreas que no total é inferior a 2 ha, mantendo-se os sobreiros por descortiçar na maior parte da área;



Figura 2.36 – Pinheiros plantados na Contenda Sul (Janeiro de 1965). (Fotografia do Arquivo da DRFA).

- **pinheiro bravo** com o total de 219.76 ha (5.16 % da superfície florestal arborizada total). A área destinada ao **pinheiro bravo** era reconhecida no Plano de Arborização de 1958 como sendo a zona ecológica do sobreiro pelo que era preconizada a protecção de toda a vegetação natural;
- **eucalipto** 139.65 ha (3.28 % da superfície florestal arborizada total);
- **outras espécies florestais** que ocupam 19,42 ha, sendo 13,31 ha de ciprestes, 0,81 ha de ciprestes e eucalipto, 2,58 ha de medronheiro e 2,72 ha de outras folhosas. Nas manchas de eucalipto, além da espécie *E. globulus*, predominam outras como as *E. rostrata* e *E. maideni*, tendo sido introduzidas diversas espécies de *Cupressus*, dado tratarem-se de parcelas de estudo (DGSFAa, 1958), como a *C. arizonica*.

A **exploração silvícola** tem tido basicamente a ver com:

- o melhoramento sanitário dos povoamentos;
- a limpeza dos povoamentos de sobreiro, azinho e pinhal;

- o projecto de operações silvícolas, no âmbito do Regulamento 2158/92 (CEE), para a protecção da floresta contra incêndios (limpeza da rede divisional e beneficiação da rede viária) (Figura 2.39);
- o melhoramento do montado de azinho.



Figura 2.37 – Vista parcial de uma zona da Contenda Sul após vários anos de arrendamento (Janeiro de 1965). (Arquivo da DRFA).

Figura 2.38 – Vista parcial da mesma zona da Contenda Sul cerca de quarenta anos depois de arborizada (2003). (Arquivo da DRFA).

Na actualização do projecto de arborização que incluiu o novo núcleo situado a Norte do rio Murtigão do projecto de arborização atrás citado, é referido que tinha sido inicialmente proposta a demarcação de uma área de cerca de 550 ha para funcionar como **Reserva Integral (Florestal)**, na margem Norte da ribeira do Murtigão, abrangendo o Cerro dos Carabineiros (DGSFA, 1963: 12; AFN, 2010a: 64 e 110).

Quadro 2.7 – Florestação da Contenda (Rego, 2001).

Arborização até ao ano de	Área (ha)
1959	224
1960	393
1961	422
1962	339
1963	165
1964	244
1965	653
1966	520
1967	511
1968	300
1969	402
1970	110
1971	50
Floresta 1972	4333
Floresta 1990	3446
Floresta 2000	3446
Área Total	5408

Naquela área pretendia-se restringir qualquer intervenção na flora e na fauna, preservando-se o *habitat*. Foram demarcadas inicialmente duas áreas, uma com 400 ha e outra com 50 ha,

Quadro 2.8 – Despesas efectuadas com a Arborização do Perímetro Florestal da Contenda no período de 1958 a 1969 (Documento interno).

Tipos de trabalhos	Valor orçamentado (em escudos)	Valor gasto (em escudos)	Valor do saldo (em escudos)
Arborização	9 525 000\$00	6 684 508\$90	2 840 491\$10
Manutenção de repovoamentos (desbastes, prédios rústicos, repovoamentos de clareiras)	2 340 000\$00	800 450\$00	1 540 000\$00
Abertura e limpeza da rede divisional	220 000\$00	49 282\$00	170 718\$00
Instalação de pastagens nas clareiras (1968 e 1969)	1 200 000\$00	218 667\$50	981 332\$50
Total	13 285 000\$00	_____	_____

Área total do Perímetro – 5268 ha
Já dado como arborizado – 4202 ha
Área a arborizar – 1066 ha (só deverão ser arborizados 566 ha; os outros 500 ha ficam para reserva. No início estava previsto serem 600 ha, mas arderam 100 ha)

tendo esta última arduo na totalidade em 1967 (terá sido em 1966 como se explica um pouco mais à frente), vindo mais tarde a ser arborizada (AFN, 2010a: 64).

Quadro 2.9 – Valor da compensação anual paga pelos Serviços Florestais à Câmara Municipal de Moura (DGSFA, 1958: 5).

Ano	Valor (em escudos e posteriormente em euros)	Observações
1959	31 725\$00	Decreto de 08 de Maio de 1959
1960	63 450\$00	“
1961	95 175\$00	“
1962	125 000\$00	“
1963 a 1982	405 000\$00	Decreto de 13 de Abril de 1963
1983 a 1988	2 700 000\$00	Decreto n.º 42/83, de 21 de Junho
1989	4 000 000\$00	Decreto n.º 21/89, de 11 de Maio
1990	4 464 000\$00	4 000 000\$00+464 000\$00 de actualização.
1991	5 075 568\$00	4 464 000\$00+ actualização.
1992	5 539 568\$00	4 000 000\$00+1 539 568\$00 do diferencial de renda anual de 1990 e 1991.
1993	4 000 000\$00	
1994	4 000 000\$00	
1995	6 500 000\$00	Decreto n.º 34/96, de 22 de Novembro
1996	6 766 500\$00	
1997	6 976 262\$00	
1998	7 129 740\$00	
1999	7 322 243\$00	
2000	7 490 655\$00	
2001	7 707 884\$00	
2002	40 138.42 €	
2003	41 543.26 €	
2004	42 914.19 €	

2005	42 914.19 €	
2006	42 914.19 €	
2007	42 914.19 €	
2008	42 914.19 €	
2009	50 000.00 €	Procolo AFN/CMM de 25.03.2009
2010	33 000.00 €	“ “ “
2011	16 000.00 €	“ “ “

2.2.6.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo

Enquanto que no sub-capítulo anterior é feito o relato do processo de florestação da Contenda que ocupou os últimos 50 anos, agora passam-se a referir outros documentos orientadores que, mais recentes, contribuíram para a sua gestão.

Entre eles contam-se os princípios orientadores da política florestal que foram definidos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto), “...nomeadamente, os relativos à organização dos espaços florestais, determinam que o ordenamento e gestão florestal se façam através de planos regionais de ordenamento florestal (PROF)” onde será feita a explicitação das práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais.

“Os PROF são instrumentos de gestão de política sectorial que incidem exclusivamente sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços” (n.º 1, art.º 5.º, DL 204/1999, de 9 de Junho).

O PROF aplicável ao território da Contenda é o **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo** (PROF BA) (Anexo 19), que foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de Outubro, e constitui um instrumento de gestão (de política sectorial) florestal cujos objectivos gerais são (Preâmbulo):

- *“a avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;*
- *a definição do elenco de espécies a privilegiar nas acções de expansão e reconversão do património florestal;*
- *a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados, e a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços”.*

Uma das cinco sub-regiões para a região **Baixo Alentejo**, é a designada por “**Margem Esquerda**”, que engloba o território da Herdade da Contenda. Para esta sub-região homogénea visa-se implementar e incrementar funções de protecção, silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e conservação dos *habitats*, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos (DR 18/2006, Anexo A, Artigo 15.º, n.º 1).

Para esta sub-região está apontado um conjunto de objectivos específicos que podem ser consultados no anexo acima referido.



Figura 2.39 – Tractor de lagartas em trabalhos de beneficiação da rede viária, na Contenda Sul (*in* Fernandes, 1967).

No âmbito dos PROF, o planeamento adopta uma perspectiva considerando todos os bens e serviços não só numa vertente produtiva, mas também na conservação da biodiversidade, na salvaguarda e recriação de paisagens e na satisfação de necessidades da sociedade, como os espaços de recreio e os recursos hídricos, quer em termos de quantidade, quer em termos de qualidade. Os PROF ao serem considerados instrumentos sectoriais de gestão territorial abordam os aspectos técnicos, económicos, ambientais, sociais e institucionais que envolvem os agentes económicos e as populações com vista ao estabelecimento de um consenso na gestão e utilização dos espaços florestais. A produção de bens e serviços da floresta e dos sistemas naturais associados e o respeito pelos valores multifuncionais permite obter produtos lenhosos, cortiça e recursos associados com um enquadramento mais exigente (Preâmbulo do DR 18/2006). Portanto, estes planos têm uma abordagem multifuncional ao integrarem as funções de produção, protecção, conservação de *habitats*, flora e fauna, silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores, recreio e enquadramento paisagístico (Decreto Regulamentar n.º 18/2006, Anexo A, Artigo 1.º, n.º 2).

É, também, neste contexto que uma das questões que os PROF consideram tem a ver com o conceito de “**Floresta modelo**”. Este conceito não é mais do que um labelo ou estatuto

atribuído a uma propriedade, que é objecto de escolha, a partir de uma das seguintes três situações: pertencer ao domínio privado do Estado, estar submetida ao regime florestal ou ser uma propriedade privada.

A definição de “Floresta modelo” estipula que se trata de uma área florestal que *“funciona como um laboratório vivo onde são ensaiadas e aplicadas práticas silvícolas que os proprietários particulares podem adoptar, tendo como objectivo a valorização dos seus espaços florestais. Estes espaços modelo devem ser alvo de estudos de investigação, desenvolvimento, aplicação e monitorização de técnicas alternativas de gestão florestal e devem ser locais especialmente vocacionados para a demonstração”* (alínea j), do Artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2006 e Anexo A, Artigo 4.º, alínea j).

Para *“A gestão e o ordenamento da floresta modelo devem ter em conta a hierarquia de funções definidas pelo PROF para os espaços florestais onde se insere, procurando harmonizar-se com os objectivos estabelecidos para a região, embora a especificidade, quando exista, deva ser incentivada e explorada. A realização de planos de gestão para esta floresta deve ter em consideração a sua finalidade como espaço de demonstração contextualizada nos objectivos delineados para a floresta modelo”* (n.º 3, do Artigo 8.º, do Decreto Regulamentar n.º 18/2006).

A selecção da Contenda para floresta modelo no âmbito do PROF BA, deriva do facto de se destacar pela multifuncionalidade dos seus espaços florestais, nomeadamente a actividade silvo-pastoril no sob-coberto do montado de azinheira e onde foram desenvolvidas acções de ordenamento e fomento cinegético. Oferece também condições excepcionais para o desenvolvimento apícola, apresentando uma flora aromática espontânea que lhe confere qualidade. Também sob o ponto de vista da protecção dos biótopos, este perímetro florestal é um dos locais de grande interesse no Sul do País, onde existem espécies ameaçadas como o Lince-ibérico, a Águia-imperial, a Cegonha-preta e o Abutre-negro, tendo sido criada uma zona de reserva onde a acção humana é praticamente nula (Decreto Regulamentar n.º 18/2006, Anexo A, Artigo 8.º, n.º 2).

No tocante às espécies protegidas (DR 18/2006, Artigo 9.º, n.º 1) o PROF BA, além das espécies protegidas por legislação específica, como o Sobreiro (*Quercus suber*) e a Azinheira (*Quercus rotundifolia*), assume e promove que exemplares espontâneos de Sabina-da-praia (*Juniperus turbinata*), Freixo-nacional (*Fraxinus angustifolia*), Zambujeiro (*Olea europaea sylvestris*), Aderno-de-folhas-largas (*Phillyrea latifolia*), Terebinto/cornoalha (*Pistacia terebinthus*), Catapereiro (*Pyrus bourgaeana*) e Carvalho-de-Monchique (*Quercus canariensis*), devem ser objecto de medidas de protecção específica.

2.2.6.3. Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda

Se o PROF BA acabado de mencionar estabeleceu normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, o único documento orientador específico existente em termos de ordenamento aplicável ao território da Contenda era o “Plano de Ordenamento Integrado do Perímetro Florestal da Contenda – I” (Borges *et. al.*, 1996) e “Plano de Ordenamento Integrado do Perímetro Florestal da Contenda – II” (Borges e Ramalho, 1997)

mas que estava mais vocacionado para a gestão florestal e cinegética, não contemplando outras áreas que depois se pretenderam gerir.

Para ultrapassar esta questão foi elaborado em 2006 o **Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda** (POG HC), por instruções dadas pelo então Subdirector Geral da Direcção-Geral dos Recursos Florestais e simultaneamente Director da Circunscrição Florestal do Sul, Eng.º Fernando Coucelo (DGRF, 2006a).

O **Plano de Ordenamento**, na concepção tradicional, deve ser um documento que, com base numa matriz de classificação territorial e em critérios de salvaguarda do património natural e da diversidade biológica, estabeleça um conjunto de orientações para a gestão, tomando por base as ameaças a suster, as potencialidades a incentivar e as compatibilidades a monitorizar. Foi definido um conjunto de normas, faseadas e com cruzamento de informação, em que se visou a articulação com outros instrumentos de gestão territorial e, também, atender às questões de conservação da natureza.

Assim, em termos de Ordenamento, foram propostas as classes:

1. “Espaço Florestal” com as categorias de:

- “Áreas de Conservação” que englobava a “Reserva Integral Florestal”, as áreas de “Matos” e as áreas de “Medronhal”;
- “Áreas de Protecção e de Produção”, as que foram plantadas com pinheiro bravo e com pinheiro manso;
- “Áreas Silvopastoris”;
- “Áreas Agrícolas” (produção de fenos para o efectivo pecuário e como reserva alimentar para veados em anos de escassez);
- “Áreas de usos múltiplos” (apiários para produção de mel, valores culturais, recreio e lazer, parques para madeiras);
- “Áreas destinadas a infra-estruturas” (espaços canais para a rede divisional, as infra-estruturas de transportes, de comunicações, de redes eléctricas);
- “Núcleos Rurais” (utilização de edifícios existentes com equipamentos públicos de interesse ambiental e para utilização colectiva);

2. “Servidões e Restrições de Utilidade Pública”

- Recursos hídricos (Domínio hídrico), Recursos Agrícolas e Florestais (RAN – Reserva Agrícola Nacional, Montados de sobreiro), Recursos Ecológicos (REN – Reserva Ecológica Nacional, Rede Natura 2000), Infra-estruturas e Equipamentos (Linhas eléctricas e Marcos geodésicos).

Pretende-se que o **Plano de Gestão**, enquanto documento técnico para orientar a gestão em função dos objectivos definidos, formule um conjunto de medidas e de acções, o respectivo financiamento e calendarização. Neste sentido, em 2006 decidiu-se enquadrar os 16 objectivos, as 32 medidas e as 104 acções através de 5 Eixos Estratégicos:

- . I. Manter e incrementar a gestão florestal
- . II. Manter e valorizar a biodiversidade
- . III. Promover o uso sustentável dos recursos naturais
- . IV. Promover o conhecimento e a sensibilização para o valor do sítio
- . V. Promover a investigação científica.

Em 03 de Julho de 2006 foi feita a apresentação pública do POG HC na vila de Moura e, no mesmo dia, celebrado e homologado pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas um Protocolo (composto por um Preâmbulo e 13 Cláusulas) para a Herdade da Contenda, entre a Direcção-Geral dos Recursos Florestais e a Câmara Municipal de Moura. Uma das cláusulas estipulava a elaboração de um Plano de Actividades anual, a ser aprovado por uma CAEP (Comissão de Acompanhamento da Execução dos Planos), documento que constituiu o instrumento para a gestão corrente e funcionamento da HC, nomeadamente no âmbito do regime florestal e da zona de caça nacional.

Porém, qual estigma que tem pairado sobre esta herdade, logo na primeira reunião da CAEP (28 de Setembro de 2006), verificou-se um desentendimento tal que não permitiu a continuação dos trabalhos com o relacionamento que seria desejável e que acabou por levar à saída da AFN do processo de gestão da HC no fim do ano de 2011, por decisão governamental após pressão da Autarquia.

2.2.6.4. Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal da Contenda

“Uma gestão correcta dos espaços florestais passa necessariamente pela definição de uma adequada política de planeamento tendo em vista a valorização, a protecção e a gestão dos recursos florestais”.
(Preâmbulo do Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de Outubro).

O Decreto-Lei n.º 205/1999, de 9 de Junho, no Artigo 2.º, n.º 1, define como **Plano de Gestão Florestal (PGF)** *“o instrumento de ordenamento florestal das explorações que regula, no tempo e no espaço, com subordinação aos planos regionais de ordenamento florestal (PROF) da região onde se localizam os respectivos prédios e às prescrições constantes da legislação florestal, as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visam a produção sustentada dos bens ou serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica”.*

No âmbito dos PROF é definida a área mínima a partir da qual é obrigatória a elaboração de um PGF. No caso do PROF do Baixo Alentejo (Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de Outubro), que abrange o território da Contenda e para efeitos de planeamento florestal local, foi estabelecido que:

- a dimensão mínima a partir da qual as explorações florestais privadas estão sujeitas a Plano de Gestão Florestal (PGF) é de 100 ha (Anexo A, Art.º 27.º, n.º 2);
- as explorações abrangidas por área ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) com mais de 100 ha estão isentas de elaboração de PGF (Anexo A, Art.º 27.º, n.º 3);
- e que os PGF a elaborar pelo Estado e pelos privados devem ser concluídos no prazo de três anos (Anexo A, Artigo 41.º do mesmo diploma). Todas as áreas públicas, independentemente da sua área, estão sujeitas à obrigatoriedade de elaboração de um plano de gestão florestal.

O PGF é, portanto, um instrumento de ordenamento florestal, subordinado ao PROF da região.

Por sua vez o Decreto-Lei nº 16/2009, de 14 de Janeiro, aprova o regime jurídico dos PGF, a aplicar nos espaços florestais, estabelecendo o respectivo conteúdo.

O “Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal da Contenda” foi concluído, e aprovado pelo Presidente da AFN, em 2010.

2.2.6.5. A Certificação Florestal

Um dos aspectos que deveria ser desde logo equacionado é a conveniência da **certificação do sistema de gestão**.

Segundo Carvalho (2007: 229), *“o sistema de sustentabilidade ligado aos carvalhais visa a manutenção e aumento das suas áreas, e a sua gestão de modo a produzir diversos produtos lenhosos e não lenhosos, conservar a diversidade biológica, proporcionar a conservação do solo e da água, conservar a paisagem natural e desempenhar funções de regulação climática”*.

Aquele autor refere ainda que:

- . a gestão da floresta portuguesa tem sido orientada sobretudo para o aproveitamento económico dos seus produtos lenhosos (questões económicas)
- . a debilidade dos espaços florestais devido à poluição, à seca, à incidência de fogos florestais e a cortes exagerados e mal orientados (questões ambientais e de gestão) é uma realidade preocupante
- . a conservação da biodiversidade e uma procura crescente dos espaços florestais para uso social e paisagístico é uma preocupação crescente (sobre questões sociais e ambientais).

Daí que Carvalho (2007: 230) tenha explicitado um conjunto de princípios e de requisitos para a gestão sustentada das florestas, com vista à sua certificação.

A certificação da gestão florestal sustentável tem em vista o incentivo e a garantia da qualidade das florestas e da sua gestão segundo os princípios do desenvolvimento sustentável (nas componentes produtiva, ambiental e social).

A certificação de um sistema de gestão é traduzida *“num documento ou certificado que assegura aos consumidores os compromissos dos proprietários florestais, gestores, entidades e organizações envolvidas, a existência de um plano de gestão florestal sustentável”* e *“...uma adequada valorização dos produtos junto do consumidor”* (Carvalho, 2007: 231).

Constituem objectivos da certificação da gestão (Carvalho, 2007: 232):

- . *“aumentar a consciência e atenção dos consumidores para a relação entre a indústria e o ambiente*
- . *aumentar a confiança dos consumidores*
- . *modificar comportamentos de consumidores, produtores e industriais*
- . *aumentar a qualidade do ambiente*
- . *e promover a gestão florestal sustentada”*.

A “Forest Stewardship Council” (FSC) e a “International Organisation for Standardization” (ISO) são duas organizações de certificação da gestão florestal não governamentais que usam princípios e critérios compatíveis.

O Conselho Nacional de Qualidade é o organismo que em Portugal enquadra as questões de certificação e assegura a sua conformidade com a política florestal e a obtenção da certificação por um organismo externo reconhecido (Carvalho, 2007: 232).

O Sistema PEFC (“Pan European Forest Certification”) permite aos produtores florestais a observação de requisitos e certificação da gestão sustentável da floresta (Carvalho, 2007: 232).

Outro conceito é o da **certificação da floresta nos planos social e ambiental**, que pode avaliar e harmonizar a relação das pessoas com o ambiente, que aparece como uma via para consolidar o relacionamento da sociedade com a floresta (Radich e Baptista, 2005: 155).

Pelo que fica exposto, entende-se que poderá ser do maior interesse que se proceda à **certificação da gestão florestal da Contenda**.

2.2.7. Outras Actividades

Quando da elaboração do Projecto de Arborização da Herdade da Contenda (DGSAF, 1958), foi apresentado um conjunto de acções com vista à exploração, sobretudo, da parte florestada e a florestar da propriedade e que se referem a seguir.

2.2.7.1. Exploração Silvopastoril

Ao longo dos anos, foram levadas para a Contenda algumas espécies pecuárias como caprinos da raça “Serpentina”, ovinos da raça “Merino Regional Preto”, bovinos da raça “Mertolenga” e alguns equinos (Quadro 2.13) (Figuras 2.40, 2.41, 2.42 e 2.43), tendo sido consultado o documento “Plano de actividades para 2003” elaborado para o “Perímetro Florestal da Contenda” (PFC, 2002) para obter a informação para este sub-capítulo.

As razões que se conseguiram recolher para o facto de terem sido introduzidas aquelas três raças na designada Contenda Norte (e a Norte da ribeira do Murtigão), tiveram a ver com as seguintes questões:

- o controle dos matos que usualmente e de forma espontânea se formam e constituem o estrato arbustivo no montado;
- a garantia de manutenção do estado de pureza de algumas das raças tradicionais portuguesas da pecuária alentejana, numa propriedade pública (do Estado autárquico e intervencionada contratualmente por um Serviço regional do Estado central) através da constituição e manutenção de núcleos puros;
- o aproveitamento das pastagens melhoradas, permanentes ou anuais.

. A exploração da manada “Mertolenga”

Os primeiros animais que vieram a constituir a vacada “Mertolenga” que existe na Contenda, foram levados para lá por volta do ano de 1980. Actualmente é composta por cerca de 300 animais, está inscrita no livro genealógico e tem vindo a sofrer melhoramento do seu fenótipo (selecção de fêmeas e machos reprodutores com base em participação nos testes de “performance”, pesagens periódicas e avaliação do índice de fertilidade).

Em conjugação com a Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, Universidade de Évora e Associações de Criadores de Raças Mertolenga, Serpentina e Merino Preto, foi efectuado um ensaio para o estudo de produção e conservação de sistemas de pastoreio extensivo em zonas de montado de azinho.

Potes (2011: 43) refere a instalação de um ensaio de melhoramento de pastagens em 1998 na Herdade da Contenda, inserido na exploração de pecuária extensiva em cerca de 1500 ha, para pastoreio de bovinos, caprinos e ovinos. Tratou-se de um Projecto do INTERREG II – 98.74.01.01 “Estudo da produção e conservação de sistemas de pastoreio extensivos em zonas de Montado de Azinho” (“Interreg” acrónimo de “Inter regions”, que é uma iniciativa que tem por fim estimular a cooperação entre regiões na União Europeia).

Posteriormente foi assinado um protocolo com a ACBM (Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos), com vista a serem testados futuros reprodutores machos.

Quadro 2.13 – Efectivo pecuário da Hedade da Contenda (Documentos internos do MAMAOT. Os efectivos de 2007 foram retirados de PGF, 2010: 100).

Ano	Ovinos	Caprinos	Bovinos	Equinos	Observações (dados reportados ao mês de)
1996	250	217	204	3	Outubro
1997	249	217	187	5	Janeiro
1998	338	217	165	6	Janeiro
1999	376	190	144	11	Janeiro
2000					
2001					
2002					
2003					
2004					
2005					
2006					
2007	227	197	378		
2008	362	323	–		Setembro
2009	365	274	–		Janeiro
2010	315	226	–		Janeiro

Pelo Despacho n.º 15142/2004, assinado pelo Senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em 14 de Julho de 2004, foi atribuída a transferência da administração e gestão da vacada mertolenga da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo para a Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos (ACBM), mas que só se concretizou em 27 de Abril de 2005 (Relatório n.º 10/07 do IGAP, P.º 07 1 02 019 11, de 24 de Abril de 2007, página 2).

A ACBM recebeu aquele efectivo pecuário na altura com 166 vacas, 84 bezerros e 13 novilhas (263 animais), as instalações do Monte do Touril, currais, equipamento de apoio (mangas de contenção, comedouros e bebedouros, acessos e tractor “borracheiro” e respectivo reboque) e uma área forrageira com cerca de 600 hectares na Contenda Norte, pelo período renovável de oito anos, sem qualquer contrapartida a favor do Estado.

No fim do ano de 2007 o efectivo bovino já era de 378 animais (CFS, 2008).

“A questão sanitária é, provavelmente, aquela que mais atenção deve merecer por parte das diferentes entidades públicas e privadas envolvidas no acompanhamento da vacada mertolenga” (IGAP, 2007). O problema sanitário refere-se à Tuberculose (*Mycobacterium bovis*), mas também à despistagem da Brucelose e da Leucose.

Em 14 de Novembro de 2005, foi assinado um Protocolo entre a Direcção Geral de Veterinária e a Associação dos Criadores de Bovinos Mertolengos.

O mesmo relatório da IGAP (2007: 11) aponta para um sobre-encabeçamento em toda a área da Contenda cedida para gestão da ACBM, ameaçando a sustentabilidade do montado

existente, bem como na alteração das características da pelagem do efectivo bovino mertolengo que caracterizava a especificidade desta vacada, baseado em informações prestadas pela DGRF.



Figuras 2.40, 2.41, 2.42 e 2.43 – Raças tradicionais da pecuária alentejana em área de montado na Herdade da Contenda (bovinos da raça “Mertolenga”, caprinos da raça “Serpentina”, ovinos da raça “Merino Regional Preto” e alguns equinos).

. A exploração da cabra “Serpentina”

O efectivo da cabra “Serpentina” é de cerca de 250 animais e o seu melhoramento inscrito no respectivo livro genealógico, estando em curso várias acções previstas no plano de melhoramento genético, nomeadamente, pela pesagem dos cabritos à nascença e quinzenalmente, até ao desmame. O contraste leiteiro está a ser concretizado em colaboração com a Associação de Criadores da Raça Serpentina.

. A exploração do rebanho de “Merino Regional Preto”

Os ovinos foram os primeiros animais para exploração pecuária que foram introduzidos na Contenda (“Grupo Informal”).

Este rebanho, com cerca de 300 cabeças actualmente, só foi inscrito no livro genealógico da raça em 1995, data a partir da qual se tem vindo a desenvolver o melhoramento do fenótipo e da qualidade da carne/lã.

. A exploração do núcleo de éguas

Tem-se promovido o melhoramento e a valorização de um pequeno núcleo de animais da raça “Lusitana”, que actualmente serão de cerca de 9 animais.

. Como resultado do arrendamento e da gestão feita ao longo de cerca de cinquenta anos, existem na Contenda 18 poços, 3 charcas e 32 barragens.

2.2.7.2. Exploração Cinegética

“A essa mesma hora, lá na Contenda, por aqueles restolhos donde saíra a semente que agora enche as casas todas da aldeia, bandos de rolas e perdizes enchem também o papo, esgaravatam e debicam no palhuço das eiras, e os coelhos, saindo dos buracos, vêm, caçaçando, desentorpecer os membros às cabriolas pelos terreiros, e vão roendo algum restolho e algum grão, que verdura não há agora...”.
(Caldeira, 1993: 60. *“Alentejo em Foco (das abas da medicina)”*).

Aquando da elaboração do *“Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Contenda – actualização do projecto de arborização – incluindo o novo núcleo situado a Norte do Rio Murtigão”* (DGSFA, 1963: 2), reconheceu-se que a propriedade tinha condições excepcionais para a criação de uma reserva cinegética face à sua situação de isolamento que permitiu a permanência de uma série de animais já extintos noutras regiões do país. Sem contar com as espécies cinegéticas mais vulgares (o coelho, a lebre e a perdiz), ocorriam javalis, lince, gatos-bravos, texugos, toirões, lontras, raposas, lobos e várias aves de rapina (DGSFA, 1963: 2).

A Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas dirigindo-se à Câmara Municipal de Moura (ofício n.º 50 811, ref.º R/O/1, de 28 de Janeiro de 1963), informava que, por proposta da DGSFA, tinha sido aprovado por Despacho ministerial de 13 de Novembro de 1962 estabelecer no Perímetro Florestal da Contenda um **“Parque Nacional de Caça”** (Arquivo Histórico Municipal de Moura). Tal era devido às *“características verdadeiramente excepcionais, em particular quanto à perdiz, dos terrenos que constituem o Perímetro Florestal da Contenda, no concelho de Moura. Surgiu por isso a ideia de consultar o Governo Espanhol no sentido de se averiguar da possibilidade de se aplicarem regras de protecção e fomento idênticas para as zonas portuguesa e espanhola por se afigurar que dos esforços conjuntos muito em breve se obteriam resultados extraordinários. Antes, porém, de pôr através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o problema ao Governo Espanhol, convinha que V. Ex.ª juntamente com o Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, entrassem em contacto com os presidentes dos Ayuntamientos de Encinasola e Aroche, lhes comunicassem o que se pretende levar a efeito e qual a opinião destes Ayuntamientos. Após a realização destes contactos muito agradecia a V. Ex.ª. que fosse comunicado a esta Direcção-Geral o que houvesse por conveniente a fim de poder dar andamento ao assunto junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros”*.

As condições da Contenda, naquele tempo ser propriedade de uma autarquia e o facto de estar submetida ao regime florestal, num país que estava então sujeito a um regime ditatorial, permitiram que o Chefe de Estado de então, desde 09 de Agosto de 1958, caçasse às perdizes (batidas) duas vezes por ano, uma na “abertura da caça” (Outubro) e outra em Dezembro/Janeiro, ficando alojado no Monte Donas Marias (Santo Aleixo, Moura) (Figura 2.44).

Nos dias dessas batidas chegavam a juntar-se na Contenda cerca de 100 a 200 pessoas (“Grupo Informal”). Basicamente, desde 1967 até 1974, a Contenda foi transformada em “Coutada da Presidência da República” (Rosário, 2011: 5).

No período seguinte e antes do “25 de Abril”, o número de peças abatidas na Contenda é o que consta do Quadro 2.14.

A seguir ao 25 de Abril de 1974, e naquele mesmo ano, foi aprovada a extinção das coutadas em Portugal e tentou-se criar uma **Zona de Caça Condicionada na Contenda**, através do Despacho de 23 de Setembro de 1975. Este facto foi muito mal compreendido pelos caçadores que, em Novembro e Dezembro de 1975, invadiram a área a Norte do Murtigão. Em apenas sete dias e como resultado da entrada de 2585 caçadores, registou-se o abate, neste curto período, de 10 124 coelhos, 1725 perdizes e 69 lebres, o que praticamente dizimou a caça existente. Em 1979 foi imposta a proibição de caçar (IF, 1996: 4).



A partir daquela data, os Serviços Florestais propuseram a constituição da primeira grande unidade experimental de uso múltiplo na Contenda: a compatibilização da actividade cinegética com as explorações florestal, pastoril e apícola, o que conduziu à interdição do exercício da actividade venatória a partir de 1978, que se manteve até 1983 (IF, 1996: 4).

Figura 2.44 – Grupo de rapazes contratados como batedores de perdizes, nas caçadas do então Presidente da República, Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz (imagem tirada em 1961 ou 1962, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Joaquim Assunção Chamorro, Manuel Cavaca, António Félix, António Gonçalves o “Pirirau” e Manuel Mestre Neves o “Manuel Caleiro”). (Fotografia cedida pelo Sr. Joaquim Assunção Chamorro).

Mais tarde, pelo Decreto-Lei n.º 377/89, de 26 de Outubro, foi criada a **Zona de Caça Nacional (ZCN) do Perímetro Florestal da Contenda**, à qual foi atribuído o n.º 107/AFN e cuja gestão passou a estar a cargo da DGRF. Esta figura jurídica encontra-se actualmente disciplinada pela Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro (Lei das Bases Gerais da Caça, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, na sua actual redacção, em especial os seus artigos n.º 14.º ao 25.º, bem como pela Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro).

Segundo o preâmbulo do primeiro diploma citado, a criação desta ZCN, tem a ver com o facto de existirem “...características de natureza física e biológica cuja importância justifica que a gestão dos respectivos recursos cinegéticos seja feita unicamente pelo Estado e que seja constituída uma zona de caça nacional”. A criação desta zona de caça nacional na Contenda

vem, na prática, reconhecer a importância deste território a nível nacional no tocante a esta actividade.

A exploração cinegética da Contenda tem assentado nos seguintes **tipos de caça maior** (Figuras 2.45, 2.46 e 2.47):

- a caça de espera (ao Veado, *Cervus elaphus* e ao Javali, *Sus scrofa*);
- a caça de aproximação (sobretudo na época do cio do Veado);
- a montaria (que é também uma caça de espera mas que envolve uma organização prévia com matilhas, matilheiros, etc., ao Javali, Veado e Muflão, *Ovis ammon musimon*).

No território continental português existem ainda mais duas Zonas de Caça Nacional, na Lombada (Bragança) e na Lousã.

A gestão cinegética tem sido objecto dos seguintes **estudos e acções**:

- os censos de perdizes e coelhos (determinação das áreas com maior densidade);
- a qualificação da população de javalis através de observação directa e análise dos dados de montarias e esperas;
- os censos de veados para determinação da densidade populacional e respectiva estrutura etária bem como a relação macho/fêmea;
- a manutenção e melhoramento do cercado de capturas (“capturadouro” utilizado, sobretudo, para repovoamentos de veados em áreas carenciadas nesta espécie e noutras – para a Herdade da Coitadinha, Tapada de Vila Viçosa e Perímetro Florestal da Cabeça Gorda – e para rastreio de doenças e vacinação) (Figura 2.48);
- criação/montagem de bebedouros, de cevadouros e distribuição de palha, fenos e grão;
- sementeira de prados (Figura 2.49).

Quadro 2.14 – Peças abatidas no Perímetro Florestal da Contenda no período de 1963 a 1974 (Rosário *et al.*, 1981 in AFN, 2010a: 84).

Época venatória	Coelhos	Lebres	Raposas	Codornizes	Galinholas	Perdizes
1968/69	1409	97	-	2	3	1013
1969/70	2440	121	-	1	16	943
1970/71	4079	259	2	5	3	841
1971/72	3359	121	2	4	2	1043

Sempre que se torna necessário actualizar os valores a pagar pela concessão de autorizações especiais de caça na Herdade da Contenda, é publicado um Despacho no Diário da República. Assim, por exemplo, para a época venatória de 2010-2011 foi publicado o Despacho Normativo n.º 19/2010, de 09 de Julho, com os valores a pagar por cada caçador (Quadros 2.15 a 2.20, Anexo 20).

Desde 1910 que a caça ao veado em Portugal não era efectuada de uma forma ordenada, tendo sido reiniciada no Perímetro Florestal da Contenda em 1985, quando foi criada a Zona de Caça Condicionada, restringindo-se à área a Sul do Murtigão (AFN, 2010a: 88).

A população estimada de **veados**, com base nos censos efectuados, era a seguinte:

- em 1992, de cerca de 200 animais (CFE, 1992);
- em Setembro de 2006, de cerca de 748 animais (DGRF, 2006b);
- e, em Março de 2007, de cerca de 1239 animais (DGRF, 2007: 13).

As esperas nocturnas ao javali começaram em 1983 (IF, 1996: 4) e a caça do muflão, só teve início na época venatória de 2003-2004.



Figura 2.45 – Um veado e quatro cervas.

Figura 2.46 – Javalis na Contenda.

Figura 2.47 – Dois exemplares machos de muflão a alimentarem-se após a distribuição de feno no final do Verão.

Figura 2.48 – Capturadouro para veados na Contenda.

O Quadro 2.18 (Anexo 20) resume a exploração cinegética na Contenda, no período em que foi gerida pelos Serviços Florestais, até ao final de 2011 (apresentam-se também os dados do ano de 2012-2013).

Na organização de uma **montaria**, deve-se seguir um conjunto de **procedimentos**, nomeadamente:

- a época do ano em que a montaria se vai realizar (de Outubro a Fevereiro, de acordo com o Regulamento da Lei da Caça, Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 06 de Janeiro) e com as espécies a abater.

Normalmente é escolhido o período de Outubro a Dezembro, evitando-se, assim, a possibilidade de abater fêmeas de veado com um grau de gestação avançado;

- o estudo e escolha da mancha onde se irá realizar a montaria (“mancha soalheira ou umbria”, de acordo com a época do ano e para a qual é relevante a existência de locais para abrigo, a tranquilidade, a qualidade e quantidade de caça) (Figura 2.50);
- a localização das “portas” é relevante por causa das saídas preferenciais da caça maior, dos locais para a solta das matilhas, da localização das linhas de água onde se poderão colocar uma ou mais travessas (é um local de colocação de armadas, situado no interior da mancha a “bater” e onde a “entrada” da caça se pode fazer em todas as direcções e sentidos) e do local de “fecho” da mancha, tendo como regras básicas fundamentais a segurança, a visibilidade e o trajecto da caça;
- o número de matilhas e o respectivo local de solta;
- a estruturação de uma eficaz recolha das peças abatidas.

Existe um “**Regulamento Interno das Montarias da Zona de Caça Nacional da Contenda**”, que envolve um conjunto de procedimentos (para o acto de caça maior):

- prévios e administrativos (eliminação das candidaturas que não obedeçam às condições definidas em edital; sorteio público, alguns meses antes, para elaboração das listas dos caçadores admitidos e excluídos em cada jornada de caça);
- e outros no próprio dia da montaria (registo de presença; recepção aos caçadores/pequeno-almoço; escolha do director de montaria; sorteio das portas; leitura das regras de segurança e comportamento a observar no decurso da jornada de caça; oração em memória dos caçadores falecidos; transporte/encaminhamento dos caçadores para as portas ou “postos”; colocação dos caçadores nos postos (não há aviso sonoro do início da montaria porque o caçador quando chega à “porta” se considera em “acto de caça”); solta das matilhas; montaria/espera dos caçadores pelos animais levantados pelas matilhas e pelos matilheiros; aviso sonoro do fim da montaria; regresso, com o transporte dos caçadores; recolha e transporte dos animais caçados para o local de exposição do quadro de caça; colheitas de amostras de sangue por veterinários para posterior análise para despistagem da tuberculose e análise das carcaças).

Designa-se por “**armada**” um conjunto de caçadores que, por uma questão de logística e ou de eficácia em termos de realização de uma montaria, vão ocupar postos ou portas próximos uns dos outros e, por isso, são colocados nas posições de caça pelo mesmo indivíduo (“postor”) e utilizando normalmente o mesmo meio de transporte (diz-se que a armada “X” vai num tractor para o local “Y”).

Para cada montaria são contratadas usualmente entre 15 a 25 matilhas de cães (com cerca de 25 animais por matilha) e os respectivos matilheiros que efectuam o percurso que as matilhas vão fazer dentro da mancha, que foi previamente definido pelo organizador. As hipóteses sobre o modo de se “bater” (definir o percurso) a mancha por parte das matilhas são várias e dependem da orografia, da configuração das manchas, dos ventos e do coberto vegetal. Na Figura 2.49 apresenta-se uma mancha a montar com a localização dos postos, ou “portas” na

Herdade da Contenda (e um esquema de percurso das matilhas numa mancha pequena, hipótese “ao choque”, em que regressam ao ponto de origem, Anexo 21).

O serviço de “catering” para o pequeno-almoço e almoço é objecto de contratação a algumas empresas do ramo da restauração da região, convidadas a apresentar propostas para aquelas duas refeições.

A questão da sanidade dos animais abatidos é particularmente importante face à possibilidade de transmissão de doenças ao ser humano, directamente por contacto com animais doentes e, indirectamente, por consumo de carne de animais doentes ou por contacto durante a preparação das carcaças, a inspecção, etc. As doenças em causa são a tuberculose, a brucelose e a triquinose.

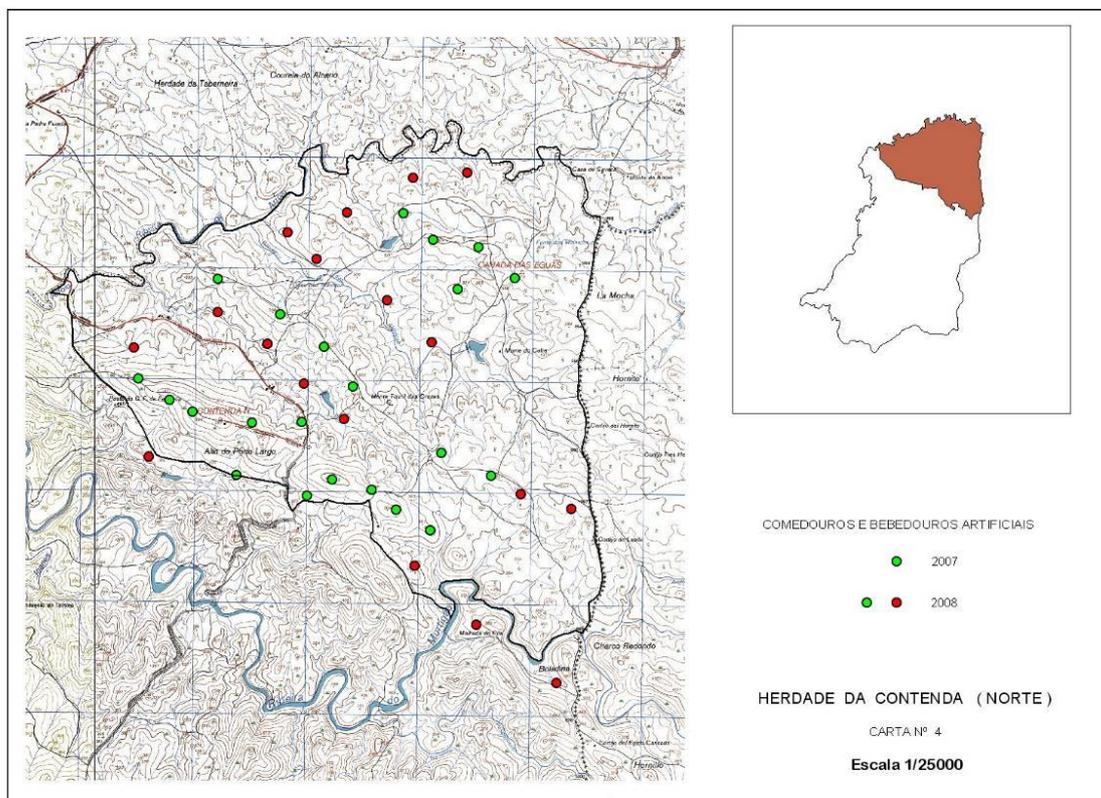


Figura 2.49 – Localização dos comedouros e bebedouros para fomento da população de perdizes na área da Contenda Norte (AFN, 2010a: 53).

As carcaças (de veados, cervas e javalis) são vendidas mediante concurso e, no próprio dia, são preparadas e congeladas para consumo futuro. O preço por quilograma oscila entre 1.00 e 1.70 €, sendo descontados 5% no peso. As carcaças de muflão não são comercializadas por causa do gosto desagradável da carne.

No fim da montaria pode ser feito um **inquérito** que permita avaliar o grau de satisfação de cada caçador:

- avaliação da organização da montaria (se muito boa, boa, razoável ou má);

- avaliação da porta sorteada (se boa, razoável ou má);
- motivos para a escolha da montaria nesse local.

Em termos de **balanço** acerca de uma montaria (documento interno da DRFA):

- o acto venatório é complexo e exige uma gestão prévia morosa e eficaz;
- a presença de um veterinário é importante por causa das doenças zoonóticas;
- o grau de satisfação dos caçadores deve ser positivo;
- a gestão deve ser eficiente, para que as receitas ultrapassem as despesas.

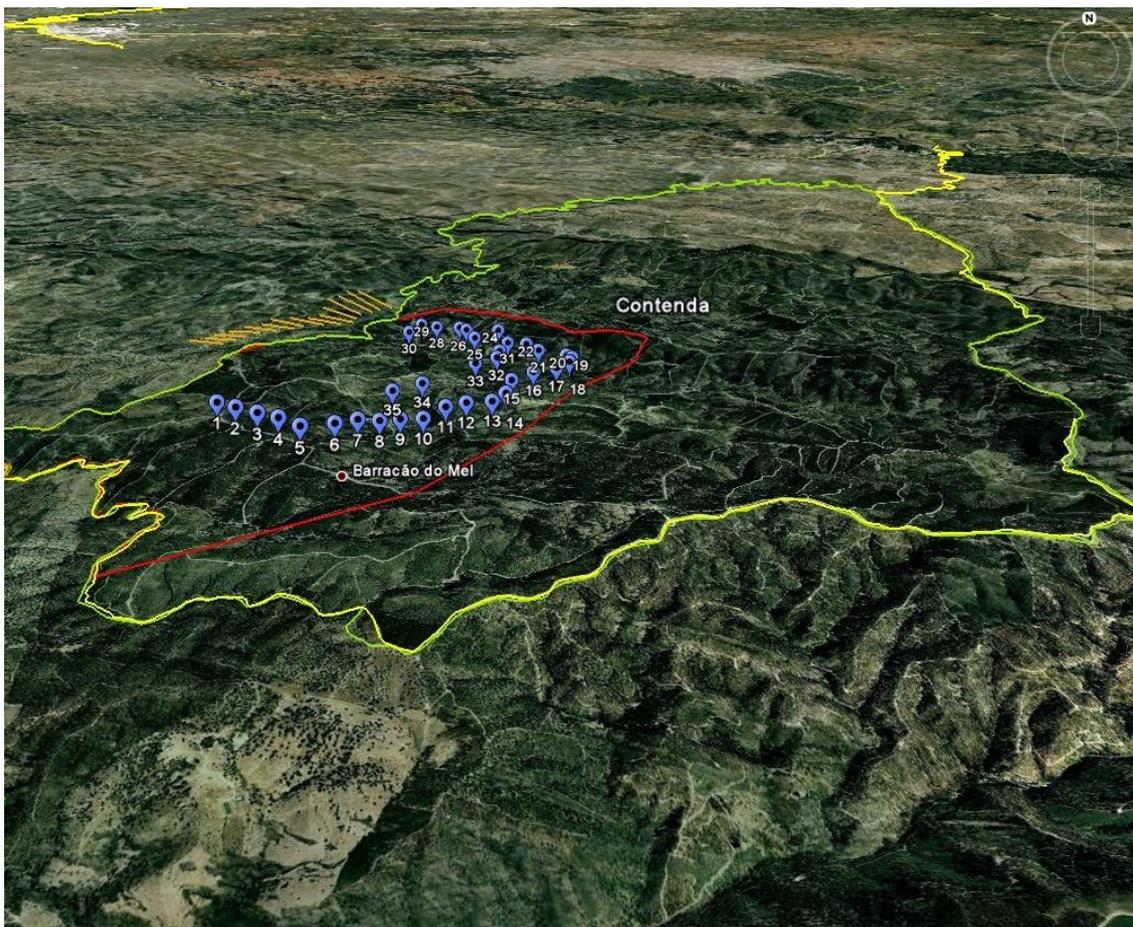


Figura 2.50 – Esquemas de manchas a montar com a localização dos postos na Herdade da Contenda (Fonte: “Google Earth”).

Não foi possível apurar todos os valores anuais feitos com as receitas da caça. Porém, no Quadro 2.19 (Anexo 20) referem-se os valores a que foi possível ter acesso.

Exemplo do resultado (estudo financeiro) da montaria de 11 de Dezembro de 2010, no “Barracão do Mel” (Quadro 2.20, Anexo 20).

2.2.7.3. Exploração Apícola

Decorrente da constatação de que se deveria proceder a uma gestão multifuncional da Contenda, foi decidido implementar a produção de mel, o que terá ocorrido há cerca de quarenta anos.

Desde então as principais acções desenvolvidas foram (Figura 2.51 e 2.52):

- a limpeza de manchas de matos velhos ao redor dos apiários para permitir a regeneração de arbustos e herbáceas de interesse melífero;
- o aumento dos enxames disponíveis;
- o melhoramento das condições sanitárias dos apiários;
- a extracção e o envasilhamento de mel;
- a purificação e a moldagem de cera;
- a colaboração com os apicultores da região na moldagem de cera e extracção do mel.



Figura 2.51 – Colmeias na Contenda.

2.2.7.4. Acções de Protecção e Conservação da Natureza

Ao longo do período em que se implementou o processo de florestação os Serviços Florestais, usualmente em colaboração com outras entidades, colaboraram num conjunto de acções em prol da **conservação da natureza**.



Figura 2.52 – Complexo de edifícios “Casa do mel”.

2.2.7.4.1. CEAI

As **actividades de protecção e conservação da natureza** na Contenda, foram-no em grande parte devidas ao CEAI, Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, que durante vários anos colaborou com os Serviços Florestais para por em prática um conjunto de acções:

- nos anos 80 foi vedada uma área com cerca de 5 ha na zona designada por Porto das Lanchas, perto do Pico da Águia, onde era depositada carne para alimentação do Abutre-preto (AFN, 2010a: 19);
- a continuação da manutenção do alimentador de abutres, com distribuição semanal de resíduos de carcaças de animais abatidos para alimentação humana provenientes do Matadouro de Beja;
- a manutenção de ninhos artificiais para nidificação do Abutre-preto;
- a protecção de áreas de nidificação do casal de Águia-real e do casal de Açores;
- a conservação da área designada por “Reserva Integral”(Florestal).

2.2.7.4.2. Candidatura LIFE–Natureza

Aquele conjunto de acções terá sido importante para o conhecimento da existência de determinadas espécies protegidas na Contenda que permitiram que, anos mais tarde, outra

ONGA elaborasse uma candidatura para a recuperação do *habitat* de duas espécies que acabou por envolver também o território da Contenda.

A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) elaborou em Outubro de 2005 uma candidatura ao **LIFE–Natureza para a “Recuperação do *habitat* do Lince-ibérico no Sítio Moura/Barrancos”** (depois de aprovada, teve a referência de Projecto LIFE06 NAT/P/000191) e durou de Outubro de 2006 a 31 de Dezembro de 2009. O “LIFE” é um programa da UEa (União Europeia) para financiamento de projectos na área da Conservação da Natureza e do Ambiente.

Visava a recuperação e conservação de áreas prioritárias de *habitat* de Lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e dos corredores que as conectam, promovendo medidas de gestão a longo prazo e acções de sensibilização para a conservação daquele felino, o mais ameaçado do mundo, no Sítio Moura/Barrancos, um dos locais com maior probabilidade de existência desta espécie em Portugal (LPN, 2004).

Aquele sítio tem uma importância elevada a nível nacional, especialmente para algumas aves de rapina como o Abutre-preto (*Aegypius monachus*), a Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) e a Águia de Bonelli (*Hieraetus fasciatus*). Além do Lince-ibérico, outro carnívoro ameaçado, e presente naquela área, é o Gato-bravo (*Felis silvestris*).

A LPN pretendia estabelecer protocolos de colaboração com proprietários ou gestores de propriedades para a elaboração de planos de gestão que permitissem a conservação e recuperação do *habitat* e o fomento das populações de Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*). Pelo facto de, ao tempo, a então DGRF ser a entidade gestora da Herdade da Contenda, abrangida pelo Sítio Moura/Barrancos na área de intervenção do Projecto, foi elaborado e assinado entre as duas entidades um “Protocolo Prévio”, em 21 de Março de 2007 e, mais tarde um “Protocolo de Colaboração”, em 15 de Outubro de 2008, com a duração de pelo menos cinco anos, tendo em vista a elaboração de um “Contrato com Plano de Gestão”, que tinha como principais objectivos:

- fomentar a conservação dos *habitats*, flora e fauna da região da HC;
- assegurar a gestão sustentada e fomentar as populações de Coelho-bravo;
- aliar a execução do Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda à conservação do *habitat* mediterrânico (aziniais, sobreirais, montados, bosques de ribeira e matagais do Sul do país), de acordo com os objectivos do projecto “LIFE Lince Moura/Barrancos”, nomeadamente, através da execução das seguintes medidas de melhoria do *habitat* mediterrânico e recuperação das populações de Coelho-bravo (“Protocolo Prévio”), numa área da Contenda Norte na envolvente da ribeira do Murtigão, com cerca de 1406.88 ha:
 - fomento de pastagens e da construção de marouços para o Coelho-bravo para recuperar e aumentar a sua densidade e, também, pela contribuição positiva para a Lebre (*Lepus europaeus*)
 - sementeira de leguminosas e/ou cereal para o Coelho-bravo, para se atingirem os mesmos fins do ponto anterior (com contribuição positiva para a Lebre e para a Perdiz, *Alectoris rufa*)
 - criação de refúgios artificiais para Coelho-bravo
 - disponibilização de alimento e água suplementares para o Coelho-bravo (contribuição positiva para a Lebre e para a Perdiz)

- . gestão sustentável do coberto vegetal, mantendo e melhorando os *habitats* naturais e semi-naturais
- . monitorização e acções da manutenção, executando contratos com Universidades e ONGA (Organização Não Governamental de Ambiente).

Eventualmente, a maior restrição para a DRFA/AFN era a de durante o período de vigência do protocolo, não poder haver actividade cinegética que envolvesse a espécie Coelho-bravo e restringida apenas às áreas previamente definidas (basicamente na envolvente do Murtigão). Para a caça maior e para as outras espécies de caça menor não havia qualquer tipo de restrição.

Este Projecto teve continuação através de uma segunda candidatura elaborada em Outubro de 2008 com a designação **LIFE–Natureza para a "Promoção do *Habitat* do Lince-ibérico e do Abutre-preto no Sudeste de Portugal"**, com o acrónimo "*Habitat* Lince Abutre" e a referência LIFE08 NAT/P/000227, aprovada para o período de 01 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2013. A duração era de 4 anos e para ser implementado nas regiões de Mourão, Moura e Barrancos, do Vale do Guadiana e da Serra do Caldeirão, nas áreas da Rede Natura 2000 aí existentes (Anexo 22).

Com este projecto pretende-se contribuir para a conservação do Lince-ibérico, do Abutre-preto e dos seus *habitats* no Sudeste de Portugal, beneficiando ainda um vasto conjunto de outras espécies características da paisagem Mediterrânica. Para tal foram estabelecidos protocolos de colaboração com agentes locais, nomeadamente proprietários, gestores, agricultores e caçadores, de modo a promover a conservação da paisagem natural que serve de *habitat* ao Lince-ibérico e ao Abutre-preto. Pretende-se ainda sensibilizar e envolver a sociedade na conservação da Natureza e da Biodiversidade da região.

Os objectivos gerais deste Projecto são:

- contribuir para a melhoria das condições de sobrevivência, alimentação e reprodução do Lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e do Abutre-preto (*Aegypius monachus*) no Sudeste de Portugal;
- estabelecer protocolos de colaboração com "stakeholders" para promover a conservação da paisagem natural que serve de *habitat* ao Lince-ibérico e ao Abutre-preto;
- desenvolver acções de educação e sensibilização ambiental de forma a envolver a sociedade na conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Apesar de serem espécies com aspecto e hábitos muito distintos, o Lince-ibérico e o Abutre-preto têm muito em comum – partilham o *habitat* onde vivem, a presa de que se alimentam, o Coelho-bravo e muitas ameaças que, com o tempo, os levaram a partilhar também o estatuto de conservação de "Criticamente em Perigo de Extinção" em Portugal. Só com a participação e o envolvimento de todos, integrando cidadãos e instituições a nível nacional, se conseguirão combater estas ameaças, garantindo assim a recuperação e conservação a longo prazo destas duas espécies e dos seus *habitats*.

Finalmente, em Dezembro de 2011 a LPN, em representação do projecto LIFE – Natureza "*Habitat* Lince Abutre" e a Herdade da Contenda, E. M. (empresa municipal que será referida mais à frente) formalizaram a assinatura de um "Protocolo de Parceria" com vista à aplicação

de medidas de conservação dirigidas ao Lince-ibérico, ao Abutre-preto e aos seus *habitats* para o período referido.

“...Acordou-se na implementação na Herdade da Contenda de um conjunto de medidas de conservação que têm por objectivo a melhoria das condições de sobrevivência, alimentação e reprodução do lince-ibérico e do abutre-preto, assim como a salvaguarda dos seus habitats”.

2.2.7.5. Exploração de minério

No período de tempo durante o qual se desenvolveu o presente trabalho, foram contactadas várias pessoas (nomeadamente do “Grupo Informal”) e consultados diversos documentos, mas em nenhum deles foram estabelecidas relações, de qualquer tipo, a uma eventual exploração de minério que tenha ocorrido na Contenda.

Porém, numa das visitas ao Arquivo Histórico Municipal de Moura, entre os documentos a que se teve acesso houve um, manuscrito, com o título de “Minas denunciadas na Contenda” que proporcionou algumas informações (Anexo 23).

Naquele documento constava o nome de quatro pessoas que terão identificado **22 locais de possíveis minas**, onde se terá extraído cobre e ferro. Este facto terá sido confirmado em mais do que um dos locais.

Pela natureza dos nomes das diferentes minas, cuja origem pudemos pesquisar posteriormente, acabámos por verificar serem alguns da parte da Contenda portuguesa e, outros, de “La Contienda” espanhola.

2.2.7.6. Defesa da Floresta Contra Incêndios

Ao longo do tempo e à medida que foi sendo implementado o Projecto de Arborização, ocorreram vários incêndios florestais, constando do Quadro 2.21 aqueles que foi possível apurar na pesquisa feita sobre esta questão nos processos arquivados da Delegação de Moura dos Serviços Florestais. De referir ainda a obrigatoriedade, que à altura já havia, de se proceder à elaboração de um “Auto de Ocorrência” para cada sinistro, em que eram ouvidas testemunhas, se as houvesse, definido o local, estimada a área ardida, quantificados os prejuízos e apontadas as causas.

Na Contenda foi implementado um conjunto de infra-estruturas, de medidas preventivas e de acções com o objectivo de minimizar os riscos de incêndio (AFN, 2010a: 52):

- uma rede divisional com aceiro periférico de 20 m de largura (transitável por veículos de tracção e que serve de caminho) e uma rede de aceiros interiores com cerca de 10 m de largura, transitável sem veículos de tracção;
- uma faixa de gestão de combustível com cerca de 15 m de largura, para ambos os lados de uma grande parte da via principal que percorre a herdade desde o Monte do 25 na Contenda Norte até à entrada Sul, em Vale Malhão;
- uma rede de caminhos florestais ao longo dos quais se criou uma faixa de gestão de combustível de 10 m para cada lado dessas vias;
- um posto de vigia contra incêndios na Contenda Norte, inserido na Rede Nacional de Postos de Vigia (PV 62.02).

Para efeitos de incêndios florestais são considerados dois conceitos principais, a perigosidade e o risco de incêndio.

Quadro 2.21 – Registo de ocorrências de incêndios na Herdade da Contenda.

N.º	Data (Data do Auto de Ocorrência)	Local	Área	Descrição
1	29 Junho 1966 (25-7-1966)	Rocha da Abelheira	95 ha	Arderam matos, povoamentos de sobreiro e pinheiros mansos com 5 anos de sementeira e de eucaliptos por plantação. O grupo de jornaleiras quando arrancavam a esteva, ouviu uma detonação. Nota: de acordo com Borges <i>et al.</i> (1966: 7-8), em 1967 terão ardido cerca de 50 ha no Cerro da Abelheira, correspondentes à totalidade da área da mais pequena das duas “Reserva Integral” existentes, que pensamos ter sido a mesma área acima referida embora com outro nome e uma área maior.
2	04 Agosto 1970 (05-08-1970)	Monte do Mouco (N do PFC)	5 ha	Arderam pastos secos e mato de esteva.
3	25 Julho 1984 (03-08-1988)	Bermas caminho florestal	1 ha	Arderam matos, estevas, medronheiros e alguns pinheiros bravos de mancha com 20 anos de idade. Causa provável um fósforo ou cigarro mal apagado.
4	05 Agosto 1985 (09-08-1985))		5 ha	Arderam pastos em cercas de pastoreio e 12 postes de cercas. Motivo provável, cigarro.
5	14 Agosto 1985 (26-08-1985)	Ribeira do Arroio (N do PFC)	9 ha	Arderam matos e pastos. Fogo veio do exterior, de causas desconhecidas.
6	17 Junho 1986 (27-06-1986)	Local das Chadas	10 ha	1/3 matos e 2/3 pinheiros mansos. A causa foi uma faúlha de um tractor.
7	01 Julho 1986 (09-07-1986)	Cerro do Afoga- burros	22 ha	Arderam 8 ha de pinheiro manso com 14 anos e 14 ha de mato. A causa provável terá sido uma faúlha do escape de uma camioneta.
8	29 Agosto 1997 (01-09-1997)	Cerca dos Veados	0.5 ha	Arderam pastagem e postes de vedação em madeira tratada. O fogo terá sido intencional.
9	2001	“Malhada do Pita”	37.9 ha	(CMDFCI, 2007 <i>in</i> AFN, 2010a: 33)
10	2001	“Posto da Guarda Fiscal do Malhão”	35.17 ha	(CMDFCI, 2007 <i>in</i> AFN, 2010a: 33)
11	2002	“Monte do Touril das Cruzes”	35.0 ha	(CMDFCI, 2007 <i>in</i> AFN, 2010a: 33)
12	2002	“Monte do Touril das Cruzes”	47.0 ha	(CMDFCI, 2007 <i>in</i> AFN, 2010a: 33)
Total			147.5 ha	

A **perigosidade de incêndio** é considerada como a “*probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso*” (Varnes, 1984) e que representa “*um evento físico potencialmente danoso ou actividade humana que possa causar perda de vidas ou ferimentos, danos em bens, interferência social e económica ou degradação ambiental...*” (UN/ISDR, 2004). A perigosidade

tem a ver com eventuais incêndios ocorridos anteriormente, como a orografia, o clima, a ocupação do solo (determinados tipos de povoamentos como os eucaliptais e os matos) e a demografia (n.º 2, Art.º 5.º, DL 17/2009).

Da análise do **Mapa de Perigosidade de Incêndio** (Figura 2.53) elaborado no âmbito da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do concelho de Moura (CMDFCI), constata-se que, exceptuando umas pequenas manchas, quase toda a área da H. da Contenda apresenta uma classe de perigosidade “alta” e “muito alta”.

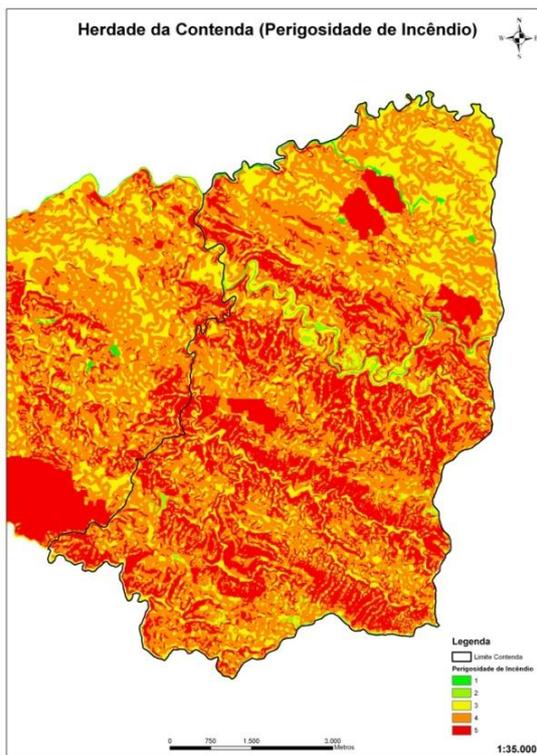


Figura 2.53 – Mapa de perigosidade de incêndio (Fonte: CMDFCI, 2007).

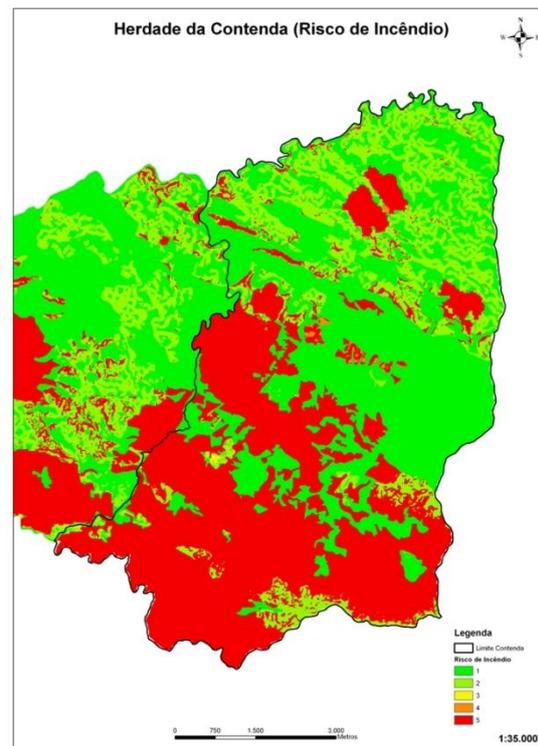


Figura 2.54 – Mapa de risco de incêndio (Fonte: CMDFCI, 2007).

O **risco de incêndio** pode definir-se como a “probabilidade de uma perda, o que depende da perigosidade, da vulnerabilidade e da exposição”, que para Crichton é funcionalmente equivalente a “valor económico”. O risco é determinado com parâmetros como a perigosidade, o valor comercial e a eventual recuperação com facilidade.

Sobre o risco, ele corresponde a um potencial de perda e a perigosidade a um potencial de ocorrência do fenómeno danoso, existindo risco sempre que exista perigosidade, vulnerabilidade e valor associados (AFN, 2010a: 34).

Da aplicação dos critérios de classificação de risco espacial de incêndio em Portugal continental, foi estabelecida a zonagem segundo 5 Classes: Classe I – muito baixa; Classe II – baixa; Classe III – média; Classe IV – alta; Classe V – muito alta (Art.º 5.º DL 17/2009).

Da análise do **Mapa de Risco de Incêndio** (Figura 2.54) para a H. da Contenda, verifica-se que um pouco menos de metade da sua área está dentro da classe “muito alta”, que coincide com a parte Sul da Contenda.

2.2.7.7. Diversos

Nos últimos anos ocorreram alguns acontecimentos que, pela sua natureza e potencial importância, poderão constituir motivos de interesse vários para a Contenda (e paisagem da Contenda) e para a região do Baixo Alentejo.

2.2.7.7.1. Projecto “SKA”

Ana Clara (2010) escreveu um artigo no “*site*” o “Café Portugal”, baseado em duas entrevistas: uma feita ao investigador Domingos Barbosa, docente da Universidade de Aveiro e coordenador e a outra a Nuno Pereira, da empresa “Lógica”.

Segundo Domingos Barbosa, o sistema “EMBRACE – Electronic Multi-Beam Radio Astronomy ConCept”, vai integrar o núcleo do maior radiotelescópio do mundo e a tecnologia que vai ser usada está integrada no projecto do “Square Kilometre Array” (“SKA”).

Este projecto é uma colaboração entre instituições que representam 17 países (como Austrália, Canadá, França, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, África do Sul, Suécia, Holanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos da América) para estabelecer o maior radiotelescópio de nova geração de todo o mundo e tem um orçamento avaliado em cerca de um 1 bilião de euros, tendo sido acordado que ficará um na Austrália e outro na África do Sul (http://www.skads-eu.org/PDF/embrace_final_02_8.pdf).

A participação portuguesa neste projecto inclui:

- o Instituto de Telecomunicações (IT) da Universidade de Aveiro (coordenação);
- o Centro de Investigação em Ciências Geo-Espaciais (CICGE) da Universidade do Porto;
- o Centro Multidisciplinar de Astrofísica (Centra) do Instituto Superior Técnico (Universidade Técnica de Lisboa);
- e a “Lógica”, a Empresa Municipal que gere o Parque Tecnológico de Moura, que neste momento está a acreditar um laboratório de ensaios e a proceder à certificação de equipamento fotovoltaico. As valências instaladas na empresa em termos de recursos humanos e técnicos permitem-lhe participar no projecto através da realização de ensaios a alguns dos equipamentos em desenvolvimento para o futuro telescópio bem como ter um papel activo no projecto e não apenas como mera observadora.

O “SKA” tem uma das tecnologias mais avançadas da área da radioastronomia pois permite chegar mais longe do que alguma vez um radiotelescópio chegou: observar as primeiras galáxias que se formaram no Universo; fazer testes da gravitação através da detecção de pulsares (estrelas de neutrões); mapear fenómenos violentos do Cosmos como buracos negros e supernovas (explosões de estrelas moribundas); detectar moléculas orgânicas precursoras de vida em sistemas planetários distantes; eventualmente vir a revolucionar o conhecimento e permitir descobertas inesperadas sobre a evolução do universo, etc.

Os protótipos vão precisar de capacidades de processamento e de transporte gigantescas, exigindo inovações que vão desde as antenas até toda a estrutura de fibra óptica de suporte,

que irá ser instalado no hemisfério Sul, num local que ainda terá de ser sujeito a escolha do consórcio que lidera o projecto.

Nuno Pereira, da “Lógica”, referiu que o **Alentejo** «*tem condições excelentes para o desenvolvimento de actividades relacionadas com a astronomia, não só para a observação no visível como no rádio como é o caso deste projecto*». Frisa que o facto de existir pouca «**poluição**» luminosa e pouca «**poluição**» electromagnética «*é um ponto forte a favor destas actividades, respectivamente. O aparecimento deste projecto no Alentejo, em particular em Moura, permite tirar partido do potencial de recursos existentes naturalmente na região. Um projecto desta dimensão e pela sua natureza científica é apetecível para qualquer região pelos “efeitos colaterais” positivos que gera: vinda de recursos humanos qualificados, participação em projectos associados, transferência de tecnologia, etc.*». Entende que o projecto é de grande interesse científico, o que vai trazer pessoal altamente qualificado para a região e a criação de uma rede internacional à volta deste projecto.

Os testes «*podem servir de alavanca para o concelho apostar no seu potencial*» e tornar-se «*uma plataforma para o desenvolvimento da radioastronomia*». O membro europeu do comité do projecto e também docente da Universidade de Aveiro, acrescenta que, com o apoio internacional, «*é natural que Moura continue a ser usada para testar tecnologia, instalar pequenos radiotelescópios e fazer radioastronomia*». Domingos Barbosa refere que Moura vai ter «*mais-valias económicas*», porque a empresa municipal “Lógica”, através do seu laboratório de investigação, vai participar nos testes. «*A Europa vai dotar-se de uma tecnologia capaz de rastrear o universo 100 a 500 vezes mais rápido e o SKA será 50 vezes mais sensível do que os actuais radiotelescópios*».

Além do concelho de Moura, existem mais cinco, Alandroal, Barrancos, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, que formaram a **Reserva Dark Sky Alqueva** (classificada no final de 2011), um projecto pioneiro em Portugal para a observação astronómica nocturna, por serem zonas de poluição luminosa baixa e, portanto, uma das zonas mais escuras do planeta.

A **Reserva Dark Sky Alqueva** foi a primeira no mundo a ser certificada como “**Starlight Tourism Destination**” (“Destino Turístico Starlight”), certificação atribuída pela Fundação Starlight, órgão executivo da UNESCO, e pela Organização Mundial de Turismo (OMT) pela qualidade do céu noturno de Alqueva e também pelas actividades turísticas relacionadas com o céu (CAUP, 2012).

Critérios mínimos para a certificação:

- sem nuvens, > 50% com noites sem nuvens (Reserva Dark Sky® Alqueva tem mais de 286 noites sem nuvens);
- escuridão, > 21mag/arcsec² (Reserva Dark Sky® Alqueva regista medições de 21,60 mag/arcsec²);
- visão, ≤ 2”;
- transparência, mag 6.

Para a realização de ensaios de parte do sistema EMBRACE, dos testes à tecnologia e aos protótipos do maior radiotelescópio do mundo foi escolhida a **Herdade da Contenda** que, com este Projecto, é concretizada a sua **certificação numa nova componente, a “qualidade do céu”**.

As razões apontadas para a escolha são várias: por ser uma área relativamente isolada, estar situada no concelho com maior iluminação solar da Europa Ocidental, pelo espaço disponível, pelo espectro radioeléctrico limpo (contaminação baixa por interferências rádio de origem humana como telemóveis, indústria, radares, fornos microondas, etc.), pelos custos reduzidos de implementação de infra-estruturas, pelas boas condições ionosféricas e troposféricas e pelo sossego do local que facilita a realização dos testes.

O **Programa Dark Sky Alqueva** é o programa piloto em Portugal de implementação da Agenda para a Sustentabilidade e Competitividade do Turismo Europeu (COM 2007 621 final) da Comissão Europeia (visa contribuir para a diminuição da poluição luminosa e para o aumento da eficiência energética) e é desenvolvido pela Genuineland como coordenador, pela TGLA | Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo em parceria com a Turismo Terras do Grande Lago de Alqueva, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, a Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (Anexo 24).

Aquele programa está incluído nas directrizes da nova política europeia para o turismo: espera-se que tenha um impacto positivo no ambiente e no desenvolvimento do turismo e seja considerado como um exemplo de boas práticas. Procura dar resposta a desafios como a redução da sazonalidade da procura, o impacto do transporte turístico, a melhoria da qualidade do emprego no sector do turismo, a melhoria da qualidade das comunidades face à mudança, minimizar o impacto da utilização de recursos e da produção de resíduos, conservar e acrescentar valor ao património natural e cultural, possibilitar o gozo de férias a todos e utilizar o turismo como ferramenta no desenvolvimento sustentável global. Pretende, assim, criar um destino onde o motivo de atractividade seja a fruição de um céu estrelado livre de poluição luminosa que permita oferecer ao turista actividades nocturnas como a astrofotografia.

2.2.7.7.2. Candidatura da H. da Contenda ao Prémio Nacional da Paisagem

Pelo Despacho n.º 12423/2012, de 24 de Setembro, do MAMAOT, foi “...criado o *Prémio Nacional da Paisagem, com carácter bienal, que vigora por tempo indeterminado e cuja atribuição tem início em 2012*” (Diário do Sul, 2011b). Pela sua importância foram transcritos os elementos considerados mais importantes deste prémio (Anexo 25).

Foram considerados como critérios de selecção: o Desenvolvimento territorial sustentável; o Valor exemplar; a Participação pública; e a Sensibilização.

Por decisão da Câmara Municipal de Moura foi decidido concorrer àquele prémio, candidatando a Herdade da Contenda.

2.2.7.7.3. Postos da Guarda Fiscal

No tempo da Monarquia, concretamente em 1885, foi criada a Guarda Fiscal e o Estado Novo decidiu construir na Herdade da Contenda dois Postos, um primeiro na Tomina, no Monte da Coutada dos Frades que, posteriormente, passou para a Ferrenha (Contenda Norte), e outro em Vale Malhão (Contenda Sul) mesmo junto à entrada da propriedade de quem venha de Santo Aleixo da Restauração.

Foram ambos desactivados com a extinção da Guarda Fiscal em 1993.

Como curiosidade, faz-se a referência de que existe no Arquivo Histórico Municipal de Moura – João Francisco da Mouca um documento do Ministério das Finanças, datado de 07 de Maio de 1938 e dirigido à Secção de Finanças do concelho de Moura, que manda lavrar um auto de sessão de um terreno com 2000 m², no lugar do “Cêrco da Barrada”, Chaparrinho, Herdade da Contenda, cedido gratuitamente pela CMM em favor do Estado, para construção de um Posto da Guarda Fiscal (Anexo 26) que, porém, nunca chegou a ser construído.

No capítulo 4 é referida uma “Lista do Património Edificado da Contenda” na qual estão caracterizados sumariamente os edifícios daquela ex-corporação (Anexo 30).

2.2.7.7.4. Outras acções desenvolvidas

Ao longo dos anos, foram vários os estabelecimentos de ensino, sobretudo universitários, que solicitaram autorização para efectuar **visitas de estudo à Contenda**. Era feito sempre o acompanhamento técnico, tendo o cuidado, entre outros, de não sobreposição de datas com determinados períodos e/ou dias, como os das montarias ou de outras práticas cinegéticas.

A participação dos Serviços Florestais em **feiras e exposições** era também muito solicitada, dada a utilização frequente de exemplares vivos de algumas espécies cinegéticas nos citados eventos e que eram provenientes da Contenda.

Dado o facto de a Contenda ser uma das 3 Zonas de Caça Nacional, era frequente a participação dos técnicos que lá trabalhavam em **seminários e colóquios**.

2.2.8. Gestores da Contenda

Em 1959 foi criada a Administração Florestal de Moura, destinada sobretudo a dispor dos meios necessários à gestão da Contenda, uma vez que até àquela data todos os assuntos eram tratados em Beja, tendo sido nomeado como primeiro responsável pelo serviço o Eng.º Sousa Lara (Anexo 27).

Para a gestão deste território e implementação das medidas que eram superiormente determinadas, houve um conjunto de Técnicos dos Serviços Florestais que foram colocados na Contenda e/ou que para lá trabalharam directa ou indirectamente como Coordenadores das equipas no terreno. A informação que se conseguiu reunir sobre aqueles Técnicos foi, por **ordem cronológica**, a seguinte:

- Eng.º Silv. Luís Filipe Cisneiros Ferreira de Albuquerque de Sousa Lara (>1959 – 1962), enquanto Administrador Florestal de Beja – teve como colaborador o Regente Agrícola António Joaquim Fialho;
- Eng.º Silv. Hermínio de Matos Tavares (1962 – 10.1964 ?) enquanto Administrador Florestal de Moura – teve como colaborador o Reg. Agr.ª José Maria Granchinho de Moura;

- Eng.º Silv. António Augusto Afonso dos Santos Vaz da Silva (11.1964 – 08.1966) enquanto Administrador Florestal de Moura – teve como colaboradores os Reg. Agr.º Luís Fernando da Mota Pinheiro e António Manuel Valadas Palhavã Cristovão;
- Reg. Agr.º José Víctor Arriaga Gomes (1966-1973) – teve como colaboradores os Reg. Agr.º Luís Fernando da Mota Pinheiro, António Manuel Valadas Palhavã Cristovão e António Francisco Robles Ramalho;
- Reg. Agr.º Manuel José Vidigal Carapinha (?) – teve como colaboradores os Reg. Agr.º Luís Fernando da Mota Pinheiro, António Manuel Valadas Palhavã Cristovão e António Francisco Robles Ramalho;
- Reg. Agr.º Luís Fernando da Mota Pinheiro (09.1971 – 01.1975 ?) – teve como colaborador o Reg. Agr.º António Francisco Robles Ramalho;
- Reg. Agr.º João Manuel Vidigal Caldeira Pais (06.01.1975 – 19.10.1986) – teve como colaboradores o Eng.º Téc. Agr.º Francisco Manuel Canudo Sena e o Eng. Téc. Agr. José Manuel Eusébio de Mira Ramalho;
- Eng.º Téc. Agr.º Francisco Manuel Canudo Sena (20.10.1986 – 30.09.1990) – teve como colaboradores o Eng. Téc. Agr. José Manuel Eusébio de Mira Ramalho e a Eng.º Silv.º Isabel Maria de la Puente Uva Cansado de Lacerda;
- Eng.º Silv.º Isabel Maria de la Puente Uva Cansado de Lacerda (01.10.1990 – 28.7.1994) – teve como colaborador o Eng.º Téc. Agr.º Domingos Garcia;
- Eng.º Téc. Agr.º Francisco Manuel Canudo Sena (29.7.1994 – 01.07.1997) – teve como colaboradores o Eng.º Téc. Agr.º Domingos Garcia e o Eng.º Téc. Agr.º Jorge Manuel Serrano Dias;
- Eng.º Téc. Agr.º Jorge Manuel Serrano Dias (02.07. 1997 – 31.12.2011);
- Sr. Miguel Ramalho (01.01.2012), nomeado pela Câmara Municipal de Moura / Herdade da Contenda, EM.

Dos gestores da HC houve dois casos em que não foi possível confirmar com exactidão os períodos de tempo em que essas pessoas lá trabalharam e um terceiro caso de falta total de dados.

De referir que no início os Técnicos que tinham tirado o Curso de Regentes Agrícolas eram considerados, pelas funções que desempenhavam nos Serviços Florestais, como Regentes Florestais. Mais tarde passaram a deter o título de Eng.º Téc.º Agrários.

2.3. PERSPECTIVAS

Se num período de seis séculos a gestão da Grande Contenda foi feita de forma comunitária e não provocou alterações significativas naquele vasto território seguiu-se, no final do século XIX, a divisão em duas partes a gestão imprimida na parte portuguesa com o arrendamento em lotes, teve como resultado a necessidade de intervenção dos serviços florestais para a recuperação dos solos e do coberto vegetal.

Ou seja, analisando as mudanças operadas verifica-se que as perspectivas se foram alterando e os parâmetros também, com reflexo na gestão: gestão comunitária → gestão autárquica → rendeiros → gestão autárquica → gestão estatal → gestão autárquica.

O coberto vegetal e o uso também sofreram alterações: matos → arroteia → produção de cereais → florestação.

2.3.1. Perspectivas Actuais da Administração Florestal e Autárquica

Antes de fazer menção a perspectivas da administração florestal e autárquica, poderá ser útil a referência a vários protocolos que foram celebrados entre os representantes das duas administrações.

Como já foi referido a “entrada” dos Serviços Florestais na gestão da Contenda foi concretizada por solicitação dos representantes que geriam então a Autarquia e, com o decorrer dos anos, foram celebrados vários Protocolos entre a Câmara Municipal de Moura e os Serviços Florestais:

- em 27 de Fevereiro de 1989 foi assinado um (protocolo já atrás referido), que
 - . criava o CGRNC (Conselho de Gestão dos Recursos Naturais da Contenda)
 - . fomentava a constituição de uma Zona de Caça Nacional da HC (pela DGF/CFE)
 - . abordava a questão da caça com a atribuição da titularidade de ingressos para a prática de actos venatórios à Câmara Municipal de Moura – javalis, 20% da jornada de caça; veados, 15% das jornadas de caça; coelhos, 40% das jornadas de caça; pombos, 40% das jornadas de caça; outras espécies, 25%;
- em 1991 foi assinado outro que abordava, sobretudo, a questão da caça;
- em Dezembro de 1994, foi assinado novo protocolo, entre o então Instituto Florestal e a CMM, com início a 01 de Janeiro de 1995, válido pelo período de 3 anos, mas renovável por períodos sucessivos iguais. É criado o Conselho de Acompanhamento da Gestão dos Recursos Naturais da Contenda (CAGRNC). Basicamente o que ficou estabelecido na altura era que o Instituto Florestal procederá à gestão global do Perímetro Florestal da Contenda e a Câmara Municipal poderia proceder à execução de programas nos domínios pedagógico, cultural, recreativo e turístico. Eram ainda atribuídas à CMM diferentes percentagens nas titularidades de ingressos nas jornadas de caça, de acordo com as 5 tipologias de espécies (de caça maior e de caça menor);
- em 2003 a CMM tomou a decisão de não assinar a renovação do protocolo acabado de citar;
- em 03 de Julho de 2006, foi celebrado novo protocolo, renovável por períodos de 5 anos, entre a Direcção-Geral dos Recursos Florestais e a Câmara Municipal de Moura, que também aprovou o “Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda”, ambos homologados pelo então Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Eng.º Rui Gonçalves. Nele estava expressa a vontade de ambas as entidades exercerem conjuntamente, por um período de tempo razoável, a gestão da HC. Foi, inclusivamente, constituída para o efeito uma CAEP (Comissão de Acompanhamento da Execução dos Planos). No mesmo dia foi feita a apresentação pública do Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda, em Santo Aleixo da Restauração, que contemplava 5 eixos estratégicos, 16 objectivos, 32 medidas de gestão e 104 acções. Porém, logo após a primeira reunião da CAEP e, por razões diversas, nomeadamente as “portas” cedidas à CMM nas jornadas de caça, que lhe foram retiradas, a CMM denunciou o respectivo protocolo;
- o último foi celebrado em 25 de Março de 2009, entre a AFN e a Câmara Municipal de Moura, homologado pelo Sr. Ministro do MADRP, em 28 de Abril de 2009, com doze cláusulas e que visava a transferência gradual da gestão da HC para o Município de Moura até 2012. Nos

termos do protocolo, vigoraria um período de gestão conjunta, durante o qual a AFN assumia a orientação técnica e a CMM era responsável pela exploração operacional da propriedade. A partir de 2012 a Autarquia assumiria a gestão plena da sua propriedade.

Sobre o protocolo acabado de citar, deve ser salientada uma cláusula, a 6.^a, que estipula que a partir daquele ano “...todas as benfeitorias realizadas pela AFN no Perímetro Florestal da Contenda e na Zona de Caça Nacional nele contida, reverterem para a propriedade da CMM, bem como todos os bens móveis da AFN afectos à sua gestão”.

Após a assinatura deste último Protocolo, a Câmara Municipal de Moura criou, em Agosto de 2010, a “**Herdade da Contenda, Empresa Municipal**” (HC EM), tendo sido nomeado o Sr. Miguel Ramalho para tratar da gestão da Contenda, sob a supervisão do Vice-Presidente da CMM, Dr. Rafael Rodrigues.

Posteriormente, em 04 de Fevereiro de 2011, foi aprovado o Plano de Actividades da Herdade da Contenda para o ano de 2011 (“A Planície”, de 15 de Fevereiro de 2011).

2.3.2. Perspectivas Futuras

Com a constituição da HC EM pela CMM, que será a responsável pela gestão da Contenda, estarão reunidas as condições para que, futuramente, sejam supridas algumas das necessidades em termos técnicos na tomada de decisões relativamente à Contenda (entre outras que já tomou, foram organizadas uma Tertúlia, as 1.as Jornadas Técnicas sobre a Contenda e proposta a constituição de um Conselho Técnico e Científico, um órgão consultivo de assessoria/aconselhamento, que já tem Regulamento de funcionamento aprovado). No capítulo 4 fazem-se ainda outras referências a este assunto.

Relativamente às perspectivas da administração florestal, agora representadas pelo ICNF, há um conjunto de questões que, a menos que venham a ser alteradas por nova legislação, se manterão: o Regime Florestal Parcial Facultativo, o facto de a Contenda ser considerada Floresta Modelo no âmbito do PROF BA e a Zona de Caça Nacional do Perímetro Florestal da Contenda.

Estas três questões, mais as que se prendem com as servidões e restrições de utilidade pública, irão potenciar um relacionamento estreito entre a CMM e o ICNF.

Espera-se e deseja-se que se continuem a envidar esforços para manter a Contenda indivisa, como propriedade da Autarquia e como uma paisagem de referência.

Síntese

Desde meados do século XIII que se verificaram desentendimentos no **território luso-castelhano da Grande Contenda**, no tocante ao aproveitamento dos recursos existentes, traduzido num uso agro-silvo-pastoril (do foro agrícola com a produção de cereais; do florestal pelos produtos produzidos pelos sobreiros e azinheiras, nomeadamente cortiça e bolota; e pecuário através da criação de gado).

Ao longo destes últimos séculos foi concretizada uma gestão dos recursos naturais de uma forma tradicional que manteve as azinheiras e as diferentes espécies pecuárias (porcos, ovelhas e cabras).

A **Concordata de 1542** constituiu o primeiro documento sobre a gestão das duas “Contendas” com a terra explorada de uma forma tradicional e de acordo com os regulamentos estabelecidos pelos dois reinos à época: uma gestão comunitária feita por portugueses e castelhanos (sem que nenhuma parcela daquele imenso território tivesse sido privatizada até hoje).

Aquela grande propriedade só foi dividida em duas partes no fim do século XIX após a assinatura da **Convenção de Madrid**, em 27 de Março de 1893, acordo que também permitiu, finalmente, definir a fronteira local, após mais de seiscentos anos de disputas. Porém, só mais tarde, em 1926, aquela divisão foi ratificada e reconhecida a fronteira pelo Convénio de Limites no âmbito da Sociedade das Nações – as duas partes foram entregues a administrações autárquicas do Estado, tendo sido ambas registadas como propriedades municipais e a parte espanhola entregue ao “**Ayuntamiento de Aroche**” (mas só passados 65 anos, em 1958, é que “La Contienda” foi dividida e a outra parte entregue ao “Ayuntamiento de Encinasola”), enquanto a parte portuguesa foi entregue à **Câmara Municipal de Moura**.

A designação deste território, de “Contenda” e de “La Contienda” para as duas áreas, será uma das mais bem atribuídas após aqueles longos anos de disputas.

Os múltiplos pormenores da história da(s) Contenda(s), quer antes quer depois da concretização da divisão daquele vasto território, são de particular interesse.

Antes da divisão o **território era gerido de forma comunitária**. Depois, no **caso espanhol**, a gestão passou a ser feita por associações locais e os rendimentos distribuídos pelos habitantes, embora mais tarde desviados para investimento, de carácter cooperativo em prol das populações locais, na construção de uma central de produção de energia termo-eléctrica e na construção de uma fábrica de moagem de cereais com vista à comercialização de farinhas (em Aroche).

No início do século XX a **CMM subdividiu a Contenda em 22 lotes** arrendados a seareiros após hasta pública (a Junta de Freguesia de Santo Aleixo concorreu e arrendou o lote 13, inicialmente destinado à sua população, mas que acabou por ser sub-arrendado).

Entretanto, a **Guerra Civil de Espanha**, que eclodiu entre 1936 e 1939, ao constituir um dos períodos mais terríveis da história de Espanha, também deixou marcas ao longo da raia, com episódios fronteiriços marcantes, sobretudo na Herdade da Coitadina, no vizinho concelho de Barrancos. Na Contenda as forças espanholas, com o beneplácito de Salazar, fizeram “batidas” para eventual captura de refugiados republicanos espanhóis. O Tenente António Augusto Seixas, da então Guarda Fiscal, conseguiu evitar, com a sua intervenção, a morte de muitas centenas de refugiados.

Logo a seguir, durante a **2.ª Guerra Mundial**, e face ao racionamento decretado pelo governo ditatorial português, o **contrabando** constituiu uma actividade que teve uma expressão significativa na raia alentejana e, portanto, também na Contenda tendo constituído uma prática de resistência por parte dos trabalhadores rurais mas, sobretudo, uma alternativa económica de sobrevivência.

Ainda no período da 2.ª Grande Guerra, foram construídas na Contenda junto à fronteira várias “**vendas**”, estruturas precárias destinadas ao pequeno comércio de alguns bens de consumo com os espanhóis.

Sobre o uso do solo da Contenda na 1.ª metade do século XX, as áreas Centro e Sul sofreram arroteias para a eliminação dos matos com vista à produção de cereais (trigo, aveia e centeio). Com efeito, nas décadas de 30, 40 e 50 decorreu a **Campanha do Trigo** (decisão política no tempo da Ditadura) com uma sobrexploração agrícola, exaustão e perda de solos e as correspondentes produções baixas, características dos processos de desertificação. A seguir ocorreu o abandono agrícola.

Para a recuperação dos solos pelos danos sofridos após aqueles anos consecutivos de sementeiras de gramíneas para produção de grão, procedeu-se à florestação de cerca de 2/3 do seu território.

Da análise dos **mapas disponíveis** para aquele período foi possível confirmar que **apenas 1/3 da área mais setentrional da Contenda era arborizada com azinheira**, enquanto **mais de metade da área era considerada como inculta** (matos) e que a restante tinha sido explorada para cultura arvense.

Assim, por solicitação da Câmara Municipal de Moura em 1958, o território foi intervencionado pelos Serviços Florestais e submetido ao **Regime Florestal Parcial Facultativo**, desde 08 de Maio de 1959. A elaboração do Projecto de Arborização permitiu o início da florestação da Contenda que ficou com as seguintes áreas em termos de ocupação do solo: azinheira cerca de 45.6%; sobreiro 10.9%; pinheiro manso 34.57%; pinheiro bravo 5.16% e outras espécies florestais (cipreste, eucalipto, medronheiro e outras folhosas). Além dos custos de florestação que suportou, o Estado pagava anualmente uma renda à Câmara Municipal de Moura.

Ao longo dos anos, frequentemente por opção dos respectivos gestores florestais, foram introduzidas algumas espécies de **raças tradicionais portuguesas da pecuária alentejana**, como caprinos, ovinos e bovinos, para o controle arbustivo no montado, para a constituição de uma reserva genética e para o aproveitamento dos pastos.

Por volta de 1963, reconheceu-se que a Contenda tinha condições excepcionais para a criação de uma **reserva cinegética**, tendo sido declarada como **Zona de Caça Nacional do Perímetro Florestal da Contenda**, pelo Decreto-Lei n.º 377/89, de 26 de Outubro. A criação desta zona de caça vem, na prática, reconhecer a importância deste território a nível nacional para uma exploração cinegética assente no veado, no javali e no muflão.

A **apicultura** foi, também, uma aposta feita dado o potencial melífero das espécies da flora presentes.

Outra das áreas de intervenção prosseguidas na Contenda foi a da protecção e **conservação da natureza**, traduzida nas actividades lá desenvolvidas, inicialmente pelo CEAI e mais recentemente da responsabilidade da LPN por a HC ser considerada “parceira” na candidatura

ao projecto LIFE–Natureza "Promoção do *Habitat* do Lince-ibérico e do Abutre-preto no Sudeste de Portugal".

Sobre a **biodiversidade**, constata-se a existência das seguintes espécies: 447 de Plantas, 133 de Aves, 18 de Mamíferos, 13 de Répteis, 10 de Anfíbios e 3 de Peixes, bem como de 10 *Habitats* Naturais de interesse comunitário.

Pela importância reposta em termos de património natural, após a recuperação de que foi alvo, a Contenda foi integrada na Rede Natura como **Sítio de Importância Comunitária Moura/Barrancos (PTCON 0053)**, exceptuando uma pequena área a Norte e fazendo parte da **Zona de Protecção Especial Mourão/Moura/Barrancos (PTZPE 0045)**.

No âmbito do **PROF BA**, enquanto instrumento de gestão (de política sectorial) florestal que visa implementar um conjunto de funções e de objectivos, foi decidido atribuir o estatuto de “**floresta modelo**” à Contenda.

Posteriormente foram elaborados o **POGHC** (DGRF, 2006a) e o **PGF** (AFN, 2010a) que tiveram em conta as normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal daquele plano.

A Herdade da Contenda está incluída na **unidade de paisagem “Barrancos”** sendo descrita como uma paisagem em que domina o montado de azinho, envelhecido, com baixa densidade do coberto arbóreo, transparecendo uma humanização e sendo transmitida uma sensação de tranquilidade e sossego.

A **toponímia local**, ou toponímia menor, da Contenda é particularmente rica e com origem variada, podendo constituir um contributo para se vir a aprofundar a história desta **paisagem**, o que poderá contribuir para se conhecerem melhor as características do povo que nelas viveu e para uma aproximação ao seu passado, dado que é o ser humano o agente que promove a transformação da paisagem e nela deixa as suas marcas.

Enquanto nos anos 20 e 30 do século passado, a gestão dos fundos comunais provenientes de “La Contienda” geraram problemas entre o “Ayuntamiento” e o Sindicato Agrícola de Aroche, outros atritos, que pertencem à história, aconteceram entre os dois municípios de Aroche e de Ensinasola que nunca foram sanados e que só terminaram no fim dos anos cinquenta, dados os diferentes interesses e perspectivas daqueles municípios relativos à gestão de “La Contienda”.

No **lado português**, questões entre os rendeiros e a autarquia na primeira metade do século passado e, depois, entre a autarquia e os Serviços Florestais, já neste século, fizeram jus ao nome.

A história mais recente da gestão da Contenda é caracterizada por ser aquela em que se promoveu **um maior número de alterações num espaço de tempo mais curto**.

Os contributos dados ao longo dos anos pelas políticas agrícolas e sociais implementadas ficaram expressos na paisagem pelos resultados obtidos.

A **Herdade da Contenda** constitui um **exemplo de paisagem paradigmática**, a paisagem de montado, com uma área apreciável, referências históricas e de grande peso simbólico, representativa de uma unidade de gestão pública.

Com a profundidade que foi possível, pesquisaram-se factos que permitiram relatar os momentos mais significativos da Contenda ao longo destes anos, bem como a evolução da sua paisagem.

Do que foi referido sobre a Contenda tira-se um **conjunto de conclusões/ilacções** nomeadamente sobre a importância, a particularidade, a individualidade, o carácter da Contenda e da sua paisagem e da relação particular com a paisagem do Alentejo e o Montado. Com efeito, a Contenda está situada numa parte do território continental nacional onde foi definida a última parte da fronteira portuguesa, questão que em finais do século XIX ainda não tinha sido completamente resolvida, constituindo esse facto só por si uma importância e uma particularidade significativa para qualquer nação mas, mais ainda quando Portugal é considerado o País da Europa que desde a sua independência em 1143 teve as fronteiras mais estáveis.

Depois a importância que a Contenda teve ao longo dos séculos na sobrevivência de pessoas que viviam na raia luso-castelhana mas de que souberam tirar partido com uma forma comunitária de exploração dos recursos naturais existentes, mesmo que para isso se tivessem de se envolver em escaramuças frequentes para a obtenção de mais área e, assim, de maiores proventos, o que envolveu disputas por conquistas de território por parte dos exércitos dos dois lados.

A Contenda constituiu por algumas horas o “porto seguro” que evitou uma chacina por parte das forças de Franco que perseguiram os Republicanos que, durante a Guerra Civil de Espanha, lá se acoitaram enquanto refugiados quando se dirigiam para a Herdade da Coitadinha.

As características da paisagem da Contenda são as de uma paisagem de construção / desconstrução / reconstrução, correspondentes respectivamente a outros tantos períodos, os de mais de 600 anos de exploração comunitária / exploração enganosa com destruição do solo com a Campanha do Trigo / reflorestação pelos Serviços Florestais.

A mensagem de fundo que se pode retirar do que é contado sobre a Contenda é a da relação estabelecida entre as pessoas que lá labutaram e as que posteriormente também lá viveram e que nos deixaram uma paisagem única e rica em história.

Desta forma pode-se extrapolar para a realidade da Contenda que a herdade apresenta um conjunto de **características** que a levam a poder ser considerada uma **paisagem de referência** como:

- . uma **história** rica de acontecimentos ao longo de séculos
- . as **relações estabelecidas entre a população** que habitava na região e o território na **modelação da paisagem**
- . o facto de haver **semelhança de factos e de acontecimentos** permite a possibilidade de estabelecer similaridades entre a sua história e a de Hatfield Forest.

Em termos de considerações sobre os **riscos e oportunidades do modelo de gestão** preconizado e garantir ou não o sucesso, é uma questão que passa pela manutenção das várias dimensões de uma **paisagem sustentável** para que a Contenda possa continuar a suportar actividades de produção, de recreio e lazer e de identidade local, na lógica de gestão de um

proprietário mais preocupado com a multifuncionalidade e que venha a **lutar pelo reconhecimento/pagamento do conjunto de serviços ambientais** patrocinados por aquela paisagem.

3. A CONTENDA TAL COMO É VISTA HOJE

Com vista a que venha a ser atingido/mantido aquele desiderato a autarquia de Moura decidiu elaborar um Plano de Actividades para a Herdade da Contenda e constituir uma empresa (a Herdade da Contenda, Empresa Municipal, HCEM), com um Conselho Técnico e Científico, um órgão consultivo de assessoria/aconselhamento, com Regulamento de funcionamento onde estão representadas instituições universitárias e uma cooperativa convidados para o efeito).

3.1. A CONTENDA VISTA PELOS ESPECIALISTAS E TÉCNICOS

Se o **principal objectivo do presente trabalho é o de contar a História da Herdade da Contenda** (concelho de Moura), sobretudo a **história da sua Paisagem**, outro **objectivo** é o de definir **se esta paisagem pode ser considerada uma paisagem de referência**, neste contexto do Alentejo.

Foi feita uma pesquisa na literatura sobre o conceito de paisagem de referência e, conforme é referido na Introdução em termos de metodologia, para alcançar aquele objectivo seleccionou-se a abordagem por “**Focus Group**” (Figura 3.1).

A realização da **sessão de “Focus Group”** foi marcada para as instalações da Universidade de Évora (no Conventinho, Mitra, Valverde, Évora) e teve uma moderadora a orientar os trabalhos.

3.1.1. Sessão de “Focus Group”

a. A primeira parte da sessão iniciou-se com a apresentação do programa da sessão (Figura 3.2, Anexo 28) e com a colocação da questão: o que era para os diferentes elementos daquele grupo uma **paisagem de referência**, muito particularmente na zona mediterrânica europeia?

Foi referido que na bibliografia consultada não foi encontrada uma definição universal para uma paisagem de referência e pretendia-se saber o que era para os participantes uma paisagem de referência (pois se entendessem que fosse uma paisagem natural ou cultural ou as duas que o expressassem, tendo a moderadora referido que a questão era para ser considerada em sentido lato) tendo ainda aproveitado para reiterar que a resposta fosse indicada em 3 “post-it” (um total de 3 critérios, um por cada “post-it”).

Em seguida foi solicitado pela moderadora que cada um dos participantes lesse os critérios que tinha escrito (Quadro 3.1).

b. Após este exercício, a moderadora solicitou que aquelas palavras-chave fossem agrupadas em “**clusters**”, que ficaram provisoriamente com as seguintes designações:

- 1.º grupo – valores naturais (conservação, biodiversidade, riqueza biológica)
- 2.º grupo – património/povoamento humano
- 3.º grupo – orografia, declives acentuados.

Até então, estavam associados à paisagem de referência os critérios “valores naturais e conservação, orografia, valores únicos, interface entre paisagem e património, património, espaço, dinâmica natureza/cultura”.

“E” considerou que se deviam separar os valores naturais dos valores físicos.

“A” considerou que o critério “imaterial” não é a mesma coisa do que “emocional”, pelo que não deveriam constar do mesmo grupo, devendo o último ser subdividido em “valores emocionais” e “valores imateriais”.

Quadro 3.1 – Respostas dos participantes à questão do que era para eles uma paisagem de referência – 1.ª fase.

Designação do participante	Grupos de 3 critérios referidos por cada participante
“J”	património, conservação, biodiversidade
“A”	conservação, povoamento humano, aliança paisagem/património
“F”	valor estético, memória, valor natural
“C”	elementos únicos, valor natural, espaço
“B”	equilíbrio natureza/cultura, máxima biodiversidade, paz
“Ç”	dinâmica natureza e cultura, natureza e cultura-construção sustentável, equilíbrio natureza e cultura
“R”	orografia, padrão de utilização do solo, tipo de coberto
“S”	diversidade, ordenamento, floresta aberta
“I”	diversidade, declives acentuados, multiplicidade de estratos vegetais
“E”	estado de conservação natural, valor cultural, riqueza/diversidade biológica

Os critérios desta **1.ª fase** da sessão de “Focus Group” foram agrupados da seguinte forma:

- **“valores naturais” (17)**

- . “valor natural” (2), “diversidade” (2), “biodiversidade” (2), “estado de conservação natural”, “conservada/valores naturais”, “riqueza biológica”, “conservação” – (10)
- . “floresta aberta”, “tipo de coberto vegetal”, “padrão de utilização do solo” – (3)
- . “elevado grau de diferenciação estrutural das comunidades biológicas”, “multiplicidade de estratos vegetais” – (2)
- . “orografia”, “declives acentuados” – (2)

- **“valores culturais” (9)**

- . “aliança paisagem/património”, “valor cultural/patrimonial” – (2)
- . “construção sustentável natureza+cultura”, “dinâmica natureza+cultura” – (2)
- . “equilíbrio natureza/cultura” – (1)
- . “elementos únicos” – (1)
- . “povoamento humano representado” – (1)
- . “ordenamento” – (1)
- . “património” – (1)

- **“valores imateriais” (2)**

- . “memória” – (1)
- . “paz” – (1)

- **“valores emocionais” (2)**

- . “espaço” – (1)

. “valor estético” – (1).

“Ç” questionou se os “valores de referência” são os de “excelência”, no sentido de que é uma paisagem com valor, pelo que importa saber o que é para nós a paisagem com valor de referência.



Figura 3.1 – Vista parcial da sala onde decorreu a sessão de “Focus Group”. (Fotografia da Lília Fidalgo).

c. Foi, entretanto, apresentado um **“slide” com a definição de paisagem de referência** e explicado aos participantes que na bibliografia consultada não tinha sido encontrada nenhuma **definição universal de paisagem de referência**, pelo que se investigava quais os critérios que se deviam utilizar na zona mediterrânica europeia para a sua identificação (Figura 3.3).

Da pesquisa e posterior leitura dos casos citados na bibliografia como paisagens de referência, construiu-se uma definição que pudesse vir a contribuir para a constituição de um conjunto de critérios para a identificação de paisagens de referência na zona mediterrânica europeia, considerando a paisagem como objecto simbólico e como um referencial patrimonial. Os critérios que viessem a ser apontados contribuiriam para validar, ou não, aquela definição de paisagem de referência.

d. De seguida foi apresentado um **“slide” com os critérios encontrados na bibliografia** (Figura 3.4). Pretendia-se que os participantes reajustassem os critérios inferidos a partir da análise bibliográfica com os que foram considerados por eles próprios.

“I” afirmou que a paisagem é um assunto muito subjectivo e que associava a uma vegetação natural potencial. Foi informado que se considerava que o conceito de paisagem de referência, para uma paisagem mediterrânica do Sul da Europa, envolvia a intervenção humana.

Analisados os critérios, foram validados: a “carga histórica”, as “lendas”, e foi levantada a questão da “imagem de marca”, tendo sido esclarecido que era uma paisagem identitária que marca por um conjunto de razões.

“A” colocou a questão dos aspectos “míticos” e sugeriu que se juntasse “mágico” com “mítico”, juntando “lendas e aspectos míticos”.

Sobre “estratégia política”, foi dado o exemplo da Campanha do Trigo.

DEFINIÇÃO DE PAISAGEM DE REFERÊNCIA

- **Na zona mediterrânica europeia, considerando a paisagem como objecto simbólico e como um referencial patrimonial, poder-se-á considerar paisagem de referência uma categoria de paisagem multifuncional e sustentável, em que o ser humano desempenha um papel activo na sua criação e manutenção, entendida como modelo de gestão coerente dos recursos naturais e da paisagem.**
- **Este conceito traduz-se por um conjunto de características específicas e/ou de peculiaridades, de valores imateriais, com relevo para os históricos, que a situam num contexto biogeográfico e a podem levar a ser reconhecida como de importância única, regional, nacional e/ou internacional, havendo todo o interesse em protegê-la e valorizá-la.**

Figura 3.3 – “Slide” com a definição de paisagem de referência.

e. No fim da 1.ª fase, em que cada um dos participantes referiu os critérios que tinha seleccionado e depois reagrupado, obtiveram-se os seguintes resultados:

- “valores naturais” (17)
- “valores culturais” (9)
- “valores imateriais” (2)
- “valores emocionais” (2).

A moderadora solicitou a atenção de todos para o “**power point**” sobre a **Herdade da Contenda** (Anexo 28) que se iria projectar e, depois, contextualizou o aspecto geral para aquele caso específico.

Logo a seguir à passagem das imagens a moderadora formulou a seguinte questão aos participantes: se consideravam que a H. da Contenda era uma paisagem de referência.

Houve uma hesitação geral.

“A” considerou que o audiovisual apresentado constituía a negação de um filme apelativo e que isso o tinha desmotivado.

“J” afirmou que nunca tinha ido à HC, mas que tinha uma opinião diferente, embora considerando que o “filme” não era “grande coisa” mas que, para ele, entendia haver biodiversidade, história, uma estratégia política e uma imagem de marca.



Figura 3.4 – “Slide” com os critérios retirados da bibliografia para identificar uma paisagem de referência.

A moderadora solicitou que os participantes votassem e, **em resposta à questão se os participantes consideravam a HC uma paisagem de referência, 6 disseram que sim e 4 que não** (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 – Resultado da votação dos participantes no “Focus Group” sobre se consideravam ou não a Herdade da Contenda uma paisagem de referência.

Tipo de resposta	Número	Total
Sim	6	10
Não	4	

f. A seguir a moderadora questionou sobre quais os 3 critérios que, para cada um dos presentes, poderiam ser associados à HC, passando-se a considerar agora a **totalidade dos critérios**: os que foram inicialmente referidos pelos participantes e os que foram posteriormente mostrados como resultado da pesquisa bibliográfica, tendo solicitado que cada participante escrevesse 3 critérios num “post-it”, da mesma forma como tinha sido feito antes, um critério por cada um dos 3 “post-it”, ou seja, foram postos à votação todos os critérios, tendo cada participante apresentado os seguintes nesta **2.ª fase** (Quadro 3.3):

Quadro 3.3 – Respostas dos participantes sobre a escolha dos critérios para uma paisagem de referência – 2.ª fase (nesta fase foi considerada a totalidade dos critérios: os que foram inicialmente referidos pelos participantes na 1.ª fase e os que foram posteriormente mostrados como resultado da pesquisa bibliográfica).

Designação do participante	Grupo de 3 critérios referidos por cada participante	Comentários do participante
“E”	aspectos históricos, valor natural e uso humano	Considerou que haveria várias “Contendas” (a dos valores naturais mais bem conservada como os matagais; a do repovoamento florestal, da recuperação biofísica e dos solos; a agro-florestal de montado; mais a dos valores intangíveis, culturais, memórias e parte política; e que a Contenda era um exemplo, mesmo pelos aspectos negativos)
“S”	história, biodiversidade, ordenamento/restauro	
“J”	património natural, património histórico, conservação	Considerou que à altura foram tomadas “opções políticas” e não “estratégias políticas”
“Ç”	gestão dos recursos (processo), comunidade (paisagem comunitária), forte transformação (processo)	Observou que para se obterem resultados deste grupo de discussão, era importante definir bem e saber para quem era dirigida a questão da paisagem de referência, com que objectivo, porquê e para quê. Para este participante, a <u>classificação da UNESCO</u> é para uma paisagem de referência
“B”	espaço, valores naturais, forte identidade	
“F”	valores naturais, história, singularidade da sua utilização e conservação	Considerou que sendo a propriedade autárquica, não haveria em Portugal outra propriedade pública com esta dimensão e com este “ <u>regime de propriedade</u> ”, em que este último faz toda a diferença e é das características mais marcantes
“R”	valores naturais, estratégia política, exemplo de restauro (gestão)	
“A”	estratégia política, valores naturais, paisagem em reconstrução/exemplo de restauro biofísico	A paisagem de referência tem de estar aliada a uma ordem estética, pelo que considerou que o “filme” transmitia valores naturais mas desiludia porque até parecia que o território estava muito estragado. Assim, a paisagem estava sempre a ser construída, desconstruída com a destruição dos valores naturais
“I”	história, diversidade biológica, exemplo pelas intervenções ao	

	nível do restauro natural e paisagístico	
"C"	valor natural, elementos únicos/identidade, dimensão/presença humana	

A moderadora referiu que a questão das paisagens de referência era uma abordagem teórica no caso contextualizada para aplicação a um caso específico, a Herdade da Contenda, e perguntou se os participantes se reviam nos critérios atribuídos para a Herdade da Contenda, que constituíam um conjunto de evidências.

g. Os **critérios** escolhidos pelos participantes na **2.ª fase** do "Focus Group", foram os seguintes (posteriormente agrupados):

- "**valores naturais**" (15)
 - . "valores naturais" (6)
 - . "biodiversidade" (2)
 - . "restauro de sistemas biofísicos" (2)
 - . "conservação" (1)
 - . "restauro natural e paisagístico" (1)
 - . "ordenamento consequência de restauro de sistemas biofísicos" (1)
 - . "gestão de recursos" (1)
 - . "transformação" (1)
- "**valores culturais**" (11)
 - . "história" (4)
 - . "estratégias/opções políticas" (3)
 - . "dimensão/presença humana"; "uso humano" (2)
 - . "comunidade" (1)
 - . "patrimónios" (1)
- "**valores imateriais**" (incluindo os "**valores emocionais**") (4)
 - . "imagem de marca" (1)
 - . "espaço" (1)
 - . "singularidade" (1)
 - . "identidade" (1).

h. O Quadro 3.4 foi elaborado para facilitar a comparação entre os critérios agrupados, os propostos na 1.ª fase e os na 2.ª fase (estes últimos resultantes da análise conjunta de todos os critérios, incluindo os da pesquisa na bibliografia).

i. A moderadora deu por finda a primeira sessão por volta das 11.30, a que se seguiu um intervalo, que mediou a **segunda parte**, a sessão do colega João Rui Ribeiro sobre pinheiro manso, com o mesmo grupo de especialistas.

j. No fim da 2.ª Parte do "Focus Group", a moderadora solicitou a todos os participantes que procedessem a uma **avaliação da sessão**, para o que foi distribuída uma ficha por cada pessoa, em formato A4, impressa apenas numa página, com as quatro questões apresentadas e que

diziam respeito às duas sessões. Pormenores da avaliação no Anexo 28 (Quadros 3.5 e 3.6; Figura 3.6).

3.1.2. Análise e Interpretação dos Resultados

Segundo Ramos (1995: 81), “num determinado contexto, os valores são expressos como *objectivos e estes são operacionalizados pela definição de medidas apropriadas que meçam o seu alcance através da implementação das acções*” sendo “necessário um procedimento para “ajuizar” as preferências dos actores em relação a essas acções”.

Quadro 3.4 – Comparação entre os critérios agrupados por temáticas obtidos na 1.ª fase e na 2.ª fase (incluem a totalidade dos critérios, os que foram inicialmente referidos pelos participantes e os que foram mostrados como resultado da pesquisa bibliográfica).

Grupo de Critérios	Resultados da 1.ª Fase	Resultados da 2.ª Fase (análise conjunta: 1.ª fase+bibliografia)
“Valores Naturais”	valor natural (2)	valores naturais (6)
	estado de conservação natural (1)	restauro de sistemas biofísicos (2)
	diversidade (2)	gestão de recursos (1)
	conservada/valores naturais (1)	restauro natural e paisagístico (1)
	biodiversidade (2)	biodiversidade (2)
	riqueza biológica (1)	transformação (1)
	conservação (1)	conservação (1)
	floresta aberta (1)	ordenamento consequência de restauro de sistemas biofísicos (1)
	tipo de coberto vegetal (1)	
	padrão de utilização do solo (1)	
	elevado grau de diferenciação estrutural das comunidades biológicas (1)	
	multiplicidade de estratos vegetais (1)	
	orografia (1)	
declives acentuados (1)		
total parcial	17	15
“Valores Culturais”	aliança paisagem/património (1)	história (4)
	valor cultural/patrimonial (1)	comunidade (pais. comu.) (1)
	construção sustentá. natureza+cultura (1)	estratégias/opções políticas (3)
	povoamento humano representado (1)	dimensão/presença/uso humano (2)
	património (1)	património (1)
	equilíbrio natureza/cultura (1)	
	elementos únicos (1)	
	dinâmica natureza+cultura (1)	
ordenamento (1)		
total parcial	9	11
“Valores Imateriais” (incluindo os emocionais)	memória (1)	imagem de marca (1)
	paz (1)	identidade (1)
	(sentido de) espaço (1)	(sentido de) espaço (1)
	valor estético (1)	singularidade (na utilização e na conservação) (1)
total parcial	4	4
TOTAL	30	30

Segundo aquela autora, para medir o grau em que cada objectivo é alcançado, é fundamental especificar um conjunto de critérios para a construção do modelo de avaliação, entendendo um **critério** como *“uma forma de representação de julgamentos de valor sobre um conjunto de acções, um modelo de preferências sobre um conjunto de acções potenciais face a um conjunto de objectivos”*.

Para a construção deste modelo de preferências é necessário que cada objectivo fundamental seja operacionalizado, associando a cada objectivo um critério (a que Keeney, 1992, chama um atributo) que indicará o grau em que cada objectivo é alcançado.

Os objectivos tornam explícitos os valores dos actores e, por sua vez, os critérios que lhes estão associados tornam esses objectivos efectivos permitindo indicar como é satisfeito cada objectivo. A cada objectivo está associado um critério, o que leva a uma avaliação parcial, objectivo por objectivo (Ramos, 1995: 81).

Os **resultados** obtidos merecem a seguinte análise:

- um número mais expressivo de critérios foi agrupado nos **“valores naturais”** (em número de 17 e 15, respectivamente para a 1.ª e 2.ª fases, verificando-se uma ligeira diminuição, -2) do que para os critérios agrupados nos **“valores culturais”** (em número de 9 e 11, respectivamente para a 1.ª e 2.ª fases, registando-se um aumento no mesmo valor absoluto, +2), em que os critérios **“valor natural”**, **“biodiversidade”** e **“restauro de sistemas biofísicos”** emergem de entre todos os que foram indicados;
- dos critérios agrupados nos **“valores culturais”** emergem a **“história”**, **“opções políticas”** e o **“uso humano”**, sendo este último o único dos 3 que foi apontado em ambas as fases;
- dos sete critérios agrupados nos **“valores imateriais”** (onde se incluem os **“emocionais”**), apenas **“(o sentido de) espaço”** aparece referido para as duas fases;
- regista-se também o critério **“regime de propriedade”** (**“enquanto característica marcante que poderá fazer toda a diferença”**), por ter sido referido na argumentação de um dos participantes.

Obtiveram-se **resultados** particularmente interessantes na 2.ª fase, com abordagens novas apresentadas pelos participantes, expressas noutros tantos **critérios** e a que se dá mais ênfase: o **“restauro de ecossistemas”** (é interessante a ideia de que paisagens intervencionadas pelo ser humano e restauradas, também serem consideradas de referência), a **“conservação”**, a **“história”**, o critério da gestão de **“paisagem comunitária”**, a **“imagem de marca”**, a **“identidade”** e a **“singularidade (na utilização e na conservação)”**.

Sobre o **funcionamento do “Focus Group”**:

- os **participantes interagiram**, o que permitiu obter informação/respostas/critérios diversificados e abundantes, que podem ser traduzidos na obtenção de critérios (8 para **“valores naturais”**, de 5 para os **“valores culturais”** e de 4 para os **“valores imateriais”**);
- sobre o **“power point”** apresentado reconhece-se que continha uma informação porventura pouco diversificada e não atraente, que pareceu estar elaborada para quem já conhecia antecipadamente a Contenda, pelo que se dá razão ao participante que se manifestou desfavoravelmente em relação ao audiovisual de apresentação da Contenda;

- o maior ou menor **conhecimento prévio** daquele território por parte de cada participante pode ter tido influência nas respostas;
- a formação e o tipo de **tarefa que cada um** desempenha no respectivo local de trabalho pode influenciar as propostas individuais apresentadas;
- a forma diferente de cada um com a **percepção da paisagem** leva a que possa ser mais valorizado este ou aquele aspecto.

A **interpretação** acabada de fazer sobre o funcionamento deste grupo de participantes pode ter outras justificações.

Segundo Nassauer (1995: 230), as pessoas não só constroem e gerem as paisagens como tomam decisões sobre o que vêem, o que conhecem e o que sentem. As paisagens são construídas pelas pessoas, influenciadas pelo sistema político em que estão inseridas, pelo uso económico que pensam fazer das propriedades, pelas preferências estéticas e pelas convenções sociais.

Sobre a adesão individual ou social a determinados lugares baseada na representação própria, Kaplan e Kaplan (citando Porteus, 1996 in Queiroz, 2007: 154) *“defendem que as preferências recaem sobre os ambientes que facilitam e estimulam a aquisição de conhecimentos e não apenas a sobrevivência biológica”*, teoria que é defendida por Appleton (1996 in Queiroz, 2007: 154).

3.2. A CONTENDA, UMA PAISAGEM DE REFERÊNCIA?

“Aparecem então os arvoredos esparsos, em regra subespontâneos, que o homem obtém eliminando certo número de pés quando procede à cultura dos campos onde os deixa medrar. O montado alentejano é a forma mais característica.”

(Orlando Ribeiro, 1967: 67. *“Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico”*).

Considerar-se ou não a Contenda uma paisagem de referência é uma questão central na discussão da tese: não são só os critérios que merecem relevância mas, também, os dados obtidos pela pesquisa bibliográfica sobre paisagens de referência.

A pesquisa iniciou-se pelo que se entende por **“referência”**:

- o *“conjunto de qualidades ou características tomado como modelo”*; *“alusão”*; *“código, inscrição ou marca que permite identificar um processo, um documento, uma encomenda, um objecto, etc.”* (Priberam, 2011);
- *“o que serve de modelo a seguir ou de ponto de apoio”* (Porto Editora, 2003-2012);
- a *“relação de coisas entre si”*, a *“alusão a um determinado facto ou a certa obra ou trecho”* (Lello & Irmão, 1963: 1214);
- a *“relação de algumas coisas entre si”* («*Ainda pela sua individualidade, esta e aquela referência melhor cabiam a representá-los – os disparates – homens da Península que reinóis de Goa*», Aquilino Ribeiro, *Camões, Camilo, Eça...*», p. 69; «*não chega nunca, na sua mobilidade, a possuir esse ponto de referência, ao mesmo tempo material e sentimental...*», Erico Veríssimo, «*A Volta do Gato Preto*», IV, p. 285, GEPB, 1981: 710);
- a *“alusão a um determinado facto ou a certa obra ou trecho”* – «*Não tenho sequer a empresa árdua de refazer, com variantes de palavras, nesta prolixa referência, as suas subtilidades*

analíticas», Carlos Malheiro Dias, in Aquilino Ribeiro, «Jardim das Tormentas», p. 24 (GEPB, 1981: 710).

No Preâmbulo do Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro, que aprova e publica a Convenção Europeia da Paisagem, existe o desejo de “...responder à vontade das populações de usufruir de **paisagens de grande qualidade** e de desempenhar uma parte activa na sua transformação”.

Esta questão das paisagens de qualidade levou-nos a considerar ser relevante saber o que é que se considera uma **paisagem de referência no contexto do Sul da Europa** e, concomitantemente, como viabilizar a preservação do património paisagístico face às transformações que estão a ocorrer.

A tentativa de se explicar a forma **como se constrói a relação do público com paisagens específicas e de elevado valor patrimonial, no contexto da região do Alentejo**, baseou-se na análise e interpretação da bibliografia consultada e, também, nos resultados do “Focus Group” com a promoção de discussões entre diferentes pessoas (todos com grau académico de, pelo menos, licenciatura) sobre as questões que interessava abordar: saber o que é que sensibiliza as pessoas quando estão em presença de uma paisagem de referência (ou, quando têm uma imagem dessa paisagem, mesmo à distância, conhecendo-a directamente ou não).

A avaliação da relação das pessoas com a paisagem assume que a paisagem tem uma beleza intrínseca que, embora sendo uma reacção subjectiva do observador (Palakowski, 1975 in Sayadi *et al.*, 2008), pode ser qualificada.

Através dos resultados da pesquisa bibliográfica, do “Grupo informal” e do “Focus Group”, **dá-se uma contribuição para que a paisagem da Herdade da Contenda seja considerada uma paisagem de referência no contexto do Alentejo.**

Na pesquisa a que se procedeu sobre trabalhos de investigação realizados por alguns autores em várias áreas consideradas como **paisagens simbólicas nos EUA**, encontraram-se **razões** que podem ser extrapoladas para a Herdade da Contenda vir a ser considerada como uma paisagem de referência, o presente caso de estudo:

- Zukas (2009) sobre Indian Wells, em Coachella Valley no California Desert, um território vasto e desértico que possui uma **história rica** de ocupação pela tribo dos Índios Cahuilla durante mais de 2000 anos, comprovada arqueologicamente, mas concretizada de uma **forma sustentada** relativamente aos recursos naturais e à paisagem a que eram atribuídos aspectos simbólicos e míticos;
- Meinig (1979) sobre algumas áreas urbanas do O e S da Califórnia, como a vila de New England identificada com alguns **valores americanos de democracia, de comunidade e de religião** tão caros ao povo americano;
- Flad (2009) sobre “Catskill Mountain House” e as áreas naturais da região do Hudson River Valley que passaram a ser consideradas como **paisagens icónicas da América** e uma referência da cultura americana, dada a importância atribuída às áreas naturais pelo povo americano que foi reflectida no desenvolvimento do turismo.

Para Oliver Rackham (1989: 1) o conceito de **paisagem de referência** está subjacente à relação que a população de uma região inglesa tem tido com a “**Hatfield Forest**” por ele considerada “The Last Forest”, uma floresta com uma área de menos de 400 ha e de que há conhecimento documental da sua história desde um pouco antes do ano de 1100, quando Guilherme I era Rei, com o cognome de “William the Conqueror” (Rackham, 1989: 38-39), constituindo uma paisagem cultural cuja **gestão foi controversa**. Os diferentes elementos daquela floresta medieval sobreviveram, desde os veados, às árvores, passando pelo gado doméstico e pastagens, à sua exploração pelos habitantes das redondezas, o que permite estabelecer um paralelo entre a sua história com a da Contenda para chegar ao conceito de paisagem de referência e justificar que esta poderá ter, também, um carácter único no contexto português e daí a designação de “**abordagem Rackham**” utilizada neste trabalho.

Segundo Queiroz (2006 *in* Moreira *et al.*, 2006: 221), as descrições detalhadas feitas por Aquilino Ribeiro sobre a **paisagem rural das Terras do Demo** (Beira Alta, Nordeste de Portugal), também criaram uma **paisagem de referência**, conceito que poderá ser aplicado às paisagens cujas medidas de gestão nesse território incorporem nas decisões a informação histórica de elementos naturais e culturais, já sugerido por diversos autores (Queiroz, 2007: 168-169).

Da **análise dos casos estudados na bibliografia** referidos no Capítulo 1, pode inferir-se um conjunto de **critérios que podem contribuir para identificar as paisagens de referência**, nomeadamente por:

- apresentarem um conjunto relevante de “**valores naturais**”;
- terem sido geridos de uma forma “**sustentável**”;
- terem uma “**carga histórica**” significativa;
- possuírem “**peso simbólico**”;
- apresentarem contornos que envolvem algum “**misticismo**”;
- existirem elementos da paisagem com “**significados sobrenaturais**”;
- estarem fortemente ligados às populações e às suas vidas, em diferentes épocas, através de “**lendas e histórias**” que as interligam (populações e paisagens);
- terem sido objecto de “**divulgação por artistas e pensadores**” que por esse motivo contribuíram para a valoração de determinada paisagem;
- constituírem uma “**imagem de marca**” visual, emocional, racional e/ou cultural que cada pessoa associa a determinada paisagem;
- constituírem exemplo de “**intervenção/restauro**” bem sucedido de sistemas biofísicos;
- serem valorados por diferentes “**serviços dos ecossistemas**” que integram essa paisagem;
- possuírem “**elementos marcantes construídos**” que expressam os interesses das populações desses territórios;
- constituírem a “**imagem das forças sociais, económicas e políticas**” desses territórios;
- existirem “**estratégias políticas**” que contribuíram para o incremento do valor da paisagem.

Com o “**Focus Group**” obteve-se também um conjunto de resultados com destaque para os seguintes **critérios**: “**valores naturais**”, “**biodiversidade**”, “**restauro de sistemas biofísicos**”,

“história”, “estratégias/opções políticas”, “uso humano”, “comunidade”, “imagem de marca”, “espaço”, “singularidade”, “identidade” e “regime de propriedade”.

Como **critérios comuns** relativos às duas formas para os obter, devem ser referidos os “**valores naturais**”, o “**restauro de sistemas biofísicos**”, a “história”, a “**imagem de marca**” e as “**estratégias políticas**”.

Ponderados os casos relatados e o conjunto de critérios identificados, na zona mediterrânica europeia, considerando a paisagem como objecto simbólico e como um referencial patrimonial, poder-se-á considerar **paisagem de referência** uma categoria de paisagem multifuncional e sustentável, em que o ser humano desempenha um papel activo na sua criação e manutenção, entendida como modelo de gestão coerente dos recursos naturais e da paisagem. Este conceito traduz-se através de um conjunto de **características específicas** e/ou de peculiaridades, de **valores imateriais** (o carácter/identidade, os simbolismos, as sensações, as memórias), com relevo para os **históricos**, que situam essa paisagem num contexto biogeográfico e a podem levar a ser reconhecida como de importância única, regional, nacional e/ou internacional, havendo todo o interesse em protegê-la e valorizá-la.

Da análise que foi feita, após a pesquisa bibliográfica e a discussão em grupo e da avaliação da forma como a Contenda é considerada e valorizada por vários grupos, locais e não locais e, portanto, o tipo de relação do público com a Contenda e da interpretação dos dados recolhidos e compreensão de como se foi formando a imagem de “mítica” a “paisagem de referência”, considera-se que se pode elencar um conjunto de questões que poderão levar à construção (ou manutenção) de imagem de referência da Herdade da Contenda.

Assim:

- a Herdade da Contenda pode ser considerada uma paisagem de referência na região Alentejo porque possui um conjunto de características que se enquadram em vários critérios aplicáveis noutros casos da pesquisa bibliográfica a que se procedeu e de alguma forma avalizada por um grupo de técnicos com ligações ao espaço rural;
- não existirá uma definição universal de paisagem de referência, existirão tipologias de paisagens de referência contextualizadas em termos geográficos e outros, pois a forma como se avaliam em cada lugar é que será diferente.

3.3. “PLACE BRANDING”

Considerando que a paisagem da Contenda congrega características que justificam que seja tomada como paisagem de referência, importa compreender como é que esse papel pode ser valorizado nos dias de hoje.

O “**Place branding**” tem sido utilizado noutros locais do Mundo com resultados óbvios, conceito a que se recorre para contribuir para uma maior valorização da herdade que constitui o objecto de estudo.

Segundo Konijnendijk (2010: 1) o “**marketing**” ajudou empresas e organizações a promover mudanças na sociedade e transformou-se ao longo dos anos, procurando direccionar as

escolhas dos clientes, focando-se na qualidade e na incorporação das perspectivas dos diferentes “stakeholders”.

Kotler (1985) define “marketing” como o processo social através do qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e o que querem por meio da criação e troca de produtos e valor com outras pessoas.

Para outro autor, Drucker (1958), o conceito de “marketing” é uma filosofia, pois ela torna o cliente, e a satisfação das suas necessidades, o ponto focal de todas as actividades de negócio, dirigido por gerentes sénior determinados em satisfazer os seus clientes.

O termo “**place marketing**”, que terá sido o precursor de “place branding” (criado por Simon Anholt em 2002), é um conceito que terá sido utilizado pela primeira vez por Kotler *et al.* (1993) e será desenvolvido mais à frente.

Um dos conceitos mais poderosos na área do “marketing” é o de “branding”. Para Paliwood e Thomas (1998 *in* Konijnendijk, 2010: 1), a “**brand**” (que se pode traduzir por “imagem de marca” ou “marca identitária”) “*é a imagem de marca visual, emocional, racional e cultural que cada um de nós associa a determinada empresa, produto ou serviço*”.

O conceito de “**branding**” é baseado num nome, num “logo” e noutros atributos de uma marca. O “poder do branding” pode ser de alguma forma ilustrado pelo sucesso mundial de marcas como a “Coca Cola”, a “Nike”, Barcelona ou Leonardo Messi. Um “branding” bem conseguido poderá levar as pessoas a ficar com uma boa impressão e com a evocação de uma associação positiva. As pessoas gostam de ser associadas com certas “brands” que relacionam as personalidades e as suas preferências (Leventhal, 1996; Kholi *et al.*, 2005 *in* Konijnendijk, 2010: 1).

O “branding” pode revestir-se de formas diversas como (Konijnendijk, 2010: 2):

- a que se foca no nível de serviço aos clientes, o “service branding” – um exemplo é o dos bancos e das companhias de seguros que desejam que as pessoas associem os serviços que prestam à boa qualidade e ao valor, à atenção ao cliente, ao fácil acesso e assim por diante (Grace e O’Cass, 2005 *in* Konijnendijk, 2010: 1-2);
- o “internal branding”, com o fim de criar uma “cultura de companhia” – os empregados devem sentir que são parte e que representam esta cultura;
- o “personal branding” – preferencialmente fazem parte de uma marca de uma grande empresa, contudo, individualmente os empregados podem esforçar-se por terem uma imagem de marca deles próprios. Uma forma extrema desta tipologia é o caso das “estrelas” de cinema ou do desporto que se tornam “uma companhia em nome pessoal”. Os “CEO” (Chief Executive Officer) de algumas empresas são, também, imagens de marca fortes, como o da “Virgin’s Richard Bronson” (R. B.), em que a imagem de marca pessoal é tão forte que o conglomerado de empresas da “Virgin” se associou ao carácter aventureiro e rebelde de R. B.

Além de outras formas, como o “Sense branding” e o “Emotional branding”, há um tipo de “branding” de interesse particular, o “**place branding**” muitas vezes referido como “destination branding”. Trata-se de vender um pacote de bens e serviços ou apenas a sua imagem, associada com um país, uma cidade, uma região ou a uma paisagem (Liping, 2002 *in* Konijnendijk, 2010: 2; Henning, 2010).

O “Place branding” é um conceito que, também, pode ser entendido ou interpretado como “**marca identitária de um lugar**” ou “**imagem de marca (com vista à promoção) de um lugar**”. Com este conceito os lugares são tratados como empresas e o objectivo é construir uma marca e gerir a imagem dos lugares, para se atrair investimento externo, turistas, fama e até mesmo eventos internacionais.

O “Place branding” não é promoção do turismo. O turismo é apenas uma das componentes de uma cidade, de uma região ou de um país. Para se fazer a gestão de uma marca de uma determinada localidade, é decisivo conhecer duas importantes características como a funcionalidade (ligada a aspectos **tangíveis**) e os valores (que estão representados pelos aspectos **intangíveis** como a cultura, a história, os costumes e as pessoas) (Henning, 2010).

A Toscana, uma região da Itália, é geralmente associada a colinas banhadas pelo sol e ao bom vinho. De uma forma oposta, outras regiões, de cidades industriais, tiveram dificuldades em se livrarem da sua imagem de marca negativa (“negative brand image”). Países como a Malásia investiram fortemente nas suas imagens de marca nacionais (“national brands”), como está reflectido na campanha turística “Malaysia, Truly Asia” (“Malásia, a verdadeira Ásia”), construída na diversidade étnica e cultural do país, que reflecte uma grande parte do Sudoeste da Ásia (Konijnendijk, 2010: 2).

Outro conceito, no âmbito do “branding”, é o de “**city branding**” em que o “place branding” ajuda cidades a competir umas com as outras pelos negócios, por novos habitantes, por visitantes, por talentos ou apenas para chamar a atenção do resto do mundo (Boisen, 2007 *in* Konijnendijk, 2010: 3).

Outro autor, Richard Florida (2008 *in* Konijnendijk, 2010: 3), afirma que as cidades competem por três factores económicos chave: o talento, a inovação e a criatividade. Muitas cidades concentram-se numa categoria criativa de pessoas que se ocupam em profissões que acabam por tornar as cidades mais vibrantes e competitivas. Refere ainda que quando se aborda a questão de como decidir onde viver, identifica “lugar” (“place”) como a chave que determina a felicidade e o sucesso das pessoas, argumentando, como exemplo, que a categoria criativa é atraída para uma cidade por ambientes com uma qualidade de vida alta, o que inclui bons parques e áreas públicas.

Outro exemplo ainda referente ao “city branding”, é o de um levantamento feito às assembleias municipais da cidade-região de Zurique (Suíça) acerca da promoção dos espaços verdes nas suas actividades de “place branding” e dos esforços de melhoria dos espaços verdes e da participação pública ligada a “place branding”, sendo aqui abordados os resultados, de uma forma resumida (Land Use policy, 2011).

Pretendia-se saber qual o papel dos espaços verdes nas actividades de “place branding” nas citadas cidades-região tendo-se, para tal, questionado os conselhos municipais e promovido entrevistas com os planeadores regionais, os promotores e os responsáveis do processo de participação de planeamento da paisagem, que serviram para apresentar o questionário e validar os resultados (Land Use policy, 2011: 1):

- mais de metade dos municípios que responderam ao questionário reivindicaram ter uma postura activa em relação ao “place branding”, que promoviam os espaços verdes como um factor de qualidade, entre outros, e que promoviam alguns aspectos mais comuns dos

- espaços verdes como o acesso e a proximidade a bairros residenciais. Para as assembleias municipais, não há relação entre os projectos de espaços verdes inovadores e o “place branding”. Além disso, não são entusiastas do envolvimento das populações residentes no processo de planeamento, sendo a participação usualmente restringida aos gestores da terra (agricultores e produtores florestais);
- os promotores são mais relutantes na promoção dos espaços verdes em “place branding” e só o fazem se forem grandes, relevantes e eventualmente certificados com um rótulo de “parque”;
 - a paisagem e os espaços verdes são apreciados como factores importantes para a qualidade de vida numa municipalidade, mas não parecem constituir a única proposta nas vendas do “place branding” de uma municipalidade na região urbana de Zurique, não havendo grandes necessidades de investimento em “place branding” dada a boa reputação que a região tem a nível internacional;
 - o potencial suíço das ferramentas utilizadas em planeamento participativo da paisagem não é usado para realçar as acções dos municípios. A razão pode ser a de que essas ferramentas, à imagem dos esquemas internacionais de gestão da terra, são impulsionadas pelo conceito de protecção da paisagem e não de “place branding”.

Na pesquisa a que se procedeu, sobre o conceito de “branding”, não podia deixar de ser mencionado o de **“Landscape branding”**, dada a natureza do presente trabalho.

Um dos autores que o tem utilizado (Nogué, 2011: 30) começa por se referir à **paisagem** como *“uma porção da superfície terrestre que foi modelada, percebida e interiorizada ao longo dos séculos pelas sociedades que lá viveram”*, uma construção social e cultural ancorada num substrato material/físico. Continua a desenvolver a paisagem como tendo lugares que se converteram em centros com significado, em símbolos que expressam sentimentos, ideias e emoções várias.

Para aquele autor a paisagem é entendida pela geografia humana e cultural actual como um todo que envolve uma realidade física, uma percepção individual e social, uma área geográfica tangível e a sua interpretação intangível. De acordo ainda com Nogué (2011), está-se a assistir a um renovado interesse por tudo o que tenha a ver com a *“espacialidade da emoção, o sentimento e o afecto”*, havendo interesse em *“explorar a fundo as interações emocionais entre as pessoas e os lugares”*.

O artigo que está a ser citado pretende realçar a dimensão comunicativa da paisagem e estabelecer a relação com o ressurgir das **geografias emocionais**. A interrelação do conceito de paisagem com o de identidade do território explica o interesse cada vez maior nas *“possibilidades de comunicação da paisagem”*. Segundo Nogué (2011: 32-33), a utilização de paisagens em anúncios publicitários de bens de consumo vários é cada vez maior: trata-se do aproveitamento da capacidade de evocação comunicativa da paisagem para desenvolver *“argumentos emocionais”* para influenciar os potenciais receptores da mensagem publicitária. De acordo com aquele autor *“a paisagem adquire protagonismo na promoção publicitária de qualquer tipo de bem, de serviço e de território”*, ou seja está-se perante uma *“estratégia de sugestão da paisagem para projectar o território de uma forma simbólica, cultural e identitária através do vislumbre da paisagem”*.

A paisagem, no âmbito da publicidade, tem muito a ver com as emoções e as intangibilidades (“aspectos simbólicos e identitários” presentes num território) tornando-se particularmente importante na promoção publicitária de territórios e cidades, não só em termos de estratégias de promoção turística, mas também nos processos de criação de identidades territoriais.

O **“Landscape branding”** para Nogué (2011:34), consiste em provocar a emergência da mensagem intangível implícita em qualquer paisagem, usando várias técnicas de comunicação que se servem de uma linguagem persuasiva e emocional para chegarem aos seus públicos. Trata-se de um discurso identitário e emocional derivado da simbologia, do valor e do trabalho específico com o discurso intangível da paisagem, que implica uma gestão comunicativa da emoção em qualquer paisagem.

Este conceito de “landscape branding” pode, depois de analisadas as características a utilizar, ser usado na futura divulgação da paisagem (de referência) da Contenda.

Síntese

Para além da pesquisa bibliográfica a que se procedeu, seleccionou-se a metodologia do **“Focus Group”** para **definir um conjunto de critérios para a identificação de paisagens de referência no Alentejo**, dado ser muito utilizada em trabalhos de investigação (envolveu um grupo de dez técnicos com vários tipos de ligação ao espaço rural, convidados para participar, discutir e comentar o tema objecto de investigação).

Uma das conclusões foi a de que a **Herdade da Contenda pode ser considerada uma paisagem de referência no Alentejo** porque possui um conjunto de características que se enquadram em vários critérios aplicáveis noutros casos da pesquisa bibliográfica a que se procedeu (história, relação estabelecida pela população com a paisagem e a semelhança de factos e de acontecimentos), como já referido e que foi validada pelos participantes de um “Focus Group”. Da sua classificação pode concluir-se o **reconhecimento do valor dessas paisagens** pela sociedade em termos históricos, cénicos e de sustentabilidade.

Concluiu-se, também, que **não haverá uma definição universal para paisagem de referência**, mas que **poderão existir tipologias de paisagens de referência com contextos geográficos e outros**, porque **a forma como são avaliadas é que fará a diferença**.

Para a **gestão da paisagem**, numa perspectiva antropológica, é fundamental compreender como se estabeleceram as relações dos vários utilizadores e construtores da paisagem com a realidade e como daí advêm os valores que são atribuídos pela sociedade.

O **“Place branding”** é um conceito que representa a marca identitária ou imagem de marca de um lugar e que pode ter como objectivo a construção da marca e a gestão dos lugares com vista à atracção de investimento, de turistas, etc., valorizando os serviços que podemos identificar para esse lugar. O **“Landscape branding”** usa um discurso sobre a identidade e a emoção derivado da simbologia, do valor e do trabalho específico com o discurso intangível da paisagem.

Aplicado ao caso da Contenda, pode levar a **reflectir até que ponto se pode associar uma paisagem a um território, a uma história, sem a confundir com outra e como é que se chega a uma imagem de marca**: quando se olha para uma garrafa de “Porto” estabelece-se

imediatamente uma correlação com um produto que é consumível (vinho) e com uma paisagem da zona Norte do país, o Douro.

Poderemos vir a associar (ou pretende-se que se venha a fazê-lo, eventualmente) o nome “Contenda” a um lugar onde se pratica a caça, um lugar onde é feita uma gestão exemplar dos recursos naturais, um lugar com uma paisagem única particularmente rica em história e onde houve lugar ao restauro de sistemas biofísicos. Moura pode ter uma “**Brand**”, uma imagem de marca, ligada ao espaço rural, no caso a “**Contenda**”.

4. CONTRIBUTOS PARA A GESTÃO DA PAISAGEM DA CONTENDA

“...as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, do lazer e, de modo mais geral, as alterações na economia mundial estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens”.

(Conselho da Europa, 2000. Preâmbulo da Convenção Europeia da Paisagem).

Caso se pretenda vir a associar o nome “Contenda” a uma paisagem e território com características únicas e exemplares terá de ser gerida de modo a continuar a poder ser considerada uma paisagem de referência.

Para formular propostas para a gestão da paisagem da Contenda considera-se ser importante analisar o conceito de restauro da paisagem.

São várias as características que distinguem **restauro de ecossistema** e **restauro de paisagem** cultural, em termos de escala espacial, objectivos, efectividade, enfoque, ecossistemas naturais, espécies exóticas e técnicas (considerando-se que “**restauro**” significa reparar algo conforme o original ou como estava antes de ser perturbado, Moreira *et al.*, 2006: 220 e “**ecossistema**” como um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais, microrganismos e seu respectivo meio, que interagem como uma unidade funcional, MEA, 2005: 10).

Da análise do Quadro 4.1 infere-se que os objectivos contrastantes resultam do facto de os valores cénicos e culturais serem uma componente integral da recuperação da paisagem, enquanto que os mesmos são de menor relevância na recuperação do ecossistema. Reciprocamente, muitos projectos de recuperação da paisagem não são vocacionados para a biodiversidade (Moreira *et al.*, 2006: 218).

Quadro 4.1 – Principais diferenças nos conceitos entre restauro de ecossistema e restauro de paisagem (adaptado de Moreira *et al.*, 2006: 219).

Ecossistema	Paisagem cultural
. enfoque num só ecossistema e numa escala espacial	. enfoque na escala de mosaico de uso do solo/ecossistemas abrangendo várias escalas espaciais
. o principal objectivo é a biodiversidade, a par da produtividade económica sustentável	. os valores cénicos e culturais, são incluídos nos principais objectivos, bem como a biodiversidade e a produtividade económica
. pode não ser eficaz para restaurar alguns ecossistemas ou populações de espécies que dependam da estrutura da paisagem	. pode ser eficaz para restaurar alguns ecossistemas ou populações de espécies que dependam da estrutura da paisagem
. enfoque nos fragmentos de <i>habitat</i> /ecossistema; a composição da paisagem é mais importante do que a sua configuração	. enfoque na composição e na configuração da paisagem
. procura sempre o restabelecimento de áreas degradadas e a manutenção de ecossistemas nativos	. pode incluir a preservação de fragmentos degradados (na perspectiva do ecossistema) e também a destruição de ecossistemas naturais
. as espécies exóticas são consideradas indesejáveis	. pode incluir a manutenção de espécies exóticas
. as acções de gestão podem basear-se em técnicas modernas ou tradicionais; o custo da eficácia das técnicas é o critério mais importante na selecção	. é mais valorizada a gestão tradicional do que as técnicas modernas

Quando um ecossistema valioso coincide com uma paisagem cultural, como a do montado de sobreiro e de azinheira, ou um ecossistema é mantido na exploração tradicional da herdade,

como os charcos temporários Mediterrânicos (Moreira *et al.*, 2005 *in* Moreira *et al.*, 2006: 218), uma abordagem à recuperação apenas do ecossistema tem uma aplicação limitada.

O conceito de paisagem inclui as características culturais intangíveis e cénicas que devem ser tidas em conta na concepção de um projecto de restauro de uma paisagem cultural.

As paisagens criadas por uma agricultura extensiva, numa perspectiva de conservação da natureza, contêm um mosaico de *habitats* naturais de importância europeia. A interacção com as paisagens locais permanece uma característica constante para influenciar o desenvolvimento da sociedade através dos tempos (Moreira *et al.*, 2006: 218).

Como afirma Antrop (2005 *in* Moreira *et al.*, 2006: 218), as alterações negativas nas paisagens culturais são globalmente consideradas com as maiores preocupações, porque os factores que influenciam a mudança (“driving forces”) como o abandono da terra, a intensificação da agricultura, a florestação e a urbanização, constituem ameaças para a diversidade, coerência e identidade.

Para Vos & Klijn (2000 *in* Moreira *et al.*, 2006: 218), as **áreas rurais** estão a perder as paisagens tradicionais, caracterizadas por uma pequena escala espacial, por culturas mistas, por tecnologias simples e artesanais, por uma aplicação limitada de adubos e de pesticidas, e por um valor alto de biodiversidade e amenidade. Neste contexto, o restauro de paisagens culturais é justificado por razões históricas, ecológicas e estéticas (Moreira *et al.*, 2006: 218).

No caso das paisagens, as várias camadas de história e cultura constituem alternativa de referências muito arbitrária (Aronson & Vallejo, 2005 *in* Moreira *et al.*, 2006: 220) e muitas vezes incompleta em termos de composição, relacionamento e funções (Moreira *et al.*, 2006: 220).

Antrop (2005 *in* Moreira *et al.*, 2006: 220) afirma que, para se compreenderem as paisagens europeias contemporâneas, temos de reconhecer três períodos: (a) antes do séc. XVIII; (b) o período industrial; (c) pós guerra.

Por outro lado, White e Walker (1997 *in* Moreira *et al.*, 2006: 220) definiram 4 tipos de enquadramento para a compreensão das paisagens europeias, relacionando as escalas temporal e espacial:

- (a) a informação da composição e configuração pode ser obtida de parcelas da paisagem bem preservadas;
- (b) a pesquisa integradora das alterações do uso do solo pode dar informações para o restauro da paisagem (Silbernagel, 2005 *in* Moreira *et al.*, 2006: 220);
- (c) os dados de outros sítios com condições temporais e espaciais similares, são potencialmente valiosos;
- (d) as evidências contemporâneas podem também dar informações acerca das paisagens devido ao legado do uso da terra (Foster *et al.*, 2003 *in* Moreira *et al.*, 2006: 220).

O **restauro da paisagem** concentra-se:

- na composição (número de tipos de uso do solo e área de cada um);
- e na configuração (localização espacial dos usos do solo, p. ex. número de fragmentos, dimensão dos fragmentos de pouco valor e medidas da conectividade). A configuração é

particularmente importante nas paisagens culturais por resultar das interações entre características naturais e culturais. Além disso, contribui de forma significativa para a diferenciação e legibilidade da paisagem, que são elementos de identidade e coerência (Moreira *et al.*, 2006: 219).

Segundo Pereira & Pires da Fonseca (2003 *in* Moreira *et al.*, 2006: 218), as paisagens culturais incluem o que muitos consideram ecossistemas degradados, de que são exemplos os montados e as “*dehesas*” da Península Ibérica, que são o produto final das alterações e simplificações das florestas originais de carvalhos mediterrânicos, através da abertura de clareiras, queima e desbaste. De entre as técnicas de gestão seleccionadas para a recuperação de paisagens culturais, a gestão tradicional pode ser de grande valor, particularmente se ela própria tiver valor cultural (etnográfico) e cénico (Moreira *et al.*, 2006: 219).

O **restauro de uma paisagem** pode ser definido como o processo de ajudar a recuperação de uma paisagem que perdeu diversidade, coerência e identidade. O restauro de uma paisagem implica a recuperação das quatro componentes da paisagem cultural (Moreira *et al.*, 2006: 220).

A reabilitação de uma paisagem é um termo usado da mesma forma que para o caso da reabilitação de um ecossistema, quando o restauro não é possível (SER – Society for Ecological Restoration, 2004 *in* Moreira *et al.*, 2006: 220).

Muitas vezes só pode ser efectuada a reabilitação da paisagem e devem ser tomadas alternativas.

Devemos dar prioridade à composição e configuração da paisagem por objectivos ecológicos e estéticos ou concentrarmo-nos na manutenção das técnicas de gestão tradicional e nos valores culturais?

E quem deve decidir estas prioridades, as populações locais ou os governos regionais?

Os autores Robertson, Nichols, Horwitz, Brady e Mackintosh (2000 *in* Moreira *et al.*, 2006: 220) argumentam que o restauro em paisagens agrícolas fragmentadas requer uma compreensão e um respeito pelos atributos culturais das paisagens, incluindo as crenças, valores e as percepções que as pessoas têm acerca do ambiente local, tal como o sentimento de perda por componentes, características ou funções particulares da paisagem.

Mesmo quando uma **paisagem reabilitada “fica parecida” ou “se parece”** com a paisagem de referência, devemos estar cientes da sua condição de “pastiche” ou “de retalhos” – a autenticidade nunca é recuperada e alguns elementos podem perder-se de vez, como por exemplo espécies, pastores tradicionais ou elementos arquitectónicos. Nalguns casos eles podem ser substituídos por outros semelhantes para assegurarem as funções desejáveis ecológicas, económicas e estéticas.

Além disso, a paisagem restaurada tem uma história de degradação e de recuperação, e mantém memórias de todos os tempos. O resultado é o que se pode chamar de **paisagem emergente**. Estas paisagens poderão combinar elementos substitutos e/ou processos alternativos junto com os nativos (Moreira *et al.*, 2006: 221) (a Figura 4.1 pretende sumarizar a evolução teórica, a degradação e o restauro/reabilitação de uma paisagem cultural ao longo dos tempos, usando um modelo de paisagem “mixer board”, com combinações espacio-temporais múltiplas).

Por causa da grande escala dos projectos de gestão da paisagem, eles são como norma tecnicamente complexos e caros. Além disso, esses projectos podem conflitar com diferentes interesses dos “stakeholder’s” (considerados como “parceiros”, “parte interessada”), independentemente da sua preocupação pela protecção da paisagem. Eles não devem prosseguir sem a consulta e o envolvimento das populações locais (Moreira *et al.*, 2006: 221). Estas dificuldades podem conduzir para a escolha entre restaurar pequenas paisagens museu (pequenas áreas preservadas na totalidade para fins educacionais) (EEA, 1995 *in* Moreira *et al.*, 2006: 221) ou reabilitar grandes áreas para finalidades ecológicas, económicas e de qualidade de vida.

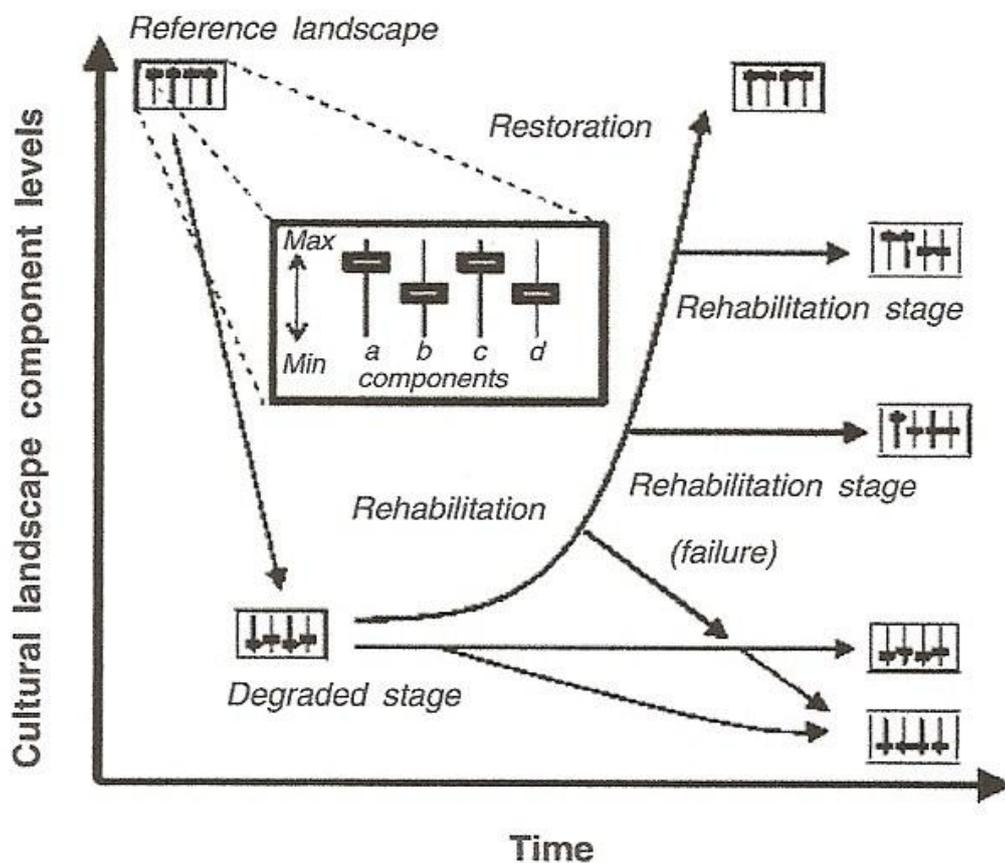


Figura 4.1 – Modelo de paisagem “mixer board” (adaptado de Hobbs & Norton, 1996 *in* Moreira *et al.*, 2006: 221).

Por detrás desta opção está o conceito de **paisagem como património** – algo que deveria ser mantido numa condição meta-estável e resiliente para as futuras gerações. Seja como for, num mundo em mudança é irrealista tentar congelar uma paisagem na transformação do seu desenvolvimento num período particular da sua longa evolução (IUCN, 2000 *in* Moreira *et al.*, 2006: 221). De facto, a dinâmica natural e social dos elementos de uma paisagem induz

mudança da mesma forma que os contextos de mudança global. Portanto, restaurando e preservando uma **paisagem museu** pode exigir uma infinidade de intervenções (Moreira *et al.*, 2006: 221).

Em resumo, poderá considerar-se que o restauro de uma paisagem considera as componentes biodiversidade, cultural e socio-económica. O restauro da paisagem deve fazer parte do conceito de **protecção da paisagem** visado pela **Convenção Europeia da Paisagem** e usualmente aceite por cientistas, gestores e público em geral (Moreira *et al.*, 2006: 223), conceito que está expresso na CEP (alínea f) do “*Artigo 1.º - Ordenamento da paisagem designa as acções com forte carácter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens*”).

4.1. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Foram necessários muitos anos para que a paisagem da Contenda se tivesse formado e foram muitos os intervenientes (agricultores, santo-aleixenses, rendeiros, Serviços Florestais, Câmara Municipal) que, de uma forma activa, promoveram a ocupação do solo e decidiram sobre o seu uso.

Aprendendo com o passado e não esquecendo o período actual, é tempo de se lançar o **desafio sobre o futuro** interpelando que actividades lá devem ser desenvolvidas, que uso do solo deve ser promovido, que gestão para o futuro da Contenda, como tornar viável a preservação de modelos de paisagem patrimonial/cultural?

Qualquer que se pretenda que seja a resposta às questões acabadas de formular, o futuro da Contenda e da sua paisagem deverá considerar e respeitar as orientações de gestão com referência aos valores naturais presentes e enquadráveis na **Rede Natura 2000**.

As servidões e restrições de utilidade pública integradas nesta rede são apenas algumas das aplicáveis no território da Contenda, mas que se passam a definir e a enumerar.

Considera-se que a **servidão** constitui “...um ónus ou encargo imposto sobre uma propriedade e limitadora do exercício do direito da propriedade”, sendo considerada **servidão administrativa** “...quando é imposta por uma disposição legal sobre uma propriedade por razões de utilidade pública”.

As **restrições de utilidade pública** “...visam a realização de interesses públicos abstractos, não corporizados na utilidade de um objecto concreto, seja de prédio ou qualquer outro imóvel” (DGOT – UTL, 1990: 220 e 221).

As **servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis no espaço da Contenda** são as seguintes (Anexo 29):

A – Recursos Naturais

. A1. Recursos Hídricos

- Domínio Público Hídrico – as linhas de água sazonais e as margens onde se incluem as “*águas não navegáveis nem flutuáveis*”, como torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, isto é, as linhas de água cuja margem de protecção tem 10 m de largura,

fazem parte do Domínio Público Hídrico. No caso da HC, propriedade municipal, o Domínio Público Fluvial pertence ao Domínio Público Hídrico do Estado (casos das ribeiras do Arroio, do Murtigão e do Safarejo) enquanto que a ribeira de Pai Joanes (que nasce na Contenda) pertence ao Domínio Público Hídrico do Município;

. A2. Recursos Agrícolas e Florestais

- Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Regime Florestal Parcial Facultativo;
- Defesa da Floresta Contra Incêndios (Áreas Percorridas por Incêndios; Perigosidade de Incêndio Alta e Muito Alta);
- Sobreiro e Azinheira;

. A3. Recursos Ecológicos

- a Reserva Ecológica Nacional (REN) – o regime desta servidão está consagrado no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de Novembro. Integra a estrutura biofísica com vista a ser possível a exploração dos recursos e a utilização do território com a salvaguarda de determinadas funções e potencialidades de que dependem o equilíbrio e a estrutura biofísica das regiões;
- a Rede Natura 2000

. o Sítio Moura/Barrancos PTCON0053 (MAOTDR, 2008a: 325-334) (PTCON, código do SIC – Sítio de Interesse Comunitário, composto por nove caracteres, dos quais os dois primeiros são o código ISO do Estado membro)

. a Zona de Protecção Especial de Mourão/Moura/Barrancos PTZPE0045 (MAOTDR, 2008b: 101-108)

As orientações de gestão aplicáveis ao Sítio e à ZPE correspondem ao conjunto de todas as orientações determinadas por cada um dos valores naturais, *habitats* e espécies da flora e da fauna que lá ocorrem com as espécies da avifauna (MAOTDR, 2008a: 12) (Anexo 29);

- a IBA (“*Important Bird Area*” ou Área Importante para as Aves), PT027 Mourão/Moura/Barrancos – as IBA constituem sítios com significado internacional para a conservação das aves e são utilizadas para reforçar as áreas protegidas que já existem. São classificadas através da aplicação de critérios científicos internacionais, constituindo uma rede de sítios fundamentais para a conservação de todas as aves com estatuto de conservação desfavorável. Em Portugal as IBA não constituem uma servidão legal, nem assentam em nenhum diploma legal, são assim como uma espécie de Programa CORINE Land Cover, ao nível da avifauna;
- as Áreas da Estrutura Biofísica Fundamental – trata-se de uma nomenclatura que foi utilizada na primeira geração de PDM, como o de Serpa e o de Moura, para designar áreas com valores biofísicos especiais às quais estaria depois associado um regulamento específico, umas vezes mais restritivo do ponto de vista da conservação da natureza, outras vezes nem tanto.

Esta tipologia de classe de espaços foi considerada no âmbito dos “Espaços culturais e naturais” considerados nalguns PDM, como os de Moura e de Serpa, para os quais era formulado um conjunto de orientações de modo a que se evitassem acções que pudessem por em risco a diversidade biológica e o equilíbrio ecológico;

B – Infra-estruturas e Equipamentos

- Rede Eléctrica;
- Marcos Geodésicos.

4.2. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DA CONTENDA

Cary, referiu que as causas das transformações dos sistemas agrícolas tinham uma origem bem anterior à reforma da PAC (Política Agrícola Comum) e que as suas repercussões a médio prazo no espaço rural, obrigariam a uma reconversão das áreas do interior do território. Essa intervenção pretendia evitar o despovoamento e “...*apoiar a criação de formas complementares ou alternativas de produção agrícola nos meios rurais, que tenham em consideração a manutenção da paisagem e a revalorização do respectivo aproveitamento*”.

(Francisco Cary, 1997: 63. “Paisagem e Agricultura” in *Paisagem*).

Um dos maiores desafios na gestão de uma herdade com as características da Contenda passará, eventualmente, pela necessidade de encontrar **novos objectivos e modelos de gestão** mais orientados para o suporte de bens públicos e para contrariar o desemprego e o despovoamento.

Uma proposta coerente é a que garante a **manutenção do mosaico biofísico característico da região mediterrânica** que resulta dos usos diferenciados do território que tiram partido das diferentes potencialidades e funções que fazem da **Contenda uma paisagem de referência**.

4.2.1. Alterações Recentes da Responsabilidade da Gestão

“*Conservation in future depends on learning from the mistakes, even more than the successes, of the past*”.

(Oliver Rackham, 1993: xi. “*The Last Forest – The fascinating account of Britain’s most ancient forest*”).

Durante o período de cerca de **50 anos** em que a Herdade da Contenda foi intervencionada pelos ex-Serviços Florestais, as relações estabelecidas entre os “stakeholders” e aquele território eram esparsas e casuísticas, por razões várias.

Com efeito, em **1958** iniciou-se um período em que era necessário recuperar aquela propriedade, devastada por um processo de sobrexploração assente nas culturas arvenses. Naquela altura, década de 50/60 do século passado, pouco haveria para mostrar a quem a quisesse visitar, a não ser terras desnudadas de vegetação a serem florestadas através de sementeiras e plantações. A Herdade da Contenda, até aquela altura, quase que só era notícia pelas caçadas às perdizes do então Presidente da República.

Logo a seguir à revolução do **25 de Abril de 1974**, muitos milhares de caçadores invadiram a propriedade, caçaram tudo deixando-a mais pobre em termos cinegéticos. Novo esforço para a recuperação de um sector, que levou outro quarto de século a atingir, sobretudo no tocante aos efectivos de caça maior.

Actualmente a HC é um território que sofreu transformações apreciáveis, nomeadamente ao nível da florestação, da introdução de efectivos pecuários de raças autóctones tradicionais, mas será mais conhecida pelo número elevado e pela qualidade dos exemplares de caça procurados pelos inúmeros caçadores de caça maior (de espera, de aproximação e das duas ou três montarias que lá se efectuam anualmente). A estes aspectos poderemos acrescentar outros como a produção de mel, enquanto a maior parte do património edificado se apresenta muito abandonado.

No **primeiro dia de 2012** a propriedade foi restituída ao seu proprietário, a CM de Moura que, para a sua gestão, constituiu a Herdade da Contenda, Empresa Municipal (HCEM). E é nessa fase em que a HC se encontra, tendo sido decidido recentemente proceder à efectivação de uma **Tertúlia**, que teve lugar em 28 de Fevereiro de 2013 e à constituição de um **Conselho Técnico-Científico**, eleito em 11 de Abril de 2013, que constituirá um mero órgão de consulta da Câmara Municipal de Moura e de apoio à Administração da HCEM, que incluirá representantes das seguintes entidades: do ICNF (ao tempo foi a DGSFA responsável pela gestão desde 1958; pela problemática do Centro Temático de Combate à Desertificação; pelas atribuições em termos de Conservação da Natureza); do ISA (Instituto Superior de Agronomia), da FCUL (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), do IST (Instituto Superior Técnico), da UEb (Universidade de Évora), do IPB (Instituto Politécnico de Beja) e de algumas Empresas e Organizações da Sociedade Civil com intervenções na área, como a COMOIPREL (Cooperativa Mourense de Interesse Público de Responsabilidade Limitada) e a LPN (Liga para a Protecção da Natureza).

Pretende-se proceder à compilação de todos os estudos, teses ou projectos que tenham sido produzidos pelo corpo docente e discente daqueles estabelecimentos de ensino, para a área da HC.

Este órgão deverá constituir-se como Comissão Organizadora das futuras **Jornadas Técnicas sobre a Contenda**. As primeiras jornadas decorreram em 11 e 12 de Abril de 2013, em Santo Aleixo da Restauração e na Herdade da Contenda.

4.2.2. Contributos para a Gestão da Contenda

Em termos da gestão da Contenda, ela deve ser encarada e analisada no contexto do seu proprietário e **responsável directo**, no do **Estado** e no das **servidões e restrições de utilidade pública** que lhe são aplicáveis.

4.2.2.1. Proposta de Classificação da Paisagem da Contenda

Apresentam-se a seguir duas propostas para a classificação da paisagem da Contenda.

4.2.2.1.1. Criação de uma Área com o Estatuto de Paisagem Protegida

Tendo em conta o património natural da Contenda e a existência de algumas das servidões e restrições de utilidade pública, propõe-se que seja apresentada ao ICNF uma proposta para a sua classificação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho (este assunto foi abordado no sub-capítulo 1.2.4.2. Abordagem portuguesa):

- como **Paisagem Protegida** (Artigo 19.º) “...uma área que contenha paisagens resultantes da interacção harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural” (n.º 1, Art.º 19.º), de **âmbito nacional** ou de **âmbito regional** ou **local** e para estes dois últimos âmbitos devem ser acompanhadas da designação “**regional**” ou “**local**” consoante o caso (n.º 4 do Artigo 11.º);
- ou **Área Protegida Privada** “...visa conceder-lhe um estatuto legal de protecção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem” (Figura 4.2).

4.2.2.1.2. Criação de uma Paisagem Transfronteiriça

Uma das acções a tomar poderia ser a **cooperação transfronteiriça** através da elaboração e implementação de programas comuns de **valorização da paisagem**.

Com efeito, a cooperação transfronteiriça, que é referida no Artigo 9.º – Paisagens transfronteiriças da CEP (Conselho da Europa, 2000), poderia vir a ser considerada pela CM Moura como ponto de partida e posteriormente serem estabelecidos contactos com os Ayuntamientos de Aroche e de Encinasola.

4.2.2.2. Propostas de Medidas de Gestão para a Herdade da Contenda

Sendo a Câmara Municipal de Moura a proprietária de uma herdade particularmente condicionada em que quase toda a área está classificada como REN e como Sítio da Rede Natura e, totalmente, como ZPE, o **património natural** deve ser considerado como uma mais valia para “ser rentabilizado” e como um “motor” para o desenvolvimento económico de Moura e da “Margem Esquerda” do Guadiana, onde ele se insere.

Com efeito, está-se perante uma parte do território fronteiriço na Península Ibérica que apresenta uma qualidade alta dos seus recursos naturais, aspecto esse que está traduzido no lado espanhol pelo facto de “La Contienda” fazer parte do Parque Natural da Serra de Aracena e Picos de Aroche e, no lado português, de a “Contenda” estar quase toda incluída num Sítio da Rede Natura e na totalidade numa ZPE.

A Contenda é uma paisagem cultural que constitui um exemplo de intervenção/restauro bem sucedido de sistemas biofísicos, com um número elevado de espécies florísticas e faunísticas, o que aliado à potencialidade da oferta hoteleira representada pelo número de edifícios existente, por um potencial elevado de actividades na área do recreio e lazer e no de visitas organizadas, constitui um conjunto de factores que permitem encarar com algum optimismo a fixação de pessoas nesta zona com vista à sua empregabilidade, dadas as várias áreas passíveis de dinamização.

No Anexo 30 é apresentada uma “Lista do Património Edificado da Contenda” que permite uma leitura favorável face ao potencial existente para um hipotético turismo em espaço rural. Daquela lista, constam construções em três situações diferentes:

- edifícios do património do Estado, que pertencem ao ICNF (construídos no tempo dos ex-Serviços Florestais);
- edifícios do património do Estado, que pertenceram à ex-Guarda Fiscal;
- edifícios construídos pelos ex-rendeiros.

O **grande desafio** para a CMM, através da HC EM, será o de conceber a forma de rentabilização económica e financeira da HC com o enquadramento (obrigatório) das questões ambientais. As verbas que terão de ser aplicadas na recuperação de edifícios para o apoio ao desenvolvimento de um conjunto de actividades assentes num turismo ecológico (se for essa a opção), poderiam ser parcialmente obtidas através de uma candidatura a fundos comunitários. Alguns dos (futuros) serviços a prestar poderiam vir a ser contratualizados com Empresas especializadas na sua prestação e, assim, dinamizar a economia regional.



Figura 4.2 – Vista parcial da Contenda Norte, a partir da torre de vigia.

Propõem-se como **contributos para as orientações de gestão**, as que a seguir se indicam, mas que têm que ter o existente como ponto de partida:

1. Em todo o território da Contenda:

- considera-se prioritária a **elaboração de planos de gestão** para o SIC Moura/Barrancos e para a ZPE Moura/Mourão/Barrancos, independentemente à tomada de outras medidas
- . as orientações de **gestão da ZPE** *“são dirigidas prioritariamente à conservação das aves estepárias, do grou, das aves rupícolas e das rapinas florestais”, à “manutenção e recuperação natural de manchas florestais de montado de sobro e azinho” e à “promoção de um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais extensivas assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e social das actividades que a sustentam”* (MAOTDR, 2008b: 105) (o detalhe das orientações pode ser consultado no Anexo 29)
- . a gestão de espaços para alimentação de coelhos (a pensar, nomeadamente, no lince ibérico)
- . fornecimento periódico do alimentador de abutres com carcaças de animais abatidos em acções de controle de densidades (cervas);
- a **desertificação** (AFN, 2009: 52) – na HC foram instaladas infra-estruturas para controle da erosão, nomeadamente postos hidrológicos contra a erosão, um deles situado junto à Ferrenha – *“Existem nesta Unidade de Gestão três postos hidrológicos com dispositivos de*

medição de caudais que permite o cálculo do carreamento da perda de solo por escoamento superficial. Actualmente desactivados importa perspectivar a vantagem na sua recuperação e reactivação” (AFN, 2009: 54).

Entende-se que haveria todo o interesse em recuperar e por a funcionar aqueles postos hidrológicos com vista a melhor acompanhar toda esta problemática e permitir tomadas de gestão correctamente suportadas em dados obtidos localmente;

- a implementação de um sistema de **certificação** da gestão florestal;
- a manutenção da **rede viária** em bom estado para permitir, entre outras razões, quer uma maior rapidez no combate a incêndios, quer a circulação de viaturas automóveis dos futuros visitantes;
- a limpeza das **faixas de gestão de combustível** – a análise da Carta de Perigosidade de Incêndio para o Concelho de Moura, permite afirmar que quase toda a área da Contenda apresenta uma perigosidade da classe “alta” e “muito alta” e que quanto à Carta do Risco de Incêndio ele só é potencialmente da classe “muito alta” na metade Sul da propriedade.

No Plano de Ordenamento da HC os fogos florestais são referidos como uma ameaça na análise SWOT que foi feita (AFN, 2009: 52) e, por isso, entende-se que caso sejam atribuídas prioridades na gestão da HC, as acções de silvicultura preventiva, devem ser as primeiras pelas suas implicações óbvias;

- a manutenção da **caça ao veado** (de aproximação ou montaria) tem como objectivo a obtenção do troféu (a cabeça com as hastes) dos exemplares machos, enquanto a caça às fêmeas (cervas) não tem procura. Estes tipos de caça devem manter-se, não só pelas razões expostas, mas também por razões económicas e de “imagem de marca”. Estas considerações são também aplicáveis a outras espécies como o muflão e o javali, mas todas compatibilizadas com as outras actividades, face à natureza das suas características;
- a **diminuição do encabeçamento de cervídeos (veados)**. Actualmente verifica-se um “ratio” de 1 macho (veado) para 5 cervas, devendo aquela proporção passar a ser de 1 para 3 ou de 1 para 2;
- o aproveitamento dos **recursos micológicos** sapróbios (organismos que se nutrem de matéria orgânica em decomposição), garantindo a produção de macrofungos (cogumelos silvestres) para a alimentação humana, o que só será possível mantendo parcelas vedadas que evitem a sua predação, nomeadamente por javalis;
- a implementação de um **turismo ecológico** como o “birdwatching”, as esperas no alimentador de abutres (Figura 4.3, 4.4 e 4.5), a assistência à “brama” dos veados, os percursos de natureza, devidamente articulado com as outras actividades, nomeadamente a caça. Numa propriedade com uma densidade tão elevada de veados, como é o caso da Contenda, uma das épocas potencialmente interessantes para a visitar é a da “**brama**”, no período de Setembro-Outubro. Trata-se do “bramido” dos veados (machos) durante a época do cio (das cervas, as fêmeas) e que são audíveis a alguns quilómetros de distância, constituindo o elevado número de machos a “bramar”, em resposta uns aos outros, um acontecimento ímpar;
- a rentabilização do **património edificado** (Anexo 30), basicamente constituído pelos edifícios construídos pelos rendeiros, pela ex-Guarda Fiscal e pelos Serviços Florestais (Figuras 4.6, 4.7 e 4.8), depois de recuperado, quer para um turismo ecológico (com a possibilidade de

escolha por parte dos turistas de experimentarem situações diferentes como casas sem energia eléctrica e com iluminação por candeeiro a petróleo, mobiliário de quarto com camas de ferro, etc.), quer para cursos de formação de caçadores, de gestores e de guardas de caça, quer ainda enquanto estruturas de apoio à manutenção da Herdade da Contenda;

- a divulgação e a implementação do conceito da **Reserva Dark Sky Alqueva**, que foi a primeira a ser certificada em todo o mundo como “Starlight Tourism Destination” pela UNESCO e pela Organização Mundial do Turismo (OIT). Esta reserva é constituída por 6 concelhos, incluindo o de Moura, e caracteriza-se pela qualidade de visibilidade do céu nocturno e pelas actividades turísticas relacionadas com a observação astronómica. Sugere-se que **este tipo de paisagem seja valorizada**, para o que se exige a continuação das boas condições de visibilidade do céu nocturno, em parte condicionadas por futuras decisões.



2. Na Contenda Norte

Deverá proceder-se à compatibilização dos diferentes usos, como princípio, propondo-se como acções:

- transformar o **Monte do 25 num Centro de Recepção e Acolhimento dos visitantes da Contenda** com parque de estacionamento, parque zoológico com as espécies cinegéticas mais abundantes estabuladas (veados, javalis, muflões, entre outras);
- projecto de um **Centro Informativo** por adaptação de um edifício do Monte do 25, dotado de recepção, salas para exposições permanentes e temporárias (sobre a história da Contenda, o seu património natural e cultural, loja para venda de publicações e de materiais de divulgação, artesanato, WC, etc.);

Figuras 4.3, 4.4 e 4.5 – Griffos (*Gyps fulvus*) no “alimentador de abutres”.

- num diagnóstico sobre esta parte da Contenda, uma das principais ameaças é o declínio e **envelhecimento do montado de azinho**, um sistema de exploração agro-silvo-pastoril, mas onde se verifica a inexistência de regeneração natural, pois as landes que escapem de serem consumidas pelos veados, javalis e pelo gado bovino após a maturação e queda no chão, mesmo que venham a germinar, acabam por ser também consumidas.

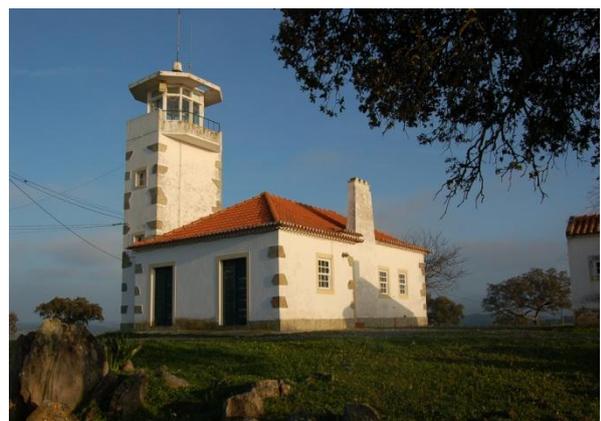
Uma das acções será a promoção do rejuvenescimento do montado:

- . pela **vedação de áreas**, seguindo um escalonamento em termos de rotação, evitando a entrada de gado para pastoreio e/ou de veados, com vista à regeneração natural da Azinheira (*Quercus rotundifolia*), prática que deve ser privilegiada, desde que se proceda a uma fiscalização permanente das cercas

- . pela **sementeira de bolota e/ou plantação faseada** de Azinheira e colocação de protectores em rede metálica com tutor, promovendo-se o seu adensamento

- . a promoção de acções de **aproveitamento do renovo** que assegurem o desenvolvimento da regeneração natural protegendo-a do gado e das espécies cinegéticas através da utilização de tutores e de protectores individuais;

- tendo em conta os graves inconvenientes promovidos pelos **bovinos**, agravados por um encabeçamento muito alto (cerca de 500 animais em 600 ha), entende-se que este tipo de gado deveria ser retirado da Contenda: a pobreza do solo, a fraca produção de biomassa para alimento e os concomitantes danos provocados no sistema radicular das árvores devido ao peso próprio dos animais, nomeadamente nos períodos em que o terreno se encontra encharcado, o hábito de se coçarem nos troncos (nas plantas novas provoca a



Figuras 4.6, 4.7 e 4.8 – “Monte do Maíto” (antigo rendeiro), edifícios da ex-Guarda Fiscal na Ferrenha e Casa do Guarda no Monte do Barroca (Serviços Florestais).

- quebra do tronco e a morte precoce), entende-se serem razões mais do que suficientes para a sua exclusão;
- além do aspecto acabado de referir, nunca poderá ser descurada a questão da **tuberculose bovina**, uma das ameaças mais significativas que afecta quer a exploração pecuária quer a **cinagética** (nomeadamente a população de veados), devendo este problema ser encarado com primazia;
 - a **reintrodução experimental do porco de montanha**, que se resume ao retomar de uma prática ancestral pelas populações. Neste caso teriam de ser tomadas medidas que evitassem a possibilidade de contaminação genética (cruzamento) com o javali.

3. Na Zona Intermédia (ou Área Central)

- a manutenção da “**Reserva Integral Florestal**”, situada imediatamente a Sul da designada Contenda Norte. Por um conjunto de razões ela deve manter-se como está, com o mínimo de intervenção antrópica e com monitorização (AFN, 2010a: 110), pelas possibilidades de permitir o acompanhamento e monitorização da flora e vegetação numa área que não tem intervenção humana há mais de meio século (desde 1963), à excepção da limpeza de aceiros, da instalação e manutenção de apiários, assente na vertente conservacionista sem, contudo, descurar a componente fitossanitária das espécies presentes, nomeadamente as Quercíneas.

4. Na Contenda Sul:

- na parte mais meridional da Contenda existe uma área com cerca de **400 ha** plantados com sobreiro (Figura 4.9), formulando-se a proposta para que no futuro venha a ser considerado o **não descortiçamento do povoamento de sobreiros**, pese embora o facto de essa operação já ter sido concretizada numa área muito reduzida de cerca de **4 ha**, correspondentes a várias áreas de amostragem.

De referir que a desbóia tem lugar entre os 30 e os 40 anos e o limite para a exploração económica do sobreiro é de cerca de 150-200 anos segundo Natividade (1950 *in* Ferreira, Ribeiro, Gonçalves *et al.*, 2007: 181).

São várias as razões que se poderão apontar para que a cortiça não seja retirada:

- . por se tratar de um **povoamento de sobreiros não descortçados com a área significativa de cerca de 400 hectares, porventura única no Mundo** e a merecer, por esse motivo, acompanhamento técnico silvícola como **caso de estudo** e até de **eventual classificação**
- . pelo facto do sobreiro ter sido considerado como a **Árvore Nacional de Portugal**
- . se é certo que do ponto de vista económico se poderá perder uma quantia não desprezável pela não extracção e posterior venda da cortiça, não é menos certo que a **cortiça defende eficazmente os sobreiros em caso de incêndio**. Costa e Pereira (2007: 23) lembram que os os montados são resistentes ao fogo: são poucos os que ardem e que apenas em 2003 se verificou uma área ardida significativa, na ordem dos 43 000 ha. Afirmam, ainda, que o sobreiro é uma espécie resistente dado que a cortiça é praticamente ignífuga enquanto se mantiver nos sobreiros e um isolante térmico que oferece uma protecção eficaz, mesmo em incêndios de grande intensidade.

Vieira Natividade em 1950, quando escreveu essa obra ímpar “Subercultura”, já chamava a atenção de que as consequências negativas dos incêndios nos sobreiros são inversamente proporcionais à idade das árvores: avaliava em 100% a mortalidade entre os sobreiros causada pelo fogo no caso de ocorrência no ano da tirada da cortiça; 90% nas árvores com cortiça de 2 anos; 70% de 3 anos; 25% de 5 anos; e 2% no de cortiça com 9 anos. Nos casos em que ocorrem exemplares de todas as idades, ocorre uma mortalidade média de 40% (Lamey, 1893 *in* Natividade, 1990: 285)



Figura 4.9 – Vista do montado com os sobreiros não descortiçados na zona do “Chaparrito”.

- . as zonas onde os sobreiros foram plantados constitui uma área das poucas bem no interior do território nacional na fronteira com Espanha numa parte que, em princípio, não é particularmente indicada para esta espécie, constatando-se que alguns dos locais onde foram plantados, têm características onde os sobreiros dificilmente produzirão **cortiça que seja economicamente viável**
- . outra questão, tem a ver com a **longevidade** da espécie. O sobreiro enquanto espécie de que se extrai cortiça, tem uma vida média de 150 a 200 anos. Todavia conhecem-se exemplares (alguns classificados como “Árvores de Interesse Público”) de que nunca se extraiu a cortiça e com várias centenas de anos de idade, portanto, mais longevos
- . a perenidade e manutenção dos sobreiros adultos e com bom desenvolvimento vegetativo é, também, do maior interesse para as populações de **caça maior** (veados, javalis e muflões) pela produção de landes. Segundo Natividade (1990: 315), a produção de fruto pelo sobreiro tem início aos 15-20 anos mas só depois dos 30-40 anos é que começa a ter interesse económico. As árvores com idade entre os 50 e os 150 anos são as mais produtivas por unidade de superfície de copa. Ainda segundo o mesmo autor, só ocorrem 2 ou 3 safras abundantes por cada período de 10 anos).
Se se entender que a presente sugestão tem alguma validade, até poderia não ter de ser considerada toda a área acabada de referir, mas apenas aquela que tecnicamente tenha mais validade e, também, que fosse mais acessível por um futuro turismo ecológico. A questão do maior povoamento de sobreiros não descortiçados do mundo neste concelho, poderia contribuir para o **“brand” da Contenda de Moura**;
- a elaboração programada para substituir de forma progressiva e completa todos os exemplares de **espécies potencialmente infestantes** que ainda estão presentes (como as do género *Acacia*).
Porém, deverão ser mantidos todos os exemplares de árvores de porte elevado (incluindo exóticas como eucaliptos ou pinheiros) a fim de potenciar a **construção de ninhos** por aves, nomeadamente, necrófagas e rapinas. Eventualmente, poderão ainda ser mantidas algumas

- espécies de eucaliptos, sem porte elevado mas de **floração invernal**, com vista a manter a população de **abelhas**, naquele período particularmente crítico;
- a intervenção urgente nas áreas de **pinhal manso** (desbaste com a diminuição da densidade e desrame) em que os principais objectivos a atingir se prendem por um lado com a diminuição do grau de perigosidade de incêndio através da retirada de biomassa e, por outro, da promoção da produção de pinhas (para obtenção de pinhão).

Síntese

Os **conceitos de conservação da natureza** e as **novas abordagens do espaço rural** criam novos desafios numa fase em que a Contenda retornou na sua totalidade ao seu legítimo proprietário, a Câmara Municipal de Moura, devendo a sua gestão futura apoiar-se nos conhecimentos actuais, não esquecendo as experiências do passado.

Para se atingir tal desiderato, foram consideradas as servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis no território da Contenda, tendo de ser consideradas as imposições legais e respeitadas as orientações de gestão.

Os contributos apontados em termos das **orientações de gestão**, centram-se no que é fundamental, a compatibilização do conjunto das diferentes actividades praticadas nas áreas do sistema agro-silvo-pastoril, com a conservação da natureza e com o turismo ecológico. **Sem estas linhas orientadoras, não será possível manter esta paisagem.**

CONCLUSÕES

A área temática que foi analisada, estudada e desenvolvida neste trabalho abordou os três itens e, simultaneamente, a designação do curso de doutoramento que, antes da alteração da sua denominação, eram **“paisagem, biodiversidade e sociedade”** mas, posteriormente, **“gestão interdisciplinar da paisagem”**, só sendo possível fazer a integração de tanta e tão complexa informação destas áreas do conhecimento, através do seu inter-relacionamento para aplicação ao caso da Contenda. Perceber e ir de encontro ao desiderato dos que o pensaram, desenvolveram e propuseram, faz parte da coerência deste trabalho.

Na presente dissertação é contada a **história da Herdade da Contenda e da sua paisagem**, pela importância que tem em termos de dimensão, de exemplo paradigmático de uma **paisagem de Montado do Alentejo interior** e em termos da documentação existente, que permite **estudar essa história** e descrever especialmente a forma como foi sendo modificada a sua paisagem por via do seu uso, ao longo do tempo, **de forma a compreender a paisagem de hoje nas suas várias dimensões**. Considera-se que a **pesquisa histórica** a que se procedeu constitui um factor com relevância na interpretação da sua paisagem.

Através desta história e da consulta de especialistas da paisagem compreendeu-se porque se **justifica classificar a Contenda como uma paisagem de referência no contexto português do Alentejo**, o que leva a **fundamentar a necessidade duma gestão da Herdade atenta, desenhada e integrada, tendo em conta esse valor como paisagem de referência**.

A **Herdade da Contenda**, juntamente com “La Contienda”, constituíam um vasto território, a “Grande Contenda”, outrora explorada de uma forma comunitária por Portugueses e Castelhanos ao longo de mais de meia dúzia de séculos, mas com desentendimentos que perduraram e que deram origem à designação pela qual ainda hoje são conhecidas as duas propriedades.

A Contenda teve e tem o **montado de azinho**, que foi analisado pelo uso predominante na herdade, actualmente com uma área significativamente maior como resultado de plantações, e pelas referências históricas encontradas em termos de protecção, transformação e gestão. Se há umas dezenas de milhares de anos atrás a ocupação do solo no território que mais tarde viria a ser designado por Alentejo era constituída por uma grande mancha florestal de *Quercus* de folha persistente, a história da sua ocupação humana posterior revela que o arroteio da brenha permitiu a conquista de mais e maiores áreas para pastoreio e cultivo para fazer face às necessidades alimentares do progressivo aumento populacional do País.

A análise histórica da formação, protecção e conservação dos montados, a sua importância em termos de ambiente, de riqueza biológica e socio-económica leva a considerar a necessidade da sua protecção e do seu **reconhecimento internacional**. Com efeito, e como se tentou explicitar, são diversos os valores que se encontram associados aos montados quer pela simbologia, valor natural e valor cénico, quer pelas potencialidades de recreio.

Após várias tentativas conseguiu-se chegar a acordo sobre a **divisão da “Grande Contenda”** e do estabelecimento da fronteira naquele território em 1893. Mais recentemente, no início do

século XX, foram tomadas decisões políticas como a **Campanha do Trigo** que, em escassas dezenas de anos após o incentivo cultural à produção de culturas arvenses, comprometeram irremediavelmente a fertilidade e a própria existência de solo. O resultado foi a criação de uma **paisagem degradada**.

O processo implementado para sustentar a desertificação provocada por **usos inadequados** e promover a recuperação desta grande propriedade passou por um **processo de florestação** ao longo de meio século.

Ao fim de todos estes anos a **Contenda adquiriu uma importância múltipla**: quer pelo valor enquanto prédio rural, quer pelo valor económico em termos produtivos, pelos valores naturais, pelas actividades de recreio e lazer, quer pelo seu património intangível, **com um conjunto notável de atributos relativos à sua paisagem**.

A **história da Contenda e da sua paisagem** foi abordada através da pesquisa e do estudo de diferentes fontes bibliográficas e cartográficas produzidas num período superior a seis séculos, que permitiu abordar os vários processos por que passou. Pretendeu-se perceber a dinâmica da paisagem, traduzida pelas alterações políticas, económicas e sociais que contribuíram para o que a Contenda é hoje.

A paisagem da Contenda é uma **paisagem cultural** que resultou da interacção entre os elementos naturais e culturais, e que contém elementos das mudanças operadas ao longo dos anos.

Interpretou-se a **história**, o que a propriedade representou e representa, os vários usos da sua exploração e gestão pelos diferentes intervenientes e das marcas que as actividades praticadas deixaram na paisagem ao longo dos anos.

À imagem desta assunção entende-se que o **estudo da história da paisagem da Contenda**, além de constituir uma fonte de informação, ajudou a compreender a evolução da sua paisagem, a importância que teve em diversos momentos e ao longo de diversos séculos, gerida de uma forma coerente durante um largo período mas, posteriormente, com erros cometidos ou associados a **decisões políticas** que levaram dezenas de anos a serem corrigidos. Da leitura dos trabalhos de vários autores constata-se que estão de acordo em considerarem que a **história da paisagem** resulta de se estudarem os diferentes elementos existentes, como a **cartografia** e a **história**, entre outros.

A **história** constitui uma fonte de informação preciosa sobre a **evolução da paisagem**. Alguns dos casos apresentados, uns por especulação económica e outros por decisões políticas nada adequadas, constituem exemplos que não deveriam ser repetidos pelas consequências que tiveram na adulteração das paisagens e pelos custos de vária ordem que a sua recuperação implicaria, pelo que o conhecimento da sua história deve ser um factor a ter em conta na **gestão do território**, sendo que a **paisagem deve ser considerada estratégica neste contexto**. São múltiplos os conceitos de paisagem mas ela é sobretudo o resultado da percepção e da apreciação de cada ser humano sobre o que está à sua volta, o que gera sentimentos e respostas diversos.

A **análise de uma paisagem** constitui sempre uma reacção subjectiva do observador e depende da relação que as pessoas têm com essa paisagem. A ligação que se estabelece entre

as pessoas e a paisagem é importante e na percepção de que paisagens representam mais essa ligação.

Com a história das paisagens tem-se a oportunidade de **não repetir os erros no futuro** mas, mais do que isso, essa mesma **história** e os **valores imateriais** que “carrega” devem ser dados a conhecer às gerações vindouras que os irão interpretar e deles tirar as lições cabíveis.

É importante compreender a história e a identidade de cada paisagem, pois a partir delas entende-se a ligação das pessoas à paisagem usando novas abordagens à consulta dos parceiros no terreno, como os “**Focus Group**”.

Pelo conjunto de **critérios** que se podem atribuir à **paisagem da Herdade da Contenda**, pesquisados na bibliografia e validados pelos participantes das discussões em grupo, pode considerar-se uma **paisagem única e uma paisagem de referência no Alentejo**, região portuguesa de influência mediterrânica, assim a sua gestão futura seja coerente e se tenha em conta a participação das populações.

A **gestão integrada** dos montados, no presente como no futuro, vai exigir que os diferentes usos sejam compatibilizados com a conservação dos *habitats* e das espécies.

No âmbito da gestão de uma paisagem de referência, se não existir precaução e não forem devidamente ponderadas as decisões, a sua progressiva transformação leva à perda do “peso de referência”: **uma paisagem com história tem de ser gerida com consideração**.

As acções propostas para a Herdade da Contenda têm de ser integradas numa estratégia de desenvolvimento do concelho de Moura, da margem esquerda do Guadiana e da região Alentejo.

Seria desejável que a economia tradicional do montado fosse **revitalizada pelos instrumentos da PAC**, que pode ter um papel decisivo ao considerar a sua importância múltipla, traduzida no reconhecimento através do apoio financeiro às explorações onde é feita uma gestão equilibrada do montado, caso contrário a paisagem do montado desvaloriza-se e tem tendência a desaparecer.

Para a sua gestão pode ser determinante uma **definição de estratégias** que garantam a sua conservação e valorização, face às diversas funções que desempenham e que devem envolver medidas de conservação e de recuperação.

O **montado e a sua paisagem** representam um valor acrescentado como **bem público** para a sociedade, tanto local como nacional ou mesmo europeia e daí a necessidade de encontrar novos objectivos e modelos de gestão, mais orientados para a valorização do património e para o suporte de bens públicos.

Nos muitos dias de trabalho passados na Contenda, houve a oportunidade de partilhar e vivenciar mentalmente a vida de muitos que ali labutaram, transformando a Contenda num **lugar único com uma paisagem de referência**.

O que se pode ganhar se a Herdade da Contenda for bem gerida como uma paisagem de referência é o reconhecimento (internacional) da valorização de sistemas com estas

características e a possibilidade de ser uma paisagem com notoriedade e com ela vir o reconhecimento através da materialização da visitação e da criação de postos de trabalho.

Espera-se que a sustentabilidade da paisagem da Contenda constitua mais do que uma frase politicamente correcta e que as populações locais, com a sua experiência e sabedoria, possam vir a retirar os benefícios que noutros tempos permitiram a sobrevivência dos seus antepassados.

A **questão das paisagens de referência** continuará por certo a ser debatida por muitos investigadores que irão contribuir para, mais do que uma definição, o desenvolvimento do conceito e a formulação de medidas para a sua gestão e tornando a sustentabilidade das paisagens uma realidade perene.

Desafios que a ciência enfrenta no século XXI, segundo Lord Martin Rees:

“...Today, science has transformed our lives. Our horizons have hugely expanded; no new continents remain to be discovered. Our Earth no longer offers an open frontier, but seems constricted and crowded – a ‘pale blue dot’ in the immense cosmos.

My theme in these lectures is that the Royal Society’s old values should endure. Today’s scientists, like their forbears, probe nature and nature’s laws by observation and experiment. But they should also engage broadly with society and with public affairs.

Indeed, their engagement is needed now more than ever. Science isn’t just for scientists. All should have a voice in ensuring that it’s applied optimally – and to the benefit of both the developing and developed world. We must confront widely-held anxieties that genetics, brain science and artificial intelligence may ‘run away’ too fast. As citizens, we all need a feel for how much confidence can be placed in science’s claims. And these are themes I’ll explore in all four lectures.

And, as I’ll discuss, this is a crucial century. The Earth has existed for 45 million centuries. But this is the first when one species, ours, can determine – for good or ill – the future of the entire biosphere...”

http://sydney.edu.au/science/bio/eicc/research/cross_disciplinary/index.shtml

BIBLIOGRAFIA

- . A Planície, 2011. *Edição de 15 de Fevereiro*. Jornal quinzenal.
- . Abellán, J. A. e Fourneau, F., Eds., 1998. *El Paisaje Mediterráneo*. 349 pp.
- . Agua Caliente Band of Cahuilla Indians, 2012. Disponível em: <http://www.aguacaliente.org/content/History%20&%20Culture/>, e <http://www.aaanativearts.com/united-states-tribes-a-z/ustribesa-b/1960-agua-caliente-band-of-cahuilla-indians-index.html>, <http://indian-canyons.com/Murray.html>, acesso em 29-07-2012.
- . Aller, F. H. A., Whelar, R. and Stout, M., 1987. *Atlas of the Irish Rural Landscape*. C University Press. 352 pp.
- . Alves, C., 2012. *Cortiçadas de Lavre, passado, presente e futuro*. 06 de Novembro. Disponível em: <http://ciprianoalves.blogs.sapo.pt/532.html>, acesso em 08-05-2013.
- . Alves, J. A. D. e Cruz, J. S., 1984. *TOPOGRAFIA*. Cadeira 23 E – I Vol. Academia Militar. Aparentamentos coligidos. Disponível em: <http://www.gd4caminhos.com/orientacao/cartografia/cartografia.html>, acesso em 04-09-2012.
- . Amendoeira, A. P., 2004. *A propósito da elaboração da Lista Indicativa de Portugal*. Comité Executivo Internacional do ICOMOS. Março. 4 pp. Disponível em: <http://www.unesco.pt/pdfs/docs/APropLista.doc.>, acesso em 01-06-2010.
- . Andresen, M. T. L., 1992. *Para a Crítica da Paisagem*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Aveiro. Aveiro. 239 pp.
- . Antunes, A. I., Ramos, I. L. e Serafim, M. A. F., 2007. *Impacte do Abandono Agrícola na Paisagem: Perspectivas de um Painel de Peritos*. Agronomia Lusitana, 51, 4: 331-346. Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, I. P. 16 pp.
- . Areces, M. A. A., 2009. *Patrimonio, Cultura y Paisaje, recursos para una economía sostenible*. Revista Ambient@, 88. p. 9-19. Septiembre. Disponível em: <http://cdam.minam.gob.pe/publielectro/patrimonio%20natural/patrimonioculturaypaisaje.pdf>, acesso em 31.10.2011.
- . AHM. *Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Mouca*. Câmara Municipal de Moura.
- . ANTT, s/d. a. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Gaveta III, Maço 5.º, n.º 13.
- . ANTT, s/d. b. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Gaveta XIV, 4-17 e 4-26.
- . ANTT, s/d. c. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Gaveta XIV, 5-2.
- . ANTT, s/d. d. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Gaveta XIV, 8-24.
- . ANTT, s/d. e. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Vol. VIII, doc. 4363. Gaveta XVIII, 3-22, p 299.
- . ANTT, s/d. f. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Vol. IX, documento n.º 4485. Gav. XVIII. 7-12. p 54-58.
- . Artur, B. S. R., s/d. *Portugal – Dicionário Histórico*. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/arturribeiro.html>, acesso em 08-02-2012.

- Aulete, s/d. iDicionário, Lexikon Editora Digital. Disponível em: http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&palavra=pseudo-hist%F3ria, acesso em 20-09-2012.
- AFN, 2009. *Plano de Ordenamento e Gestão da Mata Nacional do Buçaco*. Autoridade Florestal Nacional, Direcção Regional de Florestas do Centro. Coordenação de Nuno Lecoq. Mealhada, Julho. 304 pp.
- AFN, 2010a. *Plano de Gestão Florestal – Perímetro Florestal da Contenda*. Autoridade Florestal Nacional. Coordenação de João Rui Ribeiro. 206 pp.
- AFN, 2010b. *Inventário Florestal Nacional. Portugal Continental*. Autoridade Florestal Nacional. IFN5 – Inventário Florestal Nacional, 2005-2006. Lisboa. 209 pp.
- Backhaus, G. e Murungi, J., 2009. *Symbolic Landscapes*. Springer. 292 pp. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/30441968/2009-Symbolic-Landscapes>, acesso em 12-03-2012.
- Backhaus, G., 2009. The Problematic of Grounding the Significance of Symbolic Landscapes. Introduction I. p. 3-32. In *Symbolic Landscapes*. Springer. 292 pp. Disponível em: <http://springerlink3.metapress.com/content/t44gmx703363x431/resource-secured/?target=fulltext.pdf&sid=qo0v1hr21anh4u0kg3yysjxd&sh=www.springerlink.com>, acesso em 12-03-2012.
- Baião, A., 2013. *Sto. Aleixo da Restauração/Herdade da Contenda, 30 anos...de cumplicidades e segredos (1926-1956)*. 1as. Jornadas Técnicas da Contenda, 11-12 de Abril. Santo Aleixo da Restauração. Apresentação de comunicação.
- Balbuena e Doncel, 2004. *La dehesa en el suroeste de la península Ibérica: origen y manejo*. Revista Foresta, n.º 27, 3.º trimestre. p. 32-35. Disponível em: http://www.forestales.net/archivos/forestal/especial%20extremadura/dehesa_origen_manejo.html, acesso em 30-04-2012.
- Barros, A. J. M., 1998. *Uma Contenda a Norte da “Contenda” (alguns aspectos das relações fronteiriças entre Portugal e Castela na Idade Média)*. Revista da Faculdade de Letras. Universidade do Porto. História. Série II, Vol. 15, Num. 1. p. 323-364. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4013.pdf>, acesso em 03-08-2011.
- Belo, C. C., Pereira, M. S, Moreira, A. C., Coelho, I. S., Onofre, N. e Paulo, A. A., 2009. Montado. Cap. 8. p. 251-293. In *Ecossistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment*. Editores Henrique Miguel Pereira, Tiago Domingos, Luís Vicente e Vânia Proença. Escolar Editora. Lisboa. 734 pp.
- Belo, D., 2012. *Portugal Luz e Sombra. O País depois de Orlando Ribeiro*. Temas e Debates. Círculo de Leitores. Fevereiro. 318 pp.
- Biblioteca Museu República e Resistência, s/d. *A Guerra Civil Espanhola na Memória de Barrancos*. p. 1-4. Disponível em: <http://republicaresistencia.cm-lisboa.pt/menu/barrancos8.htm>, acesso em 13.08.2010.
- Blondel, J., Aronson, J., Bodiou, J.-I. & Boeuf, G., 2010. *The Mediterranean Region. Biological Diversity in Space and Time*. 2nd Edition. Oxford University Press. 376 pp.
- Borges, J. M. F., Bugalho, M. F. e Ramalho, C., 1996. *Plano de Ordenamento Integrado do Perímetro Florestal da Contenda – I*. Direcção-Geral das Florestas. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Julho. Lisboa. 44 pp.

- . Borges, J. M. F. e Ramalho, C., 1997. Plano de Ordenamento Integrado do Perímetro Florestal da Contenda – II. Direcção-Geral das Florestas. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Agosto. Lisboa. 54 pp.
- . Branco, M. J. V., 2006. D. Sancho I. Reis de Portugal. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. Direcção de Roberto Carneiro. Janeiro – Fevereiro. Rio de Mouro. 320 pp.
- . Caldeira, B., 1993. Alentejo em Foco (das abas da medicina). Edições Colibri. Sociedade & Quotidiano. Novembro. Lisboa. 132 pp.
- . Câmara Municipal de Moura, 1842. Livro das Sessões. Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Mouca.
- . Câmara Municipal de Moura, 1878. Regulamento da Contenda. 6 de Setembro de 1863. Arquivo Histórico Municipal João Francisco da Mouca.
- . Câmara Municipal de Moura, 2012. Disponível em: <http://www.mouraturismo.pt/gca/?id=49>, acesso em 22-09-2012.
- . Cancela d'Abreu, A. d'O., 1989. Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. Évora. 422 pp.
- . Cancela d'Abreu, A. d'O. e Pinto Correia, T., 1999. Caracterização e Identificação das Paisagens em Portugal Continental – Relatório de Progresso da 1.ª Fase do Estudo. Universidade de Évora, Outubro. 12 pp.
- . Cancela d'Abreu, A. d'O., 2007. Paisagem e Ordenamento do Território. p. 73-77. Inforgeo, revista da Associação Portuguesa de Geógrafos. Julho. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgeo_20&21/Inforgeo%2020&21%20Paginas_073_077.pdf, acesso em 12-03-2012.
- . Capelo, J. H., 1996. Origem e diferenciação das paisagens florestais do Baixo Alentejo. Aparentamentos sobre a perspectiva geobotânica no planeamento florestal (72-77). Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais. Revista Florestal, 3.ª série, Vol. IX, n.º 3, 3.º Trimestre, Julho – Setembro.
- . Capelo, J. e Catry, F., 2007. “5. A distribuição do sobreiro em Portugal”, p. 107-113 e “1. Biologia, ecologia e distribuição da azinheira”, p. 119-129. In Os Montados. Muito para além das árvores. Árvores e Florestas de Portugal. Volume 03. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 247 pp.
- . Carmo, R. M., 2008. El Alentejo en la segunda mitad del siglo XX: dinámicas sociodemográficas diferenciadas. Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros, n.º 220, 99-122.
- . Carrasco, J. A. M., 1995. Toponimia Histórica de La Contienda Española. p. 71-83. Actas de las I Jornadas Fronterizas sobre la Contienda Hispano-Portuguesa. Tomo I, del 2 al 4 de Junio de 1995. Biblioteca de Estudios Arochenos, n.º 5. Edit. Escuela Taller Contienda – Aroche (Huelva). 399 pp.
- . Carvalho-Ribeiro, S., Incerti, G., Migglioni, A. and Pinto-Correia, T., 2013. Placing land cover pattern preferences on the map: bridging methodological approaches of landscape

- preference surveys and spatial pattern analysis*. Landscape and Urban Planning, 114: 53-68 (IF 3.137).
- Carvalho, J. P. F., 2007. Conservação, regeneração e exploração do carvalho-roble. p. 229-248. In *Os Carvalhais. Um património a conservar*. Árvores e Florestas de Portugal. Volume 02. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 275 pp.
 - Carvalho, J. P. F. e Devy-Vareta, N., 2007. O carvalho-negral ao longo da história. p. 137-151. In *Os Carvalhais. Um património a conservar*. Árvores e Florestas de Portugal. Volume 02. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 275 pp.
 - Cary, F. C., 1997. Paisagem e Agricultura. p. 47-65. In *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Colecção Estudos 2. Lisboa. 136 pp.
 - Castro Caldas, E., 1997. Evolução da Paisagem Agrária. p. 11-28. In *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Colecção Estudos 2. Lisboa. 136 pp.
 - CAUP, 2012. Centro de Astrofísica da Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.astro.up.pt/divulgacao/index.php?WID=461&CID=1&ID=207&Lang=pt>, acesso em 21-08-2012.
 - CFE, 1992. *Circunscrição Florestal de Évora – Informação n.º 6/92* (data de despacho de 26 de Junho). Documento interno.
 - CFS, 2008. *Circunscrição Florestal do Sul – Informação n.º 7/GCN/08* (de 07 de Abril). Documento interno.
 - Clara, A., 2010. *Moura. O maior radiotelescópio do mundo testado em terras alentejanas*. Café Portugal. 07 de Julho de 2010. Disponível em: http://cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=2320, acesso em 25-03-2011.
 - Coelho, M. H. C., 2005. *D. João I. Reis de Portugal*. Direcção de Roberto Carneiro. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. Julho – Agosto. Rio de Mouro. 348 pp.
 - Coleman, R., Dickman, C., Wardle, G., Hochuli, D., McArthur, Browne, M., Munn, A., Gurrán, N., Donald, S., Gibson, R., Harris, M., Williams, S., Murphy, R., Holmes, A. and Deavin, G., 2011. *Ecological Resilience of People and Place: the Key to Sustaining Australia's Iconic Landscapes*. The Centre for Research on Ecological Impacts of Coastal Cities. The University of Sydney. Disponível em: http://sydney.edu.au/science/bio/eicc/research/cross_disciplinary/index.shtml, acesso em 07-10-2011.
 - CNCCD, 2011. *Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação – Relatório de Factores Críticos para a Decisão do PANCD 2011-2020*. Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação. Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação. 09 de Maio. 43 pp. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT/pancd/resource/ficheiros/aval-amb-estrateg/110509%20PANCD%20Rev%202011%202020%20Avaliacao%20Ambiental%20Rfcd.pdf>, acesso em 07-05-2013.

- . CNCCD, 2013. Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação. Proposta de Decisão e Alinhamento com a Estratégia 2008/2018 da CNUCD. Versão de 2013 do PANCD. Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação. Lisboa, 15 de Julho. 101 pp.
- . CNCDP, 1997. Tesouros da Cartografia Portuguesa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Comissário Geral António Manuel Hespanha. Edições inapa. 159 pp.
- . CNADS, 2001. Reflexão sobre a Sustentabilidade da Política Florestal Nacional. Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Órgão independente criado pelo Decreto-Lei nº221/97, de 20 de Agosto, DR I-A nº151. 13 de Julho. Lisboa. 100 pp. Disponível em:
http://www.cnads.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=59&Itemid=84
- . Conselho da Europa, 2000. Convenção Europeia da Paisagem. Estrasburgo. Aprovada e publicada pelo Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro (1024-1028).
- . Costa, A. e Pereira, H., 2007. Montados e sobreirais: uma espécie, duas perspectivas. p. 17-37. In Os Montados. Muito para além das árvores. Árvores e Florestas de Portugal. Volume 03. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 247 pp.
- . Costa Gomes, R., 2005. D. Fernando. Reis de Portugal. Círculo de Leitores. 304 pp.
- . Cunha, L. V., 2009-2010. Lei das Sesmarias. Universidade Lusíada do Porto, Faculdade de Direito, Metodologias da Investigação e Tecnologias da Informação. Disponível em: http://ulusidada.academia.edu/LuisCunha/Papers/154765/Lei_das_Sesmarias, acesso em 18-10-2010.
- . Daniels, S. e Cosgrove, D., 2002. The iconography of landscape. Cambridge University Press. 313 pp.
- . DFA, 1996. Perímetro Florestal da Contenda. Delegação Florestal do Alentejo, Instituto Florestal. 40 pp.
- . Diário do Sul, 2010. Edição de 26 de Abril.
- . Diário do Sul, 2011. “Universidade de Évora quer obter a partir da cortiça carvão activado superior ao comercial”. Edição de 05 de Abril. p. 10.
- . Diário do Sul, 2011. Petição na Internet quer classificação do sobreiro como “Árvore Nacional de Portugal”. p. 8. Edição de 06 de Abril.
- . Dias, M. H. P. e Gama, M. I. D., 1971. Flora Vasculare do Perímetro Florestal da Contenda – I. Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção-Geral dos Serviços Florestais, Serviço de Inspecção da Caça e Pesca. Grupo D – Secção Botânica. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. 47 pp.
- . Dias, M. H. e IGE, 2009. Finis Portugalliae = Nos Confins de Portugal. Cartografia militar e identidade territorial. Instituto Geográfico do Exército. Coordenação e texto de Maria Helena Dias (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa). 1.ª Edição. 73 pp. Disponível em: http://www.igeoe.pt/downloads/ifr_downloads.htm, acesso em 05-09-2011.
- . Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003.

- . DOP, 2013. Dicionário On-line de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/sesmaria/>, acesso em 10-05-2013.
- . Dicionário Português da Língua Portuguesa, 2003. Círculo de Leitores. Lisboa. 3770 pp.
- . Dicionário Prático Ilustrado, 1968. Lello & Irmão – Editores. Porto. 2023 pp.
- . Diecinueve Líneas, 2011. *La Contienda, Dehesa Sostenible*. p. 52-53. Revista. Reportagem. Março-Abril.
- . DGF, 1992. *Portugal País de Florestas*. Direcção-Geral de Florestas. Março. Lisboa. 255 pp.
- . DGADR, s/d. *Carta Agrícola-Mineral (1890) de G. Pery*. Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <http://www.dgadr.pt/cartografia/cartas-pery/carta-agricolasm-50000>, acesso em 15-10-2012.
- . DGARQ, 2008. *Casa de Nossa Senhora das Necessidades da Tomina*. Direcção-Geral de Arquivos. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt>, acesso em 23-08-2010.
- . DGARQ, 2008. *Casa de São Camilo de Léris*. Direcção-Geral de Arquivos. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt>, acesso em 23-08-2010.
- . DGOT – UTL, 1990. *Normas Urbanísticas*. Protocolo DGOT – UTL (Direcção-Geral do Ordenamento do Território – Universidade Técnica de Lisboa). Volume I – Princípios e conceitos fundamentais. Lisboa. 261 pp.
- . DGOTDU, 1994. *Paisagem*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Colecção Estudos 2. Lisboa. 136 pp.
- . DGOTDU, 2004a. *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Coordenação de Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Colecção Estudos 10. Volume I. Lisboa.
- . DGOTDU, 2004b. *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Coordenação de Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Colecção Estudos 10. Volume V. Lisboa.
- . DGRF, 2005. *Plano Regional de Ordenamento Florestal – Baixo Alentejo. Base de ordenamento*. Direcção-Geral dos Recursos Florestais. Circunscrição Florestal do Sul. 253 pp.
- . DGRF, 2006a. *Plano de Ordenamento e Gestão da Herdade da Contenda*. Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Circunscrição Florestal do Sul. Coordenação e execução de Nuno Lecoq. 122 pp.
- . DGRF, 2006b. *Estimativa da população de veado na Zona de Caça Nacional da Contenda*. Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Direcção de Serviços de Caça e Pesca nas Águas Interiores, Divisão de Recursos Cinegéticos. 17 de Novembro. Lisboa. 7 pp.
- . DGRF, 2007. *O veado na Zona de Caça Nacional do Perímetro Florestal da Contenda*. Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Direcção de Serviços de Caça e Pesca nas Águas Interiores. Abril. Lisboa. 30 pp.
- . DGSFA, 1958. *Projecto de Arborização da Herdade da Contenda (ao Sul da Ribeira do Murtição)*. Ministério da Economia. Secretaria de Estado da Agricultura. Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. Melhoramentos Florestais (Lei n.º 2069). Outubro. 94 pp.

- DGSFA, 1963. *Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Contenda – Actualização do Projecto de Arborização (Incluindo o Novo Núcleo Situado a Norte do Rio Murtição)*. Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. 1.ª Repartição Técnica. Volume 90 A. 34 pp.
- Domingues, Á., 2001. *A Paisagem Revisitada*. Revista Finisterra, Vol. XXXVI, (55-66), Centro de Estudos Geográficos. Lisboa. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_05.pdf, acesso em 1-2-2012.
- Domínguez, J. A. M., 2011. *Deconstrucción y Articulación Territorial de la Frontera Luso-Andaluza*. Instituto de Desarrollo Local. Universidad de Huelva. Cuadernos Geograficos, 47 (2010-2). p. 297-316. Disponível em: <http://www.ugr.es/~cuadgeo/docs/articulos/047/047-012.pdf>, acesso em 14-2-2012.
- Droeven, E., Dubois, C. et Feltz, C., 2007. *Paysages patrimoniaux en Wallonie (Belgique), analyse par approche des paysages témoins*, p. 216-243. Cahiers d'économie et sociologie rurales, n.º 84-85. Disponível em: <http://www.inra.fr/sae2/publications/cahiers/pdf/c>, acesso em 31-10-2011.
- Drucker, P. F., 1958. *Marketing and Economic Development*. Journal of Marketing Vol. 22, No. 3. January. p. 252-259.
- Emanuelsson, U., 2009. *The European Cultural Landscape. How Man has shaped Europe's Nature*. Formas, Sweden. 383 pp.
- Espenica, A., 1997. Paisagem e Sustentabilidade. p. 83-96. In *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Colecção Estudos 2. Lisboa. 136 pp.
- Fadigas, L. S., 2007. *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Edições Sílabo, Lda. Lisboa. 201 pp.
- Farina, A., 2007. *Principles and Methods in Landscape Ecology. Towards a Science of Landscape*. Landscape Series. Springer. 412 pp.
- Feio, M. e Roxo, M. J., 1991. *As Cartas Agrícolas dos Finais do séc. XIX*. Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XXVI, n.º 51. Lisboa. p. 211-214. Disponível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1991-51/51_12.pdf, acesso em 06-01-2013.
- Feio, M., 1997. *Os Principais Tipos de Utilização do Solo no Alentejo Meridional – Evolução de 1885 a 1951*. Finisterra, 63, 1997, pp.147-158.
- Feio, M., 1998. *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional. As Cartas Agrícolas de G. Pery. As Difíceis Perspectivas Actuais na Comunidade Europeia*. Direcção Prof.ª Doutora Lucinda Fonseca. Edições Colibri. Faculdade de Letras de Lisboa. 108 pp.
- Fernandes, A. H. M., 1967. *A Mecanização, Factor de Fomento em Silvicultura*. Relatório do Tirocínio do Curso de Regente Agrícola. Escola de Regentes Agrícolas de Évora. Évora. 71 pp.
- Fernandes, H., 2006. *D. Sancho II. Reis de Portugal*. Direcção de Roberto Carneiro. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. Março – Abril. Rio de Mouro. 348 pp.
- Ferreira, A. G., Ribeiro, N. A., Gonçalves, A. C. et al., 2007. *Produção silvícola no montado: Análise e reflexão sobre a gestão sustentada dos montados de sobreiro*. Rev. de Ciências Agrárias. [online]. Janeiro. Vol.30, no.1 [citado 27 Janeiro 2012], p.181-189. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rca/v30n1/v30n1a18.pdf>, acesso em 27-01-2012.

- . Ferreira, D. B., 2001. *Evolução da Paisagem de Montado no Alentejo Interior ao longo do Século XX: Dinâmica e incidências ambientais*. Finisterra, XXXVI, 72. p. 179-193. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_16.pdf, acesso em 1-5-2012.
- . Fialho, B., 2006. *Documento interno*. DGRF/Circunscrição Florestal do Sul.
- . Ficalho, C., 1979. *Notas Históricas acerca de Serpa e o Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*. Conde de Ficalho 1837-1903. União Gráfica. Lisboa. 175 pp.
- . Flad, H. K., 2009. *The Parlor in The Wilderness: Domesticating an Iconic American Landscape*. The Geographical Review 99 (3): 356-376, July. American Geographical Society of New York. Disponível em: <http://harveyflad.files.wordpress.com/2009/09/fladparlorinthewildernessgeographicalreviewjuly2009.pdf>, acesso em 19-03-2012.
- . Floresta e Ambiente, 2010a. *Montado português representa 4.8 milhões de toneladas de CO₂*. Revista de Divulgação Técnica. N.º 88, Outubro/Dezembro.
- . Floresta e Ambiente, 2010b. *Sequestro de carbono em pastagens*. Revista de Divulgação Técnica. N.º 88, Outubro/Dezembro.
- . Floresta e Ambiente, 2011. *Cortiça transformada em carvão activado*. Revista de Divulgação Técnica. N.º 89, Janeiro/Março.
- . Fonseca, A., 2004. *O Montado no Alentejo (Séculos XV a XVIII)*. Colibri – Artes Gráficas, Lda. Outubro. Lisboa, 158 pp.
- . FRA2010-FAO, 2010. *Global Forest Resources Assessment 2010, Main Report, Portugal*. Food and Agriculture Organisation of the United Nations, Forestry Department (FRA FAO). FAO Forestry Paper 163. Rome. 340 pp. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i1757e/i1757e.pdf>, acesso em 09-05-2011.
- . Franco, C., 1999. *Castro Verde – Um Olhar Sobre a Planície*. Liga para a Protecção da Natureza. Brochura. Lisboa. 61 pp.
- . Galego, C. e Gomes, A. A., 2005. *Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação*. Revista Lusófona de Educação. p 173-184. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a10.pdf>, acesso em 09-05-2011.
- . Germano, M. A., 2000. *Regime Florestal. Um Século de Existência*. Direcção-Geral das Florestas. Estudos e Informação n.º 319. 159 pp.
- . Germundsson, T., 2004. *The Landscape of Vittskövle Estate – at the Crossroads of Feudalism and Modernity*, p. 245-267. Chapter 15. In *European Rural Landscapes: Persistence and Change in a Globalising Environment*. Ed. by Hannes Palang, Helen Sooväli, Marc Antrop and Gunhild Setten. Kluwer Academic Publishers. Dordrecht / Boston / London.
- . Gibbs, A., 1997. Social Research Update. University of Surrey. Disponível em: <http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU19.html>, acesso em 03-03-2012.
- . Gomes, P. V., 2005. *Buçaco – O Deserto dos Carmelitas Descalços*. Edição XM, Escadas do Quebra-Costas 7, Coimbra. 87 pp
- . González, J. F., 1999. *“La Comunal”, una Iniciativa Local en el Desarrollo de un Pueblo de la Sierra: Aroche*. XIII Jornadas. XIII al XVIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra de Huelva (1998-2003). p. 211-230. Publicado por ALMAGACÉN. Huelva. Disponível em:

- <http://almagacen.blogspot.com/2009/12/xiii-al-xviii-jornadas-del-patrimonio.html>, acesso em 03-08-2011.
- Gow, P., 1995. Land, People, and Paper in Western Amazonia. Chapter 2. p. 43-62. In *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*. Edited by Erich Hirsch and Michael O’Hanlon. Clarendon Press. Oxford. 280 pp.
 - GEPB, 1981. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXIV. Editorial Enciclopédia, Lda. Lisboa – Rio de Janeiro. 920 pp.
 - Grove, A. T. e Rackham, O., 2001. *The Nature of the Mediterranean Europe: An Ecological History*. Yale University Press. 384 pp.
 - Haines-Young, R., 2009. *Land use and biodiversity relationships*. Land Use Policy. ELSEVIER, p. 178-186.
 - Head, L., 2000. *Cultural Landscapes and Environmental Change*. (Cap. IV, p. 49-65). Arnold. London.
 - Heaulmé, E., s/d. *La Politique des Sites, de la protection au Projet de Territoire*. L’ENSAP (École Nationale Supérieure d’Architecture et de Paysage) Bordeaux, CEPAGE (Centre de Recherche sur l’Histoire et la Culture du Paysage). 4 pp. Disponível em: http://www.aquitaine.ecologie.gouv.fr/IMG/pdf/politique_des_sites.pdf, acesso em 16-08-2011.
 - Heaulmé, E., 2005. Les Modèles Paysagers de la Politique des Sites de 1906 à nos Jours (6-7). L’Évolution des Politiques du Paysage. *Colloque Final de Restitution. Programme de Recherche “Politiques Publiques et Paysages”*. École Nationale Supérieure d’Architecture et de Paysage. CEPAGE – Centre de Recherche sur l’Histoire et la Culture du Paysage. Université de Bordeaux. 20 de Octobre. 43 pp. Disponível em: [http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/Colloque_de_restitution_resumes\(1\)](http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/Colloque_de_restitution_resumes(1)), http://www.aquitaine.ecologie.gouv.fr/IMG/pdf/politique_des_sites.pdf, <http://www.123people.fr/s/emmanuelle+heaulm%C3%A9>, acesso em 16-08-2011.
 - Henning, F., 2010. *Place Brand – Marca de Localidade*. Portal de Branding. Disponível em: <http://www.portaldebranding.com/lv/?p=4998>, acesso em 16-08-2011.
 - Hirsch, E., 1995. Landscape: Between Place and Space. Introduction. p. 1-30. In *The Anthropology of Landscape. Perspectives on Place and Space*. Edited by Erich Hirsch and Michael O’Hanlon. Clarendon Press. Oxford. 280 pp.
 - Hispanismo. Org. Disponível em: <http://hispanismo.org/reynos-del-andaluzia/1041-aroche.html>, acesso em 10-02-2012.
 - Hoelscher, S., 2009. *Landscape Iconography*. p. 132-139. The University of Texas, Austin, USA. Elsevier Ltd.
 - Holmes, J., 2006. *Impulses towards a multifunctional transition in rural Australia: Gaps in the research agenda*. Journal of Rural Studies, 22: 142-160.
 - Houaiss, 2003. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tomo IV – Fre-Mer. Instituto António Houaiss. Círculo de Leitores. p. 1805-2460.
 - Hurtado, E. F., 2001. *El Paisaje Serrano como Patrimonio Natural. El ejemplo del Parque Natural Sierra de Aracena y Picos de Aroche*. XV Jornadas. XIII al XVIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra de Huelva (1998-2003), p. 293-311. Publicado por ALMAGACÉN.

Huelva. Disponível em: http://www.google.pt/#hl=pt-PT&source=hp&q=Enrique+Flores+Hurtado+-+El+Paisaje+Serrano+como+Patrimonio+Natural&btnG=Pesquisa+do+Google&oq=Enrique+Flores+Hurtado+-+El+Paisaje+Serrano+como+Patrimonio+Natural&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=s&gs_upl=553114386010145453169169101611611015151253012-2.3.0.21710&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.&fp=97d70d6de2357969&biw=1120&bih=553, acesso em 08-08-2011.

- . I. N., 1893. *Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1893 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros. Contenda de Moura*. Imprensa Nacional. Lisboa. 77 pp.
- . IGAP, 2007. Relatório n.º 10/07, P.º 07 1 02 019 11, de 24 de Abril. 16 pp. Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas. Documento interno.
- . ICNF, 2013. *6.º Inventário Florestal Nacional. Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal Continental. IFN6. 1995/2005/2010. Resultados preliminares. v1.1*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. 34 pp. Fevereiro. <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/ficheiros/ifn/ifn6-res-prelimv1-1>
- . IF, 1996. *Delegação Florestal do Alentejo. Perímetro Florestal da Contenda*. Instituto Florestal. Documento interno não publicado.
- . IGE, 2007. *Portugal em Vésperas das Invasões Francesas. Conhecimento Geográfico & Configurações. (Capítulo – A Costa e a Fronteira: Conhecimento & Defesa)*. Instituto Geográfico do Exército. Direcção de Infra-Estruturas do Exército. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Coordenação científica de Maria Helena Dias. Exposição Comemorativa do 75.º Aniversário 1932-2007. Edição IGE. 63 pp. Disponível em: http://www.igeoe.pt/downloads/expo_portugal_invasoes/Portugal_vesperas_Invasoes_Francesas.pdf, acesso em 18-08-2011.
- . IGESPAR, 2010. Dia Internacional de Monumentos e Sítios. Património Rural/Paisagens Culturais. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. Disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/news/15/1658/>, e http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/patrimonio_imaterial/dpi_noticias/ContentDetail.aspx?id=2279, acesso em 18-08-2010.
- . IPAmb, 1995. *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente em África*. Instituto de Promoção Ambiental, Lisboa, 94 pp.
- . IUCN, 2008. *Outstanding Universal Value – Standards for Natural World Heritage. A Compendium on Standards for inscriptions of Natural Properties on the World Heritage List*. WCPA – World Commission on Protected Areas. International Union for Conservation of Nature, Gland, Switzerland. 45 pp.
- . ICOMOS, 2008. *The World Heritage List. What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties*. International Council on Monuments and Sites. Monuments and Sites XVI. Compiled by Jukka Jokilehto. Paris. Disponível em: http://www.international.icomos.org/publications/monuments_and_sites/16/pdf/Monuments_and_Sites_16_What_is_OUV.pdf, acesso em 13-03-2012.

- ICOMOS, s/d. Folheto. International Council on Monuments and Sites. Monuments and Sites. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/ICOMOS-folheto.pdf>, acesso em 13-03-2012.
- Jimenez, M. G., 2009. *Conflictos Fronterizos en la Sierra de Aroche. El Pleito de Barrancos (1493)*. Universidad de Huelva. p. 193-200. Disponível em: <http://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/huelvahistoria/article/view/757> e <http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/2892/b15126122.pdf?sequence=1>, acesso em 03-08-2011.
- Jivén, G & Larkham, P., 2003. *Sense of Place, Authenticity and Character: A Commentary*. Journal of Urban Design, Vol. 8, N.º 1. p. 67-81. Carfax Publishing. Taylor & Francis Group.
- Jones, M. and Olwig, K. R., Ed., 2008. *Region and Belonging on the Northern Edge of Europe*. University of Minnesota Press, Minneapolis – London.
- Jongeneel, R. A., Polman, N. B. P. e Slangen, L.H.G., 2007. *Why are Dutch Farmers Going Multifunctional?* ELSEVIER.
- Jornal do Fundão, 2008. Edição online. Disponível em: <http://www.jornaldofundao.pt/noticia.asp?idEdicao=105&id=5117&idSeccao=998&Action=noticia>, acesso em 18-05-2013.
- JFSA, 1929-1939. *Livro de Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Santo Aleixo*. Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração. Com princípio em 20 de Outubro de 1929 e fim em 05 de Março de 1939. N.º 1. 165 folhas.
- JFSA, 1931-1941. *Livro de Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Santo Aleixo*. Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração. Com princípio em 02 de Março de 1931 e fim em 28 de Dezembro de 1941. S/N.º. 165 folhas.
- Käyhko, N., Fagerholm, N., Asseid, B. S. e Mzee, A. J., 2010. *Dynamic land use and land cover changes and their effect on forest resources in a coastal village of Matemwe, Zanzibar, Tanzania*. ELSEVIER. 12 pp.
- Konijnendijk, C. C., 2010. *Green Cities, Competitive Cities – Promoting the Role of Green Space in City branding*. Faculty of Life Sciences, University of Copenhagen, Denmark. 7 pp. Disponível em: <http://www.ifpra2010.lcsd.gov.hk/download/paper/cecil.pdf>, acesso em 03-08-2011.
- Kotler, P., 1985. *MARKETING*. (ED. COMPACTA) – 3a. edição. São Paulo, Atlas, 1985. Disponível em: <http://reaskow.blogspot.pt/2007/10/o-que-o-marketing-segundo-kotler.html>, acesso em 18-08-2010.
- Kotler, P., Haider, D. H. & Rein, I., 1993. *Marketing Places*. The Free Press. New York. 387 pp. Disponível em: <http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=NwNodC2cXEwC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Kotler,+P.,+Haider,+D.+H.+%26+Rein,+I.,+1993.+Marketing+Places.&ots=FBMOqMrpBR&sig=pwblEJk-DILODLh3jl8IsV22SwQ#v=onepage&q&f=false>, acesso em 18-08-2010.
- Kroll, F. e Haase, D., 2010. *Does demographic change affect land use patterns?* ELSEVIER, p. 726-737.
- Land Use Policy, 2011. *The role of green space for place branding in city regions: a case study from Switzerland*. IFLA World Congress 27-29 June 2011, Switzerland. 31 pp. Disponível em:

- <http://ifla2011.com/home/133-contributions/398-over-500-submitted-abstracts.html>, acesso em 03-08-2011.
- Lecoq, N., 2002. *Unidades de Paisagem da Zona Castro Verde / Mértola – Contributos para uma Gestão Ambiental Eficiente*. Dissertação apresentada na F. C. T. da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais. 142 pp.
 - Lello & Irmão, 1963. *Dicionário Prático Ilustrado*. Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro publicado sob a direcção de Jaime de Séguier. Edição actualizada e aumentada por José Lello e Edgar Lello. Livraria Lello & Irmão Editores. Porto. 1556 pp.
 - LPN, 2004. *Liga para a Protecção da Natureza – Candidatura LIFE – Natureza*.
 - López, J. M. C., 1999. *El Parque Natural Sierra de Aracena y Picos de Aroche. Posibilidades de elaboración de un proyecto de difusión patrimonial desde una perspectiva didáctica*. XIII Jornadas. XIII al XVIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra de Huelva (1998-2003). p. 495-503. Publicado por ALMAGACÉN. Huelva. Disponível em: <http://www.federacionsierra.es/media/documentos/doc176.pdf>, acesso em 04-08-2011.
 - Machado, J. P., 1977. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Livros Horizonte. 3.ª Edição. Terceiro Volume F-L. 454 pp.
 - Macías, J. A. P., Teruel, N. O. V. e Carrasco, J. M. C., 1997. *Arucci y Turobriga. El Proceso de Romanización de los Llanos de Aroche*. (Área de Arqueología. Universidad de Huelva). CuPAUAM – Cuadernos de Prehistoria Y Arqueología. Universidad Autónoma de Madrid. Editor Universidad Autónoma de Madrid. 189-208 pp. Disponível em: http://digitool-uam.greendata.es/R/AN5D97BUNB4CUL9VIDY9R74QJ87HUYKICNENL7M6D55691BAKA-00209?func=dbin-jump-full&object_id=21343&local_base=GEN01&pds_handle=GUEST, acesso em 03-08-2011.
 - Macnaghten, P. e Urry, J., 1998. *Contested Natures*. SAGE Publications. 307 pp.
 - McNamara, C., 1998. *Basics of Conducting Focus Groups*. The Management Assistance Program for Nonprofits. Published by Authenticity Consulting, LLC. February 16. Disponível em: , acesso em 09-05-2011 e <http://www.mapnp.org/library/evaluatn/focusgrp.htm>, acesso em 31-05-2011.
 - Magalhães, J. R., 1993. O cultivo da terra. As estruturas da produção agrícola e pastoril. *História de Portugal*. Terceiro Volume. Direcção de José Mattoso. Círculo de Leitores, Lda. p. 243-281.
 - Magalhães, M. R., 2001. *Aquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*. Editorial Estampa. Lisboa. Novembro. 525 pp.
 - Marques, M., 1936. *Retalhos da História. Factos de Moura: as “Terras da Contenda”*. Jornal de Moura, 28 de Novembro.
 - Martín, J. L. M., 1996. *La Tierra de las “Contiendas”: Notas sobre la Evolución de la Raya Meridional en la Edad Media*. Universidad de Salamanca. Norba. Revista de Historia, ISSN 0213-375X, Vol. 16. 1996-2003. p. 277-293.
 - Matias, M. P., s/d. *A Importância do Montado para o Desenvolvimento Rural. Que Futuro no Distrito de Beja?* Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. e-Geo Centro de Geografia e Planeamento Regional. 16 pp. Disponível em:

- http://www.geogra.uah.es/web_11_cig/cdXICIG/docs/01-PDF_Comunicaciones_coloquio/pdf-2/com-P2-17.pdf, acesso em 27-11-2011.
- Matta, J. A. S., 1855a. *Discripção Phisica, Politica e Historica da Notável Villa de Moura*. Anais de Moura. Biblioteca Municipal (15). Câmara Municipal de Moura, 1980. 202 pp.
 - Matta, J. A. S., 1855b. *Apontamentos Históricos para a Questão da Contenda ou Memória Económica de Quanto Tem Passado de Notável, e de que Tenha Notícia a tal Respeito*. 01 de Julho. 191-202.
 - Mattoso, J., 1993. No Alvorecer da Modernidade. *História de Portugal*. Terceiro Volume. Círculo de Leitores. 607 pp.
 - Meinig, D. W., 1979. Symbolic Landscapes. Some Idealizations of American Communities. In *Interpretations of Ordinary Landscapes: Geographical Essays*. p 164-192. Edited by D. W. Meinig. New York: Oxford University Press.
 - Mendes, A. M. S. C., 2007. O sobreiro ao longo dos tempos. p 77-106. In *Os Montados. Muito para além das árvores*. Árvores e Florestas de Portugal. Volume 03. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 247 pp.
 - Menezes, S. L. C., 1889. *Notícia sobre a Contenda de Moura. Alguns documentos. Conclusões. Nota de 19 de Setembro de 1805. Tratado de 14 de Outubro de 1542, que se tem denominado a Concordata Planta da Contenda de Moura na escala de 1/50000*. Lisboa. Imprensa Nacional. 84 pp.
 - Michelin, Y., 1995. *Les Jardins de Vulcain. Paysages d’hier, d’aujourd’hui et de demain dans la chaîne des Puys du Massif central français*. Editions de la Maison des Sciences de l’Homme, Paris. Décembre. 155 pp.
 - MEA, 2005. Millennium Ecosystem Assessment. *Ecosystems and Human Well-being: General Synthesis*. Washington, DC. Island Press. 57 pp. Disponível em: <http://www.unep.org/maweb/en/synthesis.aspx>, acesso em 8-06-2013.
 - MAMAOT, 2013. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. 6.º Inventário Florestal Nacional. Resultados Preliminares, Fevereiro de 2013. 34 pp. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/ficheiros/ifn/ifn6-res-prelimv1-1>, acesso em 8-06-2013.
 - MAOTDR, 2008a. *PSRN 2000 – Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Vol. I – Relatório e Fichas de Sítios da Lista Nacional. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. 527 pp. Disponível em: http://www.icn.pt/psrn2000/conteudo_plano.htm, acesso em 8-06-2013.
 - MAOTDR, 2008b. *PSRN 2000 – Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Vol. II – Fichas de Zonas de Protecção Especial e Glossário de Orientações de Gestão. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. 215 pp. Disponível em: http://www.icn.pt/psrn2000/conteudo_plano.htm, acesso em 8-06-2013.
 - MAPA e Tragsatec, 2008. *Diagnóstico de las Dehesas Ibéricas Mediterráneas*. Ministerio de la Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaria General de Agricultura y Alimentación, Dirección General de Desarrollo Rural. Tomo1, Informe. Febrero. 766 pp.

- Monteiro Alves, A. A., 1997. Paisagem e Florestas. Paisagem e Agricultura, p. 67-82. In *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Colecção Estudos 2. Lisboa.
- Moreira, F., Queiroz, A. and Aronson, J., 2006. *Restoration principles applied to cultural landscapes*. Journal for Nature Conservation. ScienceDirect. ELSEVIER, p. 217-224.
- Morgan, D. L., 1997. *Focus Groups As Qualitative Research Methods Series 16*. Portland State University. A Sage University Paper. 81 pp. Disponível em: http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=iBJZusd1GocC&oi=fnd&pg=PR5&dq=Focus+Groups,+Morgan,+1997&ots=mxMfjEbEW1&sig=894PU7fVg1ZWbLfZY6BXpGkqhWs&redir_esc=y#v=onepage&q=Focus%20Groups%2C%20Morgan%2C%201997&f=false, acesso em 09-05-2011.
- MOURA, 2012. *Ao Encontro da História. Tenente Seixas: o Heroísmo Esquecido*. MOURA – Agenda Cultural e Desportiva do Concelho de Moura. Janeiro-Feveireiro 2012, n.º 55. 27 pp. Disponível em: <http://www.cm-moura.pt/agenda%20e%20boletim/agenda%20janeiro-fevereiro2012.pdf>, acesso em 05-09-2013.
- Nassauer, J. I., 1995. *Culture and Changing Landscape Structure*. p. 229-237. Landscape Ecology, Vol. 10, Academic Publishing bv, Amsterdam.
- Natividade, J. V., 1982. A Nova Floresta. In *Portugal – A Expressão da Paisagem*. Gonçalo Santa-Ritta. Direcção-Geral da Divulgação. Lisboa. 184 pp.
- Natividade, J. V., 1990. *Subercultura*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2.ª Edição (edição fac-similada da 1.ª edição de 1950). Agosto. 387 pp.
- Natural England, 2010. *Natural England's Position on Protected Landscapes*. Disponível em: http://82.113.157.18/~cpreorg/images/stories/library/landuse/Protected_Landscapes_Position_Statement.pdf, acesso em 07-11-2011.
- Natural England, s/d. Landscape character. Disponível em: <http://www.naturalengland.org.uk/ourwork/landscape/englands/character/default.asp>, acesso em 04-6-2012.
- Naturlink, 2006. *A Guerra Civil de Espanha no concelho de Barrancos*. EDIA, Parque de Noudar. ForumDefesa.com. La defensa de Badajoz en Agosto de 1936. Miguel Rego. Disponível em: www.parquenoudar.com/pt/modules/smartsection/item.php?itemid, acesso em 23-08-2010.
- Neto, M. S., 1993. A Persistência Senhorial. Os Equilíbrios Sociais do Poder. p 165-193. In *História de Portugal*. Terceiro Volume. Direcção de José Mattoso. Círculo de Leitores, Lda.
- Nogué, J., 2011. *Paisaje y Comunicación: el resurgir de las geografías emocionales*. p. 25-41. In Teoría y paisaje: reflexiones desde miradas interdisciplinarias. Observatori del Paisatge. Universitat Pompeu Fabra.
- Norberg-Schulz, C., 1985. *The Concept of Dwelling*. New York: Rizzoli.
- Oliveira e Costa, J. P., 2005. *D. Manuel I. Reis de Portugal*. Círculo de Leitores. 333 pp.
- Orcajo, M. R., 1891. *Dehesa de La Contienda (1891)*. Typographia Franco-Portuguesa. Lisboa. 99 pp.
- O’Riordan, T., 2009. *A Perspective on Sustainable Land Use*. University of East Anglia, Norwich NR4 7TT. 21 pp (t.oriordan@uea.ac.uk). Disponível em:

- http://www.bis.gov.uk/assets/bispartners/foresight/docs/land-use/luf_report/dis01_a_perspective_on_sustainable_land_use.pdf, acesso em 27-11-2010.
- Pais, J. M., Lima, A. M. V., Jesus, M. F. M. e Gameiro, M. F. M., s/d. *Elementos para a História do Fascismo nos Campos: a “Campanha do Triço”: 1928-38*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. p. 400-473. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914262J9IUY8mu3lg96WV6.pdf>, acesso em 1-5-2012.
 - Paiva, J., 1997. *Floresta: das origens aos nossos dias*. p 3-7. Revista “Floresta e Ambiente”. N.º 37, Abril/Junho.
 - Paiva, M. R., 1999. *Ecologia Terrestre*. Acetatos do Módulo 1.1, fornecidos nas aulas do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais.
 - Paiva, J., 2007. O carvalho-roble na história e na cultura. p 211-228. In *Os Carvalhais. Um património a conservar*. Árvores e Florestas de Portugal. Volume 02. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 275 pp.
 - Palang, H. e Fry, G. (Eds.), 2003. *Landscape Interfaces. Cultural Heritage in Changing Landscapes*. Landscape Series. Kluwer Academic Publishers, London. 406 pp.
 - Palang, H., Soovali H., Antrop, M. e Setten, G. (Eds.), 2004. *European Rural Landscapes: persistence and change in a globalizing environment*. Kluwer Academic Publishers. 482 pp.
 - Paulo, J. A., 2013. *A Contenda nos novos caminhos da investigação e do desenvolvimento florestal*. Jornadas Técnicas e Científicas da Herdade da Contenda. 11-12 de Abril de 2013. Organização da Herdade da Contenda, E. M.
 - PFC, 2002. *Perímetro Florestal da Contenda – Plano de Actividades para 2003*. Documento interno.
 - Picão, J. S., 1983. *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*. Colecção “Portugal de Perto” n.º 2 – Biblioteca de Etnografia e Antropologia. Direcção de Joaquim Pais de Brito. Publicações D. Quixote. Lisboa. 425 pp.
 - Pinheiro, A. C., Ribeiro, N. A. e Surový, P. e Gonçalves Ferreira, A., 2008. *Economic implications of different cork oak forest management systems*. p 149-157. Int. J. Sustainable society, Vol. I. No. 2.
 - Pinto Correia, T., Cancela d’Abreu, A. O. e Oliveira, R., 2001. *Identificação de Unidades de Paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental*. p. 195-206. Finisterra, XXXVI, 72. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_17.pdf, acesso em 04-06-2010.
 - Pinto Correia, T., 2004. *A multifuncionalidade da paisagem rural. Que desafio para o futuro?* Pessoas e Lugares. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II.ª série, nº16, Janeiro/Fevereiro, p. 8. Disponível em: <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl16.pdf>, acesso em 08-07-2013.
 - Pinto Correia, T., Sá Marques, T. e Ramos, I. L., 2008. *Contributos para a identificação da procura social das paisagens do Alentejo*. Proposta de Projecto Eixo 4 – POA Alentejo 2007-2013. Universidade de Évora / CCDRA / DRAP Alentejo. 5pp.
 - Pinto Correia, T., 2010. *Comunicação oral* (09 de Junho).

- . Pinto-Correia T., Ribeiro, N. and Sá-Sousa P., 2011. *Introducing the montado, the cork and holm oak agroforestry system of Southern Portugal. Agroforestry Systems*. Vol.82, 2: 99-104 , DOI: 10.1007/s10457-011-9388-1 (IF 1.378).
- . Pinto-Correia, T. and Kristensen, L., 2013. *Linking research to practice: the landscape as the basis for integrating social and ecological perspectives of the rural*. Landscape and Urban Planning. (DOI: 10.1016/j.landurbplan.2013.07.005) (IF 3.137).
- . Pinto Correia, T., 2013a. *Gestão equilibrada do montado deve ser “premiada” com apoio financeiro*. In Diário do Sul, Edição de 11 de Fevereiro, Ano 43.º, número 11 952. p. 16.
- . Pinto Correia, T., 2013b. *O lento declínio do montado*. In Diário Económico, Edição de 10 de Maio|Outlook.
- . Pitte, J. R., 1989. *Histoire du paysage français*. 2 Vol. Tallandier. Paris. 490 pp.
- . Pizarro, J. A. S. M., 2005. *D. Dinis. Reis de Portugal*. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. Direcção de Roberto Carneiro. Setembro – Outubro. Rio de Mouro. 310 pp.
- . Porto Editora, 2003-2012. *Infopédia – Enciclopédia e Dicionários*. Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/ic%C3%B3nico>, acesso em 19-11-2012.
- . Potes, J. M. V-B., 2011. *O Montado no Portugal Mediterrânico*. Ed. Fernando Mão de Ferro. Edições Colibri, Lda. Novembro. Lisboa. 211 pp.
- . Pratt, A. C., 2009. *Social and economic drivers of land use change in the British space economy*. ELSEVIER, p. 109-114.
- . Priberam, 2011. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Priberam Informática, S.A. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>, acesso em 04-06-2010.
- . Queiroz, A. I., 2007. *A Paisagem de Terras do Demo. Análise integrada da sua evolução ao longo do século XX e valorização através da Literatura*. Departamento de Botânica. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Janeiro. 480 pp.
- . Quivy, R. e Campenhoudt, L. V., 2003. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Trajectos. 3.ª Edição. Outubro. Gradiva. 382 pp.
- . Rackham, O., 1989. *The Last Forest – The fascinating account of Britain’s most ancient forest*. J. M. Dent, London. 302 pp.
- . Radich, M. C. e Baptista, F. O., 2000. *Dois Séculos de Floresta em Portugal*. Edição CELPA – Associação da Indústria Papeleira. 226 pp.
- . Radich, M. C. e Baptista, F. O., 2005. *Floresta e Sociedade: Um Percorso (1875-2005)*. Silva Lusitana 13(2): 143-157. EFN, Lisboa. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/slu/v13n2/v13n2a01.pdf>, acesso em 04-06-2012.
- . Ramos, I. A. J., 1995. *Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão: aplicação ao plano estratégico de uma cidade média. A experiência de Barcelos*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano. Universidade Técnica de Lisboa.
- . Ramos, I. A. J., 2002. *Avaliação Ambiental Estratégica Multicritério*. Dissertação para Obtenção do Grau de Doutor em Planeamento Regional Urbano. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior Técnico. Outubro. 260 pp.

- Reboredo, F. e Pais, J., 2012. *A construção naval e a destruição do coberto florestal em Portugal – Do Século XII ao Século XX*. *Ecologi@* 4: 31-42. Artigos de Revisão. Disponível em: <http://adfer.cp.pt/ferxxi/ed21/pdf/05.pdf> e http://speco.fc.ul.pt/revistaecologia_4_art_3_2.pdf, acesso em 21-09-2013.
- Rego, F. C., 2001. *Florestas Públicas*. M. A. I. – CNEFF (Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais. 105 pp.
- Reis, J., 1979. *A “Lei da Fome”: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)*. *Análise Social*, Vol. XV (60)-4-º. p. 745-793. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223990341R5sVH2pa1Ra60EQ7.pdf>, acesso em 1-5-2012.
- Relatório, 2007. N.º 10/07 do IGAP, Inspeção Geral da Agricultura e Pescas, P.º 07 1 02 019 11, de 24 de Abril, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Ribeiro, L. P. A. F., 1998. *The Cultural Landscape and the Uniqueness of Place: a Greenway Heritage Network for Landscape Conservation of Lisbon Metropolitan Area*. Dissertation for Doctor of Philosophy Degree. Department of Landscape Architecture and Regional Planning. Submitted to the Graduate School of the University of Massachusetts Amherst. February. 397 pp.
- Ribeiro, O., 1967. *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa. 163 pp.
- Ribeiro, O., 1987. *A Formação de Portugal*. Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Identidade – Série Cultura Portuguesa. 130 pp. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view=/56-fernao-mendes-pinto-satira-e-anti-cruzada-na-peregrinacao-.html, acesso em 26-10-2012.
- Ribeiro, O. e Lautensach, H., 1989. *Geografia de Portugal. O Povo Português*. Volume III. Comentários e actualização de Suzanne Daveau. Edições João Sá da Costa, 1.ª Edição, Novembro. p 627-942.
- Ribeiro, O. e Lautensach, H., 1991. *Geografia de Portugal. A Vida Económica e Social*. Volume IV. Comentários e actualização de Suzanne Daveau. Edições João Sá da Costa, 1.ª Edição, Junho. p 947-1340.
- Rivera, J. F. O. e Pérez, R. S., 2000. *Territorio, Cultura y Paisajes en Sierra Morena. El Camino Hacia la Autogestión*. (Universidad Pablo de Olavide e Universidad Hispalense). XIV Jornadas. XIII al XVIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra de Huelva (1998-2003). p. 168-200. Publicado por ALMAGACÉN. Huelva. Disponível em: <http://almagacen.blogspot.com/2009/12/xiii-al-xviii-jornadas-del-patrimonio.html>, acesso em 03-08-2011.
- Rosário, L. P., 2011. *A “Arborização” da Contenda de Moura. Uma Obra Emblemática no Combate à Desertificação em Portugal*. p. 54-56. *Revista INGENIUM*, II Série, n.º 123, Maio/Junho.
- Ruiz, M. A. C., 1998. *La Explotación Ganadera de la Frontera Luso-Española: la “Contienda” de Moura, Nódar, Aroche y Encinasola*. Universidad de Sevilla. *Revista da Faculdade de Letras*. Série II – História, Vol. 15, Num. 1. p. 241-257. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4007.pdf>, acesso em 03-08-2011.

- . Ryan, V. A., 1948. *Some Geographic and Economic Aspects of the Cork Oak*. Crown Cork & Seal Company. Baltimore, Maryland, U. S. A. 116 pp.
- . Sánchez-Élez, M. V. N., 1995. *El Rio Guadiana Lazo de Unión Entre España y Portugal: el Caso de su Margen Izquierda*. p. 85-98. Actas de las I Jornadas Fronterizas sobre la Contienda Hispano-Portuguesa. Tomo I, del 2 al 4 de Junio de 1995. Biblioteca de Estudios Arochenos, n.º 5. Edit. Escuela Taller Contienda – Aroche (Huelva). 399 pp.
- . Santa-Ritta, G., 1982. *Portugal – a expressão da paisagem*. Direcção-Geral da Divulgação. Edições Terra Livre. Junho. Lisboa. 184 pp.
- . Santos, F. D., Forbes, K., Moita, R., 2001. *Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures (SIAM Project). Executive Summary and Conclusions*. Gradiva, Lisbon, Portugal. 24 pp. Disponível em: <http://www.siam.fc.ul.pt/SIAMExecutiveSummary.pdf>, acesso em 28-5-2012.
- . Santos, J. L., 2010. *Serviços dos ecossistemas: valoração e valorização*. Ciclo de conferências, Futuro Verde. 17 de Junho. Disponível em: <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=47925300-f765-41e2-ad4a-b59cce720929>, acesso em 15-05-2012.
- . Saraiva, M. G. A. N., 1999. *O Rio como Paisagem – Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia. 512 pp.
- . Saramago, 1980. *Levantado do chão*. Editorial Caminho SARL. “O Campo da Palavra”. Lisboa. 366 pp.
- . Sayadi, S., González-Roa, M. C. e Calatrava-Requena, J., 2008. *Public Preferences for Landscapes Features: the case of Agricultural Landscape in Mountainous Mediterranean Areas*. Land Use Policy. ELSEVIER.
- . Schama, S., 2004. *Landscape & Memory*. Harper Perennial. 652 pp.
- . Science Policy Briefing 41, 2010. *Landscaping in a Changing World. Bridging Divides, Integrating Disciplines, Serving Society*. Coord. by Nina Kancewicz-Hoffman and Francesca Boscolo. European Science Foundation (ESF) – COST (European Cooperation in Science and Technology). October. 16 pp.
- . Selman, P., 2006. *Planning at the Landscape Scale*. The RTPi Library Series. Routledge. 213 pp.
- . Selman, P., 2008. *What do we mean by sustainable landscape?* Sustainability: Science, Practice, & Policy. <http://ejournal.nbii.org>. Community Essay, Volume 4, Issue 2. Department of Landscape, University of Sheffield. p. 23-28. Disponível em: http://sspp.proquest.com/static_content/vol4iss2/communityessay.selman.pdf, acesso em 31-10-2011.
- . Selman, P., 2012. *Sustainable Landscape Planning: the reconnection agenda*. Earthscan, Routledge. 162 pp.
- . Serviço Cartográfico do Exército. *Carta Militar de Portugal n.º 514, 515, 525 e 525 A*. Escala 1/25 000.
- . Silva, A. P., 2012. *Microclimate matters for the natural regeneration of abandoned agriculture areas and ecophysiological performance of Quercus ilex in drylands*. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental. Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências,

- Departamento de Biologia Animal. 46 pp. Disponível em: <http://www.lternet.edu/> , acesso em 09-09-2013.
- Silva, A. S. e Pinto, J. M., 1986. *Metodologia das Ciências Sociais*. Biblioteca das Ciências do Homem/Sociologia, Epistemologia/6. Edições Afrontamento. Edição 270. 27 pp.
 - Silva, J. S., 2007. Introdução. In *Os Montados. Muito para além das árvores*. Árvores e Florestas de Portugal. Volume 03. Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 247 pp.
 - Silva, V. E. S., 2007. *Caracterização Florística da Herdade da Contenda – Contribuição para o Plano de Gestão*. Trabalho de fim do Curso de Engenharia Biofísica – Ordenamento e Gestão Ambiental. Universidade de Évora. 152 pp.
 - Simões, M. D. A., 2007a. *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos, 1936*. Colaboração de: Gentil Martins e Francisco Espinosa Maestre. Câmara Municipal de Barrancos. 1.ª Edição. Setembro. Lisboa. 264 pp.
 - Simões, M. D. A., 2007b. *Os Refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos. A acção e o tempo do acontecimento*. p. 1121-1150. Revista de Estudios Extremeños. Separatas. Tomo LXIII. Año 2007. Número III. Septiembre-Diciembre. Departamento de Publicaciones. Diputación de Badajoz.
 - SPECO, 2010. Sociedade Portuguesa de Ecologia. Disponível em: <http://speco.fc.ul.pt/iter.html>, acesso em 13-09-2013.
 - Societé des Nations, 1928. *Convénio de Limites entre Espanha e Portugal. Assinado em Lisboa. Madrid – Recueil des Traités*. Espagne et Portugal. Convention de limites. Signée à Lisbonne. Le 29 Juin 1926. Spain and Portugal Boundary Convention. Signed at Lisbon, June 29, 1926. N.º 1863, p. 96-103. Disponível em: http://untreaty.un.org/unts/60001_120000/16/10/00030488.pdf, acesso em 22-06-2012.
 - Soini, K., 2004. *Between Insideness and Outsideness – Studying Local's Perceptions of Landscape*. Chapter 5. p. 83-99. In *European Rural Landscapes: Persistence and Change in a Globalising Environment*. Ed. By Hannes Palang, Helen Sooväli, Marc Antrop and Gunhild Setten. Kluwer Academic Publishers. Dordrecht/Boston/London.
 - Soria, F. S., 1995. *Los Archivos Municipales de Aroche y Encinasola como Fuentes para el Estudio de la Contienda*. p. 53-69. Actas de las I Jornadas Fronterizas sobre la Contienda Hispano-Portuguesa. Tomo I, del 2 al 4 de Junio de 1995. Biblioteca de Estudios Arochenos, n.º 5. Edit. Escuela Taller Contienda – Aroche (Huelva). 399 pp.
 - Soria, F. S., 2001. *La Guerra de Restauración Portuguesa en la Sierra de Aroche (1640-1668). Los Acontecimientos*. Archivero de la Diputación Provincial de Huelva. XV Jornadas. XIII al XVIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra de Huelva (1998-2003). Publicado por ALMAGACÉN. p. 313-358. Huelva. Disponível em: <http://www.federacionsierra.es/media/documentos/doc142.pdf>, acesso em 03-08-2011.
 - Soria, F. S., 2004. *Moler, Ver y Comer. El Movimiento Obrero en la Sierra de Aroche (1920-1930)*. Archivero de la Diputación Provincial de Huelva. XVIII Jornadas. XIII al XVIII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra de Huelva (1998-2003). p. 59-91. Publicado por ALMAGACÉN. Huelva. Disponível em: <http://www.federacionsierra.es/media/documentos/doc107.pdf>, acesso em 03-08-2011.

- Sousa, B. V., 2005. *D. Afonso IV. Reis de Portugal*. Direcção de Roberto Carneiro. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. Dezembro. Rio de Mouro. 310 pp.
- Surová, D., 2011. *Identification of Landscape Preferences for Integration in Decision Support System: Contributions to the management of the Montado as a multifunctional system*. Doctoral thesis, University of Évora, Portugal. 147 pp.
- Surová, D., Maruzac, R. and Pinto-Correia, T., (accepted Sept 2013). *Visual complexity and the montado do matter: landscape pattern preferences of user groups in Alentejo, Portugal*. Annals of Forestry Science.
- Talego, F., 1995. *El “Hambre de Tierras” en Aroche y su Reflejo en la Explotación de la Contienda (1920-1980)*, (p. 159-187). Actas de las I Jornadas Fronterizas sobre la Contienda Hispano-Portuguesa. Tomo I, del 2 al 4 de Junio de 1995. Biblioteca de Estudios Arochenos, n.º 5. Edit. Escuela Taller Contienda – Aroche (Huelva). 399 pp.
- Taylor, K., s/d. *Landscape and Memory*. 6 p. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/mow_3rd_international_conference_ken_taylor_en.pdf, acesso em 28-04-2012.
- Torga, M., 1982: 62-63. Portugal. In *Portugal – A Expressão da Paisagem*. Gonçalo Santa-Ritta. Direcção-Geral da Divulgação. Lisboa. 184 pp.
- UNESCO, 1972. *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation. World Heritage Convention*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, acesso em 18-08-2010.
- UNESCO, s/d(a). *Melina Mercouri International Prize for the Safeguarding and Management of Cultural Landscapes*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation. Greece. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/melinamercouriprize/#related>, acesso em 18-08-2010.
- UNESCO, s/d(b). *Proposta de Lista Indicativa de Bens Portugueses a Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation. Disponível em: <http://www.unesco.web.pt/listaindicativa.htm>, acesso em 18-08-2010.
- UNESCO, 2005a. *Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du patrimoine mondial*. Comité Intergouvernemental pour la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. WHC.05/2, 2 Février. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide05-fr.pdf>, acesso em 04-12-2011.
- UNESCO, 2005b. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation. World Heritage Committee 29 COM, 29 Session, Durban. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-inf09Be.pdf>, acesso em 04-12-2011.
- Vasconcelos, V., 1928. *Algumas notas sobre a Contenda*. “O Jornal de Moura”, Ano VIII, Maio de 1928, n.º 277.
- Ventura, L. D., 2006. *D. Afonso III. Reis de Portugal*. Direcção de Roberto Carneiro. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. Março – Abril. Rio de Mouro. 320 pp.

- Verburg, P. H., Steeg, J., Veldkamp, A. e Willemen, L., 2009. *From land cover change to land function dynamics: A major challenge to improve land characterization*. p. 1327-1335. ELSEVIER.
- WHC, 2005. *World Heritage Committee. Twenty-ninth Session*. UNESCO. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. World Heritage 29 COM. Contain a keynote speech by Ms. Christina Cameron. WHC-05/29.COM/INF.9B. Durban, South Africa. Disponível em: <http://patrimoniomundial.mcd.gob.gt/media/PDF/valoruniversak.pdf>, acesso em 04-12-2011.
- Wyle, J., 2007. *Landscape. Key ideas in Geography*. Routledge. 246 pp.
- Zukas, A., 2009. The Road to Indian Wells: Symbolic Landscapes in the California Desert. Chapter 1. p. 33-63. In *Symbolic Landscapes*. Gary Backhaus e John Murungi Editors. Springer. 292 pp. Disponível em: <http://springerlink3.metapress.com/content/t44gmx703363x431/resource-secured/?target=fulltext.pdf&sid=qo0v1hr21anh4u0kg3yysjxd&sh=www.springerlink.com>, acesso em 12-03-2012.

LEGISLAÇÃO

- Aviso n.º 24 565/2010, de 26 de Novembro (DR, 2.ª Série, N.º 230, Art.º 16.º, página 57953) – torna público a deliberação de aprovar a proposta de alteração ao PDM de Serpa, por adaptação ao PROTA.
- Aviso n.º 964/2011, de 10 de Janeiro (DR, 2.ª Série, N.º 6, Art.º 16.º, página 1616) – torna público a deliberação de aprovar a proposta de alteração ao Regulamento do PDM de Moura, por adaptação ao PROTA.
- Convenção (Diário do Governo n.º 220, de 29 de Setembro de 1893) – D. Carlos faz saber que concluiu e assinou a carta de confirmação e ratificação da Convenção para a fixação da linha divisória da soberania e domínio nas terras denominadas da Contenda (páginas 495 a 499).
- Decreto de 24 de Dezembro de 1901 (D. G. n.º 296, de 31 de Dezembro) – aprova a organização dos serviços agrícolas e dos quadros do pessoal técnico dos mesmos serviços.
- Decreto de 09 de Março de 1903 (D. G. n.º 58, de 13 de Março) – reúne num só documento todas as disposições relativas a nomeações, vencimentos, situações de serviço, licenças, penalidades, obrigações e atribuições dos mestres e guardas dos serviços silvícolas, contidas em vários diplomas da legislação florestal vigente.
- Decreto de 24 de Dezembro de 1903 (D. G. n.º 294, de 30 de Dezembro) – estabelece o regulamento para a execução do regime florestal (regula o estabelecimento do regime florestal total e parcial – obrigatório, facultativo e de simples polícia – os condicionamentos ao uso e exploração dos terrenos e matas e ele submetidos, definindo transgressões pelo seu incumprimento).

- . Decreto de 11 de Julho de 1905 (D. G. n.º 161, de 21 de Julho) – aprova as Instruções sobre o Regime Florestal nos terrenos e matas dos particulares (dá execução aos Decretos de 24 de Dezembro de 1901, de 24 de Dezembro de 1903 e de 9 de Março de 1905).
- . Decreto de 08 de Maio de 1959 (D. G. n.º 109, II.ª Série) (anulado pelo Decreto de 13 de Abril de 1963) – submete ao Regime Florestal Parcial a propriedade do domínio privado da Câmara Municipal de Moura, denominada Herdade da Contenda, situada na freguesia de Santo Aleixo, com uma área de 5267.95 ha (embora afinal só tenham sido 3364 ha).
- . Decreto de 13 de Abril de 1963 (D. G. n.º 88, II.ª Série) – submete ao Regime Florestal Parcial Facultativo a propriedade do domínio privado da Câmara Municipal de Moura, denominada Herdade da Contenda e situada na freguesia de Santo Aleixo. Esta submissão resulta do facto de que após a primeira submissão os Serviços Florestais apenas terem ocupado a área de 3364 ha (do total de 5267.95 ha).

- . Decreto n.º 388/76, de 24 de Maio – cria a Reserva Paisagística de Almada.
- . Decreto n.º 4/78, de 11 de Janeiro – estabelece os órgãos e serviços que as áreas classificadas devem ter.
- . Decreto n.º 37/78, de 17 de Abril – altera o Decreto n.º 4/78, de 17 de Abril (e estabelece a composição do conselho geral e a forma de designação dos respectivos membros).
- . Decreto n.º 42/83, de 21 de Junho (DR n.º 140, I.ª Série) – actualiza o valor da renda a pagar à Câmara Municipal de Moura, de 405 000\$00 para 2 700 000\$00.
- . Decreto n.º 21/89, de 11 de Maio – estipula que a compensação anual devida à Câmara (Municipal de Moura) é de 4 000 000\$00.
- . Decreto n.º 41/95 (Anexo I), de 14 de dezembro – aprova para ratificação no país a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
- . Decreto n.º 34/96, de 22 de Novembro – actualiza a compensação anual à Câmara Municipal de Moura pela exploração da Herdade da Contenda pelo Estado.
- . Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro (D. R. n.º 31, I.ª Série - A) – aprova e publica a Convenção Europeia da Paisagem, que Portugal assinou em Florença em 20 de Outubro de 2000.

- . Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho – cria, entre outras, as figuras de Reservas naturais (integrals e parques nacionais); Reservas naturais parciais; Reservas de recreio; Paisagens protegidas; Objectos, conjuntos, sítios e lugares classificados; Parques naturais.
- . Decreto-Lei n.º 292/81, de 15 de Outubro – cria a Área de Paisagem Protegida de Sintra/Cascais.
- . Decreto-Lei n.º 67/82, de 03 de Março – cria a Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor.
- . Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de Abril – sobre a sinalização geodésica e cadastral (Art.º 19.º ao 25.º).
- . Decreto-Lei n.º 168/84, de 22 de Maio (D. R., I.ª Série) – cria a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.

- . Decreto-Lei n.º 377/89, de 26 de Outubro (D. R. n.º 247, I.ª Série) – cria a Zona de Caça Nacional do Perímetro Florestal da Contenda, pertencente à Câmara Municipal de Moura, com a área de 5267 ha.
- . Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro – proíbe pelo prazo de 10 anos várias acções nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios.
- . Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro – cria a Rede Nacional de Áreas Protegidas (revoga o Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho e os Decreto n.º 4/78, de 11 de Janeiro e Decreto n.º 37/78, de 17 de Abril).
- . Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril – transpõe para o direito interno as Directivas Aves e *Habitats* e estabeleceu os mecanismos necessários à gestão dos Sítios e das ZPE.
- . Decreto-Lei n.º 204/99, de 09 de Junho (D. R. n.º 133, I série-A, pág. 3249-3252) – regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos de gestão florestal a aplicar nos espaços florestais.
- . Decreto-Lei n.º 205/99, de 09 de Junho (D. R. n.º 133, I série-A, pág. 3252-3255) – regula o processo de elaboração, de aprovação, de execução e de alteração dos planos.
- . Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro – cria 28 ZPE (entre elas a de Mourão/Moura/Barrancos).
- . Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio – estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira, define povoamento e conversão e estabelece as condições de corte ou arranque (revoga o Decreto-Lei n.º 11/97, de 14 de Janeiro, mas mantém os mesmos tipos de contra-ordenações e os montantes das coimas, de acordo com a Lei n.º 29/96, de 02 de Agosto).
- . Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho – (altera o DL 169/2001) estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira, redefinindo povoamento e englobando a “protecção de pequenos núcleos”.
- . Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto – (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro) estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da actividade cinegética, vulgarmente designada por Lei da Caça.
- . Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro – altera o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, porque não terá transposto na íntegra as disposições de várias directivas, tendo sido necessário proceder a certos ajustamentos e alterações.
- . Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho – estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- . Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março – proíbe pelo prazo de 10 anos várias acções nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios (altera o Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro).
- . Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio – estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.
- . Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho – estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (são revogados: parcialmente o Decreto n.º 162/75, de 27 de Março e o Decreto-Lei n.º 565/76, de 19 de Julho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 487/77, de 17 de Novembro; o Decreto-Lei n.º 264/79, de 1 de Agosto; parcialmente o

- Decreto-Lei n.º 430/80, de 1 de Outubro, o Decreto-Lei n.º 67/82, de 3 de Março, o Decreto-Lei n.º 237/83, de 8 de Junho, o Decreto-Lei n.º 168/84, de 22 de Maio e o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, na redacção dada pelos Decretos-Leis n.º 151/95, de 24 de Junho, 213/97, de 16 de Agosto, 227/98, de 17 de Julho, 221/2002, de 22 de Outubro, 117/2005, de 18 de Julho, e 136/2007, de 27 de Abril).
- . Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro – aprova o regime jurídico dos PGF, a aplicar nos espaços florestais, estabelecendo o respectivo conteúdo.
 - . Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro – altera o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
 - . Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março – aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (e revoga o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho).
 - . Decreto-Lei n.º 2/2011, de 06 de Janeiro – altera a forma de aprovação e o local de publicação da matéria cinegética, das Zonas de Intervenção Florestal dos selos e formas estampilhadas.
 - . Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de Novembro – procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, abreviadamente designada por REN.
-
- . Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de Outubro – aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROF BA).
 - . Decreto Regulamentar n.º 6/2008, de 26 de Fevereiro – cria as zonas de protecção especial (ZPE) de Monforte, Veiros, Vila Fernando, São Vicente, Évora, Reguengos, Cuba e Piçarras.
-
- . Despacho Ministerial de 13 de Novembro de 1958 – aprova o documento “*Projecto de Arborização da Contenda – ao Sul da Ribeira de Murtigão*”, elaborado em Outubro de 1958.
-
- . Despacho de 23 de Setembro de 1975 – cria uma Zona de Caça Condicionada na Contenda.
-
- . Despacho n.º 15 142/2004, de 28 de Julho (D. R. n.º 176, II.ª Série, pág. 11357) – atribui a transferência da administração e gestão da vacada mertolenga da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo para a Associação de Criadores de Bovinos Mertolengos.
 - . Despacho (Extracto) n.º 31745/2008, de 12 de Dezembro – cria a Estrutura de Missão para a Valorização dos Montados – Centro Nacional de Valorização do Montado, com dependência administrativa e funcional do Director Regional de Florestas do Alentejo mas com actividade de âmbito nacional.
 - . Despacho n.º 9750/2010, de 9 de Junho – procede à alteração do modelo organizacional da Autoridade Florestal Nacional, e das competências da actualmente denominada Estrutura de Missão para a Valorização dos Montados e dos recursos associados.
 - . Despacho n.º 12423/2012, de 24 de Setembro – cria o Prémio Nacional da Paisagem, com carácter bienal, que vigora por tempo indeterminado e cuja atribuição teve início em 2012.

- . Despacho Normativo n.º 19/2010, de 09 de Julho – determina o valor das taxas a pagar pela concessão de autorizações especiais de caça à Zona de Caça Nacional do Perímetro Florestal da Contenda.

- . Directiva Comunitária n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 02 de Abril (Directiva Aves) – o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril transpõe para o direito interno as Directivas Aves e *Habitats* e estabeleceu os mecanismos necessários à gestão dos Sítios e das ZPE).
- . Directiva Comunitária n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Directiva *Habitats*) – o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, transpõe para o direito interno as Directivas Aves e *Habitats* e estabeleceu os mecanismos necessários à gestão dos Sítios e das ZPE).

- . Lei n.º 2069, de 24 de Abril de 1954 (D.G. n.º 88, I.ª série) – promulga medidas sobre beneficiação de terrenos cuja arborização seja indispensável para garantir a fixação e a conservação do solo.
- . Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (D. R. 1.ª série, n.º 81) – define as bases da política de ambiente.
- . Lei n.º 29/96, de 02 de Agosto – actualiza o montante máximo e mínimo das coimas no âmbito do regime de protecção ao montado de sobro e azinho constante, respectivamente, dos Decretos-Leis n.º 172/88, de 16 de Maio e 14/77, de 06 de Janeiro.
- . Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto – Lei de Bases da Política Florestal, estabelece os princípios orientadores da política florestal.
- . Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro – Lei das Bases Gerais da Caça, estabelece as bases da gestão sustentada dos recursos cinegéticos, bem como os princípios reguladores da actividade cinegética e da administração da caça.
- . Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro – estabelece a titularidade dos recursos hídricos.
- . Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro – aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

- . Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro – define as normas gerais que concretizam o direito de acesso dos caçadores e as condições particulares do exercício da caça nas zonas de caça nacionais (ZCN).

- . Regulamento 2158/92 (CEE), de 31 de Julho – relativo à protecção das florestas da Comunidade contra os incêndios.

- . Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012, de 10 de Fevereiro (D. R. 1.ª série — N.º 30) – institui o sobreiro como árvore nacional de Portugal.

- . Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto (DR n.º 198, Série I-B) – aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase), a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º

226/97, de 27 de Agosto, que constitui o anexo I à presente resolução e dela faz parte integrante.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 17 de Junho – aprova o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de Julho (D. R. n.º 153, Série I-B) – aprova a 2.ª fase da lista nacional de sítios (proposta de Sítios de Importância Comunitária para a Região Biogeográfica Mediterrânica).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 06 de Junho (D. R. n.º 131, I.ª Série-B) – determina a elaboração do Plano Sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 (PSRN2000) em Portugal.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho (D. R. n.º 139, I.ª Série) – aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) relativo ao território continental.

ANEXOS

ANEXO 1 – SPU – Conceito de “Service Providing Unit” (Unidade Fornecedora de Serviços).

Este modelo foi proposto por Luck *et al.* (2003 *in* Haines-Young, 2009: 180).

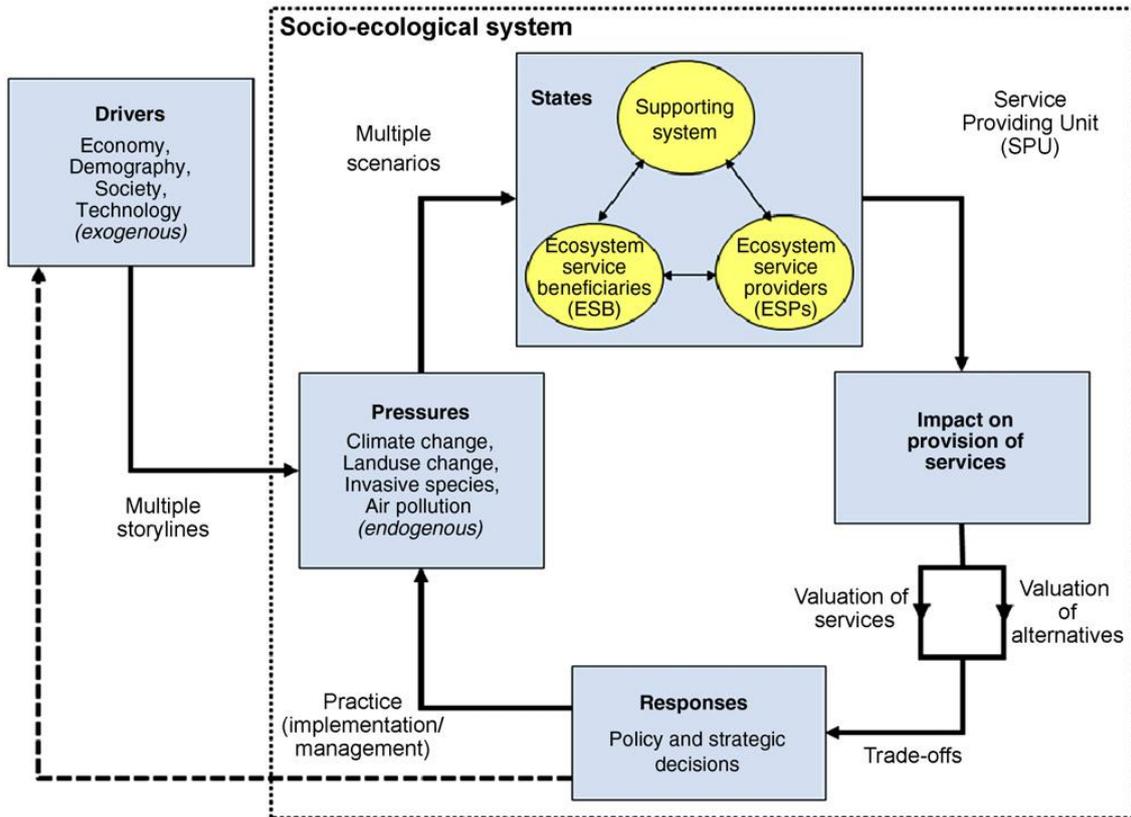


Figura 1.2 – Modelo que proporciona a compreensão das ligações entre biodiversidade, serviços dos ecossistemas e bem-estar humano e ajuda a identificar os tipos de “trade-off” que podem ser considerados entre serviços sob diferente gestão da terra ou estratégias de uso do solo (de acordo com Vandewalle *et al.*, 2008 *in* Haines-Young, 2009: 180).

ANEXO 2 – Património Mundial.

II LA LISTE DU PATRIMOINE MONDIAL

II. A Definition du patrimoine mondial

Le patrimoine culturel et naturel

45. Le patrimoine culturel et le patrimoine naturel sont définis aux articles 1 et 2 de la *Convention du patrimoine mondial*.

Article 1

Aux fins de la présente Convention sont considérés comme « patrimoine culturel » :

- *les monuments: oeuvres architecturales, de sculpture ou de peinture monumentales, éléments ou structures de caractère archéologique, inscriptions, grottes et groupes d'éléments, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l'histoire, de l'art ou de la science,*
- *les ensembles: groupes de constructions isolées ou réunies, qui, en raison de leur architecture, de leur unité, ou de leur intégration dans le paysage, ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l'histoire, de l'art ou de la science,*
- *les sites: oeuvres de l'homme ou oeuvres conjuguées de l'homme et de la nature, ainsi que les zones y compris les sites archéologiques qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue historique, esthétique, ethnologique ou anthropologique.*

Article 2

Aux fins de la présente Convention sont considérés comme « patrimoine naturel » :

- *les monuments naturels constitués par des formations physiques et biologiques ou par des groupes de telles formations qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue esthétique ou scientifique,*
- *les formations géologiques et physiographiques et les zones strictement délimitées constituant l'habitat d'espèces animales et végétales menacées, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science ou de la conservation,*
- *les sites naturels ou les zones naturelles strictement délimitées, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de la science, de la conservation ou de la beauté naturelle.*

Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du patrimoine mondial

Le patrimoine mixte culturel et naturel

46. Des biens sont considérés comme « patrimoine mixte culturel et naturel » s'ils répondent à une partie ou à l'ensemble des définitions du patrimoine culturel et naturel figurant aux articles 1 et 2 de la *Convention*.

Les paysages culturels

47. Les paysages culturels sont des biens culturels et représentent les « oeuvres conjuguées de l'homme et de la nature » mentionnées à l'article 1 de la *Convention*. Ils illustrent l'évolution de la société humaine et son établissement au cours du temps, sous l'influence des contraintes physiques et/ou des possibilités présentées par leur environnement naturel et des forces sociales, économiques et culturelles successives, externes aussi bien qu'internes.

Annexe 3

Le patrimoine mobilier

48. Les propositions d'inscription concernant le patrimoine immobilier, susceptible de devenir mobilier, ne seront pas prises en considération.

La valeur universelle exceptionnelle

49. La valeur universelle exceptionnelle signifie une importance culturelle et/ou naturelle tellement exceptionnelle qu'elle transcende les frontières nationales et qu'elle présente le même caractère inestimable pour les générations actuelles et futures de l'ensemble de l'humanité. A ce titre, la protection permanente de ce patrimoine est de la plus haute importance pour la communauté internationale toute entière. Le Comité définit les critères pour l'inscription des biens sur la Liste du patrimoine mondial.

IUCN – The concept of Outstanding Universal Value

<http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-inf09Be.pdf>

ANEXO 3 – Transformação de Desperdícios de Cortiça em Carvão Activado.



Figura 1.23 – Notícia no “Diário do Sul” sobre a transformação de desperdícios de cortiça em carvão activado, no Centro de Química da Universidade de Évora.

ANEXO 4 – Notícia no Diário do Sul sobre a Necessidade de a Gestão Equilibrada do Montado Dever Ser “Premiada” com Apoio Financeiro.

diário do *SUL*

ANO: 43.º NÚMERO: 11.952 PVP: 0,50€
SEGUNDA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2013



11952

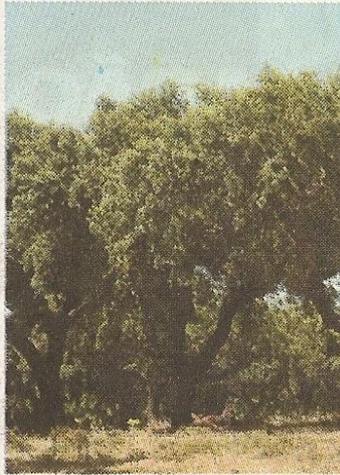
Gestão equilibrada do montado deve ser “premiada” com apoio financeiro

Os proprietários agrícolas que fazem uma gestão equilibrada do montado, optando por menor densidade de pastoreio para melhor conservar o sistema a longo prazo, deviam receber apoios financeiros nacionais e comunitários específicos, defendeu uma investigadora universitária.

Teresa Pinto Correia, professora da Universidade de Évora e investigadora do Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM), argumentou que “deveria haver algum tipo de compensação” para estes casos.

“Se o proprietário tem menor densidade de pastoreio para preservar a regeneração natural e a qualidade das pastagens, devia ser compensado, face a outros que têm mais animais e recebem mais apoio por cabeça para produção animal, mas não garantem a sustentabilidade do sistema a longo prazo”, disse.

Segundo a investigadora e organizadora, o objetivo, além da troca de experiências, foi discutir “quais os parâmetros que devem ser introduzidos para que este tipo



de sistemas possa ser classificado como de elevado valor natural” a nível europeu, a pensar em eventuais medidas na próxima Política Agrícola Comum (PAC).

“Nas negociações da PAC voltou-se a falar na classificação como uma forma de reconhecer sistemas que deviam ter algum apoio pelo seu valor de conservação e, neste âmbito, o montado e a ‘dehesa’ são sempre apontados como exemplo”, disse.

Por enquanto, acrescentou, “não se sabe” se a futura PAC vai contemplar algum apoio específico

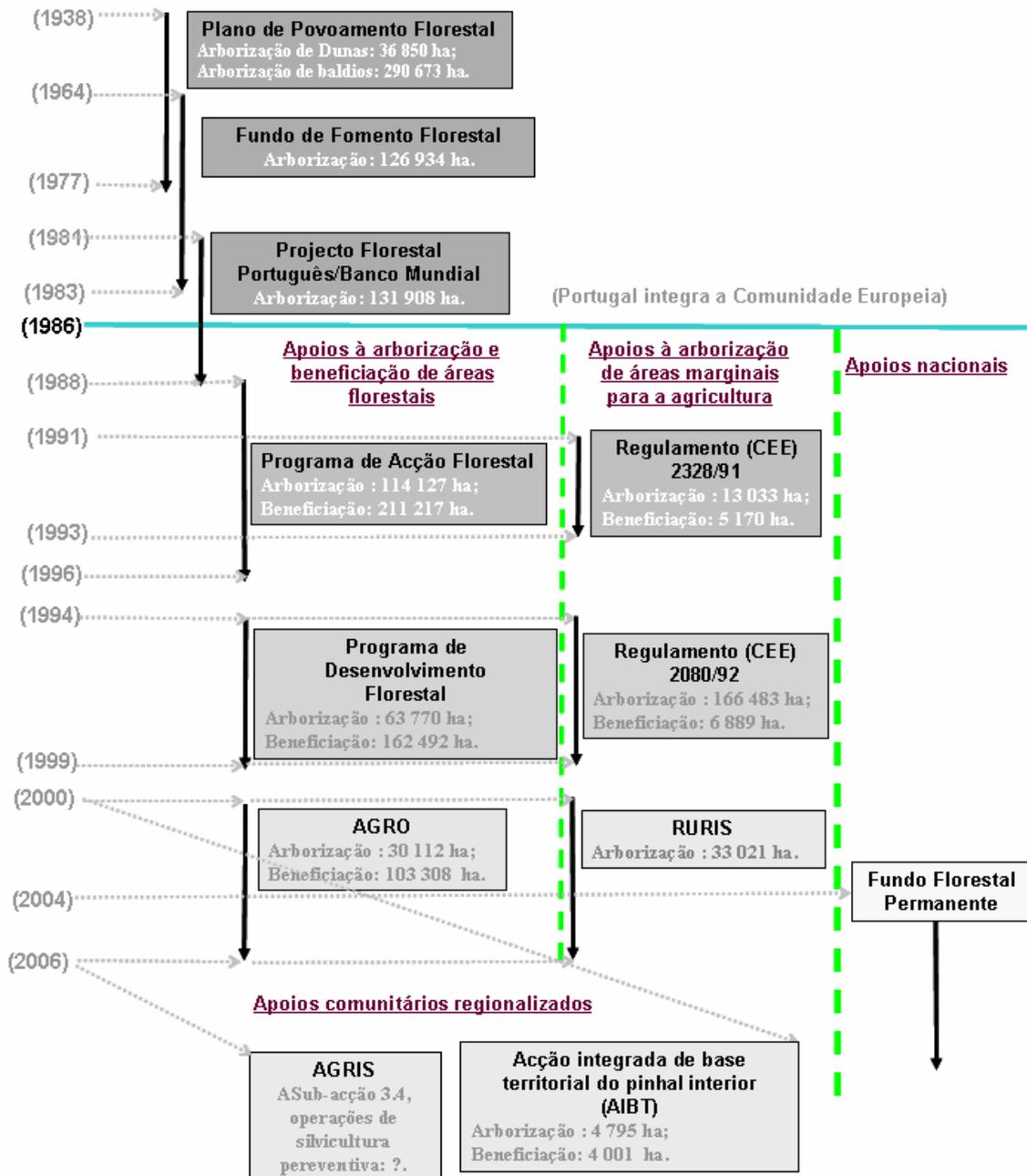
para o montado, mas Teresa Pinto Correia considera que essa ajuda nacional e comunitária devia existir, para fomentar a preservação.

“Atualmente, os proprietários têm apoio para a produção animal, podem ter apoio para desmatização e, em alguns casos, têm medidas agroambientais que podem ajudar a manter a pastagem, mas não têm apoio para o sistema no seu conjunto”, afirmou.

Ora, a preservação e gestão do montado dependem, precisamente, do “equilíbrio muito delicado” entre as componentes florestal, das árvores, e agrícola, do pastoreio, pelo que os agricultores “deviam ser apoiados pela manutenção deste complexo sistema no seu conjunto”.

“Há que ter mais capacidade de criar políticas ou instrumentos especificamente dirigidos para o montado, para facilitar aos proprietários que façam a sua gestão a longo prazo, não apenas como sistema produtivo, mas atendendo ao seu elevado valor de conservação e paisagístico”, sustentou.

ANEXO 5 – Quadro histórico dos apoios à arborização. Quadros Comunitários de Apoio (1986-



Fonte: Mendes, [e tal], 2004); IFADAP/INGA; Coordenador da AIBT-PI; Apuramento DGRF, Novembro de 2005

1992, 1993-1999, 2000-2006 e 2007-2013).

Resumo dos programas com possível financiamento a candidaturas de áreas florestadas propriedade do Estado (Matas Nacionais) ou por ele geridas (Perímetros Florestais), inscritos nos diferentes QCA (Quadros Comunitários de Apoio:

- **1.º QCA (1986-1992)** – foi permitido ao Estado candidatar-se a financiamentos comunitários até, porventura, por ser a única entidade à altura que estaria organizada a fim de poder candidatar-se, face à então muito recente adesão de Portugal à CEE;

. “PAF – Programa de Acção Florestal” – As intervenções em áreas florestadas envolviam as arborizações, limpezas, podas, abertura e limpezas de acessos, execução de caminhos, construção de barragens para abeberamento, rega e armazenamento de água para o combate a incêndios;

. “Regulamento (CEE) 797/85” – candidaturas para arborização de terras agrícolas;

- **2.º QCA (1993-1999)** – foram permitidas candidaturas do Estado. A partir de, sensivelmente, metade do período de vigência deste QCA, o regulamento do PDF deixou de permitir a candidatura de projectos em áreas sob gestão directa do Estado e também não era permitida a candidatura de projectos para Perímetros Florestais. Os Baldios (propriedade de autarquias ou de associações de compartes) podiam candidatar-se;

. “PDF – Programa de Desenvolvimento Florestal” (Medida 3 do PAMAF) – estava por sua vez integrado no Programa de Apoio à Modernidade Agrícola e Florestal (PAMAF). O objectivo era o de apoiar acções que promovessem a melhoria dos povoamentos instalados e a arborização de áreas incultas ardidadas; também pretendia fomentar a utilização da floresta para fins múltiplos – apicultura, cinegética, silvopastorícia;

. “**Regulamento (CEE) 2080/92**” – Medidas Florestais na Agricultura – possibilitava a concretização de candidaturas para a arborização de terras agrícolas, fomentando a utilização alternativa de terras agrícolas e, assim, contribuir para a redução do défice da UE em produtos silvícolas. Houve três épocas de candidatura, 1994, 1995 e 1996. Em relação ao “797” e ao “2080”, a filosofia era a de se “retirarem terrenos à agricultura para depois serem florestados. Como em termos de gestão agrícola, se tratava de uma actividade que gerava rendimentos anuais, o que não sucederia com uma área florestada que só ao fim de vários anos é que poderia começar a gerar alguns rendimentos, foi instituído o Prémio de Manutenção (pagamento do prémio durante 5 anos a seguir à retanchar). Permitia financiamento de projectos de arborização (operações de preparação do terreno).

Havia também o Prémio de Perda de Rendimento, modelado de acordo com a categoria de agricultor, e que era atribuído em função da espécie florestal, sendo algumas espécies mais valorizadas do que outras (este prémio era por um período de 20 anos a partir do ano seguinte ao da instalação;

- **3.º QCA (2000-2006)** – manteve-se o princípio de que seria o Estado a assegurar o financiamento para as diversas acções na gestão das próprias áreas florestadas. As medidas eram destinadas, sobretudo, a incentivar a iniciativa privada. A única concessão que se fazia era em relação às Autarquias, aqui consideradas como “entidades privadas”;

. “**AGRO**” – este programa sucedeu ao PDF. Na primeira parte da vigência do AGRO o Estado não pôde concorrer e medida idêntica era aplicável aos Perímetros Florestais: a excepção foi os Baldios. Na 2.ª metade do AGRO foi possível elaborar candidaturas para os Perímetros Florestais, desde que sob a gestão dos Serviços Florestais e desde que não pertencessem a

uma autarquia. As matas do domínio privado do Estado (Matas Nacionais) continuavam a não ter acesso ao financiamento comunitário;

. **“RURIS”** – o Programa de Desenvolvimento Rural “RURIS” sucedeu ao “2080” e foi, sobretudo, dirigido ao minifúndio;

. **“AGRIS”** – esta medida era dirigida à “Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”. Era permitido ao Estado, às Associações e a Agrupamentos de proprietários a elaboração de candidaturas a benefício da floresta como infra-estruturas, caminhos, faixas de gestão de combustível, pontos de água, pequenos desbastes, e intervenções de beneficiação de povoamentos ligados à gestão de combustível;

- **4.º QCA (2007-2013)** – tudo o que for domínio do Estado, não é susceptível de candidatura a financiamento comunitário. Os Perímetros Florestais, mesmo tendo passado para a gestão autárquica, podem candidatar-se.

. **“PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural”** – Mais uma vez é reafirmado o princípio de que este programa é destinado à iniciativa privada. Neste QCA existem apoios a financiamento que, no tocante à área florestal se encontram distribuídos nos seguintes dois subprogramas: o da “Promoção da Competitividade” e o da “Gestão sustentável do Espaço Rural”.

Ao nível da contribuição do PRODER para a recuperação, desenvolvimento e promoção das áreas de montado, identificaram-se as seguintes medidas e acções:

Medida 1.3 – Promoção da Competitividade Florestal, inserida no subprograma Promoção da Competitividade tem como objectivos: Promover o desenvolvimento da competitividade da fileira florestal, numa óptica multifuncional ou de especialização, com ênfase nas sub-fileiras de expressão nacional, bem como da exploração de valências e recursos a elas associados, nomeadamente através da: Requalificação do tecido produtivo; Promoção do desenvolvimento de novos produtos e mercados; Optimização do potencial produtivo das Explorações; Acréscimo de valor das matérias-primas e dos produtos florestais; Potenciação da utilização económica de recursos associados à florestas.

Medida 1.4 – Valorização da Produção de Qualidade tem como objectivos: Contribuir para o desenvolvimento dos regimes de qualidade certificada, enquanto factores dinamizadores de criação de valor em territórios e fileiras com produtos diferenciados, incentivando a participação dos agricultores nestes regimes; Aumentar o acesso aos mercados através de ganhos de escala e melhoria da promoção dos produtos.

Medida 2.3 – Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal, inserida no subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural, tem como objectivos: Consolidar e melhorar a multifuncionalidade da floresta portuguesa garantindo e aumentando a sua valorização económica, ambiental e social através de uma gestão activa e profissionalizada dos espaços florestais e agro-florestais, de forma a: Tornar a floresta mais estável, resiliente aos incêndios e ataques de agentes bióticos nocivos; Melhorar o valor ambiental e o valor social dos espaços florestais, maximizando as suas funções ambientais, protectoras e de enquadramento paisagístico; Aumentar a rentabilidade e a sustentabilidade económica do sector florestal numa óptica multifuncional; Contribuir para o ordenamento territorial reforçando a sua sustentabilidade.

Medida 2.4 – Intervenções Territoriais Integradas tem como objectivo: Promover uma gestão dos sistemas agrícolas e florestais adequadas à conservação de valores de biodiversidade e de manutenção da paisagem em áreas designadas da Rede Natura e na Zona Demarcada do Douro. Este objectivo concretiza-se através de: Pagamentos agro-ambientais; Pagamentos silvo-ambientais; Investimentos não produtivos, necessários ao cumprimento de objectivos agro-ambientais e silvoambientais; Criação de competências locais para a sua dinamização e acompanhamento; Elaboração dos Instrumentos de Planeamento necessários a uma gestão mais adequada da Rede Natura.

Medida 3.1 – Diversificação da Economia e criação de Emprego, inserida no Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais, tem como objectivos: Promover a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego nas zonas rurais, de acordo com uma estratégia definida para territórios locais alvo de abordagem LEADER.

Medida 4.1 – Cooperação para a Inovação, inserida no Subprograma Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências, tem como objectivos: Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias; Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as actividades produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades do sector, à melhoria do desempenho das empresas e incorporando os resultados nos produtos a oferecer ao consumidor; Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando e optimizando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação ou os serviços prestados.

PRODER – Valorização Ambiental dos Espaços Florestais

Subacção 2.3.3.3 – Protecção contra Agentes Bióticos Nocivos

Ação 2.3.3 – Valorização Ambiental dos Espaços Florestais

Subacção 2.3.3.3 – Protecção contra Agentes Bióticos Nocivos

FREGUESIAS DEFINIDAS PELO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS PARA A SEGUINTE TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO:

Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, incluindo as áreas críticas para acções de reconversão florestal;

[Ver listagem \(5 Setembro 2012\)](#) [PDF: 868 KB]

Recuperação de Montados de Azinheira em declínio;

[Ver listagem \(10 Setembro 2012\)](#) [PDF: 45 KB]

Recuperação de Montados de Sobreiro em declínio;

[Ver listagem \(5 Setembro 2012\)](#) [PDF: 185 KB]

Recuperação de Povoamentos de Castanheiro em declínio

[Ver listagem](#) [PDF: 57 KB]

- Listagens anteriores:

Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, incluindo as áreas críticas para acções de reconversão florestal;

[Ver listagem \(24 Março 2011\)](#) [PDF: 199 KB]

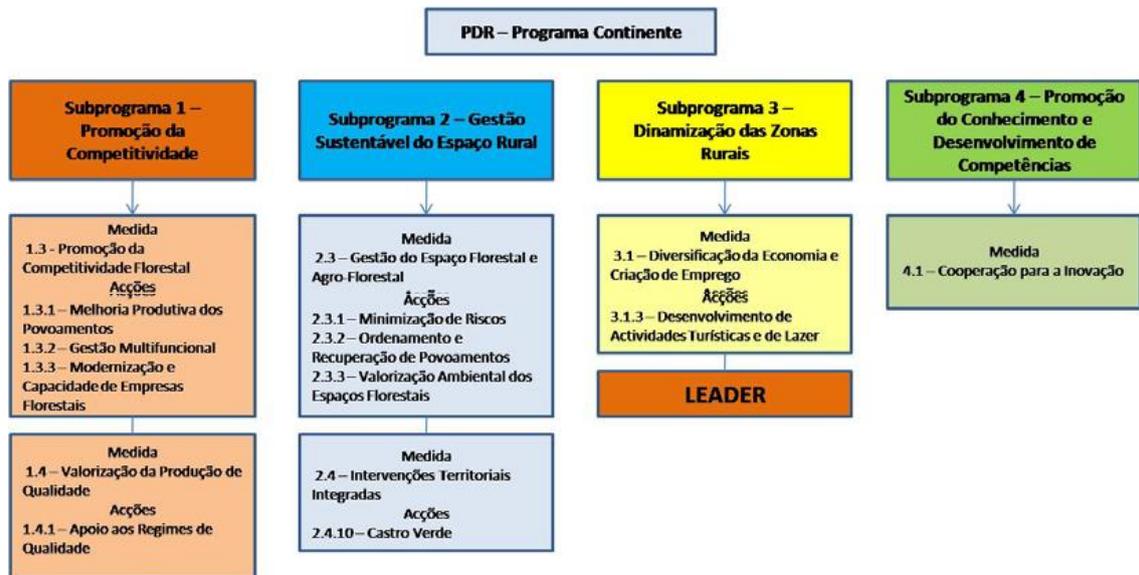
Recuperação de Montados de Sobreiro em declínio;

[Ver listagem \(24 Março 2011\)](#) [PDF: 54 KB]

Recuperação de Montados de Azinheira em declínio;

[Ver listagem](#) [PDF: 45 KB]

QUADRO 3 – Medidas e acções do PRODER aplicáveis à revitalização das áreas de *montado*
(Matias, s/d: 13)



<http://www.peripheries.net/article75.html>

ANEXO 6 – Campanha do Trigo.

A **Campanha do trigo**, de 1929 a 1935, mas que se prolongou até ao fim da 2.ª Guerra Mundial (Ferreira, 2001: 182 e http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_16.pdf) e tinha como objectivos: alargar as áreas destinadas ao cultivo de cereais; possibilitar o aumento da produção; contribuir para a auto-suficiência alimentar. foi responsável pela acentuada erosão de muitos solos.

Esta campanha levou a um intenso aproveitamento agrícola dos terrenos pobres. Abandonou-se quase por completo o tradicional sistema de rotação de culturas, deixando de se cumprir os prazos mínimos de pousio. Isto provocou um esgotamento dos solos.

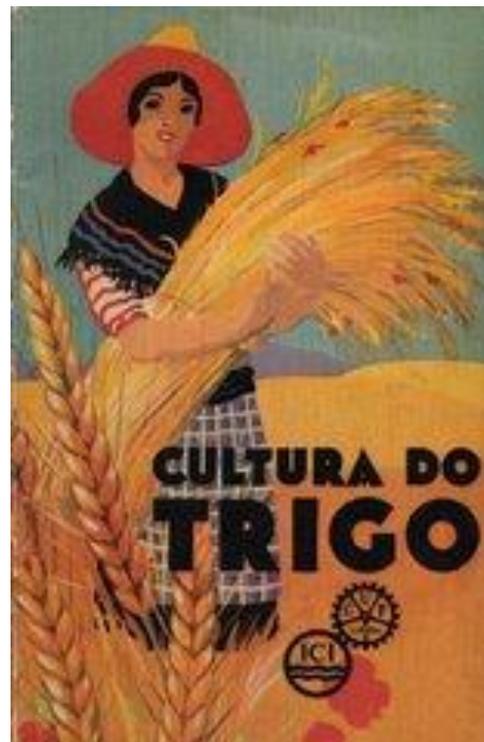


Figura 1.25 – “Restos de Coleção: CUF”. (Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/cuf-companhia-uniao-fabril.html>, acesso em 1-5-2012).

Figura 1.26 – Cartaz da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (F. N. P. T) no 20.º aniversário da Campanha do Trigo. (Disponível em: <http://campanhatrigo.blogspot.pt/http://turma9a-ap.blogs.sapo.pt/8443.html>, acesso em 21 Junho 2012).



Figura 1.27 – Publicação da CUF sobre a cultura do Trigo – 1933. (Disponível em: <http://industriacuf.blogspot.pt/2010/03/emplos-de-publicidade-de-marcas.html>, acesso em 21 de Junho de 2012).



ANEXO 7 – Notícias nos “Media” sobre a Intenção da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (TA ERT) de Promover a Dinamização do “Montado Alentejano como Bem Cultural Universal”.



Figura 1.28 – Notícia no “Diário do Sul” (31 de Agosto de 2013) sobre a integração do Município de Vendas Novas na lista de parceiros do protocolo de “Dinamização do Montado Alentejano como Bem Cultural Universal”.

XI Feira do Montado abre hoje ao público e termina a 1 de Dezembro

Norberto Patinho reitera importância da candidatura do Montado a Património da Humanidade

■ Maria Antónia Zacarias

FOTOS EXCLUSIVAS
diário do SUL

A Feira do Montado nasceu em Portel, há 11 anos, com o intuito de promover as extensas florestas de sobreiros e azinheiras da região. Devido ao sucesso que tem vindo a ter ao longo do tempo, realiza-se uma vez mais, abrindo as portas hoje, às 18 horas, até ao próximo dia 1 de Dezembro. Em entrevista ao "Diário do Sul", o presidente da Câmara Municipal de Portel, Norberto Patinho, explicou que os produtos do montado estão, uma vez mais, em destaque, na Tapada dos Arcos da vila, local onde decorre o certame e que tem entrada gratuita. Em seu entender, a cortiça ocupa, assim, um lugar cimeiro, justificando a realização de dois debates sobre a candidatura do montado a Património da Humanidade e sobre a importância da utilização da rolha de cortiça



Presidente da Câmara Municipal de Portel, Norberto Patinho.

Centro Nacional do Montado está prestes a funcionar

De acordo com o autarca de Portel, o Centro Nacional do Montado tem todas as condições para começar a funcionar. "Recorde-se que esta foi uma estrutura prevista pelo próprio Ministério da Agricultura, tendo já um director e três técnicos a trabalhar", explicou, acrescentando que esta estrutura leve e operacional será capaz de prestar apoio aos produtores. Norberto Patinho asseverou que estão criadas as condições para fornecer essa ajuda, de forma a conseguir "uma melhor produção do montado".

como vedantes dos vinhos de qualidade. Colóquios, conferências e apresentações de projectos sobre estas temáticas ocupam um espaço relevante na feira, com a qualidade destes encontros a contribuir para a crescente internacionalização deste evento. De salientar ainda a mostra do artesanato e dos produtos regionais, a divulgação da actividade pecuária e a oferta gastronómica como sectores igualmente relevantes para a economia do concelho.

Que temas vão estar em debate?

Temos dois temas fulcrais para debate durante os dias da feira. Um deles tem a ver com a candidatura do montado a Património da Humanidade, uma parceria que queremos larga, em colaboração com outros municípios e com o apoio da Entidade Regional de Turismo que, aliás, vai ser co-organizadora deste debate. É

preciso dizer que, neste momento, o que queremos e estamos a fazer é angariar o maior número de entidades, tentando criar um grande grupo de trabalho que fundamente com todos os argumentos plausíveis no sentido de conseguirmos que se formule a candidatura à UNESCO. Uma outra temática prende-se com a importância da rolha de cortiça no vinho. Tendo em conta a existência de outros materiais concorrentes para serem vedantes do vinho, entendemos que devemos reforçar a qualidade das rolhas de cortiça para vinhos de qualidade.

Quais são os objectivos desta 11.ª edição deste certame e quais as novidades deste ano?

Atendendo ao potencial que o montado representa para o desenvolvimento da região, nasceu em 2000 a Feira do Montado, que hoje constitui um importante espaço de valorização dos recursos que lhe estão associados, encarados numa perspectiva económica, ambiental, cultural e científica. Quanto ao certame, em si, nós tentamos manter a estrutura que tem vindo a ser feita ao longo dos anos, tendo em conta as condições de edificação que temos, visto que este espaço nasceu propositadamente para a realização desta feira. De qualquer forma, tentamos sempre trazer o que é mais oportuno sobre a temática deste certame. Neste sentido, através dos debates, das reflexões, com a própria envolvimento dos serviços e dos ministérios, vamos reflectir sobre dois assuntos que me parecem ter grande relevância.

Figura 1.29 – Notícia no "Diário do Sul" (26 de Novembro de 2010) sobre a Feira do Montado e a importância da candidatura do Montado a Património da Humanidade, segundo o Presidente da C. M. de Portel.



Figura 1.30 – Notícia no “Alentejo Popular” (22 de Dezembro de 2010) sobre o andamento do processo da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (TA ERT) de Promover a Dinamização do “Montado Alentejano como Bem Cultural Universal”.



Figura 1.31 – Notícia no “Diário do Sul” (24 de Dezembro de 2010) sobre a candidatura do “Montado Alentejano como Bem Cultural Universal” pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo (TA ERT).

ANEXO 8 – O Sobreiro, “Árvore Nacional de Portugal”.

A [Assembleia da República](#) associa-se ao [Ano Internacional das Florestas](#) em Portugal e institui o sobreiro como Árvore Nacional de Portugal, num projecto de resolução subscrito por todos os partidos no Parlamento.

Na resolução, os deputados signatários entendem que a classificação do sobreiro como Árvore Nacional de Portugal pode contribuir para tornar mais visíveis alguns dos problemas associados à preservação desta espécie.

Tal contribuirá, ainda, para um olhar mais atento para a floresta portuguesa, considerando os parlamentares que esse é um contributo da Assembleia da República para celebração do Ano Internacional das Florestas em Portugal - 2011, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Projecto de Resolução n.º 123/XII/1.^a

Institui o Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal

Exposição de Motivos

O Sobreiro (*Quercus suber* Linnaeus, 1758) é uma árvore mediterrânica com origem na Era Terciária, existente desde a formação da bacia do Mediterrâneo, há mais de 60 milhões de anos, e pertencente à Ordem *Fagales*, Família *Fagaceae* e Género *Quercus*, sendo um endemismo do sudoeste da Europa (Portugal, sul de Espanha, sul de França, Itália e noroeste da antiga Jugoslávia) e do norte de África (Marrocos, Argélia e Tunísia).

Independentemente da sua origem (que se julga ser a região actualmente coberta pelo mar Tirreno), estabeleceram-se centros genéticos importantes no Sudoeste da Península Ibérica, área actual de Sobreiro mais extensa. Foram, aliás, descobertos no Alentejo fósseis de Sobreiro datados do Plioceno.

O Sobreiro distingue-se em relação aos outros carvalhos (todos do Género *Quercus*) por apresentar um tecido suberoso – a cortiça – a envolver o tronco e os ramos, constituída essencialmente por suberina, mas também por celulose, taninos, lenhina, ceras e outros polissacáridos, que lhe conferem propriedades químicas, físicas e mecânicas únicas e que, por ser um tecido com capacidade regenerativa, tem extrema importância económica, sendo utilizada em diversos sectores da indústria, em múltiplas aplicações.

O Sobreiro é uma espécie muito resistente, e, relativamente às condições ambientais em que se desenvolve, é uma árvore muito pouco exigente. Aliás, *«nas condições tão frequentemente ingratas de solo e de clima do nosso País, o sobreiro é uma árvore preciosa, já que nenhuma outra espécie florestal consegue resistir em terras tão secas e tão pobres e em condições de clima tão adversas por vezes à vegetação lenhosa. Nenhuma árvore dá mais exigindo tão pouco. (...) Extensões enormes, do Norte ao Sul de Portugal, e até agora pouco mais do que improdutivas, podem ser valorizadas pela subericultura. Confrange encontrar ainda, especialmente no Sul do Alentejo, áreas extensíssimas nos terrenos pobres do Carbónico submetidas à cultura cerealífera mais primitiva, com poisios de oito e dez anos, e onde o*

sobreiro, nascido pelos acasos da disseminação natural, é exterminado pela relha da charrua ou destruído pelos gados. Terrenos pobríssimos das nossas serras, mas com aptidões florestais; charnecas de vegetação degradada que apenas proporcionam mesquinha pastagem; terras miseráveis de centeio em alcantilados serros, hoje fácil presa à erosão, podem ser utilmente revestidas pelo sobreiro», como destacou Vieira Natividade na sua obra *Subericultura* (1950).

Em Portugal, segundo o último Inventário Florestal Nacional (2005/2006), a floresta ocupa mais de 3,45 milhões de hectares, sendo o Sobreiro responsável por mais de 716 mil hectares (23% do total nacional e 32% da área que a espécie ocupa no Mediterrâneo ocidental). E se a floresta está na base de um sector que é responsável por mais de 10% das exportações nacionais (no final de 2010, era já o 3.º principal “cluster” exportador) e 3% do PIB, o montado de sobreiro assume uma importância ímpar no país, particularmente no Sul de Portugal, onde constitui a última barreira contra o avanço da desertificação, para além do que a cortiça – o produto mais nobre do montado de sobreiro – está na base da única fileira da economia em que Portugal é líder mundial na produção, transformação e comercialização. Portugal produz cerca de 200 000 toneladas de cortiça por ano (mais de 50 % do total mundial).

Constituindo um agro-sistema secular de características ímpares, o Sobreiro reveste-se como a essência de um ecossistema fundamental para a conservação da biodiversidade e de espécies ameaçadas, como o lince ibérico ou a águia-imperial e, por esse motivo, o montado de sobreiro é um dos *habitats* prioritários para a conservação da biodiversidade na Europa, segundo estudos desenvolvidos pela organização internacional de conservação World Wildlife Fund (WWF).

No II Congresso Mundial do Sobreiro e da Cortiça, realizado no passado mês de Setembro, foram deixadas mensagens de alerta para a preservação do sector, atenta a necessidade de garantir a sua sustentabilidade futura. No caso da cortiça, a sua exploração tem um impacto muito positivo ao nível da sustentabilidade e da redução de CO₂, para além do peso que o sector detém nas exportações nacionais, com uma capacidade de inovação muito grande.

O montado e a cortiça são, pois, o fruto de um compromisso entre gerações, e exemplos de sustentabilidade, concretamente pela demonstração de como um sistema agro-silvo-pastoril tradicional pode ser sustentável, preservar os solos e, desse modo, contribuir para evitar a desertificação e conseqüente despovoamento/desordenamento do território.

Sem prejuízo dos dez anos da vigência do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, há ainda um longo caminho a fazer para se alcançar um nível de consciencialização que conduza a uma efectiva preservação desta espécie e dos valores biológicos, paisagísticos, económicos e culturais que lhe estão associados.

A Assembleia da República tem sido muito sensível a estas questões, nomeadamente através dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Sobreiro (XVII Legislatura), de que resultou a Resolução da Assembleia da República n.º 26/2007 (*Defender o montado, valorizar a fileira da cortiça*), aprovada por unanimidade, com a recomendação de ser levada a cabo com urgência.

É, pois, neste sentido, que a Assembleia da República não pode ignorar os apelos que a sociedade civil vem fazendo, nomeadamente através de iniciativas públicas e de petições, como a recentemente promovida pelas Associações Transumância e Natureza e Árvores de Portugal, com o objectivo de desencadear o processo de atribuição ao Sobreiro do estatuto simbólico de Árvore Nacional de Portugal.

Mas a Assembleia da República pode ir mais longe, e é por isso que os Deputados signatários entendem que a classificação do Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal pode contribuir para tornar mais visíveis alguns dos problemas associados à preservação desta espécie, contribuindo, simultaneamente, para se alcançarem as soluções necessárias, e que esse seria um precioso contributo da Assembleia da República para a celebração do Ano Internacional das Florestas em Portugal – 2011, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Neste sentido, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados propõem que a Assembleia da República, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, adopte a seguinte Resolução:

Instituir o Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal

Palácio de São Bento, 28 de Outubro de 2011

Os Deputados,

Diário da República, 1.ª série – N.º 30 – 10 de fevereiro de 2012

Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012

Institui o sobreiro como árvore nacional de Portugal

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, instituir o sobreiro como árvore nacional de Portugal.

Aprovada em 22 de Dezembro de 2011.

<http://naturlink.sapo.pt/Noticias/Noticias/content/Sobreiro-nomeado-arvore-Nacional-de-Portugal?bl=1>

666

Diário da República, 1.ª série—N.º 30—10 de fevereiro de 2012

município, bem como as demais normas relativas à sua composição e competências, nos termos da presente lei.

Artigo 26.º

Regimento interno do conselho municipal de juventude

O conselho municipal de juventude aprova o respectivo regimento interno do qual devem constar as regras de funcionamento que não se encontram previstas no Código do Procedimento Administrativo e na presente lei, bem como a composição e competências da comissão permanente.

Artigo 27.º

Regime transitório

1 — As regras de funcionamento dos conselhos municipais de juventude existentes à data de entrada em vigor da presente lei devem ser objecto de adaptação no prazo máximo de seis meses.

2 — Os municípios que à data de entrada em vigor da presente lei não se encontrem dotados de um conselho municipal de juventude devem proceder à sua instituição, nos termos da presente lei, no prazo máximo de seis meses.

3 — As entidades representadas nos conselhos municipais de juventude devem proceder à designação dos seus representantes no prazo de 30 dias após a instituição ou adaptação dos conselhos municipais de juventude, consoante o caso.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012

Institui o sobreiro como árvore nacional de Portugal

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, instituir o sobreiro como árvore nacional de Portugal.

Aprovada em 22 de Dezembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Resolução da Assembleia da República n.º 16/2012

Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização dos acervos dos extintos governos civis

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, recomendar ao Governo que:

1 — O espólio documental de cada governo civil seja entregue ao arquivo distrital do respectivo distrito, sob supervisão da Direcção-Geral dos Arquivos, ou do serviço que venha a suceder nas respectivas atribuições, de modo a garantir a sua preservação, tratamento arquivístico e ulterior disponibilização ao público.

2 — Os acervos compostos por obras de arte e demais objectos de relevante interesse patrimonial e cultural dos governos civis sejam confiados ao Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) para inventariação, para que pos-

teriormente, sob parecer do IMC, possam ser confiados a museus sítos nos respectivos distritos, incluindo museus municipais, tendo em conta a vocação destes face ao espólio a entregar.

Aprovada em 22 de Dezembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Resolução da Assembleia da República n.º 17/2012

Recomenda ao Governo que proceda à abertura de uma nova fase de candidatura a bolsas de acção social escolar para estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e equacione um eventual reforço das verbas afectas aos auxílios de emergência.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, recomendar ao Governo que:

1 — Pondere a abertura de uma nova fase de candidatura a bolsas de acção social escolar para estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior, após a análise completa das candidaturas que se encontram em fase de decisão nos Serviços de Acção Social e na Direcção-Geral do Ensino Superior.

2 — Envide esforços no sentido de agilizar a análise das candidaturas às bolsas de acção social escolar e evitar os atrasos sistémicos nas decisões das mesmas por parte dos Serviços de Acção Social.

3 — Equacione um eventual reforço das verbas afectas aos auxílios de emergência.

Aprovada em 22 de Dezembro de 2011.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Resolução da Assembleia da República n.º 18/2012

Relatório sobre Portugal na União Europeia 2010

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, no âmbito da apreciação da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia durante o ano de 2010, o seguinte:

1 — Expressar um juízo favorável sobre o conteúdo geral do relatório previsto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, no âmbito do processo de consulta e troca de informações entre o Governo e a Assembleia da República.

2 — Reafirmar o entendimento de que o relatório do Governo, acima citado, deverá ter também uma componente política que traduza as linhas de orientação estratégica das acções relatadas.

3 — Sublinhar que, um ano após a aprovação do Tratado de Lisboa, entrou formalmente em funcionamento o Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), tendo Portugal participado, desde o primeiro momento, nos debates relativos à criação deste Serviço.

4 — Salientar que, no âmbito da construção de um espaço de liberdade, segurança e justiça, foi adoptado o Plano de Acção de aplicação do Programa de Estocolmo. Portugal participou no processo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

5 — Congratular-se com a adopção da Estratégia Europa 2020, enquanto instrumento estruturante para o futuro

Ambiente

8 Regional

QUARTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2011

diário do SUL

Petição na Internet quer classificação do sobreiro como "Árvore Nacional de Portugal"

A classificação do sobreiro como "Árvore Nacional de Portugal" está na base de um movimento criado pelas associações Árvores de Portugal e Transumância e Natureza que estão a promover uma petição para entregar na Assembleia da República.

"O Estado devia fazer uma legislação para classificar o sobreiro como Árvore Nacional de Portugal, porque se trata de uma espécie muito importante a nível da biodiversidade e da riqueza" para o país, afirmou Ricardo Nabais, técnico florestal da Associação Transumância e Natureza (ATN).

Em declarações à agência Lusa, o mesmo responsável destacou a importância de proteger os sobreiros, uma das "árvores mais

emblemáticas" do país e "um símbolo de biodiversidade", porque tem sido uma espécie "muito afetada" pelos abates ilegais.

"O alargamento de uma estrada implica abater uma árvore ou porque um sobreiro está quase a morrer e já o querem abater, mas, se todos apoiarem esta causa, a espécie vai ter mais proteção", frisou Ricardo Nabais.

O técnico florestal da ATN apelou à participação dos portugueses na petição, uma vez que a recolha de assinaturas "está a ser difícil", porque "as pessoas andam preocupadas com outros assuntos".

Lançado em outubro do ano passado pelas duas associações, o movimento está a promover uma petição na Internet, que já conta

com mais de mil assinaturas, para que a classificação daquela espécie seja debatida na Assembleia da República.

O documento, consultado pela Lusa, mobiliza os interessados a ajudarem na classificação do sobreiro como "Árvore Nacional de Portugal", por ser uma espécie com ampla distribuição no território nacional continental, presente desde o Minho ao Algarve.

O sobreiro ocupa em Portugal perto de 737 mil hectares, o que corresponde a cerca de 32 por cento da área que a espécie ocupa no Mediterrâneo ocidental, pode ainda ler-se no texto da petição, que pode ser [subscrita em www.peticaopublica.com/?pi=sobreiro](http://www.peticaopublica.com/?pi=sobreiro).

Figura 1.32 – Notícia no "Diário do Sul" (04 de Abril de 2011) sobre a classificação do sobreiro como "Árvore Nacional de Portugal".

ANEXO 9 – Mapas Digitalizados do Presente Trabalho.

Mapa 1 – Enquadramento Geográfico.

Mapa 2 – A Reconquista durante e depois de D. Afonso Henriques (adaptado de Ribeiro, 1987: 44 e 46).

Mapa 3 – Evolução dos limites da “Grande Contenda” desde o século XIII a 1543 (adaptado de Ruiz, 1998: 257) (Esc. 1/170 000).

Mapa 4 – A Contenda em 1803. (Esc. 1/80 000) (adaptado do Plano Topográfico, “Archivo do Servicio Geografico del Ejercito” de Espanha).

Mapa 5 – Planta do terreno e limites da Contenda de Moura (1803), Ten. Cor. Niemeyer. (Esc. 1/100 000) (adaptado de IGE, 2007: 45).

Mapa 6 – Carta de Henrique Niemeyer (alterada pelo IGE – Limite do terreno da Contenda de Moura, 1803). (Esc. 1/100 000) (adaptado de Dias e IGE, 2009: 62).

Mapa 7 – Carta da Defesa da Contenda de Moura, assinada pelo Brigadeiro Francisco Fersen em Badajoz a 26 de Junho de 1804, elaborada pelo português Eng.º Francisco de Arbués Moreira e desenhada por D. Juan Lopez, Geógrafo de S.M.C. (Esc. 1/80 000; escala original 1:10 000, depois reduzida para as escalas 1/20 000 e 1/50 000) (adaptado de Dias e IGE, 2009: 63).

Mapa 8 – Levantamento topográfico com 3 propostas para a divisão da Contenda (1887). (Esc. original 1/20 000) (adaptado de Menezes, 1889: 28; Dias e IGE, 2009:31).

Mapa 9 – Origem e Percurso Provável dos Refugiados Espanhóis para a Herdade da Coitadinha, com passagem pela Herdade da Contenda na Guerra Civil Espanhola (1936-1938). (Esc. 1/450 000 e 1/25 000) (Carta Militar de Portugal – Serviço Cartográfico do Exército n.º 503-504).

Mapa 10 – “Folha Agrícola” de G. Pery, “*Levantada e construída na Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola em 1887 e 1890*”. (Esc. 1/55 000; escala original 1: 50 000; adaptado de Direcção Geral de Agricultura, Folha Agrícola n.º 185, Folha Chorographica n.º 33. Lithographia da Imprensa Nacional, Publicada em 1891, registo 504 de 86) (Feio, 1998: 12; Feio e Roxo, 1991: 214).

Mapa 11 – “Folha agrícola-mineral” de G. Pery, “*Levantada e construída na Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola, de 1884 a 1889*” (Esc. 1/55 000; escala original 1: 50 000; adaptado de Direcção Geral de Agricultura, Folha agrícola-mineral n.º 185, Folha chorographica n.º 33. Lithographia da Imprensa Nacional, publicada em 1892).

Mapa 12 – Carta Agrícola e Florestal de Portugal (1960); (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, n.º 3. Papelaria Fernandes, Lisboa, 1972).

Mapa 13 – Carta da Distribuição da Azinheira em Portugal (1965). (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia – Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário. Bertrand Irmãos, Lda.).

- Mapa 14 – Carta Agrícola e Florestal de Portugal – Grandes Grupos de Utilização do Solo (1972). (Esc. 1/40 000; escala original 1/250 000) (adaptado de Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, n.º 3. Bertrand Irmãos, Lda.).
- Mapa 15 – Lotes de Arrendamento/Parcelas a Arborizar. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958).
- Mapa 16 – Carta Complementar (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958).
- Mapa 17 – Carta de Solos (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958).
- Mapa 18 – Carta de Declives (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958).
- Mapa 19 – Carta das Estações Ecológicas (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958).
- Mapa 20 – Carta de Arborização. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1958).
- Mapa 21 – Carta da Superfície já Arborizada – arborização feita entre 1958-1963 (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1963).
- Mapa 22 – Carta de Actualização do Projecto de Arborização – arborização feita entre 1964-1978. (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de DGSFA, 1963).
- Mapa 23 – Carta das Parcelas a Arborizar (Mapa de junção de cartas) (Esc. 1/40 000) (com as 6 Parcelas a arborizar nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos; escala original das parcelas 1/5000) (adaptado de DGSFA, 1963).
- Mapa 24 – Toponímia (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000) (adaptado de Serviço Cartográfico do Exército – Cartas Militares de Portugal n.º 514, 515, 525 e 525-A).
- Mapa 25 – Carta da Ocupação Actual do Solo (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000).
- Mapa 26 – Carta da REN e Outras Condicionantes (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000).
- Mapa 27 – Carta de Ordenamento (Esc. 1/40 000; escala original 1/25 000).

ANEXO 10 – Localização e Limites da Herdade da Contenda.

Cartas Militares:

- a propriedade está delimitada nas **Cartas Militares n.º 514, 515, 525 e 525-A**, à escala 1 : 25 000 (Carta Militar do Exército do “Instituto Geográfico do Exército”).

Localização:

- entre os paralelos 38⁰ 06' 30'' e 38⁰ 00' 30'' de latitude Norte e os meridianos 2⁰ 09' 30'' e 2⁰ 02' 20'' de longitude Oeste.

Limites e Confinações da Herdade da Contenda (DGSFA, 1958: 3):

- a **Norte**, o concelho de Barrancos – a partir da confluência da Ribeira do Arroio com a Ribeira do Murtigão (“...*nasce nas serras d’Aroche, e recebendo muitas aguas de diferentes barrancos vai aumentar as d’Ardilla, separando este Conselho de Moura de Barrancos*”, Matta, 1885: 46) e seguindo sempre por aquela até ao ponto em que começa a servir de fronteira, precisamente onde se instalou o marco 992. Este limite é o mesmo que separa os concelhos de Moura e Barrancos;
- a **Nascente**, Espanha – desde o marco 992 ao marco 1006, e seguindo sempre a “raia seca”;
- a **Sul**, Espanha – desde o marco 1006 ao 1011 (entre o 1006 e o 1009 segue a “raia seca” e, deste último, desce à Ribeira do Safarejo seguindo depois por ela até ao ponto onde está instalado o marco 1011, precisamente na confluência de uma linha de água denominada Barranco das Cortes);
- a **Poente**, a Herdade da Paula; a Herdade de Cabeça de Porco; a Herdade de Malheiros; e o Baldio dos Ferragiais – partindo do marco 1011 sobe o Barranco das Cortes até ao marco geodésico denominado “Albuquerque”, desce por uma linha de festo na direcção NE até à Ribeira de Pai Joanes. Segue depois esta ribeira até à sua confluência com a Ribeira de Murtigão e ainda o Murtigão até à junção com a Ribeira do Arroio.

ANEXO 11 – Referências sobre o Convento da Tomina.

Dr. José Avelino da Silva e Matta (Comendador da Ordem de Christo, Juiz de Direito da Comarca de Moura). Descrição Phisica, Politica e Historica da Notavel Villa de Moura, 1855. Anais de Moura (15). Biblioteca Municipal. 1980

Notas (23)

Pág. 29.

“Este edificio do ex-convento da Ordem de S. Francisco de Lellis, conhecido pelo da Tomina, foi erigido em terreno de baldio d’este conselho, fora da Contenda, e proximo do barranco de Paes Joannes (Not. 13) com licença da Camara Municipal, como veremos. O Rd.º Pe. Manoel de Jesus Maria, foi natural d’Arrifana de Sousa, e fundador da ex-Congregação dos Clerigos Agonisantes neste reino de Portugal. Estabeleceu a sua primeira casa na Provincia do Alentejo no citio chamado Tomina, terreno da villa de Moura por cuja casa foi trez vezes a Roma, sempre a pé para confirmar os Estatutos da mesma congregação o que alcançou da St.ª Apostolica em 23 de Dezembro de 1709. Ann. Hist. Tom. 3 pag. 404. Não descobrindo quando se edificou a primeira Igreja ou Ermida, so encontramos o que consta de hum requerimento para a Segunda do Director, e mais Padres da Congregação feito à Camara, pedindo-lhe mais terreno, e designando-o logo, tanto para maior da Igreja, como para cerca, e convento com o terreno e agua na serra proxima, e por acordão de 7 de Maio de 1721 deliberou e concedeu a Camara licença, que elles pedirão, e que o procurador do Conselho lhe foi marcar, e por escriptura de 17 do mesmo mez e anno se fez a declaração dos terrenos assim concedidos, e acceites pelo Pe. Manoel d’Assunpção, Director da Tomina. No Liv. do Reg. da Cam. Municip. N. 9 pag. 168. Alem destes terrenos e nascentes d’agua foi mais concedido aos mesmos Padres por Provisão de ...a mercê por espaço de 8 annos do producto da coitada de Rabo de Gato, dito Reg. N.º ... pag...”.

Pág. 135

“Pelo Breve de 23 de Dezembro deste anno de 1709 confirmou a Santa Sé Apostolica os Estatutos da Congregação dos Clerigos Agonisantes da Tomina nesta Villa de Moura (233)”.

“Por acordão de 7 de Maio deste anno de 1721 deliberou a Camara Municipal conceder aos Padres da Tomina, os terrenos que lhe pedirão (not. 23).”

Pág. 161-162

“Por Carta de Lei de 14 de Julho de 1855 foi sancionado o Decreto das Cortes Gerais de 9 de Julho que concedeu à C. M. de Moura a cerca do extinto convento de S. Francisco para cemitério e a igreja, tendo a CMM renunciado ao direito que considerava ter a parte do produto da venda do extinto convento da Tomina (289 – Diário do Governo n.º 178, de 31 de Julho).”

“A história da Festa da Tomina remonta ao ano de 1688 como festa de acção de graças a Nossa Senhora das Necessidades de Tomina, promovida pelo povo de Santo Aleixo na sequência de um fogo nas suas searas, mas que apenas consumiu o restolho, salvando-se o trigo, o que passou a ser designado pelo milagre do fogo”.

Disponível em: www.festasdatomina.pt

“A Casa de Nossa Senhora das Necessidades da Tomina era masculina, situava-se no termo da vila de Moura, e pertencia à Congregação dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos de Portugal e dos Algarves, inicialmente designada de Congregação de Tomina ou de Congregação de Nossa Senhora das Necessidades de Tomina.

Esta congregação foi fundada pelo padre Manuel de Jesus Maria (nome religioso de Manuel Beça Leal) que em 1677 se retira e isola em Tomina, recebendo ordens sacras de D. Fr. Bernardino de Santo António (bispo titular de Targa) em 1683.

Por alvará de D. Pedro II, dado a 4 de Março (de?) o padre Manuel de Jesus Maria, recebeu licença para fundar o convento.

Em 1702, por alvará dado a 11 de Maio, foi concedida uma porção de terra para a cerca dos Congregados. A Congregação foi aprovada por Bula do Papa Clemente XI, em 23 de Dezembro de 1709, com a missão de assistência aos moribundos.

Em 1749, por alvará de D. João V, de 28 de Março, foi concedida licença aos Congregados para passarem para a ordem fundada por São Camilo de Lélis, passando a designar-se por Congregação dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos de Portugal e dos Algarves. Pelo mesmo alvará se concedia autorização para a ordem ser fundada nas Casas dos Congregados. Em 1782, por alvará de D. Pedro III, de 17 de Abril, foi confirmada a doação da coutada de Moura e declarada a sua demarcação. Em 1834, no âmbito da "Reforma geral eclesiástica" empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de Maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Os bens foram incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional.

Em 1834, a 13 de Setembro, o escrivão com comissão do Dr. António Rodrigues de Lemos, juiz dos Órfãos e delegado do provedor do concelho, veio à Aldeia de Santo Aleixo, ao encontro do padre Caetano da Costa Machado, presidente do Convento de Nossa Senhora das Necessidades da Tomina, que tinha trazido consigo alguns dos bens mais valiosos do convento, que por estar situado no descampado da Tomina, estava mais exposto à guerrilha e aos ladrões.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA

Em 1869, a 8 de Abril, em virtude das Portarias de 26 de Novembro de 1863 e 24 de Agosto de 1864, os documentos pertencentes aos extintos Conventos de Santa Iria de Tomar, Trindade de Santarém, Carmo Calçado de Torres Novas, Nossa Senhora das Necessidades de Tomina e São Francisco de Moura foram transferidos do cartório da Direcção-Geral dos Próprios Nacionais para o Arquivo da Torre do Tombo, conforme consta da relação assinada por António Manuel Garcia, 2.º oficial arquivista do Arquivo da Direcção-Geral dos Próprios Nacionais e por Roberto Augusto da Costa Campos, oficial diplomático da Torre do Tombo. No final da década de 1990, foi abandonada a arrumação geográfica por nome das localidades onde se situavam os conventos ou mosteiros, para adoptar a agregação dos fundos por ordens religiosas.

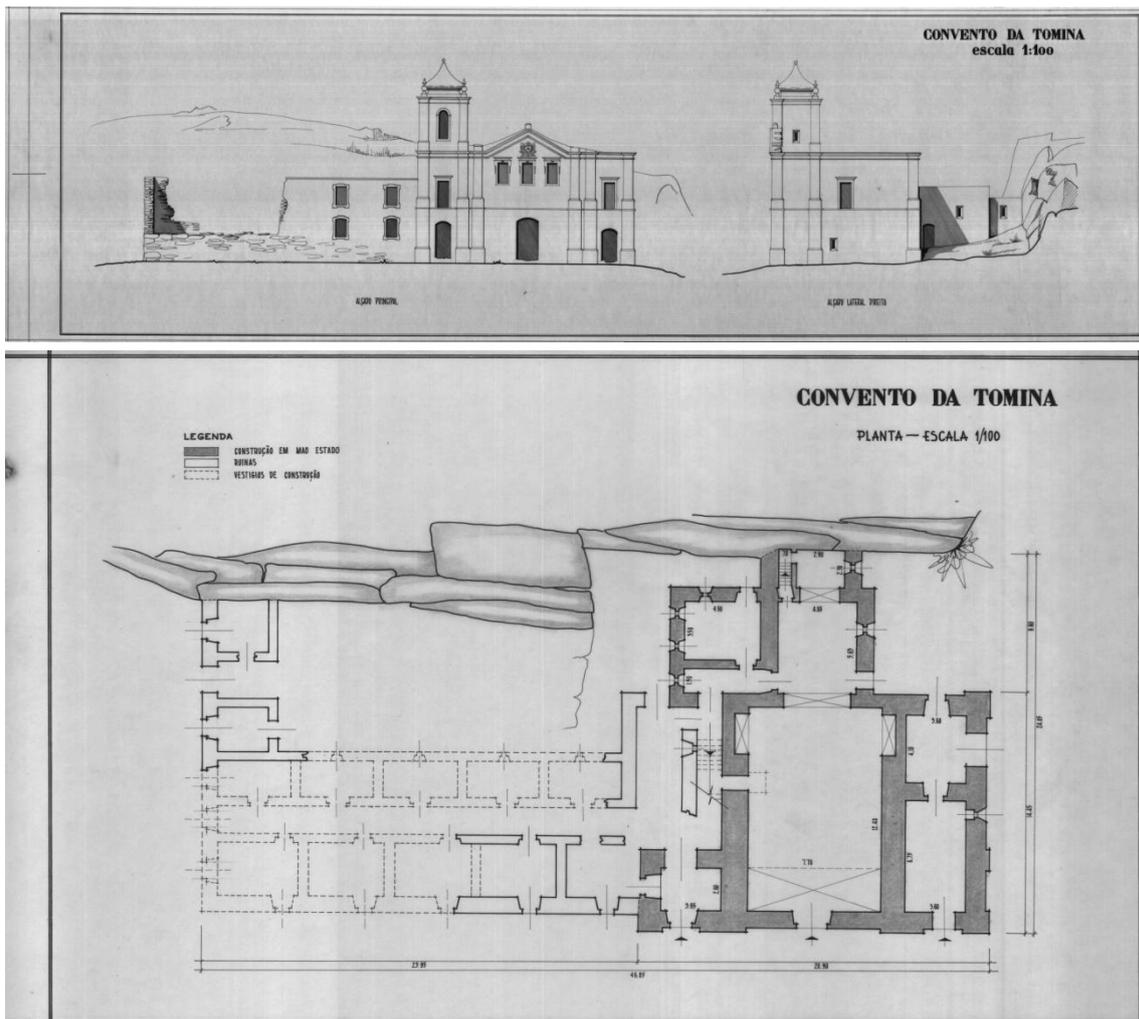
ÂMBITO E CONTEÚDO

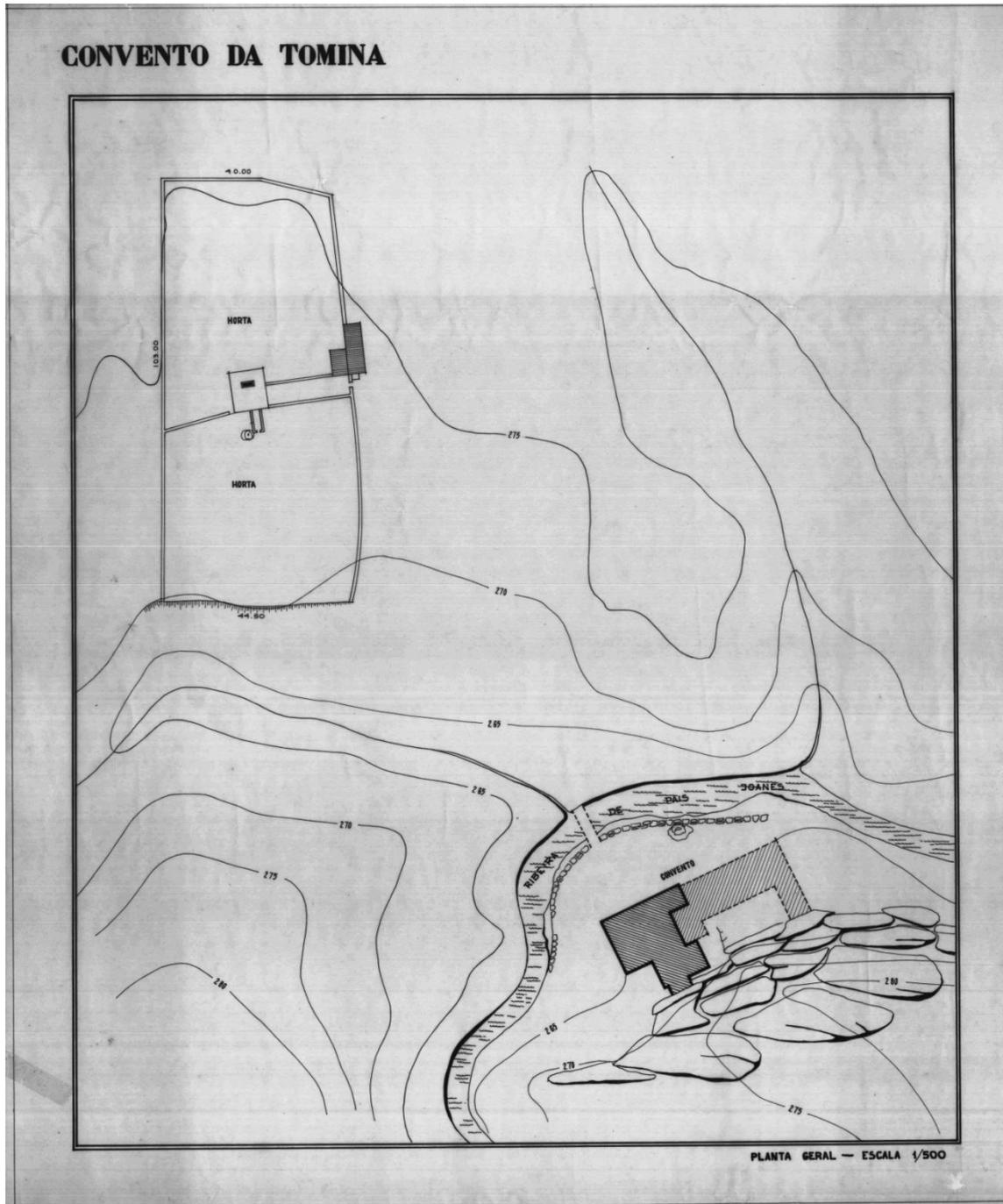
Contém o livro dos inventários (inclui o inventário de documentos do arquivo da Casa das Necessidades da Tomina, o inventário do Hospício de Moura), o livro das receitas e das despesas.

A documentação menciona bens situados no Alvito, em Évora, Moura e Santo Aleixo. Guia de Fundos Eclesiásticos - Congregação dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos de Portugal e dos Algarves.

Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1375733>, acesso em 29-10-2012.

3 Peças desenhadas e digitalizadas a partir de originais em papel vegetal do Convento da Tomina (Arquivo ICNF).





ANEXO 12 – Caracterização Biofísica da Herdade da Contenda.

Quando da elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão da Contenda foram elaboradas várias cartas:

. **Hipsometria** (Figura n.º 4 – Carta Hipsométrica)

Uma delas foi a Carta hipsométrica, através do programa “Arc Gis 9.1”, à escala 1/35 000, com as seguintes classes: <250 m, 250-300 m, 300-350 m, 350-400 m, 400-450 m, 450-500 m, 500-550 m e >550 m.

A elaboração desta carta permite uma melhor percepção do relevo e uma interpretação fisiográfica, transmitida pelas classes hipsométricas, contribuindo para a definição de aspectos morfológicos.

Da sua análise sobressai que cerca de 3/5 da HC, tem uma altitude entre os 250 e os 400 m, e que as classes a seguir mais representadas se situam entre os 400 e os 500 m.

Na área em estudo, a cota máxima é de 583 metros, atingida no local onde está implantado o marco geodésico do Pico das Escovas e, a cota mínima de 235 metros, atingida na zona de confluência das ribeiras do Arroio e Murtigão (DGRF, 2006a).

. **Declives** (Figura n.º 5 – Carta Declives)

Esta carta permite uma caracterização mais pormenorizada e objectiva do relevo. Utilizaram-se as seguintes classes: 0-5% (declive suave), 5-10% (moderado), 10-15% (declive moderadamente acentuado), 15-20% (declive acentuado), 20-25% e >25% (declive muito acentuado) (DGRF, 2006a).

A sua análise permite evidenciar que os declives dominantes são os da classe de 10-15% (com risco de erosão moderado), seguidos das classes de 0-5% (sem risco de erosão) e 15-20% (com risco de erosão moderado a elevado) também muito representados, e que as classes com menor expressão 5-10% (com risco de erosão ligeiro), 20-25% (elevado a muito elevado) e seguintes (com risco de erosão muito elevado), coincidem em muitos casos com os vales encaixados das principais linhas de água (DGRF, 2006a).

. **Orientação das encostas** (Figura n.º 7 – Carta de Orientações de Encosta)

Nesta Carta, à escala 1/35 000, as orientações mais representadas são, por ordem decrescente: NW, SW, N, NE, plano/todas as orientações, W, S, E e SE (DGRF, 2006a).

. **Hidrografia**

Na Contenda existem quatro linhas de água que a seguir se denominam de Norte para Sul:

- a Ribeira do Arroio que também serve de limite Norte (alimentada pelo “Barranco de Adelfitas” e pelo “Barranco dos Carvoeiros”);
- a Ribeira do Murtigão (alimentada pelo “Barranco da Guarda Fiscal”, “Barranco do Convento” ou do “Afoga-Burros”, “Barranco do Pecegueiro”, “Barranco do Porto das Lanchas” e “Barranco do Touro”);
- a Ribeira de Pai Joanes (alimentada pelo “Barranco das Escovas” e pelo “Barranco dos Pedrásios”);

- e a Ribeira do Safarejo que funciona também como limite Sul e é alimentada pelo “Barranco das Cortes” (DGRF, 2006a: 11 e AFN, 2010a: 12).

Exceptuando a última que tem a nascente na Contenda, as outras três ribeiras nascem em Espanha e apresentam características semelhantes: percurso de Este para Oeste, vales encaixados, com abundantes afloramentos rochosos de xisto, alimentadas por outras linhas de água com percurso N-S ou S-N que são designadas por “barrancos”, de regime torrencial, apresentando-se secas no Verão mas com um ou outro pego que mantém alguma água (DGSFA, 1958: 9).

Aquele conjunto de barrancos (Barranco da Guarda Fiscal, Barranco do Afoga Burros, Barranco do Pessegueiro, Barranco do Porto das Lanchas, Barranco do Touro, Barranco de Adelfitas, Barranco dos Carvoeiros, Barranco das Escovas, Barranco dos Pedrásios e Barranco das Cortes), que alimentam as quatro ribeiras principais, não são mais do que linhas de água de carácter temporário: (AFN, 2010a: 12).

. Clima

“Segundo a Carta Ecológica de Portugal de Pina Manique e Albuquerque, o Perímetro Florestal da Contenda encontra-se em duas zonas: a Zona Ibero-mediterrânea, que abrange 12% da área da Contenda, e uma de transição, a Submediterrânica x Ibero-mediterrânica (SM x IM) em 88 % da sua área. Segundo o mesmo autor, a primeira Zona referida possui domínio exclusivo de azinheira, enquanto a segunda é uma zona de condomínio subericola-ilicícola. A Zona Submediterrânica x Iberomediterrânica, por ser a mais relevante para a área em estudo, caracteriza-se por ter uma grande deficiência de água nos meses de Julho a Outubro, situação que varia com a altitude, aumentando a aridez à medida que se desce em altitude. Os dados climatéricos expressos dizem respeito às estações Climatológica e Udométricas da Contenda no período de 1961-1980.

Segundo o método de Thornthwaite (1948), o Perímetro Florestal da Contenda é classificado como sendo sub-húmido, húmido, com grande deficiência de água no Verão (Julho-Outubro), mesotérmico. Segundo Pinheiro (1997) o Índice Pluviométrico de Emberger (K) indica um clima mediterrânico sub-húmido, o Índice Estival de Giacobbe (Q) indica um clima mediterrânico e o Índice Xerotérmico (X) um clima mesomediterrâneo acentuado” (AFN, 2010a: 13).

Segundo a classificação de Köppen, “...o clima na região PROF Baixo Alentejo é do tipo Csa, isto é, clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco (Cs), sendo o Verão considerado quente pois a temperatura média do ar no mês mais quente é superior a 22 °C em todas as estações meteorológicas. Por outro lado, o Inverno pode classificar-se como temperado dada a média dos mínimos do mês mais frio ser superior a 3 °C.

De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco (C1), com índice hídrico entre 0 e -20, com excepção da zona de Moura, onde o clima é semi-árido (D), com índice hídrico entre -20 e -40” (DGRF, 2005: 11-13).

Do Plano de Ordenamento e Gestão retirámos ainda os elementos a seguir indicados (DGRF, 2006a: 13-14):

a) Precipitação

A precipitação média anual é de 729.5 mm, e a precipitação máxima mensal de 114.1 mm em Janeiro. Na Contenda os meses mais chuvosos são Janeiro e Fevereiro com 114,1 mm e 105,6

mm por mês, respectivamente, enquanto o período seco vai de Maio a Setembro, e em que os meses mais secos correspondem a Julho e Agosto com 6,7 e 4,2 mm por mês, respectivamente.

b) Temperatura

O valor médio anual da temperatura varia entre 16.0 e 17.5 °C, registando-se em Agosto o seu valor médio mais elevado (24.3 °C) e nos meses de Janeiro e Dezembro os valores médios mais baixos (9.3 e 9.5 °C, respectivamente) (Silva, 2007).

O valor médio anual da insolação varia entre as 3000 e as 3100 horas de sol.

c) Humidade relativa

Os valores médios anuais da humidade relativa do ar às 09:00 são de 71%. Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 09:00 ocorrem no período de Junho a Setembro. Os valores mais altos da humidade relativa do ar ocorrem de Novembro a Fevereiro, com um máximo de 83% em Janeiro.

d) Vento

Os ventos dominantes são do quadrante de NO, intensificando-se a ocorrência de ventos com este rumo, nos meses de Verão.

e) Evaporação

Os valores mais elevados da evaporação ocorrem em Agosto, e o mínimo em Janeiro.

f) Geadas

A geada ocorre em apenas 7.9 dias/ano. Entre Maio e Setembro não há registo de ocorrência de geadas.

g) Nevoeiro

O número médio anual de dias de nevoeiro é de 51.

. Geologia

“A geologia, nos seus múltiplos aspectos, constitui um factor determinante para a compreensão global de qualquer território, pois corresponde ao que ele tem de mais permanente e determina outros importantes atributos (mais directa e intensamente o relevo e o solo).”

(Alexandre Cancela d’Abreu, 1989. *Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território*).

Na Herdade da Contenda, assinalam-se duas formações geológicas correspondentes aos andares superior e inferior do Sistema Silúrico da Era Paleozóica (DGSFA, 1958: 22).

As formações geológicas dominantes são a formação de Barrancos (Contenda Norte) constituída por xistos cinzentos; a formação de Terena (Contenda Central ou Intermédia) constituição xisto-grauváquica; e a formação de Ossa (Contenda Sul) constituída por pelitos e grauvaques (AFN, 2010a).

Embora existam nesta área geomonumentos e outros elementos naturais estes não estão cartografados. As cristas quartzíticas, afloramentos rochosos de dimensão apreciável e significativa, bem preservados, distribuem-se ao longo da Ribeira de Paes Joanes e seus afluentes, constituindo valores cénicos que importa preservar e valorizar, nomeadamente as que se situam junto do marco divisional de fronteira com o número 1008, nos “Castelejos” e na “Pedra dos Chefes” (DGRF, 2006a: 36).

Numa das visitas ao Arquivo Histórico Municipal de Moura, teve-se acesso a um documento manuscrito avulso, e sem autor identificado, sobre as “**Minas denunciadas na Contenda**”, que pode ser consultado no Anexo 23. Trata-se de quatro pessoas que, conhecendo bem a Contenda, procederam ao **registo de 22 minas**.

. Solos

“Segundo a Carta de Solos de Portugal (1999), os solos predominantes no PFC são os solos Ex e Px, os últimos em fase delgada e/ou pedregosa. Os solos Ex, que ocupam cerca de 98% da área total, caracterizam-se por serem incipientes (solos onde não existem horizontes, sendo constituídos por material originário), litossolos de regime xérico, de xisto ou grauvaques e os solos Px por serem argiluvitados pouco insaturados, mediterrâneos, pardos, de materiais não calcários, normais, de xisto ou grauvaques. Os litossolos indicam geralmente áreas sujeitas a fenómenos erosivos. Ocorrem ainda afloramentos rochosos de xisto ou grauvaque” (PGF, 2010: 15).

O teor em fósforo e potássio destes solos é considerado baixo e com alguma acidez (pH ± 5) com baixos teores em matéria orgânica (Borges *et al.*, 1996 in PGF, 2010: 15), encontrando-se a maioria dos solos na Contenda nos últimos estádios de degradação por acção da erosão ou são potencialmente propensos a ela.

“Através da metodologia desenvolvida pela Universidade de Évora, os solos foram classificados em classes de características–diagnóstico de desenvolvimento de espécies florestais: profundidade expansível e descontinuidade textural. Posteriormente estas classes foram cruzadas com as zonas ecológicas onde o PFC está inserido, com o objectivo de identificar as espécies mais adaptadas à região. Daí resultaram quatro zonas diferentes” (PGF, 2010: 17).

. Ocupação do solo

Além da Azinheira (*Quercus rotundifolia*), de longe a mais significativa pela superfície ocupada e do Sobreiro (*Quercus suber*), outras espécies foram introduzidas, sendo as mais representativas em termos de áreas o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), o Eucalipto (*Eucalyptus rostrata*, *E. maideni*, *E. camaldulensis* e *E. globulus*) e outras, com pouca expressão, como as *Cupressus* spp. e *Acacia* spp. (DGRF, 2006a: 22).

“Os estevais são das formações arbustivas mais frequentes, resultado do abandono de terras de pastagem ou de culturas extensivas de cereal, os incultos, ou associados aos últimos anos de pousios e maioritariamente compostos por Estevas (*Cistus* spp.). Porém, ocorrem outras espécies como a Roselha (*Cistus crispus*), o Sargaço (*Cistus monspeliensis*) e o Rosmaninho (*Lavandula pedunculata*), entre outras”.

“O matagal ocorre em áreas declivosas como as das encostas dos vales encaixados de muitos dos cursos de água” (DGRF, 2006a: 22).

. Património natural

“No Projecto de Arborização da Herdade da Contenda (ao Sul do Murtigão) foi elaborado um esboço fitossociológico, com a realização de 14 parcelas de inventário, distribuídas por diferentes altitudes, tendo sido adoptados os métodos de Braun-Blanquet. Verificou-se a existência de uma vegetação arbustiva e sub-arbórea relativamente diversificada, sendo a espécie mais abundante a esteva (*Cistus ladanifer*)”. (DGSFAa, 1958).

Algumas questões ligadas ao património natural que foram referidas no sub-capítulo da **Caracterização Biofísica** e no das **Servidões e Restrições de Utilidade Pública**.

Em função da importância deste **património natural**, a HC está abrangida pelos limites:

- do Sítio Classificado PTCO0053 Moura/Barrancos (ao abrigo da Directiva *Habitats*);
- e da Zona de Protecção Especial PTZPE0045 Mourão/Moura/Barrancos (ao abrigo da Directiva Aves).

Sobre a **flora vascular** da Contenda (Perímetro Florestal), foram efectuados dois levantamentos:

- Dias e Gama (1971) inventariaram 239 espécies de plantas (de 45 Famílias);
- Silva (2007), recolheu 416 espécies (distribuídas por 68 Famílias, sendo metade espécies anuais e 30% vivazes). Em termos fisionómicos dominam os terófitos (48%), indicador de climas quentes e secos, seguindo-se os hemicriptófitos (21%), geófitos e fanerófitos (13%)” (PGF, 2010: 20).

Da análise dos dois levantamentos verifica-se um acréscimo de cerca de 177 espécies (e de 23 Famílias) num período de 36 anos.

Recentemente foi efectuado um levantamento da flora e dos **habitats** da Contenda, cujos resultados permitiram constatar a existência de:

- . 447 espécies de Plantas, pertencentes a 71 Famílias e 264 Géneros, incluindo 4 espécies endémicas lusitânicas, 24 endémicas ibéricas e 8 endémicas europeias, e algumas espécies raras na Europa (Silva, 2007);
- . as unidades fitossociológicas identificadas (com base em Rivas-Martinez *et al.*, 2002 e Pereira e Costa, 2004) foram agrupadas em 16 Classes, 18 Ordens, 22 Alianças, 25 Associações e 3 Comunidades, em resultado da elaboração de 141 inventários realizados em comunidades vegetais diferentes) (AFN, 2010a);
 - . 10 habitats naturais de interesse comunitário (AFN, 2010a):
 - . 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion* (associação *Callitricho stagnalis-Ranunculetum saniculifolii*)
 - . 5330pt2 – Piornais de *Retama sphaerocarpa* (provável) (associação *Genistetum polyanthi*)
 - . 5330pt3 – Matos termomediterrânicos pré-desérticos (associação *Phillyreo angustifoliae-Arbutetum unedonis*)
 - . 6310 – Montados de *Quercus* spp. de folha perene (associação *Sanguisorbo hybridae-Quercetum suberis*; *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae*; *Myrto communis-Quercetum rotundifoliae*)
 - . 6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion* (associação *Trifolio resupinati-Holoschoenetum*)
 - . 8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica (associação *Asplenio billotii-Cheilanthesetum hispanicae*)
 - . 92A0pt5 – Salgueirais arbustivos de *Salix salvifolia* subsp. *australis*(associação *Salicetum atrocineo-australis*)

- . 92D0 – Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*Nerio-Tamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*) (associação *Pyro bourgaeanae-Securinegetum tinctoriae*; *Rubus ulmifolii-Nerietum oleandri*)
- . 9330 – Florestas de *Quercus suber* (associação *Sanguisorbo hybridae-Quercetum suberis*)
- . 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia* (associação *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae*; *Myrto communis-Quercetum rotundifoliae*).

O levantamento da **fauna** permitiu identificar 3 espécies de Peixes, 10 espécies de Anfíbios, 13 espécies de Répteis, 133 espécies de Aves e 18 espécies de Mamíferos.

Os matos, sobretudo de Esteva (*Cistus ladanifer*) são utilizados por mamíferos como o Javali (*Sus scrofa*), a Raposa (*Vulpes vulpes*), o Saca-rabos (*Herpestes ichneumon*), o Texugo (*Meles meles*) e o Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) (Pena et al., 1985) e de aves como várias Toutinegras (*Sylvia* spp.) e a Felosa-do-mato (*Sylvia undata*). Como répteis característicos deste biótopo referem-se a Sardanisca-argelina (*Psammodromus algirus*) e a Cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*) (Borges et al., 1996 in DGRF, 2006a: 22).

Sítio Moura/Barrancos (MAOTDR, 2008a: 330-334)

(RCM n.º 76/00, de 5 de Julho, 4536-189 a 195)

As orientações de gestão foram agrupadas por blocos temáticos:

- Agricultura e pastorícia;
- Silvicultura;
- Edificação e infra-estruturas;
- Outros usos e actividades (usos do solo ou actividades económicas não incluídos nos grupos anteriores);
- Orientações específicas (orientações relacionadas com gestão directa de espécies ou habitats);

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

Atendendo à diversidade de valores que se pretende conservar neste Sítio, deverá ser encarada como fundamental a manutenção do mosaico de habitats, assente na manutenção e recuperação natural de áreas de montado de sobro e azinho, alternadas com cerealicultura extensiva e matagais, em moldes a definir em Plano de Gestão.

Dada a importância do Sítio para a conservação de várias espécies de morcegos cavernícolas, deverá ser assegurada a concretização de orientações especialmente dirigidas para protecção do abrigo existente, através de medidas de gestão activa e de condicionamento ao acesso da mina.

Preende -se criar condições para a recuperação do linco-ibérico e permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, sendo de salientar a conservação/recuperação de matagais mediterrânicos e a importância do mosaico silvo-pastoril para o aumento das populações das espécies-presa.

A preservação das linhas de água afigura-se igualmente como eixo de actuação fundamental para a conservação da vegetação ripícola, da ictiofauna e outras espécies associadas ao meio aquático. Neste sentido, deve ser dada especial relevância à manutenção em bom estado de

conservação das galerias ripícolas, à melhoria da qualidade da água e à manutenção do caudal, assegurando que não existem quebras no contínuo ecológico.

Compatibilizar a actividade cinegética com a conservação dos valores naturais em presença (e controlar o furtivismo) deverá ser outra das linhas de actuação.

Detalhe das orientações de gestão com referência a valores naturais

Agricultura e Pastorícia

– Assegurar mosaico de *habitats*

Miniopterus schreibersi; *Myotis blythii*; *Myotis myotis*; *Rhinolophus euryale*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus mehelyi* (bosquetes, sebes e matos, intercalados com zonas mais abertas de pastagens e zonas agrícolas) *Lynx pardinus* (matagais e bosques mediterrânicos, intercalados com áreas abertas de pastos e zonas agrícolas)

– Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos

Miniopterus schreibersi; *Myotis blythii*; *Myotis myotis*; *Rhinolophus euryale*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus mehelyi* (em áreas mais abertas, para aumentar a diversidade de presas e facilitar deslocações na paisagem) *Lutra lutra* (promover a manutenção/criação de sebes e bordaduras de vegetação natural na periferia das zonas húmidas)

– Condicionar expansão do uso agrícola 5330; 6420; 9330; 9340

– Condicionar a intensificação agrícola

Miniopterus schreibersi; *Myotis blythii*; *Myotis myotis*; *Rhinolophus euryale*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus mehelyi*

– Condicionar mobilização do solo 3120; 3170*; 5330; 6220*

– Condicionar uso de agro-químicos/adoptar técnicas alternativas

Cerambyx cerdo; *Miniopterus schreibersi*; *Myotis blythii*; *Myotis myotis*; *Rhinolophus euryale*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus mehelyi*

– Condicionar uso de agro-químicos/adoptar técnicas alternativas em áreas contíguas ao *habitat* 3120; 3170*; 3260; 3280; 3290; *Anaocypris hispanica*; *Barbus comiza*; *Chondrostoma polylepis*; *Emys orbicularis*; *Lutra lutra*; *Mauremys leprosa*; *Rutilus alburnoides*; *Rutilus lemmingii*; *Unio crassus*

– Adoptar práticas de pastoreio específicas 3120; 3170*; 5330; 6310; 9240

Emys orbicularis; *Mauremys leprosa* (salvaguardar do pastoreio os locais mais sensíveis)

– Manter práticas de pastoreio extensivo

3280; 3290; 4030; 6210; 6220*; 6310; 6420;

Lynx pardinus; *Miniopterus schreibersi*; *Myotis blythii*; *Myotis myotis*; *Rhinolophus euryale*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus mehelyi*

– Salvaguardar de pastoreio 92D0; 9330; 9340

Silvicultura

– Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones

Cerambyx cerdo; *Lynx pardinus*; *Miniopterus schreibersi*; *Myotis blythii*; *Myotis myotis*; *Rhinolophus euryale*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus mehelyi* (com um subcoberto diversificado)

– Promover áreas de matagal mediterrânico 9330; 9340;

Lynx pardinus; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi

– Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo

Lynx pardinus; Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi

Salix salvifolia ssp australis (manter elevados níveis de naturalidade no subcoberto de povoamentos ripícolas)

– Manter/melhorar ou promover manchas de montado aberto

Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros

– Manter árvores mortas ou árvores velhas com cavidades

Cerambyx cerdo

– Adoptar práticas silvícolas específicas

6310; 9240; 92A0; 9330; 9340

5330 (condicionar operações de desmatação)

– Promover a regeneração natural

6310; 9240; 9330; 9340

– Condicionar a florestação

5330; 8220; 9330; 9340

Lynx pardinus (em áreas prioritárias)

– Reduzir risco de incêndio

5330; 9240; 9330; 9340; *Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Cerambyx cerdo; Chondrostoma polylepis; Emys orbicularis; Lutra lutra; Lynx pardinus; Mauremys leprosa; Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*

Construção e Infra-estruturas

– Condicionar a construção de infra-estruturas

4030; 5330; 6220*; 8210; 8220; 9330; 9340

Lynx pardinus (condicionar a construção de grandes infra-estruturas em áreas prioritárias)

– Condicionar expansão urbano-turística

4030; 5330; 8220; 8310; 92D0; 9330; 9340

Emys orbicularis; Lutra lutra; Lynx pardinus; Mauremys leprosa (ordenar expansão urbano-turística de forma a não afectar as áreas mais sensíveis)

– Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis

3260; 3290; 92D0; *Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*

– Condicionar construção de barragens em zonas sensíveis

3260; 3280; 3290; 92D0; *Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Lynx pardinus; Marsilea batardae; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*

– Assegurar caudal ecológico

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Emys orbicularis; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus

– Condicionar transvases

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii

– Melhorar transposição de barragens/açudes

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii (colocação de passagens adequadas para peixes)

– Reduzir mortalidade acidental

Lutra lutra (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias; implementar dispositivos dissuasores da passagem e entrada da espécie nas pisciculturas) *Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi* (evitar o uso de vedações rematadas no topo com arame farpado)

Outros usos e Actividades

– Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Cerambyx cerdo; Chondrostoma polylepis; Emys orbicularis; Lutra lutra; Lynx pardinus; Mauremys leprosa; Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii Salix salvifolia ssp australis (adensar povoamentos ripícolas)

– Monitorizar, manter/melhorar qualidade da água

3120; 3170*; 3260; 3280; 3290; 8310; 92D0; *Marsilea batardae; Emys orbicularis; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Unio crassus Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii* (considerando como valores de referência os limites previstos para as «águas de ciprinídeos», de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto)

Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi (conservação das suas áreas de alimentação)

– Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água

3120; 3170*; 3260; 3280; 3290; 92A0; 92D0; *Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Emys orbicularis; Lutra lutra; Marsilea batardae; Mauremys leprosa; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*

Salix salvifolia ssp australis (a selecção da maquinaria e estratégias para as limpezas de linhas de água deverá garantir a continuidade e a complexidade dos povoamentos, evitando a redução a um simples remate arbóreo das margens ribeirinhas; não imobilizar os taludes de margem através de enrocamentos ou betonização)

– Condicionar captação de água

3170*; 3260

Chondrostoma polylepis; Emys orbicularis; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Rutilus alburnoides; Unio crassus (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade)

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Rutilus lemmingii (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade; dar particular atenção aos pegos, tomando medidas para a sua permanência)

– Condicionar drenagem

3120; 3170*; 3260; 6420

Emys orbicularis; Mauremys leprosa (em áreas mais sensíveis)

– Regular uso de açudes e charcas

3120; 3170*; *Emys orbicularis; Mauremys leprosa* (salvaguardar os charcos temporários do gado)

– Regular dragagens e extracção de inertes

3120; 3170*; 8210; 8220; 8310

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii (tomar medidas que impeçam a extracção de inertes nos locais de reprodução da espécie, em qualquer época do ano; nos restantes locais, condicionar durante a Primavera)

Emys orbicularis; Mauremys leprosa (tomar medidas que impeçam a extracção de inertes nas zonas coincidentes com áreas de reprodução)

Unio crassus (tomar medidas que impeçam a extracção de inertes em toda a área de ocorrência da espécie, em qualquer época do ano)

– Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii (em áreas mais sensíveis)

– Implementar gestão cinegética compatível com conservação da espécie

Lynx pardinus (correcta exploração cinegética das suas presas, nomeadamente pelo estabelecimento de áreas de caça/não caça, condicionantes ao número de efectivos a abater e às épocas de caça)

– Ordenar acessibilidades

9240; 9330; 9340

Lynx pardinus (condicionar a utilização/abertura de acessos em áreas sensíveis)

– Ordenar actividades de recreio e lazer

Emys orbicularis; Mauremys leprosa (em áreas mais sensíveis, associadas às zonas húmidas)

Lynx pardinus (estabelecer regras que salvaguardem a tranquilidade das áreas prioritárias, nomeadamente no que diz respeito a actividades motorizadas de todo-o-terreno)

– Ordenar prática de desporto da natureza

8210; 8310

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii (desportos associados a cursos de água)

Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi (espeleologia)

– Reduzir mortalidade acidental

Lutra lutra (utilização de grelhas metálicas em artes de pesca, que impossibilitam o acesso da lontra ao interior do engenho)

– Incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação

6220*; 6310; 9240; 9330; 9340; *Lynx pardinus*

Orientações específicas

– Condicionar o acesso

8310

Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi (colocar vedações que evitem a entrada de visitantes mas permitam a passagem de morcegos)

– Consolidar galerias de minas importantes

Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi

– Desobstruir a entrada de abrigos

Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi (grutas ou minas)

– Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados

Miniopterus schreibersi; Myotis blythii; Myotis myotis; Rhinolophus euryale; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rhinolophus mehelyi (como portas compactas ou gradeamentos de malha apertadas)

– Manter as edificações que possam albergar colónias/populações

Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros

– Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes

Anaacypris hispanica (melhorar os habitats de reprodução e alevinagem nas zonas degradadas)

– Recuperar zonas húmidas

Emys orbicularis; Mauremys leprosa

– Criar pontos de água: charcas e bebedouros artificiais

Lynx pardinus (em áreas prioritárias, para a espécie e suas presas)

– Efectuar gestão por fogo controlado

4030; 5330; 6210; 6220*; 6420

– Efectuar desmatações selectivas

5330; 6220*; 6420

Lynx pardinus (criar espaços abertos intercalados nas manchas de matos, para fomento de presas)

– Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas

Lynx pardinus (promover o fomento de presas selvagens, em particular o coelho-bravo)

– Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução

Anaacypris hispanica; Lynx pardinus; Unio crassus

– Definir zonas de protecção para a espécie/habitat

Unio crassus (correspondentes às áreas mais sensíveis)

– Controlar efectivos de animais assilvestrados

Lynx pardinus (cães e gatos assilvestrados, em áreas prioritárias)

– Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes

4030; 6220*; 9240; 9330; 9340

Anaacypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii (implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones)

Emys orbicularis; Mauremys leprosa; Unio crassus (controlar introduções furtivas de espécies animais potenciais competidoras)

– Manter/recuperar *habitats* contíguos

9240

Anaocypris hispanica; Barbus comiza; Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii (estabelecer corredores ecológicos)

Lynx pardinus (estabelecer corredores ecológicos, nomeadamente através das ribeiras de Toutalga, Murtigão e Ardila)

ZPE Mourão/Moura/Barrancos (MAOTDR 2000b: 105-108)

«Espécies alvo de orientações de gestão»

Detalhe das orientações de gestão com referência a valores naturais

AGRICULTURA E PASTORÍCIA

. Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos

. Promover a cerealicultura extensiva

. Condicionar a intensificação agrícola

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oediconemus; Circaetus gallicus; Circus pygargus; Elanus caeruleus; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oediconemus; Circaetus gallicus; Circus pygargus; Elanus caeruleus; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Restringir uso de agro-químicos/adoptar técnicas alternativas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Burhinus oediconemus; Ciconia ciconia; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Circus pygargus; Elanus caeruleus; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Passeriformes migradores de matos e bosques; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Manter práticas de pastoreio extensivo

Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oediconemus; Circus pygargus; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Adoptar práticas de pastoreio específicas (nomeadamente condicionar acesso de gado a alguns locais durante a época de nidificação)

Glareola pratincola.

Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas (nomeadamente retardar a ceifa e corte de feno, tomar medidas que impeçam a lavra na Primavera, manter lagoas temporárias por ordenamento de práticas agrícolas)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oediconemus; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Glareola pratincola;

Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Tetrax tetrax.

Condicionar o cultivo de lenhosas (nomeadamente os olivais, os pomares e as vinhas)

Circus pygargus; Falco naumanni; Grus grus; Melanocorypha calandra; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Manter/melhorar ou promover manchas de montado aberto (refere-se a povoamentos com menos de 30 % de cobertura, geralmente com uso agro-pastoril)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques.

Manter olival tradicional existente

Hieraaetus fasciatus; Otis tarda; Passeriformes migradores de matos e bosques.

Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos (refere-se principalmente a faixas de vegetação associadas às linhas de água)

Circaetus gallicus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Passeriformes m interesse para a conservação Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oediconemus; Circaetus gallicus; Circus pygargus; Elanus caeruleus; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Restringir uso de agro-químicos/adoptar técnicas alternativas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Burhinus oediconemus; Ciconia ciconia; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Circus pygargus; Elanus caeruleus; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Passeriformes migradores de matos e bosques; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Manter práticas de pastoreio extensivo

Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oediconemus; Circus pygargus; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Adoptar práticas de pastoreio específicas (nomeadamente condicionar acesso de gado a alguns locais durante a época de nidificação)

Glareola pratincola.

Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas (nomeadamente retardar a ceifa e corte de feno, tomar medidas que impeçam a lavra na Primavera, manter lagoas temporárias por ordenamento de práticas agrícolas)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oediconemus; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Glareola pratincola; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Tetrax tetrax.

Condicionar o cultivo de lenhosas (nomeadamente os olivais, os pomares e as vinhas)

Circus pygargus; Falco naumanni; Grus grus; Melanocorypha calandra; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Manter/melhorar ou promover manchas de montado aberto (refere -se a povoamentos com menos de 30% de cobertura, geralmente com uso agro-pastoril)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques.

Manter olival tradicional existente

Hieraaetus fasciatus; Otis tarda; Passeriformes migradores de matos e bosques.

Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos (refere-se principalmente a faixas de vegetação associadas às linhas de água)

Circaetus gallicus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques.

SILVICULTURA

Tomar medidas que impeçam a florestação (nas áreas abertas de características pseudoestepárias)

Circus pygargus; Falco naumanni; Melanocorypha calandra; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Condicionar a florestação (na área não abrangida pela medida anterior. Refere-se especialmente a acções de florestação com eucalipto e outras espécies que não azinheira e sobreiro)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oedicnemus; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques.

Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones (refere-se a montados de azinho e sobro com mais de 30% de cobertura)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques.

Adoptar práticas silvícolas específicas (refere-se a áreas envolventes a locais de nidificação e dormitórios de aves)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus.

Promover áreas de matagal mediterrânico

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Circaetus gallicus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Passeriformes migradores de matos e bosques.

Reduzir risco de incêndio

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques.

CONSTRUÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS

Condicionar a construção de infra-estruturas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oedicnemus; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Falco naumanni; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Condicionar expansão urbano -turística

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Burhinus oedicnemus; Ciconia nigra; Circus pygargus; Circaetus gallicus; Falco naumanni; Grus grus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia ciconia; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Falco naumanni; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Restringir construção de barragens em zonas sensíveis

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oedicnemus; Ciconia nigra; Falco naumanni; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

OUTROS USOS E ACTIVIDADES

Implementar gestão cinegética compatível com a conservação da espécie

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Burhinus oedicnemus; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água

Ciconia nigra; Grus grus; Bubo bubo.

Regular dragagens e extracção de inertes

Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Grus grus.

Regular o tráfego de embarcações e o estabelecimento de zonas de amarração

Aegypius monachus; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus.

Regular uso de açudes e charcas

Ciconia nigra; Grus grus.

Condicionar captação de água

Grus grus; Ciconia nigra.

Condicionar pesca (em determinadas épocas e nos locais de maior sensibilidade à perturbação)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Grus grus; Hieraaetus fasciatus.

Tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos

Todas as espécies.

Ordenar/Regulamentar a actividade de observação de espécies da fauna

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Falco naumanni; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Otis tarda; Tetrax tetrax.

Ordenar acessibilidades

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus.

Ordenar actividades de recreio e lazer

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Burhinus oedicnemus; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Circus pygargus; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Manter/melhorar qualidade da água

Ciconia nigra; Grus grus.

Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados

Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus.

Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição inter-específica

Ciconia nigra; Falco naumanni; Pterocles orientalis.

Controlar efectivos de animais assilvestrados

Burhinus oedipnemus; Circus pygargus; Glareola pratincola; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Condicionar o acesso (em determinadas épocas e nos locais de maior sensibilidade à perturbação)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Falco naumanni; Glareola pratincola; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Milvus milvus; Otis tarda; Pterocles orientalis; Tetrax tetrax.

Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus; Milvus milvus.

Promover alimentação artificial (criar/gerir campos de alimentação de aves necrófagas)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Milvus milvus.

Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus.

Criar pontos de água: charcas e bebedouros artificiais

Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Grus grus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus.

Recuperar zonas húmidas

Glareola pratincola; Grus grus; Milvus milvus.

ANEXO 13 – “Condições para se darem para serviços, as sortes das cortes, deliberando a dita Comissão dar nas seguintes”.

Livro de Actas das Sessões da Comissão Administrativa (Junta de Freguesia de Santo Aleixo, 1929-1939: 91):

- 1.^a É por cinco anos.....
- 2.^a Cada sorte paga 100 litros cem de trigo, ou setenta e cinco escudos 75\$00, o qual tem de dar entrada no celeiro ou cofre da Junta até ao dia quinze d’Agosto de cada ano, 1937-38-39-40 e 41.....
- 3.^a O que faltar ao pagamento é enviada a dívida sem mais aviso para a Câmara de Moura.....
- 4.^a Os donos são os únicos responsáveis pelo pagamento da renda.....
- 5.^a Os agostadouros são pertença exclusivamente da Junta.....
- 6.^a Esta Junta de Freguesia, resolveu à última da hora, por bem atendendo ao mau ano agrícola, do ano transato, esperar a satisfação dos débitos do mencionado ano até ao dia quinze de Agosto do corrente ano de (1937).....
- 7.^a O que não satisfizer os débitos mencionados no artigo 6.^o, fica sujeito a perder os direitos n’esta e nas futuras partilhas nas propriedades que esta Junta administra e enviado o seu débito ao Poder Judicial.....
- 8.^a É expressamente proibido cortar ou limpar árvores sem prévia autorização da Junta.....
- 9.^a As bolotas do lote 13 e Chadas são pertença da Junta, a qual as pode vender, dando-se preferência aos donos das sortes.....
- 10.^a É autorizado entregar sortes até ao fim do mês corrente.....
- 11.^a Todo o que possuir cómodos na dita propriedade tem o privilégio de muda-los na mesma; tem quinze dias para esse serviço.....
- 12.^a Todo o indivíduo que tiver eiras nas suas sortes não as pode lavrar mas tem o direito a elas, não podendo autorizar a debulhar qualquer outro indivíduo depois de acabar o seu serviço da debulha.....

ANEXO 14 – “Bases para o Arrendamento da Defesa da Contenda para os Anos de 1951 a 1957 e de 1957 a 1963”.

“BASES PARA O ARRENDAMENTO DA DEFESA DA CONTENDA PARA OS ANOS DE 1951 a 1957 e de 1957 a 1963” (Arquivo Histórico Municipal de Moura – João Francisco da Mouca)

Base I

O arrendamento é feito pelo tempo de seis anos consecutivos, com princípio de 15 de Agosto de 1957.

Base II

A renda será paga adiantadamente em duas prestações iguais, tendo a primeira o seu vencimento em quinze de Agosto de cada ano e a segunda em quinze de Fevereiro também de cada ano por que durar este arrendamento, sendo feito o pagamento destas prestações na Tesouraria desta Câmara Municipal.

Base III

O rendeiro não poderá cortar nem arrancar pelo pé, qualquer árvore sem licença por escrito do Presidente da Câmara Municipal deste concelho, sob pena de 250 escudos de multa, por cada árvore, nem cortar pernada real sob pena de 100\$00 de multa.

Base IV

O rendeiro fica obrigado a fazer a limpeza do montado, nas épocas competentes, e à sua custa, tendo de avisar a senhoria com o prazo de quinze dias de antecedência, a fim de que esta possa mandar fiscalizar os trabalhos de limpeza.

Base V

O rendeiro é obrigado a bem conservar o prédio arrendado, podendo fazer nele todas as benfeitorias que entender, que ficarão fazendo parte integrante do mesmo prédio e pelas quais não poderá pedir qualquer indemnização.

Base VI

O rendeiro entregará no fim do arrendamento o prédio com todas as benfeitorias que nele tiver feito e no mesmo estado de limpeza em que o encontrou ao tomar posse dele.

Base VII

O rendeiro não poderá lançar fogo ao mato, pastagens ou arrancadas, senão na época própria e depois de munido da respectiva licença.

Base VIII

O rendeiro não poderá pedir diminuição de rendas nem qualquer indemnização com o fundamento de esterilidade da terra, perda considerável de frutos ou qualquer outro motivo previsto, ou imprevisto, tais como incêndios, secas, chuvadas ou inundações.

Base IX

Fica expressamente proibido ao rendeiro sublocar este arrendamento ou por qualquer modo ceder a outrem os seus direitos sem licença por escrito da senhoria.

Base X

Logo que o rendeiro falte ao pagamento de qualquer das prestações no dia do seu vencimento, ou ao cumprimento de qualquer das cláusulas deste arrendamento, será imediatamente despedido sem direito a pedir qualquer indemnização.

Base XI

O rendeiro deve garantir os pagamentos das rendas e cumprimento das cláusulas do contrato com fiador idóneo ou hipoteca em prédios que esta Câmara julgue suficiente garantia.

Base XII

O foro judicial da Comarca de Moura é o competente para conhecer todas as questões emergentes deste contrato, e todas as despesas judiciais feitas com a demanda, incluindo custas e selos do processo, honorário de advogado e salário de procurador, serão pagas pelo rendeiro.

Base XIII

O rendeiro obriga-se por si, seus herdeiros e sucessores, ao fiel cumprimento deste contrato.

Base XIV

O rendeiro fica obrigado a permitir no último ano de arrendamento e a partir de Janeiro e feitura de alqueve para terra de dois moios de sementeira de trigo, caso o futuro rendeiro assim o desejar, em local à sua escolha, e que esteja de pousio.

ANEXO 15 – Arrendamento dos Lotes da Herdade da Contenda.

Quadro 2.5 – Arrendamento dos lotes da Herdade da Contenda (DGSFA, 1958).										
Lote n.º *	Área (em ha) *	Arrendamento				Nome do Rendeiro	N.º de Ordem dos Trabalhos	Observações		
		Até 14 de Agosto de 1946 (1+10 lotes) *	A partir de 15 Agosto de 1946 a 14 de Agosto de 1951 (12+10 lotes) *	Período 1951-1957					Período 1957-1963	
				Duração em anos	Receita anual *				Duração em anos	Receita anual *
1				1951-1957 (6 anos)	34 500\$00			António Vasques Garcia (Barrancos) **	Excluídos	
						1957 a 14.8.1963	380 000\$00	Firma “Agro-Industrial de Moura, Lda.” (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
2				1951-1957 (6 anos)	17 000\$00			Francisco Lopes (Santo Aleixo) **	Excluídos	
						1957 a 14.8.1963	380 000\$00	“Agro-Industrial de Moura, Lda.” (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
3				1951-1957 (6 anos)	30 150\$00			António Marques Garcia (Barrancos) **	Excluídos	
						1957 a 14.8.1963	380 000\$00	“Agro-Industrial de Moura, Lda.” (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)

4			1951-1957 (6 anos)	23 370\$00			Manuel Pulido Jorge (Barrancos) **		
					1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
5			1951-1957 (6 anos)	20 150\$00			Francisco Hilário Borralho (Barrancos) **		
					1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
6			1951-1957 (6 anos)	30 500\$00			José Fernandes Rodrigues (Santo Aleixo) **		
					1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
7			1951-1957 (6 anos)	24 350\$00			Aníbal Martins Frade (Santo Aleixo) **		
					1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
8			1951-1957 (6 anos)	31 000\$00			Manuel Cláudio Gastão (Barrancos) **		
					1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
9			1951-1957 (6 anos)	18 550\$00			Germano Rodrigues Santos (Barrancos) **		
					1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
10			1951-1957	41 600\$00			Francisco José Ortega Peres		

				(6 anos)				(Barrancos) **		
						1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
11				1951-1957 (6 anos)	26 000\$00			Francisco José Ortega Peres (Barrancos) **		
						1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
12				1951-1957 (6 anos)	34 200\$00			Francisco José Ortega Peres (Barrancos) **		
						1957 a 14.8.1963	380 000\$00	"Agro-Industrial de Moura, Lda." (Joaquim António Fernandes Costa e Maria Margarida Veiga Arsénio Costa)		Valor total da renda anual referente a 12 lotes (1 ao 12)
total parcial	1931. 250 ha									
13	606.250			1951-1957 (6 anos)	22.010\$00			António Escoval Pires (Barrancos) **	6.º	
						1957-1962 (5 anos) Ficou livre para arborização em Agosto 1962	27 000\$00	Francisco dos Santos Chouriço Cruz (teve sempre o mesmo rendeiro) ***		(Lote do Cruz. Portela do Raio. O filho foi morto junto à Rib.ª do Murtigão, fora da HC, quando fazia contrabando.***
14	378.750			1951-1957 (6 anos)	18.100\$00			José Martins Dias (Santo Aleixo) **	5.º	
						1957-1961 (4 anos) Ficou livre para arborização em Agosto 1961	18 600\$00	António Dias Garcia Franco e Vicente Mouco. Almeida (GF) ***		34.700\$00 foi o valor referente à renda anual conjunta dos lotes 14 e 15*.
15	421.875			1951-1957	12.165\$00			Vicente Fialho Veneno		

			(6 anos)				(Sto. Aleixo) **		
						1957-1961 (4 anos) Ficou livre para arborização em Agosto 1961	16 100\$00	António Escoval Rodrigues Bento Dias. José Ferreira (o "Pita"). "Chico dos Bigodes" (Barrancos) ***	34.700\$00 foi o valor referente à renda anual conjunta dos lotes 14 e 15*. O "Macaca" era genro do José Ferreira e também ali trabalhou. O "Pita" saiu da "Malhada de Cima" (lote 13) e veio para o lote 15.***
16	465.625		1951-1957 (6 anos)	19.000\$00			Francisco Sales Marques (Moura) **	2.º	
						1957-1958 (1 ano) Ficou livre para arborização em Agosto 1958	10.000\$00	Francisco Sales Marques (Moura) ***	O lote era composto pelo "Marco do Asparão", Viveiro, antigo cercado dos veados, "Rocha Fria", "Rodeia do Touro" e "Aldeia da Roupa Branca".***
17	366.260		1951-1957 (6 anos)	18.250\$00			António Ramos Torrado (Sto. Aleixo) **	3.º	
						1957-1959 (2 anos) Ficou livre para arborização em Agosto 1959	10 000\$00	António Ramos Torrado (o "Murrongo") ***	22.000\$00 foi o valor referente à renda anual conjunta dos lotes 17 e 18*.
18	293.065		1951-1957 (6 anos)	15.010\$00			António Dias Carrasco (Santo Aleixo) **		*
						1957-1959 (2 anos) Ficou livre para arborização em Agosto 1959	12 000\$00	António Dias Pita José Fernandes Rodrigues***	22.000\$00 foi o valor referente à renda anual conjunta dos lotes 17 e 18*. "Mte. do Guarda". Sogro de Manuel Roberto, o "Maíto". Irmão de Luís F. Rodrigues. O Chico "Bucha", o António Estevéns e o "Vinte e Cinco", concorreram os 3 para a vaga quando o "Pita" saiu. O "25" foi

										lá posto pelo Joaquim Fialho, que estava no “Chaparrito”.***
19	185.000			1951-1957 (6 anos)	16.500\$00			António Caldeira Gonçalves (Sto. Aleixo) **	4.º	
						1957-1960 (3 anos) Ficou livre para arborização em Agosto 1960	10 000\$00	António Caldeira (o “Coxo”); António Parreta Francisco Caldeira; José Roberto Quitéria (o “Maíto”); António Caldeira (o “Coxo”) António Parreta ***		21.5000\$00 foi o valor referente à renda anual conjunta dos lotes 19 e 20*. Lote “Monte da Ficalheira” “Monte Afonso”. José Roberto Quitéria (o “Maíto”) foi o primeiro rendeiro a entregar o lote à Câmara M. de Moura (“Grupo Informal”). O “Maíto” era o pai de Manuel Roberto***
20	148.125			1951-1957 (6 anos)	16.500\$00			José Fialho de Carvalho (Sto. Aleixo) **	4.º	
						1957-1960 (3 anos) Ficou livre para arborização em Agosto 1960	11 500\$00	António Morais Jacinto Andana José Carvalho (o “Póvoas”). “Caga Bonecas” António Morais José Carvalho (o “Póvoas”) ***		21.5000\$00 foi o valor referente à renda anual conjunta dos lotes 19 e 20*. O António Morais era tio de Manuel Roberto, o “Maíto” ***.
21	218.121			1951-1957 (6 anos)	15.100\$00			José Roberto Banaco (Santo Aleixo) **	1.º	Lote do “Maíto” ***
						Este lote ficou livre p/ arborização em Agosto 1957	–			
22	281.250			1951-1957 (6 anos)	17.500\$00			José Fernandes Rodrigues (Santo Aleixo) **	1.º	
						Este lote ficou livre	–	Luís Fernandes Rodrigues*** Joaquim Fialho Machado		Lote do Chaparrito. Eram os 2 cunhados.

						p/ arborização em Agosto 1957				Nunca foi habitado pelos rendeiros.***
total parcial	3364.321 ha									
TOTAL	5395.571 ha	187 710\$00 /ano	469 955\$00 /ano		501 510\$00 /ano		380 000\$00 <u>+115 200\$00</u> 495 200\$00			
<p>Nota: a área total dos lotes n.º 1 a 12 é de 1931.250 ha. Os valores das áreas foram apurados na Carta Militar à escala 1: 25 000, pelo que as diferenças entre os totais e aqueles apresentados como valores cadastrais, obtidos por medição na carta cadastral de escala 1: 5000, resultam de erro admissível devido à diferença de escalas (DGSFA, 1958: 6).</p> <p>Pelo Edital n.º 39, de 06 de Dezembro de 1956, foram à praça (a partir de 11 de Janeiro de 1957) os 12 lotes (1 a 12) para arrendamento pelo espaço de 6 anos, a iniciar em 15 de Agosto de 1957.</p> <p>Pelo Edital n.º 1, de 11 de Janeiro de 1957, foi suspensa a praça marcada para o próprio dia.</p> <p>Pelo Edital n.º 3, de 18 de Janeiro de 1957, foi marcada a arrematação em conjunto dos 12 lotes (1 a 12), numa base de licitação de 380.000\$00, para o dia 08 de Fevereiro de 1957.</p> <p>Pelo Edital n.º 9, de 16 de Março de 1957, foi marcada a arrematação em hasta pública, do direito ao arrendamento, dos lotes n.º 13 ao n.º 20, para o dia 05 de Abril de 1957. O valor da base de licitação foi o mesmo, pelo que tinham sido arrematados para o período de 1951-1957.</p> <p>Pelo Edital n.º 13, de 13 de Abril de 1957, foi deliberado pela CMM que se aceitavam propostas em carta fechada até 19 de Abril de 1957, para o arrendamento dos lotes n.º 18 (2 anos) e n.º 20 (3 anos).</p> <p>Os lotes n.º 1 a 12 (com o total de 1931.250 ha) a N da Ribeira do Murtigão, foram arrendados em conjunto por 380.000\$00 por ano, em 1957.</p>										

ANEXO 16 – Proposta de Arrendamento dos Lotes 1 a 12 da Contenda pela “Agro-Industrial de Moura” e Mapa da Contenda.

Rascunho Elaborado por Funcionário Camarário para Efeitos de Pagamento das Rendas (1951-1957?). Arquivo Histórico Municipal de Moura – João Francisco da Mouca.

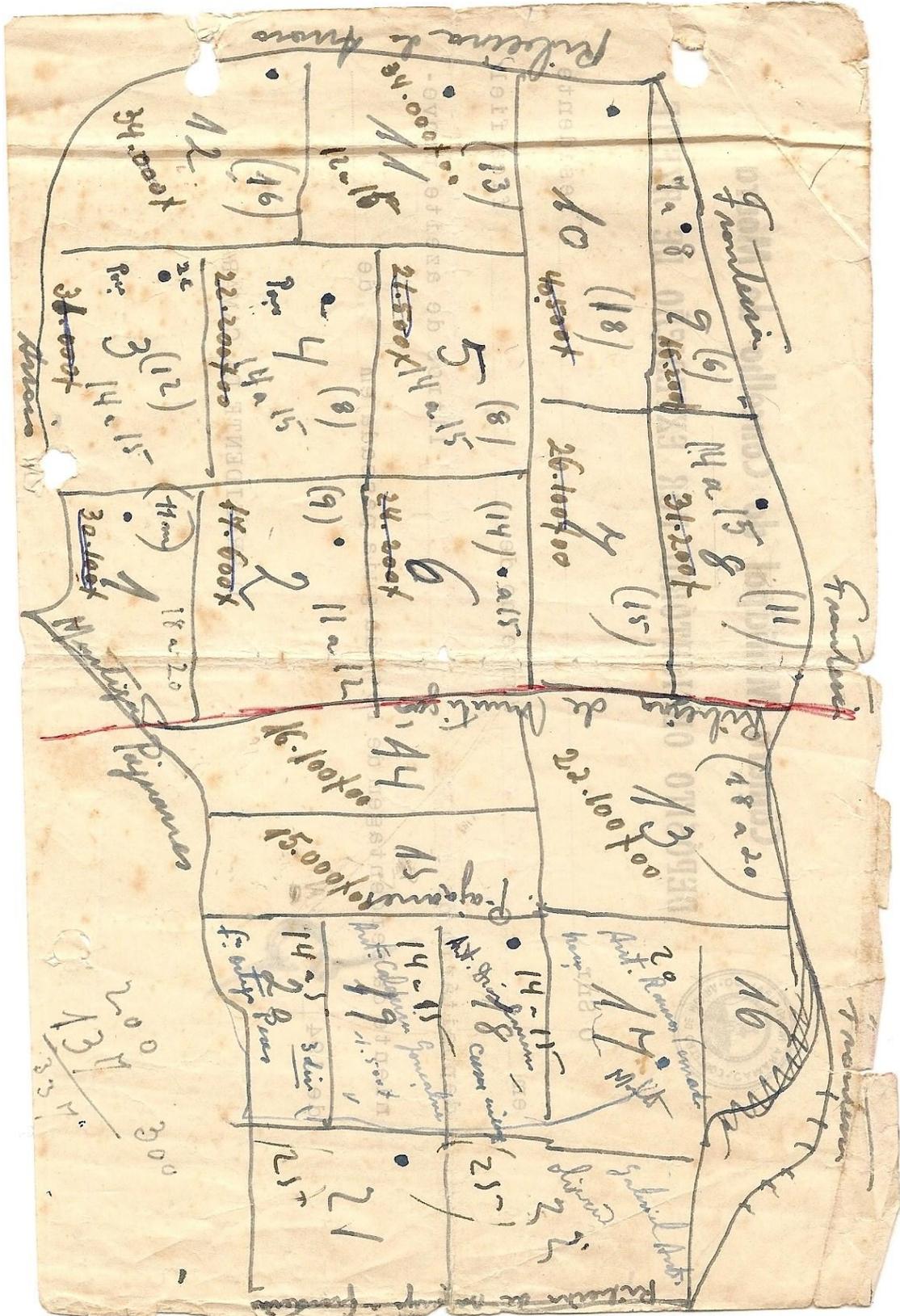


P R O P O S T A

A Firma Agro Industrial de Moura, Limitada, com sede em Moura, propõe-se arrendar à Câmara Municipal de Moura, os lotes n.ºs. 1 a 12 da Herdade da Defeza da Contenda, pelo espaço de seis anos consecutivos, com início em 15 de Agosto de 1957, nas condições aprovadas pela mesma Câmara, oferecendo a renda global de 350.000\$00 (Trezentos e cinquenta mil escudos) por ano.

Se no decurso da praça, se verificar porém, que o produto das rendas oferecidas para os vários lotes postos em praça, por todos os licitantes exceder aquele montante, compromete-se a cobrir o referido produto com mais 2.000\$00 (Dois mil escudos).

Moura, 10 de Janeiro de 1957
AGRO-INDUSTRIAL DE MOURA, Lda
O GERENTE
João Francisco da Moura



ANEXO 17 – Regime Florestal.

REGIME FLORESTAL

O Regime Florestal foi instituído pelos Decretos de 24 de Dezembro de 1901, de 24 de Dezembro de 1903 e de 11 de Julho de 1905: *“compreende o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo”* (parte IV, Artigo 25.º, do Decreto de 24 de Dezembro de 1901) (Germano, 2000: 22).

O Regime Florestal é Total quando é *“aplicado em terrenos do Estado, por sua conta e administração”*, pelo que *“Serão submetidos ao regime total os terrenos, dunas e matas que...pertencam ao Estado, ou lhe venham a pertencer por título gratuito, ou oneroso, mediante expropriação nos termos legais”* (artigos 26.º e 27.º).

“1.º O Regime Florestal Total tende a subordinar o modo de ser da floresta ao interesse geral, isto é, aos fins de utilidade nacional que constituem a causa primária da sua existência ou criação” (Art.º 3.º, Decreto de 24 de Dezembro de 1903) (Germano, 2000: 23).

O Regime Florestal é Parcial quando aplicado a terrenos baldios, a terrenos das autarquias ou a terrenos de particulares, subordinando a existência de floresta a determinados fins de utilidade pública, permite que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor (parte IV, Artigo 26.º e 27.º, do Decreto de 24 de Dezembro de 1901) (Germano, 2000: 22).

“2.º O Regime Florestal é Parcial quando, subordinando a existência da floresta a determinados fins de utilidade pública, permite contudo que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor” (Art.º 3.º, Decreto de 24 de Dezembro de 1903) (Germano, 2000: 23).

“Os denominados Perímetros Florestais, são constituídos por terrenos baldios, autárquicos ou particulares e estão submetidos ao Regime Florestal Parcial por força dos decretos dos anos de 1901 e 1903, e demais legislação complementar” (<http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/gestao-florestal/regime-florestal/perimetros--florestais>).

ANEXO 18 – Principais Acções Desenvolvidas por Projectos no Perímetro Florestal da Contenda desde 1958.

Quadro 2.10 – Principais acções desenvolvidas por projectos no PFC desde 1958 (AFN, 2010a: 44-46).			
PROJECTO	ANO	AREA (ha)	ACÇÕES
1.º Projecto de Arborização	1958	3 364	Pinheiro manso (1874 ha); Sobreiro (750 ha); Eucaliptos (402 ha); Pinheiro bravo (164 ha); Azinheira (91 ha); <i>Cupressus</i> sp. (0,1 ha)
Actualização do 1.º Projecto de Arborização	1963	5 267,95	Criação de uma Reserva de Caça
			Arborização com Pinheiro manso ou Pinheiro do Alepo na Zona Meridional do Perímetro
			Criação de duas superfícies de “Reserva Integral” com 400 ha e 50 ha
			Renovação do Azinhal (Contenda Norte)
Caminho Florestal (C.F.) de Acesso ao Perímetro		-	Construção
C. F. de Vale Malhão ao Monte do Murrongo	1965	-	Construção
3.º Troço do C.F. Acesso ao Perímetro: Cerro do Afoga Burros–EN 258 e Ramal de acesso ao Posto Vigia	1967	-	Construção
1.º Troço do C. F. de Acesso ao Perímetro: Vale Malhão – Monte do Murrongo		-	Construção
1.º troço do C.F. de Acesso ao Perímetro		-	Macadamização
2.º Troço do C.F. de Acesso ao Perímetro: Monte do Murrongo – Cerro do Afoga Burros	1968	-	Construção
Projecto de Estabelecimento de Pastagens para a Contenda Norte		-	Estabelecimento de pastagens semeadas e ordenamento do pastoreio
2.º Troço do C.F. de Acesso ao Perímetro	1970	-	Macadamização
3.º Troço do C. F. de Acesso ao Perímetro	1971	-	Macadamização
C. F. Pico da Águia – Monte Murrongo (1.º troço)	1977	-	Construção
C. F. Pico da Águia – Monte Murrongo (2.º troço)	1978	-	Construção
2.º Troço do C. F. de Acesso ao Perímetro: Aqueduto de 3 Bocas ao Perfil 228 e Pontão ao Perfil 331	1979	-	Construção
Plano de Acção Florestal	1987	1680	Ordenamento de 530 ha de povoamentos de Pinheiro manso para produção futura de fruto
			Arborização de 150 ha de Pm, de 200 ha de Az e de 30 ha de Sb; Adensamento de 300 ha de Azinhal
			Beneficiação da rede divisional e viária e construção de

			pontos de água, Construção/beneficiação de infra-estruturas de apoio à caça, apicultura e silvopastoricia
Plano de Acção Florestal	1987	1810	Limpeza de povoamentos em 150 ha, de matos em 350 ha e desbaste de 80 ha de pinhal manso Rearborização de clareiras e adensamento de 100 ha de azinheira Aproveitamento de regeneração natural em 80 ha de azinhal Desramação de 150 ha de P. manso Poda em 150 ha de azinhal e em 150 ha de povoamentos de Sobreiro Melhoria dos canais de voo apícolas, colmeias e apiários em 330 ha Beneficiação de 35 km de caminhos florestais e de 150 km de aceiros Construção de 2 pequenas barragens Construção de pontão em alvenaria submersível e de 1 Posto de Vigia Instalação de câmara frigorífica para refrigeração de espécies de caça maior
Plano de Acção Florestal (2.ª fase)	1992	983,5	Desramação de 44 ha de Pinhal manso Poda de manutenção em Az (302 ha) Limpeza em 80 ha de sobre e corte de árvores secas Desbaste de 168 ha de Pinhal manso Construção de uma represa para passagem na ribeira de Paes Joanes Construção de 2 pequenas barragens Beneficiação de rede viária e divisional
Plano de Acção Florestal (2.ª fase)	1993	960	Arborização de 416 ha de Pinhal manso e desramação de 44 ha Poda manutenção em azinheira (302 ha) Limpeza de mato em 142 ha de Sobreiro Desbaste de árvores secas em 80 ha de sobreiro e selecção de varas em 20 ha de eucalipto
REG (CEE) 2158	1997	162	Beneficiação de 67 Km de rede divisional e 100 ha de limpeza de matos
PAMAF – PDF		202	Beneficiação de 128 ha de Sobreiro e de 74 ha de pinhal Construção de uma barragem
REG (CEE) 2158	1998	161,4	Beneficiação de 199 Km de rede divisional e de 5,5 Km de rede viária
PAMAF – PDF	1998	257,73	Arborização com Sobreiro em 8,2 ha, beneficiação de 225,55 ha de pinhal e de 32,18 ha de sobreiral
		259,9	Beneficiação de 83 ha de Pinhal e de 165,9 ha de Sobreiro; Fomento da Apicultura
REG (CEE) 2158	1999	96,664	Beneficiação de 85 Km de rede divisional e 5,4 Km de rede viária
REG (CEE) 2158	2000	-	Beneficiação de 100 Km rede divisional
REG (CEE) 2158	2001	-	Beneficiação de 150 Km rede divisional
AGRO – medida 3.1	2002	197,06	Beneficiação de Pinhal

REG (CEE) 2158		-	Beneficiação de 150 Km rede divisional
REG (CEE) 2158	2003	-	Beneficiação de 100 Km rede divisional
AGRO – medida 4	2003	408,06	Arborização com Azinheira
AGRIS – subacção 3.4	2004	-	Reparação de 2 bocas de incêndio e construção de outra; aquisição de motosserra, foice a motor e equipamento de protecção
	2005	40,8	Criação de faixas de 15 metros ao longo da “Estrada Principal” e no limite de fronteira
	2006	74,7	Criação de faixas de 10 metros ao longo dos caminhos principais e no limite de fronteira
		39,0 Km	Beneficiação de rede viária com abertura de valetas e construção de pontos de viragem; implantação de “box culvert” em três pontos de passagem hidráulica nas Ribeiras do Murtigão e de Paes Joanes
			Implantação de sinalização
	2007		Beneficiação de rede divisional
2008	472,0	Controlo da vegetação em montado de sobro (322 ha) e nas faixas (69 ha), beneficiação da rede divisional (150 ha)	

Relação dos investimentos efectuados com fundos comunitários de 1997 a 2008 (AFNa, 2010: 47)

Quadro 2.11 – Relação dos investimentos efectuados com fundos comunitários de 1997 a 2008 (AFN, 2010a: 47).

PROJECTO	DATA	ÁREA (ha) / DIMENSÃO (Km)	INVESTIMENTO (€)
REG.(CEE) 2158/92	1997	100.0 ha / 67.0 Km	11.403,52
PAMAF - PDF	1998	265.9	135.454,51
REG.(CEE) 2158/92		204.5 Km	9.522,81
PAMAF - PDF	1999	202.0	145.715,43
REG.(CEE) 2158/92		96.6	5.706,12
PAMAF - PDF	2000/2001	259.9	49.138,75
REG.(CEE) 2158/92	2000	100.0 Km	4.364,48
REG.(CEE) 2158/92	2001	150.0 Km	-
REG.(CEE) 2158/92	2002	100.0 Km	6.284,85
AGRO 4 “Minutos”		408.06	1.745.243,48
REG.(CEE) 2158/92	2003	100.0 Km	7.070.46
AGRO 3.1	2003/2004	197.06	171.186,02
AGRIS 3.4	2004/2008	539.5 Ha / 208.0 Km	462.063,48
TOTAL			2.753.153,91 €

Quadro 2.12 – Infra-estruturas no Perímetro Florestal da Contenda (AFN, 2010a: 49).

	TIPO	DIMENSÃO (Km) / NÚMERO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Rede viária	Estrada Principal (3 a 4 metros de largura)	26,8	Bom
	Caminhos florestais principais (3 metros de largura)	13,1	Bom
	Caminhos florestais secundários (3 metros de largura)	21,4	Bom
Rede divisional	Aceiro Periférico	25,0	Bom
	Aceiros interiores	130,2	Bom
	Pontos de água	26	Bom
	Posto de Vigia (PV 62.02)	-	Bom

ANEXO 19 – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROF BA).

O **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo**, PROF BA, foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2006, de 20 de Outubro).

Objectivos específicos da sub-região homogénea Margem Esquerda:

1 – Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de protecção, silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos.

2 – A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

- a) Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;*
- b) Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;*
- c) Aumentar a actividade associada à caça, nomeadamente:
 - i) Aumentar o conhecimento sobre o potencial cinegético da região;*
 - ii) Aumentar o número de áreas com gestão efectiva e a rendibilidade da actividade cinegética;*
 - iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça;**
- d) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores integrada com os objectivos de conservação:
 - i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da actividade da pesca e desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas;*
 - ii) Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infra-estruturas de apoio (ex. acessos e pontos de pesca) enquadradas com as do recreio e criar zonas concessionadas para a pesca;**
- e) Desenvolver a actividade silvopastoril, nomeadamente:
 - i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a actividade silvopastoril;*
 - ii) Integrar a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados;**
- f) Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;*
- g) Adequar os espaços florestais à crescente procura de actividades de recreio e de espaços com interesse paisagísticos, nomeadamente:
 - i) Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e com interesse paisagístico e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;*
 - ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infra-estruturas de apoio;**
- h) Recuperar os espaços florestais, sobretudo os mais debilitados em termos de fitossanidade, através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo, nomeadamente:
 - i) Aumentar o conhecimento sobre silvicultura das espécies florestais com maior potencial produtivo para a sub-região;**

- i) Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a actividade apícola e integrar a actividade na cadeia de produção de produtos certificados;*
- j) Promover a produção de produtos não lenhosos, nomeadamente os cogumelos, o pinhão, as plantas aromáticas, condimentares e medicinais;*
- l) Sensibilizar os proprietários para o correcto aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos.*

Artigo 22.º – *Objectivos específicos da Sub-região homogénea Margem Esquerda*

1 – Nesta sub-região homogénea são aplicadas normas de intervenção generalizada a toda a sub-região e normas de intervenção específica a zonas determinadas pela sua especificidade, nomeadamente:

a) Normas de intervenção generalizada:

- i) Espaços florestais com função de protecção contra a erosão hídrica e cheias;*
- ii) Espaços florestais com função de protecção da rede hidrográfica;*
- iii) Espaços florestais com função de suporte à pastorícia;*
- iv) Espaços florestais com função de suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas;*
- v) Espaços florestais com função de suporte à pesca nas águas interiores;*
- vi) Espaços florestais com função de conservação de habitats classificados;*
- vii) Espaços florestais com função de conservação de espécies da flora e da fauna protegidas;*
- viii) Espaços florestais com função de suporte à apicultura;*
- ix) Espaços florestais com função de produção de frutos e sementes;*
- x) Espaços florestais com função de produção de outros materiais vegetais e orgânicos;*
- xi) Espaços florestais com função de produção de biomassa para energia.*

b) Normas de intervenção específica:

- i) Espaços florestais com função de produção de madeira – protecção da regeneração natural das plantações, aplicável aos povoamentos de pinheiro-manso no município de Mértola e áreas limítrofes;*
- ii) Espaços florestais com função de conservação de paisagens notáveis no Vale do Guadiana (Pomarão, Pulo do Lobo);*
- iii) Espaços florestais com função de enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, como as Minas de S. Domingos;*
- iv) Espaços florestais com função de enquadramento de infra-estruturas relativas ao tema ambiente e património, com enfoque na **Contenda** (Moura) e Coitadinha (Barrancos);*
- v) Espaços florestais com função de conservação de recursos genéticos, em particular ao longo das linhas de água que representam potencial para manutenção e fomento de corredores ecológicos.*

2 – As espécies de árvores florestais e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes do seguinte quadro:

Espécie	Modelo de silvicultura	Localização
Medronheiro	Povoamento puro de medronho, para produção de fruto.	Este dos municípios de Barrancos e Moura.
Sobreiro	Povoamento puro de sobreiro, para produção de cortiça e pastorícia.	
Azinheira	Povoamento puro de azinheira em alto fuste, para produção de fruto, lenha e ou lenho.	Municípios de Serpa e Barrancos.
	Povoamento misto de azinheira com sobreiro em alto fuste, para produção de fruto, lenha e ou lenho e cortiça.	
		Toda a sub-região.

3 – Devem também ser privilegiadas as seguintes espécies: alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), amieiro (*Alnus glutinosa*), casuarina (*Casuarina cunninghamiana*), cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e salgueiro (*Salix alba*).

4 – Sem prejuízo do disposto no número anterior e de espécies florestais constantes em legislação específica, podem ainda ser privilegiadas outras espécies de árvores quando as características edafo-climáticas locais assim o justificarem.

Artigo 27.º – Explorações sujeitas a Planos de Gestão Florestal

1 – Estão sujeitas a sujeitas a Planos de Gestão Florestal (PGF) as explorações florestais públicas e comunitárias, tal como definido no artigo 5.º da Lei de Bases da Política Florestal, de acordo com a hierarquia de prioridades para a sua elaboração, nomeadamente as identificadas na seguinte tabela:

Designação da área	Área (ha)	Objectivos	Grau de prioridade
PF da Amareleja	890	pt, re, sp/c/p	Média
PF de Barrancos	150	pt, pd, cs	Média
PF da Cabeça Gorda	159	sp/c/p, pt, re	Média
PF da Contenda	5267		
	571	Floresta modelo, sp/c/p, pt, re	Alta
PF dos Coutos de Mértola	164	pt, re, cs	
PF da Salvada	7204	sp/c/p, pt, re	Média
Total			Média

Legenda:

PF – Perímetro Florestal

pd – produção

pt – protecção

cs – conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos

sp/c/p – silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

re – recreio, enquadramento e estética da paisagem.

ANEXO 20 – Valores a Pagar e Receitas da Exploração da Caça.

Quadro 2.15 – Valores a pagar pela concessão de autorizações especiais de caça na ZCN do P. F. da Contenda (de acordo com a Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro, Art.º 8.º, n.º 1).

Despacho Normativo n.º 19/2010, de 9 Julho	Veado		Javali		Mufão	
	Aproximação (troféu)	Montaria	Espera	Montaria	Aproximação e espera (troféu)	Montaria
Por exemplar	500.00 €	800.00 €	270.00 €	800.00 €	1000.00 €	800.00 €
Por cada tiro falhado	80.00 €		50.00 €		70.00 €	
Por cada exemplar ferido e não cobrado	940.00 €		100.00 €		260.00 €	
Ferir exemplar que não o indicado pelo guia	940.00 €					
Por desobediência ao guia	300.00 €		300.00 €		300.00 €	

Quadro 2.16 – Valor adicional a pagar por exemplar de macho de Veado de aproximação (troféu) abatido nos seguintes escalões (Despacho Normativo n.º 19/2010, de 9 de Julho, de acordo com a Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro, Art.º 8.º, n.º 1).

Troféu de 136 a 147 pontos	400 €
Troféu de 148 a 155 pontos	940 €
Troféu de 156 a 163 pontos	1470 €
Troféu superior a 163 pontos	2150 €

Quadro 2.17 – Valor adicional a pagar por exemplar de macho de Javali de espera (troféu) abatido nos seguintes escalões (Despacho Normativo n.º 19/2010, de 9 de Julho, de acordo com a Portaria n.º 1119/2001, de 21 de Setembro, Art.º 7.º, e)).

Troféu de 4 a 6.5 cm	80 €
Troféu de 6.6 a 7.8 cm	130 €
Troféu superior a 7.8 cm	220 €

Quadro 2.18 – Exploração cinegética da Contenda (Documentos internos do MAMAOT).

Ano	Veados				Javalis		Mufão	Obs. (n.º de montarias)
	Montaria machos (cervas)	Aproximação/troféu		Selectiva	Montarias	Espera	Montaria machos (+fêmea)	
		Ani-mais	N.º de caçadores					
1983					–	16		
1984					–	26		
1985		3	6		40	36		

1986		3	6		37	29		
1987		3	8		–	30		
1988		4	4		45	30		
1989		6	10		34	30		
1990		3	6		34	–		
1991/92		6	12 inscrições (10–28 Out)		25	–		
1992/93		6	9 inscrições (15–26 Set)		38	1		
1993/94	4	6	12 inscrições		43	–		
1994/95	18	8	8 inscrições		46	–		
1995/96	9	5	8 inscrições		60	–		
1996/97	7		17 inscrições		19			
1997/98	15		17 inscrições		49			
1998/99			10 inscrições					
1999/00	20	7	13 inscrições	–	–			
2000/01	25	–	14 inscrições	–	–			
2001/02	28	7	14 inscrições	–	–			
2002/03	83	6	18 inscrições	8	–			
2003/04	154	–	11 inscrições	3	71		2	2
2004/05	170	3	15 inscrições	180	73		3	2
2005/06	109	–	13 inscrições	–	55	7		
2006/07	29 (+34)				21	5	1	2
2007/08	117		8 inscrições		22	3		
2008/09			12 inscrições					
2009/10	74 (+149)			Abate sanitário de 169 cervas (75+50+44) despistagem da tuberculose	53		8 (+2)	3

2010/11	54 (6 machos rejeitados) (+101, e 12 rejeitadas)			1.º abate sanitário entre 26 Jul-07 Ago, 75 fêmeas (1+) 2.º ab. sani. 16 Out , 50 fêmeas (3+) 3.º ab. sani. 30 Nov, 44 fêmeas (1+)	22 (16 rejeitados)		11	3 (13 Nov 2010, 27 Nov 2010 e 11 Dez 2010).
2011-12	27 (14 machos+ 13 cervas)			147 cervas (correção densidades)	16	12	2	2 (12 Nov 2011 Ferrenha, 26 Nov 2011 Casa do Mel). A 3.ª montaria 10 Dez foi anulada.
2012-13	266 (68 Machos+ 198 cervas)				60		7	3 (10 Nov 2012 Ferrenha, 24 Nov 2011 Casa do Mel e 08 Dez 2012 Pássaro).

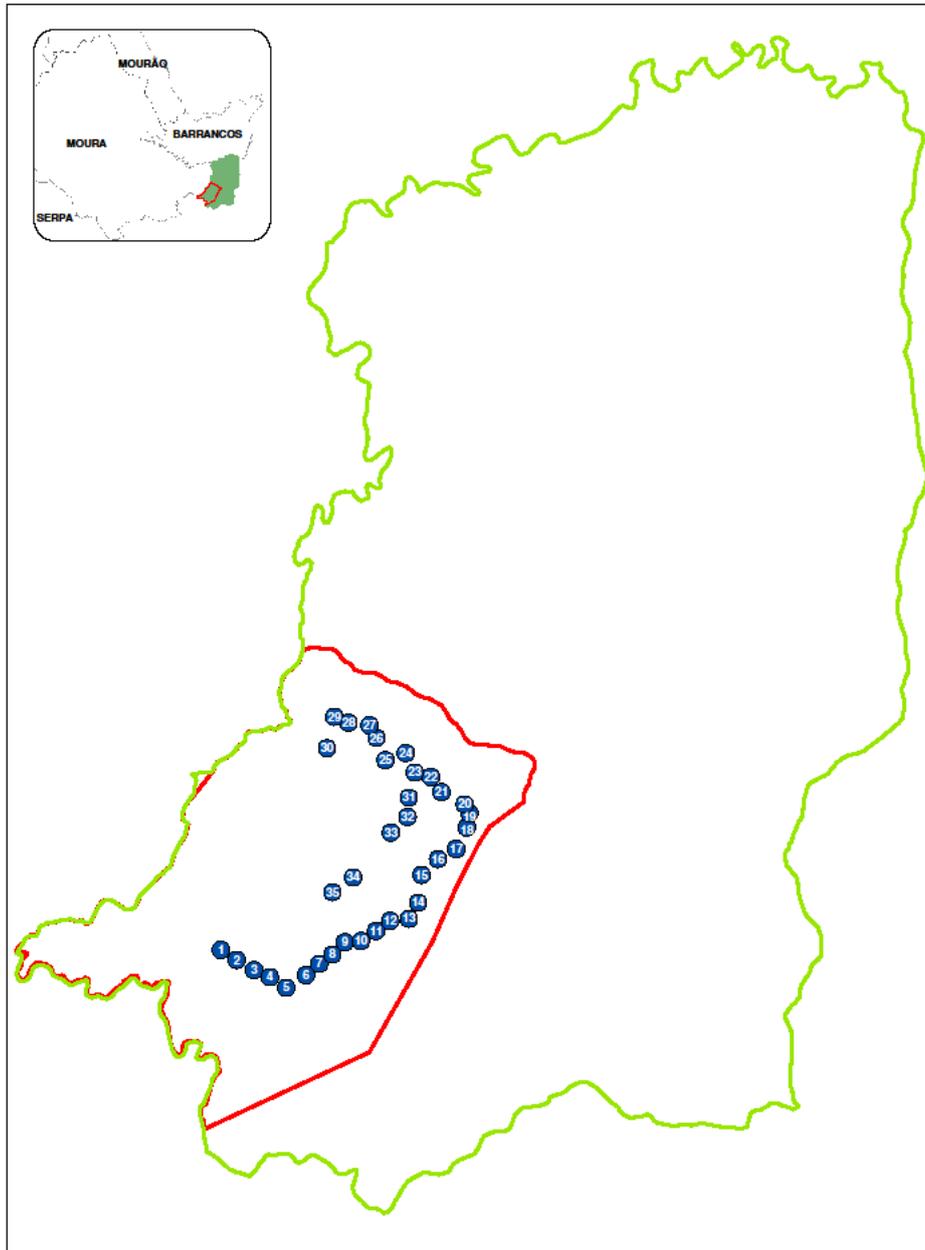
Quadro 2.19 – Receitas de caça (Documentos internos do MAMAOT).

Época	Espécies cinegéticas			Total
	Veado	Javali	Muflão	
1996/97	1 150 450\$00	1 469 500\$00		
1997/98	1 685 250\$00	2 413 270\$00		
2000				
2001				
2002				
2003				
2004				
2005				
2006				
2007				
2008				
2009				
2010				16 481.25 €

Quadro 2.20 – Resultado financeiro da montaria do “Barracão do Mel”, 11 de Dezembro de 2010 (Documentos internos do MAMAOT).

Despesas			Receitas			Balança
Refeições			Inscrições			
Unid.	Unid. €	total	Unid.	Unid. €	total	
75	35	2625.00 €	23	800	18 400.00 €	
Matilheiros			Carne de veado			
Unid.	Unid. €	total	Unid. (kg)	Unid. €	total	
14	250	3500.00 €	2500	1.65	4125.00 €	
			Carne de javali			
			Unid.	Unid. €	total	
			65	1.25	81.25 €	
TOTAL			TOTAL			
6125.00 €			22 606.25 €			16 481.25 €

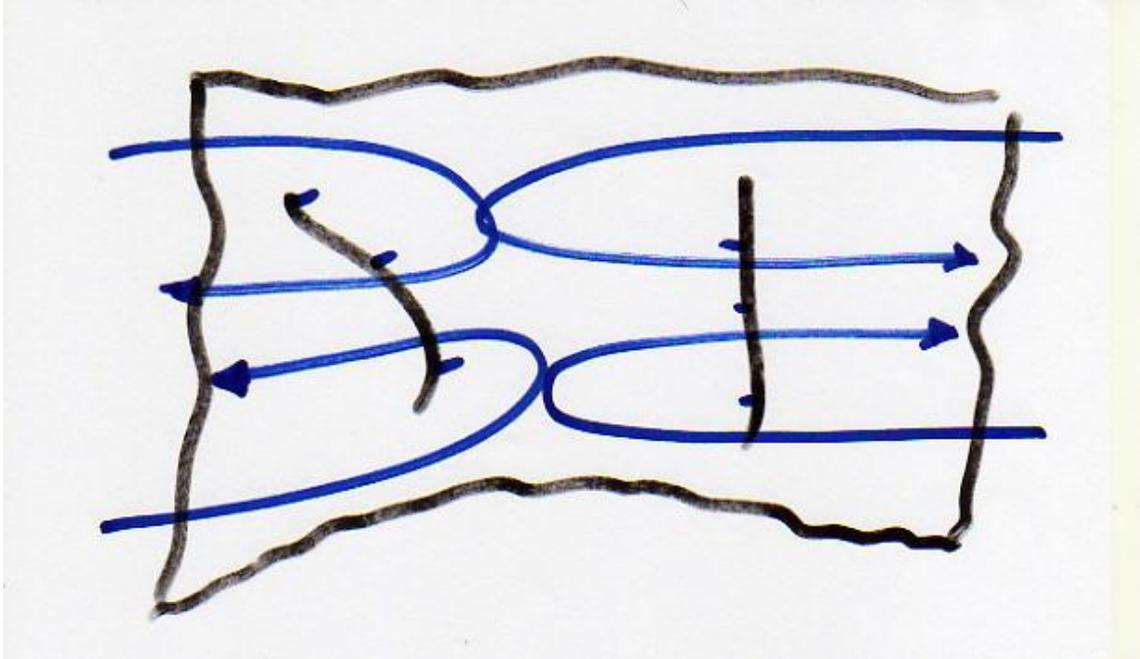
ANEXO 21 – Mapa da Montaria do “Barracão do Mel” e um Esquema de Percurso das Matilhas de Caça numa Mancha Pequena – Hipótese “ao choque”, em que Regressam ao Ponto de Origem.



Legenda

- P.F. Herdade da Contenda
- Mancha - Barracão do Mel

	Perímetro Florestal da Contenda Localização geográfica da mancha da Montaria 27 de Novembro de 2010	
Escala : 1/35 000		
Elaborado por : Henrique Pires Data: Fevereiro 2011	Concelho: Moura Freguesia: Stº Aleixo da Restauração	
Projeção rectangular de Gauss Elipsóide de Hayford, DATUM Lisboa Coordenadas Hayford - Gauss, DATUM Lisboa (ponto fictício)		

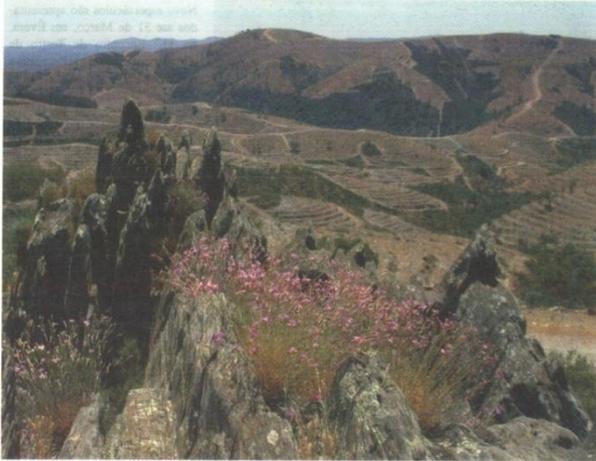


ANEXO 22 – Notícia da Candidatura do Projecto LIFE “Habitat Lince Abutre”.

Redacção, Administração e Publicidade
Rua da Misericórdia, n.º 8 – 7800-285 Beja
E-mail: jornal@alentejopopular.com.pt
Telefone 284 320 551 Fax 284 320 552
Impressão Gráfica Funchalense
Tiragem 2000 exemplares Distribuição VASP

alentejo
popular

Quinta
1 de Março
de 2012



PARCERIA DA LPN COM EMPRESA MUNICIPAL DE MOURA

Lince ibérico e abutre preto com programa de protecção na Herdade da Contenda

No passado mês de Dezembro, a LPN – Liga para a Protecção da Natureza, em representação do projecto LIFE – Natureza «Habitat Lince Abutre» e a Herdade da Contenda, empresa municipal gestora da Herdade da Contenda, localizada no concelho de Moura e propriedade deste município, formalizaram a assinatura de um protocolo de parceria que visa a aplicação de medidas de conservação dirigidas ao lince ibérico, ao abutre preto e aos seus habitats.

O projecto LIFE «Promoção do Habitat do Lince-ibérico e do Abutre-preto no Sudeste de Portugal» visa contribuir para a melhoria das condições de sobrevivência e reprodução do lince ibérico e do abutre preto, duas espécies criticamente em perigo e com importantes fun-

ções no ecossistema no Sudeste de Portugal, beneficiando ainda outras espécies ameaçadas de extinção.

A Herdade Contenda é uma propriedade pertencente ao município de Moura e gerida pela Herdade da Contenda, EM, de reconhecido valor natural, cénico e cinegético, correspondendo a uma área com uma importância fundamental na conservação da biodiversidade da região. Desde há longos anos zona de caça nacional e perímetro florestal, a Herdade da Contenda é parte integrante e essencial para o equilíbrio ecológico da Rede Natura 2000 na margem esquerda do Guadiana.

Com a assinatura deste protocolo acordou-se na implementação na Herdade da Contenda de um conjunto de medidas de conservação que têm por objectivo a melhoria das condições de sobrevivência, alimentação e reprodução do lince ibérico e do abutre preto, assim como a salvaguarda dos seus habitats.

Desde já e ao longo dos próximos anos, o projecto LIFE Habitat Lince Abutre aplicará e fará a manutenção e monitorização destas medidas, em colaboração com a Herdade da Contenda, EM, tendo perma-

nentemente em atenção a necessária compatibilização com as restantes actividades em curso na propriedade, como sejam a caça, a silvicultura ou o usufruto pelas comunidades locais.

Em breve serão dadas a conhecer algumas das acções em curso no âmbito deste protocolo e os resultados entretanto obtidos, encarando-se com entusiasmo e expectativa o trabalho a realizar nos próximos meses.

O projecto LIFE Habitat Lince Abutre é coordenado pela Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e conta com a parceria de diversas instituições públicas e privadas, designadamente o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica (CEAI), a Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça (ANPC), a Associação dos Jovens Agricultores de Moura (AJAM), a Direcção-Geral de Veterinária (DGV), o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e o Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS / ISCTE-IUL).

Com uma duração de quatro anos, entre Janeiro de 2010 e Dezembro de 2013, este projecto é cofinanciado a 75% pelo Programa LIFE-Natureza, da Comissão Europeia.

ANEXO 23 – Minas Denunciadas na Contenda e Cópia do Manuscrito Original.

(De acordo com o texto manuscrito no documento, sem nenhuma alteração ortográfica. Arquivo Histórico Municipal de Moura – João Francisco da Mouca).

Por Theodoro Blum:

- na Solaina do Contrabandista.....19-3-1883
- no Pico da Mojoza.....19-3-1883
- a 616 metros para norte no Pico da Mojoza.....19-3-1883
- no ponto colminante no Pico da Mojoza 19-3-1883
- a 688 metros ao Sul no Pico da Mojoza19-3-1883
- a 1280 metros na direcção Sul no Pico da Mojoza19-3-1883

Por Joaquim de la Feria:

- no sitio Garganta.....23-1-1883

Por Carlos Dale:

- no Bico da Águia.....23-8-1882
- no Cabeço do Madronho.....23-8-1882
- no Serro do Corvo.....23-8-1882

Por Francisco A. Pulido:

- na serra Rabo d’Asno.....22-8-1882
- no pico da Mojoza.....22-8-1882
- a 800 metros do pico da Mojoza.....22-8-1882
- idem junto aos cercados de Barrancos ao sul da esquina do cercado d’el Cura.....22-8-1882
- idem a 100 metros ao nascente da casa da Guarda do partido d’Ensinasola.....22-8-1882
- idem, nos Minancos do solano de Pizaniha.....22-8-1882
- idem a 200 metros a sul da casa do ... d’Arouche.....22-8-1882
- idem a casa do ... supra dito.....22-8-1882
- idem no sitio El Vaio cazeta dos Carabineiros.....22-8-1882
- idem na Serra de Santa M.^a no barranco.....22-8-1882
- idem no mesmo barranco.....22-8-1882
- idem em Val de Encimado.....22-8-1882

Uçinas denunciadas na Contenda.

Por Theodoro Blum, da solaina do Contrabandista	19-3-83
Idem no Pico da Alajora	" " "
" A 515 metros p. ^o norte no Pico da Alajora	" " "
" Ao ponto culminante	" " "
" A 588 metros ao Sul	" " "
" A 1.280 " na direcção Sul	" " "
Por João de La Faria - do sitio garganta	23-1-83
" Carlos Dalz - do Pico da Aguia	23-8-82
" " " do Cabeço do Quadrante	" " "
" " " No Sero do Carvo	" " "
" Fran. ^{co} A. Pulido - da Serra Rabo d'Asno	22-8-82
" " " " do Pico da Alajora	" " "
" " " " A 870 metros do Pico da Alajora	" " "
Idem junto aos Curules de Baranços ao Sul do esquina do cercado d'el' Aurora	" " "
Idem A 100 metros ao nascente da casa da Guarda do partido d'Esquina sola	" " "
Idem, do Espinancoz do Solano de Sizaquilha	" " "
Idem a 200 metros da casa do Co. ^o d'Arache	" " "
" A casa do Co. ^o supra dito	" " "
" Ao sitio do Boio carreta dos Carabunciros	" " "
" Na Serra de Santa El. ^a no Baranço	" " "
" No mesmo Baranço	" " "
" Em Baç de Encimado	" " "

ANEXO 24 – Notícia do Projecto “SKA” e Logotipo.

Expresso, 7 de janeiro de 2012 ECONOMIA 19

TURISMO

Estrelas trazem turistas ao Alqueva

É o primeiro céu no mundo a obter a certificação Starlight da Unesco e da Organização Mundial do Turismo

Uma reserva para ver estrelas. Esta é também uma forma de definir a região alentejana junto ao Grande Lago. Pelo céu estrelado, Alqueva acaba de obter a certificação Starlight Tourist Destination, atribuída pela Unesco e a Organização Mundial do Turismo. É o primeiro destino no mundo a ostentar este selo de qualidade do céu para observação de astros, ao qual concorrem regiões como La Rioja, em Espanha, ou Fray Jorge, no Chile.

“É bom saber que aqui somos o número um”, reconhece Apolónia Rodrigues, presidente da Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo e coordenadora da Rota Dark Sky, que envolve seis concelhos junto a Alqueva (Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel, Moura, Moura e Barrancos). “É um selo de qualidade muito importante para a região e que vamos usar na promoção do destino”, garante, adiantando serem esperados aumentos de 50% nas dormidas em dois anos, só com a divulgação em redes sociais como o Facebook, sobretudo com turistas externos. O astroturismo (escolha do destino de férias especificamente para observar estrelas) tem um mercado potencial de 25 milhões de pessoas, segundo dados divulgados no World Travel Market. “Há turistas que apreciam a região de Alqueva como local para observar o céu. Tem muitas noites limpidas, com temperaturas amenas na primavera e outono, é uma coisa excepcional”, salienta Apolónia Rodrigues.

O céu estrelado e sem poluição luminosa é mais um trunfo turístico numa região que tem sido comparada à Toscana ou à Provença em jornais internacionais como o “The New York Times”. “A certificação Starlight não atesta apenas a qualidade do céu, mas do destino em si. Enoturismo, gastronomia, alojamento rural e património também foram valorizados”, frisa.

Apolónia Rodrigues, lembrando que o projeto implica alterações na iluminação dos municípios, o que pode passar por apagar as luzes a partir de uma determinada hora. “Não queremos que o Alqueva fique às escuras, mas que seja melhor iluminado, sem desperdícios de energia ou poluição luminosa.”

CONCEIÇÃO ANTUNES
cantunes@expressoimprensa.pt

Passeios à noite

A certificação Starlight é um salto de gigante para a região de Alqueva, onde está a ser criada uma reserva Dark Sky. No âmbito desta rota, já há hotéis rurais dotados de telescópios, onde os hóspedes podem fazer passeios à noite para observar o céu, as raposas ou os javalis, com destaque para o Monte Aleria, o Monte de Santa Catarina, a Casa Saramago ou o Refúgio da Vila.

O projeto da rota Dark Sky envolve a Turismo Terras do Grande Lago, a CCDR-Alentejo e a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva (EDIA), além da parceria com a Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores.

ASTROTURISMO NA MODA

25 milhões de turistas movimentam por ano o astroturismo

50% de noites limpas é uma das condições para a certificação Starlight



ANEXO 25 – Prémio Nacional da Paisagem.

LEGISLAÇÃO

Despacho n.º 12423/2012, de 24 de Setembro (MAMAOT)

“1 – É criado o Prémio Nacional da Paisagem, com carácter bienal, que vigora por tempo indeterminado e cuja atribuição tem início em 2012.

2 – É aprovado o Regulamento do Prémio Nacional da Paisagem.

3 – A Direcção-Geral do Território é a entidade organizadora do Prémio Nacional da Paisagem, competindo-lhe preparar a candidatura nacional ao Prémio da Paisagem do Conselho da Europa, criado pelo artigo 11.º da Convenção Europeia da Paisagem, aprovada pelo Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro.

4 – O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos desde a data da sua assinatura. “

REGULAMENTO

De acordo com o Anexo onde consta o Regulamento do Prémio Nacional da Paisagem, referem-se a seguir as partes do “Regulamento” que, eventualmente, mais interessam à candidatura:

“Artigo 3.º – Objectivos

a) Reconhecer a implementação de uma política da paisagem ou de medidas implementadas pelas autoridades locais ou regionais ou pelas suas associações ou agrupamentos, ou contribuições especialmente importantes de organizações não governamentais, para a proteção sustentável, a gestão e ou o ordenamento das paisagens;

b) Incrementar a sensibilização da sociedade civil para a importância das paisagens, quer enquanto factor de identidade e valor fundamental do quadro de vida das populações quer enquanto factor potencial de desenvolvimento, e para as importantes funções culturais, ecológicas, ambientais e sociais desempenhadas pela paisagem;

c) Preparar a candidatura nacional ao Prémio da Paisagem do Conselho da Europa.

Artigo 5.º – Destinatários

Podem concorrer ao Prémio Nacional da Paisagem:

a) As autoridades locais ou regionais e as suas associações ou agrupamentos que tenham instituído, no quadro da política de paisagem de uma Parte signatária da Convenção Europeia da Paisagem, uma política ou medidas para proteger, gerir e ou ordenar a sua paisagem, que tenha, ou tenham, produzido efeitos duradouros e possa, ou possam, constituir um exemplo de boas práticas que outras autoridades territoriais europeias devam seguir.

Artigo 7.º – Procedimento concursal

1 – A abertura do concurso tem lugar até 31 de março do ano a que respeita o concurso, mediante aviso a publicar pela DGT num jornal diário nacional e no seu sítio na Internet (www.dgotdu.pt).

2 – A fase de apresentação das candidaturas decorre até 31 de maio do ano em que é aberto o concurso.

3 – As candidaturas devem conter os elementos mencionados no artigo seguinte.

4 — A fase da análise, admissão e seleção da candidatura vencedora e das eventuais menções especiais tem lugar até 15 de julho do ano em que é aberto o concurso, data em que o júri comunica obrigatoriamente a sua proposta à Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

5 — Sob proposta do júri, a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território atribui o Prémio e as eventuais menções especiais ou profere decisão de não atribuição do Prémio.

6 — O Prémio e as menções especiais são entregues pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ou por quem esta designar para o efeito, em cerimónia pública, que tem lugar até 31 de dezembro do ano em que é aberto o concurso.

Artigo 8.º – Elementos obrigatórios das candidaturas

1 — As candidaturas são obrigatoriamente instruídas com os seguintes elementos:

- a) Uma apresentação do candidato, com o máximo de três páginas;
- b) A descrição de um projeto de intervenção ou de uma iniciativa para a proteção, a gestão e ou o ordenamento de uma paisagem, que tenha sido concluído, tenha produzido efeitos duradouros e possa constituir um exemplo de boas práticas que deva ser seguido.

2 — Na descrição a que se refere a alínea b) do número anterior deve ser mencionada a disposição aplicável da Convenção Europeia da Paisagem.

3 — A descrição a que se refere a alínea b) do n.º 1 deve ser apresentada em papel, com cerca de 20 páginas A4, acompanhado por uma cópia digital em CD-ROM, em formato PDF, e por cartazes.

4 — O processo pode também incluir um vídeo com a duração máxima de cinco minutos.

5 — Deve, ainda, ser apresentado documento no qual os titulares dos materiais apresentados autorizam a DGT e o Conselho da Europa a, caso a respetiva candidatura seja premiada, utilizar os referidos materiais em comunicações que visem promover o Prémio Nacional da Paisagem e o Prémio da Paisagem do Conselho da Europa ou em quaisquer outras publicações ou atividades daquelas entidades relacionadas com a Convenção Europeia da Paisagem.

6 — Nos casos previstos no número anterior, a DGT e o Conselho da Europa citam os nomes dos autores dos materiais utilizados.

7 — Os processos incompletos ou que não cumpram o disposto no presente Regulamento não são admitidos ao concurso.

Artigo 10.º – Critérios de seleção

1 — As candidaturas admitidas são objeto de análise em função dos seguintes critérios de seleção, tendo todos igual ponderação:

- a) Desenvolvimento territorial sustentável;
- b) Valor exemplar;
- c) Participação pública;
- d) Sensibilização.

2 — De acordo com o critério do desenvolvimento territorial sustentável, previsto na alínea a) do número anterior, os projetos de intervenção ou as iniciativas apresentados devem concretizar a proteção, a gestão e ou o ordenamento de paisagens, devendo ainda, cumulativamente:

- a) Fazer parte de uma política de desenvolvimento sustentável e estar em harmonia com a organização territorial da área em causa;
- b) Demonstrar a sua sustentabilidade ambiental, social, económica, cultural e estética;
- c) Inverter ou reparar qualquer dano nas estruturas da paisagem;
- d) Contribuir para valorizar e enriquecer a paisagem e desenvolver novas qualidades.

3 — Para efeito do disposto no número anterior, considera-se que os projetos de intervenção ou as iniciativas concretizam a proteção, a gestão e ou o ordenamento de paisagens se tiverem sido concluídos e estiverem acessíveis ao público desde, pelo menos, três anos antes do momento da apresentação da candidatura.

4 — O critério do valor exemplar, previsto na alínea b) do n.º 1, visa avaliar se e em que medida a implementação da política ou das medidas adotadas para melhorar a proteção, a gestão e ou o ordenamento de paisagens deve constituir um exemplo de boas práticas que deva ser seguido.

5 — De acordo com o critério da participação pública, previsto na alínea c) do n.º 1, a política ou as medidas implementadas com vista à proteção, à gestão e ou ao ordenamento das paisagens em causa devem:

- a) Envolver a participação ativa da população, das entidades locais e regionais e de outros intervenientes interessados; e
- b) Refletir claramente os objetivos de qualidade da paisagem.

6 — Para efeito do disposto na alínea a) do número anterior, a participação ativa da população tem lugar através:

- a) Do diálogo e intercâmbio entre membros da sociedade, designadamente através de reuniões públicas, debates, procedimentos de participação e de consulta no terreno; e
- b) De processos de participação pública e envolvimento nas políticas de paisagem implementadas pelas autoridades nacionais, regionais ou locais.

7 — O critério da sensibilização, previsto na alínea d) do n.º 1, visa avaliar as ações integradas no projeto de intervenção ou na iniciativa em causa que tenham sido desenvolvidas para concretizar o disposto no artigo 6.º, A), da Convenção Europeia da Paisagem, que estabelece que cada uma das Partes se compromete a incrementar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações.

Artigo 16.º – Disposição transitória

Em 2012, o procedimento concursal obedece ao seguinte calendário:

- a) Publicação do aviso de abertura do concurso — até 15 de setembro de 2012;
- b) Fase da apresentação das candidaturas — até 15 de outubro de 2012;
- c) Decisão do júri — até 5 de novembro de 2012.”

ANEXO 26 – Documento do Ministério das Finanças sobre a Cedência de Terreno para Construção de um Posto da Guarda Fiscal na HC.

Cópia de documento do Ministério das Finanças, de 07 de Maio de 1938, dirigido à Secção de Finanças do concelho de Moura, que manda lavrar um auto de sessão de um terreno com 2000 m², no lugar do “Cêrco da Barrada”, Chaparrinho, Herdade da Contenda, cedido gratuitamente pela CMM em favor do Estado, para construção de um Posto da Guarda Fiscal. (Arquivo Histórico Municipal de Moura – João Francisco da Mouca).

Cópia D. G. C. I. — Modelo n.º 58-C

Serviço da República

Em 7 de Maio de 1938

Ao Ex.º Sr. Chefe da Secção de Finanças do
concelho de
Moura

Direcção Distrito
Da Secção de Finanças do concelho de Beja

(a) Proc. n.º _____
Livro n.º _____
N.º 1999

(a) Roga-se que à margem da resposta se indiquem estes números e a data deste officio.

Digne-se V. Ex.ª, para execução do disposto no Decreto-Lei n.º 28.121, de 30 de Outubro findo, avisar a Câmara Municipal desse concelho para a mesma lavrar o auto de cessão, do terreno com a área de 2000^{m²}, sito no lugar do Cêrco da Barrada, Chaparrinho que faz parte da herdade denominada Contenda de Moura e da pedra nela existente que a mesma Câmara Municipal faz gratuitamente, ao Estado, para construção de um quartel para o posto da guarda fiscal no qual outorgará como representante do Estado, do qual me enviará uma cópia e em seguida faça dele cessão nos termos do art.º 6.º e seguintes do decreto n.º 24.489 ao funcionario

2928 -1937

que o Comando Geral da Guarda
Fiscal indicar, para os fins de
que trata os arts. 1.º e 2.º do referido
decreto 28.121.
A seguir requererá o registo na
Conservatória, o arrolamento na ma-
triz e a inscrição no livro modelo 26.
Está conforme.
Nova, 9 de Maio de 1938
O aspirante,
Finnandino Rodrigues de Goul

ANEXO 28 – Texto do Audiovisual de Apresentação da Herdade da Contenda ao “Focus Group”. Sessão Teste de “Focus Group”. Sessão de “Focus Group”. Ficha de Avaliação do “Focus Group” e Gráfico de Avaliação das Respostas dos Participantes.

1. “A Herdade da Contenda”

A Herdade da Contenda é um território que pertence à Câmara Municipal de Moura, com características muito específicas, nomeadamente na componente histórica. Está dentro dos limites da freguesia de Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura. É limitada a Norte pelo concelho de Barrancos, a Sul e a Este por Espanha (fazendo fronteira com este país ao longo de cerca de 19 km) e a Oeste por várias Herdades.

Pouco mais do que um século depois da fundação de Portugal em 1143, existia um vasto território com mais de 12 000 hectares situado numa parte do que é hoje o Baixo Alentejo e que se prolongava pelo então Reino de Sevilha, que era explorado de forma comunitária, respectivamente, pelo povo de Moura do lado português e pelos habitantes de Aroche e de Encinasola, do lado castelhano.

Ao longo de mais de 600 anos, este território, se foi objecto de acordos de exploração (cultura de cereais, pastoreio, produção de bolota e de cortiça e da interdição de construção de edifícios), foi também, local de disputas frequentes entre os dois povos, que tinham como objectivo principal o controle de áreas para assegurar a subsistência das populações. As desavenças envolveram os exércitos de Portugal e do Reino de Castela. Estas são as razões porque o território foi designado por “Contenda” e constituiu um contencioso que só terminou em 1893 com a assinatura da Convenção de Madrid que, finalmente, estabeleceu a fronteira no último troço que faltava e que, simultaneamente, definiu os limites, dividindo-o na “Contenda”, entregue à Câmara Municipal de Moura e na “La Contienda” entregue a Aroche (e a Encinasola).

O município de Moura subdividiu a Herdade da Contenda em 22 lotes (12+10) para arrendamento a seareiros que, compelidos pela Campanha do Trigo, sobrexploraram agricolamente todo o território nas décadas de 30, 40 e 50, degradando a paisagem em consequência da erosão dos solos com as correspondentes baixas produções, devido a práticas agrícolas inadequadas pela gestão dos rendeiros, que acabou por levar, no início da 2.ª metade do séc. XX, ao abandono da propriedade e à cessação quase completa das actividades agrícolas.

Após uma alteração demográfica brutal, a Câmara Municipal de Moura decidiu solicitar a intervenção dos Serviços Florestais em 1958, a fim de os solos serem recuperados através de florestação com algumas espécies, como a azinheira, o pinheiro manso e o sobreiro. Foram ainda instalados apiários, melhoraram-se pastagens, introduziram-se espécies pecuárias de raças puras autóctones e implementou-se uma gestão para a caça maior. A Guerra Civil de Espanha, que envolveu o povo espanhol numa guerra fratricida entre 1936 e 1939, deixou sinais ao longo da raia com episódios marcantes na Herdade da Coitadinha. Também na Herdade da Contenda, as forças franquistas espanholas com o beneplácito de Salazar, fizeram “batidas” para eventual captura de refugiados espanhóis. O Tenente António Augusto Seixas da então Guarda Fiscal, conseguiu evitar com a sua intervenção a morte de muitas centenas de

refugiados. O contrabando teve, também, relevância nesta zona raiana e constituiu uma prática de resistência por parte dos trabalhadores rurais e, simultaneamente, foi uma alternativa económica de sobrevivência, com expressão significativa na Contenda.

Actualmente, cerca de 60% da área da Contenda tem uma ocupação do solo por azinheiras e sobreiros explorados em regime de montado com espécies pecuárias semi-estabuladas e por espécies de caça maior (existirão cerca de 1500 veados, 500 javalis e 300 muflões).

Sobre a biodiversidade, constata-se a existência de 447 espécies de Plantas, de 133 espécies de aves, 18 espécies de mamíferos, 13 espécies de répteis, 10 espécies de anfíbios, de 3 de peixes e de 10 *habitats* naturais de interesse comunitário.

Em função da importância do património existente, a Herdade da Contenda, passou a integrar:

- o Sítio Moura/Barrancos, em que apenas uma pequena área da Herdade da Contenda a Norte é que não é abrangida pelos limites;
- e a Zona de Protecção Especial de Mourão/Moura/Barrancos, que abrange toda a área da Herdade da Contenda.

A Contenda é, pois, uma paisagem cuja leitura só está completa quando se conta a sua evolução natural com a marca deixada pelos Homens.

(Locução de Carolina Lecoq).

2. “Sessão Teste” de “Focus Group”

Metodologia, considerada como “*um conjunto de regras estruturadas, articuladas e sequenciais, passos metodológicos, que orientam, conduzem, uma determinada intervenção ou actividade*”, Ramos, 2002: 115.

“**Focus Group**” ou “**Discussões em Grupo**” – Powell *et al.* (1996: 499 *in* Gibbs, 1997) definiram o FG como um grupo de indivíduos seleccionados por investigadores para discutir e comentar o tema que é objecto de investigação, dada a experiência de cada um, constituindo uma metodologia muito utilizada em trabalhos de investigação.

Pretende-se explicar a forma **como se constrói a relação do público com paisagens específicas e de elevado valor patrimonial**, em contexto mediterrânico periférico, saber o que é que sensibiliza as pessoas quando estão em presença de uma paisagem de referência, que critérios estão subjacentes a essa escolha.

Dado que havia outra pessoa a desenvolver uma tese também na área da Contenda, o meu colega de serviço e de doutoramento, Eng.º Silv. João Rui Ribeiro, houve um entendimento prévio entre os respectivos Professores Orientadores para que se aproveitasse a mesma sessão de “Focus Group” para os dois casos.

Dado que se trata de dois trabalhos de natureza diferente, não é feita aqui referência à parte da sessão do João Rui “Características a valorizar num povoamento de pinheiro manso”.

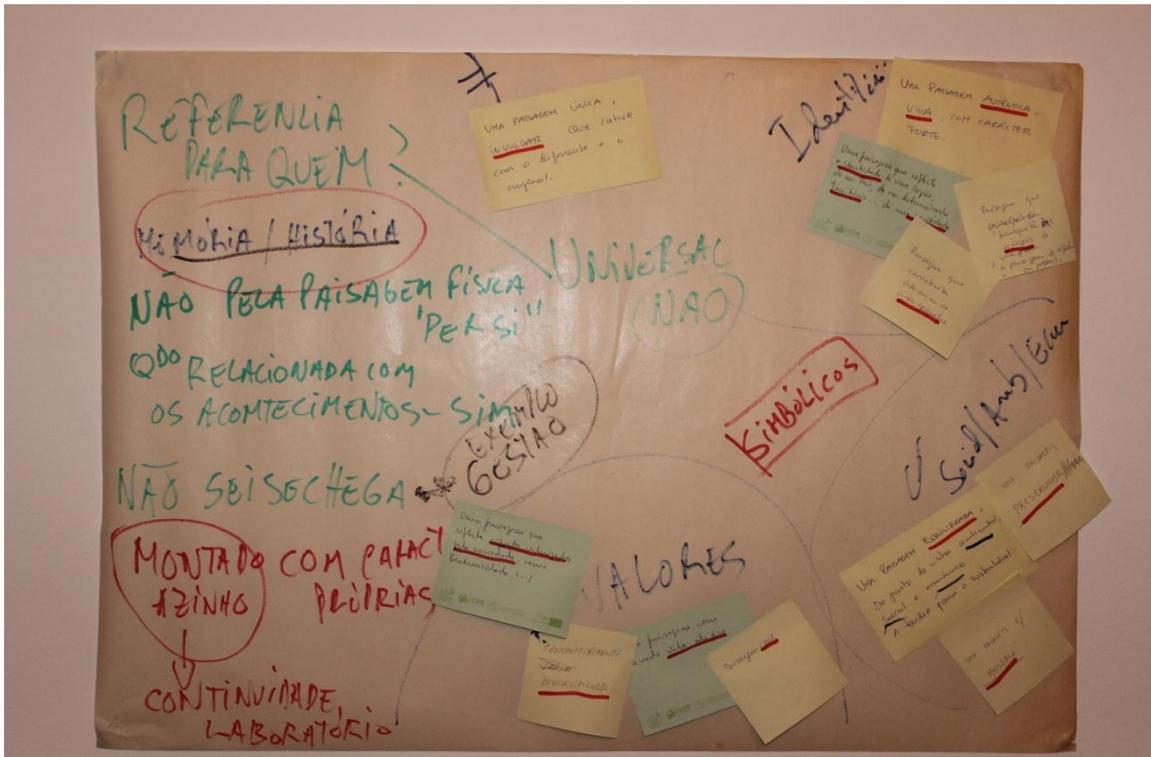


Figura 3.1 – Pannel da “Sessão Teste” de “Focus Group” com os “post-it” agregados em grupos de critérios.

Previamente ao início da sessão foram afixados “posters” com os objectivos e organizada a logística.

- foram dadas as boas vindas aos participantes e apresentado o programa da sessão
 - . Apresentação
 - . Início da sessão com a indicação dos objectivos a alcançar e a metodologia
 - . 1.ª Parte – “Critérios para identificar uma paisagem de referência”
 - . Intervalo
 - . 2.ª Parte – “Características a valorizar num povoamento de pinheiro manso”
 - . Para o povoamento com menor atractividade visual estaria disposto a modificar a gestão para melhorar esta característica?
 - . Para o sistema com menores potencialidades para o recreio indique 3 acções que implementaria para melhorar esta função
 - . Avaliação da sessão
 - . Fim da sessão.

Entendeu-se que haveria vantagem em concretizar um primeiro ensaio com um “grupo de discussão” reduzido, com o fim de testar os vários aspectos que envolvem a aplicação desta metodologia, de modo a melhor inferir as conclusões/resultados das discussões que tiveram lugar posteriormente, pelo que foi designado por “Sessão Teste”.

Assim, em 18 de Dezembro de 2012, teve lugar nas instalações da Universidade de Évora, no Polo da Mitra uma sessão de preparação para o “Focus Group” tendo participado na sessão

experimental 4 Técnicos/Investigadores do ICAAM (Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas) de diversas áreas do conhecimento: agronomia (1), arquitectura paisagista (2) e engenharia do ambiente (1). A moderação esteve a cargo da Doutora Sónia Ribeiro.

Embora constituindo um mero ensaio, das propostas e da discussão gerada entre os participantes, deve ser salientada a formação de grupos de critérios como os “**Valores**”, a “**Sustentabilidade**” e a “**Identidade**” tendo sido sugerido, após uma breve discussão, juntar o “**Simbolismo**”. Foram avocados ainda a “**Evolução da gestão**”, a “**Memória**” e a “**Preservação**”.

Exercício 1 – este exercício foi apresentado, tendo a moderadora tecido algumas considerações sobre o conceito de “Paisagem de referência”, informando não ser um conceito bem definido. Foi pedido aos participantes que indicassem 3 atributos para uma paisagem de referência, um por cada “post-it”, devendo ser sublinhadas as palavras-chave e por eles lidas em voz alta. Ainda no âmbito deste exercício foi apresentada pela moderadora uma definição de paisagem de referência elaborada pelo autor deste trabalho.

Exercício 2 – foi passado um “power point” sobre a Herdade da Contenda (com cerca de 4 minutos).

Exercício 3 – consistiu em questionar os participantes se, face aos critérios que foram por eles validados, à definição apresentada e às imagens que tinham sido passadas, consideravam ou não a Herdade da Contenda como uma “paisagem de referência”:

- uma das participantes considerou que sem a apresentação das imagens não classificaria a Herdade da Contenda como uma paisagem de referência, embora se verificasse que ocorreram alterações neste espaço, sendo um bom exemplo da “**Evolução da gestão**”, mas entendia que o Sítio Moura/Mourão/Barrancos é que poderia ter esta classificação;
- um outro participante considerou poder aceitar esta Herdade como uma paisagem de referência por conhecer o caso por antecipação, embora entendesse que dependeria do olhar de cada um, considerando que sobressaíam a vertente da “**Memória**” e da “**Preservação**”;
- as duas restantes participantes consideraram não se enquadrar numa paisagem de referência.

Concluído este exercício foi feito um intervalo pelas 11:35 horas.

3. Sessão de “Focus Group”

(31 de Janeiro de 2013 – Conventinho, Herdade da Mitra, Évora)

Na sequência do ensaio das discussões em grupo, programou-se a realização da **sessão de “Focus Group”** para as 10:00 do dia 31 de Janeiro de 2013, nas instalações da Universidade de Évora (no Conventinho, Mitra, Valverde, Évora) que teve uma moderadora a orientar os trabalhos, que permitiram obter um conjunto de critérios agrupados em “valores naturais”, “valores culturais” e “valores imateriais”, que podem contribuir para identificar as citadas paisagens de referência no contexto geográfico referido.

A bibliografia consultada apontava para um número de participantes nas discussões em grupo que oscilava entre os 6 e os 12 elementos.

Dada a natureza do tema a tratar, convidou-se um grupo (“target group”, “grupo alvo” ou “grupo de especialistas”) constituído por **10 Técnicos**, cuja selecção teve em linha de conta os seguintes critérios: terem todas habilitações ao nível de licenciatura; haver paridade entre sexos; pertencerem a uma classe etária entre os 35 e os 55 anos; abarcarem um conjunto de áreas profissionais com ligações ao espaço rural, como utilizadores lúdicos, representantes da administração local e central e proprietários de terrenos no Alentejo (Figura 3.1).

Elaborou-se uma lista com a formação dos participantes, a saber: um biólogo, um biofísico, um florestal, um agrícola, um paisagista, um proprietário (produtor agrícola e florestal), um caçador, um político (vereador), um sócio-gerente de uma empresa de animação turística e um representante de uma ONGA.

Para efeitos da programação da sessão propriamente dita, procedeu-se ao convite dos potenciais participantes com uma antecedência de cerca de uma semana, tendo o cuidado de encontrar opções para situações de impedimento dos convidados. Finalmente, todos os participantes tornaram a ser contactados por telefone na véspera do dia marcado, com vista a obter a confirmação da sua presença.

A sessão de “Focus Group” realizou-se na data apazada e nas instalações atrás referidas, estruturada em duas partes distintas, com a duração prevista de cerca de uma hora para cada uma, tendo-se convidado os mesmos participantes para obtenção de resultados em ambas as sessões e em áreas do conhecimento diferentes. Houve, ainda, um intervalo de cerca de quinze minutos para “coffee-break”.

A questão a que foi dada importância era a formulação pelos membros do grupo de um conjunto de critérios para as paisagens de referência, a que se juntariam os que foram obtidos da pesquisa bibliográfica.

Para efeitos de análise sobre o **funcionamento** do “Focus Group” per si pode ser consultado em anexo:

- um **gráfico** da forma como funcionou o grupo;
- uma **ficha de avaliação** para que os participantes pudessem manifestar a sua opinião sobre a forma como a sessão decorreu e que foi distribuída no final.

Sobre a obtenção de **conclusões**, são as mesmas apresentadas no fim do presente subcapítulo.

Utilizou-se o seguinte **material**: computador pessoal, “data show”, “écran”, dois microgravadores (um analógico e outro digital), máquina de filmar digital (imagem e som), máquina fotográfica digital e material diverso (marcadores, “post-it”, etc).

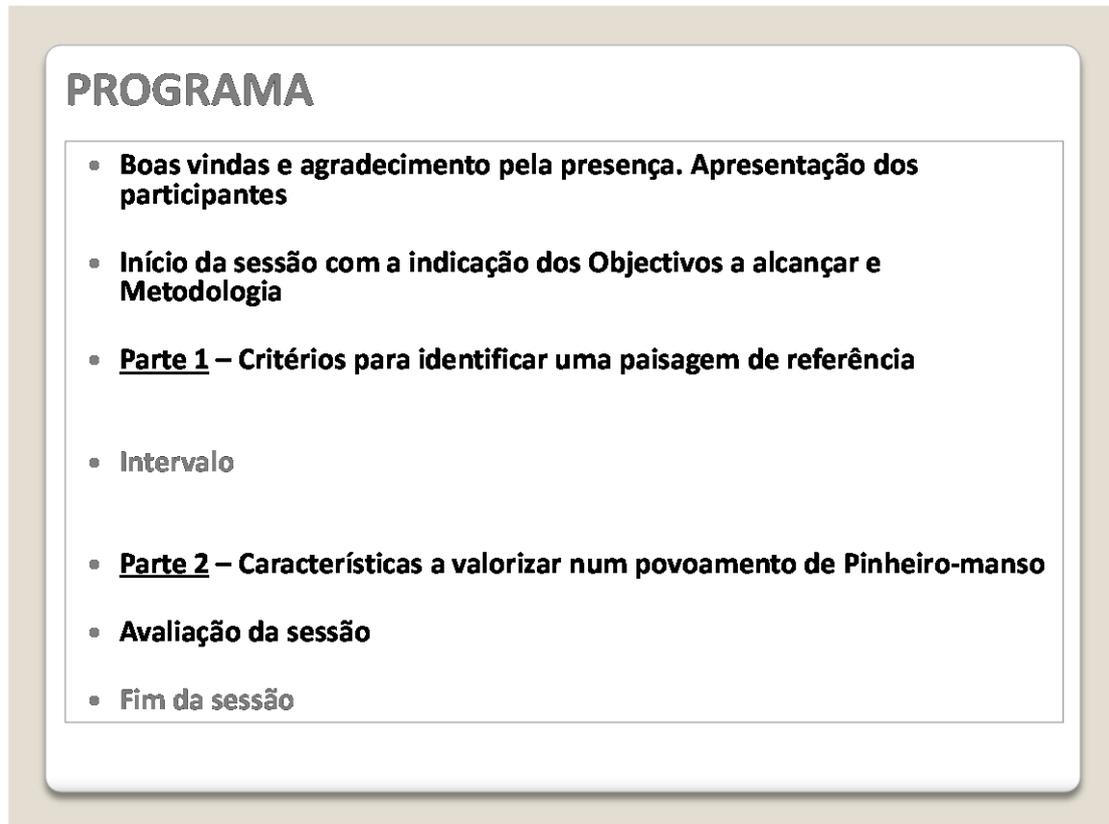


Figura 3.2 – Programa da sessão de “Focus Group”.

Descrevem-se a seguir, por ordem cronológica, as **etapas** seguidas.

1. A sessão teve início às 10:20 com **palavras breves da “facilitadora/moderadora”** sobre os objectivos no âmbito das duas sessões (doutoramentos).
2. Solicitou a todos os participantes que fizessem uma pequena **auto-apresentação** (para facilitar o registo, designou-se cada um dos dez participantes por uma letra maiúscula: E, J, B, I, F, Ç, R, A, S e C).
3. A seguir as pessoas foram informadas do **programa** (Figura 3.2): que iria ter duas partes, constituindo as paisagens de referência o tema da primeira, seguindo-se um pequeno intervalo e, por fim, a segunda parte que seria sobre a floresta de pinheiro manso (que não será aqui abordada).

4. Ficha de Avaliação do “Focus Group”

PAISAGENS DE REFERÊNCIA /
CARACTERÍSTICAS DE POVOAMENTO DE PINHEIRO MANSO

1. Qual é a sua formação/actividade principal? _____

Quadro 3.5 – Ficha de avaliação da sessão de “Focus Group”.

Por favor avalie a sessão atribuindo valores de 1 (Discordo completamente) a 5 (concordo completamente), as seguintes afirmações:	1 = Discordo completamente				
	3 = Nem concordo nem discordo				
	5 = Concordo completamente				
A apresentação da sessão foi clara e contribuiu positivamente para o seu desenvolvimento?	1	2	3	4	5
Fui capaz de expressar as minhas opiniões.	1	2	3	4	5
Sinto que as minhas opiniões e ideias foram ouvidas.	1	2	3	4	5
Na minha opinião a sessão foi bem organizada.	1	2	3	4	5
Gostei de ter participado na sessão.	1	2	3	4	5
A apresentação do “power point” sobre o caso de estudo foi clara e contribuiu positivamente para o desenvolvimento da sessão?	1	2	3	4	5
As fotos dos tipos de povoamento apresentadas contribuíram para uma melhor identificação dos vários tipos de povoamentos considerados?	1	2	3	4	5

2. Por favor, escreva os três aspectos que mais apreciou nesta sessão.

a. _____

b. _____

3. Por favor escreva três aspectos que tenha apreciado menos nesta sessão.

a. _____

b. _____

4. Outros comentários e sugestões para serem melhorados em encontros semelhantes.

a. _____

Quadro 3.6 – Resumo das respostas dadas no ponto 1. da ficha de avaliação da sessão de “Focus Group” pelos participantes.

	Valores de 1 (discordo completamente) a 5 (concordo completamente)					TOTAL
	1	2	3	4	5	
1.a. A apresentação da sessão foi clara e contribuiu positivamente para o seu desenvolvimento?	0	0	0	6	4	10
1.b. Fui capaz de expressar as minhas opiniões	0	0	0	4	6	10
1.c. Sinto que as opiniões e ideias foram ouvidas.	0	0	0	3	7	10
1.d. Na minha opinião a sessão foi bem organizada.	0	0	0	4	6	10
1.e. Gostei de ter participado na sessão.	0	0	0	1	9	10
1.f. A apresentação do “power point” sobre o caso de estudo foi clara e contribuiu positivamente para o desenvolvimento da sessão?	0	0	5	3	2	10
1.g. As fotos dos tipos de povoamento apresentadas contribuíram para uma melhor identificação dos vários tipos de povoamentos considerados?	0	1	1	4	4	10
TOTAL	0	1	6	29	43	

5. Gráfico de Avaliação das Respostas dos Participantes

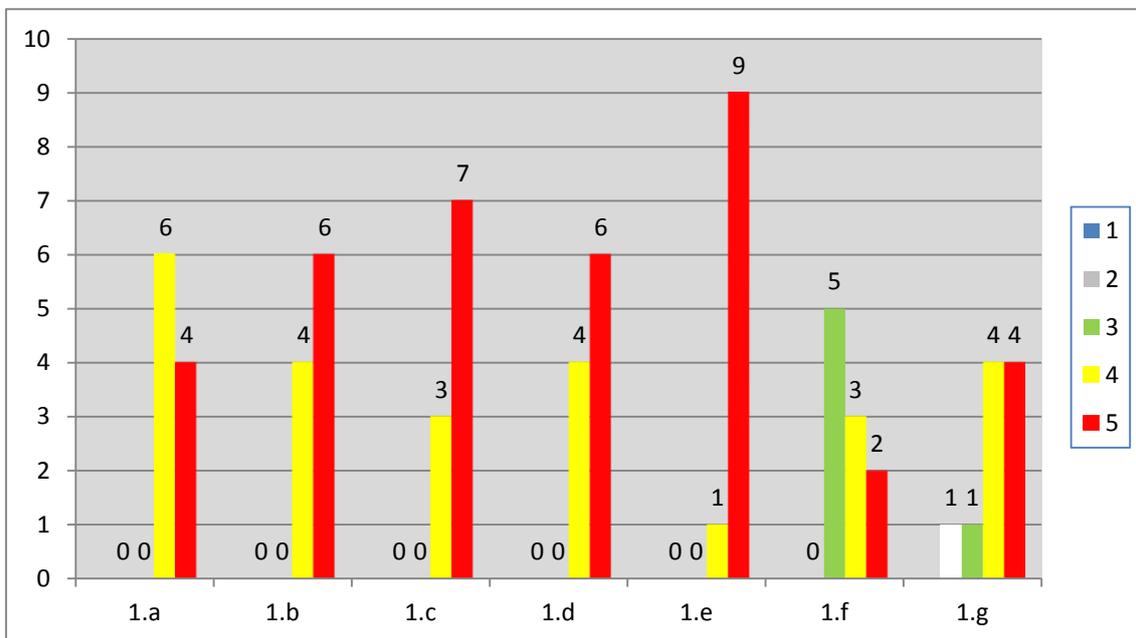


Figura 3.6 – Avaliação das respostas dos participantes ao ponto 1.

Respostas dos participantes ao ponto 2 (Por favor, escreva os três aspectos que mais apreciou nesta sessão) dadas pelos participantes à ficha de avaliação:

- “diversidade de opinião”; “dinâmica”; “moderação”;

- “organização”; “gestão do grupo”;
- “diversidade de perspectivas”; “ambiente acolhedor”;
- “tranquilidade”; “esclarecedora”; “dinamismo”;
- “diversidade de abordagem por parte dos intervenientes”; “informalidade da discussão”;
- “informalidade”; “cordialidade”; “conhecimento”;
- “discussão de ideias”; “formações diferentes dos intervenientes”;
- “assertividade”; “discussão de ideias”;
- “possibilidade de discutir e ouvir vários pontos de vista”; “a Contenda como temática de uma das sessões”;
- “organização”; “metodologia”; “dinâmica”.

Respostas dos participantes ao ponto 3 (*Por favor escreva três aspectos que tenha apreciado menos nesta sessão*):

- “visibilidade dos quadros e dos “post-it”;
- “alguma falta de clareza/definição dos âmbitos tratados”; “reduzida informação sobre os objecto de estudos tratados”;
- “pouco tempo para cada uma das sessões”;
- “pouca visibilidade dos “post-it”;
- “concentração de assuntos”; “falta de tempo”; “pouco debate”;
- registaram-se 5 não respostas.

Respostas dos participantes ao ponto 4 (*Outros comentários e sugestões para serem melhorados em encontros semelhantes*):

- “utilização de marcadores que se vejam ao longe”; “letra maior a utilizar nos papeis”;
- “maior contextualização da razão da sessão/objectivo melhor”;
- “mais bôla” (uma “gracinha” de um dos participantes...);
- registaram-se 7 não respostas.

ANEXO 29 – Servidões e Restrições de Utilidade Pública.

A – Recursos Naturais

. A1. Recursos Hídricos

– Domínio Público Hídrico – as margens e as “*águas não navegáveis nem flutuáveis (10 m)*” fazem parte do Domínio Público Hídrico (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas; Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, estabelece a titularidade dos recursos hídricos; Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos);

. A2. Recursos Agrícolas e Florestais

– Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e que revoga o Decreto-lei n.º 196/89, de 14 de Junho)

– “*Regime Florestal – Conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas e das areias no litoral marítimo (DR 18/2006, Anexo A, Artigo 4.º, alínea b)).*

Constitui um importante instrumento jurídico que permite a intervenção do Estado em larga escala e à luz do interesse público, no fomento florestal do País e na gestão florestal de áreas do próprio Estado, em baldios e em terrenos particulares cujos proprietários solicitassem expressamente a submissão ao mesmo” (AFN, 2010a: 161).

O Decreto de 8 de Maio de 1959, submeteu a Contenda ao Regime Florestal Parcial Facultativo (foi actualizado posteriormente pelo Decreto n.º 88, de 13 de Abril de 1963, pelo Decreto n.º 42/83, de 21 de Junho e pelo Decreto n.º 21/89, de 11 de Maio).

Como já referido, “*Por solicitação da Câmara Municipal de Moura, proprietária da Herdade da Contenda, foi a mesma submetida ao **Regime Florestal Parcial Facultativo**, nos termos do Decreto publicado no Diário do Governo n.º 100, 2.ª Série, de 8 de Maio de 1959. Nesse contexto, a arborização e a exploração do prédio passaram a ser feitas por conta do Estado, em conformidade com o disposto no n.º 1 do art. 219.º e nas condições prescritas nos artigos 225.º e 227.º do Decreto de 24 de Dezembro de 1903, de acordo com plano que integrava o dito Decreto de 1959 e mediante o pagamento de uma quantia à autarquia.*

Importa ainda dizer que a denominação Perímetro Florestal, não obstante constar expressamente do texto legal, é, nos termos da nomenclatura vigente na DGRF, imprópria, porquanto se refere apenas a regimes florestais obrigatórios, o que não sucede no caso vertente (facultativo).

Como foi apenas ocupada pelos serviços florestais uma área de 3364 ha (designada por Contenda Sul), solicitou a Câmara Municipal de Moura a afectação de todo o prédio ao referido regime florestal, o que motivou a produção do Decreto de 13 de Abril de 1963, onde

se determinou a submissão de toda a área do imóvel (5267.9454 ha) ao aludido regime, bem como a actualização do quantitativo pago anualmente à edilidade.

Mais tarde haveria de ser redefinido, por força de outros actos administrativos, esse quantitativo, pelo Decreto n.º 34/96 que fixou o dito montante em 6 500 000\$00, actualizáveis anualmente e com início de vigência reportado a 1 de Janeiro de 1995” (Fialho, 2006 in DGRF, 2006a).

- Áreas Percorridas por Incêndios – o Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de Março, proíbe pelo prazo de 10 anos várias acções nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios (como a construção de quaisquer edificações).
- Montados de Sobro e Azinho – *Espécies preservadas no âmbito de uma estratégia de conservação.*

. A3. Recursos Ecológicos

Uma das razões que poderá ter contribuído para a grande diversidade de espécies da flora e da fauna e dos diferentes *habitats* presentes na Contenda, poderá estar relacionada com o uso extensivo do solo e uma fraca utilização de fertilizantes químicos de síntese e de fitofármacos, que não comprometeram aqueles valores naturais.

– Reserva Ecológica Nacional – *Nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, vias de comunicação, etc.*

– Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 (RN2000) é uma rede ecológica que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.

Esta rede resultou da aplicação da Directiva Comunitária n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 02 de Abril (para assegurar a conservação dos *habitats* de espécies de aves), vulgarmente designada por Directiva Aves e da Directiva Comunitária n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (para assegurar a conservação dos *habitats* naturais do Anexo I e dos *habitats* de espécies da flora e da fauna do Anexo II), comumente designada por Directiva *Habitats*. O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, transpôs para o direito interno as Directivas Aves e *Habitats* e estabeleceu os mecanismos necessários à gestão dos Sítios e das ZPE.

A RN2000 é constituída pelas Zonas de Protecção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Directiva Aves e pelas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), sítios nacionais de que se seleccionarão os Sítios de Importância Comunitária, criados ao abrigo da Directiva *Habitats*.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 06 de Junho, determinou a elaboração do Plano Sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 em Portugal (PSRN2000).

O PSRN2000, que foi aprovado pela RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho, constitui um instrumento de gestão territorial para concretizar a política nacional de conservação da diversidade biológica e um instrumento para a gestão da biodiversidade. A sua consulta permite o acesso a um conjunto de medidas e de orientações (gerais e específicas) para a gestão da Rede Natura 2000, vinculando as entidades públicas à sua concretização,

nomeadamente pelo dever daquelas medidas e orientações serem inseridas nos PMOT e no PEOT.

Em relação à Herdade da Contenda:

- toda a área desta propriedade está classificada e fazendo parte da Zona de Protecção Especial de Mourão/Moura/Barrancos PTZPE0045 (criada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro);
- e, na sua quase totalidade com excepção de uma pequena área a Norte, como fazendo parte do Sítio Moura/Barrancos PTCO0053 (criado pela RCM n.º 76/2000, de 5 de Julho).

O **Sítio Moura/Barrancos PTCO0053** tem uma área de 43 309 ha e envolve parcialmente os concelhos de Barrancos, Moura, Mourão e Serpa. O concelho de Moura, onde se situa a HC, tem 34% do seu território classificado, correspondendo a 32 761 ha, sendo de 75% o valor da percentagem do Sítio representada no concelho. Como já referido, apenas uma pequena área no Norte da Contenda não é abrangida pelos seus limites.

Orientações de gestão:

“Atendendo à diversidade de valores que se pretende conservar neste Sítio, deverá ser encarada como fundamental a manutenção do mosaico de habitats, assente na manutenção e recuperação natural de áreas de montado de sobro e azinho, alternadas com cerealicultura extensiva e matagais, em moldes a definir em Plano de Gestão.

Dada a importância do Sítio para a conservação de várias espécies de morcegos cavernícolas, deverá ser assegurada a concretização de orientações especialmente dirigidas para protecção do abrigo existente, através de medidas de gestão activa e de condicionamento ao acesso da mina.

Pretende-se criar condições para a recuperação do linco-ibérico e permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, sendo de salientar a conservação/recuperação de matagais mediterrânicos e a importância do mosaico silvo-pastoril para o aumento das populações das espécies-presa.

A preservação das linhas de água afigura-se igualmente como eixo de actuação fundamental para a conservação da vegetação ripícola, da ictiofauna e outras espécies associadas ao meio aquático. Neste sentido, deve ser dada especial relevância à manutenção em bom estado de conservação das galerias ripícolas, à melhoria da qualidade da água e à manutenção do caudal, assegurando que não existem quebras no contínuo ecológico.

Compatibilizar a actividade cinegética com a conservação dos valores naturais em presença (e controlar o furtivismo) deverá ser outra das linhas de acção”.

A **Zona de Protecção Especial Mourão/Moura/Barrancos PTZPE0045**, criada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro, abrange uma área de 80 607.79 ha, envolvendo parcialmente os concelhos de Barrancos, Moura, Mourão e Serpa. O concelho de Moura,

em que se situa a HC, tem cerca de 46% do seu território classificado como ZPE. Toda a área da Contenda está dentro dos limites desta ZPE.

Como atrás já se referiu, toda a área da Contenda está englobada nesta ZPE, para cuja caracterização se considerou a mesma que foi descrita para o Sítio Moura/Barrancos.

Para a ZPE de Mourão – Moura – Barrancos, estão inventariadas (Anexo III –Espécies de Aves):

- 20 espécies alvo de orientações de gestão (Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE) e Migradoras e passeriformes migradores de matos e bosques (que cumpram os critérios estabelecidos);

- 55 espécies de Outras Aves (do Anexo I da Directiva 79/4+09/CEE) e Migradoras.

“Destacam-se como de elevada relevância para a preservação destas espécies – Falcão peregrino (Falco peregrinus), o Grifo (Gyps fulvus) e o Britango (Neophron percnopterus) que, nidificando em fragas, se alimentam em áreas agrícolas – as ZPE integrando os vales de grandes rios como Mourão/Moura/Barrancos e Vale do Guadiana”.

Orientações de gestão

“As orientações de gestão para a ZPE de Mourão/Moura/Barrancos são dirigidas prioritariamente para a conservação das aves estepárias, do grou, das aves rupícolas e das rapinas florestais. Neste âmbito deverá ser encarada como fundamental a manutenção da cerealicultura extensiva em área aberta assente numa rotação cultural, a manutenção dos olivais tradicionais e a manutenção e recuperação natural de manchas florestais de montado de sobro e azinho.

Consequentemente, deverão ser viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais extensivas, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e social das actividades que a sustentam.

Deverá também ser garantida a qualidade da água melhorando a eficácia de fiscalização sobre a emissão de poluentes.

As orientações de gestão identificadas nesta ficha decorrem da transposição das orientações associadas a um conjunto de espécies consideradas como mais representativas da ZPE "Espécies alvo de orientações de gestão" e que uma vez tidas em conta levarão à conservação não só dessas espécies, mas de todas as+ espécies de aves de conservação obrigatória nesta área”.

Em relação às orientações de gestão, para toda a área quer do Sítio, quer da ZPE, foram as mesmas transcritas para o Quadro 10 (ANEXO).

Quadro 10 – Orientações para a gestão do Sítio e da ZPE (Plano de Gestão da Rede Natura).

Sítio Moura / Barrancos PTCON0053	Zona de Protecção Especial Mourão / Moura / Barrancos PTZPE0045
<p>As orientações de gestão para o Sítio (toda a área) são as seguintes (RCM 115-A/2008: 4536-192 a 195):</p> <p>a) agricultura e pastorícia</p> <ul style="list-style-type: none"> - conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos; - assegurar mosaico de habitats; - condicionar a intensificação agrícola; - manter práticas de pastoreio extensivo; - condicionar uso de agroquímicos/adoptar técnicas alternativas; - condicionar expansão do uso agrícola; - condicionar uso de agroquímicos / adoptar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat; - condicionar mobilização do solo; - adoptar práticas de pastoreio específicas; - salvaguardar o pastoreio; <p>b) silvicultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones; - promover áreas de matagal mediterrânico; - adoptar práticas silvícolas específicas; - reduzir risco de incêndio; - condicionar a florestação; - conservar / recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo; - manter / melhorar ou promover manchas de montado aberto; - manter árvores mortas ou árvores velhas com cavidades; - promover a regeneração natural; <p>c) construção e infra-estruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - condicionar a construção de infra-estruturas; - condicionar a expansão urbano-turística; - reduzir mortalidade acidental; - condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis; - condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis; - assegurar caudal ecológico; - condicionar transvases; - melhorar transposição de barragens/açudes; <p>d) outros usos e actividades</p> <ul style="list-style-type: none"> - implementar gestão cinegética compatível com conservação da espécie; - condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; - regular dragagens e extracção de inertes; - regular uso de açudes e charcas; - condicionar captação de água; - ordenar actividades de recreio e lazer; - ordenar acessibilidades; - conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone; - monitorizar, manter/melhorar qualidade da água; - condicionar drenagem; - tomar medidas que impeçam as deposições de dragados 	<p>As orientações de gestão para a ZPE (toda a área) são as seguintes (RCM 115-A/2008: 4536-404 a 406):NJ</p> <p>a) agricultura e pastorícia</p> <ul style="list-style-type: none"> - conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos (refere-se principalmente a faixas de vegetação associadas às linhas de água); - condicionar a intensificação agrícola; - manter práticas de pastoreio extensivo; - restringir uso de agro-químicos / adoptar técnicas alternativas; - assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos; - promover cerealicultura extensiva; - incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação; - adoptar práticas de pastoreio específicas (nomeadamente condicionar acesso de gado a alguns locais durante a época de nidificação); - outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas (nomeadamente retardar a ceifa e corte de feno, tomar medidas que impeçam a lavra na Primavera, manter lagoas temporárias por ordenamento de práticas agrícolas); - condicionar o cultivo de lenhosas (nomeadamente os olivais, os pomares e as vinhas); - manter/melhorar ou promover manchas de montado aberto (refere-se a povoamentos com menos de 30% de cobertura, geralmente com uso agropastoril); - manter olival tradicional existente; <p>b) silvicultura</p> <ul style="list-style-type: none"> - conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones (refere-se a montados de azinho e sobre com mais de 30% de cobertura); - promover áreas de matagal mediterrânico; - adoptar práticas silvícolas específicas (refere-se a áreas envolventes a locais de nidificação e dormitórios de aves); - reduzir risco de incêndio; - condicionar a florestação (na área não abrangida pela medida anterior. Refere-se especialmente a acções de florestação com eucalipto e outras espécies que não azinheira e sobreiro); - tomar medidas que impeçam a florestação (nas áreas abertas de características pseudo-estepárias); <p>c) construção e infra-estruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - condicionar a construção de infra-estruturas; - condicionar a expansão urbano-turística; - reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia; - restringir construção de barragens em zonas sensíveis; <p>d) outro usos e actividades</p> <ul style="list-style-type: none"> - implementar gestão cinegética compatível com conservação da espécie; - condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; - regular dragagens e extracção de inertes; - regular uso de açudes e charcas; - condicionar captação de água; - ordenar actividades de recreio e lazer; - ordenar acessibilidades; - regular o tráfego de embarcações e o estabelecimento de zonas de amarração; - condicionar pesca (em determinadas épocas e nos locais de maior sensibilidade à perturbação);

<ul style="list-style-type: none">- ou outros aterros;- ordenar prática de desporto da natureza;- reduzir mortalidade acidental;- incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação".	<ul style="list-style-type: none">- tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos;- ordenar/regulamentar a actividade de observação de espécies da fauna;
<p>Como orientações específicas, são apontadas as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">- recuperar zonas húmidas;- estabelecer programa de repovoamento / fomento / reintrodução de presas;- criar pontos de água: charcas e bebedouros artificiais;- controlar efectivos de animais assilvestrados;- criar novos locais de reprodução, conservar / recuperar os existentes;- condicionar o acesso;- condicionar galerias de minas importantes;- desobstruir a entrada de abrigos;- impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados;- manter as edificações que possam albergar colónias/populações;- efectuar gestão por fogo controlado;- efectuar desmatações selectivas;- estabelecer programa de repovoamento / reintrodução;- definir zonas de protecção para a espécie/habitat;- impedir introdução de espécies não autóctones / controlar as existentes;- manter/recuperar habitats contíguos.	<p>Como orientações específicas, são apontadas as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">- recuperar zonas húmidas.- estabelecer programa de repovoamento / fomento / reintrodução de presas;- criar pontos de água: charcas e bebedouros artificiais;- controlar efectivos de animais assilvestrados;- criar novos locais de reprodução, conservar / recuperar os existentes;- manter/melhorar qualidade da água;- preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados;- controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição inter-específica;- condicionar o acesso (em determinadas épocas e nos locais de maior sensibilidade à perturbação);- promover alimentação artificial (criar / gerir campos de alimentação de aves necrófagas);

A área objecto de caso de estudo está englobada na **IBA ("Important Bird Area")**, **PT027 Mourão/Moura/Barrancos**, com 896.32 km².

A classificação como IBA esteve na base da posterior classificação, com enquadramento legal, como ZPE.

"Uma IBA, ou Zona Importante de Aves, é uma área designada por ser um importante habitat a nível mundial para a conservação de populações de aves. São identificadas por organizações nacionais de conservação. Ao serem assim designadas tornam-se alvos concretos para acções de conservação da natureza, sendo utilizadas também para reforçar as redes de Áreas Protegidas já existentes, nomeadamente a Rede Natura 2000.

As IBA são determinadas através de um conjunto de critérios internacionais. Para uma zona/região ser denominada IBA tem de satisfazer, pelo menos, uma das condições seguintes:

- providencia habitat para a manutenção de uma população de aves em risco;
- providencia habitat para um conjunto restrito de espécies de aves;
- providencia habitat para grandes concentrações de aves migratórias, marítimas e aquáticas.

Actualmente existem cerca de 10 000 IBA espalhadas pelo Mundo, sendo que Portugal apresenta cerca de 90. Este programa foi desenvolvido pela BirdLife International" (<http://o-blog-verde.blogs.sapo.pt/71824.html>).

Em Portugal as IBA não constituem uma servidão legal, nem assentam em nenhum diploma legal, são assim como uma espécie de biótopos CORINE, ao nível da avifauna, que funcionam como “acordos de cavalheiros”.

Nas áreas abrangidas pelas IBA as actividades humanas devem respeitar o objectivo de Conservação da Natureza. As que se traduzam na alteração do uso actual do solo devem obter parecer do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e da Câmara Municipal, bem como as actividades cinegéticas que ficam sujeitas ao parecer do ICNB (AFN, 2010a).

B – Infra-estruturas e Equipamentos

- Linhas Eléctricas – a servidão obriga os proprietários a consentir a colocação dos postes eléctricos, apoios e fios condutores e a permitir o acesso das pessoas encarregadas da construção, reparação e vigilância das linhas (DGOT – UTL, 1990).

Na Contenda foi montada uma linha eléctrica de média tensão, que entra pelo limite Norte, com uma direcção sensivelmente de NNE para SSO dirigindo-se para o “Monte do 25” e seguindo depois para o “Barracão do mel”.

- Marcos Geodésicos – os marcos geodésicos, destinados a assinalar pontos fundamentais para apoio à cartografia e levantamento topográficos, devem ser protegidos de forma a garantir a sua visibilidade. Assim, nas proximidades dos marcos, considerando-se como mínima a área envolvente com 15 m de raio, qualquer construção ou plantação só poderá ser autorizada desde que não prejudique a visibilidade dos marcos (Art.º 19.º ao 25.º, Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de Abril).

Na Contenda existem marcos geodésicos nos seguintes locais, de Norte para Sul: Canada das Éguas (375 m), Albuquerque (155 m), Pico do Touro (535 m), Cume da Barrosa (509 m) e Pico das Escovas.

Áreas da Estrutura Biofísica Fundamental

Trata-se de uma nomenclatura que foi utilizada na primeira geração de PDM, como o de Serpa e o de Moura, para designar áreas com valores biofísicos especiais às quais estaria depois associado um regulamento específico, umas vezes mais restritivo do ponto de vista da conservação da natureza, outras vezes nem tanto.

Esta tipologia de classe de espaços foi considerada no âmbito dos “**Espaços culturais e naturais**” considerados nalguns PDM, como os de Moura e de Serpa, para os quais era formulado um conjunto de orientações de modo a que se evitassem acções que pudessem por em risco a diversidade biológica e o equilíbrio ecológico. Antes, eram incentivadas as acções de revalorização e reequilíbrio do coberto vegetal.

“Nestas áreas as actividades agro-silvo-pastoris devem desenvolver-se de forma extensiva, com o fim de manter ou reforçar o equilíbrio ecológico, evitando a destruição das estruturas naturais que assegurem a continuidade dos processos ecológicos, com realce para o coberto vegetal das zonas rupícolas e ripícolas” (Aviso n.º 24 565/2010, de 26 de Novembro e Aviso n.º 964/2011, de 10 de Janeiro).

ANEXO 30 – Lista do Património Edificado Existente na H. da Contenda.

Quadro 11 – Edifícios na Herdade da Contenda Pertencentes ao Património do Estado (ICNF).						
Identificação do edifício / Local	Tipo de utilização actual	Proposta de utilização futura	Área (m2)	N.º de divisões	N.º de camas (possíveis)	Obs.
Monte das Cabras	Casa de habitação do cabreiro e família				4	
	Instalações cabras				--	
	Palheiro				--	
Monte do 25	Escritórios x 2				4	
	Ed. do pessoal				2	
	Armazém de alfaías agrícolas e combustíveis e frigorífico carcaças animais caçados		260.59	1	--	
	Estação de serviço	Centro Informativo	187.95		--	
	Mte. velho (Rouparia)				4	
	Pavilhão de caça	Edifício polivalente (pavilhão de caça, auditório, etc.)			--	
Monte do Barroca	Casa do guarda florestal (e Torre de vigia), depósito da água				4	
	Anexos (galinheiro, casa do forno e garagem)				2	
	Casa da caça				8	
Monte do Touril das Cruzes	Habitação				4	
	Habitação				2	
	Casa da tosquia				--	
Monte do Alvarinho (ou Mte. do Murrongo)	Pernoita de caçadores e do guia (veados apro.)		119.55	8	4 4	(ou Monte do Murrongo)
Núcleo do mel	Extracção do mel	Actividades ligadas à produção de mel			--	
	Arrecadação				--	
	Moldagem da cera				--	
	Armazém da cera				--	
	Habitação				4	
	Casão/arrecadação				4	
Casa do Açúcar	Arrecadação	Arrecadação			--	
Vale Malhão	Casa do guarda florestal				4	
	Anexos				2	
	Casa da caça				4	
	Casa do guarda florestal x 2				4	
	Anexos				2	
Total parcial					74	

Edifícios na Herdade da Contenda Construídos pelos ex-Rendeiros.						
Local	Tipo de utilização actual	Proposta de utilização futura	Área (m2)	N.º de divisões	N.º de camas (possíveis)	Obs.
Monte do Pássaro	Monte do Pássaro				4	
Mte. do Cuba	Habitação				2	
Monte do Tio Caleiro	Habitação				4	
Total parcial					10	
Edifícios na Herdade da Contenda Pertencentes ao Património do Estado (ex-Guarda Fiscal).						
Local	Tipo de utilização actual	Proposta de utilização futura	Área (m2)	N.º de divisões	N.º de camas (possíveis)	Obs.
Posto da Ferrenha	Posto da Guarda Fiscal				4	
	Habitação 1				4	
	Habitação 2				4	
	Habitação 3				4	
Posto de Vale Malhão	Posto da Guarda Fiscal				4	
	Habitação 1				4	
	Habitação 2				4	
	Habitação 3				4	
Total parcial					32	